

Esta versão do livro *Linguística Textual: perspectivas alemãs*, disponibilizada gratuitamente no site <https://gtltacanpoll.wixsite.com/gtltac/publicacoes> , só foi possível devido à autorização dos organizadores: Hans Peter Wieser e Anna Maria Koch (representando sua mãe, Ingedore Koch).

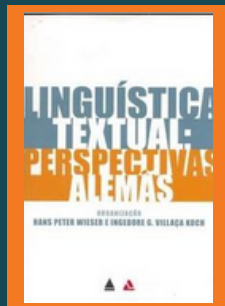
Esta versão em PDF equivale ao livro impresso, porém a paginação não é idêntica. Por isso, sugerimos ao leitor que, ao citar algum trecho, indique a página do PDF e indique a referência informando o link, conforme modelo abaixo.

O livro impresso está esgotado há anos, impossível de ser adquirido, mesmo em sebos ou na internet. Assim, esperamos que, com esta versão gratuita, mais leitores usufruam das reflexões teóricas contidas nestas páginas.

Boa leitura!

Hans Peter Wieser e Leonor Werneck dos Santos (org. da versão e-book)

WIESER, H. P.; KOCH, I. (org.). *Linguística Textual: perspectivas alemãs*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009. [versão e-book] Disponível em <https://gtltacanpoll.wixsite.com/gtltac/publicacoes>



LINGUÍSTICA TEXTUAL: PERSPECTIVAS ALEMÃS

ORGANIZAÇÃO
HANS PETER WIESER E INGEDORE G. VILLAÇA KOCH



LINGUÍSTICA TEXTUAL: PERSPECTIVAS ALEMÃS

**ORGANIZAÇÃO
HANS PETER WIESER E INGEDORE G. VILLAÇA KOCH**



© 2009, by Hans Peter Wieser, Ingedore G. Villaça Koch

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

A NOVA FRONTEIRA S.A. não mediu esforços no sentido de localizar os detentores de direitos autorais do material reproduzido nesta obra. Todos os direitos não obtidos encontram-se devidamente reservados.

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.
Rua Bambina, 25 – Botafogo – 22251-050
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 2131-1111 – Fax: (21) 2286-6755
<http://www.novafronteira.com.br>
e-mail: sac@novafronteira.com.br

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L727

Linguística textual : perspectivas alemãs / [organização Hans Peter Wieser, Ingedore G. Villaça Koch]. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.
376p. — (Lucerna)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-209-2342-9

1. Língua alemã — Estudo e ensino. 2. Linguística — Estudo e ensino. 3. Intertextualidade. I. Wieser, Hans Peter. II. Koch, Ingedore G. Villaça, 1933-. III. Série.

08-1792.

CDD: 438.24
CDU: 811.11'243

A Luiz Antônio Marchuschi
omni Minervae homini

Dedicamos

Sumário

Agradecimentos

Nota do tradutor

Apresentação

Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil
Hardarik Blühndorn e Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira Andrade

O texto como conceito prototípico
Barbara Sandig

Relações cognitivas, comunicativas e linguísticas: uma concepção sistêmico-
-teórica da coerência linguística
Hans Strohner e Gert Rickheit

A coerência nos hipertextos
Angelika Storrer

A escrita como um processo mental e linguístico
Sylvie Molitor-Lübbert

O que acontece na mente do leitor? Os processos de construção mentais
durante a compreensão textual do ponto de vista da psicologia e da
linguística cognitiva
Wolfgang Schnotz

A intertextualidade e a compreensão de texto
Hardarik Blühndorn

O jogo entre signos verbais e signos icônicos na compreensão audiovisual
Werner Holly

Questões fundamentais da Textologia contrastiva
Kirsten Adamzik

Aspectos e perspectivas da comparação interlingual e intermediática
de gêneros textuais
Eva Martha Eckkrammer

A função e a estrutura da comunicação escrita
Konrad Ehlich

Sobre os organizadores e os autores

Agradecimentos

Queremos agradecer, inicialmente, às editoras listadas abaixo a permissão para traduzir para o Português e publicar no Brasil os seguintes textos:

- ADAMZIK, Kirsten. "Grundfragen einer kontrastiven Textologie". In: ADAMZIK, Kirsten (org.). *Kontrastive Textologie. Untersuchungen zur deutschen und französischen Sprach- und Literaturwissenschaft*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2001, p. 13-48.
- BLÜHDORN, Hardarik. "Textverstehen und Intertextualität". In: BLÜHDORN, Hardarik, BREINDL, Eva & WASSNER, Ulrich H. (orgs.). *Text – Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*. Jahrbuch 2006 des Instituts für Deutsche Sprache. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2006, p.277-298.
- ECKKRAMMER, Eva Martha. "Textsorten im interlingualen und –medialen Vergleich. Ausschnitte und Ausblicke". In: DRESCHER, Martina (org.). *Textsorten im romanischen Sprachvergleich*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2002, p.15-39.
- EHLICH, Konrad. "Funktion und Struktur schriftlicher Kommunikation". In: GÜNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung. An Interdisciplinary Handbook of International Research. 1. Halbband / Volume 1*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 18-41.
- HOLLY, Werner. "Zum Zusammenspiel von Sprache und Bildern im audiovisuellen Verstehen". In: BUSSE, Dietrich, NIEHR, Thomas & WENGELER, Martin (orgs.). *Brisante Semantik. Neuere Konzepte und Forschungsergebnisse einer kulturwissenschaftlichen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2005, p. 337-353.
- MOLITOR-LÜBBERT, Sylvie. "Schreiben als mentaler und sprachlicher Prozess". In: GÜNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung. 2. Halbband*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1996, p. 1005-1027.
- SANDIG, Barbara. "Text als prototypisches Konzept". In: MANGASSER-WAHL, Martina (org.). *Prototypentheorie in der Linguistik*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2000, S.93-112.
- SCHNOTZ, Wolfgang. "Was geschieht im Kopf des Lesers? Mentale Konstruktionsprozesse beim Textverstehen aus der Sicht der Psychologie und der kognitiven Linguistik". In: BLÜHDORN, Hardarik, BREINDL, Eva & WASSNER, Ulrich H. (orgs.). *Text – Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*. Jahrbuch 2005 des Institutes für Deutsche Sprache (IdS). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2006, p. 222-238.

- STORRER, Angelika. "Kohärenz in Hypertexten". Zeitschrift für germanistische Linguistik, ZGL, 31/2, 2003, p. 274-292. (Walter de Gruyter).
- STROHNER, Hans & RICKHEIT, Gert. "Kognitive, kommunikative und sprachliche Zusammenhänge: Eine systemtheoretische Konzeption linguistischer Kohärenz". *Linguistische Berichte*, 125, 1990, p. 3-23. (Helmut Buske Verlag).

Os organizadores

Nota do tradutor

Quem lê com atenção as referências bibliográficas das poucas introduções à Lingüística textual disponíveis ao público brasileiro ou dos numerosos artigos científicos, relatos de pesquisa ou das monografias – uma demonstração da alta qualidade da produção científica nacional nessa área – percebe logo que os maiores especialistas do país frequentemente beberam também em fontes germânicas para desenvolver seus conceitos, modelos e métodos de pesquisa. É natural, portanto, o crescimento – ao longo dos anos nos círculos nacionais da Lingüística textual – do desejo de poder apresentar aos estudantes e professores uma visão geral sobre os diversos campos de pesquisa proveniente de perspectivas alemãs. Desde que comecei a ensinar, senti – a cada semestre – como pesa no dia a dia do magistério, a falta de uma coletânea de traduções que transmita conhecimentos sobre os diferentes campos de pesquisa da Lingüística textual alemã. Cansado de remeter meus melhores alunos a trabalhos escritos em uma língua estrangeira não dominada pela maioria, decidi me encarregar da tarefa de traduzir um pequeno *corpus* de textos representativos da produção alemã, visando a contribuir com a geração de um cânone de conhecimentos básicos e especializados sobre um objeto de pesquisa que importa a lingüistas teóricos e aplicados em ambos os lados do Atlântico, a saber: o texto, sua organização e suas funções sócio-históricas nas diferentes culturas e comunidades.

Com a publicação do primeiro de dois volumes planejados dessa coletânea de textos que se distinguem na imensa produção científica da Lingüística textual em língua alemã, o público brasileiro tem, pela primeira vez, a oportunidade de conhecer, diretamente e de uma maneira não trivial, os conceitos teóricos, os métodos e os resultados das principais linhas de pesquisa seguidas pela comunidade acadêmica a qual pertencem alguns dos fundadores da Lingüística do texto. Em outras palavras, o objetivo da presente obra é apresentar contribuições originais de alguns ilustres representantes de uma rica e dinâmica tradição científica, valorizada pelos especialistas brasileiros, mas – devido ao idioma usado nos textos-fonte – quase desconhecida pelos estudantes e professores que não tiveram a oportunidade ou o tempo para dedicar-se à aprendizagem demorada do alemão como língua estrangeira. Pretendo dar acesso imediato ao processo de busca de conhecimentos científicos com a finalidade de propiciar aos leitores dos textos selecionados, a possibilidade de formar uma opinião crítica sobre conceitos teóricos e métodos de pesquisa que certamente enriquecerão a discussão em nossas salas de aula e círculos acadêmicos. Assim sendo, o livro dirige-se, especialmente, aos estudantes e aos professores de Literatura, de Filologia e de Lingüística. Ele é proveitoso para o estudo autodidático, muito útil como leitura complementar em cursos básicos e

imprescindível como fonte de conhecimento em cursos avançados no nível de pós-graduação.

A suposição de que atrás de um texto se esconde um autor é uma ficção confortável a qual damos seguimento com muito prazer, mas – como se sabe – há, na maioria das vezes, mais que duas mãos tecendo atrás do nome que aparece abaixo do título. Essa afirmação vale mais ainda para o trabalho do tradutor, que – na sua tentativa de construir pontes entre línguas e culturas diferentes – vê-se na obrigação de reconhecer diariamente seus limites, dependendo a todo instante da competência de falantes nativos. É com grande alegria, portanto, que aproveito aqui a oportunidade de agradecer a todos que, de uma maneira ou outra, apoiaram o trabalho neste projeto e contribuíram para sua realização. Particularmente, quero manifestar minha gratidão a Aurea Zavam e Pedro Praxedes Filho, que me deram boas sugestões em numerosos problemas de tradução, a Francisco Sandro Martins, que corrigiu todas as “primeiras” versões de minhas traduções e a Mônica Magalhães Cavalcante, que se encarregou – com muita paciência e uma competência inigualável – da revisão técnica da obra. Obrigado estimados colegas! Nem preciso dizer que os erros remanescentes são unicamente de minha responsabilidade. Meus agradecimentos, também, a Hardarik Blühdorn, que – dentre inúmeras outras coisas – cuidou persistentemente e com êxito da questão dos direitos autorais, e a Ingedore G. Villaça Koch, que é a melhor coorganizadora do mundo que eu poderia desejar para um projeto intercultural na área da Lingüística textual Valeu Inge! Você sempre será o meu ídolo! Sou muito grato também por ter encontrado, em Sonia Hey, uma profissional experiente que mantém o leme firme contra ventos e marés instáveis. Finalmente, não posso deixar de externar os meus agradecimentos aos autores dos textos e aos representantes das editoras alemãs que concederam os direitos autorais sem expectativa de ganhos ou compensações. Convém mencionar aqui, nomeadamente: Sra. Brigitte Badelt da Editora Max Niemeyer, Sra. Brigitte Narr da Editora Stauffenburg, Sr. Johannes Kambylis da Editora Helmut Buske e Sr. Heiko Hartmann da Editora Walter de Gruyter. *Ich danke Ihnen allen und hoffe Ihr Beispiel wird Schule machen!*

Hans Peter Wieser

Apresentação

“Por que você se interessa pela lingüística do texto?” - perguntou-me há pouco um colega. “Essa disciplina nos ensinou alguma coisa nova nos últimos vinte anos?”

Podem existir opiniões divergentes sobre o que significa ser uma coisa nova na área de letras e ciências humanas. Talvez nas exatas e tecnológicas a quantidade de invenções e de patentes registradas seja, com razão, considerada um critério avaliador importante. Mas o absolutismo das inovações, passíveis de serem transformadas em dinheiro nos mercados de notícias e de bens de consumo, é característico de uma cultura do desgaste excessivo, uma cultura que acaba com os seus próprios fundamentos e que, em última instância, devorará a si mesma.

Talvez a tarefa mais nobre das ciências humanas seja a de manter vivo e de divulgar pela sociedade o saber cultural, de reapropriar-se dele com as ferramentas conceituais e metodológicas de cada geração e de reformulá-lo com as metáforas compreensíveis para cada época. Sem essa autorreprodução cultural, a sociedade, como convivência organizada e ação coletiva de indivíduos, logo se tornará impossível.

Também o surgimento da lingüística do texto nos anos 60 do século XX pode ser visto como uma tentativa de reformular conhecimento cultural. Evidentemente, as ciências humanas haviam se ocupado com textos desde sempre: sob os nomes de retórica, poética, gramática, dialética, estilística, hermenêutica, história literária e vários outros rótulos disciplinares; e a confrontação com a forma lingüística havia sido sempre um componente integral dos estudos sobre o texto. Desse ponto de vista, a lingüística do texto, desde o início, não foi nenhuma novidade. Mesmo assim, quando surgiu, ela despertou amplo interesse e gerou até mesmo expectativas eufóricas entre os estudiosos. Para entender isso, é preciso lembrar-se do contexto histórico daquela época.

A partir das primeiras décadas do século XX, a lingüística estruturalista havia chamado atenção com a idéia de que as línguas naturais seriam sistemas formais, nos quais o papel fundamental não caberia às substâncias, mas sim, às relações, mais especificamente às relações de contraste. O programa estruturalista teve duas consequências perceptíveis para os estudos da linguagem: (i) a sua crescente formalização e profissionalização, que separava e excluía cada vez mais o público leigo do saber especializado, e (ii) a redução do objeto de pesquisa mediante a concentração em subáreas nas quais a idéia do sistema se mostrava particularmente frutífera: fonologia, morfologia e sintaxe. Com essa redução, era como se a lingüística estivesse perdendo de vista as questões sobre a linguagem que mais atraíam a curiosidade do público leigo.

A euforia com que muitos receberam a lingüística textual explica-se nesse contexto. O seu programa consistia em reabrir a lingüística para assuntos que têm um interesse mais geral para a sociedade, porque estão mais próximos da experiência lingüística

cotidiana e têm conseqüências no dia a dia das pessoas. O usuário leigo, não influenciado por modelos teóricos, percebe a língua apenas excepcionalmente como uma estrutura composta de orações, morfemas e sons. Na grande maioria das situações, ele vive a língua holisticamente, como um mundo de texto(s). Particularmente a comunicação se realiza sob a forma de texto, como os fundadores da lingüística textual não cansaram de afirmar.

A ascensão da lingüística do texto veio acompanhada por uma renovação do interesse pela linguagem em uso, pelo funcionamento da linguagem em situações da vida cotidiana, por suas manifestações menos sistemáticas, que, conseqüentemente, se prestam menos à formalização. Com especial atenção, os lingüistas do texto têm se dedicado à didática da produção e compreensão textuais. Não é, portanto, de se surpreender que vários autores tenham atribuído a essa nova subdisciplina um potencial emancipador.

Graças à sua concretude e proximidade da vida real, a lingüística do texto tem sido, desde o início, mais popular do que todas as outras subáreas da lingüística. De outro ponto de vista, no entanto, ela tem sido também um programa de "cientifização". No trabalho analítico com o texto, ela se distancia do intuicionismo elitista da crítica literária. Ela busca a precisão dos conceitos, termos e métodos e aprecia resultados replicáveis. O campo de pesquisa foi ampliado, para incluir todos os tipos de texto, inclusive não literários e cotidianos, tais como textos técnicos e administrativos, textos de imprensa e mídia, cartas e outros textos pessoais.

A lingüística textual teve seu início na Europa, particularmente na Alemanha. A partir daqui, ela se espalhou por todos os continentes. Em vários países, desenvolveu, em curto tempo, sua própria história e identidade, independente do berço europeu. No contexto brasileiro, os seus campos de atuação mais notáveis incluem a formação de professores de língua materna, a didática da língua portuguesa nas escolas secundárias e primárias, a alfabetização de adultos e também de crianças, a didática de línguas estrangeiras e a análise do discurso com seus diversos ramos de aplicação. Além disso, ela tem tido um papel importante na descrição do português brasileiro como variedade nacional da língua portuguesa.

A lingüística textual brasileira tem hoje um perfil próprio que a diferencia nitidamente da lingüística textual da Europa. As questões de pesquisa que se abrem aquém e além do Atlântico, os métodos e instrumentos usados fundamentam-se em idéias básicas comuns, mas distinguem-se nos detalhes, de maneira que a comparação se torne cada vez mais importante e atraente. Hoje, as lingüísticas textuais do Brasil e da Europa podem se considerar parceiros simétricos, que participam de uma troca de idéias equilibrada.

A presente coletânea de artigos constitui uma contribuição substancial para essa troca de idéias. Ela integra dez trabalhos de lingüistas alemães e um de uma dupla binacional de autores, da última década do século XX e da primeira do século XXI. O livro começa com um artigo de Blühdorn & Andrade (originalmente publicado em 2005 numa revista brasileira), que traça a história da lingüística textual na Alemanha e no Brasil em suas principais etapas, incluindo alguns aspectos comparativos.

Os artigos subseqüentes, de Sandig (2000) e de Strohner & Rickheit (1990), abordam conceitos básicos: a definição do texto como objeto de pesquisa e a noção de coerência. Essa última noção pode ser considerada o elemento teórico central da lingüística textual clássica. É também o tema do artigo de Storrer (2003), porém numa aplicação que transcende o cânone clássico: a área do hipertexto.

Os artigos de Molitor-Lübbert (1996) e de Schnotz (2006) abordam o texto sob o ponto de vista psicolingüístico, orientação bastante característica da década dos anos 90, mas que tem conseqüências ainda hoje. Molitor-Lübbert apresenta vários modelos da produção escrita, enquanto Schnotz discute os processos de compreensão.

Os trabalhos de Blühdorn (2006) e de Holly (2005) têm como assunto o lugar do texto no universo da mídia. Essa questão tem sido importante na lingüística textual européia da primeira década do século XXI. Blühdorn traz uma sistematização das relações entre microtexto(s) e macrotexto(s), enquanto Holly analisa o funcionamento e a compreensão de textos audiovisuais.

Os artigos de Adamzik (2001) e de Eckkrammer (2002) apresentam a lingüística textual comparativa, uma área de aplicação que tem se mostrado cada vez mais frutífera nos últimos anos. Adamzik fundamenta esse ramo de pesquisa, apresenta uma visão sinóptica da bibliografia e traz uma análise do discurso científico como ilustração. Eckkrammer apresenta um projeto de pesquisa sobre textos cotidianos de diversos tipos, que usam formas e preenchem funções sutilmente distintas em diferentes culturas.

O livro termina com o trabalho de Ehlich (1994) sobre a comunicação escrita. Esse artigo transcende o âmbito da lingüística textual propriamente dita e mostra, a partir de um ponto de vista pragmático, como essa disciplina se posiciona no contexto das letras e ciências humanas.

Quais são os pontos comuns nesses trabalhos, quais são os aspectos novos? As noções de *texto*, *gênero*, *coerência* e *compreensão* têm um lugar mais ou menos central em todos eles. Os trabalhos tornam evidente a observação de que esses conceitos têm tido um valor fundamental durante toda a história da lingüística do texto. Mas, enquanto nas três primeiras décadas, nos anos 60 a 80, eles eram em princípio não controvertidos, sendo abordados sob os pontos de vista da gramática, da semântica e/ou da pragmática, observa-se, a partir dos anos 90, um questionamento mais forte desses conceitos.

Nos últimos vinte anos, a lingüística do texto vem se abrindo cada vez mais para formas e usos não canônicos da linguagem, para variedades e discursos de nicho, para sistemas sígnicos não verbais, manifestações polifônicas e multimídiais, em suma, para as forças centrífugas na linguagem, na comunicação e nos discursos. Como resultado desse processo, temos hoje estudiosos que consideram a abordagem da lingüística textual limitada demais e, portanto, obsoleta. Na realidade atual, caracterizada pela internet e pela onipresença da mídia, talvez se torne necessária uma nova reformulação do programa de pesquisa para os estudos do texto, desta vez como um ramo da ciência universal da mídia.

Também para estudiosos brasileiros colocam-se questionamentos desse tipo. No entanto, tais questionamentos requerem respostas distintas no contexto de uma lingüística textual que vive uma outra realidade cultural, que atua numa sociedade caracterizada por uma enorme desigualdade econômica, em que milhões de pessoas têm acesso limitado aos meios de comunicação e em que existe ainda uma significativa taxa de analfabetismo primário. Podemos, portanto, esperar com bastante curiosidade a recepção que terá este livro junto aos leitores brasileiros e os seus efeitos na troca de idéias entre as duas comunidades científicas.

Para concluir, cabe, em nome dos autores, um agradecimento cordial ao tradutor Hans Peter Wieser e aos colegas que o apoiaram: Ingedore G. Villaça Koch, Mônica Magalhães Cavalcante e Francisco Sandro Martins, por ter realizado este teutônico projeto de tradução e de intercâmbio acadêmico.

Hardarik Blühdorn

Mannheim, janeiro de 2008

Tendências recentes da Linguística Textual na Alemanha e no Brasil¹

Hardarik Bluhdorn²
Institut für Deutsche Sprache, Mannheim

Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira Andrade (USP)

1. Linguística textual: subdivisões e tendências históricas

Entre as subdisciplinas da linguística, cuja maioria vem sendo determinada por orientações norte-americanas, a linguística textual representa uma tradição predominantemente européia (cf. Harweg, 2001, p. 19s.). Ela surgiu em meados dos anos 60 do século XX e, desde então, tem crescido muito na Europa, em particular na Alemanha. Dos anos 80 para cá, houve uma considerável recepção da bibliografia e do pensamento ligados a essa subdisciplina em vários países do mundo, entre eles no Brasil (cf., entre outros, Koch, 1989, 1997; Koch & Travaglia, 1989, 1993; Fávero & Koch, 1983; Fávero, 1995).

1.1. Linguística textual teórica e aplicada

A linguística textual está longe de ser uma disciplina única e homogênea (cf. Adamzik, 2004, p. 1-30). Como ponto de partida, podemos distinguir entre linguística textual teórica e aplicada. A principal questão tratada pela linguística textual teórica refere-se ao estatuto sistemático do texto entre os objetos produzidos e interpretados por seres humanos, enquanto as questões tratadas pela linguística textual aplicada se referem à interação empírica de indivíduos e grupos de seres humanos com textos individuais e conjuntos de textos na realidade do dia-a-dia.

1.2. Gramática, semântica e pragmática do texto

Tanto as questões teóricas quanto as aplicadas podem ser abordadas em pelo menos três níveis de complexidade, comumente chamados de gramatical, semântico e pragmático. A gramática do texto era o ponto de partida dos pioneiros da linguística textual, como Roland Harweg (1979 [1968]), que saíram em busca de estruturas “transfrásticas”, tais como cadeias

¹ BLUHDORN, Hardarik & ANDRADE Maria Lúcia da C. Victório de Oliveira. “Tendências recentes da linguística textual na Alemanha e no Brasil”. In: *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 7. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2005, p. 13-48.

² Agradecemos à FAPESP o auxílio para pesquisador visitante, que possibilitou a permanência de Hardarik Bluhdorn na USP de 10 de abril a 15 de maio de 2004 (Proc. nº. 2003/12848-2).

de correferências e ligações entre frases mediante conjunções. A observação chave que motivou esses estudos é a de que existem fenômenos gramaticais, principalmente nos âmbitos da prosódia, da seleção de pro-formas e da serialização dos constituintes sintáticos, que não têm explicação suficiente no nível da oração (cf. Harweg, 2001, p. 19s.). Peter Hartmann (1971, p. 10) e Harald Weinrich (1993, p. 17) levantaram o postulado teórico de que o texto — e não a oração — seria a unidade básica da estrutura da língua.

Autores como Halliday & Hasan (1976) abordaram o texto não apenas como um objeto formal estruturalmente mais complexo do que a oração, mas como unidade semântico-conceitual. Afirmam os autores (ib., p. 4): “O conceito de coesão é de natureza semântica; ele se refere às relações de sentido existentes no interior do texto, que o definem como texto.”³ Esse é o ponto de partida teórico da semântica do texto (termo introduzido por Harald Weinrich em 1966; cf. Adamzik, 2004, p. 2). Além dos recursos coesivos clássicos, tais como os meios referenciais e os conectores, a semântica do texto também se interessa pela coesão lexical (campos lexicais, colocações, etc.; cf. Halliday & Hasan, 1976, p. 274-292) e pelas assim chamadas isotopias do discurso (cf. Greimas, 1983, p. 78ss.).

Beaugrande & Dressler (1981) podem ser citados como representantes de uma abordagem pragmática dentro da linguística textual. No modelo desses autores, conceitos como intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e até mesmo intertextualidade figuram como critérios da textualidade, isto é, como propriedades definidoras do texto, que o distinguem de uma cadeia qualquer de palavras. Todos esses princípios recorrem, de uma maneira ou outra, à situação em que o texto exerce suas funções comunicativas e interacionais, complementando os princípios da coesão formal e da coerência semântica (cf. também Fritz, 1982; Scherner, 1984).

1.3. Percurso histórico

O percurso histórico da linguística textual iniciou-se, nos anos 60 do século XX, com a gramática do texto e estendeu-se, nos anos 70 e 80, para a semântica e a pragmática do texto (cf. Heinemann & Viehweger, 1991, p. 19-83). Os manuais mais recentes da disciplina (por exemplo, Brinker *et al.*, 2000/2001; Heinemann & Heinemann, 2002, p. 64ss.; Gansel & Jurgens, 2002, p. 33ss.) reconhecem a legitimidade das três abordagens e buscam sua integração em modelos globais.

³ The concept of cohesion is a semantic one; it refers to relations of meaning that exist within the text, and that define it as a text.

A linguística textual destaca-se entre as outras subdisciplinas da linguística por sua aplicabilidade em numerosos campos, tais como a produção de textos (por exemplo, Hayes & Flower, 1980; Antos & Krings, 1989; Krings & Antos, 1992; Rau, 1994; Wrobel, 1995; Molitor-Lubbert, 1996), a recepção e compreensão de textos (por exemplo, van Dijk & Kintsch, 1983; Strohner 1990), a otimização de textos (por exemplo, Antos & Augst, 1992; Strohner & Brose, 2002), a didática do texto (na língua materna bem como na estrangeira; por exemplo, Börner & Vogel, 1996; Bluhdorn, 1998b; Castilho, 1998; Barros, 1999b; Fávero, Andrade & Aquino, 1999; Sommerfeldt & Schreiber, 2001) e a análise da língua em uso na mídia e na comunicação de massa (por exemplo, Aarseth, 1997; Berkenbusch, 2002; Bittner, 2003; Pauliukonis & Gavazzi, 2007 [2002]).

Desde os anos 90, o rumo geral da disciplina tem-se voltado cada vez mais para esses diversos campos de aplicação. Os trabalhos mais recentes tendem a considerar tanto fatores gramaticais, quanto semânticos e pragmáticos, por vezes misturando-os, uns com os outros. Dependendo do enfoque empírico e das intenções práticas de cada estudo, destacam-se ora as características formais dos dados, ora as conceituais-cognitivas, ora as comunicativas e interacionais. As distinções mais rígidas entre os três níveis de complexidade, encontradas nos estudos do final dos anos 80 (cf., entre outros, os trabalhos do grupo em torno de Gert Rickheit e Hans Strohner, na Universidade de Bielefeld: Strohner, 1990; Strohner & Rickheit, 1990; Rickheit, 1991; Rickheit & Strohner, 1992; Rickheit & Habel, 1995; Strohner, 1995), não são mais típicas da linguística textual da atualidade. Os interesses de aplicação privilegiam o ecleticismo.

O objeto de pesquisa da linguística textual teórica é o texto abstrato, idealizado. Os autores da época de Harweg (1979 [1968]) e de Halliday & Hasan (1976) costumavam basear suas pesquisas em textos canônicos, prototípicos, escritos, muitas vezes literários, relativamente curtos e de uma só língua. Não era raro o uso de exemplos criados para os fins da própria pesquisa. O objetivo da linguística textual teórica é a descrição e explicação dos princípios universais, bem como das regras específicas subjacentes à constituição do texto como tal. Os conceitos-chave dessa vertente são os de coesão e coerência (cf. Beaugrande & Dressler, 1981; Fritz, 1982; Fávero & Koch, 1983; Fávero, 1991; Koch, 1989; Koch & Travaglia, 1989, 1993; Bluhdorn, 1998a, 2008). Desde o início dos anos 90, no entanto, esses mesmos conceitos motivaram uma reorientação das pesquisas para o texto concreto (cf. Rickheit, 1991). Técnicas avançadas de gravação e de transcrição contribuíram para tornar textos orais acessíveis para a análise linguística (cf. Dittmar, 2002). Grandes *corpora* informatizados disponibilizaram dados em quantidades antes impensáveis (cf. Biber *et al.*,

1998). A criação de novos meios de comunicação, antes de mais nada da internet, levou ao surgimento de novos gêneros textuais (cf. Bittner, 2003). Desde então, a linguística textual tem se ocupado muito mais com textos autênticos, cotidianos, não-idealizados, inclusive incompletos e defeituosos (cf. Rau, 1994; Wrobel, 1995). A realidade multicultural em muitos países do mundo globalizante tem chamado a atenção para aspectos comparativos, principalmente para a comparação de gêneros (por exemplo, Pöckl, 1997; Eckkrammer & Eder, 2000; Fix *et al.*, 2001; Adamzik, 2001; Berkenbusch, 2002; Drescher, 2002) e para textos multilinguais (por exemplo, Keim & Androutsopoulos, 2000).

O texto canônico e prototípico pode ser caracterizado também como micro-texto. Ele é produto de um determinado autor, produzido em um determinado momento e com uma determinada intenção, versa sobre um determinado tema, pertence a um determinado gênero textual, é linear, possui um começo e um fim bem definidos e é composto exclusivamente de componentes linguísticos (frases e palavras) (cf. Linke & Nussbaumer, 1997). A partir dos anos 90, a linguística textual tem-se ocupado cada vez mais de textos não-canônicos, que não possuem algumas (ou várias) dessas características: textos polifônicos, produzidos por mais de um autor, em momentos distintos e com intenções diversas (cibertexto; cf. Aarseth 1997), textos politemáticos e poligenéricos (cf. Antos & Tietz, 1997), não-lineares e não-delimitados (hipertexto; cf. Kuhlen, 1991) e textos multimediais (por exemplo, Fix & Wellmann, 2000; Muller-Hagedorn, 2002).

O texto canônico foi caracterizado pela linguística textual clássica como um objeto constituído por forças centrípetas. Halliday & Hasan (1976, p. 2) explicaram a textualidade (a qualidade de ser um texto) a partir da textura, isto é, a partir da rede coesa de ligações entre os elementos do discurso. Os autores mencionaram cinco sistemas de recursos linguísticos que contribuem para essa rede: os sistemas da referência, da substituição, da elipse, da conjunção e da coesão lexical (ib., p. 4). Beaugrande & Dressler (1981, p. 3ss.) modificaram o conceito de coesão e acrescentaram o conceito complementar de coerência, definido por Koch & Travaglia (1993, p. 21) como aquilo “que faz com que o texto faça sentido para os usuários”. Para Beaugrande & Dressler, a coesão abrange a conexidade puramente formal do texto, que se materializa na ocorrência de determinados recursos gramático-lexicais. A coerência, por sua vez, engloba a conexidade semântico-conceitual. Os autores levantam, no todo, sete critérios da textualidade, que devem ser satisfeitos por um conjunto de signos para que ele possa ser considerado um texto legítimo. Justamente esse conceito do texto legítimo vem sendo questionado cada vez mais pela linguística textual da atualidade (cf. Fix *et al.*, 2002). Nos textos não-canônicos, que despertam o interesse de um número crescente de

pesquisadores, destacam-se as forças centrífugas, isto é, a totalidade de fatores que enfraquecem a conexidade e delimitação do texto individual. O conceito-chave passa a ser o de intertextualidade (cf. Kristeva, 1967; Linke & Nussbaumer, 1997; Klein & Fix, 1997), segundo o qual todo texto pressupõe a existência prévia de outros textos, que se relacionam entre si na forma de redes e relativizam a coerência e delimitação internas de cada texto individual (cf. Holthuis, 1993; Haßler, 1997). Outro conceito relevante é o de polifonia (cf. Bakhtin, 1929-1997; Koch, 1997, p. 50ss.), que enfatiza a presença simultânea de várias vozes dentro de qualquer texto. Os conceitos de intertextualidade e de polifonia não são independentes um do outro (cf. Koch, 1991; Barros, 1999a). Para Koch (1997, p. 56s. e 2004, p. 154.), a intertextualidade é um caso particular de polifonia, enquanto, para Bluhdorn (2008), a relação se constrói de maneira inversa, sendo a polifonia um caso particular da intertextualidade.

Sintetizando, o percurso histórico da linguística textual pode ser caracterizado por quatro linhas de evolução:

- (i) da teoria para a aplicação,
- (ii) do texto abstrato para o texto concreto,
- (iii) do micro-texto para o macro-texto,
- (iv) das forças centrípetas para as forças centrífugas.

Nos últimos dez anos, essas quatro tendências têm mudado consideravelmente a perspectiva da linguística textual sobre o seu objeto de pesquisa. A Linguística de Texto entrou numa fase de auto-reflexão e de redefinição. Antos & Tietz (1997) discutem o “futuro da linguística textual”. Fix e Adamzik perguntam: “É preciso redefinir a noção de texto?” (Fix *et al.*, 2002) Para os anos vindouros, antecipa-se uma discussão intensa e frutífera dessas questões.

Nos itens a seguir, iremos comparar a situação atual da linguística textual na Alemanha com a situação no Brasil, com o intuito de descobrir em que medida ainda se pode afirmar que o discurso alemão e europeu exerce uma influência considerável sobre o discurso no Brasil ou em que medida o discurso brasileiro tem tomado outros rumos, independentes do discurso europeu.

2. A situação atual da linguística textual na Alemanha

Na Alemanha, a linguística se encontra hoje numa situação contraditória. Por um lado, quem não dispõe de competências linguísticas na cultura européia tem grandes dificuldades em realizar seus planos de vida. O domínio da língua materna e de línguas estrangeiras torna-

se cada vez mais importante no dia-a-dia das pessoas em todas as classes sociais. As competências linguísticas necessitadas englobam todos os níveis da estrutura da língua, desde a fonética, a fonologia e a morfologia até a sintaxe e o texto, incluindo aspectos formais, semânticos e pragmáticos. Para garantir que essa necessidade seja cumprida pelas instituições de ensino, a linguística (e não só a literatura) é um componente fundamental da formação de todo e qualquer professor de línguas.

Por outro lado, as preocupações teóricas dos linguistas mais respeitados dos anos 70 a 90, muitas vezes afastadas da realidade cotidiana e até mesmo elitistas, têm criado na sociedade um clima hostil aos conteúdos clássicos da disciplina. Os discursos públicos refletidos pela mídia mostram que atualmente a linguística é pouco respeitada como parte da cultura, não apenas entre leigos, mas também entre estudantes e até mesmo entre docentes de ciências humanas. Ela não gera lucro financeiro como as engenharias e as ciências biológicas e exatas, e, muitas vezes, também não traz o prazer que outras ciências humanas e as artes trazem. Entre os estudantes, a linguística é hoje uma das disciplinas menos populares. Via de regra, eles buscam adquirir apenas o número mínimo de créditos exigido para a obtenção do grau e, dentro das matérias oferecidas, tendem a privilegiar aquelas que lhes parecem menos técnicas, menos “linguísticas” *stricto sensu*. Como a maioria das universidades amenizou cada vez mais as exigências formais nesta área, não é raro hoje em dia o estudante de letras que, na hora de concluir seu curso, não sabe a diferença entre oclusiva e fricativa, entre preposição, conjunção e advérbio, entre substantivo e sujeito, ainda mais porque tal conhecimento não é mais considerado critério de aprovação por grande parte dos docentes.

Nessa situação, é interessante observar que a linguística textual é uma das subdisciplinas que menos perderam a confiança e o interesse dos estudantes, da mídia e da sociedade como um todo, justamente por ser considerada uma subdisciplina menos “linguística”. Por ter mais afinidade com a literatura, com a teoria da comunicação e da mídia, com a semiótica e com as artes, a linguística textual é hoje bem mais popular do que as áreas clássicas fonética e fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Sem dúvida, o que contribuiu para isso foi a sua própria evolução, que se afastou dos discursos teóricos dos anos 70 e 80 e desenvolveu um perfil empírico e aplicado.

A função cultural geralmente atribuída à linguística textual na presente situação na Alemanha é a de um intérprete da “sociedade de mídia” (em alemão: *Mediengesellschaft*) que providencia ferramentas e recursos conceituais para analisar os sistemas de texto (intertexto, hipertexto, cibertexto) cada vez mais complexos, característicos da comunicação e interação sociais. Muito mais do que as subdisciplinas clássicas, a linguística textual é considerada

capaz de reduzir a incompreensibilidade da cultura pós-moderna e de providenciar recursos educativos para possibilitar a participação cultural da geração dos jovens. Por isso, ela está ainda numa situação relativamente estável em relação à disponibilidade de recursos financeiros e humanos, enquanto a linguística como um todo enfrenta cada vez mais dificuldades de justificar sua existência.

2.1. Pesquisa em gêneros textuais

Um dos campos mais produtivos dentro da linguística textual desde a virada do milênio tem sido a área dos gêneros textuais, isto é, uma área predominantemente descritiva, de cunho mais cultural do que linguístico propriamente dito, pouco ligada à gramática e semântica do texto.

No prefácio de uma recente coletânea de artigos (2000, p. 7), Adamzik menciona três congressos dos anos 70, 80 e 90, cujas atas são consideradas publicações de referência da área (Gulich & Raible, 1972, Kallmeyer, 1986 e Mackeldey, 1991). Os trabalhos da própria coletânea organizada por Adamzik (2000) são oriundos de um quarto congresso nessa sequência. Nos anos 70, houve uma fase em que muitos autores se empenharam com otimismo em pesquisas sobre os gêneros, naquela época via de regra com objetivos teóricos. Nos anos 80 e 90, outros assuntos se tornaram dominantes dentro da linguística textual (cf. Adamzik, 1995, p. 21), antes de mais nada, as questões da coesão e coerência. Principalmente Adamzik contribuiu muito com suas publicações desde os meados dos anos 90 para que os gêneros ganhassem novamente o interesse dos pesquisadores. Em 1998, ela criou um grupo de estudos sobre gêneros textuais e discursivos com sede na Universidade de Genebra, que organiza congressos periódicos e atraiu bastante interesse pela série de monografias intitulada *Textsorten* (gêneros textuais), organizada por Kirsten Adamzik, Gerd Antos e Wolfgang Heinemann, junto à editora Stauffenburg-Verlag em Tübingen. Desde 2000, foram publicadas sete monografias nesse âmbito.

Segundo Heinemann (2000, p. 9), os gêneros textuais são, antes de mais nada, categorias informais populares (cf. também Kron, 2002, p. 10ff.). É parte do saber cotidiano que textos tendem a seguir padrões convencionalizados (cf. Adamzik, 1995, p. 18). Segundo Adamzik, esses padrões referem-se a quatro grupos de propriedades (cf. ib., p. 15f.):

- (i) à área da interação social em que o texto ocorre,
- (ii) à sua função pragmática,
- (iii) ao seu tema,
- (iv) à sua forma linguística.

Adamzik (1995, p. 14ss.) distingue entre dois empregos do termo *Textsorte* (em português, geralmente, *gênero textual*, mas cf. a discussão a seguir): um mais cotidiano e outro mais técnico. No uso cotidiano, uma *Textsorte* é qualquer grupo de textos, caracterizado por uma propriedade partilhada. Nesse sentido, é possível definir *Textsorten ad hoc*, tais como *panfleto de propaganda de venda de imóveis em cruzamento de ruas*.

No sentido técnico, uma *Textsorte* é uma categoria de textos que possui relevância para a prática de uma língua, para sua descrição científica e/ou para a teoria da linguagem. A relevância para a prática de uma língua manifesta-se, por exemplo, na existência de uma palavra nessa língua que denote a *Textsorte* em questão, e também na unanimidade de uma parcela significativa dos falantes nativos dessa língua de que a *Textsorte* em questão é uma categoria real e deve ser estudada nas instituições de ensino. A relevância para a descrição científica da língua pode se dar como consequência da relevância para sua prática, mas pode também surgir como consequência de um modelo de análise que busca sistematizar os dados da língua conforme critérios homogêneos. A relevância para a teoria da linguagem pode se manifestar no contexto de uma abordagem que busca cartografar o universo de textos segundo critérios universalistas, independentes da língua individual.

Textsorten no sentido técnico são definidas por feixes de propriedades, que podem ser universais ou convencionalizadas no âmbito de uma determinada comunidade de falantes-ouvintes. Analogicamente, podemos distinguir entre *Textsorten* universais, tais como monólogo vs. diálogo, texto escrito vs. texto oral, narrativa vs. argumentação, tradução vs. texto original, etc., e *Textsorten* particulares de cada língua e/ou cultura, tais como narração de futebol, jornal de notícias, diário oficial ou oráculo dos búzios, no caso da cultura brasileira. As *Textsorten* particulares podem ser organizadas em categorias mais abrangentes, tais como texto jornalístico, texto literário, texto técnico-científico, etc., que podem ser particulares de uma língua específica, mas que se aproximam também das *Textsorten* universais.

2.2. Sistemas de categorização

Na bibliografia da área observa-se bastante variação dos procedimentos e objetivos da categorização de textos e das categorias efetivamente obtidas, o que se reflete, inclusive, na terminologia. Alguns autores falam em tipos de texto, outros em classes de texto, ainda outros em gêneros textuais (em alemão, literalmente: *Texttypen*, *Textklassen*, *Textgattungen*, etc.). Houve também várias propostas de organizar esses conceitos e termos como níveis hierárquicos de um só sistema de categorização.

Kron (2002, p. 65) apresenta uma sinopse de quatro sistemas de categorização: sorteamento (em alemão: *Sortierung*), classificação (*Klassifikation*), taxionomia (*Gattungslehre*) e tipologia/ morfologia (*Typologie/ Formenlehre*):

categorização	pré-científica	científica		
categorias	sortes	pré-teórica	teórica	
		classes	histórica-natural	geral-abstrata
			gêneros	tipos
				geral-aplicada
			espécies	formas
sistema de categorização	sorteamento	classificação	taxionomia	tipologia
				morfologia

A principal diferença entre esses sistemas está nos níveis de formalização e abstração (ib., p. 62ss.). O sorteamento⁴ é pré-científico no sentido de fundamentar-se em critérios intuitivos, inconscientemente escolhidos e não-explicitados. É um sistema cotidiano de categorização e resulta em categorias mais ou menos *ad hoc*, que servem para finalidades específicas em situações específicas. É nesse nível que se obtêm as categorias chamadas de *Textsorten* em alemão, o que traduziremos doravante pelo termo *sortes de texto*, pouco corriqueiro na bibliografia brasileira. De fato, é o que boa parte dos autores chama informalmente de gêneros, sem distinguir entre os níveis de abstração.

Ao contrário do sorteamento, uma categorização científica baseia-se em critérios conscientemente escolhidos e explicitados. Nesse nível, a categorização mais simples é a classificação. Ela é pré-teórica no sentido de fundamentar-se em critérios que não decorrem de uma teoria e que não estão necessariamente em relações sistemáticas entre si. Os critérios servem apenas para o objetivo prático de organizar um conjunto de objetos empíricos. A classificação de textos resulta em classes de texto (em alemão: *Textklassen*). Nesse modelo, portanto, uma classe de texto não é simplesmente uma categoria que engloba várias sortes de

⁴ Os termos *sorteamento* e *sorte* podem soar estranhos em português. Eles devem ser entendidos, no contexto deste trabalho, como termos técnicos “importados” do alemão. Não devem ser entendidos no sentido que essas palavras têm no português cotidiano. A língua portuguesa possui menos palavras do que a alemã para fazer referência a diferentes procedimentos de categorização. Para dar conta das distinções terminológicas feitas por Kron (2002), surgiu a necessidade de criar termos novos para o nível básico de categorização: a categorização popular, não-científica. Escolhemos *sorteamento* e *sorte* como traduções de *Sortierung* e *Sorte* em alemão. A palavra *sorte* existe também em português no sentido de ‘categoria’, como nas expressões *de toda sorte*, *de qualquer sorte*.

texto. A classe corresponde a um nível de abstração mais alto do que a sorte, a um nível mais formalizado, mesmo sem estar ligado a uma teoria.

Uma categorização teórica baseia-se em critérios decorrentes de uma teoria que se relacionam entre si de uma maneira sistemática. Ela não engloba apenas os objetos empíricos de um determinado âmbito, mas também todos os objetos possíveis nesse âmbito. No nível da categorização teórica, a variante mais simples é a taxionomia. Trata-se de uma categorização histórica-natural, que dá conta de categorias surgidas no decorrer da história e passíveis de mudanças. São desse nível, por exemplo, as taxionomias zoológica e botânica criadas por Linnaeus. A taxionomia de textos resulta em gêneros propriamente ditos (em alemão: *Textgattungen*) e em espécies de texto (em alemão: *Textarten*) como subdivisões dos gêneros. Gêneros, nesse sentido, são os gêneros poéticos da teoria literária (texto lírico, texto épico, texto dramático, entre outros), e espécies são o soneto, a ode, a epopéia, o romance, a tragédia, a comédia, e assim por diante.

O quarto nível de categorização, finalmente, é a tipologia, acompanhada por uma morfologia correspondente, que juntos constituem uma categorização geral. Seus critérios abstratos decorrem de uma teoria sistemática, a-histórica, universal, e manifestam-se em formas concretas. A tipologia de textos engloba todos os textos existentes, possíveis e pensáveis dentro do mundo conhecido, organiza-os numa hierarquia de tipos universais (em alemão: *Texttypen*) e atribui a cada tipo um conjunto de possíveis realizações formais (morfológicas) (em alemão: *Textformen*), dependendo do sistema de recursos disponibilizados por cada língua. Uma tipologia textual bastante conhecida é a distinção retórica entre textos descritivos, narrativos, expositivos, argumentativos e instrutivos (cf. Werlich, 1979; cf. também a elaboração desse modelo por Kron, 2002).

2.3. Sorteamento vs. tipologia de textos

Para explicar melhor a diferença entre os sistemas de categorização, Adamzik (1995, p. 24ss.) e Kron (2002, p. 15s.) comparam o sorteamento de textos com a tipologia de textos e dão as seguintes caracterizações.

O sorteamento de textos é um procedimento indutivo e empírico. Ele não categoriza o universo textual nem sistemática nem exaustivamente. Seu objetivo é a descrição de determinadas sortes de texto, relevantes para a cultura de uma comunidade de falantes. O sorteamento não exige que cada texto individual pertença a uma determinada sorte, ou seja, é possível que haja textos dentro do universo textual que não se inserem em nenhuma das sortes estabelecidas. O sorteamento fundamenta-se em critérios culturalmente relevantes, isto é,

específicos e distintos para o universo textual de cada cultura. Os quatro grupos de critérios que caracterizam uma sorte de texto (área de ocorrência, função, tema e forma linguística) concretizam e configuram-se de uma maneira diferente para cada sorte. Nem todo critério é relevante para toda sorte. O número total de sortes é indefinido, mas em todos os casos bastante grande. Sortes de texto são definidas individualmente e não em oposição a outras sortes. Para saber o que é uma receita de bolo não é relevante saber em quais propriedades ela se distingue de um cardápio ou de uma instrução de montagem. O sorteamento toma como ponto de partida as sortes empíricas encontradas na vida cotidiana, isto é, categorias que têm nomes na língua popular. Para a língua alemã, Adamzik (1995, p. 255ss.) fez um levantamento de cerca de 4.000 denominações, não-terminológicas e terminológicas, de sortes de texto, mas destaca que uma lista desse tipo, mesmo que abrangente, jamais poderá ser completa em relação ao vocabulário relevante da língua e nem exaustiva em relação ao universo de textos.

A tipologia de textos, por sua vez, é um procedimento dedutivo e teórico. Ela parte de uma teoria e busca categorizar o universo textual sistemática, explícita e exhaustivamente. A tipologia tem objetivos universalistas e procura basear-se em critérios universais. Os quatro grupos de critérios (área de ocorrência, função, tema e forma linguística) são desdobrados em oposições que transcendem o horizonte de uma só comunidade cultural e de uma só língua. A caracterização de todos os tipos de texto é efetuada por um único conjunto reduzido de critérios, e o número total de tipos é relativamente pequeno. A tipologia não se preocupa com a existência de denominações na língua popular, mas aceita a criação de uma terminologia, para dar conta de todos os tipos reais e possíveis. A especificidade de cada tipo é a somatória das suas propriedades em oposição às propriedades de todos os outros tipos. Para saber o que é um texto narrativo é relevante e suficiente que se saiba em quais propriedades ele se distingue de um texto descritivo, expositivo, argumentativo e instrutivo.

É evidente que a linguística textual como disciplina científica não pode se contentar com um mero sorteamento ou uma simples classificação, mas deve buscar estabelecer uma tipologia de textos teoricamente fundamentada. No entanto, boa parte das pesquisas realizadas nos últimos anos tem sido mais modesta em seus objetivos. Em geral, o que tem sido feito são descrições minuciosas de sortes de texto individuais ou de conjuntos de sortes de texto que ocorrem em um determinado segmento cultural. Tais estudos costumam vir baseados em grandes *corpora* de dados empíricos, o que facilita a aplicação dos seus resultados em diversos campos da cultura, desde a área da mídia (criação de hipertexto) e da computação (extração de informação) até a didática. Muitos desses trabalhos não são científicos *stricto*

sensu, não produzem conhecimento sistemático e explícito, mas justamente por isso, são vistos com mais simpatia pela sociedade do que os trabalhos cientificamente mais rigorosos dos linguistas de outras áreas.

2.4. Sortes de texto e padrões textuais: abordagem descritiva

Segundo Adamzik (1995, p. 27s.), uma sorte de texto é caracterizada por um padrão textual (em alemão: *Textmuster*) bastante específico, um conjunto heterogêneo de propriedades, que abre pouca margem para a variação. Cada texto individual, para se inserir em uma sorte, deve ser produzido conforme o mesmo modelo pré-fabricado, que corresponde a uma rotina comunicativa, convencionalizada para determinados objetivos de interação. Justamente por isso, não seria realístico exigir que todo e qualquer texto empírico deve-se inserir em alguma sorte de texto. Boa parte dos textos reais produzidos pelos integrantes de uma comunidade segue algum padrão pré-fabricado, mas é sempre possível produzir um texto que não segue nenhum padrão desse tipo e, portanto, não se insere em nenhuma sorte de texto (embora deva inserir-se sempre em algum tipo de texto).

Para sistematizar o procedimento de descrição para sortes de texto e padrões textuais, podemos partir da observação de que cada padrão textual estabelece restrições em relação a determinados parâmetros funcionais e/ou formais. O conjunto desses parâmetros pode ser definido e sistematizado por uma teoria pragmática, semântica e gramatical. Os parâmetros desdobram os quatro grupos de critérios acima mencionados (área de ocorrência, função, tema e forma Linguística de Texto). Não podemos, neste artigo, entrar nos detalhes do procedimento de descrição, mas queremos dar alguns exemplos a título de ilustração (cf. também o modelo de Schank & Schoenthal, 1976, p. 30ss.).

Para começar, algumas sortes de texto estabelecem restrições em relação ao tipo de produtor. Um poema, por exemplo, é produzido por um poeta. A própria atividade de escrever um texto dessa categoria categoriza a pessoa. Quem escreve um poema pode ser chamado de poeta justamente por esse fato, e quem é chamado de poeta tem o direito e a obrigação de escrever poemas. O mesmo é válido por romances e romancistas, por sermões e padres e por uma série de outros pares de sorte de texto e tipo de produtor. Mas existem também sortes de texto que não possuem nenhuma limitação desse tipo. Uma carta de amor, por exemplo, pode ser produzida por qualquer pessoa. Não existe, na cultura alemã ou brasileira, uma distinção cultural entre pessoas de um tipo, que escrevem cartas de amor, e pessoas de outro tipo, que não as escrevem. No entanto, a carta de amor, em relação ao produtor, estabelece restrições funcionais: ela tem a função de manifestar os seus sentimentos. Quem escreve uma carta de

amor manifesta sentimentos de um determinado tipo e quem quiser manifestar tais sentimentos pode e deve escrever uma carta de amor. Esse tipo de restrição funcional em relação ao produtor não existe para poemas, romances ou sermões, mas existe também para promessas, que podem ser feitas por qualquer pessoa, mas têm sempre a função de definir algum ato futuro de quem as produz.

Algumas sortes de texto estabelecem restrições em relação ao tipo de destinatário. Livros infantis, por exemplo, são destinados a crianças, receitas de médico, a farmacêuticos, comandos de movimento como *arre!*, a bestas. Outras não restringem o tipo, mas sim, a função do destinatário: um relatório quer informá-lo, uma carta de amor quer movê-lo. Muitas sortes de texto apresentam restrições em relação ao tipo de tema: um boletim meteorológico trata do tempo, uma receita de cozinha, de alimentos, um romance de aventuras, de aventuras. Outras restringem a função do tema: uma aula acadêmica quer esclarecê-lo, um conto de fadas quer narrá-lo, um discurso político quer discuti-lo.

Há sortes de texto que restringem o tipo de linguagem a ser usado: o sermão usa a linguagem eclesiástica, uma lei, a linguagem jurídica, uma carta pessoal, a linguagem cotidiana. As restrições podem-se referir ao meio de realização: uma epígrafe, uma lista telefônica, um videotexto são realizados no meio escrito, enquanto uma aula, uma conversa ao telefone, um grito de independência são realizados no meio oral. Há gêneros que restringem o instrumento de realização: um e-mail é produzido no computador, um cartão postal é escrito à mão, uma carta de sequestrador é feita com tesoura e cola. Outros gêneros restringem o meio de transmissão: um fax é transmitido pela rede telefônica, um videotexto, pela televisão, uma carta pessoal, pelo correio.

Algumas sortes de texto possuem restrições em relação ao espaço em que ocorrem: um sermão numa igreja, um discurso à mesa junto a uma mesa de jantar, uma peça de teatro numa sala de teatro. Pode haver restrições em relação ao posicionamento espacial do destinatário: ele está próximo ao falante numa mesa-redonda, mas longe dele numa conversa ao telefone ou numa videoconferência. Há sortes de texto que restringem a sequenciação com determinados eventos: uma bênção dos alimentos é feita antes da refeição, ou em relação a textos de outras sortes: sobre uma solicitação de afastamento é emitido um parecer, em seguida, a solicitação é aprovada ou reprovada, e mais tarde é elaborado um relatório de afastamento. Pode haver restrições em relação à modalidade epistêmica do texto (certeza vs. incerteza): um relatório relata certezas, um história de mentiras narra mentiras, um *brainstorming* levanta idéias contingentes. Finalmente, existem textos que restringem a modalidade deôntica ou volitiva do texto (desejabilidade vs. indesejabilidade): um comando e uma lei estabelecem obrigações,

uma carteira de motorista estabelece uma permissão, uma carta de alforria libera de obrigações.

2.5. Aplicação na didática

O padrão textual de uma dada sorte de texto pode ser especificado mediante o levantamento e detalhamento das restrições em relação a esses parâmetros de variação. Descrições desse tipo têm, antes de mais nada, utilidade prática na didática de línguas estrangeiras e materna (cf. Adamzik, 2000, p. 7). Como exemplo, podemos citar uma coletânea de artigos organizada por Sommerfeldt & Schreiber (2001), que traz resumos de diversas dissertações de mestrado em germanística, elaboradas por pós-graduandos poloneses. Todos esses trabalhos tratam de sortes de texto, em sua maioria típicas de jornais e revistas: carta de leitor, anúncio familiar, boletim meteorológico, anúncio de procura de companheiro, anúncio de imóveis, propaganda de turismo, anúncio de emprego, descrição de doença (em revistas médicas populares), bula de remédio, propaganda de cosméticos, reportagem de esporte. Para cada sorte de texto, os autores descrevem detalhadamente metas e funções comunicativas, atos de fala típicos, estrutura do texto, vocabulário, verbos e construções sintáticas, emprego das diáteses verbais, recursos referenciais (pronomes, etc.), emprego dos tempos e modos verbais e das modalidades. Para o aprendiz da língua materna e da estrangeira em nível avançado, tais informações são úteis e até mesmo indispensáveis, tanto para a compreensão quanto para a produção.

Reiteramos, no entanto, que pesquisas desse gênero não são projetos científicos propriamente ditos. São estudos descritivos com objetivos práticos. Elas não produzem conhecimento novo, mas reorganizam conhecimento já disponível, adaptam-no para novos usuários e, dessa maneira, contribuem para preservar tradições culturais e para garantir a sua continuidade. É esse papel que parece caracterizar mais adequadamente a presente situação da linguística textual na Alemanha.

3. Principais perspectivas da linguística textual no Brasil

No Brasil, os primeiros trabalhos relacionados ao estudo linguístico do texto surgiram no final dos anos 70. A tradução de duas obras — *Semiótica narrativa e textual* de Chabrol e outros pesquisadores (1977) e *Linguística e teoria do texto* de Schmidt (1978) — para o português contribuiu bastante para esse novo olhar sobre os estudos linguísticos. Outro fato importante foi a publicação, em Portugal, do livro *Pragmática linguística e ensino de português* de Joaquim Fonseca e Fernanda Irene Fonseca (1977), no qual se buscava aplicar

os princípios da pragmática linguística ao ensino de língua materna, objetivando um enfoque textual, como já era comum em outros países europeus.

Nessa mesma época, desenvolviam-se, na Universidade Estadual de Campinas, os primeiros estudos sobre o discurso, numa perspectiva da semântica argumentativa: *O intervalo semântico* de Vogt (1977) e *Argumentação e discurso político* de Osakabe (1979).

Contudo, é a partir da década de 1980 que, efetivamente, começam a proliferar os estudos de linguística textual. Depois da publicação do artigo “Por uma gramática textual”, na Revista *Letras de Hoje*, de autoria de Ignácio Antonio Neis, em 1981, surgem os primeiros livros na área: *Linguística textual. Introdução*, de Leonor Fávero & Ingedore Koch, e *Linguística de texto: o que é e como se faz*, de Luiz Antônio Marcuschi, ambos publicados em 1983. Muitos pesquisadores começam a escrever artigos em revistas nos quais desenvolvem trabalhos sob esta perspectiva, surgindo inclusive números integralmente dedicados aos estudos sobre o texto (cf. *Letras de Hoje* 18.2; *Cadernos PUC* n. 22: *Linguística textual — texto e leitura*). Em congressos e seminários de pesquisa começam a aparecer trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva. Começam, então, a se formar vários núcleos de pesquisa sobre texto. Tais núcleos geram o interesse de alunos e passam a frutificar cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, ministrados em várias universidades do país. Também surgem as primeiras dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema (cf. Koch, 1999, p. 176).

3.1. Perspectivas teóricas

As pesquisas sobre texto realizadas no Brasil têm por base estudos desenvolvidos na Alemanha (Weinrich, 1964; Dressler, 1978; Beaugrande & Dressler, 1981; Gulich & Kotschi, 1983; Motsch, 1987, etc.), na Holanda (van Dijk, 1983, 2000), na França (Charolles, 1983; Charradeau, 1983; Combettes, 1986, 1988; Adam, 1990, 1992; Vigner, 1990; Moirand, 1990; Bronckart, 1996, etc.), na Inglaterra (Halliday & Hasan, 1976, principalmente), na Espanha (Bernárdez, 1982 e 1995) e nos Estados Unidos, tanto por linguistas (Chafe, 1970, 1972, 1974, 1987; Givón, 1979a, 1979b; Thompson, 1980; Prince, 1981; Brown & Yule, 1981, etc.) como por pesquisadores da área de psicologia e inteligência artificial (Minsky, 1975; Clark & Clark, 1977; Schank & Abelson, 1977; Rumelhart, 1980; Johnson-Laird, 1983; Sanford & Garrod, 1985, entre outros). Na década de 1990, encontramos de modo efetivo pesquisas relacionadas à anáfora e referência, com forte influência de estudos realizados na França e Suíça (cf. Barros, 1999c).

3.1.1. Primeiro momento

No início da década de 1980, publicaram-se no Brasil obras sobre linguística textual que tinham como meta não só apresentar ao leitor brasileiro esse novo ramo da ciência linguística, seus objetivos, pressupostos teóricos, categorias de análise, mas também delinear um panorama geral do que estava sendo feito na Europa (Neis, 1981; Fávero & Koch, 1983; Marcuschi, 1983). Nessa época os pontos mais abordados foram: os critérios de textualidade propostos por Beaugrande & Dressler (1981), em especial, a coesão textual discutida sob a perspectiva de Halliday & Hasan (1976).

Em 1985, Lúcia M.K. Bastos publica seu trabalho intitulado *Coesão e coerência em narrativas escolares escritas*. A partir dessa época, revistas especializadas e anais de congressos passam a incorporar em suas publicações artigos e comunicações sobre os critérios de textualidade, bem como sobre o emprego dos tempos verbais e as tipologias textuais. Cabe destacar que nos trabalhos publicados, os pesquisadores brasileiros não apenas fazem uma revisão crítica dos critérios de textualidade, como também postulam que se deixe de considerar a coerência apenas um fator entre outros, para entendê-la como um macrofator da textualidade, resultante da atuação conjunta de todos os demais fatores e, portanto, decisiva para a caracterização da textualidade (cf. Marcuschi, 1983; Koch, 1984, 1985a/b, 1988, 2004; Fávero, 1991).

Quanto ao estudo sobre os tempos verbais, as pesquisas se desenvolveram com base na teoria de Weinrich (1964), embora os autores brasileiros apresentem alguns questionamentos de ordem geral e apontem inadequações na teoria quando aplicada ao português (cf. Koch, 1982, 1984, 1992). Em relação aos tipos de texto, uma das influências mais fortes foi a de van Dijk (1989; van Dijk & Kintsch 1983). Seu conceito de superestrutura, aplicado à descrição de diversos tipos de texto, foi bem aceito entre os pesquisadores brasileiros, tendo sido a base teórica para muitos trabalhos aqui desenvolvidos. O mesmo se pode dizer sobre os conceitos de macroestrutura e a descrição das estratégias de sumarização, que foram aplicadas a vários estudos sobre compreensão e produção textual, produção de resumos, estudos que deram origem a dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas por pesquisadores que atuam na área de linguística textual.

3.1.2. Segundo momento

No ano de 1989, são publicados dois livros *A coesão textual*, de Koch, e *Texto e coerência*, de Koch & Travaglia, e, em 1990, *A coerência textual*, também de Koch & Travaglia (1993), que dão início a uma segunda etapa dos estudos sobre o texto no Brasil.

Em seu estudo sobre coesão, Koch afasta-se um pouco da teoria desenvolvida por Halliday & Hasan (1976) e passa a incorporar em seu trabalho as idéias de autores alemães como, por exemplo, Meyer-Hermann (1976) e Kallmeyer (1974), classificando os mecanismos de coesão com base, primordialmente, em sua função textual. Desse modo, a autora distingue dois grupos de recursos coesivos: os responsáveis pela remissão a outros elementos textuais ou inferíveis (coesão remissiva ou referencial) e os que concorrem para a progressão textual, permitindo a continuidade de sentidos (coesão sequencial).

Nos trabalhos sobre coerência, Koch & Travaglia conceituam a coerência como “um princípio de interpretabilidade do texto”, na esteira de Charolles (1983), com base em três pressupostos:

- (i) a coerência não constitui simples qualidade ou propriedade do texto em si;
- (ii) em decorrência do primeiro pressuposto, ela não se confunde com a coesão, a qual não é condição necessária nem suficiente da coerência;
- (iii) a coerência resulta da atuação conjunta de uma rede de fatores de ordem linguística, cognitiva, sociocultural, interacional, etc.

Nos anos 90, surgem outras publicações de linguistas brasileiros que defendem posições semelhantes, como se pode verificar em Fávero (1991) e Costa Val (1991).

Cabe destacar que também os trabalhos de Gulich & Raible (1972) e de Gulich & Kotschi (1983) influenciaram sobremaneira algumas das pesquisas desse período, principalmente aquelas relacionadas à formulação textual, como se pode verificar em Barros & Melo (1990) e Hilgert (1993).

3.1.3. Momento atual

No início da década de 1990, os pesquisadores brasileiros apresentavam uma forte tendência para seguir uma perspectiva sociointeracional no trabalho com a linguagem (cf. Geraldi, 1991; Koch, 1992) e, conseqüentemente, para os estudos dos processos e estratégias sociocognitivos envolvidos no processamento textual (relativos à compreensão e à produção), como se observa nos trabalhos de Marcuschi e Koch, que buscaram discutir a produção da inferência (cf. Marcuschi, 1994; Koch, 1993a). Dentro desse enfoque, os principais objetos de pesquisa têm sido a estrutura e funcionamento da memória, as formas de representação dos conhecimentos (observando o acesso, a utilização, a recuperação e a atualização), as

principais estratégias (sociocognitiva, interacional e textual) acionadas durante o processo de produção/ inteligência. Os pesquisadores brasileiros que se dedicam ao estudo dessas questões, em particular Marcuschi e Koch, tomam como base teórica, principalmente, as obras de Schwarz (1992), Rickheit & Strohner (1985), Heinemann & Viehweger (1991), van Dijk (1989, 1994) e Vignaux (1992).

Outra forte tendência é aquela que se dedica ao estudo dos gêneros textuais, baseando-se na obra de Bakhtin, *Estética da criação verbal* (1992 [1979]; cf. também Bakhtin 1997 [1929]), e também nas pesquisas de Adam (1990, 1992) no que se refere à questão da tipologia textual. No Brasil destacam-se os trabalhos de Marcuschi (1996, 2001, 2007 [2002], 2003), Brandão (2000, 2003) Bonini (2001), Meurer & Motta-Roth (2002), entre outros.

Ainda na segunda metade da década de 1990, continuam em evidência a questão da referenciação, em que são discutidas as diversas formas de remissão textual e os vários tipos de recursos anafóricos e de seu processamento sociocognitivo (cf. Marcuschi, 1994, 1997; Koch, 1996, 1997, 2004). No ano de 2003, publica-se uma coletânea de artigos de linguistas franceses sobre referenciação, organizada por Mônica Magalhães Cavalcante, Bernardete Biasi-Rodrigues e Alena Ciúlla. Essa publicação faz parte das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa *Prottexto*, desenvolvido na Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual de Campinas e Universidade do Sul, visando a ampliar o âmbito das pesquisas sobre texto e discurso no país.

Como campos de aplicação, podemos mencionar o ensino da língua materna e de línguas estrangeiras (cf. Castilho, 1998; Fávero, Andrade & Aquino, 1999; Signorini, 2001) e alguns estudos sobre alfabetização e aquisição da escrita (por exemplo: Koch, 1993b, 1994; Kleiman, 1995; Milanez, 1993; Marcuschi, 1993, 1997; Massini-Cagliari, 1997; Corrêa, 2001). Outro campo bastante promissor é o uso da língua na comunicação de massa e na mídia: entrevistas de rádio e televisão, debates televisivos, telejornais, telenovelas, internet — abordando pesquisas sobre hipertexto, *chats* e *e-mail* (cf. Oliveira, 1996; Hilgert, 2000; Bonini, 2000; Marcuschi & Xavier, 2004, entre outros).

3.2. Estudos do texto falado

Outra corrente de pesquisa sobre texto que tem crescido muito no Brasil é a que se dedica aos estudos do texto falado (cf. Zilles, 2000; Marcuschi, 1986; Andrade, 2001). Esses estudos realizam-se, especificamente, no interior de três projetos temáticos. O primeiro deles, intitulado *Projeto de Estudos da Norma Urbana Culta* (NURC), com núcleos em Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, visava a investigar, na década de 1970, a

norma objetiva do português culto falado no Brasil, em seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares, a partir de gravações coletadas nessas grandes capitais. Nas décadas de 1980 e 1990, os pesquisadores de Recife e São Paulo aproveitaram o material coletado para observar esses mesmos dados sob uma perspectiva da análise da conversação, objetivando os estudos textuais-interativos. Os pesquisadores do projeto em São Paulo (Universidade de São Paulo), coordenados pelo professor Dino Preti, têm publicado vários estudos sobre oralidade e escrita, discurso oral culto, interação verbal e léxico nas duas modalidades da língua (cf. Preti, 1993, 1997, 1998, 2000, 2002, 2003).

O segundo projeto é o *Censo da Variação Linguística* (do Rio de Janeiro) que trabalha desde os anos 80 e caracteriza-se por uma abordagem sociolinguística, visando — atualmente — uma interface com o discurso. Dentre os pesquisadores desse grupo destacam-se Maria Cecília Mollica e Cláudia Nívea Roncarati (cf. Koch, 1999; Mollica, 2003).

O último, denominado *Projeto de Gramática do Português Falado* (PGPF), é coordenado pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho e teve início na década de 1980 (1988), visando a produzir coletivamente uma gramática de referência do português culto falado no Brasil, com dados do projeto NURC, anteriormente descrito. Já se encontram publicados oito volumes de uma coleção denominada *Gramática do português falado*, que reúne trabalhos produzidos por cerca de trinta e cinco pesquisadores (distribuídos em três grupos de projetos temáticos), vinculados a diversas universidades do país. Os temas abordados são, em linhas gerais:

- (i) classes lexicais e gramaticais (incluindo morfologia derivacional e flexional) e sintaxe das classes gramaticais;
- (ii) relações gramaticais (englobando fonologia e fonética) e
- (iii) organização textual-interativa.

Dentre todos os grupos, interessa sobremaneira destacar para esta pesquisa o grupo que desenvolve o tema *Organização Textual-Interativa no Português Falado no Brasil*, que se dedica não só à abordagem textual-interativa que o fundamenta, mas também mobiliza conceitos de linguística textual, análise da conversação e da pragmática linguística. Desse modo, aborda temas tais como: a natureza do texto falado, a organização tópica do texto falado, estratégias de construção textual, marcadores discursivos e/ou conectores textuais (cf. Koch, 1999; Neves, 1999; Koch & Jubran, 2006).

4. Considerações finais

Em síntese, constata-se que, no Brasil, não só a linguística textual, como também estudos sobre o texto realizados sob outras perspectivas teóricas, tais como: análise do discurso (cf. Brandão, 1991; Barros, 1999c), sociolinguística interacional (cf. Ribeiro & Garcez, 1998) e pragmática linguística (cf. Guimarães, 1983; Brandão, 1997), encontram campo fértil e têm apresentado resultados significativos nos vários grupos de pesquisa das universidades federais e estaduais e em algumas universidades privadas.

Na evolução histórica da linguística textual, observam-se as mesmas macro-tendências no Brasil e na Alemanha: da teoria para a aplicação, do texto abstrato para o texto concreto, do micro-texto para o macro-texto e das forças centrípetas para as forças centrífugas.

Na Alemanha, atualmente, boa parte da linguística textual parece estar mais ligada aos estudos culturais do que às subdisciplinas clássicas da linguística. As fronteiras entre linguística textual, estudos da comunicação e da mídia e estudos literários tornaram-se permeáveis em ambas as direções. Isso tem contribuído para que a linguística textual se mantivesse popular com os estudantes e continuasse respeitada com a mídia e com a sociedade em geral, mesmo em tempos em que a popularidade da linguística como um todo está decrescendo.

A linguística textual brasileira hoje em dia parece estar mais independente de modelos europeus do que nas fases anteriores da sua história. Desde os anos 90, ela tem desenvolvido cada vez mais seu próprio perfil, determinado por discursos especificamente brasileiros. Para que isso pudesse acontecer, foi de suma importância a elaboração de amplos *corpora* do português brasileiro, que documentam suas especificidades fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais. No âmbito dos vários projetos de pesquisa que exploram esses dados, a linguística textual faz suas contribuições para a descrição e definição da variedade brasileira da língua portuguesa, em distinção à variedade europeia e às demais variedades. Ela participou de um amplo debate sobre os objetivos e métodos do ensino da língua materna nas instituições de ensino públicas e privadas do Brasil e também do grande projeto cultural de alfabetizar integralmente a sociedade brasileira e de democratizar e diversificar a cultura da escrita. Com todos esses projetos, ela tem contribuído de uma maneira significativa para o desdobramento da identidade cultural do Brasil.

Referências bibliográficas

- AARSETH, Espen J. *Cybertext. Perspectives on Ergodic Literature*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.
- ADAM, Jean-Michel. *Éléments de linguistique textuelle*. Paris: Mardaga, 1990.

- _____. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.
- ADAMZIK, Kirsten. *Textsorten – Texttypologie. Eine kommentierte Bibliographie*. Munster: Nodus, 1995.
- _____. (org.). *Textsorten. Reflexionen und Analysen*. Tübingen: Stauffenburg, 2000.
- _____. *Kontrastive Textologie. Untersuchungen zur deutschen und französischen Sprach- und Literaturwissenschaft*. Mit Beiträgen von Roger Gaberell und Gottfried Kolde. Tübingen: Stauffenburg, 2001.
- _____. *Textlinguistik. Eine einführende Darstellung*. Tübingen: Niemeyer, 2004.
- ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O. *Relevância e contexto: o uso de digressões na língua falada*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- ANTOS, Gerd & AUGST, Gerhard (orgs.). *Textoptimierung. Das Verständlichermachen von Texten als linguistisches, psychologisches und praktisches Problem*. 2^a ed. Frankfurt/Main: Lang, 1992.
- _____. & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsuberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989.
- _____. & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski* (trad. P. Bezerra). 2^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1929].
- _____. *Estética da criação verbal* (trad. a partir do francês Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1979].
- BARROS, Diana L.P. de. “Dialogismo, polifonia e enunciação”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade. Em torno de Bakhtin*. 2^a ed. São Paulo: EDUSP, 1999a, p. 1-9.
- _____. “Estudos do texto e do discurso e questões de ensino no Brasil”. In: VALENTE, André (org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. São Paulo: Vozes, 1999b, p. 101-111.
- _____. “Estudos do texto e do discurso no Brasil”. In: *Linguística*. Publicação anual da ALFAL São Paulo: USP, 1999c, p. 189-202.
- _____. & MELO, Zilda Maria Z.C. “Procedimentos e funções da correção na conversação”. In: PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz/ FAPESP, 1990, p. 13-58.
- BASTOS, Lúcia M.K. *Coesão e coerência em narrativas escolares escritas*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1985.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de & DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.
- BERKENBUSCH, Gabriele. *Hörer beraten Hörer: Gesprächsorganisation und Verfahren der mündlichen Textproduktion. Eine vergleichende konversationsanalytische Studie zu spanischen, katalanischen und französischen Radiosendungen mit Hörerbeteiligung*. Tübingen: Stauffenburg, 2002.
- BERNÁRDEZ, Enrique. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.
- _____. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Catedra, 1995.

- BIBER, Douglas; CONRAD, Susan & REPPEN, Randi. *Corpus Linguistics. Investigating Language Structure and Use*. Cambridge: University Press, 1998.
- BITTNER, Johannes. *Digitalität, Sprache, Kommunikation. Eine Untersuchung zur Medialität von digitalen Kommunikationsformen und Textsorten und deren varietätenlinguistischer Modellierung*. Berlin: Erich Schmidt, 2003.
- BLUHDORN, Hardarik. "The relation between pragmatics, semantics and grammar and the notion of linguistic coherence". In: *S – European Journal for Semiotic Studies*, v. 10 n. 1-2, 1998a, p. 25-71.
- _____. "Textverständlichkeit und Textvereinfachung im deutschsprachigen Fachunterricht (DFU)". In: *Zielsprache Deutsch*, v. 29, n. 4, 1998b, p. 162-172.
- _____. "Coerência no discurso e na cognição". In: *Cadernos de Letras. Revista do Departamento de Letras Anglo-Germânicas*, v. 24: *Língua Estrangeira em Sala de Aula. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 85-103.
- BONINI, Adair. "Entrevista por e-mail: pragmática de um gênero (des)conhecido ou problemas comunicativos na variação do gênero". In: *Revista de Letras*, v. 1-2, n. 22, jan/dez. 2000, Universidade Federal do Ceará, 2000, p. 5-13.
- _____. "Ensino de gêneros textuais: a questão das escolhas teóricas e metodológicas". In: *Trabalhos em linguística aplicada* 37. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 7-23.
- BÖRNER, Wolfgang & VOGEL, Klaus (orgs.). *Texte im Fremdsprachenerwerb. Verstehen und Produzieren*. Tübingen: Narr, 1996.
- BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: UNICAMP, 1991.
- _____. "Pragmática linguística: delimitação e objetivos". In: MOSCA, Lineide do Lago (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997, p. 161-182.
- _____. (org.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. "Gêneros do discurso e topos textuais". In: *Língua portuguesa – módulo 2*. Programa de Educação Continuada, PEC-Construindo Sempre. São Paulo: CENP-USP, 2003.
- BRINKER, Klaus; ANTOS, Gerd; HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven F. (orgs.). *Text- und Gesprächslinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*, 2 v. Berlin: de Gruyter, 2000/2001.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1996.
- BROWN, Gillian & YULE, George. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BIASI-RODRIGUES, Bernardete & CIÚLLA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CHABROL, Claude et al. *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CHAFE, Wallace. *Meaning and the Structure of Language*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

_____. “Discourse Structure and Human Knowledge”. In: CARROLL, John B. & FREEDLE, Roy O. (eds.). *Language Comprehension and the Acquisition of Knowledge*. Washington: Wiley, 1972.

_____. “Language and Consciousness”. In: *Language*, v. 50, n. 1, 1974, p. 111-133.

_____. “Cognitive Constraints on Information Flow”. In: TOMLIN, Russell S. (ed.). *Coherence and Grounding in Discourse*. Philadelphia: John Benajmins, 1987, p. 21-51.

CHARRADEAU, Patrick. *Langage et discours. Éléments de semiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.

CHAROLLES, Michel. “Coherence as a principle in the interpretation of discourse”. In: *Text*, v. 3, n. 1, 1983, p. 71-99.

CLARK, Herbert H. & CLARK, Eve V. *Psychology and Language: an Introduction to Psycholinguistic*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

COMBETTES, Bernard. “Le texte explicatif: aspects linguistiques”. In: *Pratiques*, n. 51, Metz, 1986, p. 23-38.

_____. “Fonctionnement des nominalisations et des appositions dans le texte explicatif”. In: *Pratiques*, n. 58, Metz, 1988, p. 107-119.

CORRÊA, Manoel Luiz G. “Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português”. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/ escrito*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, p. 135-166.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DITTMAR, Norbert. *Transkription. Ein Leitfaden mit Aufgaben für Studenten, Forscher und Laien*. Opladen: Leske & Budrich, 2002.

DRESCHER, Martina (org.). *Textsorten im romanischen Sprachvergleich*. Tübingen: Stauffenburg, 2002.

DRESSLER, Wolfgang U. (ed.). *Current trends in linguistics*. Berlin: de Gruyter, 1978.

ECKKRAMMER, Eva Martha & EDER, Hildegund Maria. *(Cyber)Diskurs zwischen Konvention und Revolution. Eine multilinguale textlinguistische Analyse von Gebrauchstextsorten im realen und virtuellen Raum*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes. “Intencionalidade e aceitabilidade como critérios de textualidade”. In: *Cadernos PUC*, 22: *Linguística textual – texto e leitura*, 1985, p. 31-38.

_____. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Coesão e coerência textuais*. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1995.

_____ & KOCH, Ingedore G.V. *Linguística textual. Introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.

_____; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O. & AQUINO, Zilda G.O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

FIX, Ulla; ADAMZIK, Kirsten; ANTOS, Gerd & KLEMM, Michael (orgs.). *Brauchen wir einen neuen Textbegriff?* Frankfurt am Main: Peter Lang, 2002.

_____; HABSCHEID, Stephan & KLEIN, Josef (orgs.). *Zur Kulturspezifität von Textsorten*. Tübingen: Stauffenburg, 2001.

_____ & WELLMANN, Hans. *Bild im Text – Text und Bild*. Heidelberg: Winter, 2000.

- FONSECA, Joaquim & FONSECA, Fernanda Irene. *Pragmática linguística e o ensino do português*. Coimbra: Almedina, 1977.
- FRITZ, Gerd. *Kohärenz. Grundfragen der linguistischen Kommunikationsanalyse*. Tübingen: Narr, 1982.
- GANSEL, Christina & JURGENS, Frank. *Textlinguistik und Textgrammatik. Eine Einführung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 2002.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GIVÓN, Talmy. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979a.
- _____. “From Discourse to Syntax: Grammar as a Processing Strategy”. In: GIVÓN, Talmy (ed.). *Syntax and Semantics*, v. 12. New York: Academic Press Inc., 1979b.
- GREIMAS, Algirdas-Julius. *Structural Semantics. An Attempt at a Method* (Trad. Daniele McDowell, Ronald Schleifer & Alan Velie). Lincoln: University of Nebraska Press, 1983 (original: *Sémantique structurale. Recherche de méthode*. Paris: Larousse, 1966).
- GUIMARÃES, Eduardo R.J. “Sobre alguns caminhos da Pragmática”. In: *Sobre pragmática*. Série Estudos FIUBE MG, Uberaba, n. 9, 1983, p. 15-29.
- GULICH, Elisabeth & RAIBLE, Wolfgang (orgs.). *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*. Frankfurt: Athenäum, 1972.
- _____. & KOTSCHI, Thomas. “Les marqueurs de la reformulation paraphrastique”. In: *Cahiers de Linguistique Française* 5, 1983, p. 305-351.
- HALLIDAY, Michael A.K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HARTMANN, Peter. “Texte als linguistisches Objekt”. In: STEMPEL, Wolf-Dieter (org.). *Beiträge zur Textlinguistik*. München: Fink, 1971, p. 9-29.
- HARWEG, Roland. *Pronomina und Textkonstitution*. 2ª ed. München: Fink, 1979 [1968].
- HARWEG, Roland. *Studien zur Textlinguistik*. Aachen: Shaker, 2001.
- HASSLER, Gerda (org.). *Texte im Text. Untersuchungen zur Intertextualität und ihren sprachlichen Formen*. Münster: Nodus, 1997.
- HAYES, John & FLOWER, Linda. “Identifying the Organisation of Writing Processes”. In: GREGG, Lee W. & STEINBERG, Erwin R. (orgs.). *Cognitive Processes in Writing*. Hillsdale: Erlbaum, 1980, p. 3-30.
- HEINEMANN, Margot & HEINEMANN, Wolfgang. *Grundlagen der Textlinguistik. Interaktion – Text – Diskurs*. Tübingen: Niemeyer, 2002.
- HEINEMANN, Wolfgang. “Textsorten. Zur Diskussion um Basisklassen des Kommunizierens. Ruckschau und Ausblick”. In: ADAMZIK, Kirsten (org.). *Textsorten. Reflexionen und Analysen*. Tübingen: Stauffenburg, 2000, p. 9-29.
- HEINEMANN, Wolfgang & VIEHWEGGER, Dieter. *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.
- HILGERT, José Gaston. “Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual”. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Gramática do português falado*, v. III: *As abordagens*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1993, p. 99-110.

HILGERT, José Gaston. “A construção do texto ‘falado’ por escrito: A conversação na internet”. In: PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000, p. 17-55.

HOLTHUIS, Susanne. *Intertextualität. Aspekte einer rezeptionsorientierten Konzeption*. Tübingen: Stauffenburg, 1993.

JOHNSON-LAIRD, Philip N. *Mental Models*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KALLMEYER, Werner (org.). *Kommunikationstypologie. Handlungsmuster, Textsorten, Situationstypen*. Dusseldorf: Schwann, 1986.

_____; KLEIN, Wolfgang & MEYER-HERMANN, Reinhard. *Lekturrekolleg zur Textlinguistik*. Frankfurt: Athenäum, 1974.

KEIM, Inken & ANTROUTSOPOULOS, Jannis. “Hey Lan, isch geb dir konkret Handy. Deutsch-türkische Mischsprache und Deutsch mit ausländischem Akzent: Wie Sprechweisen der Straße durch die Medien populär werden”. In: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 26.01.2000, p. 21.

KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIN, Josef & FIX, Ulla (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. “Os tempos verbais no discurso”. In: *Ângulo*, v. 13, n. 14, 1982, p. 14-17.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. “A situacionalidade como elemento da textualidade”. In: *Letras de Hoje*, v. 18, n. 2, 1985a, p. 21-28.

_____. “A intertextualidade como elemento da textualidade”. In: *Cadernos PUC 22: Linguística textual – texto e leitura*, 1985b, p. 39-46.

_____. “Principais mecanismos de coesão textual em português”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos 15*, 1988, p. 73-80.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. “Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno?”. *D.E.L.T.A.* 7, 1991, p. 529-541.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. “A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido”. In: *D.E.L.T.A.* 9, nº especial, 1993a, p. 399-416.

_____. “A atividade de produção textual”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos 24*, 1993b, p. 65-74.

_____. “Coesão e coerência: verso e reverso”. In: *Morphé*, v. 9, n. 10, 1994, p. 309-320.

_____. “Cognição e processamento textual”. In: *Revista da Anpoll 2*, 1996, p. 35-44.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. “O desenvolvimento da linguística textual no Brasil”. In: *Linguística*. Publicação anual da ALFAL São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 175-188.

- _____. *Introdução à linguística: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- _____. & JUBRAN, Clélia C.A.S. (orgs.). *Gramática do português falado: construção do texto falado*, v. 1. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.
- KRINGS, Hans P. & ANTOS, Gerd (orgs.). *Textproduktion. Neue Wege der Forschung*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier, 1992.
- KRISTEVA, Julia. “Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman”. In: *Critique* 239, 1967, p. 438-465.
- KRON, Olaf. *Probleme der Texttypologie. Integration und Differenzierung handlungstheoretischer Konzepte in einem Neuansatz*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2002.
- KUHLEN, Rainer. *Hypertext. Ein nicht-lineares Medium zwischen Buch und Wissenschaft*. Berlin: Springer, 1991.
- LINKE, Angelika & NUSSBAUMER, Markus. “Intertextualität. Linguistische Bemerkungen zu einem literaturwissenschaftlichen Textkonzept”. In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. 109-126.
- MACKELDEY, Roger (org.). *Textsorten/ Textmuster in der Sprech- und Schriftkommunikation. Festschrift zum 65. Geburtstag von Wolfgang Heinemann*. Leipzig: Wissenschaftliche Beiträge der Universität, 1991.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife, UFPE, 1983.
- _____. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. (org.). *Quem é quem na pesquisa em letras e linguística no Brasil*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL, Recife, 1992.
- _____. *O tratamento da oralidade no ensino de língua*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. “Estratégias de identificação referencial na interação face a face”. In: ABRALIN (Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da ABRALIN), 1994.
- _____. “Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais”. Recife. Trabalho não publicado, 1996.
- _____. “A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual”. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). *Gramática do português falado*, v. VI: *Desenvolvimentos*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1997, p. 95-130.
- _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade”. In: DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007 [2002], p. 19-36.
- _____. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. Recife. Versão provisória, não publicada, 2003.
- _____. & XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas, SP: edição da autora, 1997.
- MEURER, José Luiz & MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). *Gêneros textuais*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MEYER-HERMANN, Reinhard. "Some topics in the study of referentials in Portuguese". In: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (ed.). *Readings in Portuguese linguistics*. Amsterdam: North-Holland, 1976, p. 267-287.
- MILANEZ, Wânia. *Pedagogia do oral*. Campinas, SP: Sama, 1993.
- MINSKY, Marvin. "A Framework for Representing Knowledge". In: WINSTON, Patrick Henry (ed.). *The Psychology of Computer Vision*. New York: McGraw-Hill, 1975.
- MOIRAND, Sophie. *Une grammaire des textes et des dialogues*. Paris: Hachette, 1990.
- MOLITOR-LUBBERT, Sylvie. "Schreiben als mentaler und sprachlicher Prozeß". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung*, v. 2. Berlin: de Gruyter, 1996, p. 1005-1027.
- MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- MOTSCH, Wolfgang (ed.). *Satz, Text, Sprachliche Handlung*. Berlin: Akademie, 1987.
- MULLER-HAGEDORN, Silke. *Wissenschaftliche Kommunikation im multimedialen Hypertext. Bestandsaufnahme und Umsetzung am Beispiel germanistischer Mediävistik*. Tübingen: Stauffenburg, 2002.
- NEIS, Ignácio Antônio. "Por uma gramática textual". In: *Letras de Hoje*, v. 44, 1981, p. 35-52.
- _____. "Por que uma linguística textual?" In: *Letras de Hoje*, v. 18, n. 2, 1985, p. 7-12.
- NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Gramática do português falado*, v. VII. *Novos estudos*. São Paulo: Humanitas/ Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1999.
- OLIVEIRA, Edson Luiz de. *Hipertradução. Perspectivas para a tradução multilingue e multimídia*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1996.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- PAULIUKONIS, Maria Aparecida L. & GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007 [2002].
- PÖCKL, Wolfgang. "Kontrastive Textologie". Ein Projektbericht. *Zeitschrift für Interkulturellen Fremdsprachenunterricht. Didaktik und Methodik im Bereich Deutsch als Fremdsprache*, 2.1, 1997. Disponível no www [citado 01/05/2004]: http://www.spz.tu-darmstadt.de/projekt_ejournal/jg-02-1/beitrag/poeckl.htm
- PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*, Projetos Paralelos - NURC v. 1. São Paulo: Humanitas, 1993.
- _____. (org.). *O discurso oral culto*, Projetos Paralelos - NURC v. 2. São Paulo: Humanitas, 1997.
- _____. (org.). *Estudos de língua falada. Variações e confrontos*, Projetos Paralelos - NURC v. 3. São Paulo: Humanitas, 1998.

_____. (org.). *Fala e escrita em questão*, Projetos Paralelos - NURC v. 4. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. (org.). *Interação na fala e na escrita*, Projetos Paralelos - NURC v. 5. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. (org.). *Léxico na língua oral e na escrita*, Projetos Paralelos - NURC v. 6. São Paulo: Humanitas, 2003.

PRINCE, Ellen F. "Toward a Taxonomy of Given-New Information". In: COLE, Peter (org.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.

RAU, Cornelia. *Revisionen beim Schreiben. Zur Bedeutung von Veränderungen in Textproduktionsprozessen*. Tübingen: Niemeyer, 1994.

RIBEIRO, Branca T. & GARCEZ, Pedro M. (orgs.). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: Age, 1998.

RICKHEIT, Gert (org.). *Kohärenzprozesse. Modellierung von Sprachverarbeitung in Texten und Diskursen*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.

_____. & HABEL, Christopher (orgs.). *Focus and Coherence in Discourse Processing*. Berlin: de Gruyter, 1995.

_____. & STROHNER, Hans (eds.). *Inferences in Text Processing*. Amsterdam: North-Holland, 1985.

_____. & STROHNER, Hans. "Towards a Cognitive Theory of Linguistic Coherence". In: *Theoretical Linguistics* 18, 1992, p. 209-237.

RUMELHART, David E. "Schemata: the Building Blocks of Cognition". In: SPIRO, Rand; BRUCE, Bertram C. & BREWER, William F. *Theoretical Issues in Reading Comprehension*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1980.

SANFORD, Anthony J. & GARROD, Simon C. "The Role of Background Knowledge in Psychological Accounts of Text Comprehension". In: ALLWOOD, Jens & HJELMQUIST, Erland (eds.). *Foregrounding Background*. Lund: Doxa, 1985.

SCHANK, Roger C. & ABELSON, Robert P. *Scripts, plans, goals, and understanding. An inquiry into human knowledge structures*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1977.

SCHANK, Gerd & SCHOENTHAL, Gisela. *Gesprochene Sprache. Eine Einführung in Forschungsansätze und Analysemethoden*. Tübingen: Niemeyer, 1976.

SCHERNER, Maximilian. *Sprache als Text. Ansätze zu einer sprachwissenschaftlich begründeten Theorie des Textverstehens. Forschungsgeschichte – Problemstellung – Beschreibung*. Tübingen: Niemeyer, 1984.

SCHMIDT, Siegfried J. *Linguística e teoria do texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.

SCHWARZ, Monika. *Einführung in die kognitive Linguistik*. Tübingen: Franke, 1992.

SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/ escrito*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

SOMMERFELDT, Karl-Ernst & SCHREIBER, Herbert (orgs.). *Textsorten des Alltags und ihre typischen sprachlichen Mittel*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2001.

STROHNER, Hans. *Textverstehen. Kognitive und kommunikative Grundlagen der Sprachverarbeitung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

- _____. *Kognitive Systeme. Eine Einführung in die Kognitionswissenschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1995.
- _____ & BROSE, Roselore (orgs.). *Kommunikationsoptimierung. Verständlicher – instruktiver – überzeugender*. Tübingen: Stauffenburg, 2002.
- _____ & RICKHEIT, Gert. “Kognitive, kommunikative und sprachliche Zusammenhänge: Eine systemtheoretische Konzeption linguistischer Kohärenz”. In: *Linguistische Berichte* 125, 1990, p. 3-23.
- THOMPSON, Henry S. *Stress and Salience in English: Theory and Practice*. Palo Alto, Xerox Research Center, 1980.
- VAN DIJK, Teun A. *La ciencia del texto*. Barcelona: Piados, 1983.
- _____. “Models in Memory”. Manuscrito, 1989.
- _____. “Cognitive Context Models and Discourse”. Manuscrito, 1994.
- _____. (org.). *El discurso como estructura y proceso. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria*, 2 v. Barcelona: Gedisa. 2000.
- _____ & KINTSCH, Walter. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press, 1983.
- VIGNAUX, Georges. *Les sciences cognitives – une introduction*. Paris: La Découverte, 1992.
- VIGNER, Gérard. “Un type de texte: le dire de faire”. In : *Pratiques*, n. 66, Metz, juin 1990, p. 107-124.
- VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977.
- WEINRICH, Harald. *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart: Kohlhammer, 1964.
- _____. *Textgrammatik der deutschen Sprache*. Mannheim: Dudenverlag, 1993.
- WERLICH, Egon. *Typologie der Texte. Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik*. 2^a ed. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1979.
- WROBEL, Arne. *Schreiben als Handlung. Überlegungen und Untersuchungen zur Theorie der Textproduktion*. Tübingen: Niemeyer, 1995.
- ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). “Estudos da língua falada”. In: *Revista Organon*, v. 14, n. 28/29, Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2000.

O texto como conceito prototípico¹

Barbara Sandig
Universität Saarbrücken

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução

Os textos são múltiplos: numa comunidade, eles têm de realizar as mais diversas funções acionais e comunicativas. Para as funções sociais padronizadas, dispomos de categorias de textos (ou seja, de padrões textuais²) e essas, por sua vez, ao serem realizadas nas comunicações concretas, têm que ser adaptadas às diferentes condições prévias e às finalidades individuais que caracterizam uma dada situação.

Esta multiplicidade e variabilidade na área dos textos explicam por que o *texto* não pode ser definido inequivocamente: ele não pode ser diferenciado claramente do não-texto³. A minha hipótese é que, nesse dilema, a pesquisa se deixa influenciar, mais ou menos irrefletidamente, por interpretações prototípicas da noção de *texto*; mas como a ciência, geralmente, continua a ser determinada pela idéia de que é preciso dar uma definição clara do que seja um texto, acontecem a) contradições nas descrições de um mesmo autor e b) contradições entre as descrições de diferentes autores.

Os pontos a) e b) serão comprovados a seguir. Além disso, é possível que encontremos: c) autores que evitam fornecer uma definição, mas, ao mesmo tempo, reforçam a utilidade de uma definição (Vater, 1992, p. 25).

De fato, diante dessa situação, existe também a desistência explícita de uma definição (Nussbaumer, 1991, p. 33): “em seguida, compreendo o texto, sempre, como um enunciado linguístico monológico escrito, da extensão de várias orações que se caracterizam por um elo ainda a especificar. Naturalmente, isso não é uma definição do texto e nem pretende sê-lo”.

Minhas ponderações têm como condições prévias as seguintes idéias da teoria dos protótipos⁴:

- i) “As categorias nem sempre se definem pela união de características necessárias e suficientes” (Mangasser-Wahl, 1996, p. 83).
- ii) “As categorias nem sempre dispõem de limites claramente definidos” (*id. ibid.*).

¹ SANDIG, Barbara. “Text als prototypisches Konzept”. In: MANGASSER-WAHL, Martina. (org.). *Prototypentheorie in der Linguistik*. Tübingen: Stauffenburg, 2000, p. 93-112.

² Em outra terminologia: gêneros textuais; cf. Muller, 1995.

³ Cf. Vater, 1992, p. 19.

⁴ Cf. Mangasser-Wahl, 1996, p. 83 e Mangasser-Wahl, 1999; Kleiber, 1993; Taylor, 1989.

- iii) As categorias dispõem de certas características e podem ser descritas através delas; mas essas características nem sempre precisam estar todas presentes (Meinhard, 1984).
- iv) As características não são binárias em princípio, i.e., nem sempre se trata de uma questão de “sim ou não”, mas, às vezes, se manifestam apenas “mais ou menos” (Mangasser-Wahl, 1996, p. 83).
- v) As características, entre si, estão sujeitas a uma ponderação, i.e., são consideradas mais ou menos importantes ou centrais.
- vi) Além disso, é certo que as características se acham em uma gradação, uma vez que podem se manifestar nos membros de uma categoria, mais ou menos plenamente.⁵
- vii) “Nem todos os membros de uma categoria ocupam a mesma posição hierárquica” (Mangasser-Wahl, 1996, p. 83): cada categoria tem representantes melhores e piores; os melhores representantes são os protótipos.⁶
- viii) Os representantes prototípicos de uma categoria contêm feixes de características (*bundles* ou *clusters of attributes*; Rosch & Mervis, 1975, p. 586). Com os outros membros da categoria, esses representantes prototípicos têm a maioria das características em comum, mas, com as outras categorias, eles compartilham o mínimo possível de características. Por causa das características compartilhadas, mas também devido às características diferentes, é possível observar uma “semelhança de família” entre os representantes de uma categoria.
- ix) “Na categorização, existe um nível marcado de abstração: o nível básico” (Mangasser-Wahl, *ibid.*). As categorias do nível básico formam “feixes abundantes de informações ou atributos” [*information-rich bundles (or clusters) of attributes*]. “Esses feixes são perceptíveis e funcionais” (Rosch & Mervis, 1975, p. 586). Assim, pois, os termos *glosa* ou *relato* são mais ricos em informações e características que o termo *texto*.

As categorias do nível superior de abstração são mais pobres em informações do que as categorias do nível básico; as categorias inferiores ao nível básico “representam, também, feixes de atributos e funções previsíveis, mas contêm um pouco mais de informação do que o objeto básico ao qual estão subordinados” (*id. ibid.*) (por exemplo: uma glosa do jornal *O Tempo* ou uma glosa jornalística, em geral).

No que se segue, revisarei, primeiramente, as características textuais que são apostrofadas na literatura como importantes, centrais, dominantes, etc. Delimitar-me-ei aos

⁵ Quanto à distinção entre “ponderação” e “gradação” veja: Mangasser-Wahl, 1996, p. 92.

⁶ Rosch & Mervis, 1975: O protótipo ou um protótipo. Mangasser-Wahl (1999) comprova metodologicamente que existem três protótipos para a categoria “MULHER”.

textos monológicos escritos (cf. Nussbaumer, 1991, p. 33), embora os limites com os textos orais sejam fluidos.

2. As características prototípicas/ centrais do texto

Conforme Beaugrande & Dressler (1981, p. 3), estamos diante de um texto — eles falam em “definir” o que seja um texto — se ele cumprir sete critérios definitórios, embora os autores relativizem essa afirmação mais adiante (1981, p. 193). De acordo com sua reformulação, não existem “limites absolutos entre seus representantes [os representantes de um padrão textual] e os representantes dos outros padrões” e essa afirmação vale também para os textos em geral: “*o conceito do texto também não é capaz disso* [de estabelecer uma delimitação absoluta; (N.T.)]”.⁷ Vater (1992, p. 24) escreve: “Naturalmente, o ‘texto’ — como qualquer outro termo — pode ser definido apenas dentro de uma abordagem (‘axiomática’), mas ele poderia ser definido, pressupondo que — como no caso de todos os outros termos — o contexto da teoria científica relevante seja levado em consideração”. Num outro lugar (1992, p. 25), o mesmo autor afirma: “As dificuldades na definição do texto são, em parte, de natureza objetiva e, em outra, de natureza subjetiva: elas têm sua origem tanto no próprio fenômeno *texto* quanto nas diferenças entre as abordagens aplicadas”.

2.1. A coesão

O traço da coesão refere-se às relações que, na superfície do texto, se estabelecem entre os elementos textuais. Contudo, recorrendo ao exemplo “CRIANÇAS BRINCANDO DEVAGAR”, Vater (1992, p. 39) defende a opinião de que “a coesão se baseia na liberdade de aplicar ou não aplicar certos recursos”. Isso significa que não se trata de uma característica definitiva. Inversamente, existem também formações que apresentam coesão e, apesar disso, não são textos. Um exemplo de Vater (1992, p. 18) é:

Exemplo (1)⁸:

Não existe ninguém que não seja arrebatado pelo canto dela. Nossa cantora chama-se Josefina. Canto é uma palavra com cinco letras. As cantoras falam muito.⁹

A coesão é, então, uma importante característica prototípica dos textos¹⁰, mas não se trata de um traço obrigatório. Convém conferir os esclarecimentos de Nussbaumer (1991, p.

⁷ Realce de B.S.; cf. também Beaugrande & Dressler (1981, p. 35).

⁸ Eis o exemplo original em alemão: “Es gibt niemanden den der Gesang nicht fortreißt. Unsere Sängerin heißt Josefina. Gesang ist ein Wort mit fünf Buchstaben. Sängerinnen machen viele Worte.” (N.T.)

⁹ Vater (1992) repete esse exemplo de Bierwisch (1965) numa versão de Wawrzyniak (1980, p. 54) e corrige o texto, levando em consideração que a palavra alemã *Gesang* (canto) tem seis letras, mas apenas cinco fonemas.

131) quanto à avaliação da importância do traço coesão: “ela faz parte de textos prototípicos” (*op. cit.*, 132), mas, dependendo do padrão de texto, pode também ser supérflua (compare a expressão “CRIANÇAS BRINCANDO DEVAGAR” interpretada como placa de trânsito).

2.2. A coerência

A característica da coerência refere-se às relações referenciais e semânticas entre os elementos textuais que ajudam a constituir o tema. Vater chama a coerência de “um traço importante” (1992, p. 18) e escreve (1992, p. 66): “o tema determina *amplamente* as relações de coerência no texto”; e, em outro lugar (1992, p. 65): “a coerência, evidentemente, representa o critério *dominante* da textualidade; ela é *central* para o êxito de um texto: mesmo quando todos os outros critérios postulados por Beaugrande & Dressler (1981) não forem cumpridos¹¹, enquanto houver coerência, será *possível* tratar-se de um texto” (todos os realces: B.S.). Dotada dos atributos *dominante* e *central*, a coerência é *a* — ou pelo menos *uma* — característica textual prototípica. De acordo com Beaugrande & Dressler (1981, p. 118), a coerência e a coesão são “os critérios mais evidentes da textualidade”.

O realce da coerência no trabalho de Vater explica-se pelo fato de que o autor mostra-se cético diante da abordagem pragmática e, por isso, altera, de um modo particular, a noção da “idéia geral” de Klein & Stutterheim (1992, p. 67), para os quais a questão textual (*quaestio*) tem um papel importante (1992, p. 69) e “a finalidade comunicativa” do falante (1992, p. 68) também é constitutiva: “Nesse trabalho, pressupõe-se que o texto se baseia numa ‘idéia geral’ que não determina apenas o tema, mas também a estrutura global do texto e que se exprime também — em parte de uma maneira bastante indireta — nos enunciados individuais do texto” (Vater, 1992, p. 24). Vê-se, assim, que os textos informacionais e os textos literários ocupam, no trabalho de Vater (1992), o centro do interesse.

2.3. A intencionalidade — a função do texto

De acordo com Beaugrande & Dressler (1981, p. 8 e 118), a intencionalidade representa a terceira característica da textualidade. “A função comunicativa reconhecível” é, segundo Brinker (1992, p. 17 e, especialmente p. 56; e, também: Brinker, 1994) o critério central da textualidade. Nesse ponto, convém conferir também Beaugrande & Dressler (1981, p. 35): “um produto linguístico pode, apenas, ser rejeitado como um não-texto, se os critérios

¹⁰ Não é por acaso que a primeira monografia sobre o fenômeno texto (Harweg, 1968) ocupou-se com essa característica textual.

¹¹ Por conseguinte, é possível que, com exceção da coerência, nenhum dos critérios seja cumprido!

da textualidade forem violados tão veementemente (por exemplo: pela ausência completa de traços discerníveis de coesão ou coerência ou pela falta total de uma relação compreensível com a situação, etc.) que o uso comunicativo seja seriamente prejudicado”. Pressupõe-se, então, que as características definitórias podem ser “violadas”. Os mesmos autores afirmam também (*op. cit.*, p. 118): “Há, entre os usuários dos textos, uma certa tolerância para com os distúrbios de coesão e de coerência, enquanto a funcionalidade da comunicação é garantida”. Com a ênfase na função comunicativa (Brinker, 1992), na funcionalidade (Beaugrande & Dressler, 1981) ou na finalidade/ *quaestio* (Klein & Stutterheim, 1992), outra característica do texto passa a ocupar o lugar central da categoria.

Vater pergunta (1992, p. 28): “será que é possível falar *em todos os casos* [realce B.S.] de uma função comunicativa, mesmo se incluíssemos poemas modernos como ‘Cigarros [elementar]’¹² de Kurt Schwitters?” Com efeito, as características não se aplicam *sem exceção*! Na concepção de Vater (1992, p. 174), a função textual — mesmo que apenas nas

¹² Eis o texto original do famoso dadaísta alemão Kurt Schwitters (1887-1948):

Cigarren [elementar]

Cigarren

Ci

garr

ren

Ce

i

ge

err

err

e

en

Ce

CeI

CeIGe

CeIGeA

CeIGeAErr

CeIGeAErrEr

CeIGeAErrErr

CeIGeAErrErr

ErrEEn

EEn

En

Ce

i

ge

a

err

err

e

en

CI

garr

ren

Cigarren (Der letzte Vers wird gesungen.) [o último verso deve ser cantado; (N.T.)]

entrelinhas — entra na discussão pela questão do texto (“*quaestio*” de acordo com Klein & Stutterheim, 1992): “a questão textual de uma receita é diferente da questão textual de uma notícia, etc”. Em outro lugar, Vater (1992, p. 54) escreve: “existem textos, até, que não são coerentes inteira ou parcialmente e, apesar disso, são aceitos porque, evidentemente, sandices também podem entreter as pessoas”, ou seja, podem ser funcionais.

De acordo com o critério da função textual, é possível também que “enunciados que consistem de uma só palavra, como *socorro!*, ou enunciados do tamanho de uma oração, como *é proibida a entrada no terreno da construção!*, funcionem, em determinadas condições situacionais, como textos no sentido comunicativo” (Brinker, 1992, p. 17). Essa observação demonstra duas coisas: nos exemplares marginais de textos, não existe coesão, nem coerência¹³, mas, em vez disso, precisa-se de uma outra característica.

2.4. A situacionalidade

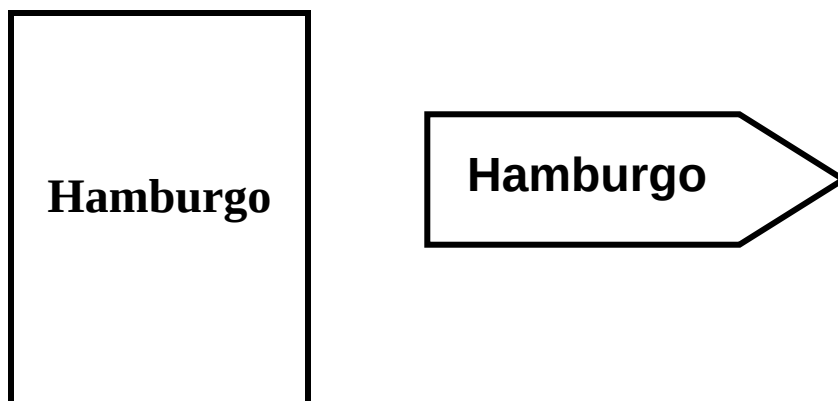
Quando se trata de textos escritos, o vínculo com a situação é relevante tanto em situação de produção textual quanto em situação da recepção de textos. Todavia, Ehlich (1984) chamou a atenção justamente para o fato de que os textos podem existir também desprendidos de uma situação (cf. também Knobloch, 1990); eles podem ser “transmitidos” à posteridade e ser recebidos em situações para as quais não foram feitos. Não é por acaso que Beaugrande & Dressler (1981), ao tratar desse critério, fornecem exemplos dialógicos. Frank (1994) realça: “a comunicação escrita [...], geralmente, ocorre em duas situações comunicativas essencialmente diferentes: a do escrever e a do ler (ou do ouvir quando o texto é lido em voz alta)”. Sobre esse assunto, é conveniente conferir Knobloch (1990, p. 82) e também Ehlich (1984) que fala de uma “situação dissociada de fala” [*zerdehnte Sprechsituation*]. Na situação dissociada de fala, os textos são ligados aos suportes de textos¹⁴: um livro, uma placa (de trânsito), uma moeda, uma medalha, uma cédula, um lápide tumular, um placa comemorativa, um pedaço de papel, um jornal, um outdoor (um painel, um letreiro luminoso, uma parede pintada exposta ao ar livre), etc.: os suportes textuais, nessa perspectiva, são tipos muito gerais de situações.

De acordo com Beaugrande & Dressler (1981, p. 12), a situacionalidade é necessária para esclarecer a função textual, ou seja, “a situação [...] na qual o texto ocorre” (*id. ibid.*).

Exemplo (2):

¹³ Knobloch (1990), assim como Nussbaumer (1991) excluem, completamente, os textos constituídos por apenas uma oração.

¹⁴ Cf. a distinção que van Dijk (1980, p. 158) faz entre “canal do texto” e “suporte do texto”.



Como placa de trânsito, título de um romance ou de um guia de turismo, *Hamburgo* tem funções completamente diferentes. A situação de uso esclarece essa função, uma vez que as outras características textuais não estão presentes¹⁵. Isso significa que a definição de Brinker (1992, p. 17) tem que ser revista: não vale para todos os casos que “uma sucessão limitada de signos linguísticos [...], quando vista como uma unidade, sinalize uma função reconhecível”¹⁶. Naturalmente, quando se tratar, por exemplo, de uma brincadeira, as expressões como *Socorro!* ou *Proibido entrar no terreno da construção!* podem também ser usadas fora da situação convencional e, desse modo, podem assumir outras funções textuais. Em outras palavras: nos casos em que a função textual não for indicada, inequivocamente, pelo próprio texto ou quando uma forma linguística convencional for usada diferentemente, é possível que a função se torne interpretável através da situação de uso¹⁷; pois textos com funções típicas costumam ser usados em certas situações típicas (ver nossas explicações em seguida). Contudo, se a função textual não é clara e não se esclarece nem pela situação de uso, é comum que o tema se torne dominante; por exemplo: no caso de textos literários. Vê-se, assim, que há um jogo de colaboração entre as características centrais.

2.5. O tema

Nessa altura, parece-me ser importante introduzir o tema como mais uma característica textual (cf. Vater, 1992, cap. 3; Brinker, 1992, p. 44).

¹⁵ Quanto à influência de fatores situacionais, confira também Beaugrande & Dressler (1981, p. 119). Vater (1992, p. 66) e Nussbaumer (1991, p. 144) interpretam o texto, de uma maneira geral, como “formação objetiva” (*Objektgebilde*), i.e., pressupõe-se que o receptor veja o “texto I” no seu “ambiente situacional” e construa, através do “conhecimento prévio”, i.e., do conhecimento sobre placas de trânsito e títulos de livros, “a compreensão do texto II”.

¹⁶ Cf. também Brinker (1992, p. 98): “a determinação da função textual não pode ocorrer apenas à base de critérios linguísticos [...], pois a análise contextual é, por princípio, sempre decisiva”.

¹⁷ Vater, 1992, p. 66 e cap. 1.2.2.

Uma das características centrais do texto é que ele tem um tema¹⁸. Esse é construído pelo trabalho hermenêutico do receptor, de acordo com a função textual numa dada situação e por meio das particularidades da coerência do texto¹⁹. Nesse processo, o tema é “dominado” pela função textual: “É ela que mantém o texto unido no seu âmago; e isso vale para todos os textos!” (Nussbaumer, 1991, p. 152; ver também: Lötscher, 1987, p. 19). De fato, Lötscher (1987, p. 13) sublinha que “características gramático-textuais”, como a coesão e a coerência, “nem sempre são necessárias para poder reconstruir o tema”. O autor conceitua o tema como o conteúdo da ação (“os aspectos materiais”; *op. cit.*, p. 34) e não, como a função textual (1987, p. 30). O tema é uma “problematização” (ou, também, “um questionamento”) que deve ser resolvida através da aplicação de um método que solucione o problema (1987, p. 31). Evidentemente, ao defender essa opinião, o autor orienta-se pelo conceito que o senso comum faz do tema (*op. cit.*, p. 126).

É interessante observar que, ao lado dos prototípicos “textos que são centrados no tema”, Lötscher (1987, p. 111) distingue entre “textos sem tema” e “textos nos quais o tema é de média relevância”. Conclui-se, então, que o tema é uma característica central do texto que não se faz presente em todos os casos; de fato, ele pode manifestar-se gradativamente.²⁰ Os textos “que se referem a coisas e fatos”, que se orientam “para o mundo exterior” (1987, p. 112), dispõem de um tema que abre uma perspectiva para a solução de um problema; os outros textos que, por exemplo, servem para o mero cultivo de relações pessoais, como os cartões postais, e os textos que são auto-suficientes, ou seja, que têm sua motivação em si mesmo, como “os textos com uma função predominantemente emotiva ou poética” (1987, p. 114) não precisam ter um tema no sentido referido. Como exemplos, Lötscher cita, aqui, as expressões *eca, que nojo! [pfui]* e *tô de saco cheio! [mir stinkt’s]* e uma lengalenga com repetição prosódica (1987, p. 114):

Exemplo (3):

uni duni tê,
salamê mingüê,
o sorvete colorê,
o escolhido foi você²¹

¹⁸ Nussbaumer (1991, p. 151) com referência a Lötscher (1987, p. 128).

¹⁹ Enquanto a noção do tema representa um conceito holístico que se refere ao texto inteiro, convém interpretar a coerência de baixo para cima (*bottom up*).

²⁰ Cf. o ponto 8 na introdução.

²¹ Eis o verso original em alemão, que, desprovido de sentido, não pode ser traduzido, literalmente, para o português, sem perder sua função comunicativa na brincadeira infantil:

*Enige wenige tumpelti
tifel tafel nummeni,*

Contudo, não se pode negar que esse texto com ritmo e rima é coesivo (Vater, 1992, p. 80). Lötscher escreve, além disso (1987, p. 115): “Entre textos que se referem, genuinamente, a um conteúdo [i.e., que se referem a um problema; B.S.] e os textos que se referem, exclusivamente, à relação, à expressão ou à forma, existem vários graus intermediários e possibilidades combinatórias”. Obviamente, aqui também, não há limites claros, mas transições que são características para categorias organizadas prototipicamente²². De fato, o autor estabelece uma verdadeira escala (1987, p. 126): entre os tipos textuais “sem tema” e os tipos textuais “centrados num tema”, existem vários termos interpostos, por exemplo: “os tipos textuais semi-temáticos”, como os textos apelativos. Nesses textos, como nas orações e nos apelos políticos, o tema tem um papel secundário em comparação com a função do texto (1987, p. 121). Com efeito, entre os textos, há “diversos graus de orientação temática” (1987, p. 121). Para mostrar um caso limítrofe (um fenômeno marginal), Lötscher lembra que, na poesia concreta, um conteúdo muitas vezes não é desenvolvido falando sobre ele, mas *mostrando-se* pela forma da declamação (ou na composição tipográfica). A construção do nível expressivo “[...] é usada de maneira auto-reflexiva, para a transmissão de conteúdos referenciais” (1987, p. 123) O autor cita como exemplo o poema “*Schutzengraben*” [trincheira dos fuzileiros] da coleção de poesias *Laut und Luise*²³ de Ernst Jandl²⁴:

Exemplo (4):²⁵

schtzngrmm
schtzngrmm
t-t-t-t
t-t-t-t
grmmmmmm

*Echebrot in der Not
eins zwei drei
und du bist frei* (N.T.)

²² Cf. o ponto 2 na introdução.

²³ O título *Laut und Luise* é um jogo com a forma sonora das palavras. Os dois adjetivos antônimos “*laut*” e “*leise*” qualificam o volume de um som com “alto” e “baixo”. A palavra “*Luise*” tem uma pronúncia semelhante a “*leise*”, mas, com efeito, é a versão alemão do nome próprio feminino Luísa. Uma vez que o adjetivo “*laut*”, no início do título se escreve com maiúscula, surge a conotação de que se trate de dois nomes próprios (como “Leo e Luisa”). O título da coleção, desse modo, revela o jogo com sons e palavras como um método preferido da poesia concreta e já indica como a modulação da voz é importante na declamação desses poemas. (N.T.)

²⁴ JANDL, Ernst. *Laut und Luise*. Olten: Walter Verlag, 1966, p. 47.

²⁵ O conjunto de letras usadas nessa imagem tipográfica representa as consoantes da palavra “*Schutzengraben*” (trincheira). Não há vogais. O próprio autor observa: “Da palavra básica (trincheira) foram tiradas as vogais [...] Não há vogais nesse poema. Por assim dizer: A guerra não canta”. Os grafemas/fonemas usados não foram selecionados aleatoriamente da lista de signos alfabéticos, mas já surgiram pré-determinados pela palavra básica. Baseando-se na ordem lexical de signos convencionais mínimos, Jandl constrói um texto concreto sobre o conceito “trincheira”, ao recortar a palavra básica e juntar seus elementos em novos grupos sonoros bastante expressivos. Uma declamação artística adequada deve imitar onomatopoeicamente a situação acústica experimentada por um soldado deitado numa trincheira. O autor publicou um CD no qual declama seus poemas, que foi muito ouvido nas salas de aula da literatura nos anos 70. (N.T.)

t-t-t-t
s-----c-----h
tzngrrmm

Nesse poema, os sons que podem ser ouvidos numa trincheira durante a batalha são imitados analogicamente: rebenta-se, assobia-se, retumba-se e ouve-se uma metralhadora.

2.6. A conexão das características

O elo entre as características mencionadas pode ser representado, sucintamente, da seguinte maneira: os textos, sendo geralmente unidades complexas, são usados em situações (situacionalidade) para resolver problemas na sociedade (intencionalidade/ função textual) que se referem a determinados fatos (tema, coerência). Localmente, a coesão providencia a integração. A mais importante dessas características centrais é a função textual. Geralmente, ela pode ser interpretada por meio do material textual (a superfície textual, a aparência do texto); em caso contrário, a interpretação inspira-se na situação. Quando a função textual é opaca, como nos textos literários, o tema torna-se mais importante. Conclui-se, então, que existem conexões entre as características.

Schnitzer (1994, p. 19) parte da pergunta: “como uma combinação entre língua e imagem torna-se uma unidade que seja efetiva funcional e comunicativamente?” E o autor fornece, para pichações politicamente motivadas, uma definição do texto que é orientada pela comunicação (*id. ibid.*). Conforme o autor, há cinco “critérios”, ou seja, características válidas:

- 1) Um texto é uma unidade comunicativa completa.²⁶
- 2) Encaixa-se num contexto situacional concreto que o determina mais ou menos.
- 3) Refere-se a algum tipo de realidade (sob certas circunstâncias, ele refere-se a si mesmo), i.e., ele tem um significado.
- 4) Tem uma determinada função comunicativa.
- 5) Cumpre certas condições que o caracterizam como uma unidade coerente.

Vê-se, então, que, também nessa conceituação, a situacionalidade, a função textual, o tema e a coerência são relevantes e, adicionalmente e de um modo especial, a completude. Nos textos que se compõem de uma palavra ou de uma oração, faltam a coesão e a coerência, mas a função textual e o tema estão presentes; fenômenos textuais desse tipo marginal são vinculados a situações que esclarecem sua função.

²⁶ Cf. Vater (1992, p. 16 e 25), que defende a opinião oposta.

2.7. Outras características

Não pretendemos pormenorizar as outras características mencionadas por Beaugrande & Dressler (1981): a informatividade existe em muitos casos, em outros não; por exemplo: nos textos absurdos [*nonsense*], ela não assume um papel necessário; para o presente trabalho, a intertextualidade será relevante apenas quando tratarmos do aspecto do gênero textual (ver seção 3.1)²⁷; e a aceitabilidade depende da situação e da função textual (quanto a esse ponto, conferir também a discussão em Vater, 1992). No lugar das características textuais, Beaugrande (1997, p. 13-15) pressupõe sete “princípios” de textualidade: a coesão, a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade (“aceitar alguma coisa como um texto”), a informatividade (definida como grau de relação com o conhecimento prévio do receptor), a situacionalidade (de acordo com o autor, convém distinguir entre um conceito restrito e um conceito amplo desse princípio) e a intertextualidade, que é relacionada, especialmente, com o conhecimento que os participantes de uma interação têm sobre os padrões textuais. Fazendo uma referência crítica a Beaugrande & Dressler (1981), o autor escreve sobre esses “princípios” (Beaugrande, 1997, p. 15):

[...] é preciso enfatizar que eles designam os modos primordiais da conexividade e não [...] os traços linguísticos de um artefato textual, nem o limite entre o que seja um ‘texto’ e um ‘não-texto’ [...]”²⁸. Os princípios aplicam-se em todos os casos nos quais um artefato é textualizado, ainda que alguém avalie os resultados como ‘incoerentes’, ‘não intencionais’, ‘inaceitáveis’, etc. Tais avaliações indicam que o texto não é apropriado (adequado para uma dada ocasião) ou eficiente (fácil de manusear ou efetivo, benéfico para um objetivo); mas, ainda assim, trata-se de um texto. Geralmente, deixamos passar os distúrbios ou irregularidades ou, no pior dos casos, interpretamo-los como sinais de espontaneidade, estresse, sobrecarga, ignorância, etc. e não como uma perda ou uma rejeição da textualidade²⁹. [...] a textualidade deve ser conceituada tão amplamente que seja capaz de cobrir todos os tipos de textos, por exemplo: o rótulo de um frasco de beterrabas em conserva e uma lista telefônica [...].

2.8. Os protótipos do *texto* e o núcleo prototípico

Quando observarmos onde Vater (1992) coloca seu foco principal, veremos logo que esse autor se refere, antes de tudo, aos textos comunicativos e literários como protótipos de texto: trata-se de *textos* que são *dominados pelo tema*; textos cuja função textual existe, mas é opaca e não é posta em evidência; o que domina neles é o tema³⁰. Essa análise muda quando

²⁷ Isso significa que, para este trabalho, a intertextualidade não é relevante sob o aspecto da relação entre textos individuais (Vater, 1992, p. 58).

²⁸ No texto original, essa nota refere-se a página 61 onde é dada outra interpretação dentro do contexto teórico de Beaugrande (1997).

²⁹ Os autores não pressupõem, então, que haja diferentes graus da textualidade, mas a possibilidade de ter textos defeituosos ou mal feitos.

³⁰ Na narração também, a função textual torna-se relevante — através da *quaestio* (Klein & Stutterheim, 1992): “O que aconteceu? Como isso aconteceu em detalhe?”

se toma outro protótipo de texto como ponto de partida (cf. também: Rolf, 1993): nos trabalhos de Brinker (1992 e 1994), a descrição volta-se para os *textos utilitários*, nos quais a função é dominante. Também é possível subclassificar, mais uma vez, os textos dominados pelo tema em textos literários, de um lado, e textos comunicativos, do outro. Desse modo, surgem vários protótipos de texto: os textos literários dominados pelo tema contrapõem-se aos textos utilitários e, entre os textos utilitários, por sua vez, opõem-se aqueles dominados pelo tema aos que são dominados pela função.

A primeira definição de Nussbaumer (1991, p. 33), desse modo, volta-se para o que é comum, o núcleo prototípico dos diversos protótipos: “compreende-se como texto um enunciado linguístico monológico escrito, da extensão de várias orações, que se caracterizam por um elo ainda a especificar”; o que inclui, também, a função (mais ou menos clara) que é relacionada com o suporte textual ou com a situação.

Conclui-se, então: não é possível “fazer uma delimitação clara entre texto e não-texto” (Vater, 1992, p. 19, cf. Scherner, 1984): há textos prototípicos e textos menos prototípicos. Os textos que se compõem de uma palavra e os textos que abrangem uma oração são fenômenos marginais — já gradativamente diferentes³¹.

Esse resultado, que coloca os textos escritos como núcleo prototípico da categoria *texto* (ao lado dos textos orais e dos produtos de várias práticas sociais de produção textual que se situam em domínios mistos dentro do continuum tipológico), assim como a subdivisão em vários protótipos e exemplares marginais, é confirmado pelo levantamento de dados por meio de um questionário aplicado a 31 estudantes³².

3. A referência aos padrões textuais como característica central

No que se segue, queremos pormenorizar uma característica complexa que reúne os traços já mencionados em feixes muito informativos de características co-ocorrentes³³, os quais estabelecem, cada um, suas próprias prioridades: é que os textos particulares referem-se, sempre, aos padrões textuais comuns. Com esse passo, já chegamos a um nível mais baixo na hierarquia dos conceitos, nomeadamente, às categorias do nível básico³⁴. Há tipos de situações mais específicas e, em correspondência com eles, tipos de soluções sociais para as tarefas repetitivas: falamos dos padrões para as atividades socialmente relevantes. Alguns

³¹ Cf., também, a seção 4 do texto presente.

³² Falta, ainda, uma verificação desse resultado com outros sujeitos. Na pesquisa mencionada, os participantes foram perguntados por características textuais e por bons exemplos de texto.

³³ Quanto a esse aspecto, cf. Rosch & Mervis (1975).

³⁴ Cf. o ponto 9 na introdução.

exemplos são: o necrológio, o romance, a dissertação linguística, a saudação, o anúncio, o comentário político, etc.

3.1. Os padrões textuais

Os textos típicos relacionam-se com os padrões (conforme Ehlich, 1986; Gulich, 1986; Antos, 1987; e Sandig, 1987), ou melhor, com complexos padrões acionais, pois, do contrário, não seria possível transmitir sua função comunicativa intersubjetivamente (“a função reconhecível” de Brinker, 1992, p. 17) em casos nos quais todos os textos típicos sejam usados na mesma situação (por exemplo: os diferentes tipos de textos jornalísticos). Os padrões acionais complexos são padrões textuais (gêneros textuais). Os padrões textuais são meios acionais para a solução de problemas sociais padronizados. Rolf (1993, p. 214) fala de “meios (padronizados) para a solução de problemas”.

Gunthner (1995, p. 214) vê “os gêneros comunicativos” como um equivalente interacional e predominantemente oral para os padrões textuais; os gêneros, muitas vezes, são vinculados a certos ambientes sociais e representam “padrões de orientação com elementos prototípicos que se localizam em diferentes níveis estruturais”; “na produção e interpretação do significado comunicativo, os interactantes procuram apoiar-se nesses padrões”. Lage-Muller (1995, p. 17) (que, no seu texto, denomina-os de *gêneros textuais*) interpreta esses padrões como protótipos que, “em graus diferentes, deixam espaço para a variação e a criatividade”. No trabalho de Bergmann (1994, p. 193), lê-se: “os gêneros comunicativos denominam diferentes padrões para solucionar problemas comunicativos estruturais; esses padrões se consolidaram histórica e culturalmente”. Dependendo do gênero, a função geral desses padrões aponta para diferentes problemas factuais. Realmente, nesses padrões e por meio deles, é possível tematizar, dominar e transmitir — de acordo com diferentes critérios semânticos e de uma forma mais ou menos obrigatória — acontecimentos, fatos e, de uma maneira geral, “as experiências intersubjetivas do mundo real”. Os padrões fazem “parte do ‘inventário comunicativo’ muito mais abrangente” de um grupo ou de uma comunidade (*op. cit.*: 194)³⁵.

É possível descrever os padrões textuais (Sandig, 1996 e 1997) através da combinação entre o tipo não-linguístico de ação e o gênero textual de natureza linguística. O tipo de ação

³⁵ O termo “inventário comunicativo” (*kommunikativer Haushalt*) foi introduzido por Thomas Luckmann (1988). O inventário comunicativo de uma sociedade compõe-se de todas as possibilidades que os membros de uma sociedade têm para agir comunicativamente no seu mundo da vida. Fazem parte do inventário comunicativo, gêneros comunicativos como a confissão auricular ou a fofoca e padrões variáveis de formulação como as saudações ou os agradecimentos. (N.T.)

consiste em: 1) um sentido social específico com uma situação problemática e um tipo de solução para o problema relevante; 2) condições específicas situacionais (um canal, uma mídia mais específica para diferenciar o suporte textual, um domínio de ação (por exemplo: uma instituição)) e 3) condições prévias no que diz respeito aos participantes da ação (as configurações dos seus papéis, a qualidade convencional do seu relacionamento)³⁶. Essa combinação entre os aspectos acionais é verbalizada, de uma maneira prototípica, com determinadas propriedades textuais (“o gênero textual” como um meio de ação): a hierarquia dos tipos de ação é relacionada ao tipo de solução para o problema e esse tipo de solução, por sua vez, vincula-se com a hierarquia temática. Eventualmente, ocorrem formas enunciativas específicas para as ações parciais; por exemplo, nas cartas de rescisão de contrato: *solicito, por meio desta, a rescisão de + um objeto*. Muitas vezes, aparecem padrões sequenciais. Também há uma média para o comprimento dos textos que pertencem a um padrão textual. Todos os textos que seguem certo padrão têm, além disso, uma determinada propriedade material, um padrão convencional de organização textual (Frank, 1994 e Lage-Muller, 1995). Na publicidade ou em outras formas marginais, esse padrão organizacional pode ser enriquecido com estímulos olfativos, gustativos ou acústicos. Dependendo do padrão textual, o uso de imagens, cores e gráficos é uma característica central ou periférica. As formas enunciativas³⁷ são determinadas, em parte, por padrões de formulação que são específicos a um certo padrão textual (Heinemann & Viehweger, 1991). Por exemplo: frases feitas, expressões terminológicas, locuções estereotipadas, ou grupos fraseológicos com uma sintaxe particular; em outra parte, elas já são determinadas pelo domínio acional, pelo canal (visual para a escrita e a imagem, etc.) e por uma mídia específica (*Style Sheet*). Também é possível aproveitar padrões textuais gerais como a *ordo naturalis* vs. a *ordo artificialis*.

As diferentes descrições de padrões textuais³⁸ servem para caracterizar os exemplares prototípicos: os melhores exemplares que, claramente, podem ser reconhecidos como tais. Todavia, Stolt (1985) mostrou que a formulação inicial típica dos contos de fada “era uma vez” é usada apenas em um terço dos casos. Para as receitas culinárias em alemão existe o início prototípico *man nehme* (toma-se) que, hoje em dia, tornou-se incomum e representa, na melhor das hipóteses, um fenômeno marginal. Conclui-se, então, que as características prototípicas dos textos não são obrigatórias. Não se trata de classes de textos com uma estrutura idêntica (Heusinger, 1995, p. 88, com referência ao trabalho de Ermert, 1979, sobre

³⁶ Isso significa que a função textual e a situacionalidade são intimamente ligadas.

³⁷ As formas da coesão e da coerência variam, especificamente, conforme o padrão textual.

³⁸ Quanto a esse aspecto, cf. Nussbaumer, 1991, p. 283.

os tipos de cartas); pelo contrário, as realizações variam de acordo com a situação e as finalidades individuais em jogo (cf. Krause, 1986): de fato, dependendo da finalidade social³⁹, os graus de variabilidade já são previstos no próprio padrão textual. Logo, não é conveniente distinguir, como faz Heusinger (1995, p. 80), entre padrões textuais que são “organizados livremente, prototipicamente e obrigatoriamente”.

Entre os textos artísticos, também se encontram protótipos (para um gênero, uma época, um autor, etc.), e os formulários também podem ser organizados ou preenchidos de uma maneira mais ou menos prototípica. O que se nota é apenas que o grau típico de variação é diferente.

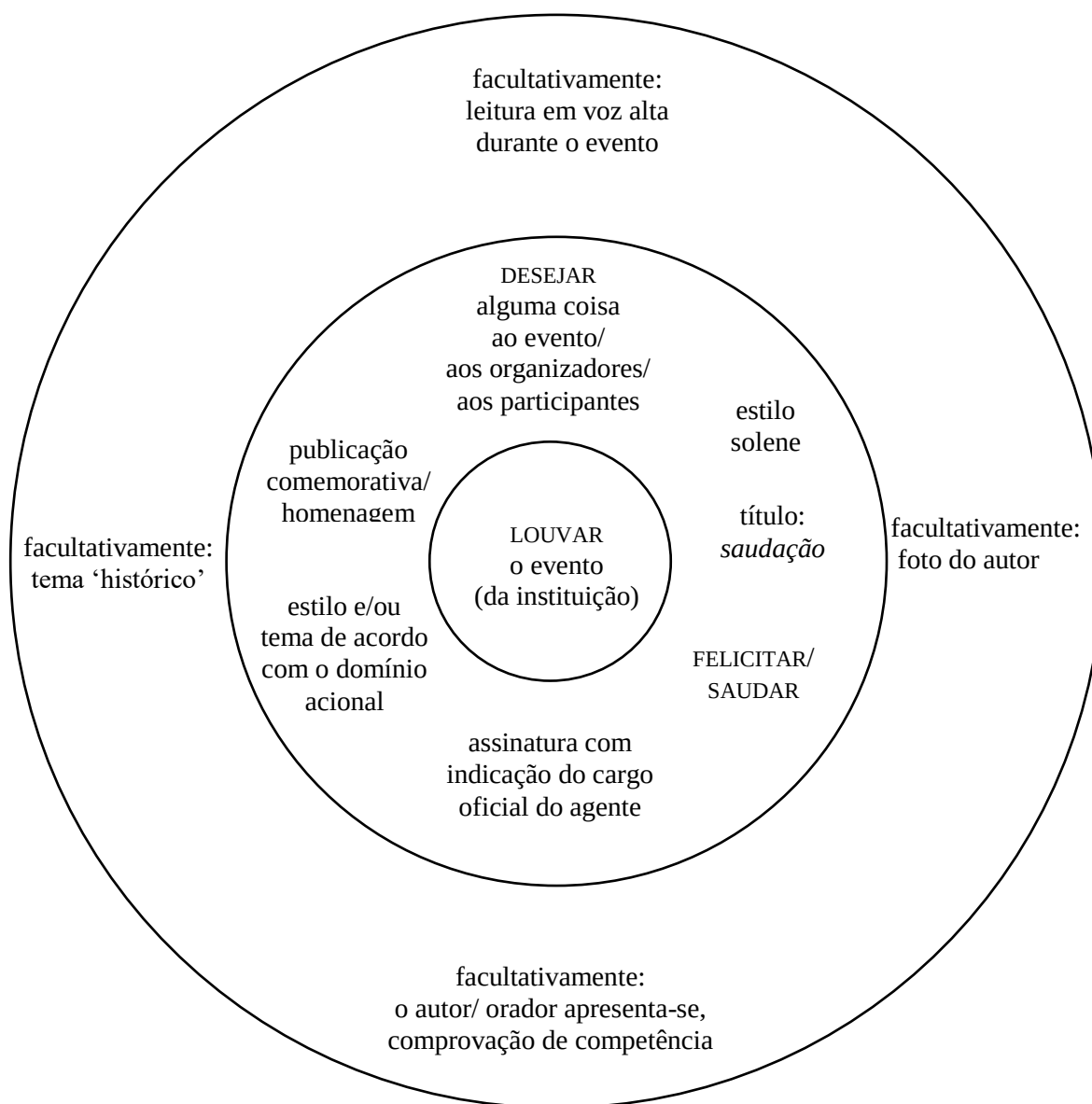
Alguns padrões textuais não dispõem de uma hierarquia acional e temática, mas de um padrão característico de sequências (a lista telefônica com uma ordem alfabética e entradas paralelas); as receitas culinárias seguem um padrão claro de sequências que se baseia na *ordo naturalis* (Dressler, 1989; Sandig, 1996), mas dispõem de aspectos hierárquicos apenas de modo rudimentar. É possível, então, que, entre os padrões textuais, variem os modos de como as características gerais desses padrões textuais são empregadas como critérios descritivos.

3.2. Um exemplo: saudações

Com relação a um padrão textual individual, vale dizer que há exemplares prototípicos que apresentam os critérios da descrição (quase) completamente; há exemplares que satisfazem menos critérios; e, finalmente, há os exemplares marginais. Em graus diversos, é também possível posicionar-se, de modo diferente, fora do padrão que — devido aos protótipos — pode ser esperado numa dada situação ou no contexto de outros textos, mas, quando um texto foge muito do padrão relevante, é preciso dar uma pista explícita de que esse afastamento ocorreu intencionalmente (Gulich, 1986; Antos, 1987) e/ou que isso faz sentido na situação concreta (Figura 1):

³⁹ Cf. a análise de um padrão textual com variações individuais em Lage-Muller (1995).

Figura (1): Protótipo da saudação⁴⁰:



Antos (1987) demonstrou que a ação central de saudações é LOUVAR o evento (o jubileu, etc.) de uma instituição socialmente relevante (uma comunidade, uma paróquia, um município, uma associação, etc.) por meio da presença de uma personalidade da vida pública e, desse modo, LOUVAR a própria instituição que promove o evento. Convém acrescentar, ainda, a ação de DESEJAR: esta se refere ao decorrer do evento, aos seus participantes e também ao futuro da instituição.

Uma vez que se trata de um rito público, o estilo solene⁴¹ é uma característica importante; frequentemente, emprega-se o estilo ou também o tema que caracterizam o

⁴⁰ Representação esquemática de acordo com Aitchison (1987, p. 54).

domínio social das atividades às quais o evento e/ou o autor da saudação pertencem; além disso, é possível encaixar o tema numa dimensão “histórica” (cf. Antos, 1987, p. 180). O lugar adequado para a divulgação da saudação (o aspecto da situação mídiática) é uma publicação comemorativa ou em homenagem a alguém. O início e o fim do texto são predeterminados: o título deve conter a palavra saudação e o texto encerra-se com a assinatura seguida de uma indicação da função oficial do autor da saudação; a assinatura, muitas vezes, é precedida de uma saudação de despedida que tem sua origem, se possível, no domínio acional (*Waidmannsheil*⁴², *Skiheil*⁴³, *Petriheil*⁴⁴, *mit närrischem Gruß*⁴⁵, etc.; cf. Antos, 1987).

Facultativamente, é possível acrescentar uma foto do autor da saudação e uma prova especial da sua competência, que é transmitida pelo estilo e pela organização temática. Outro elemento facultativo é a leitura em voz alta durante o evento.

Analisando o exemplo (5), nota-se que a divulgação da saudação ocorre na publicação comemorativa por ocasião de uma festa da paróquia, depois de uma longa fase de trabalhos de reconstrução em uma obra pública. Os outros contribuintes que escreveram uma saudação são o Ministro Estadual da Cultura, o Prefeito da capital à qual pertence a paróquia e os pastores da comunidade. O título e a assinatura no exemplo (5) correspondem à forma padrão. O (moderado) estilo solene é realizado tematicamente pela variação de palavras como *comemorar*, *comemorações*, *dias festivos*, *o estado inteiro está feliz*. Também são usadas formas lexicais e sintáticas intensificadoras para manifestar a expressividade que o rito exige. Convém mencionar, por exemplo: a repetição de expressões como *uma importância que transcende o regional e o estado inteiro*; a oração subordinada introduzida por *já que*; as expressões *uma jóia [...] importante [...] em nível nacional e grande foi a preocupação*; a posposição de *tanto no interior quanto no exterior*; a afirmação *enormes esforços financeiros [...] foram necessários*; o atributo *dedicados em depois de doze anos dedicados aos trabalhos de restauração e reconstituição*; assim como as frases *no brilho antigo e para as gerações futuras*.

⁴¹ Concordamos, nesse ponto, com Antos (1987). Rauch (1992, p. 85) realça a expressividade, a propriedade relacional e a emocionalidade controlada dos rituais, assim como a sua propriedade de ação ou de sequência de ações e a sua referência às instituições (e também, a sua “institucionalização” para rituais particulares como nas conversas durante uma refeição).

⁴² A meu saber, no português brasileiro, não são usadas saudações particulares para determinados grupos profissionais ou adeptos de um determinado tipo de esporte ou de passa-tempo. No alemão, *Waidmannsheil* é, tradicionalmente, a saudação entre os caçadores. (N.T.)

⁴³ *Skiheil* é a saudação entre os esquiadores. (N.T.)

⁴⁴ *Petriheil* é a saudação entre os pescadores. (N.T.)

⁴⁵ *Mit närrischem Gruß* (“com saudações carnavalescas”) é a saudação entre os membros dos clubes de carnaval, especialmente nas cidades do estado de Renânia. (N.T.)

Quanto ao tema, a saudação é organizada desta maneira: de um lado, são mencionadas as preocupações das autoridades e repartições públicas: *a reintegração ao serviço público, as medidas de restauração, os esforços financeiros*, etc; e, do outro, observa-se que o primeiro ministro do estado LOUVA várias vezes a importância da obra para o estado e para além das suas fronteiras (*o país inteiro está feliz*), fazendo alusões ao valor dessa obra para a história da arte. Além disso, são LOUVADOS os múltiplos esforços necessários para o saneamento da obra. Contudo, o tom solene é moderado individualmente pelo uso do verbo simples *comemorar* em vez de *concelebrar ou praticar um ato solene*, pela formulação simples *o estado inteiro está feliz* e pela expressão *por esse evento, quero dizer, do fundo do meu coração: parabéns!* Essa redução do tom solene sobressai, ainda mais, na comparação com a saudação mais formal do Ministro da Cultura Breitenbach, na qual o ato de DESEJAR é formulado explicitamente: *para o futuro, quero exprimir meu desejo de que a paróquia St. Arnual obtenha uma atuação abençoada e muita alegria com sua renovada casa de Deus*. Com efeito, o Primeiro Ministro mostra-se mais “popular” do que seu Ministro da Cultura e cultiva sua imagem de não ter menosprezo pelas pessoas humildes, sugerindo que “ele é um de vocês/nós”. Por conseguinte, o ato de FELICITAR, que caracteriza o padrão textual, é modificado estilisticamente quando ele diz: *por esse evento, quero dizer, do fundo do meu coração: parabéns!*

As exigências do padrão da saudação, desse modo, são cumpridas completamente — afinal, todas as modificações individuais (a apresentação de si mesmo, a comprovação da competência) fazem parte do enquadre do padrão textual.

Conclui-se, então, que o exemplo (5) revela o padrão textual de uma saudação típica:

Exemplo (5):

Saudação

Em setembro do ano corrente, a paróquia protestante do St. Arnual comemora a reintegração ao serviço público da sua igreja do convento St. Arnual, cuja fundação remonta à época da cristianização da nossa região. Essas comemorações são de uma importância que transcende o regional: são dias festivos para o estado inteiro, já que a igreja do convento St. Arnual pertence à série dos monumentos mais significativos do nosso estado. Sendo uma jóia da arte sagrada gótica, a igreja do convento St. Arnual é importante para a história da arte em nível nacional.

Grande foi a preocupação, quando, na estrutura da igreja do convento, tanto no seu interior quanto no seu exterior, se mostraram danos que chegaram a atingir a substância da obra e que exigiram muito mais do que apenas as costumeiras medidas de restauração. Enormes esforços financeiros foram necessários para que o estado e a igreja pudessem preservar a igreja do convento para as próximas gerações. Depois de doze anos dedicados aos trabalhos de restauração e reconstituição, a igreja do convento apresenta-se, novamente, no brilho antigo.

Por esse evento, quero dizer, do fundo do meu coração: parabéns! À paróquia, foi devolvido seu centro espiritual e o país inteiro está feliz porque uma das mais belas igrejas sarrenses foi salva da ruína e conservada para as gerações futuras.

(assinatura)

Oskar Lafontaine

Primeiro Ministro do Sarre

Compararemos esse texto, em seguida, com um exemplo bem diferente (tirado de Antos, 1987, p. 166):

Exemplo (6)

Caros St. Ingbertenses!

Caros colaboradores da ação 365 internacional!

Não é, para mim, uma simples rotina escrever esta saudação. Justamente porque não queremos ser “profissionais executivos”, quero desejar o que falta a tantos: sempre de novo a paz e a tranquilidade para tomar consciência do Espírito Santo com o qual realizamos nossas atividades.

Estou contente porque terei a oportunidade de dizer isso melhor pessoalmente, no dia 10 de junho.

Padre Johannes Leppich S.J.

Fundador da ação 365

e Gerente internacional

Sobressai, nesse texto, que o ato de REFLETIR sobre a redação de uma saudação não pertence às ações parciais convencionais; além disso, observa-se que o ato de DESEJAR não se refere ao evento, aos seus participantes e à instituição homenageada. Quando um autor quer se afastar tanto do padrão textual que a ação central que o texto deve realizar, o significado social desse padrão está ausente, e quando faltam também as ações subsidiárias, ou estas são

realizadas diferentemente, é preciso tomar medidas para assegurar a transmissão da intenção socialmente relevante e indicá-la explicitamente, para deixar claro que a causa dos desvios não é a falta de competência social. Devido à situação específica, a inclusão numa publicação comemorativa, esse texto é interpretado como uma saudação: ele começa como uma carta e termina como uma saudação e, por causa disso, tem um caráter mais “íntimo” do que uma saudação típica; o estilo de um sermão serve tanto à representação de si mesmo quanto à comprovação da competência.

No caso da saudação do padre Johannes, ainda existem referências à saudação, e a carta faz sentido na situação concreta, i.e., não contraria o significado social da saudação, mas os poemas de Peter Handke (1969), nos quais o autor usa recortes de jornais, como a seleção de um time de futebol, ultrapassam claramente a idéia comum do que seja um poema e, provavelmente, foram conceituados, justamente, para contrariar as expectativas tradicionais. Todavia, esse efeito é possível apenas porque se realiza numa coleção de poemas, ou seja, numa situação que indica a função do texto.

Os exemplos mostram que há exemplares ‘melhores’ e exemplares ‘menos bons’ de uma categoria, em nosso caso, da saudação (cf. o ponto 7 da introdução). O grau de desvio do protótipo ou, eventualmente, dos protótipos, contanto que seja percebido como intencional, é interpretado estilisticamente; no exemplo (5), provavelmente como um modo ‘especial’ e ‘pessoal’ de LOUVOR, proferido por um autor de saudações bastante proeminente. Os exemplares periféricos dos padrões textuais e dos textos são interessantes, particularmente, do ponto de vista estilístico: “cada vez que ouvimos ou lemos um texto, comparamo-lo, pedaço por pedaço, com os traços canônicos que levamos conosco em nossas lembranças de outros textos que já ouvimos ou lemos” (Enkvist, 1995, p. 27).

O estilo não é uma característica prototípica do texto em geral, mas apenas uma característica marginal que pode, sim, ser prototípica em vários padrões textuais (o estilo de uma receita culinária, o estilo de um telegrama, o estilo de um conto de fada) para os quais existem padrões típicos de formulação. Em alguns padrões textuais, uma forte variação estilística é prototípica (por exemplo: no anúncio publicitário).

4. Outras características gerais do texto

Outras características podem tornar-se relevantes; mas, geralmente, permanecem em segundo plano. Esses traços dizem respeito ao autor e ao receptor, assim como aos aspectos

das propriedades materiais e mídiáticas⁴⁶ dos textos. Baseando-se em “quebra-cabeças textuais” publicados nas mídias da imprensa, Puschel (1997) parte até de um conceito textual relacionado exclusivamente com o receptor do texto.

A figura (2), em seguida, serve principalmente para resumir a discussão apresentada no capítulo 2. Ela representa as particularidades explicadas naquela seção como as características centrais dos textos, entre as quais a função textual vem a ser a característica mais importante, já que ela existe também nos textos literários e comunicativos — ainda que não como característica central⁴⁷.

Figura (2): Características textuais



Os padrões textuais formam-se “transversalmente” a esse plano: são constelações específicas (“feixes”) das características centrais com realizações específicas.

⁴⁶ As mídias como formas específicas do suporte textual, por exemplo: no caso do suporte textual *jornal*, o jornal *BILD* (“Imagem”), o jornal *Saarbrucker Zeitung* (*Jornal de Saarbrücken*) ou o jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (*Jornal Geral de Frankfurt*).

⁴⁷ Quanto ao “esquecimento da ilocução”, cf. Antos (1997, p. 47) que retoma Ehlich (1984).

Fenômenos marginais típicos dos textos são: os textos de uma palavra só; os textos de uma oração só; os textos sem coerência na situação; os textos cuja função textual é determinada pela situação; os textos sem tema ou com tema em segundo plano; os textos que mantêm uma relação livre com o padrão textual.

Quando se estabelece uma predominância de traços secundários, é possível explorar estilisticamente os diferentes usos das características menos centrais para produzir fenômenos textuais marginais como na poesia concreta. Mostraremos essa estratégia numa outra ocasião.

5. Considerações finais

Com base no conceito de protótipo, é possível descrever, amplamente, as características que contribuem para a textualidade de um texto; mas também não é uma contradição quando (como em Schnitzler, 1994) uma característica que normalmente é rejeitada como demasiadamente abrangente — por exemplo: a unidade/a completude — é usada, entre outras, como critério para a determinação do que seja um *texto* (veja seção 2.6.). Por conseguinte, não é necessário entrar em “discussões controversas” que provocariam, apenas, “insegurança” ou um questionamento do conceito do texto (Tietz, 1997, p. 224), porque os traços que caracterizam um texto não são os mesmos em todos os casos de comunicação textual e para todos os interesses descritivos. Assim sendo, o único “conceito uniforme do texto” (Tietz, 1997, p. 227) é prototípico e caracteriza-se pelo fato de não ser “uniforme”! Essa afirmação corresponde à multiplicidade dos padrões textuais socialmente relevantes e à multiplicidade ainda maior das realizações textuais individuais.

De acordo com as considerações de Schmidt (1997)⁴⁸, as variações prototípicas deveriam ser um fenômeno que existe apenas nas categorias do nível básico; pois, esse autor acredita que as categorias superiores seriam demasiadamente pobres em características, e as categorias inferiores ofereceriam muito poucos espaços livres. A meu ver, a possibilidade de protótipos depende da complexidade de uma categoria: desse modo, parece-me que, no caso da complexa categoria *texto*, que é relevante nas ações sociais, trata-se, certamente, de dois protótipos com um núcleo prototípico comum. E, ao que parece, existem entre os relatos da revista *Spiegel* (O Espelho) ou as notícias do jornal *Bild* (A Imagem) exemplos que são prototípicos e outros que são menos típicos; o que quer dizer que há protótipos também dos padrões textuais que, hierarquicamente, se encontram em nível inferior ao das categorias básicas.

⁴⁸ Na sua apresentação no congresso anual da DGfS (*Deutsche Gesellschaft für Sprachwissenschaft* = Associação Alemã de Linguística) em Dusseldorf em 1997.

Referências bibliográficas

AITCHISON, Jean. *Words in the Mind. An Introduction to the Mental Lexicon*. Oxford, Cambridge, MA: Blackwell, 1987.

ANTOS, Gerd. "Textmusterwissen, Beschreibungsmodelle am Beispiel von Grußworten". In: ENGELKAMP, Johannes, LORENZ, Kuno & SANDIG, Barbara. (orgs.). *Wissensrepräsentation und Wissensaustausch. Interdisziplinäres Kolloquium der Niederländischen Tage in Saarbrücken*, April 1986. Saarbrucker Hochschulschriften. St. Ingbert: Roehrig, 1987, p. 157-190.

BERGMANN, Jörg R. "Kleine Lebenszeichen. Über Form, Funktion und Aktualität von Grußbotschaften im Alltag". In: SPRONDEL, Walter M. (org.). *Die Objektivität der Ordnungen und ihre kommunikative Konstruktion*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994, p. 192-225.

BEAUGRANDE, Robert Alain. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood, NJ: Ablex, 1997.

BEAUGRANDE, Robert Alain. & DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BIERWISCH, Manfred. Poetik und Linguistik. In: KREUZER, Helmut & GUNZENHÄUSER, Rul (orgs.). *Mathematik und Dichtung*. München: Nymphenburger, 1965, p. 49-65.

BRINKER, Klaus. *Linguistische Textanalyse. Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden*, 3. Auflage. Berlin: Erich Schmidt, 1992.

_____. "Textkonstitution und Textkompetenz". In: BARTHA, Magdolna (org.). *Textverstehen – Textarbeit – Textkompetenz. Beiträge zum Workshop am 9-10. Mai 1994 am Germanistischen Institut der Eötvös-Loránd-Universität*, Budapest. Beiträge zur Germanistik 27. Budapest: ELTE, Germanistisches Institut, 1994.

DRESSLER, Wolfgang. *Semiotische Parameter einer textlinguistischen Naturlichkeitstheorie*. (Österreichische Akademie der Wissenschaften, Phil.-hist. Klasse, v. 529). Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1989.

EHLICH, Konrad. "Zum Textbegriff". In: ROTHKEGEL, Annely & SANDIG, Barbara (orgs.). *Text – Textsorten – Semantik. Linguistische Modelle und maschinelle Verfahren*. Hamburg: Buske, 1984, p. 9-25.

_____. "Die Entwicklung von Kommunikationstypologien und die Formbestimmtheit sprachlichen Handelns". In: KALLMEYER, Werner (org.). *Kommunikationstypologie, Handlungsmuster, Textsorten, Situationstypen. Jahrbuch 1985 des Instituts für deutsche Sprache*. Düsseldorf: Schwann, 1986, p. 47-72.

ENKVIST, Nils Erik. "Style in Stylistics and in Text and Discourse Linguistics". In: *STYLISTIKA IV*, 1995, p. 24-32.

ERMERT, Karl. *Briefsorten. Untersuchungen zu Theorie und Empirie der Textklassifikation*. Tübingen: Niemeyer (= Reihe Germanistische Linguistik 29), 1979.

FRANK, Barbara. *Die Textgestalt als Zeichen. Lateinische Handschriftentradition und die Verschriftlichung der romanischen Sprachen*. Tübingen: Narr, 1994.

- GULICH, Elisabeth. "Textsorten in der Kommunikationspraxis". In: KALLMEYER, Werner (org.). *Kommunikationstypologie, Handlungsmuster, Textsorten, Situationstypen. Jahrbuch 1985 des Instituts für deutsche Sprache*. Düsseldorf: Schwann, 1986, p. 15-46.
- GUNTHNER, Susanne. "Gattungen in der sozialen Praxis. Die Analyse kommunikativer Gattungen als Textsorten mündlicher Kommunikation". In: *Deutsche Sprache*, v. 23, 1995, p. 193-218.
- HANDKE, Peter. *Die Innenwelt der Aussenwelt der Innenwelt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.
- HARWEG, Roland. *Pronomina und Textkonstitution*. München: Fink, 1968.
- HEINEMANN, Wolfgang & VIEHWEGGER, Dieter. *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.
- HEUSINGER, Siegfried. *Pragmalinguistik, Texterzeugung, Textanalyse; Stilgestaltung und Stilwirkungen in der sprachlichen Kommunikation. Ein Lehr- und Übungsbuch*. Frankfurt am Main: Haag und Herchen, 1995.
- KLEIBER, Georges. *Prototypensemantik: Eine Einführung*. Tübingen: Narr, 1993.
- KLEIN, Wolfgang & STUTTERHEIM, Christiane von. "Textstruktur und referentielle Bewegung". In: *Zeitschrift für Linguistik und Literaturwissenschaft*, 86, 1992, p. 67-92.
- KNOBLOCH, Clemens. "Zum Status und zur Geschichte des Textbegriffs. Eine Skizze". In: *Zeitschrift für Linguistik und Literaturwissenschaft*, v. 77, 1990, p. 66-87.
- KRAUSE, Wolf-Dieter. "Textsorten als strukturelle Prototypen". In: *Wissenschaftliche Zeitschrift der Pädagogischen Hochschule 'Karl Liebknecht' Potsdam*, 30, 1986, p. 749-759.
- LAGE-MÜLLER, Kathrin von der. *Text und Tod. Eine handlungstheoretisch orientierte Textsortenbeschreibung am Beispiel der Todesanzeige in der deutschsprachigen Schweiz*. Tübingen: Niemeyer, 1995.
- LÖTSCHER, Andreas. *Text und Thema. Studien zur thematischen Konstituierung von Texten*. Tübingen: Niemeyer, 1987.
- LUCKMANN, Thomas. "Kommunikative Gattungen im kommunikativen 'Haushalt' einer Gesellschaft." In: SMOLKA-KOERDT, Gisela et al. (eds.). (1988). *Der Ursprung der Literatur*. München: Fink, 1988, p. 279 – 288.
- MANGASSER-WAHL, Martina. "Eine Chronologie der Entstehung und Entwicklung der Prototypentheorie". In: Gesellschaft Ungarischer Germanisten, Deutscher Akademischer Austauschdienst. *Jahrbuch der ungarischen Germanistik*. Budapest: Gondolat Kiadoi Koer, 1996, p. 83-100.
- _____. "Methodenpluralismus im Rahmen einer empirischen Prototypensemantik. Dargestellt am Beispiel von Frauenkategorisierungen". In: SPILLNER, Hans Otto von & WARNKE, Ingo (orgs.). *Internationale Tendenzen der Syntaktik, Semantik und Pragmatik. Akten des 32. Linguistischen Kolloquiums in Kassel*. Frankfurt am Main: Lang, 1999.
- MEINHARD, Hans-Joachim. "Invariante, variante und prototypische Merkmale der Wortbedeutung." In: *Zeitschrift für Germanistik, ZGL*, v. 5, 1984, p. 60-69.
- MÜLLER, Rolf. "Textsorten – natürliche Sprachformen oder kulturelle Sprachformen?" In: *Linguistica* (Ljubljana) XXXV, 1, 1995, p. 37-51.

- NUSSBAUMER, Markus. *Was Texte sind und wie sie sein sollten. Ansätze zu einer sprachwissenschaftlichen Begründung eines Kriterienrasters zur Beurteilung von schriftlichen Schulertexten*. Tübingen: Niemeyer, 1991.
- PUSCHEL, Ulrich. “‘Puzzle-Texte’ – Bemerkungen zum Textbegriff”. In: ANTOS, G. & TIETZ, H. (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. 27-41.
- RAUCH, Elisabeth. *Sprachrituale in institutionellen und institutionalisierten Text- und Gesprächssorten*. Frankfurt am Main, Bern, New York: Lang, 1997.
- ROLF, Eckhard. *Die Funktionen der Gebraustextsorten*. Berlin, New York: de Gruyter, 1993.
- ROSCH, Eleanor. “Universals and Cultural Specifics in Human Categorization”. In: BRISLIN, Richard W.; BOCHNER, Stephen & LONNER, Walter J. (eds.). *Cross-Cultural Perspectives on Learning*. New York: John Wiley & Sons, 1975, p. 177-206.
- ROSCH, Eleanor & MERVIS, Carolyn B. “Family Resemblances: Studies in the Internal Structure of Categories”. In: *Cognitive Psychology*, v. 7, 1975, p. 573-605.
- SANDIG, Barbara. “Textmusterwissen. Beschreibungsmöglichkeiten und Realisierungen von Textmustern am Beispiel der Richtigstellung”. In: ENGELKAMP, Johannes., LORENZ, Kuno & SANDIG, Barbara (orgs.). *Wissensrepräsentation und Wissensaustausch. Interdisziplinäres Kolloquium der Niederländischen Tage in Saarbrücken*, April 1986. St. Ingbert: Roehrig, 1987, p. 115-155.
- _____. “Stilwandel und ganzheitliche Analyse”. In: FIX, Ulla & LERCHNER, Gotthard (orgs.). *Stil und Stilwandel*. Bernhard Sowinski zum 65. Geburtstag gewidmet. Frankfurt am Main, Berlin, Bern: Lang, 1996.
- _____. “Formulieren und Textmuster. Am Beispiel von Wissenschaftstexten”. In: JAKOBS, Eva-Maria & KNORR, Dagmar (org.). *Schreiben in den Wissenschaften*. Frankfurt am Main u.a.: Lang, 1997, p. 24-44.
- SCHERNER, Maximilian. *Sprache als Text*. Tübingen: Niemeyer (= *Reihe Germanistische Linguistik* 48), 1984.
- SCHNITZER, Johannes. *Wort und Bild: Die Rezeption semiotisch komplexer Texte. Dargestellt anhand einer Analyse politischer ‘Pintadas’*. Wien: Braumüller, 1994.
- STOLT, Birgit. “Textsortenstilistische Beobachtungen zur Gattung Grimm”. In: STEDJE, A. (org.). *Die Brüder Grimm – Erbe und Rezeption*. Vorträge des internationalen Grimm-Symposiums in Stockholm, den 6.-8.11.1984. Stockholm: Almqvist u. Wiksell International, 1985.
- TAYLOR, John R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- TIETZ, Heike. “Die Zukunft der Textlinguistik. Zusammenfassende Bemerkungen zu einer Diskussion”. In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. 223-230.
- VAN DIJK, Teun A. *Textwissenschaft. Eine interdisziplinäre Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1980.
- VATER, Heinz. *Einführung in die Textlinguistik: Struktur, Thema und Referenz in Texten*. München: Fink, 1992.

WAWRZY尼亚K, Zdzisław. *Einführung in die Textwissenschaft*. Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe, 1980.

Relações cognitivas, comunicativas e linguísticas: uma concepção sistêmico-teórica da coerência linguística⁴⁹

Hans Strohner e Gert Rickheit
Universidade de Bielefeld

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução

A linguística tem mais dificuldades com a determinação das suas unidades analíticas do que muitas outras ciências. Suas unidades distinguem-se pelo fato de serem formas muito complexas e dinâmicas, que interagem intimamente com outras unidades. Por isso, a linguística não pode prescindir de tratar da questão fundamental das suas unidades com a maior diligência. Essa necessidade, por exemplo, está sendo hoje demonstrada, com mais clareza do que antigamente, pela fundação de um grupo de pesquisa da DFG [*Deutsche Forschungsgesellschaft* — Sociedade Alemã de Pesquisas] em Bielefeld, com o objetivo específico de proceder ao estudo da coerência. De acordo com os resultados desse grupo, a questão da formação das unidades linguísticas encontra-se intimamente ligada à questão da coerência e, portanto, à questão de como os diferentes fenômenos dessas entidades estão relacionados uns com os outros.

A coerência linguística é um objeto cujo estudo exige a análise de relações complexas em diferentes níveis. Ela diz respeito, por exemplo, às relações entre os diferentes tipos de conhecimentos aos quais um indivíduo recorre durante o processamento de linguagem; além disso, ela tem a ver com as relações entre os diferentes interactantes de uma comunicação e com as relações entre as partes de um texto. Assim sendo, um dos problemas que surgem para a teoria da coerência linguística é o estabelecimento das relações entre esses níveis. De um lado, a teoria deve ser suficientemente geral para abranger todos os níveis; e, de outro, deveria ser diferenciada o bastante para explicar as especificidades de cada nível. Parece que, na linguística até agora, esse problema, tanto no que diz respeito ao aspecto formal quanto ao aspecto empírico, não foi resolvido mais ou menos satisfatoriamente. Um objetivo do presente trabalho é abrir a discussão sobre essa problemática.

Na segunda seção deste estudo, apresentaremos uma conceituação capaz de oferecer um tratamento tanto geral quanto diferenciado do objeto da coerência linguística. Trata-se da Teoria Geral dos Sistemas, a qual tem como interesse mais importante a explicação de

⁴⁹ STROHNER, Hans & RICKHEIT, Gert. “Kognitive, kommunikative und sprachliche Zusammenhänge: Eine systemtheoretische Konzeption linguistischer Kohärenz”. In: *Linguistische Berichte* 125, 1990, p. 3-23.

relações complexas. Em seguida, explicar-se-á, na terceira seção, um conceito geral de coerência com base na Teoria dos Sistemas. Após esses prolegômenos conceituais, serão analisados, na quarta, quinta e sexta seção, os diferentes níveis da coerência linguística.

2. Fundamentos sistêmico-teóricos

A Teoria dos Sistemas tem como objetivo compreender o pensamento com base numa fundamentação conceitual (por exemplo: Mattesich, 1978; Ropohl, 1978; Bunge, 1979 e Klir, 1983). Embora, recentemente, seja possível observar uma unificação progressiva dos conceitos (Robbins & Oliva, 1984), há ainda poucas tentativas de aproveitar o instrumental conceitual da Teoria dos Sistemas para a formação de uma teoria integrativa nas áreas da cognição, da comunicação e da linguagem (por exemplo: Schweizer, 1979; Finke, 1983; Bunge, 1984; Herrmann, 1985; Luhmann, 1986 e Giesecke, 1988). A descrição a ser apresentada dos fundamentos da Teoria dos Sistemas relevantes em nosso contexto não pretende mediar entre essas abordagens em parte muito divergentes. A unificação da Teoria dos Sistemas na psicolinguística, na ciência da comunicação e na linguística continua a ser uma tarefa importante para futuras pesquisas.

A dimensão do tempo tem um papel importante na análise de sistemas concretos. Quando, numa análise sistêmica, se abstrai o tempo, obtém-se uma descrição da *tectônica* do sistema. Quando se leva o tempo em consideração, o resultado é uma descrição da *dinâmica* do sistema. E, quando se incluem na análise até aquelas transformações que contribuíram para o surgimento do sistema, trata-se de uma descrição da *genética* do sistema.

2.1. Tectônica

A tectônica de um sistema informa sobre quais elementos constituem um sistema. Um sistema concreto constitui-se de elementos internos, da *composição* e da *estrutura*; assim como de elementos externos, do *ambiente* que está ligado ao sistema por sua *função*.

A *composição* é o conjunto dos componentes do sistema. Cada componente e, portanto, o sistema inteiro também se encontra em dado momento num determinado estado. O estado de um elemento é o conjunto das suas propriedades e os valores assumidos por essas propriedades, as quais podem ocorrer em diferentes níveis de quantificação. Uma condição necessária para a formação de um sistema é que haja, nos mesmos níveis de quantificação, as mesmas propriedades, com valores adequados para os componentes que interagem entre si. Quando, na análise sistêmica, o todo do sistema é excessivamente focalizado, trata-se de uma análise holística da composição. Quando, ao contrário disso, a análise exagera em focalizar os

componentes individuais, é preciso presumir uma redução atomista dos resultados analíticos. Assumir uma posição da Teoria dos Sistemas pode contribuir para encontrar o detalhamento adequado para o objetivo analítico em questão e para ligar a visão obtida do objeto pesquisado com os aspectos necessariamente negligenciados por essa abordagem.

A *estrutura* é o conjunto de relações entre os componentes. Quando existe entre duas partes de um sistema uma relação funcional, falamos de um acoplamento dessas duas partes do sistema. Sempre que um sistema dispõe de um *modelo interno* de outro sistema surge uma estrutura muito complexa. Um modelo interno é um subsistema que representa determinadas propriedades de um outro sistema. Com um modelo interno, um sistema é capaz de testar seu comportamento diante de outro, primeiramente no modelo interno, antes de realizá-lo em seguida. Um sistema que dispõe de um modelo interno de si mesmo é um *sistema auto-referencial* (por exemplo: Heijl, 1984). Quando a análise de um sistema fica restrita ao estudo da sua estrutura, estamos diante de uma redução *estruturalista*. Numa perspectiva sistêmica, torna-se claro que a delimitação a uma análise estrutural leva apenas a resultados parciais porque, nela, não se leva em conta suficientemente que o sistema é encaixado funcionalmente no seu ambiente.

O *ambiente* é o conjunto de objetos exteriores ao sistema que mantêm com seus componentes uma relação funcional. Quando o sistema é uma função de um objeto do ambiente, esse objeto chama-se *input*. Quando o objeto no ambiente é uma função do sistema, trata-se de um *output*. O conjunto das funções entre o sistema e o seu ambiente dá como resultado a sua *função*.

Para deixar claro que o sistema Y reage com base nas propriedades que lhe são específicas num dado momento, é preciso acrescentar à função do sistema o seu estado z. Por conseguinte, obtém-se a seguinte *função de resultado*:

$$y = f(z, x)$$

como fundamento para qualquer descrição funcional do sistema. A variável x é o *input* do sistema Y que tem o *output* y e se encontra no *estado* z.

Uma análise do ambiente que não recorre à sua relação funcional com o sistema tem como consequência uma redução *objetivista*. Ao colocar, no lugar do ambiente, o conhecimento do sistema sobre o ambiente, o *subjetivismo* mostra uma tendência contrária. Numa abordagem sistêmica, em virtude da equivalência da composição e do ambiente, torna-se mais fácil conceder à análise do ambiente o seu devido valor na análise do sistema. Em conformidade com isso, é preciso completar a análise funcional, tomando em consideração a composição e a estrutura para evitar um reducionismo *funcionalista*.

2.2. Dinâmica

A dinâmica de um sistema é o conjunto das suas transformações. Dada a invariância da sua composição, um sistema muda quando seu estado z_t no momento t passa para o estado z_{t+1} no momento $t+1$. Já que essa passagem depende também do input no momento t , dá-se como resultado a seguinte função de transição, fundamental para a descrição da dinâmica de um sistema:

$$z_{t+1} = f(z_t, x_t)$$

Uma sequência de estados sucessivos de um sistema é um *processo*. O sistema no qual um processo ocorre devido a um input é um *processador*. Um processador processa o input de acordo com as funções de transição e as funções de resultado dos seus próprios componentes e o transforma em determinado output. Para nossos objetivos, basta distinguir entre processadores *automáticos* e processos *intencionais*.

Nos processadores automáticos, a mudança ocorre sem qualquer influência intencional. A esse tipo de processadores pertencem o controle [*Steuerung*] e a regulação [*Regelung*]. Falamos de *controle*, quando a influência se estende apenas em uma direção. O sistema de controle consiste em, no mínimo, dois subsistemas. O subsistema cujo estado se transforma é o *sistema controlado*, e o subsistema que produz o input relevante para a transformação é o *sistema controlador*. Uma *regulação* é um processo dentro de dois ou mais sistemas que mantêm entre si uma relação interativa. Num processo de regulação, partindo de um estado atual [*Ist-Zustand*], pode-se alcançar ou manter um estado previsto [*Soll-Zustand*] que é estipulado por um ou vários sistemas. Um subsistema do sistema de regulação que estipula tal estado previsto é um *sistema regulador*; um subsistema que não tem essa propriedade é um *sistema regulado*.

A análise e a construção dos processos de controle e de regulação podem ser relativamente fáceis. Nos *processos intencionais* ou *acionais*, no entanto, a complexidade dos processos parciais necessários é muito maior. Essa assimetria tem sua razão de ser no fato de que, para um processo acional, a existência de um modelo interno do sistema regulado no sistema regulador é uma importante condição prévia. O subsistema que dispõe de um modelo interno chama-se *sistema operante* [*handelndes System*] e o subsistema que é representado nesse modelo interno é o *sistema operado* [*behandeltes System*]. O sistema operante pode gerar, no seu modelo interno, um estado previsto para o sistema operado, ou seja, ele pode produzir uma *intenção*. Partindo dessa intenção, é possível planejar uma transição passo a passo do estado atual para o estado previsto; esse plano pode, em seguida, ser realizado e

revisto tantas vezes quanto preciso para que o estado atual corresponda ao estado previsto. A ação, quando não ocorre apenas em uma, mas em duas direções, corresponde a uma regulação no nível intencional e, muitas vezes, é chamada de *negociação*. O resultado de tal negociação é uma *convenção social*.

2.3. Genética

A genética é a dinâmica que leva à formação de um *novo* sistema. Trata-se de um sistema novo quando ele se distingue do sistema precedente, através de, no mínimo, um componente. A influência dos novos componentes pode mostrar-se em novas propriedades do sistema, chamadas propriedades *emergentes* (Bunge, 1979). Desse modo, é possível também determinar novas funções de resultado e de transição. Do mesmo modo como o conhecimento da tectônica é necessário para a descrição da dinâmica, é preciso conhecer a dinâmica dos sistemas que formam o novo sistema para descrever a sua genética. Conforme a formação de um novo sistema se dê sem a influência intencional de outro sistema, ou com a ajuda dessa influência intencional, falamos de uma *auto-organização*, ou de uma *hetero-organização* do sistema.

Trata-se de uma *auto-organização* quando o novo sistema não surge através de um processo acional de um outro sistema. Todos os sistemas naturais têm sua origem na auto-organização.

O conceito de *hetero-organização* refere-se à geração de um novo sistema através de um processo acional de um outro sistema. A não ser que sejam produtos do acaso, todos os sistemas artificiais surgem através da *hetero-organização*. Um processo acional, ou seja, um processo de negociação particularmente complexo faz-se necessário sempre que os meios para a realização do objetivo ainda não forem conhecidos ou ainda não estiverem disponíveis, ou seja, sempre que se tratar de um *problema*. Nesse caso, a ação transforma-se na solução de um problema e a negociação, numa solução cooperativa de problema. Como mostraremos em seguida, os processos de solução de problemas são relevantes especialmente para uma teoria da coerência linguística, porque ela, frequentemente, pode ser estabelecida apenas através de correções de coerência [*Kohärenzreparaturen*].

Para muitas ações humanas, vale dizer que a auto-organização e a hetero-organização não podem ser separadas claramente. Particularmente interessante é o processo genético no qual um sistema acional aplica em si mesmo a faculdade da hetero-organização e, desse modo, realiza um tipo de gênese que representa uma *união entre auto-organização e hetero-*

organização. Muitas ações humanas pertencem a esse tipo, por exemplo: as ações da comunicação verbal.

3. Um conceito geral da coerência

Com base nos conceitos da Teoria dos Sistemas apresentados na segunda seção, definiremos e explicitaremos agora um conceito geral de coerência. Podemos recorrer, nessa tarefa, a análises interdisciplinares de fenômenos de coerência (por exemplo: Bunge, 1979, Dorfmueller-Karpusa & Dorfmueller, 1985 e Smolensky, 1986), nas quais, às vezes, se usam também termos como sistematicidade, coesão ou harmonia.

Sob o termo coerência, compreendemos as relações tectônicas, dinâmicas e genéticas num sistema. Com o objetivo de explicitar esse conceito de coerência, recorreremos agora ao instrumental conceitual da Teoria dos Sistemas apresentado na seção 2 e descrevemos pormenorizadamente os aspectos tectônico, dinâmico e genético da coerência.

Com respeito a todos esses aspectos, é possível que ocorram *problemas de coerência* que exijam *correções de coerência* específicas. Na descrição de cada área parcial da coerência, trataremos, portanto, também dos problemas que possam surgir nessa área e das respectivas possibilidades de correção.

3.1. A integridade: o aspecto tectônico da coerência

O aspecto tectônico da coerência refere-se às relações estruturais entre os componentes e às relações funcionais entre o sistema inteiro e o seu ambiente. Essas relações determinam em que extensão o sistema aparece como uma unidade integrada. Por isso chamamos o aspecto tectônico da coerência de *integridade* do sistema. Visto que as relações da tectônica se compõem da estrutura e da função, é possível distinguir também entre aspectos estruturais e aspectos funcionais da integridade.

Para a produção da integridade, é preciso que se harmonizem as propriedades e os valores daqueles componentes que são acoplados entre si. Mesmo quando os componentes dispõem de propriedades e valores que se adaptam uns aos outros, a integridade do sistema ainda não está garantida. Para que os componentes possam produzir efeito uns sobre os outros, é indispensável que se acrescentem, entre eles, relações funcionais adequadas.

Problemas para a integridade *estrutural* de um sistema surgem ou quando certos componentes *faltam* inteiramente ou quando se encontram no lugar *errado*. Para a funcionalidade de um automóvel, por exemplo, não é muito desejável que o quarto pneu não esteja montado no eixo, mas juntado ao estepe como segundo pneu extra. As correções

adequadas de coerência são, no primeiro caso, o *complemento* do componente faltante e, no segundo caso, a *adaptação* mútua dos componentes, por exemplo, através de deslocamentos espaço-temporais.

Enquanto os componentes de um sistema se mantêm unidos adequadamente pela integridade estrutural, a integridade *funcional* providencia o encaixamento adequado do sistema no seu ambiente. Da mesma forma que os componentes de um sistema, os objetos do seu ambiente também dispõem de determinadas propriedades às quais são associados certos valores em diferentes níveis de quantificação. O acoplamento de dois sistemas somente tem êxito se as funções de ambos os sistemas se harmonizam umas com as outras; por exemplo, o tímpano do nosso ouvido reage apenas a determinadas frequências das ondas sonoras e não a outras. Para dar uma idéia mais concreta, podemos chamar essa relação de *ressonância* (Shepard, 1984). O sistema Y está em ressonância com o sistema X quando está reagindo a um comportamento desse sistema. Se o sistema X também reagir a um comportamento do sistema Y, trata-se de uma relação dual de ressonância (Shawn & Turvey, 1981). Relações duais podem tanto representar uma cooperação quanto um conflito. Um sistema funciona bem quando está numa relação de cooperação com seu ambiente. Por exemplo, um automóvel com catalisador necessita de postos de gasolina que oferecem gasolina sem chumbo.

Quando houver problemas com a integridade funcional, é preciso mudar os valores dos objetos do ambiente ou os dos componentes de tal modo que eles se *harmonizem* melhor uns com os outros. Qual dessas duas estratégias de correção terá mais êxito vai depender, entre outras coisas, dos *efeitos colaterais* que a mudança em questão provocará para o sistema e o ambiente.

3.2. A estabilidade: o aspecto dinâmico da coerência

O aspecto dinâmico de coerência refere-se às relações entre os processos de um sistema que se influenciam mutuamente. No caso de essas influências concorrerem, é possível que esse sistema entre num estado estável. Por isso, chamamos o aspecto dinâmico da coerência de *estabilidade* do sistema. A estabilidade pode ser produzida através de processos automáticos ou intencionais.

A maneira mais simples de produzir a estabilidade automaticamente é pelo *controle* [Steuerung]. Por meio do controle é possível atingir e manter um estado a curto prazo. Por exemplo, no caso de um tronco de árvore deitado transversalmente sobre a rua, o comportamento de um automóvel pode ser controlado de tal modo que ele chegue a parar abruptamente. Claro que esse tipo de estabilidade do automóvel dificilmente é desejado. A

estabilidade em processos de *regulação* [*Regelungsprozessen*] se alcança quando se gera, no sistema regulado, um valor para as propriedades reguladas que não leve mais a nenhuma mudança do output. Um exemplo para a produção da estabilidade dentro de um processo de regulação é a interação entre o sistema de refrigeração e o ventilador do automóvel. Quando a temperatura sobe no sistema de refrigeração, o ventilador é ligado através de um termostato para baixar novamente a temperatura. Assim que se alcança o valor desejado, o ventilador se desliga novamente.

De modo muito semelhante ao da regulação, ocorre a produção da estabilidade em processos *intencionais*. Quando, no decorrer de um processo acional, o sistema operado entra num estado que corresponde ao estado alvo no modelo interno, o sistema operante suspende a sua atividade e o sistema acional passa a entrar num estado estável. Quando o motorista, como sistema operante, percebe que o automóvel, como sistema operado, se aproxima demasiadamente da borda da pista, ele movimenta o volante de tal modo que a distância entre o automóvel e a margem da pista corresponda ao valor intencionado e permaneça estável. Os *processos de negociação* levam à estabilidade quando os dois sistemas acionais participantes chegam a um acordo no que diz respeito às ações relevantes; por exemplo, quando o motorista e a pessoa que está sentada ao seu lado estão igualmente de acordo com o percurso e com o fim do passeio.

Tanto em processos automáticos quanto processos intencionais, é possível que ocorram problemas quando a estabilidade for alcançada no nível errado, ou quando se obtiver apenas uma labilidade do estado do sistema. A estratégia adequada para resolver um problema é influenciar, de uma maneira ou outra, a função de transição através de correções dos sistemas participantes com o fim de poder encontrar um estado estável. Por exemplo, é possível consertar o pneu furado e o termostato defeituoso, treinar como se mantém a distância certa e dar mais atenção às opiniões divergentes dos parceiros.

3.3. A criatividade: o aspecto genético da coerência

A criatividade como aspecto genético da coerência refere-se às relações auto-organizadas ou hetero-organizadas entre sistemas diferentes que levam ao surgimento de um novo sistema, o qual, por sua vez, também dispõe de integridade, estabilidade e criatividade.

Um exemplo para a criatividade *auto-organizada* são os gases poluentes produzidos pelos carros, que se unem com outras substâncias no ar e, desse modo, podem formar novos sistemas químicos.

Diferentemente da auto-organização, na *hetero-organização*, a união dos sistemas iniciais é provocada pela influência intencional de um terceiro sistema. Por exemplo, quando, ao lado do motorista, está um instrutor que dá instruções ao seu aluno, o sistema formado pelo motorista e pelo automóvel e, com ele, a sua criatividade estão hetero-organizados.

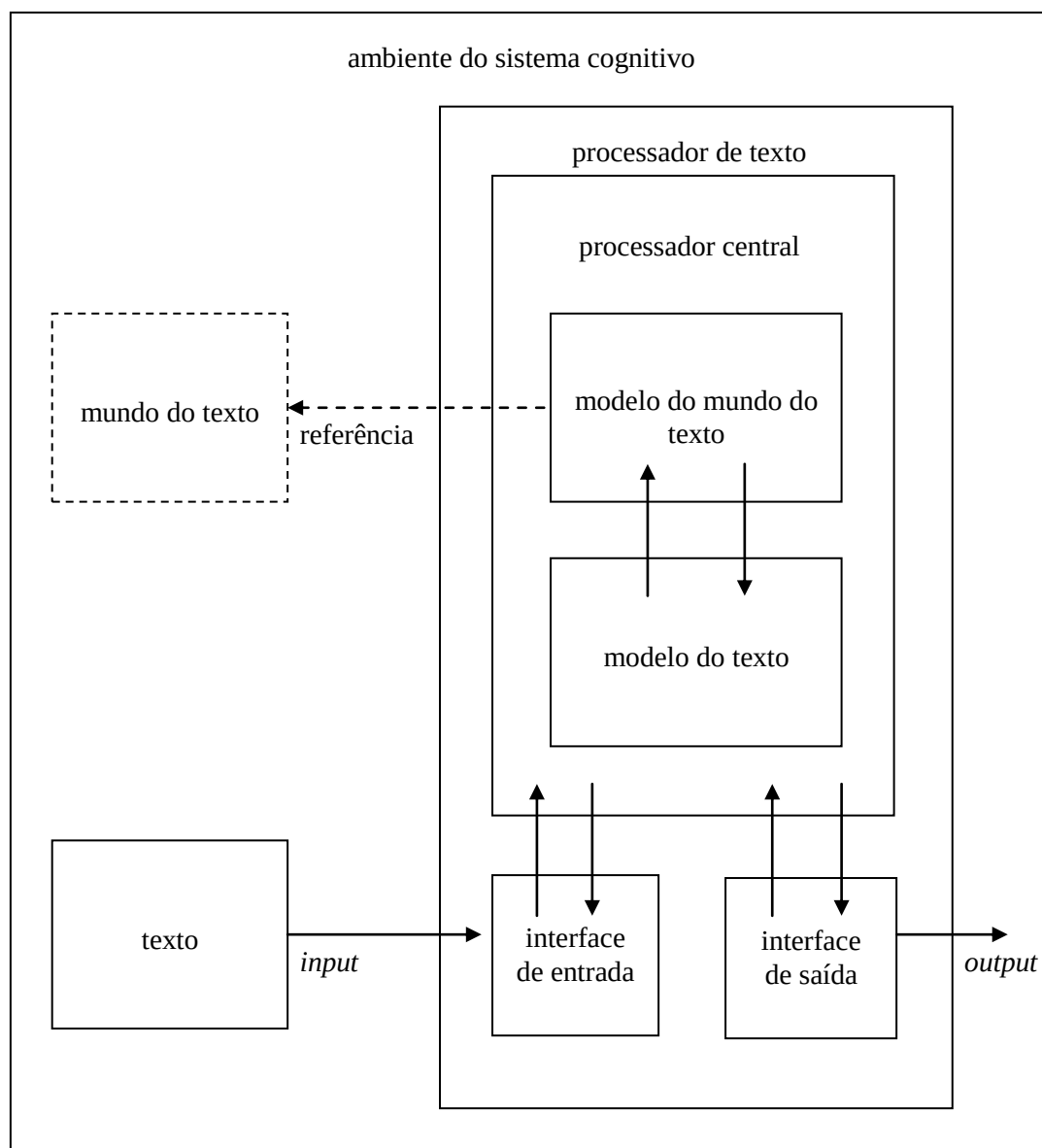
Os problemas de coerência que surgem na área da criatividade sistêmica referem-se a uma incapacidade de os sistemas iniciais formarem novos sistemas. Uma estratégia efetiva de resolver os problemas encontra-se na integração de novos componentes no sistema, com o fim de facilitar, eventualmente, a emergência de novas funções de transição, por exemplo, através da aquisição de conhecimentos.

4. Coerência linguística I: relações cognitivas

Depois da preparação conceitual através de uma conceituação geral da coerência sistêmica, dedicar-nos-emos nas seções seguintes às especificidades da coerência linguística (por exemplo: Halliday & Hasan, 1976; Sözer, 1985; Tomlin, 1987). Estabelecemos, nesse empreendimento, três níveis sistêmicos relevantes para a linguística: o nível cognitivo, o nível comunicativo e o nível do sistema linguístico.

As pessoas passam uma grande parte do seu tempo processando textos cognitivamente, isto é, produzindo-os e recebendo-os. Com essas atividades, elas fornecem o fundamento individual para as necessidades sociais da comunicação e elas fazem isso com a ajuda dos conhecimentos linguísticos e enciclopédicos à sua disposição. Na linguística — muitas vezes inconscientemente — é comum serem discutidas questões da coerência tanto no nível cognitivo do sistema individual de processamento textual, quanto no nível comunicativo do sistema social, e no nível do sistema linguístico. Começamos nossa análise sistêmico-teórico da coerência linguística com a discussão da integridade, da estabilidade e da criatividade no nível cognitivo (Quadro 1).

Quadro 1: A integridade do sistema cognitivo da coerência linguística⁵⁰



⁵⁰ Para designar os dois módulos cognitivos que interagem com o processador central, permitindo o fluxo das informações entre um processador de texto e o seu meio externo, os autores introduzem, no texto original, as palavras “Rezeptor” e “Effektor”. Na língua portuguesa, não existem equivalentes aprovados para esses termos técnicos. Para evitar uma possível confusão entre os módulos cognitivos designados pelos termos alemães e as pessoas físicas denominadas, em português, como “receptor” e “produtor”, rejeitamos uma tradução literal como “receptor” e “produtor” ou “efector” e escolhemos duas expressões que correspondem ao sentido dos termos alemães, nomeadamente: “interface de entrada” e “interface de saída”. A “interface de entrada” é a parte do processador de texto que é responsável pela recepção de sinais linguísticos advindos do mundo externo. No computador, trata-se da teclagem, do microfone e do software que organiza automaticamente a comunicação entre a periferia e os componentes centrais; no ser humano, a expressão refere-se ao ouvido e ao olho, assim como aos domínios e processos cognitivos que gerenciam a recepção de sinais linguísticos por esses órgãos. A “interface de saída”, por outro lado, é a parte do processador de texto que é responsável pela emissão de sinais linguísticos para o meio externo. No computador, trata-se do software que é responsável pela transferência de informações da memória interna para uma impressora ou um meio de armazenamento externo; no seres humanos, trata-se destes domínios e processos no cérebro que gerenciam a mão e o aparelho fonador, que ambos possibilitam a transmissão dos sinais linguísticos para o meio externo. (N.T.).

4.1. Saber: a integridade cognitiva

Os sistemas cognitivos de processamento de informações constituem-se de um componente a processar, quer dizer, a *informação*; e um componente processador, isto é, o *processador de informação*. Falamos de um *processamento de informação* quando um processador de informação transforma um input informacional em um output informacional. O fundamento para uma análise sistêmica do processamento de informação é um conceito funcional da informação, que não pode ser reduzido subjetivamente e nem objetivamente (veja Dretske, 1983; Bogdan, 1988; Strohner 1990a). Os processadores de texto são instalados de tal modo que processam a informação linguística num componente central e que possibilitem o input e o output de informação em componentes periféricos.

O componente responsável pelo processamento da informação é o processador central que é realizado, nos seres humanos e em outros seres vivos, pelo sistema nervoso central. O processador central constitui-se de uma multiplicidade de unidades sistêmicas. Cada um desses sistemas possui um valor de ativação alterável com um valor limite. Quando esse valor é ultrapassado, um sistema ativa seus sistemas vizinhos através de conexões adaptáveis, nas quais são memorizadas a frequência e a força das ativações individuais. Essa informação memorizada é o *conhecimento*. O conhecimento caracteriza-se pela correspondência entre a informação externa e a informação interna (Dretske, 1986). Por isso, conceituamos o conhecimento como a integridade dos modelos cognitivos com um aspecto estrutural e um funcional.

O aspecto *estrutural* do conhecimento que se baseia tanto no modelo do texto [*Textmodell*] quanto no modelo do mundo do texto [*Textweltmodell*] (Strohner, 1990b), contribui para a integridade cognitiva de maneira decisiva, porque é a formação estrutural que determina se o processador e a informação podem ou não formar um sistema juntos. A estrutura do conhecimento que caracteriza o sistema cognitivo de processamento de texto tem um papel extraordinário na Teoria Cognitiva da Gramática (ver seção 6.1).

É muito importante, então, ver que as informações *linguísticas*, na maioria dos casos, são fragmentárias porque muitos dos sistemas aos quais os *textos* se referem são extremamente complexos e, portanto, apenas uma parte deles pode ser transmitida verbalmente. Para conseguir o objetivo da *construção de sentido* também no caso de informação fragmentária, é preciso preencher as lacunas no modelo cognitivo através da ativação de outros componentes de conhecimento do processador central, isto é, por meio de *inferências*. As inferências, portanto, não representam uma exceção, mas — por assim dizer

— o caso normal do processamento de informação verbal (Rickheit, Schnotz & Strohner, 1985).

O aspecto *funcional* do conhecimento refere-se às relações entre o sistema de processamento de texto e o seu ambiente. A esse ambiente pertence, antes de tudo, o mundo de texto ao qual se refere a informação a processar. Nessa área funcional do conhecimento, portanto, os termos *referência* e *correferência* representam os conceitos centrais. As informações verbais, de uma maneira geral, não são apenas fragmentárias, mas também referencialmente ambíguas, o que pode ser motivo de múltiplos problemas de processamento. Esse fato torna-se especialmente grave no caso de expressões *anafóricas* e *dêiticas*.

Ao lado do mundo do texto, pertencem ao ambiente funcional do sistema de processamento de texto o *contexto* linguístico (co-texto) e o *entorno* não-linguístico com o *produtor de texto*. O conhecimento relevante para essa área do ambiente é o *conhecimento pragmático*. Os problemas de coerência nessa área podem surgir, por exemplo, quando, no uso *irônico* da língua, os sinais do contexto ou do entorno, que ajudam a desambiguar o sentido, não forem levados em consideração suficientemente ou quando as ações linguísticas não corresponderem com as necessidades cênicas. Esses problemas de coerência do conhecimento linguístico também podem ser resolvidos através de processos inferenciais ou comunicativos (ver seção 5.1).

4.2. Significar e compreender: a estabilidade cognitiva

A dinâmica do sistema de processamento de texto constitui-se dos processos que são dados pelas estruturas parciais do conhecimento relevante para um texto. Aqueles processos que contribuem para a geração da estabilidade na produção de texto podem ser chamados de processos de produção e difusão de um conteúdo informacional [*Meinen* (significar)]; os processos que geram a estabilidade na recepção de texto, por sua vez, podem ser chamados de processos de recepção (captação) de um conteúdo informacional [*Verstehen*, (compreender)] (Hörmann, 1976).

A estabilidade da produção, difusão e aceitação de um conteúdo informacional é determinada pelos processos realizados na memória de trabalho no processador central do sistema de processamento de texto (Schnelle, 1988). Esses processos podem ser descritos como processos de regulação entre os diferentes modelos cognitivos ativados; são processos que tratam da formação de unidades significativas superiores. Parece que essa macroestrutura é construída, apenas em parte, por processos centrais de planejamento, enquanto a maior parte

dela é formada por processos descentrados de cooperação, com base em estratégias adaptáveis (Strohner, 1988).

Para a estabilidade da produção, difusão e aceitação de conteúdo informacional, essa afirmação significa que a estabilidade precisa ser novamente construída, a cada passo de processamento, de novo a cada vez, e que ela pode ser perturbada facilmente quando houver lacunas de coerência no conhecimento ou no texto. Os problemas cognitivos de estabilidade, portanto, podem ser resolvidos, por exemplo, pelo aperfeiçoamento do conhecimento por inferências ou pelo melhoramento do texto através da integração de informações no decorrer da comunicação (ver seção 5.2).

As inferências podem aparecer em simples *processos de controle*, no caso de o componente ausente, ambíguo ou vago de um sistema de informação ocorrer muito frequentemente numa ligação estreita com o componente percebido. No caso de informações complexas, não é mais possível inferir os componentes ausentes por meio de simples processos de controle porque, aqui, é preciso que se realize um acordo sobre a direção da ativação necessária para a formação da inferência. Essa sintonização mútua do fluxo de informação no processador central alcança-se por meio de *processos de regulação*. Em alguns casos especialmente problemáticos, até os processos de regulação não são mais suficientes para estabelecer uma relação significativa e referencial entre as informações. Nesses casos, é possível, com base em *processos acionais*, iniciar uma busca intencional pelo sentido e pela referência delas. Desse modo, é possível resolver aparentes equívocos entre as informações integradas.

4.3. Aquisição de conhecimento: a criatividade cognitiva

Enquanto a dinâmica do sistema de processamento de texto descreve os processos da reorganização do conhecimento já adquirido, a sua genética refere-se à aquisição de novos componentes de conhecimento através da auto-organização e da hetero-organização.

Quando uma nova informação aparece, o processador de texto tenta criar um novo modelo cognitivo para ela. Através dessa criação, o processador recebe um novo componente e transforma-se, num processo de *auto-organização*, em um novo sistema. Contudo, para manter o novo conhecimento significativo, é preciso conectar o novo modelo com os modelos já existentes. Muitas vezes, a maneira mais simples de fazer essa conexão é classificar o novo modelo como uma instanciação específica de um outro já existente.

Essa experiência sobre a criação de conhecimento que todos nós podemos sempre repetir foi reconstruída nos anos 70 pela Teoria de Esquemas do conhecimento, a qual, no

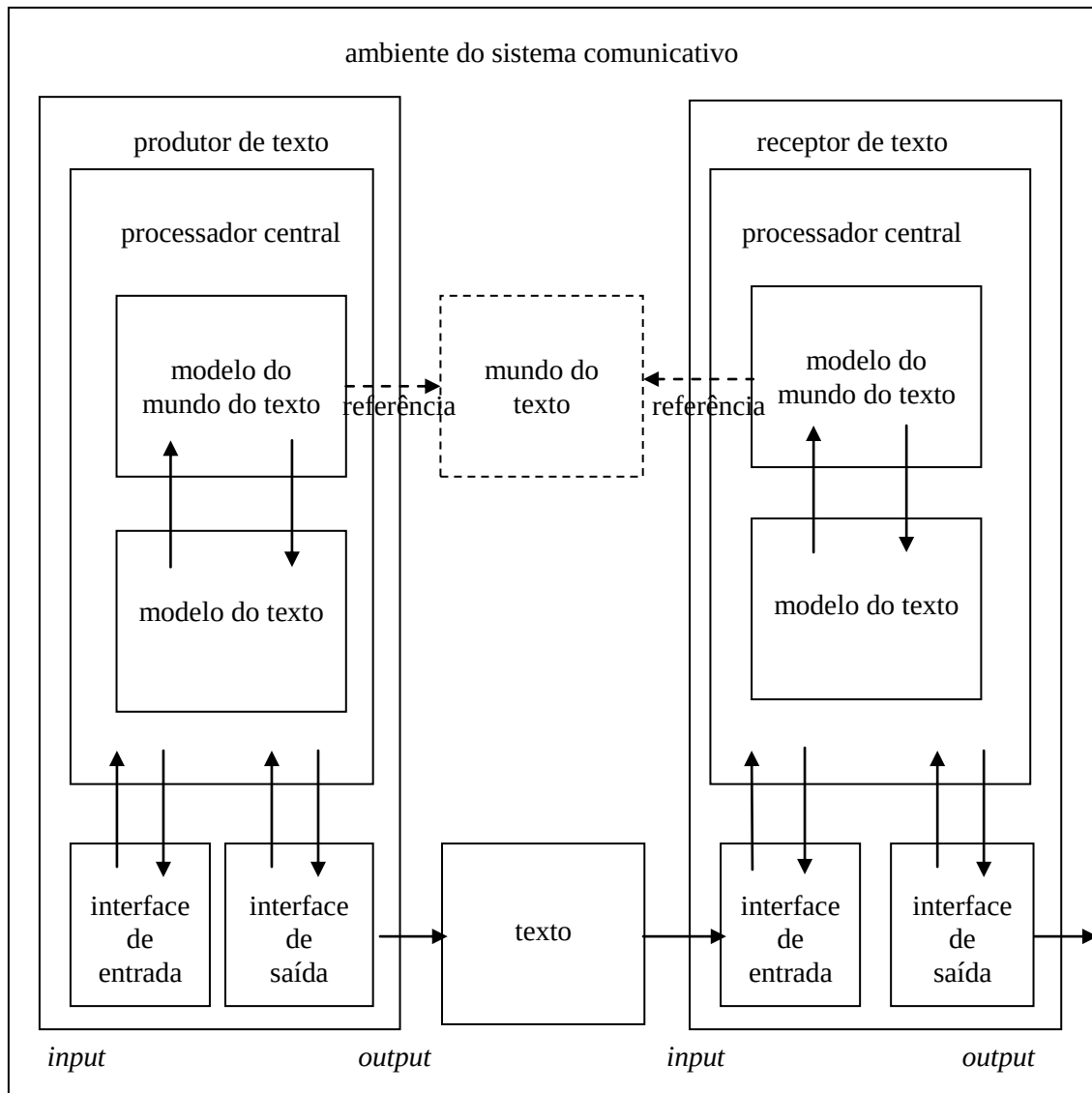
entanto, se revelou como uma generalização excessiva e demasiadamente esquemática (Alba & Hasher, 1981). De acordo com essas descobertas, parece que apenas uma parte do novo conhecimento é construída de modo esquemático e uma outra parte, que é variável, de modo específico. As experiências específicas pelas quais as pessoas passam durante a sua ontogênese refletem-se na estrutura do seu conhecimento e habilitam-nas a fazer observações e inferências que podem contribuir para estabelecer relações semânticas e referenciais bastante diferentes (Terhorst, Rickheit, Strohner & Wirrer, 1988).

Uma grande parte da aquisição de conhecimento humana nas instituições educacionais realiza-se através da *hetero-organização*. Uma forma importante da aquisição de conhecimento através da hetero-organização é a instrução, na qual a nova informação é transmitida por meio de enunciados verbais do professor. Um critério importante para o êxito desse tipo de aquisição exige que o professor leve em consideração, de modo diferenciado, o estoque individual de conhecimento do aprendiz, com o fim de tornar o aprendiz capaz de integrar o novo conhecimento ao seu conhecimento já existente, formando, assim, uma unidade significativa (ver seção 5.3).

5. Coerência linguística II: relações comunicativas

Um sistema comunicativo é um sistema que liga dois ou mais sistemas de processamento de texto (Quadro 2). Como todos os sistemas concretos, ele dispõe de um aspecto tectônico, um aspecto dinâmico e um aspecto genético da sua coerência.

Quadro 2: A integridade do sistema comunicativo da coerência linguística



5.1. Convenção: a integridade comunicativa

Na descrição da integridade do sistema comunicativo, além de analisar a integridade dos sistemas participantes do processamento textual, é importante determinar a comunidade dos sistemas participantes desse processamento. Essa comunidade, geralmente, é chamada de uma *convenção*, na qual entram aspectos estruturais e funcionais. Com uma abordagem sistêmica, então, parece ser possível descrever, pelo menos em princípio, as relações extremamente complexas entre os parceiros de comunicação. Ao contrário do que se considera na perspectiva atomista, os parceiros não são indivíduos diferentes que não dispõem de nada em comum e, em oposição à perspectiva holística, também não são um coletivo que põe exclusivamente conhecimentos compartilhados em jogo. Pelo contrário, trata-se de dois

sistemas que possuem tanto conhecimento coletivo quanto conhecimento individual. Por isso, eles são capazes tanto de agir convencionalmente (ver seção 5.2) quanto de criar também novas convenções (ver seção 5.3).

Uma comunicação com êxito não tem como condição prévia uma concordância completa entre as estruturas semânticas dos parceiros de comunicação. Muitas vezes, basta uma simples conexão das estruturas de conhecimento. Todavia, em determinadas situações, a *contingência* vinculada a essa experiência pode tornar-se um problema; por exemplo, no discurso científico, que exige exatidão. Nesse caso, é importante recorrer aos meios da definição e da explicação e construir cooperativamente um significado convencional do texto que corresponda à exatidão desejada, e constituir, desse modo, um *sentido social*.

A comunicação torna-se especialmente problemática quando a *função referencial* é vaga. Muitas vezes, os objetos referenciados não se encontram no ambiente imediato do sistema comunicativo. Por outro lado, essa possibilidade de referir-se a objetos que, no espaço e no tempo, se encontram muito distantes do sistema comunicativo é uma das maiores vantagens da comunicação verbal.

Uma segunda área⁵¹ das convenções funcionais é ocupada pelas convenções pragmáticas que contribuem para a coordenação das ações no sistema social (por exemplo: Habermas, 1981; Butler, 1988). As convenções pragmáticas, então, entram também como um fator essencial na função de resultado do sistema comunicativo. Os problemas de coerência

⁵¹ A seção 5.1. trata da integridade do sistema comunicativo. Essa é apresentada na forma de uma convenção. No contexto do presente trabalho, o que se põe em foco é a função do processamento textual. Por isso, a convenção é interpretada, aqui, primeiramente como uma convenção linguística: como totalidade daquelas propriedades comuns aos sistemas de processamento textual as quais, estrutural e funcionalmente, têm efeitos imediatos sobre a comunicação verbal. Convém mencionar, aqui, o conhecimento linguístico comum (o léxico, a gramática) e, também, o conhecimento estilístico comum e o conhecimento comum sobre padrões textuais, ou seja, todas as convenções que regularizam como alguém deve se exprimir quando quer comunicar alguma coisa a um interlocutor; e todas as convenções que regularizam como se deve compreender alguém que se exprimiu de uma determinada maneira. Como exemplo de um domínio funcional importante que é regularizado por essas convenções, os autores mencionam a coordenação da referenciação. Eles poderiam ter mencionado também outros domínios como: a seleção e estruturação de informações relevantes – i.e.: a progressão tópica (dado/novo) e temática (tema/remata) – a explicitação de associações semânticas por conectores, a expressão verbal da polidez, etc.

No último parágrafo da seção 5.1., os autores voltam-se, então, para a segunda área das convenções que têm efeitos sobre o sistema comunicativo. Aqui, fala-se de convenções que ultrapassam a dimensão linguística e que dizem respeito às opções e às finalidades de ações não-verbais dos interlocutores e os recursos não-verbais que eles podem aplicar para realizar suas intenções. Essa área não é tematizada no presente trabalho, que focaliza, apenas, a coerência linguística, mas os autores querem ressaltar que, na área da comunicação, os elementos verbais interagem fortemente com os não-verbais e que a língua, por conseguinte, não deve ser contemplada isoladamente. Conclui-se, então: a primeira área das convenções funcionais é ocupada pelas convenções verbais e a segunda, pelas convenções não-verbais. Juntos, esses dois tipos de convenções formam a totalidade das propriedades comuns aos sistemas de processamento textual as quais constituem a integridade do sistema comunicativo (N.T.).

que surgem na área pragmática ultrapassam de longe os limites da linguística porque, frequentemente, se referem também a convenções sociais de caráter não-linguístico.

5.2. Entendimento mútuo: a estabilidade comunicativa

A produção da estabilidade comunicativa, o entendimento mútuo [*Verständigung*], é um processo que, em muitos aspectos, se passa com base em *processos de regulação*. É preciso regular os processos parciais de conhecimento textual e de conhecimento do mundo e os processos entre esses dois domínios de conhecimento, e isso não vale apenas para os processos ocorrentes dentro de cada parceiro individual da comunicação, mas também para os processos entre eles. Uma vez que grande parte das comunicações contém apenas informações muito vagas e incompletas sobre o sentido e a referência, é necessário que as lacunas no entendimento sejam preenchidas por ambos os participantes da comunicação através de conhecimentos inferidos. Sem essa cooperação contínua, seria impossível chegar a uma compreensão comum de fatos complexos (Clark, 1978; Sperber & Wilson, 1986 e 1987).

O produtor do texto, geralmente, presta muito atenção para que as unidades textuais escolhidas por ele possuam exatamente aquele significado convencional que tinha em vista. Quando o receptor do texto conhece a intenção do produtor, ele também dá atenção especial à realização das intenções. No caso de desvios, ambos os parceiros podem fazer correções e chegar, assim, a um estado estável da comunicação por meio da negociação. Essa cooperação torna-se muito evidente nos casos em que ainda não está claro como um fato deveria ser descrito, ou seja, quando existe um problema de conceituação, como acontece frequentemente na ciência; problema, aliás, que levou também à contribuição presente. Alguns processos parciais da comunicação humana, que são orientados mais fortemente para a função, têm um *caráter acional*. Pertencem a esse grupo, sobretudo, os processos que se dão antes da produção textual e no decurso dela, além dos processos abrangentes da recepção textual, como a escolha do texto e a determinação do detalhamento do processamento. Na mídia escrita, o caráter acional pode causar efeitos muito fortes em virtude da sua capacidade maior de objetivação. Principalmente, é possível afirmar que os processos comunicativos na mídia escrita, que, geralmente, se conserva por um prazo maior, são controlados intencionalmente com um rigor maior do que na mídia oral, efêmera por natureza. As comunicações escritas ocorrem, mais frequentemente, na forma de ações do que na forma de regulações ou até mesmo de controles. De qualquer modo, é preciso considerar, também no nível da comunicação, todos os tipos de processos mencionados. Uma redução, por exemplo, aos

processos acionais, levaria a conceber a comunicação de forma simplista, como algo meramente intencional.

5.3. Convencionalização: a criatividade comunicativa

A emergência de sistemas de comunicação, isto é, a *convencionalização*, está intimamente ligada ao surgimento de novas necessidades comunicativas, mas também, de novas mídias. Os sistemas de comunicação criados desse modo distinguem-se bastante no que diz respeito a sua gênese mediante auto-organização e hetero-organização.

A maior parte da comunicação na mídia original, isto é, na oralidade, é adquirida pela criança através de processos de *auto-organização*, pois a intenção dos seus parceiros de comunicação aspira apenas secundariamente a um progresso na aquisição de língua, mas tem em vista primeiramente o entendimento mútuo. Uma vez que a auto-organização é um indicador para a naturalidade de um sistema, o sistema da comunicação oral, então, pode ser considerado um sistema natural (Verbrugge, 1985). Recentemente, por causa da tecnicidade crescente também da mídia oral, a socialização por meio da auto-organização é reprimida cada vez mais.

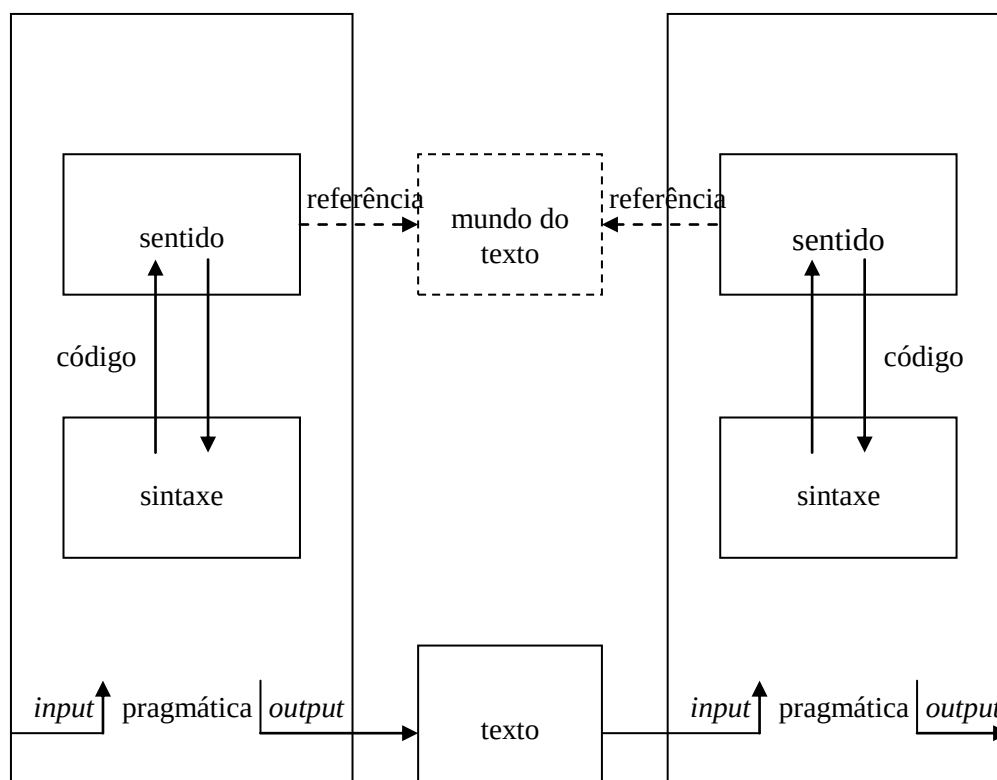
Os sistemas comunicativos que trabalham com a mídia escrita emergem por meio da hetero-organização, numa extensão muito maior do que os sistemas comunicativos orais. Por isso, esses sistemas correm um risco maior de que a informação verbal seja isolada da comunicação e seja mal-interpretada como uma representação direta da realidade (Weingarten, 1990).

Os problemas de criatividade que surgem devido às necessidades reais alteradas e das novas mídias são de natureza múltipla. Um exemplo é o jargão da informática que se faz circular recentemente e que contribui para que uma conceituação enganadora da cognição e da comunicação, a *metáfora do computador*, se espalhe cada vez mais. Outro exemplo é a repressão de culturas nacionais e regionais favorecida pela *internacionalização* progressiva da cultura. A nosso ver, ambas as tendências problemáticas podem ser enfraquecidas quando se estabelece uma ligação entre os novos tipos de comunicação e a comunicação original das comunidades de falantes, pois, desse modo, é possível experimentar as novas formas de comunicação em combinação com as formas mais antigas.

6. Coerência linguística III: relações linguísticas

A parte da coerência linguística que se refere ao sistema da língua, desde sempre, causou os maiores problemas para a linguística (Quadro 3). Aqui também, distinguimos entre um aspecto de integridade, um de estabilidade e um de criatividade.

Quadro 3: A integridade da língua formada pela sintaxe, pela semântica (código, sentido, referência) e pela pragmática



6.1. Gramática: a integridade linguística

O termo gramática refere-se ao aspecto da integridade da língua. Enquanto alguns autores o aplicam, sobretudo, no nível oracional ou supra-oracional, nós entendemos por gramática a integridade em todos os níveis linguísticos, isto é, no nível da palavra, da oração e do discurso.

Para a conceituação sistêmica da língua, o que importa é que ela tem a propriedade de ser um código com a ajuda do qual a língua é capaz de transferir informações não-verbais em informações verbais. Por duas razões, a língua é um código de informação muito especial: primeiramente, trata-se de um código produzido pelo próprio sistema informacional que, diferentemente dos outros códigos de informação, depende, por esse motivo, do conhecimento e das intenções dos parceiros de comunicação; em segundo lugar, esse código, diferentemente

dos outros códigos de informação, não se refere causalmente às fontes da informação em questão, mas está ligado a essas fontes através de uma relação *convencionalmente* determinada (ver seção 5.1). Por consequência, a gramática é uma descrição da integridade linguística por um sistema de comunicação, que é produzida com a ajuda de *convenções* e, de maneira alguma, pode ser vista como uma propriedade de um sistema linguístico autônomo⁵². Pela mesma razão, a gramática não pode ser conceituada como o produto de um imaginário “falante/ouvinte ideal” que não pode ser objeto de uma análise empírica.

A sintaxe, isto é, o aspecto estrutural da gramática, é condicionada pelas propriedades dos componentes linguísticos nos diferentes níveis linguísticos, por exemplo, no nível da palavra, da oração e do discurso. A sintaxe esclarece quais são os outros componentes verbais disponíveis para formar um sistema. No nível da palavra, estão à disposição, por exemplo, as possibilidades de estabelecer ligações entre os morfemas; no nível da oração, há as relações de congruência entre as partes oracionais e, no nível do discurso, há as relações anafóricas. Os problemas que a linguística tem com a sintaxe explicam-se, em parte, pelo fato de que sua origem como modelo estrutural convencional de um sistema de comunicação linguístico é pouco reconhecida. Em vez disso, a sintaxe, muitas vezes, é tratada como se fosse uma parte de um sistema linguístico relativamente autônomo. Essa concepção está ligada à opinião de que seria possível descrever a sintaxe com regras nas quais as regularidades da produção, difusão e aceitação cognitivas de um conteúdo informacional [*Regularitäten des kognitiven Meinens und Verstehens*] e as regularidades do entendimento comunicativo são apenas levadas em consideração numa nota marginal. Todavia, a descrição da sintaxe por regras autônomas é necessariamente destinada ao fracasso. Em princípio, uma sintaxe com relevância cognitiva e comunicativa deveria ser descrita, por meio de funções sistêmicas de resultado, como a integridade do conhecimento convencional de texto (Bennett, 1988). Metodologicamente, conclui-se daí que a teoria da sintaxe deve ser fundamentada numa observação empírica exata dessas funções de resultado (por exemplo: Altmann & Steedmann, 1988; Taraban & McClelland, 1988).

⁵² Uma gramática não é uma propriedade objetiva de uma língua, mas ela é um texto que é produzido, num determinado contexto comunicativo, por determinados usuários de uma língua para ser recebido por outros usuários dessa língua. O objetivo principal desse texto é a descrição da integridade linguística, mas ele serve também a outras finalidades (por exemplo: a objetivos didáticos ou explicativos ou à auto-representação do autor, etc.). Assim sendo, a produção desse texto é influenciado fortemente por convenções. O “sistema comunicativo” mencionado pelos autores é o sistema constituído por produtor, receptor, objeto e contexto que dá origem à gramática em questão. Na sua visão tipicamente sistêmico-teórica, Strohner & Rickheit consideram esse sistema e não o falante como o verdadeiro autor da gramática. (Quero deixar aqui meus agradecimentos a Hardarik Bluhdorn por ter me fornecido valiosas explicações sobre esse assunto). (N.T.)

A *semântica*, como dantes, continua a ser a parte mais polêmica do sistema linguístico. Desse modo, há mais recentemente uma disputa entre os teóricos que se norteiam pelos princípios do realismo e os que são cognitivamente orientados (Barwise & Perry, 1983; Jackendoff, 1985). Para essa área difícil, propomos também orientar-nos pela Teoria dos Sistemas (Bunge, 1984) e conceituar a semântica como aquele aspecto da integridade funcional do sistema linguístico que se refere aos aspectos semânticos e referenciais do conhecimento comunicativo. Com esse fundamento, é possível distinguir três funções semânticas parciais: o código do texto, como relação entre o conhecimento do texto e o conhecimento do mundo do texto; o sentido do texto, como uma integração do conhecimento do mundo do texto; e a referência textual, como uma relação entre o mundo do texto e o conhecimento que se tem dele. As diferentes abordagens de uma semântica cognitivamente fundamentada contribuem para uma diferenciação e integração maior dessas estruturas parciais (por exemplo: Habel, 1986; Langacker, 1986; Jackendoff, 1987; Lakoff, 1987; Shanon, 1988 e Strohner, 1990b). Mantendo o equilíbrio entre a consideração das relações estruturais e funcionais de conhecimento, o que não seria possível sem a contribuição da pesquisa experimental, é possível evitar certas tendências estruturalistas da semântica cognitiva (Johnson-Laird, Herrmann & Chaffin, 1984).

A segunda área funcional do sistema linguístico é a *pragmática*, que pode ser conceituada como uma função de resultado do sistema cognitivo e comunicativo condicionada linguisticamente (ver seção 4.1 e 5.1).

6.2. Uso da língua: a estabilidade linguística

O uso convencional da língua é o aspecto de estabilidade da coerência linguística. Nem a sintaxe, nem a semântica e, de maneira alguma, a pragmática do sistema linguístico podem ser analisadas independentemente dos processos cognitivos e comunicativos por meio dos quais elas são processadas pelos parceiros de comunicação (ver seção 4.2 e 5.2).

6.3. Mudança linguística: a criatividade linguística

A criatividade linguística e, junto com ela, a mudança linguística abrangem aqueles processos que levam ao surgimento de novas estruturas e funções sintáticas, semânticas e pragmáticas. Encontramos, nesse campo, tanto processos de auto-organização quanto processos de hetero-organização.

Os processos da auto-organização linguística referem-se ao surgimento espontâneo de novas estruturas numa língua, com base em processos adequados de auto-organização do sistema comunicativo.

Os processos da hetero-organização linguística podem ser encontrados, antes de tudo, quando é planejada a introdução de novos componentes linguísticos através de determinadas pessoas ou grupos. A esse campo, pertencem muitos processos que se passam no sistema institucionalizado de educação, mas também processos do planejamento e do cultivo linguísticos. Os problemas que ocorrem na mudança linguística devem ser vistos e resolvidos no contexto dos problemas da convencionalização comunicativa (ver seção 5.3).

7. Conclusões

Tentamos mostrar nesse trabalho que a abordagem sistêmico-teórica oferece uma heurística fértil para a pesquisa da coerência linguística. Três aspectos dessa heurística nos parecem especialmente importantes:

- A coerência linguística é um caso especial dos fenômenos gerais de coerência, que podem ser concebidos como as relações existentes dentro dos sistemas.
- A coerência linguística apresenta-se nos três níveis sistêmicos da coerência, o nível cognitivo, o nível comunicativo e o nível do sistema linguístico.
- A coerência linguística inclui, em todos os três níveis, os aspectos sistêmicos da integridade, da estabilidade e da criatividade.

A nosso ver, essas três afirmações pertencem ao domínio de uma futura Teoria da Coerência linguística. A pesquisa futura nessa área terá que se esforçar, sobretudo, para preencher esse quadro teórico com hipóteses pormenorizadas e, ainda, para amparar essas hipóteses em estudos empíricos, quer de natureza interpretativa, quer de natureza experimental. Além disso, é preciso que a simulação computadorizada, ao lado da pesquisa teórica e empírica, participe mais fortemente ainda na pesquisa do complexo problema da coerência linguística (Felix, Kanngiesser & Rickheit, 1990). As implementações de processos de coerência orientadas pelo objeto propostas recentemente (por exemplo: Hahn, 1987; Aulich, Drexler, Rickheit & Strohner, 1988 e Eimermacher, 1988), representam abordagens que bem podem ser bem ligadas à conceituação sistêmica proposta no trabalho presente.

É possível que, com essa base teórica e metodológica, surja nos próximos anos uma cooperação muito íntima entre a linguística cognitiva, comunicativa e geral para a pesquisa da coerência linguística.

Referências bibliográficas

- ALBA, Joseph W. & HASHER, Lynn. "Is Memory Schematic?". In: *Psychological Bulletin*, 2, 1981, p. 203-231.
- ALTMANN, Gerry T.M. & STEEDMAN, Mark J. "Interaction with Context during Human Sentence Processing". In: *Cognition*, 30, 1988, p. 191-238.
- AULICH, Manfred; DREXLER, Guido; RICKHEIT, Gert & STROHNER, Hans. "Input Wort, Ansätze der Simulation wortweiser Textverarbeitung". In: BÁTORI, István S.; HAHN, Udo; PINKAL, Manfred & WAHLSTER, Wolfgang (orgs.). *Computerlinguistik und ihre theoretischen Grundlagen*. Berlin: Springer, 1988.
- BARWISE, Jon & PERRY, John. *Situations and Attitudes*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.
- BENNETT, Thomas J.A. "Self-organizing Systems and Transformational-Generative (TG) Grammar". In: *Cybernetics and Systems: An International Journal*, 19, 1988, p. 61-81.
- BOGDAN, Radu J. "Information and Semantic Cognition: An Ontological Account". In: *Mind & Language*, 3, 1988, p. 81-122.
- BUNGE, Mario. *Treatise on Basic Philosophy*, v. 4. *Ontology II: A World of Systems*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- _____. "Philosophical Problems in Linguistics". In: *Erkenntnis*, 21, 1984, p. 107-173.
- BUTLER, Christopher S. "Pragmatics and Systemic Linguistics". In: *Journal of Pragmatics*, 12, 1988, p. 83-102.
- CLARK, Herbert H. "Inferring What is Meant". In: LEVELT, Willem J.M. & FLORES D'ARCAIS, Giuseppe B. (eds.). *Studies in the Perception of Language*. Chichester: Wiley, 1978.
- DORFMULLER-KARPUSA, Käthi & DORFMULLER, Thomas. "Some Interdisciplinary Remarks about Coherence". In: SÖZER, Emel (ed.). *Text Connexity, Text Coherence*. Hamburg: Buske, 1985.
- DRETSKE, Fred I. *Knowledge and the Flow of Information*. Boston: Bradford Books, 1981.
- _____. "Precis of Knowledge and the Flow of Information". In: *The Behavior and Brain Sciences*, 6, 1983, p. 55-90.
- _____. "Constraints and Meaning". In: *Linguistics and Philosophy*, 8, 1985, p. 9-12.
- _____. "Aspects of Cognitive Representation". In: BRAND, Myles & HARNISH, Robert M. (eds.). *The Representation of Knowledge and Belief*. Tucson: The University of Arizona Press, 1986.
- EIMERMACHER, Michael. *Wortorientiertes Parsen. KIT-Report 68*. Berlin: Technische Universität (Projektgruppe KIT, Kunstliche Intelligenz und Textverstehen). Ph. D. Thesis, Computer Science Department, Technical University of Berlin, 1988.
- FELIX, Sascha; KANNIESSER, Siegfried & RICKHEIT, Gert (orgs.). *Sprache und Wissen*. Beiträge des DFG-Forschungsschwerpunktes "Kognitive Linguistik" Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.
- FINKE, Peter. "Politizität: Zum Verhältnis von theoretischer Härte und praktischer Relevanz in der Sprachwissenschaft". In: FINKE, Peter (org.). *Sprache im politischen Kontext*. Tübingen: Niemeyer, 1983.

- FODOR, Jerry A. "Situations and Representations". In: *Linguistics and Philosophy*, 8, 1985, p. 13-22.
- GIESECKE, Michael. *Die Untersuchung institutioneller Kommunikation. Perspektiven einer systemischen Methodik und Methodologie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1988.
- HABEL, Christoph. *Prinzipien der Referenzialität*. Berlin: Springer, 1986.
- HABERMAS, Jurgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*, 2 v. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- HAHN, Udo. *Eine objektorientierte Spezifikation eines Wortexpertensystems auf der Grundlage eines Aktorenmodells*. Dissertation. Universität Konstanz, 1987.
- HALLIDAY, Michael A.K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HEIJL, Peter M. "Towards a Theory of Social Systems: Self-organization and Self-maintenance, Self-reference and Syn-reference". In: ULRICH, Hans & PROBST, Gilbert B.J. (eds.). *Self-organization and Management of Social Systems*. Berlin: Springer, 1984.
- HÖRMANN, Hans. *Meinen und Verstehen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.
- HERMANN, Theo. *Allgemeine Sprachpsychologie. Grundlagen und Probleme*. München, Wien, Baltimore: Urban & Schwarzenberg, 1985.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1983.
- JACKENDOFF, Ray. "Information Is in the mind of the Beholder". In: *Linguistics and Philosophy*, 8, 1985, p. 23-33.
- _____. "On beyond Zebra: The Relation of Linguistics and Visual Information". In: *Cognition*, 26, 1987, p. 89-114.
- JOHNSON-LAIRD, Philip N.; HERRMANN, Douglas J. & CHAFFIN, Roger. "Only Connections: A Critique of Semantic Networks". In: *Psychological Bulletin*, 96, 1984, p. 292-315.
- KLIR, George J. "General Systems Concepts". In: TRAPPL, Robert (ed.). *Cybernetics: Theory and Applications*. Washington: Hemisphere, 1983.
- LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald W. "An Introduction to Cognitive Grammar". In: *Cognitive Science*, 10, 1986, p. 1-40.
- _____. Nouns and Verbs. In: *Language*, 63, 1987, p. 53-94.
- LUHMANN, Niklas. *Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?* Opladen: Westdeutscher Verlag, 1986.
- MATTESICH, Richard. *Instrumental Reasoning and Systems Methodology: An Epistemology of the Applied and Social Sciences*. Dordrecht: Reidel, 1978.
- RICKHEIT, Gert; SCHNOTZ, Wolfgang & STROHNER, Hans. "The Concept of Inference in Discourse Processing". In: RICKHEIT, Gert & STROHNER, Hans (eds.). *Inferences in Text Processing*. Amsterdam: North-Holland, 1985.
- ROBBINS, Steve R. & OLIVA, Terence A. "The Empirical Identification of Fifty-one Core General Systems Theory Vocabulary Components". In: *Behavioral Science*, 29, 1984, p. 28-39.

- ROPOHL, Gunter. "Einführung in die allgemeine Systemtheorie". In: LENK, Hans & Röhphol Gunter. (orgs.). *Systemtheorie als Wissenschaftsprogramm*. Königstein/Ts.: Athenäum, 1978.
- SCHNELLE, Helmut. "Ansätze zur prozessualen Linguistik". In: SCHNELLE, Helmut & RICKHEIT, Gert (orgs.). *Sprache in Mensch und Computer*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1988.
- SCHWEIZER, Harro. *Sprache und Systemtheorie*. Tübingen: Narr, 1979.
- SHANON, Benny. "Semantic Representation of Meaning: A Critique". In: *Psychological Bulletin*, 104, 1988, p. 70-83.
- SHAW, Robert E. & TURVEY, Michael T. "Coalitions as Models for Ecosystems: A Realist Perspective on Perceptual Organization". In: KUBOVY, Michael & POMMERANTZ, James R. (eds.). *Perceptual Organization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1981.
- SHEPARD, Roger N. "Ecological Constraints on Internal Representations: Resonant Kinematics of Perceiving, Imagining, Thinking, and Dreaming". In: *Psychological Review*, 91, 1984, p. 417-447.
- SMOLENSKY, Paul. "Information processing in dynamical systems: Foundations of harmony theory." In: RUMELHART, David E., MCCLELLAND, James L. & the PDP Research Group: *Parallel distributed processing: Explorations in the microstructure of cognition, vol. 1, Foundations*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986, p. 194-281.
- SÖZER, Emel (ed.). *Text Connexity, Text Coherence. Aspects, Methods, Results*. Hamburg: Buske, 1985.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.
- _____. & WILSON, Deirdre. "Precis of Relevance: Communication and Cognition". In: *Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987, p. 697-754.
- STROHNER, Hans. "Zentrale Planung oder dezentrale Kooperation? Adaptive Strategien des Textverstehens". In: *Linguistische Berichte*, 118, 1988, p. 481-496.
- _____. "Information, Wissen und Bedeutung: Eine Analyse systemischer Strukturen sprachlicher Kommunikation". In: WEINGARTEN, Rudiger (org.). *Information ohne Kommunikation?* Frankfurt am Main: Fischer, 1990a.
- _____. *Textverstehen: Kognitive und kommunikative Grundlagen der Verarbeitung natürlicher Sprache*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990b.
- TARABAN, Roman T. & MCCLELLAND, James L. "Constituent Attachment and Thematic Role Assignment in Sentence Processing: Influences of Content-Based Expectations". In: *Journal of Memory and Language*, 27, 1988, p. 597-632.
- TERHORST, Evamaria; RICKHEIT, Gert; STROHNER, Hans & WIRRER, Jan. "Entwicklung mentaler Textmodelle im Grundschulalter". In: *Unterrichtswissenschaft*, 16, 1988, p. 74-85.
- TOMLIN, Russel S. (ed.). *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1987.
- VERBRUGGE, Robert R. "Language and Event Perception: Steps toward a Synthesis". In: WARREN, William H. & SHAW, Robert E. (eds.). *Persistence and Change: Proceedings of the First International Conference on Event Perception*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1985.

WEINGARTEN, Rudiger (org.). *Information ohne Kommunikation?* Frankfurt am Main: Fischer, 1990.

A coerência nos hipertextos¹

Angelika Storrer
Universidade de Dortmund

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. A coerência e a compreensibilidade do (hiper)texto

A coerência é um conceito central da linguística textual que se encontra em muitas definições de texto e que tem um papel importante também na pesquisa da compreensão e da compreensibilidade do texto. Os autores devem formular os textos de tal maneira que os destinatários reconheçam a conexão entre seus constituintes e possam construir um modelo mental coerente do conteúdo do texto. Essa afirmação vale especialmente para o contexto da transferência de conhecimentos e é quase inteiramente independente da escolha da mídia; logo, ela vale também para as novas tecnologias de leitura e escrita denominadas de *hipertexto*. Todavia, existem diferenças essenciais entre o texto e o hipertexto que têm efeitos também sobre a construção da coerência². Convém perguntar, portanto, em que sentido os conhecimentos sobre os processos da construção da coerência adquiridos no estudo de textos linearmente organizados podem ser úteis na produção de hipertextos. O que pode ser assumido ou adaptado; onde é preciso desenvolver novas considerações e estratégias? No que se segue, apresentam-se algumas observações sobre esses problemas.

Para esse fim, serão discutidas, na seção 2, primeiramente, algumas diferenciações terminológicas que foram introduzidas nos trabalhos sobre o conceito da coerência e que podem contribuir, também, para o esclarecimento da questão da coerência hipertextual. A seção 3 explica o valor que a sequenciação dos constituintes textuais tem para a construção da coerência, valor esse que, como veremos, foi reconstruído por meio de pesquisas empíricas sobre a compreensão textual. A partir dessa base, mostraremos, na seção 4, como as formas de recepção típicas do hipertexto têm efeitos sobre a construção e o planejamento da coerência. Na seção 5, enfim, seguem-se algumas considerações sobre a questão de como é possível levar em conta as condições modificadas, valendo-se de recursos para a construção da coerência específicos do hipertexto. A discussão travada aqui sobre esse tema concentra-se nos textos e nos hipertextos do domínio da comunicação técnico-científica nos quais é possível pressupor que o autor, independentemente da mídia, tem interesse em apoiar o leitor

¹ STORRER, Angelika. "Kohärenz in Hypertexten. Zeitschrift für germanistische Linguistik". In: *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, v. 31 n. 2, 2003, p. 274-292.

² Cf., por exemplo: Hammwöhner, 1993; Campbell, 1995; Hammwöhner, 1997, cap. 2; Foltz, 1996; Fritz, 1999; Storrer, 1999 e Buchner, 2001.

da melhor maneira possível na construção de estruturas coerentes de conhecimento. As aplicações em hipertextos fictícios, que fazem experimentos literários com a nova tecnologia, estão sujeitas a outras condições e, portanto, são explicitamente excluídas aqui.

2. Aspectos da coerência

Há diversas descrições panorâmicas da discussão interdisciplinar em torno do conceito de coerência³. No que se segue, quero restringir-me àqueles aspectos da questão que são relevantes para a relação entre o texto e o hipertexto.

Nas representações de estruturas textuais e discursivas, é possível descrever a coerência por meio das relações que existem entre os elementos conteudísticos dos textos. Essas relações podem ser explicitadas, como no exemplo (1), através de recursos verbais como anáforas e conectores; mas podem também permanecer implícitas, como no exemplo (2) e, nesse caso, precisam ser recuperadas pelo leitor com base no contexto e no conhecimento do mundo. O exemplo (3) mostra claramente que, numa parte desses processos, é preciso ativar conhecimentos complexos sobre contextos pragmáticos padronizados para poder reconstruir a conexão entre os constituintes.

(1) *Weil sie krank ist, bleibt Petra zu Hause.*
“Petra fica em casa porque está doente.”

(2) *Petra ist krank. Sie bleibt zu Hause.*
“Petra está doente. Ela fica em casa.”

(3) *Anna war zu Peters Geburtstag eingeladen. Sie fragte sich, ob er schon einen Drachen hat. Sie ging in ihr Zimmer und schüttelte ihr Sparschwein, doch es gab keinen Ton von sich.*⁴
“Ana foi convidada para o aniversário de Pedro. Ela se pergunta se ele já tem uma pipa⁵. Foi para seu quarto e mexeu no seu mealheiro⁶, mas esse não tuguu e nem mugiu.”

(4) *Die Nachricht erreichte die junge Baroness, als sie gerade die kleine Leselampe löschte.*
“A jovem baronesa recebeu a notícia justamente quando (ela) apagou a pequena lâmpada de leitura.”

Para poder levar em conta a diferença entre referências explícitas e implícitas, muitas abordagens linguístico-textuais fazem a distinção entre a *coesão*, como propriedade da superfície textual, e a *coerência*, como propriedade da representação cognitiva “mais profunda” que está na base da produção textual, ou, então, que tem de ser construída na

³ Por exemplo: Fritz, 1982; Nussbaumer, 1991; Schade *et al.*, 1991 e Rickheit & Schade, 2000.

⁴ Esse exemplo foi retirado de Minsky (1975).

⁵ Dependendo do contexto, “Drachen” em alemão é “pipa” ou “dragão” em português. No presente exemplo, não é possível desambiguar a palavra inequivocamente, pois Ana pode perguntar-se também se Pedro já possui um boneco-dragão (N.T.).

⁶ “Sparschwein” em alemão é “um porco para fazer economias”; trata-se de um porquinho de plástico ou porcelana que serve como cofrinho (N.T.).

recepção textual⁷. Todavia — e esse ponto é importante para a discussão sobre a geração automática de hipertextos a partir de textos “tradicionais” — a associação entre os recursos da coesão e as relações de coerência, muitas vezes, não pode ser determinada inequivocamente na superfície do texto. Muito pelo contrário, sua interpretação correta exige em cada caso concreto conhecimentos semânticos e conceituais, o que se torna relativamente claro nas anáforas: no exemplo (4), a anáfora *sie* [ela] — de acordo com critérios meramente gramaticais — pode referir-se tanto à expressão *die Nachricht* [a notícia] quanto à expressão *die junge Baroness* [a jovem baronesa]; contudo, é óbvio que apenas a segunda interpretação tem plausibilidade. As abordagens para a resolução automática de anáforas mostram que não são poucos os casos nos quais é preciso ter um conhecimento contextual ou de mundo para poder identificar, entre diferentes candidatos gramaticalmente possíveis para uma dada expressão anafórica, a palavra de referência correta no texto precedente (cf. Mitkow, 2002). É por isso que algumas abordagens para a modelação da produção ou da compreensão textuais não fazem uma distinção terminológica entre coesão e coerência (por exemplo: Schnotz, 1994; Stutterheim, 1997). Também no presente trabalho, a coesão é considerada um caso especial da coerência (uma coerência estabelecida por recursos gramaticais) e as categorias linguísticas que se caracterizam como recursos coesivos [*Kohäsionsmittel*] são subsumidas sob a categoria geral dos recursos para a construção da coerência [*Kohärenzbildungshilfen*], aos quais pertencem também os recursos não-verbais — por exemplo, os recursos auditivos (Flender, 2001) — e os recursos que têm relação com o leiaute.

Uma vez que muitas relações de coerência permanecem implícitas, não é possível determinar a estrutura da coerência de um texto de maneira intersubjetiva. Ao contrário, justamente para a discussão da coerência dos hipertextos é útil distinguir entre:

- os indicadores do articulação textual que se manifestam na superfície textual (*os recursos para a construção da coerência*) [*“Kohärenzbildungshilfen”*],
- a coerência da representação cognitiva na qual se baseia a produção (*a coerência relacionada com a produção*) [*“produktionsbezogene Kohärenz”*] e
- a coerência da representação cognitiva que é construída durante a recepção (*a coerência relacionada com a recepção*) [*“rezeptionsbezogene Kohärenz”*].

A conexão entre esses aspectos da coerência pode — de uma maneira bastante simplificada — ser assim formulada: a coerência relacionada com a produção determina as estratégias de formação do texto [*Textgestaltung*] e da verbalização [*Versprachlichung*], e manifesta-se na superfície textual na forma de recursos para a construção da coerência

⁷ As diferentes abordagens conceituam essas representações cognitivas de maneira diferente e usam diferentes terminologias (por exemplo: mundo textual [*Textwelt*], representação discursiva [*Diskurs-repräsentation*], modelo mental [*mentales Modell*]).

[*Kohärenzbildungshilfen*]. Esses recursos, por sua vez, servem ao receptor do texto para construir, da melhor maneira possível, uma representação cognitiva coerente do conteúdo do texto (cf. o modelo na seção 3).

Para a discussão tecida aqui, importa lembrar uma diferenciação terminológica introduzida pela pesquisa linguística da coerência; trata-se, nomeadamente, da distinção entre a coerência local e a coerência global.

– A *coerência local* estabelece-se entre partes vizinhas do texto; no sentido restrito da linguística textual, entre duas orações sucessivas de um texto. Num sentido estendido, em se tratando de textos com relações entre imagens e textos⁸ e, em se tratando de hipertextos, a coerência local pode se estabelecer também entre duas unidades semióticas adjacentes no espaço, isto é, por exemplo, entre uma imagem e o subtítulo dessa imagem, assim como entre duas unidades de monitor que, no decorrer da recepção de um hipertexto, foram sucessivamente ativadas.

– A *coerência global* refere-se à conexão entre os constituintes textuais que se funda numa representação abrangente do tema global [*thematische Gesamtvorstellung*] e na função que o texto assume num contexto comunicativo maior.

Na sua abordagem à produção textual, Stutterheim (1997) recorre à categoria da *quaestio* para descrever pormenorizadamente a conexão entre a representação do tema global [*thematische Gesamtvorstellung*], que dá origem à construção da coerência global, e o tipo de construção textual. A *quaestio* — definida como a questão implícita que deve ser respondida no texto — fornece importantes linhas diretrizes ou normas para a verbalização da representação mental na qual se baseia a produção textual e a cujas entidades são atribuídos, nessa abordagem, diferentes *domínios referenciais* (pessoas/ objetos, predicções de acontecimentos, tempo, espaço e modalidade). Com respeito à discussão sobre a coerência nos hipertextos, o que importa nessa abordagem é que a *quaestio* fornece instruções para o preenchimento referencial desses domínios; no caso padrão, essas instruções continuam válidas para o texto inteiro. Se um texto falar, por exemplo, de um encontro dos chefes de estado na França, o receptor pode pressupor, normalmente, que a palavra *Paris* não se refere à cidade texana com o mesmo nome ou à figura da mitologia grega. Nesse contexto, Stutterheim (1997, p. 31) distingue, além disso, entre a coerência estática e a coerência dinâmica:

⁸ Cf. Sandig (2000) e Schmitz (2003).

- A *coerência estática* refere-se às entidades da estrutura dos fatos que se mantêm constantes e formam o quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] que dá o pano de fundo diante do qual as informações específicas são postas numa determinada ordem;
- A *coerência dinâmica* refere-se à disposição e ao entrelaçamento das informações no texto. A proposta de Stutterheim (1997), que se orienta para a produção oral monológica, analisa antes de tudo os princípios da ordem sequencial.

A distinção entre coerência estática e coerência dinâmica é relevante para a nossa discussão, porque numa base hipertextual é possível, através da ativação de atalhos (*links*), transitar de forma bem simples entre os módulos tematicamente afins de diferentes documentos hipertextuais. Todavia, esse tipo de mudança sempre implica também numa alteração do quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] (isto é, da *quaestio*, no sentido acima explicado), que, como coerência estática, fornece o pano de fundo para os processos de coerência no plano local. Quando essa mudança passa despercebida, é possível que ocorram rupturas de coerência ou suposições erradas sobre a correferencialidade⁹. Assim, pois, está ausente, nos ambientes de hipertextos, uma importante condição prévia para o planejamento estratégico de textos monossequenciais, nomeadamente: que o receptor realize a construção da coerência dinâmica diante do pano de fundo do mesmíssimo quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] estático. Retomarei esse ponto na seção 4.

O interesse na conexão entre a coerência e a compreensibilidade do texto levou a uma situação em que a pesquisa passou a dar cada vez mais foco e perspectiva à visão da coerência como um processo do que à visão da coerência como um produto. Enquanto a pesquisa da coerência orientada para o produto se concentrou na análise estrutural de produtos textuais estáticos, a pesquisa orientada para o processo tem seu interesse principal no papel que a coerência assume nos processos comunicativos. A maioria dos modelos dessa segunda linha de pesquisa focaliza a construção da coerência ou o planejamento da coerência.

- A *construção da coerência* é central para os modelos que tratam da compreensão textual. Eles descrevem como os receptores se esforçam no processamento textual para construir a coerência e quais são os fatores linguísticos e extralinguísticos que interagem nesse processo. Um modelo desse tipo será esboçado na seção 3.
- O *planejamento da coerência* está no primeiro plano dos modelos que se ocupam da produção textual. Eles descrevem as estratégias pelas quais os produtores dos textos podem

⁹ Hammwöhner (1997, p. 48s.) discute esse problema com o exemplo do topônimo *Berlin* que se refere em um documento ao nome da capital alemã e, no outro, a uma pequena cidade canadense com o mesmo nome.

facilitar os processos de construção da coerência e analisam quais são os recursos disponíveis para a construção da coerência [*Kohärenzbildungshilfen*].

A perspectiva processual permite analisar a relação entre, de um lado, o efeito intencionado dos recursos empregados no planejamento da coerência e, de outro, os efeitos realmente efetivados na construção da coerência, e ela facilita a verificação empírica de hipóteses sobre o sucesso de determinadas estratégias. Nessa tarefa, a visão processual, por princípio, pode abranger também os processos de construção da coerência nos quais são processadas partes textuais oriundas de vários documentos. Em outras palavras: ela pode dar conta de relações intertextuais de coerência. Todavia, até agora sabe-se pouco sobre os problemas especiais ligados às tentativas de construir uma representação cognitiva coerente de um objeto durante a leitura seletiva e transversal de vários documentos.

3. A coerência e a sequenciação

Apesar do fato de a leitura seletiva e parcial de textos já ter sido divulgada em determinados contextos de uso, os modelos sobre o planejamento e a construção da coerência orientam-se, até agora, para as sequências de enunciados que são recebidas pelo leitor/ouvinte na sucessão tencionada pelo autor/ falante. De fato, essa suposição é plausível para a situação comunicativa ontogénica e filogeneticamente básica, isto é, para a conversação face a face num espaço comum de percepção; afinal, o falante e o ouvinte percebem a sucessão dos enunciados quase sincronicamente. Essa afirmação vale também para o discurso oral monológico ao qual se refere a Retórica antiga; por isso, não é de se admirar que as orientações para o planejamento de textos monológicos pressuponham, desde a Retórica antiga, que a recepção se realize numa ordem obrigatória para o produtor e o receptor, e que conceituem o planejamento textual metaforicamente como o planejamento de um caminho de leitura, ao longo do qual o produtor conduz o receptor pelo “mundo do texto”, do início até ao fim e, mais concretamente, com os olhos voltados para frente, de tal modo que o que já foi lido ou ouvido está sempre atrás. A orientação comum para uma sucessão obrigatória das partes de um texto é o elo entre o planejamento da coerência pelo autor e a construção da coerência pelo leitor. Devido a essa ordem obrigatória, o autor sabe, em cada trecho do texto, quais informações e quais referentes já foram introduzidos e pode — caso tenha havido um planejamento diligente do texto — referir-se cataforicamente ao que ainda está por vir. Essa direcionalidade da ordem do início para o fim do texto é o fundamento dos procedimentos *fóricos* e *dêiticos*: ela determina a subclassificação entre os procedimentos *anafóricos* e *catafóricos* e entre *anadêiticos* e *catadêiticos*; ela fundamenta também a classificação dos

referentes do discurso em *forward-looking* e *backward-looking*. Fornece pistas essenciais para a classificação do que é *novo* e do que é *conhecido*. Essas pistas determinam a distribuição da informação dentro das orações e para além das sequências de orações e motivam dicotomias como *tema* vs. *rema*, *tópico* vs. *comentário*, etc.

Todavia, a idéia de uma ordem de recepção que tenha um caráter obrigatório e que possa ser antecipada pelo autor já foi idealizada relativamente aos textos impressos: nos estudos linguístico-textuais sobre hipertextos, é frequente chamar a atenção para o fato de que existem, há muito tempo, gêneros textuais como os manuais ou os guias turísticos que oferecem diferentes caminhos de leitura para grupos de usuários com diferentes interesses e com um conhecimento prévio heterogêneo, e de que certos gêneros textuais tradicionais, como os dicionários ou as enciclopédias, desde sempre foram recebidos de maneira seletiva e numa ordem não passível de ser prevista pelo autor. Ainda assim, quase todos os modelos de compreensão textual baseiam-se, implícita ou explicitamente, na pressuposição de que a recepção de texto há de ocorrer numa ordem que possa ser prevista pelo produtor. Essa afirmação vale também para o modelo da construção da coerência que será esboçado em seguida. Esse modelo psicológico que surgiu no âmbito da pesquisa da compreensão textual é descrito pormenorizadamente em Schnotz (1994, cap. 10.4). Pelas seguintes razões, ele é muito apropriado para a nossa discussão:

- o modelo focaliza a construção da coerência no domínio funcional da transferência de conhecimentos em contextos de ensino e aprendizagem — um assunto que ocupa também o primeiro plano da nossa contribuição; ele tem o objetivo de elaborar diferenças nos processos de construção da coerência (profundidade do processamento, estratégias de processamento, grau de memorização) que variam de acordo com certos parâmetros (estrutura do texto, conhecimento prévio e condições de aprendizagem individuais, situação de processamento);
- o modelo tematiza especialmente a conexão entre a continuidade ou a descontinuidade temáticas na estrutura do texto e as estratégias correspondentes de processamento, das quais se pode tirar conclusões sobre as vantagens e desvantagens da forma não-linear de organização que caracteriza os hipertextos;
- discute pormenorizadamente os resultados das pesquisas da psicologia de compreensão e de aprendizagem, que, justamente para a transferência de conhecimentos, fornecem pontos de referência e padrões de explicação práticos no que diz respeito à questão de quais formas de estruturação e de construção do texto facilitam a compreensão textual e a aprendizagem com textos.

No que se segue, esse modelo complexo será esboçado aproximativamente, nos pontos relevantes para a discussão da coerência em hipertextos.

Retomando o modelo de van Dijk & Kintsch (1983), a abordagem de Schnotz (1994) parte da idéia de que, durante o processamento de um texto, as representações mentais são geradas em diferentes planos:

- uma representação mental da superfície do texto que contém as formulações verbais ou as características formais do texto;
- uma base proposicional do texto que é construída por processos semânticos e sintáticos e que gerencia a construção da coerência local e
- uma representação do conteúdo do texto, chamada de *modelo mental*, que é elaborada sucessivamente por meio do conhecimento prévio e do conhecimento do mundo.

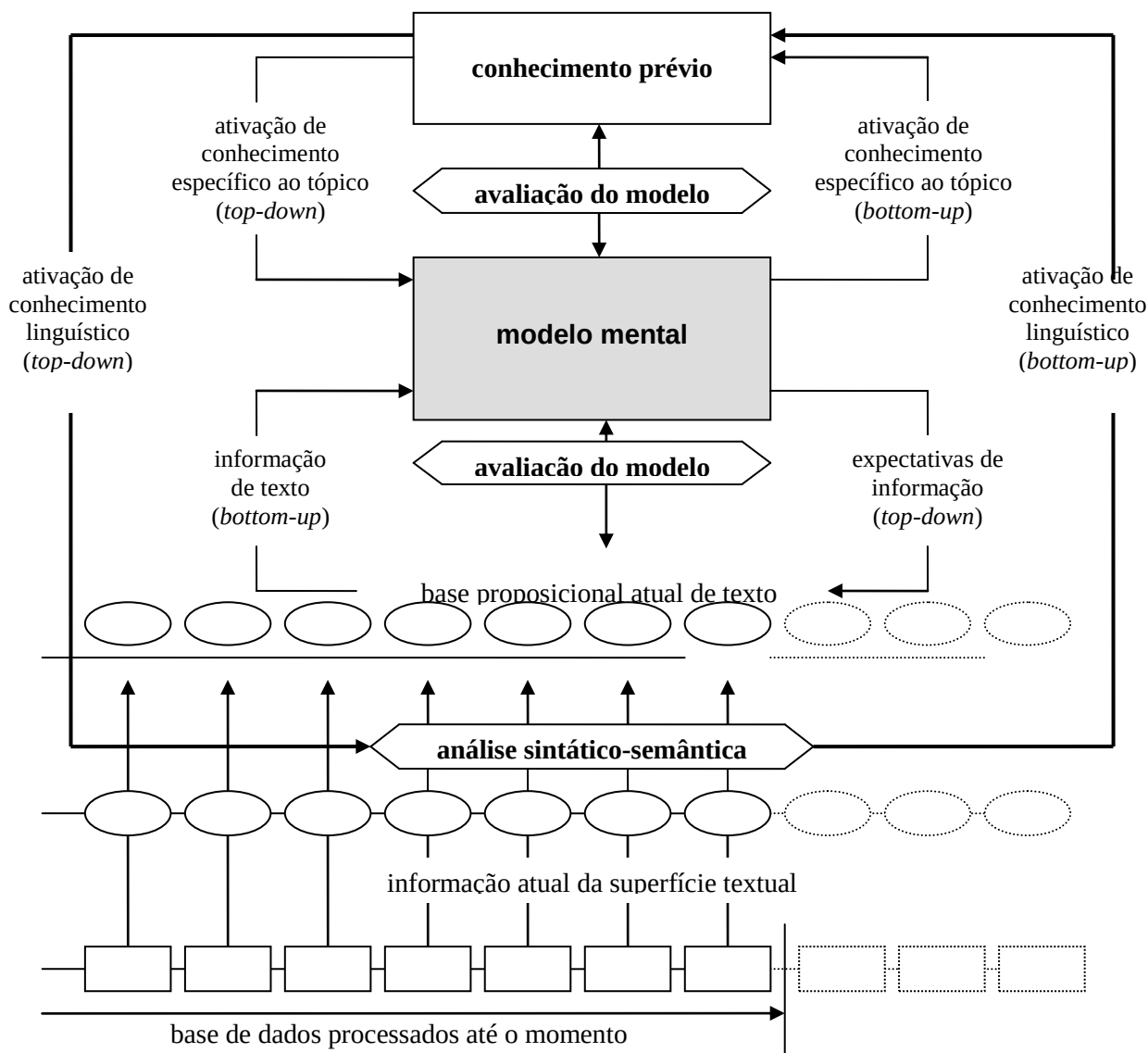
O processo da compreensão textual é concebido como um processo estrategicamente gerenciado e orientado pelo princípio da efetividade; nesse processo interagem a parte da base textual atualmente processada, o modelo mental anteriormente construído e os outros conhecimentos no domínio da atenção. No decorrer desse processo, o modelo mental inicialmente construído é enriquecido e torna-se progressivamente mais diferenciado; além disso, enquanto o modelo passa a ser estruturado, seu grau de elaboração pode variar de acordo com a estratégia de compreensão e a necessária profundidade do processamento. Assim, pois, é possível construir modelos mentais que se apóiam na mesma base textual, mas apresentam diferentes graus de elaboração; Schnotz (1994) fala de um grau alto ou um grau baixo de coerência e, seguindo essa linha de argumentação, concebe a coerência como uma característica dos modelos mentais que se formam no decorrer do processamento individual de um texto.

Na representação dos processos de coerência, a abordagem recorre à noção de esquemas cognitivos; dito de uma maneira muito resumida e simplificada, esses esquemas devem ser compreendidos como construtos ligados às unidades (mutáveis) de conhecimento nas quais são generalizadas as experiências e nas quais os conhecimentos declarativo e procedural são reunidos em unidades funcionais¹⁰. O jogo que, na elaboração dos modelos mentais, se passa entre os planos de processamento acima mencionados é visualizado no quadro (1) e pode ser esboçado da seguinte maneira: apoiando-se nas proposições da base de texto, certos esquemas cognitivos são ativados nos chamados processos de baixo para cima (*bottom-up*); esses esquemas, por sua vez, ativam outros que estão ligados aos primeiros de tal

¹⁰ Cf. pormenorizadamente Schnotz (1994, cap. 4).

forma que possam ser usados para verificar, nos chamados processos de cima para baixo (*top-down*), se há compatibilidade com o que já foi recebido, suprimindo-se, simultaneamente, os esquemas concorrentes. No decorrer desse jogo entre as ativações de esquemas *bottom up* e *top down* forma-se uma constelação que, no contexto do que já foi lido até um dado momento, aparece como a interpretação mais plausível da informação textual em questão. Para a formação de estratégias na sequenciação das unidades enunciativas, é importante a suposição de que, em dado momento, há sempre apenas um conjunto limitado de esquemas no centro da atenção. Partindo dessa suposição, segue-se que seria oportuno para a construção da coerência, que o conhecimento necessário para a compreensão de um trecho do texto tivesse sido introduzido ou reativado, se possível, num período imediatamente anterior (Schnotz, 1994, p. 249ss.). Apenas quando todas as unidades de conhecimento relevantes para a compreensão de uma unidade enunciativa estiverem mentalmente presentes, é possível reconhecer as conexões implícitas entre os constituintes do texto e gerar relações correspondentes de coerência. Esse princípio de *just-in-time* [no momento certo] é a chave para o desenvolvimento de estratégias de sequenciação que visam à formação de diferenciados modelos mentais com um alto grau de coerência; além disso, ele pode ser transferido — após adaptações oportunas — para a formação de estratégias que facilitam o “linkagem” de trechos textuais na produção de hipertextos.

Quadro 1: construção da coerência: interação entre os diferentes planos de processamento (de acordo com Schnotz, 1994, p. 214)



Schnotz ocupou-se pormenorizadamente das consequências que derivam do seu modelo de planeamento e de organização de texto. Para nosso contexto, importa a suposição empiricamente confirmada de que a construção da coerência pode ser facilitada por dois fatores que serão brevemente explicados a seguir: a construção continuada do tema de texto [*thematisch kontinuierlicher Textaufbau*] e a consideração de modelos textuais convencionalizados [*konventionalisierte Textmuster*]:

– *Construção textual com continuidade temática*: no que diz respeito ao planeamento da coerência, Schnotz distingue na sua abordagem entre a fase na qual se analisa a estrutura do conhecimento e a fase na qual se realiza a sequenciação. O conceito de continuidade temática, que é central para a sequenciação, refere-se a uma hierarquia de *tópicos globais* e *subtópicos diferenciadores*¹¹ que surge como resultado da análise da estrutura de conhecimento (Schnotz,

¹¹ O termo *tópico* é usado aqui no sentido de Schnotz (1994); quanto ao emprego dos termos *tópico* e *tema* ou, em inglês, *topic* e *theme*, cf. van Dijk (1980, p. 40ss. e 94s.) e Hoffmann (2000, p. 344s.).

1994, p. 229ss). Os textos construídos com continuidade temática distinguem-se pela característica de não fazerem uma troca imediata entre os tópicos; em vez disso, preservam e desdobram um tópico global, uma vez introduzido, durante um período o mais longo possível antes de orientar-se para o próximo tópico global. Além disso, obtém-se a continuidade temática pela estratégia de ordenar os tópicos no texto de acordo com um critério uniforme, por exemplo, de acordo com o critério da sucessão temporal, da proximidade espacial ou da causalidade. Os estudos empíricos comparativos discutidos em Schnotz (1994, p. 190ss.) demonstram claramente que os textos que são construídos com continuidade temática favorecem a construção da coerência. No âmbito do modelo de Schnotz (1994), essa observação pode ser explicada pelo fato de que cada mudança de tópico interrompe a continuidade da construção da coerência; o modelo construído até então desliza para o pano de fundo da atenção e um novo modelo parcial é construído. Quando, mais tarde, se retoma o tópico original, é preciso reativar o modelo parcial correspondente que, nesse processo, está menos volumoso do que no momento no qual foi construído originalmente. Numa construção textual com descontinuidade temática e com trocas frequentes de tópicos, o que já foi lido até dado momento está mentalmente presente — na média — numa extensão menor do que numa construção textual com continuidade temática. Por isso, num texto descontínuo podem — no total — ser vistas menos relações semânticas, de modo que, no decorrer do processo de recepção, se alcança apenas um grau menor de coerência do que na recepção de um texto construído com continuidade temática que contenha o mesmo conteúdo.

– *Modelos textuais convencionalizados*: o processamento de texto é fortemente gerenciado pelas expectativas acerca das formas convencionalizadas de construção textual que, na linguística textual, são chamadas de superestruturas ou padrões textuais¹². No modelo de Schnotz (1994), o conhecimento de padrões textuais, que se constrói e se diferencia através da convivência frequente com determinados textos, também está representado na forma de esquemas cognitivos. Especialmente com respeito aos padrões narrativos, foi comprovado empiricamente que a consideração de determinadas formas de organização, as chamadas gramáticas de histórias (*story grammars*), facilita a compreensão, memorização e recapitulação dos conteúdos. Quanto mais um texto corresponde às expectativas sobre os padrões textuais convencionalizados, tanto menores são os custos cognitivos durante o processamento textual e tanto maior é o grau da construção da coerência.

¹² Por exemplo: van Dijk (1980, cap. 3), Antos (1987) e Sandig (1997); cf. também: Jakobs (2003).

Claro que, empiricamente, as unidades de representações mentais pressupostas no modelo não são acessíveis de imediato; trata-se, pelo contrário, de construtos para os quais Schnotz não reivindica explicitamente uma realidade cognitiva¹³. Todavia, testes de memorização ou tarefas que pressupõem a compreensão do conteúdo do texto permitem tirar conclusões sobre as suposições feitas no modelo. Desse modo, o modelo está empiricamente amparado e fornece um bom fundamento para poder responder a questões como: “em que medida as condições alteradas de recepção nos hipertextos têm efeito sobre a construção da coerência?” e “como os autores dos hipertextos podem levar essas mudanças em consideração no planejamento da coerência?”. Claro que uma transposição dedutiva de textos monossequenciais para hipertextos tem que ser confirmada também empiricamente. Contudo, a referência ao modelo esboçado nessa seção e a diferença explicada a seguir entre os *e-textos* [*E-Texte*; de *electronic text*], os documentos hipertextuais [*Hypertextdokumente*] e as hiper-redes [*Hypernetze*] são uma condição prévia para poder levantar e testar hipóteses interessantes sobre o efeito dos recursos na construção da coerência que são específicos do hipertexto.

4. A formação e o planejamento da coerência no hipertexto

Numa comparação entre o texto e o hipertexto, é útil distinguir três tipos de documentos que podem ser administrados por um sistema de hipertextos como a *World Wide Web* (www):

- i) Os *e-textos* [*E-Texte*] são textos linearmente organizados que são administrados por um sistema de hipertextos e encaixados por atalhos [*links*] numa hiper-rede (*Hypernetz*). Frequentemente, trata-se de cópias digitalizadas de textos impressos, por exemplo, de dissertações, de artigos científicos ou de contribuições em jornais impressos, que são, antes de tudo, publicadas na www como arquivos PDF [*Portable Document Format*] ou HTML [*HyperText Markup Language*] por causa da divulgação econômica e da acessibilidade global. Os *e-textos* podem conter *links* para outros documentos na www, mas eles carecem de uma elaboração modular dos conteúdos no que diz respeito às formas seletivas de recepção características dos documentos hipertextuais.
- ii) Os *documentos hipertextuais* são unidades com uma função textual reconhecível e uma concepção temática abrangente que fornece o quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] (no

¹³ Schnotz avalia essas representações como construtos hipotéticos que se encaixam num sistema de afirmações teóricas e que, desse modo, ajudam a contextualizar, de modo significativo, uma série de resultados sobre a compreensão textual e a aprendizagem com textos. Elas são, então, legitimadas pela fertilidade teórica, sem levantar a exigência de lhes atribuir uma realidade psicológica ou mental (Schnotz, 1994, p. 166s.).

sentido da abordagem da *quaestio* esboçada na seção 2) para a interpretação dos elementos conteudísticos. Os documentos hipertextuais distinguem-se dos *e-textos* pela elaboração da informação em módulos (também chamados de *nós* ou *unidades informacionais*), conectados por *links* (que também são chamados de *hiperlinks*). Na maioria das vezes, os documentos hipertextuais não são unidades fechadas, mas dispõem de “limites abertos”, aos quais os autores ou os receptores podem ligar outros módulos.

iii) As *hyper-redes* ligam os documentos hipertextuais com os *e-textos* através de *links*. Em uma dimensão maior, a *www* pode ser vista como uma hiper-rede global; em uma dimensão menor, é possível distinguir entre redes parciais organizadas institucionalmente ou tematicamente que na linguagem técnica da *www* são denominadas sítios [*sites*] ou portais [*web portals*]. Os *hiperlinks*, nessas redes parciais, podem ser classificados como *links* intratextuais, intertextuais e externos: os *links intratextuais* ligam os módulos do mesmo hipertexto; os *links intertextuais* levam a paratextos e a textos coadjuvantes ou a documentos hipertextuais tematicamente afins dentro do mesmo *site*; os *links* externos levam às áreas da hiper-rede que não podem mais ser controladas diretamente pelo autor.

Com efeito, os *e-textos* têm de ser encaixados de uma maneira compreensível na hiper-rede abrangente, mas, além disso, não surgem novas exigências para o planejamento da coerência. O que importa no planejamento e na construção de hiper-redes é, antes de tudo, encontrar sistemas transparentes de ordenação nos quais os *e-textos* e os hiperdocumentos possam ser encontrados rapidamente e novas ofertas possam ser localizadas sem dificuldades; as tarefas são mais parecidas com os processos na biblioteconomia ou na documentação do que com os processos da produção textual. No que diz respeito à questão da coerência, parece-me que os objetos mais interessantes para uma comparação com os textos linearmente organizados são os documentos hipertextuais: neles, as estratégias para o planejamento do texto e para o uso dos recursos para a construção da coerência sob as novas condições midiáticas têm um papel importante. Logo, as considerações feitas em seguida referem-se principalmente à produção de documentos hipertextuais.

O planejamento e a construção da coerência em contextos hipertextuais distinguem-se em três aspectos dos modelos que foram desenvolvidos para os textos fechados e linearmente organizados:

a) *A falta de uma ordem de leitura que poderia ser antecipada*: a obrigação de ter uma base textual inequivocamente sequenciada, intermediária entre o planejamento da coerência do autor e a construção da coerência do leitor, existe apenas dentro dos módulos hipertextuais,

mas não fora dos limites de um módulo. Já que cada módulo dispõe, por princípio, de vários antecedentes possíveis e de vários sucessores possíveis, é inevitável que, na textualização do módulo, as possibilidades do produtor sejam limitadas para se antecipar quais informações o receptor já processou, quais referentes potenciais já foram introduzidos e quais são alcançáveis no domínio atual da atenção. Essas restrições dificultam muito o planejamento da coerência dinâmica para além do módulo textual. As estratégias da distribuição informacional que se baseiam na dicotomia entre o novo e o conhecido não podem mais ser aplicadas sem dificuldades. Pelo contrário, a exigência que precisa ser satisfeita consiste em tratar dos temas parciais de tal maneira que eles possam ser integrados em diferentes ordens de leitura.

b) *A recepção descontínua do texto*: nos ambientes de hipertextos, um processamento contínuo da informação textual ocorre, na melhor das hipóteses, dentro de um módulo¹⁴. Quando isso não acontece (isto é, quando o processamento não se dá dentro do módulo ativado), é preciso decidir, então, em cada caso particular, qual dos outros módulos disponíveis, passíveis de ser acessados a partir do módulo que se encontra ativado, será escolhido como o próximo a ser requerido para que se dê o processamento esperado. Uma vez que o autor do hipertexto, no planejamento da coerência, não pode contar com uma sequência obrigatória de leitura, o receptor, em geral, vê-se obrigado a reconstruir ele mesmo a conexão temática entre dois módulos sucessivamente escolhidos. É possível, quando muito, evitar a descontinuidade temática e as trocas repentinas entre os tópicos através de estruturas parciais sequenciadas (*links*) ou através de recursos para a construção da coerência como mapas temáticos que são navegáveis (cf. seção 5). De fato, em comparação com o texto linearmente organizado, o autor pode garantir a continuidade temática apenas parcialmente.

c) *A falta de limites do suporte midiático*: devido a sua fixação no suporte midiático fisicamente palpável, os textos publicados em livros dispõem de um limite e de um direcionamento sequencial predeterminado pela mídia com início, meio e fim (ainda que esse direcionamento — como já foi mencionado — não precise, em cada caso, corresponder à ordem de leitura intencionada pelo autor). O fato de, na mídia digital, faltarem limites fisicamente palpáveis do texto pode agora levar a uma recepção do hipertexto na qual os limites entre os documentos hipertextuais e as hiper-redes venham a ser rapidamente ultrapassados e, se assim for, sem ser notados. Afinal, a ativação de um *link* externo não exige maiores esforços do que a ativação de um *link* intratextual ou intertextual. Por conseguinte,

¹⁴ Estudos como o de Morkes & Nielson (1997) mostraram que o conteúdo dos módulos também é revistado, em primeiro lugar, apenas superficialmente visando à busca de palavras-chaves e, apenas em seguida, alguns recortes são processados mais profundamente.

não é mais evidente que a construção da coerência local ocorra sobre o pano de fundo de um quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] global uniforme, como, até agora, se pressupôs implícita ou explicitamente no planejamento do texto.

Os processos seletivos de recepção em ambientes hipertextuais como o *World Wide Web* decorrem numa sucessão temporal; mas essa sucessão muda com cada usuário e não pode ser prevista pelo autor. Uma característica é a recepção múltipla de módulos no decorrer do chamado *backtracking*, ou pela ativação repetitiva dos nós centrais de uma estrutura, por exemplo, das páginas iniciais [*Leitseiten*] de uma *homepage* [que contêm o menu principal de navegação], dos portais temáticos [que distribuem *sites* por outros *sites*] ou dos serviços de busca [*Suchdienste*]. Por isso, não é apropriado para a construção da coerência nos documentos hipertextuais usar como metáfora principal o caminho comum de leitura no qual o produtor conduz seu leitor do início até o fim, mas é melhor falar de um diálogo entre o usuário e o sistema hipertextual cujo percurso não pode ser gerenciado pelo produtor durante o período de funcionamento [*Laufzeit*], mas pode ser influenciado através da estruturação do hipertexto e pelo uso de recursos de navegação e de orientação específicos ao hipertexto. A seção seguinte apresentará uma visão geral de como se pode levar em conta as condições específicas da construção da coerência no hipertexto recorrendo a esses recursos para a construção de coerência que lhe são específicos.

5. Recursos para a construção da coerência no hipertexto

A tecnologia do hipertexto disponibiliza recursos especiais para a construção da coerência, para compensar os problemas que surgem junto com a recepção descontínua, a falta dos limites do suporte midiático e a falta de uma ordem previsível de leitura. Se esses recursos forem adequadamente aplicados na organização de um hipertexto, é até possível facilitar a construção da coerência na recepção seletiva do mesmo mais do que na leitura parcial e seletiva de documentos impressos. Do ponto de vista funcional, é possível distinguir os seguintes tipos de recursos para a construção da coerência¹⁵:

- os *recursos de orientação* [*Ueblickshilfen*] dão apoio ao usuário para construir um modelo mental da estrutura de uma hiper-rede ou de um documento hipertextual;
- os *recursos de contextualização global* esclarecem o valor funcional e temático de um módulo no documento hipertextual e, desse modo, facilitam a construção da coerência global;

¹⁵ Estou recorrendo, aqui, a Kuhlen (1991), Fleming (1998) e Farkas & Farkas (2001), cujas descrições pormenorizadas fornecem uma visão geral sobre os recursos de navegação e orientação.

- os *recursos de contextualização local* explicitam quais módulos-alvo são acessíveis a partir do módulo atualmente recebido e qual é a relação entre os módulos-alvo e o módulo atual. Desse modo, auxiliam o usuário no planejamento do futuro caminho de recepção e facilitam a construção da coerência local na troca entre dois módulos.

Dentre os *recursos de orientação* mais usados estão as vistas panorâmicas da rede (*Web Views*) que permitem visualizar a estrutura de hipertextos. Nessa forma de apresentação, os módulos centrais e os *links* são filtrados da estrutura total e são elaborados como gráficos navegacionais. Através de um clique do mouse, os usuários podem informar-se pormenorizadamente sobre o ambiente dos módulos e podem acessar os conteúdos dos módulos diretamente a partir da vista panorâmica. Para a visualização de estruturas temáticas, existem cartas temáticas adequadas (muitas vezes denominadas de *site maps* [mapas do sítio]), por meio dos quais os próprios usuários podem escolher quais temas são de seu interesse e em qual profundidade de detalhes.

As metáforas também são adequadas como quadro de orientação para a navegação em hiper-redes maiores. Nessa tarefa, os portais de informação gostam de recorrer às metáforas de usuários da organização de bibliotecas e de escritórios: “livros” e “fichários” eletrônicos são arquivados em “bibliotecas” virtuais; é possível “folhear” os catálogos eletrônicos; as versões eletrônicas dos “blocos de notas” e das “agendas de compromissos” encarregam-se de funções semelhantes às de seus predecessores de papel. Não é de pouca importância a contribuição das metáforas de gêneros textuais que compensam a falta de limites textuais fisicamente palpáveis e que relacionam funcional e tematicamente um conjunto de módulos com uma unidade maior (por exemplo: um dicionário digital ou uma lista de atividades curriculares). O conhecimento prévio ativado pela metáfora dirige as expectativas sobre o decorrer de determinadas ações, de tal modo que o usuário precisa apenas se lembrar das funções modificadas e ampliadas pelas quais o objeto metaforicamente constituído se distingue da sua contrapartida na “vida real”.

Entre os *recursos de contextualização global*, encontram-se os títulos e as frases temáticas, por meio dos quais o tema do módulo está relacionado com o tema mais abrangente do documento hipertextual ou da hiper-rede. Um recurso muito usado para visualizar o valor de um módulo num contexto global constitui-se em marcar o lugar do módulo em sinopses gráficas da estrutura — as vistas panorâmicas da rede [*web views*] e as cartas temáticas acima mencionadas — ou nas barras de navegação da oferta. Os recursos de contextualização global são importantes para poder combinar corretamente um módulo atualmente recebido com o quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] que, na seção 2, foi chamado de *coerência estática*.

Essa afirmação vale especialmente para a navegação em serviços de busca ou para *links* que são gerados automaticamente com base na avaliação de palavras-chave. Se uma palavra-chave temática é ambígua — como, por exemplo, a expressão *cohesion*, na física, de um lado, e na linguística textual, do outro — acontece facilmente que até módulos que tematicamente não são afins serão conectados mutuamente através das técnicas de “linkagem” automática. Na maioria das vezes, o usuário percebe esse “engano” rapidamente, mas, ainda assim, o processamento fluente das informações se dificulta consideravelmente.

Com efeito, uma fonte muito rica de desencontros e mal-entendidos encontra-se na troca entre módulos que tratam do mesmo tema científico, mas no âmbito de teorias diferentes. Nesses casos, a mesma expressão pode ser terminologizada diferentemente; por exemplo: o termo *cohesion* na teoria de Halliday & Hasan (1976) não corresponde intensionalmente e nem extensionalmente ao termo *cohesion* como está definido, por exemplo, em Beaugrande & Dressler (1981). De modo semelhante aos “falsos cognatos” nas línguas estrangeiras, a igualdade de forma sugere uma igualdade de significado que, de fato, não existe. Logo, justamente na área da comunicação científica é importante mostrar claramente ao usuário quando ele ultrapassa os limites de um documento hipertextual e deixa o quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] para fixações terminológicas. Para cumprir essa tarefa, é possível valer-se de elementos que estabelecem uma identidade reconhecível — como a cor do pano de fundo, os logotipos ou as barras de comando personalizadas — pelos quais o documento hipertextual em questão se distingue do design de outros documentos. O meio mais efetivo para sinalizar visualmente a um usuário a ultrapassagem dos limites de um documento consiste em marcar como *links* externos todos os *links* que levam para o exterior de um documento. Essa marcação pode ser feita por signos característicos (por exemplo: setas), por cores ou por meio de etiquetas de *links* [*Link-Etiketten*] que se abrem quando o usuário passa com a seta do mouse por cima do *link*. Na forma do *link*, então, pode o usuário reconhecer se o módulo alvo pertence aos conteúdos redigidos e respondidos pelo autor ou se esse módulo deve ser coordenado a outro quadro de vigência [*Geltungsrahmen*] global ainda por ser identificado.

As etiquetas de *link* [*Link-Etiketten*] têm um papel importante também como *recursos de contextualização local*. A escrita nas etiquetas pode explicitar a relação retórica que está atrás do *link* e pode dar pistas sobre o tipo semântico do alvo do *link*. Para o usuário, essa medida significa que é mais fácil fazer a escolha certa entre os diferentes *links* e ela impede que o processo de recepção seja interrompido pelo seguimento de *links* irrelevantes. Além disso, ela pode explicar ao usuário na travessia de um *link*, que a semântica do *link* e o tipo de

alvo do *link* servem para tornar transparente a conexão entre o módulo de partida e o módulo-alvo. Em comparação com a explicação metacomunicativa por meio de um link do tipo “favor clicar aqui para ver uma definição”, as etiquetas de *link* [*Link-Etiketten*] têm a vantagem de ser abertas apenas se for necessário, de modo que a fluência de leitura dentro do módulo não é interrompida continuamente por digressões metacomunicativas. Na formação de documentos hipertextuais na *www*, até agora, se faz pouco uso ainda de etiquetas de *link* [*Link-Etiketten*], sobretudo por razões técnicas. Todavia, isso poderia mudar no futuro devido às funções ampliadas que a *www* baseada em XML [*eXtensible Markup Language*] prevê para a explicação semântica de *links*.

6. Resumo e previsão

Os conhecimentos com relação ao jogo entre os parâmetros envolvidos na compreensão de textos lineares representam um bom ponto de partida para reconhecer os possíveis problemas com a construção da coerência na recepção de hipertextos e para compensá-los com meios adequados. Na área da transmissão de conhecimentos que ocupa o primeiro plano do presente trabalho, o que importa para a construção da coerência tanto no texto quanto no hipertexto é analisar primeiramente a estrutura do recorte de conhecimento a transmitir. Se o resultado dessa análise for uma hierarquia de tópicos — como no modelo esboçado na seção 3 — é possível que essa hierarquia represente, na produção de um hipertexto, a base para a “linkagem” dos módulos. Para essa “linkagem”, então, seria conveniente que cada módulo tratasse de um subtópico de tal modo que os conhecimentos prévios relevantes para a compreensão fossem verbalizados ou pudessem ser acessados através de um *link*. A hierarquia, então, poderia ser visualizada como um mapa temático navegacional e poderia ser disponibilizada como um recurso para a construção da coerência global. Quando um documento hipertextual for construído de tal modo que cada módulo trate precisamente de um subtópico, é possível ao usuário escolher, através do mapa, os conteúdos que lhe interessam na ordem e no grau de pormenorização relevantes para ele; o valor que um módulo tem na totalidade abrangente pode, então, ser reconstruído através do mapa.

Todavia, os autores de hipertextos não devem desistir inteiramente de uma sequenciação, mas podem colocar caminhos de navegação (os chamados *hypertrails* ou *guided tours*) no hipertexto, aptos a prover acesso sequencial, por exemplo, para as instâncias de um breve tutorial introdutório ao uso do sistema. A mídia impressa obriga o receptor a decidir-se a favor de uma determinada ordem dos módulos, mas, nas chamadas aplicações “adaptáveis” de hipertexto, é possível harmonizar o percurso dos *hypertrails* com os interesses e os

conhecimentos prévios dos usuários (cf. Lobin, 1999; Brusilovsky, 2001). Com vista à construção da coerência, é importante, sobretudo, analisar quais dos tópicos serão necessários como conhecimentos prévios para a compreensão dos outros tópicos. Nessa base, é possível calcular de quais módulos um usuário necessita para poder compreender o módulo atualmente visitado. Esses módulos, então, podem, através de *links*, ser automaticamente oferecidos ao usuário. Isso significa que o princípio *just-in-time* esboçado na seção 3 — segundo o qual o conhecimento necessário para a compreensão do recorte textual atualmente recebido deveria ser apresentado, se possível, nas imediações espacial ou temporal — pode ser realizado, por princípio, de uma maneira muito mais flexível do que na mídia impressa com sua ordem firmemente fixada¹⁶. As chances que essa flexibilização oferece foram reconhecidas já no início da pesquisa do hipertexto, mas mal podem ser realizadas com a tecnologia usada atualmente na *www*. Para o futuro, a “rede semântica” baseada em XML [*eXtensible Markup Language*] promete possibilidades aperfeiçoadas para a formação de “documentos hipertextuais inteligentes” que apoiem o usuário na construção da coerência através de uma apresentação adaptável dos conteúdos.

Referências bibliográficas

- ANTOS, Gerd. “Textmusterwissen. Beschreibungsprobleme am Beispiel von Grußworten”. In: ENGELKAMP, Johannes; LORENZ, Kuno & SANDIG, Barbara (orgs.). *Wissensrepräsentation und Wissensaustausch. Interdisziplinäres Colloquium der Niederländischen Tage in Saarbrücken (April 1986)*. St. Ingbert: Röhrig, 1987, p. 157-189.
- BEAUGRANDE, Robert-Alan & DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- BEISSWENGER, Michael; LENZ, Eva Anna & STORRER, Angelika. “Generierung von Linkangeboten zur Rekonstruktion terminologiebedingter Wissensvoraussetzungen”. In: BUSEMANN, Stephan (org.). *KONVENS 2002. 6. Konferenz zur Verarbeitung natürlicher Sprache. Proceedings, Saarbrücken, 30.09.-02.10.2002. Saarbrücken* (DFK1 Document D-02-01), 2002, p. 187-191. Available from Worl Wide Web [cited 20 october 2006]: <http://konvens2002.dfki.de/cd/inhalt/index.html>
- BRUSILOVSKY, Peter. “Adaptive Hypermedia”. In: *User Modelling and User-Adapted Interaction*, UMUAI, 11, 2001, p. 87-110.
- BUCHER, Hans-Jurgen. “Von der Verständlichkeit zur Usability. Rezeptionsbefunde zur Nutzung von Online-Medien”. In: *OBST*, 63, 2001, p. 45-66.
- CAMPBELL, Kim Sydow. *Coherence, Continuity, and Cohesion: Theoretical Foundations for Document Design*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1995.

¹⁶ Um exemplo para a aplicação desse princípio — o “linkamento” semi-automático de pressupostos que dependem do conhecimento prévio da terminologia em corpora científicos hipertextualmente elaborados — é descrito em Beißwenger *et al.* (2002).

- FARKAS, Davis K. & FARKAS, Jean B. *Principles of Web Design*. New York: Longman, 2001.
- FLEMING, Jennifer. *Web Navigation. Designing the User Experience*. Beijing, Cambridge: O'Reilly, 1998.
- FLENDER, Jürgen. "Vom Durchklicken zum Durchklingen – Musikalische Kohärenzbildungshilfen in Hypermedia-Anwendungen". In: *OBST*, 63, 2001, p. 9-26.
- FOLTZ, Peter W. "Comprehension, Coherence and Strategies in Hypertext and Linear Text". In: ROUET, Jean-Francois, LEVONEN, Jarmo J. *et al.* (eds.). *Hypertext and Cognition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1996, p. 109-136.
- FRITZ, Gerd. *Kohärenz. Grundfragen der Dialoganalyse*. Tübingen: Narr, 1982.
- _____. "Coherence in Hypertext". In: BUBLITZ, Wolfram; LENK, Uta & VENTOLA, Eija (eds.). *Coherence in Spoken and Written Discourse*. (Pragmatics and Beyond. New Series). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1999, p. 221-232.
- GDS: ZIFOUN, Gisela; HOFFMANN, Ludger *et al.* *Grammatik der deutschen Sprache*. 3 Bände. Berlin, New York: de Gruyter, 1997.
- GROSZ, Barbara; ARAVIND, Joshi *et al.* "Centering: A Framework for Modelling the Local Coherence of Discourse". In: *Computational Linguistics*, 21, 1995, p. 203-225.
- HALLIDAY, Michael A.K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HAMMWÖHNER, Rainer. "Kognitive Plausibilität: Vom Netz im (Hyper-)Text zum Netz im Kopf". In: *Nachrichten für Dokumentation*, 44, 1993, p. 23-28.
- _____. *Offene Hypertextsysteme: Das Konstanzer Hypertextsystem (KHS) im wissenschaftlichen und technischen Kontext*. (= Schriften zur Informationswissenschaft 32). Konstanz: Universitätsverlag Konstanz, 1997.
- HOFFMANN, Ludger. "Thema, Themenentfaltung, Makrostruktur". In: BRINKER, Klaus; ANTOS, Gerd; HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven F. (orgs.). *Text- und Gesprächslinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*, v. 1 (*Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft*, 16). Berlin, New York: de Gruyter, 2000, p. 344-356.
- JAKOBS, Eva-Maria. "Hypertextsorten". In: *Zeitschrift für germanistische Linguistik*. ZGL, v. 31 n. 2, 2003, p. 232-252.
- KUHLEN, Rainer. *Hypertext. Ein nicht-lineares Medium zwischen Buch und Wissenschaft*. Berlin: Springer, 1991.
- LOBIN, Henning. "Intelligente Dokumente". In: LOBIN, Henning (org.). *Text im digitalen Medium. Linguistische Aspekte von Textdesign, Texttechnologie und Hypertext Engineering*. Opladen, Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 1999, p. 155-177.
- MINSKY, Marvin. "A Framework for Representing Knowledge". In: WINSTON, Patrick Henry (ed.). *The Psychology of Computer Vision*. New York: McGraw-Hill, 1975, p. 211-277. Available On-Line on World Wide Web [cited May 2002]: <http://www.ai.mit.edu/people/minsky/papers/Frames/frames.html>
- MITKOW, Ruslan. *Anaphora Resolution*. London, New York: Longman, 2002.

MORKES, John & NIELSEN, Jakob. *Concise, SCANNABLE, and Objective: How to Write for the Web*. 1997. Available from World Wide Web [cited August 1999]: <http://www.useit.com/papers/webwriting/writing.html>

NIELSEN, Jakob. *Multimedia und Hypertext. The Internet and Beyond*. Boston: AP Professional, 1995.

NUSSBAUMER, Markus. *Was Texte sind und wie sie sein sollten. Ansätze zu einer sprachwissenschaftlichen Begründung eines Kriterienrasters zur Beurteilung von schriftlichen Schülertexten*. Tübingen: Narr, 1991.

_____. "Textbegriff und Textanalyse". In: EISENBERG, Peter & KLOTZ, Peter (orgs.). *Sprache gebrauchen – Sprachwissen erwerben*. Stuttgart: Klett-Schulbuchverlag, 1993, p. 63-84.

RICKHEIT, Gerd & SCHADE, Ulrich. "Kohärenz und Kohäsion". In: BRINKER, Klaus; ANTOS, Gerd; HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven F. (orgs.). *Text- und Gesprächslinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*, v. 1 (*Handbucher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft*, 16). Berlin, New York: de Gruyter, 2000, p. 275-282.

SANDIG, Barbara. "Formulieren und Textmuster. Am Beispiel von Wissenschaftstexten". In: JAKOBS, Eva-Maria & KNORR, Dagmar (orgs.). *Schreiben in den Wissenschaften*. Frankfurt am Main: Lang, 1997, p. 25-44.

_____. "Textmerkmale und Sprache-Bild-Texte". In: FIX, Ulla & WELLMANN, Hans (orgs.). *Bild im Text – Text im Bild*. Heidelberg: Winter, 2000, p. 3-30.

SCHADE, Ulrich; LANGER, Hagen, RUTZ, Helke & SICHELSCHEIDT, Lorenz. "Kohärenz als Prozeß". In: RICKHEIT, Gerd (org.). *Kohärenzprozesse. Modellierung von Sprachverarbeitung in Texten und Diskursen*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991, p. 7-38.

SCHMITZ, Ulrich. "Deutsche Schriftsprache in hypermedialer Umgebung". In: *Zeitschrift für germanistische Linguistik, ZGL*, v. 31 n. 2, 2003, p. 253-272.

SCHNOTZ, Wolfgang. *Aufbau von Wissensstrukturen. Untersuchungen zur Kohärenzbildung bei Wissenserwerb mit Texten*. Weinheim: Beltz, 1994.

STORRER, Angelika. "Kohärenz in Text und Hypertext". In: LOBIN, Henning (org.). *Text im digitalen Medium. Linguistische Aspekte von Textdesign, Texttechnologie und Hypertext Engineering*. Opladen, Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 1999, p. 33-66.

STUTTERHEIM, Christiane von. *Einige Prinzipien des Textaufbaus. Empirische Untersuchungen zur Produktion mündlicher Texte*. (RGL, 184). Tübingen: Niemeyer, 1997.

VAN DIJK, Teun A. *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1980.

_____. Teun A. & KINTSCH, Walter (eds.). *Strategies of Discourse Comprehension*. New York, London: Academic Press, 1983.

A escrita como um processo mental e linguístico¹

Sylvie Molitor-Lubbert
Universidade de Karlsruhe

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução

No sentido restrito, o termo escrita refere-se aos processos gráfico-motores durante a produção de enunciados escritos (cf. Thomassen, 1996), mas uma interpretação ampla do termo inclui todos os níveis superiores do planejamento e da redação de textos, especialmente aqueles aspectos pelos quais a escrita se distingue da fala (cf. Gunther & Pompino-Marschall, 1996). Para todas as atividades intencionais que caracterizam a escrita como um processo mental e linguístico, foi introduzido o termo *produção de texto escrito*. O objeto do presente artigo são os modelos para a produção do texto escrito. A escrita, nesse sentido, desde sempre foi um assunto da Retórica e da Estilística (por exemplo: Ueding, 1985; Ueding & Steinbrink, 1986; Ludwig, 1988), mas a análise sistemática e a modelação da produção textual foram feitas apenas nas últimas duas décadas.

Há uma multiplicidade de abordagens heterogêneas à produção textual, o que dificulta uma seleção representativa de modelos agrupados de modo homogêneo. Uma classificação de acordo com os aspectos estruturais, por exemplo, incluiria os modelos sequenciais que estão na base da conceituação didática “planejamento — escrita — revisão” (ver Ludwig, 1989; Rohman, 1965; Coe, 1986) e, também, esses modelos que classificam o processo da escrita conforme os níveis linguísticos (por exemplo: Beaugrande, 1984; ver seção 2 e 4). É possível, também, classificar os modelos de acordo com sua origem: dependendo da questão de se esses modelos foram desenvolvidos numa perspectiva pedagógica, linguística ou psicológica, formar-se-iam diferentes focos para a investigação científica. Contudo, diante da crescente dissolução dos limites entre as disciplinas, esse critério de classificação parece ser pouco razoável (cf. a coletânea de Antos & Krings, 1989).

Por essas razões, os modelos apresentados em seguida serão agrupados de acordo com focos contedústicos: a escrita como um processo de resolução de problemas (seção 2) e como aquisição de um conjunto de habilidades (seção 3) e os modelos para a simulação de tarefas específicas da produção textual escrita (seção 5). Nessa classificação, o termo modelo é usado num sentido muito amplo e, portanto, aplica-se, também, a simples fluxogramas ou listas

¹ MOLITOR-LUBBERT, Sylvie. “Schreiben als mentaler und sprachlicher Prozeß”. In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto. (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung*. 2. Halbband. Berlin: Walter de Gruyter, 1996, p. 1005-1027.

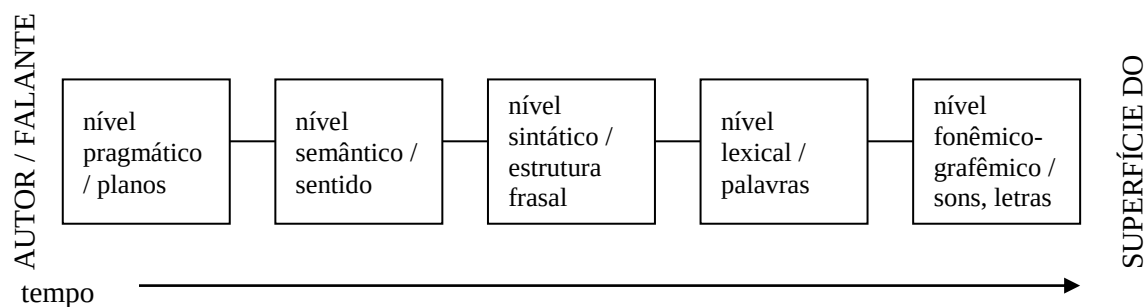
ordenadas das ações e dos processos que, segundo a pesquisa, formam a base das diferentes atividades de escrita.

2. A escrita como processo de resolução de problemas

Na abordagem atualmente mais popular, a escrita é concebida como um processo de resolução de problemas (por exemplo: Hayes & Flower, 1980; Beaugrande, 1984; Eigler, 1985; Eigler *et al.*, 1990; Ludwig, 1983; Molitor, 1984). Essa abordagem substituiu a idéia privilegiada durante muito tempo de que a escritura seja um processo sequencial com fases ou etapas de produção determináveis e cronologicamente ordenadas. Nos modelos sequenciais da escritura que se baseiam em categorias linguísticas, o processo da escritura foi visto, na maioria das vezes, como uma série de cinco fases subsequentes (construídas uma em cima da outra). De acordo com essa concepção, no processo da escritura, tomam-se inicialmente decisões pragmáticas, depois, semânticas, sintáticas e lexicais que, por fim, são realizadas graficamente através de cadeias de letras (Figura 1).

A abordagem através da resolução de problemas, no entanto, realça a interatividade desses processos. Ela deve sua divulgação, essencialmente, aos trabalhos de John Hayes e Linda Flower (por exemplo: Hayes & Flower, 1979) que, ao analisar as verbalizações que acompanham as ações dos redatores [*think-aloud protocols*], reencontraram as categorias clássicas da literatura sobre a resolução de problemas: o estabelecimento de metas e a formulação de problemas, os processos de busca direcionados para frente que procuram um procedimento adequado (isto é, uma sequência de operadores) para atingir as metas pretendidas, assim como a análise e a avaliação de soluções quando ocorrerem dificuldades no processo de resolução.

Figura 1: Esquema de um modelo sequencial da escrita
(cf. Beaugrande, 1984a, p. 236)

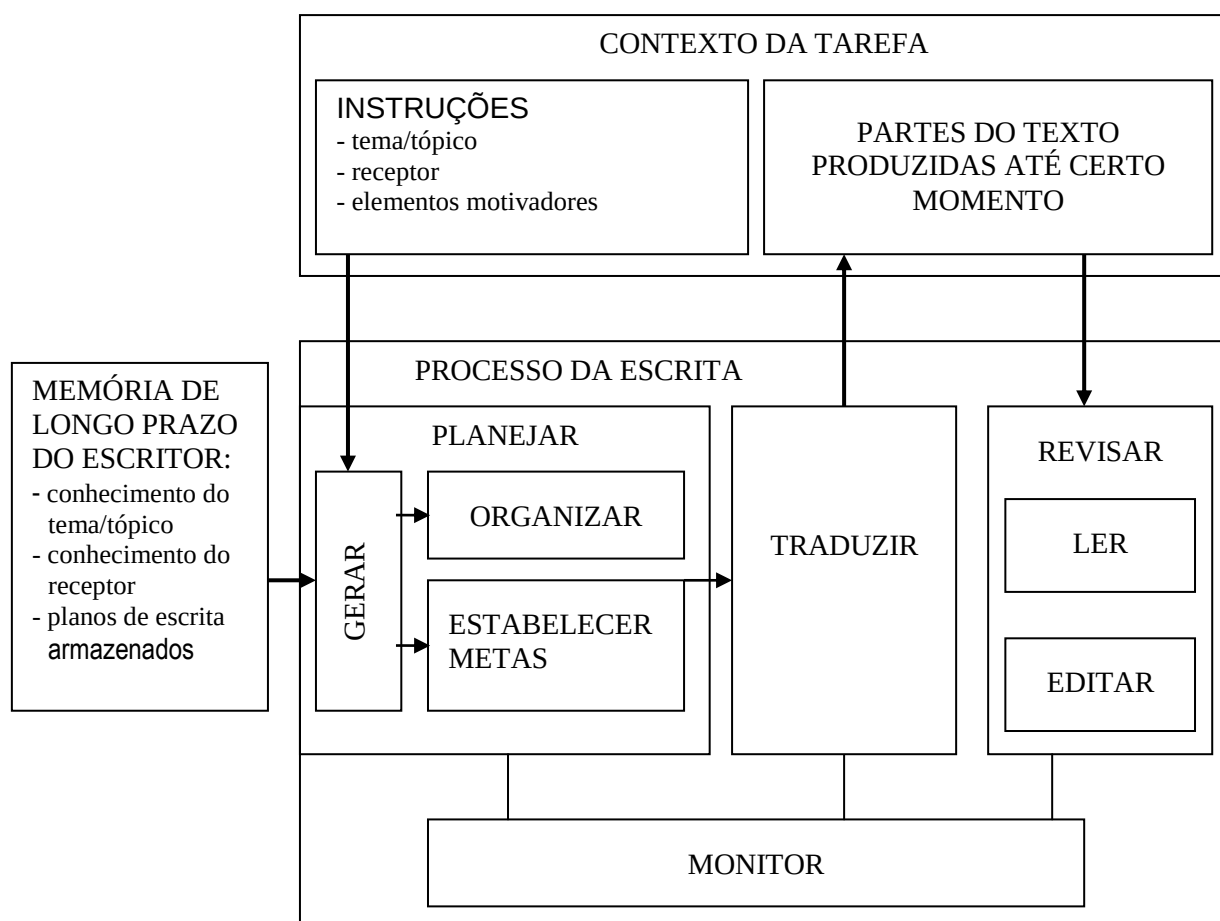


2.1. O modelo original de Hayes & Flower (1980)

2.1.1. O modelo global

O modelo de Hayes & Flower (1980) cumpre amplamente as condições de um modelo de resolução de problemas: ele estabelece metas, indica problemas e uma sequência de operadores e contém um mecanismo para a análise e a avaliação do processo de resolução (Figura 2).

Figura 2: Modelo geral para a escritura (Hayes & Flower, 1980, p. 11)



A tarefa de escrita representa um problema cuja resolução exige a realização bem sucedida de diversos processos que são indicados em forma de uma hierarquia de objetivos. Trata-se dos processos conhecidos pela didática da produção textual escrita, nomeadamente: o planejamento [*planning*], a tradução [*translating*] e a revisão [*reviewing*]. A sucessão e a interação desses processos são coordenadas por uma instância de controle e de gerenciamento, chamado de monitor. Cada um desses processos, então, pode ser classificado em subprocessos, necessários para a realização das metas parciais correspondentes (ver seção 2.1.1).

De acordo com Hayes & Flower, o conteúdo e a formação de todos os processos são influenciados pelo contexto da tarefa e pela memória de longo prazo do escritor. Aqui são indicadas as condições relevantes, o conhecimento necessário, os critérios de avaliação e as restrições às quais o processo de escrita está submetido. O modelo não pressupõe uma sequência fixa dos processos e todos os processos podem ser repetidos tantas vezes quantas convierem ao escritor. Com o monitor, que coordena, de acordo com determinadas regras, a sequência dos processos, descreve-se a estratégia de escrita utilizada pelo autor. Do ponto de vista formal, essa instância de controle tem a estrutura de um sistema de produção (Anderson, 1980). Assim, pois, é possível descrever as habilidades cognitivas como regras que indicam sob que condições quais ações, ou seja, quais operações deveriam ocorrer. De acordo com essa concepção, um sistema de produção dispõe de dois lados: o lado esquerdo, que fornece a condição; e o lado direito, que mostra a ação correspondente. A condição indica sob quais circunstâncias a regra de produção está valendo; a ação denomina a operação a ser realizada — operação essa que, aliás, pode ser um comportamento (operação externa) ou uma operação cognitiva (operação interna).

Pelas regras de produção, pode-se deduzir, então, sob quais condições um processo é introduzido ou interrompido e como se realiza a interatividade dos processos. Segundo Hayes & Flower (1980), à medida que progride o acabamento do texto, há claramente um deslocamento do foco de trabalho, do lado esquerdo para o direito, isto é, da geração de conteúdo para a tradução e a revisão (ver Beaugrande, 1980 e a seção 2.2.2).

Sob o paradigma da resolução de problemas, os autores subclassificaram ainda mais uma parte dos principais processos da escrita. Para dar um exemplo concreto, apresentaremos na seção seguinte os processos de planejamento.

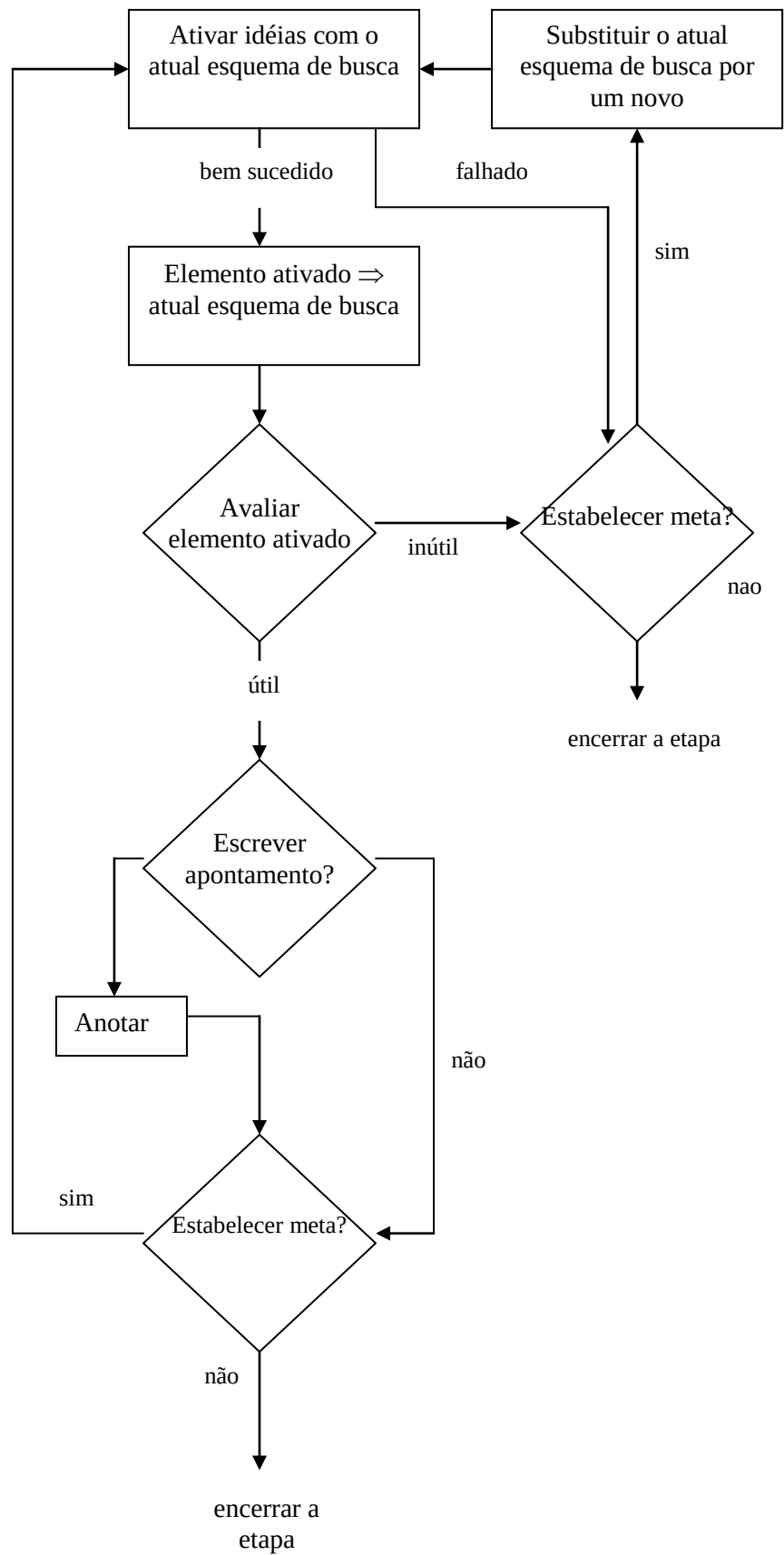
2.1.2. Modelo parcial: os processos de planejamento

Hayes & Flower (1980) classificam os processos de planejamento em vários subprocessos, nomeadamente: a geração, a organização e o estabelecimento de metas. O processo de geração refere-se à extração de informações relevantes da memória de longo prazo. No processo de organização, as mais úteis entre as informações extraídas devem ser selecionadas e organizadas num plano textual. Além dos conteúdos sobre os quais se pretende escrever, fazem parte dessas informações, também, os critérios de qualidade pelos quais a escrita é orientada e que, mais tarde, serão aplicados para a avaliação do escrito. A função do processo de estabelecimento de metas, enfim, é identificar e estabelecer os critérios de qualidade.

Os processos de geração e de organização são representados como cadeias de decisões que podem ser ilustradas por fluxogramas detalhados. Como provas empíricas para essa concepção, os autores indicam as cadeias mais longas de associações, encontradas nos protocolos verbais sobre o que o sujeito está fazendo enquanto escreve [*think-aloud protocols*] e nos apontamentos (palavras isoladas e fragmentos sentenciais) que foram feitos nos produtos escritos.

A figura 3 mostra, exemplarmente, o decorrer de um processo de geração: uma idéia ou um elemento de planejamento serve como esquema de busca na ativação da memória. No caso de uma resposta negativa, o esquema atual de busca é substituído por um novo. As idéias que correspondem ao esquema de busca são avaliadas; nesse processo, um modelo interno do receptor previsto pode facilitar as decisões de seleção, à medida que ajuda o autor a antecipar os motivos que possam levar um leitor a se interessar pelo texto. Eventualmente, o redator vai anotar as idéias “boas”; as inúteis, por outro lado, levam, sob certas circunstâncias, a uma repetição do processo de geração, com o mesmo ou com um novo esquema de busca.

Figura 3: Processo de geração de conteúdo (Hayes & Flower, 1980, p. 13)



De forma semelhante, o processo de organização é representado por uma ilustração com os seguintes passos de trabalho (Hayes & Flower, 1980, p. 14): os apontamentos sobre o material colhido são examinados e cada elemento útil é avaliado sob o critério de ser ou não interessante como ponto inicial ou final; pergunta-se, também, qual é a sua relação com um ou vários pontos anotados anteriormente; se já existem pontos que lhe podem ser subordinados ou aos quais ele pode ser subordinado e se é possível deduzir dele uma categoria relevante (por exemplo: uma parte de um esquema textual). Uma avaliação positiva segundo um desses critérios leva a uma sistematização apropriada desses apontamentos por marginação, numeração, etc., de tal modo que surge uma ordem nos tópicos ou macrotópicos. Cada ponto recebe seu lugar numa sequência que pode seguir uma disposição cronológica ou uma disposição hierárquica ou ainda uma mista. Alterações nessa ordem são possíveis, a qualquer altura, através da repetição do processo de organização.

Os processos de tradução (ver seção 4) e de revisão (ver seção 5), também, foram ilustrados dessa maneira por Hayes & Flower.

2.2. Desenvolvimentos paralelos e posteriores do modelo de Hayes & Flower

O modelo inicial de Hayes & Flower foi criticado por vários autores, mas também foi elaborado ou adaptado para estratégias específicas de escrita (ver seção 5). Eigler (1985) critica que se chama frequentemente a atenção para o fato de o processo da escrita ter o caráter de uma resolução de problemas, mas que esse aspecto, em oposição a um trabalho anterior dos autores (Flower & Hayes, 1977), é pouco esclarecido. Desaprova, além disso, que o modelo mostra apenas o comportamento de redatores experientes, sem fornecer pistas sobre como os principiantes na produção escrita podem se tornar peritos.

A hierarquização dos processos parciais também é problemática (Molitor, 1984): por exemplo, aos processos de planejamento, de organização e de revisão atribui-se o mesmo nível de complexidade, enquanto o processo de leitura, que é considerado como uma parte da revisão, se encontra no nível hierárquico do processo de geração. Por causa da falta de uma ligação entre a organização e a revisão, não é possível levar em consideração a realimentação dos processos de planejamento com diferentes produtos intermediários da escrita. Além disso, nesse modelo, não se leva em consideração nenhum efeito que a produção textual escrita poderia ter sobre o conhecimento armazenado na memória de longo prazo.

2.2.1. Ludwig (1983)

Ludwig (1983) concorda com a crítica mencionada acima e faz objeção à redução do processo de escrita a processos puramente cognitivos; desaprova, também, a falta de ações motoras e o papel secundário da motivação e afirma, além disso, que não se pode equiparar o texto como produto do processo de escrita com outros elementos do contexto situacional da escrita. No total, o modelo esboçado por Ludwig prevê cinco componentes: uma base motivacional, processos conceituais, processos intralinguísticos, processos motores e atividades de revisão (Figura 4).

Figura 4: Estrutura do processo de escritura (Ludwig, 1983, p. 46)²

² Para esclarecer os diferentes processos de revisão propostos por Ludwig (1983), eis o trecho do texto que, para Molitor-Lubbert, serviu de fonte:

“O processo da escrita pode apenas passar por concluído quando o escritor considera o texto como acabado e o entrega a outrem. Essa interpretação pressupõe que os melhoramentos e as revisões do texto ainda fazem parte do processo da escrita. [...]

A condição prévia e o fundamento de todas as atividades de revisão é que o escritor leu o texto produzido até certo momento: o escritor torna-se seu próprio leitor ou, mais concretamente, seu primeiro leitor.

Que a leitura do texto representa, por sua vez, também um processo altamente complicado deveria ser conhecido e, nesse contexto, não precisa nos ocupar mais. O que importa é, apenas, que aqui se encontra o ponto no qual os processos de leitura se encaixam nos processos de escrita.

A utilidade do modelo desenvolvido [no trabalho presente] já se mostra quando tentamos classificar e definir as diferentes atividades de revisão: com base em nosso modelo, é possível determiná-las sem dificuldades. Logo, no que se segue, distinguiremos entre:

- a correção
- o ajuste
- a revisão (no sentido restrito) e
- a formulação de uma nova versão

(1) Corrigem-se todos os lapsos e descuidos, mas também os erros de ortografia, os erros gramaticais e as separações silábicas incorretas. Também, verifica-se o emprego dos sinais de pontuação e, onde eles faltam, acrescentam-se os sinais adequados. As *correções*, então, dizem respeito ao nível linguístico do texto e eles referem-se às necessárias alterações do rascunho. Elas tornam-se necessárias quando as regras gramaticais foram violadas ou quando as normas ortográficas ou as normas de pontuação não foram observadas. Elas têm sua origem na possibilidade de repetir as diferentes etapas do processo de escrita [...].

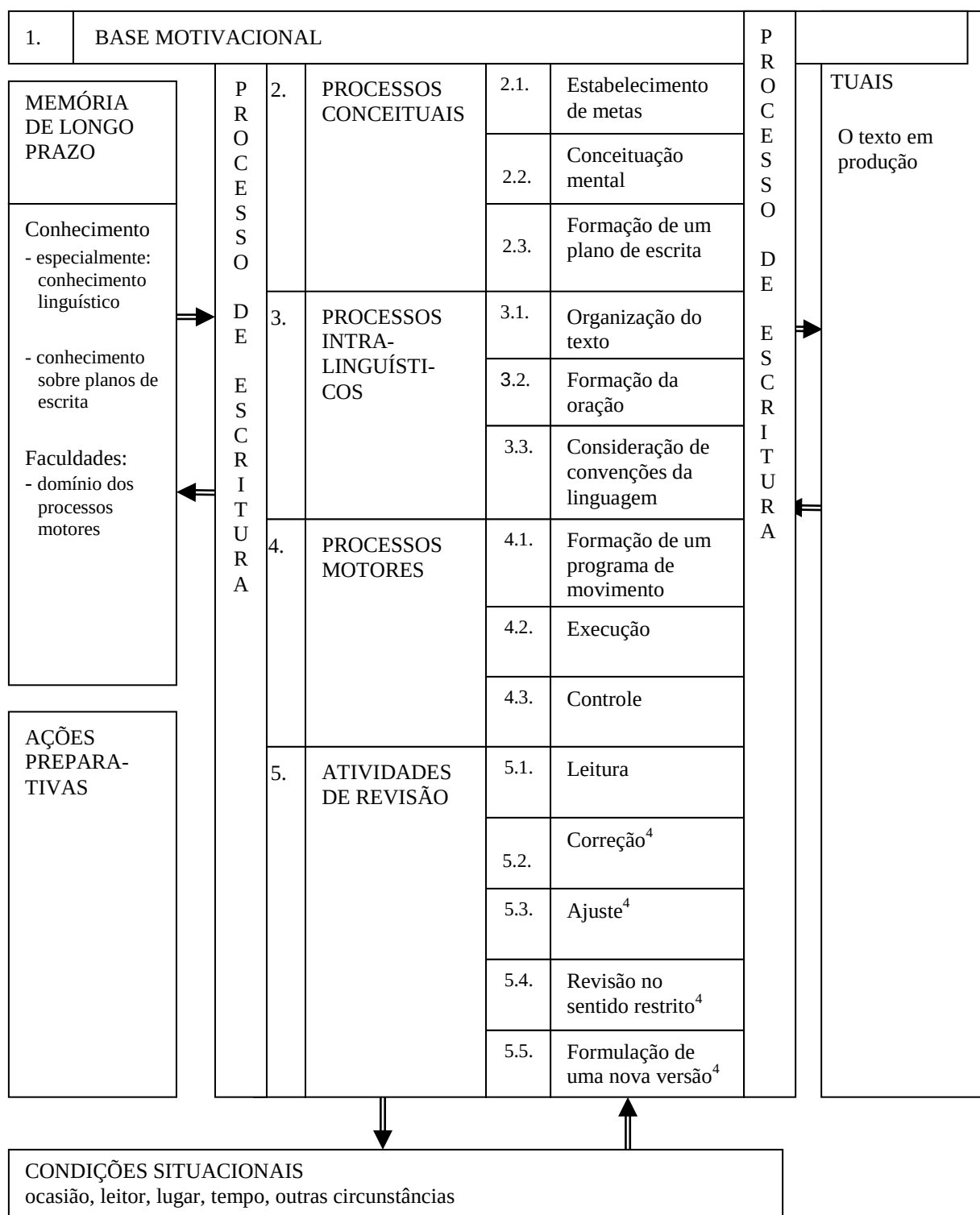
Ajustam-se expressões linguísticas: palavras, grupos de palavras, expressões idiomáticas, etc.; não porque tal alteração do texto seja imprescindível [...], mas porque ela parece ser mais adequada para exprimir as intenções do escritor, para corresponder às expectativas do leitor ou para caracterizar o objeto em questão. Os *ajustes* são condicionados pragmaticamente e, portanto, são objeto da estilística.

(2) As correções e os ajustes, muitas vezes, referem-se às partes mais evidentes do texto: palavras isoladas, grupos de palavras, orações ou parágrafos inteiros. Junto com as categorias do modelo, elas são delimitadas ao nível linguístico no sentido restrito. Essa restrição não é mais válida para as alterações subsequentes.

(3) Nos processos de revisão, no sentido mais restrito, não interessam mais as alterações em expressões isoladas, mas em partes inteiras ou em seções inteiras do texto. Friedrich Ostermann recorreu às composições escolares para esclarecer o motivo e as condições prévias para a *revisão* de um texto:

Quando [o aluno] está relendo seu próprio esboço, ele abrange a primeira vez com a vista a materialidade concreta do que, originalmente, existia apenas no seu ‘interior’, mas que foi exteriorizado pela representação. Sem querer, ele distancia-se mais do seu produto. Surge uma nova situação na qual ele é capaz de reconhecer — agora com muito mais clareza — a semelhança e a diferença entre aquilo que, originalmente, ele pretendia fazer e o que ele tem como esboço palpável na sua mão. A tensão produtiva que leva ao surgimento do objeto linguístico continua a fazer efeito. Ela é a força motriz da mudança que é feita com o objetivo de melhorar. (Ostermann, 1973, p. 92 e seg.)

F. Ostermann leva em consideração apenas as revisões que se tornam necessárias em razão da diferença entre o texto em questão e a intenção subjacente do escritor. Na sua exposição, ele omite as revisões que se fazem necessárias com vista ao leitor. Por essa razão, estou distinguindo dois tipos de revisões: primeiramente, revisões



que são efetuadas com vista à meta que o escritor quer atingir com sua escrita. [...]. Em segundo lugar, as revisões que são efetuadas com vista ao leitor e ao efeito que, nele, se espera fazer. [...].

(4) É possível falar de uma nova versão de um texto quando todo o processo de produção de um texto se passar novamente, ou seja, quando se fizer uso da possibilidade da recursividade [...]. Seria possível subsumir a *formulação de uma nova versão* de um texto às atividades de revisão. Todavia, como, numa nova versão, o processo da escrita, vista como unidade e em todos os níveis, começa outra vez, com o fim de que todos os componentes do processo da escrita estejam novamente disponíveis, me parece ser razoável pressupor que se trate de uma atividade independente. Na escrita de um nova versão, o texto antigo assume, então, a função de um modelo”. (Ludwig, 1983, p. 69) (N.T.)

O desdobramento completo desses componentes leva a um fluxograma complexo que, aqui, não pode ser explicado por inteiro. Resumiremos, apenas, o que diz respeito às suas diferenças com relação ao esquema de Hayes & Flower.

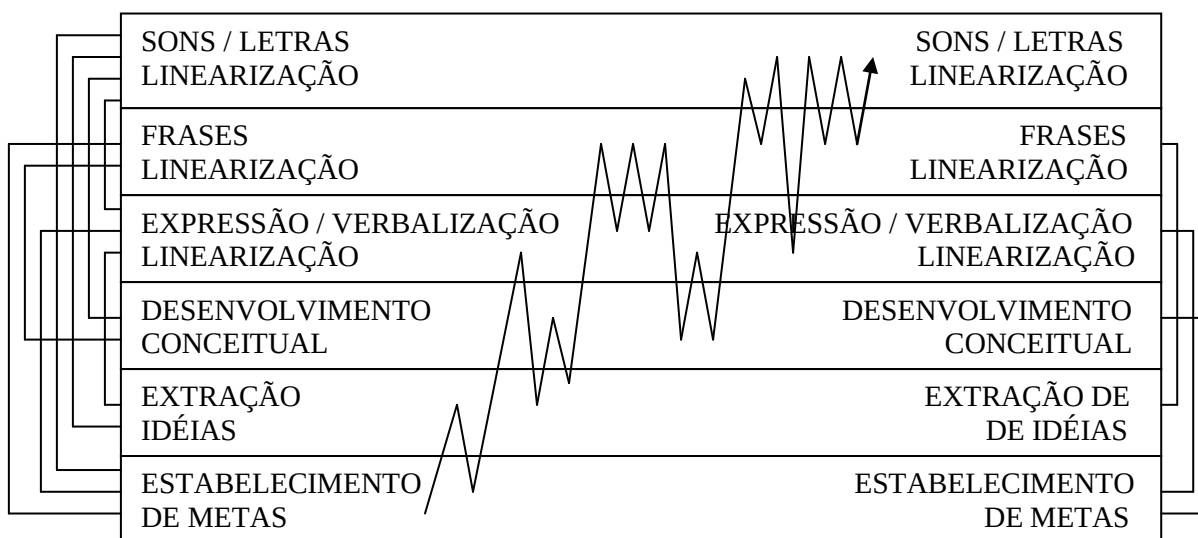
Diferentemente de Hayes & Flower, considera-se a base motivacional como uma parte do processo de escrita, no sentido restrito, e o texto em produção é excluído das condições situacionais do contexto da tarefa. A função do componente monitor pode ser encontrada, em parte, na disposição dos processos conceituais, o que significa que ele recebe outro papel. Num diagrama pormenorizado, que inclui todos os componentes mencionados e representa o decorrer do processo de escrita, o monitor aparece na forma de uma comparação entre o estado atual e o estado desejado [*IST-SOLL-Vergleich*], a qual acompanha os processos conceituais, intralinguísticos e motores. Nesse confronto, os processos conceituais para a geração de metas fornecem os critérios para o estado desejado. Os processos da “conceituação mental” correspondem ao planejamento [de Hayes & Flower]; e os processos “intralinguísticos”, à tradução pela qual as idéias geradas são convertidas em linguagem escrita; as “atividades de revisão”, por sua vez, dizem respeito ao controle do processo inteiro de escrita. A novidade no modelo de Ludwig são os componentes “ações preparativas” (por exemplo: a escolha da ferramenta de escrita) e “condições contextuais”, termo que se refere ao texto em produção.

2.2.2. Beaugrande (1984)

Independentemente de Hayes & Flower, Beaugrande também desenvolveu um modelo que está comprometido com o paradigma da resolução de problemas (Beaugrande, 1982 e 1984). Ele não se ocupa, primeiramente, dos diferentes objetivos intermediários, como a geração e o planejamento, mas os representa, como processos fundamentais de extração ou de organização, em diferentes níveis de abstração, os quais correspondem aproximadamente aos níveis do modelo sequencial mencionado acima. No seu modelo interativo de processos paralelos, o autor distingue entre os processos de ideação/formação de idéias [*ideation*], os processos de linearização [*linearization*] e os processos de verbalização [*expression*]. No início, esses processos referem-se mais a idéias abstratas e a formas prévias do texto, como planos, metas e conteúdos; mais tarde, eles dizem respeito, mais fortemente, à realização verbal (por exemplo: sintaxe, gramática e escolha lexical). Como mostra a figura 5, os processos sobrepõem-se com dominâncias temporalmente deslocadas (veja os colchetes nas margens); nessas sobreposições, o deslocamento do foco de trabalho — de modo semelhante

como nos modelos mencionados anteriormente — vai dos processos conceituais em direção aos processos de organização (veja a curva em ziguezague).

Figura 5: Modelo interativo de processos paralelos
(cf. Beaugrande, 1984, p. 129)



Em virtude da mistura de processos e produtos, o esquema de Beaugrande torna-se um pouco opaco, o que complica uma comparação com os outros modelos. Ele tem interesse, sobretudo, na identificação daqueles lugares no decorrer temporal do processo de produção, nos quais a capacidade do escritor de processar informações está sendo intensamente utilizada (cf. o esquema em Beaugrande, 1982b, p. 129).

O modelo de Hayes & Flower representa uma análise de tarefas útil para o pesquisador e para o pedagogo. Ele mostra o que os processos cognitivos têm que realizar durante a produção textual escrita e por quais fatores esses processos podem ser influenciados. Do ponto de vista pedagógico, o modelo pode ser aproveitado para prever dificuldades no trabalho cognitivo realizado na escrita e, portanto, é útil para avaliar o valor dos diferentes suportes e exercícios de escrita. Segundo Ludwig (1983), esses modelos da produção textual podem servir, também, como base de comparação para a área da aquisição da escrita, com o fim de reconhecer os diferentes passos no desenvolvimento da habilidade de escrever e para ver claramente os déficits ou desenvolvimentos viciosos (para abordagens correspondentes, cf. seção 3). Tomando esses esquemas por base, a tarefa da pesquisa seria, então, verificar os diferentes componentes com o intuito de contribuir para a formação dos modelos.

3. Da aprendizagem da escrita para a competência escrita: aspectos da psicologia de desenvolvimento

Nesta seção, descrevem-se modelos apresentados no âmbito da psicologia de desenvolvimento. Neles, indicam-se e isolam-se componentes da escrita cuja aquisição, geralmente, causa dificuldades às crianças, mas que podem ser apoiados pedagogicamente. No centro dos modelos encontra-se o componente do conhecimento (a memória de longo prazo no modelo de Hayes & Flower): os modelos para as habilidades esclarecem o desenvolvimento e a construção de competências parciais da escrita (seção 3.1) e os modelos para as estratégias mostram como, durante a ontogênese, os subprocessos da escrita decorrem de modos diferentes por causa de conhecimentos diferentes (seção 3.2).

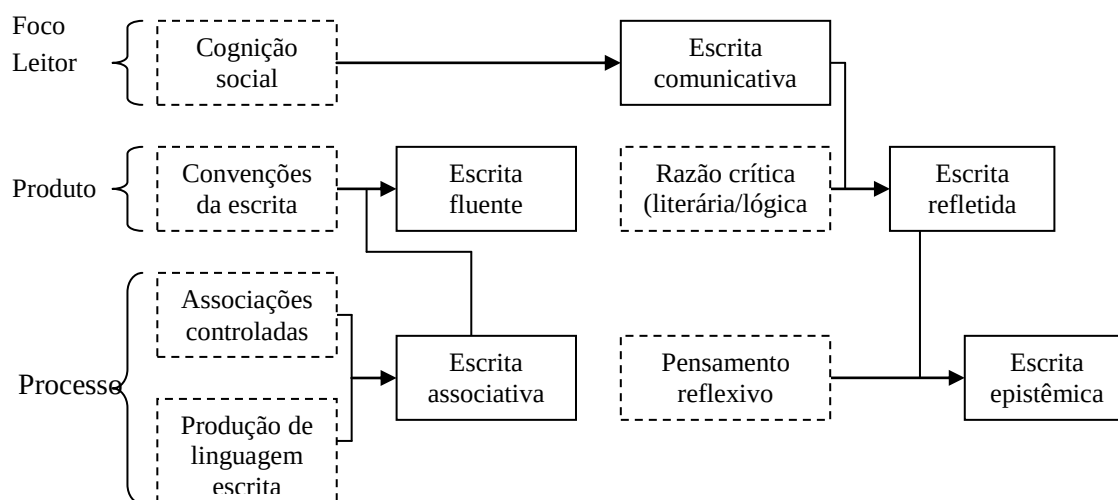
3.1. Ontogênese da competência de escrita

3.1.1. Aquisição de conjuntos de habilidades

Um modelo muito citado para a diferenciação das habilidades necessárias para a aquisição completa da competência escrita foi proposto por Bereiter (1980). Nesse contexto, o termo “competência escrita” deve ser entendido como a habilidade de escrita plenamente amadurecida: a habilidade de comunicar-se com os outros e de articular seus pensamentos por escrita. Bereiter descreve complexos de habilidades que uma criança tem que adquirir e integrar aos poucos, antes de ter essa competência escrita à sua disposição.

As habilidades representadas no gráfico seguinte não dizem apenas respeito ao processo de escrita, mas incluem também o produto — o texto — e o leitor (Figura 6).

Figura 6: Habilidades da competência escrita (Bereiter, 1980)



Para o primeiro nível, o da escrita associativa [*associative writing*], é preciso dominar habilidades fundamentais com relação ao processo, como a produção fluente da linguagem

escrita e a ativação intencional de idéias por associações controladas; nessa etapa, ainda não se precisa satisfazer às convenções da escrita estabelecidas pela sociedade. Apenas quando se acrescentar o domínio dessas convenções, como habilidade relacionada com o produto, alcança-se, com o estágio da escrita fluente [*performative writing*], pelo menos no nível mecânico, certo aperfeiçoamento da competência escrita. A habilidade de identificar-se com os outros — a cognição social — possibilita que o escritor se relacione com o leitor e, desse modo, exerça a escrita comunicativa [*communicative writing*]. Duas outras habilidades cognitivas relacionadas com o produto e o processo completam a competência escrita e permitem a escrita refletida [*unified writing*], quando os textos podem ser avaliados competentemente sob critérios literários e lógicos, e a escrita epistêmica [*epistemic writing*], quando aparece a habilidade da auto-reflexão. As duas habilidades mencionadas em último lugar possibilitam que os pensamentos se desenvolvam durante a escrita e, desse modo, facilitem a aquisição de conhecimentos. A escrita torna-se uma “força produtiva” (Eigler, 1985, p. 309).

Bereiter fundamenta seu modelo na teoria construtivista de Pascual-Leone, a qual pertence à corrente neo-piagetiana. De acordo com essa concepção, por causa da sua capacidade delimitada de processar informações, apenas as crianças numa idade já um pouco mais avançada tornam-se capazes de coordenar várias atividades simultaneamente (Pascual-Leone & Smith, 1969). Os peritos têm sucesso nessa tarefa apenas devido à automatização dos processos “baixos”. Esta permite que o escritor distribua a atenção, pelo menos temporariamente, entre várias atividades “mais altas” (no sentido do modelo de Bereiter).

Com seu modelo, Bereiter cria um fundamento útil para o surgimento e a explicação das estratégias de produção escrita, as quais, pela integração paulatina de novos complexos de habilidades, se reestruturam repetidamente na ontogênese, levando, passo a passo, a novas formas de escrita (ver seção 3.2 e Feilke, 1996).

3.1.2. Desenvolvimento do conhecimento de macroestruturas

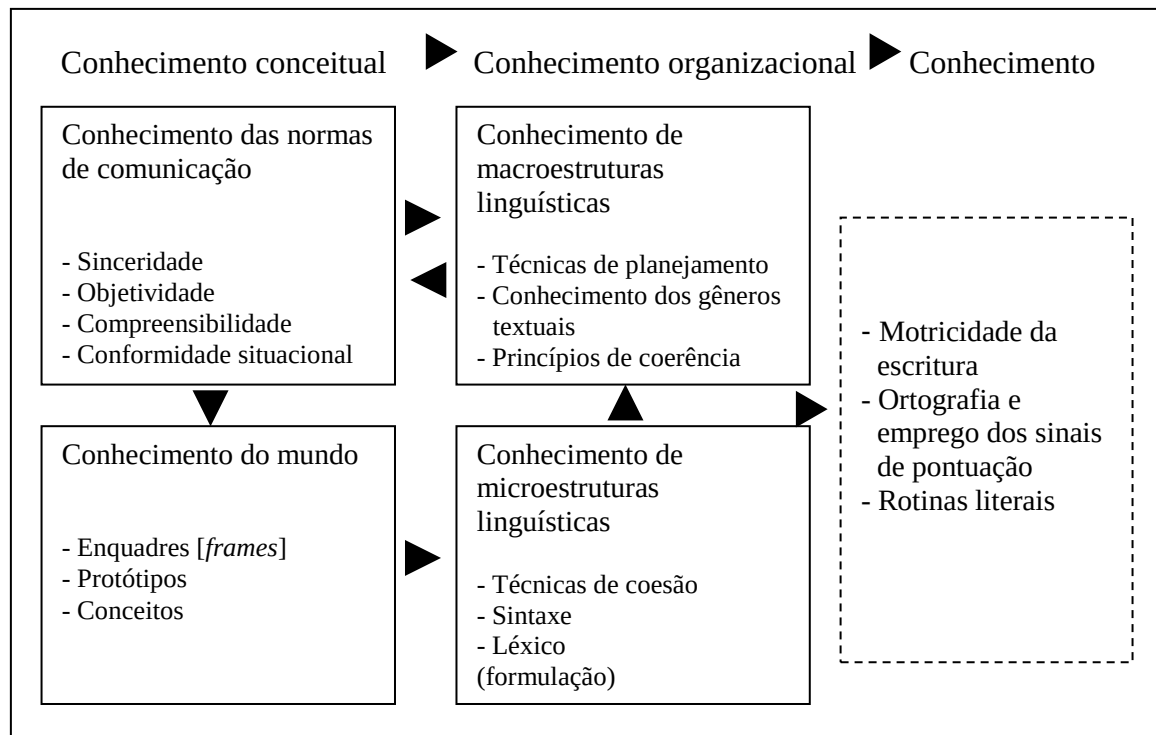
Feilke & Augst (1989) mostram-se céticos em relação à possibilidade de construir um modelo incontestado do desenvolvimento da competência escrita. Eles chamam a atenção para os problemas teóricos que surgem já na denominação da área do objeto de estudo; problemas, aliás, que se devem à falta de uma teoria empiricamente fundada sobre a aquisição da linguagem escrita e de uma teoria unanimemente aprovada do desenvolvimento psicológico: seria a aquisição da linguagem escrita, em resumo, um processo de maturação,

uma aquisição no sentido de Chomsky, um processo de socialização que precisa, apenas, ser interiorizado, ou um processo de aprendizagem que tem sua origem no indivíduo?

Diante desse dilema, os autores definem os processos de desenvolvimento como mudanças de conhecimentos que ocorrem dentro de um sistema cognitivo. Para explicar essas mudanças, eles recorrem, entre outras coisas, às condições de ação e de comunicação. Num terceiro passo, os níveis do sistema cognitivo e os da ação comunicativa são relacionados, uns com os outros, com o fim de fazer pressuposições a respeito do decorrer ou da direção dos processos em questão.

De acordo com essa concepção, no primeiro ponto de análise encontra-se um modelo cognitivo (Figura 7). Retomando o modelo de ação proposto por Leont'ev (1975), Feilke & Augst (1989) distinguem entre três tipos de conhecimento que estão ligados hierarquicamente e que representam uma sequência gradativa do conhecimento consciente para o conhecimento inconsciente; trata-se, nomeadamente: do conhecimento conceitual, do conhecimento organizacional e do conhecimento de rotinas. O *conhecimento conceitual* inclui informações sobre as normas gerais de comunicação e o conhecimento do mundo, isto é, o conhecimento adquirido pela experiência. Na segunda posição, encontra-se o *conhecimento organizacional*, que diz respeito à questão de como o conhecimento conceitual pode ser realizado linguisticamente. Fazem parte do conhecimento organizacional, que, no sentido restrito, já pode ser considerado como um conhecimento linguístico: o conhecimento de macroestruturas linguísticas (por exemplo: o conhecimento de técnicas de planejamento) e o conhecimento das microestruturas linguísticas (por exemplo: o domínio de alternativas sintáticas e lexicais para a formulação e para o encadeamento de proposições). Em terceiro lugar, encontra-se a parte menos consciente do conhecimento, isto é, o *conhecimento de rotinas*. Ele não inclui apenas as rotinas da linguagem escrita, mas também os processos de planejamento relevantes na formulação e na estruturação dos textos (Figura 7).

Figura 7: Modelo cognitivo para a ontogênese da competência escrita (Feilke & Augst, 1989, p. 302)



Na figura 7, as setas entre os tipos mencionados de conhecimentos marcam as relações entre os diferentes parâmetros do desenvolvimento linguístico, cognitivo e sócio-cognitivo, os quais devem facilitar a formação de hipóteses. Desse modo, a seta entre o *conhecimento do mundo* e o *conhecimento de microestruturas* quer dizer que, com a ampliação e a complexificação progressivas do conhecimento do mundo, crescem também as exigências à competência linguística (cf. Augst & Faigel, 1986; Scardamalia, 1982 e Rickheit, 1975). Nesse modelo, uma posição-chave na aquisição das habilidades da linguagem escrita cabe ao desenvolvimento do conhecimento de macroestruturas, como componente psicológico de desenvolvimento, precisamente porque a macroestrutura, no sentido da psicologia cognitiva, organiza os processos “de cima para baixo” [*top-down*] na produção textual e influencia todas as outras características do texto.

Feilke & Augst (1989), uma vez que compreendem o processo de escrita como uma tentativa de resolver um problema complexo de comunicação, acrescentam ao modelo interativo dos componentes de conhecimento um modelo semioticamente fundado que divide os problemas comunicativo-acionais em três categorias, distribuindo-os, respectivamente, entre um espaço expressivo, um cognitivo e um social. Essas dimensões, para as quais o modelo *Organon* de Karl Buhler (1934) serviu de ponto de partida, são completadas por mais

um espaço, o dos problemas textuais, no qual desembocam todos os outros aspectos do problema. A homogeneidade do texto acabado vale como norma para a qualidade do texto. A dimensão *expressiva* do problema diz que, na aquisição da linguagem escrita, sob a perspectiva ontogenética, por causa da crescente distância afetiva, ocorre uma estruturação simbólica cada vez maior da comunicação expressiva (habilidade de dessintomatização [*Desymptomatisierungsfähigkeit*]). Quanto à dimensão *cognitiva* do problema, é preciso adquirir as habilidades necessárias para a verbalização e a descontextualização com o fim de compensar a falta de um contexto de ação compartilhado entre o autor e o leitor, e para contrabalançar o fato de o contexto semântico ter uma influência mais forte no texto escrito. Feilke & Augst (1989) consideram a dimensão *social* do problema como especialmente difícil. A comunicação escrita exige, ou melhor, possibilita a formação de uma competência de contextualização porque, na produção textual escrita, todas as reações possíveis do destinatário têm que ser antecipadas e levadas em consideração. A dimensão *textual* do problema diz que as exigências que se fazem aos “textos”, no sentido da teoria de texto, trazem consigo, em cada modalidade, outros problemas. É nesse espaço, precisamente, que se exige a integração funcional de todas as dimensões já mencionadas dos problemas comunicativo-acionais; essa tarefa pode ser dificultada pelas relações mútuas que existem, no texto, entre os problemas acima expostos e por causa dos problemas que são condicionados genuinamente pela linguagem escrita — por exemplo: encontrar o ponto certo de partida (cf. Feilke, 1988). A competência de planejamento necessária para fazer essa integração exige que, na escrita, todas as consequências das ações sejam antecipadas mentalmente da melhor maneira possível (competência de reflexivação [*Reflexierungskompetenz*]).

Enquanto o modelo de Bereiter se baseou, em parte, nas próprias pesquisas do autor, o de Feilke & Augst (1989) consiste num modelo heurístico com determinadas hipóteses sobre o desenvolvimento da competência escrita. Esse último modelo, no entanto, abrange apenas aqueles processos do desenvolvimento cognitivo e linguístico que são necessários para resolver os mencionados problemas *comunicativos* da ação escrita [*kommunikative Schreibhandlungsprobleme*]. Uma vez que a aprendizagem da escrita é considerada, frequentemente, como uma aquisição de uma habilidade comunicativa, esse foco é razoável do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento. A atenção principal no estudo dessa habilidade concentra-se no desenvolvimento do conhecimento de macroestruturas cujos princípios de classificação, até agora, foram pouco investigados em pesquisas comparativistas.

Uma consequência do desenvolvimento [ontogenético] do componente de conhecimento é que os subprocessos da produção textual escrita, dependendo da idade e do conhecimento, são efetuados de modos diferentes. Os modelos sobre as estratégias de escrita apresentados em seguida descrevem como se conceitua e se analisa metodologicamente esse conhecimento.

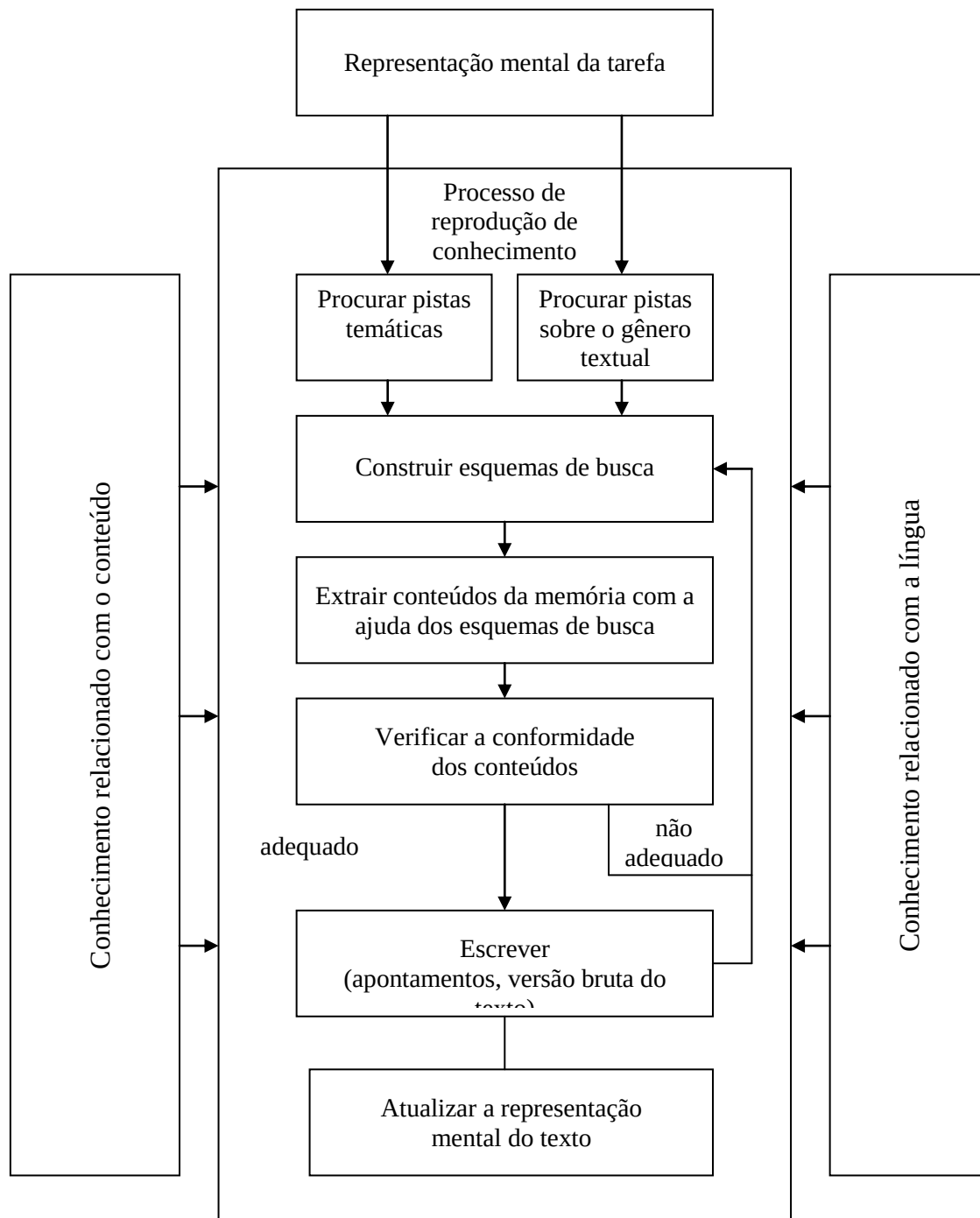
3.2. Ontogênese das estratégias de escrita

Scardamalia & Bereiter (1986 e 1987), por razões pedagógicas, ocupam-se das estratégias de escrita na perspectiva da psicologia do desenvolvimento. Os autores estudaram as estratégias de escrita usadas por alunos e por estudantes universitários e tentaram promover um progresso no seu domínio, removendo dificuldades ou obstáculos através de uma técnica chamada de *procedural facilitation* [facilitação procedimental] (um método que tenta remediar os processos deficientes ou imperfeitos através de instruções estratégicas).

Suas pesquisas deram origem a dois modelos de estratégias: o chamado *knowledge telling model* [modelo da reprodução do conhecimento], uma estratégia que visa à mera reprodução de conhecimento na escrita; e o *knowledge transforming model* [modelo da transformação do conhecimento], uma estratégia de escrita na qual o conhecimento é alterado pelo processo de produção. Do ponto de vista formal, esses modelos correspondem ao esquema de resolução de problemas, com foco principal no processo da geração de conteúdo.

A estratégia de simplesmente reproduzir o conhecimento (*knowledge telling model*), que Scardamalia & Bereiter descrevem como a abordagem típica dos iniciantes, permite a geração de conteúdos sem fazer um planejamento abrangente ou ter uma meta pré-estabelecida, isto é, sem recorrer aos costumeiros métodos de resolver problemas na escrita (Bereiter & Scardamalia, 1985). Todavia, esse método funciona apenas quando estão envolvidos um gênero textual familiar e um tema atrativo. Com essa técnica, o conhecimento conteudístico e linguístico sobre o tema são reproduzidos de modo associativo, praticamente sem terem sido filtrados (Figura 8).

Figura 8: Estratégia da reprodução de conhecimento [*knowledge telling model*] de acordo com Scardamalia & Bereiter (1986, p. 62)



Com base numa representação mental da tarefa, determinam-se palavras-chave temáticas e específicas do gênero textual com o fim de coordenar os processos de busca na memória. Essas palavras-chave ativam automaticamente conceitos coesos, no sentido de uma *spreading activation* [ativação expansiva] (Andersen, 1983). Nesse tipo de ativação da memória, extraem-se, essencialmente, essas informações que estão mais próximas ao contexto

imediatos ou à origem da ativação. Em geral, esse processo leva, automaticamente, a textos coerentes, sem que o escritor precise garantir essa coerência através de processos de planejamento. Cada unidade textual escrita serve, por sua vez, como mais uma fonte de palavras-chave relacionadas com o tema e específicas do gênero textual em questão e, desse modo, intensifica a tendência de formar um texto coerente. O conhecimento literário ou uma aplicação propositada e consciente do conhecimento de experiência têm um papel secundário para a coerência e o estilo de um texto produzido por essa estratégia.

Por ter vantagens óbvias, essa estratégia de escrita é mantida frequentemente, até a idade adulta: ela permite uma escrita rápida e não exige muito mais processos de planejamento, de estabelecimento de metas e de revisão do que uma conversação normal. Servindo-se dessa estratégia, as crianças, desde já, podem aplicar na produção textual escrita as suas estratégias conversacionais mais desenvolvidas e avançadas (Bereiter & Scardamalia, 1982). Segundo Bereiter & Scardamalia, há numerosas provas que corroboram a plausibilidade do modelo para essa estratégia: os escritores iniciantes “apegam-se” aos esquemas textuais literários com os quais estão familiarizados e escolhem conteúdos sem pensar muito no receptor (cf. também a *writer based prose* [prosa baseada no escritor] cf. Flower, 1979). Índícios nos protocolos de pensamento em voz alta [*think-aloud protocols*] e nos relatos de experiências próprias, os quais possam caracterizar um estabelecimento de metas, um planejamento ou outros comportamentos de resolução de problemas mostram-se, na melhor das hipóteses, apenas no nível local. Por conseguinte, o tempo de “arranque” para começar a escrever não depende da dificuldade da tarefa de escrita, e o tipo de coerência dos textos produzidos condiz com as expectativas do modelo. Comportamentos semelhantes foram observados nas atividades de revisão realizadas por escritores iniciantes e nas estratégias de leitura aplicadas por eles (Bereiter & Scardamalia, 1987).

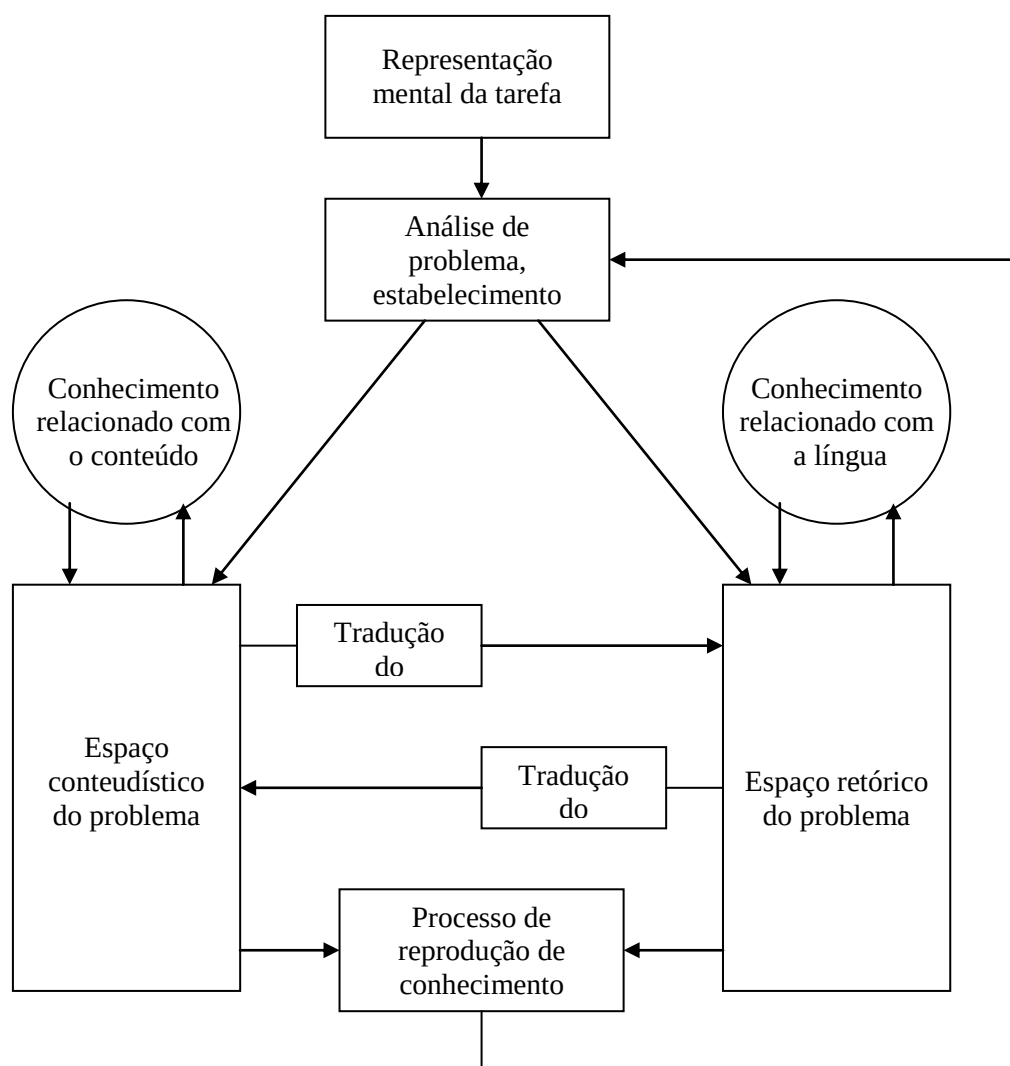
Diferentemente ao modelo da reprodução de conhecimento, o modelo da transformação de conhecimento [*knowledge transforming strategy*] inclui uma série de métodos de resolução de problemas. Essa estratégia avançada de escrita inclui, ainda, o modelo mencionado primeiramente como um subprocesso que se passa dentro de um processo complexo de resolução de problemas. Não se trata, então, de um refinamento do primeiro modelo e nem de uma completa novidade.

Na estratégia da transformação de conhecimento, pressupõe-se, no sentido de Newell (1980), a existência de um espaço conteudístico e de um espaço retórico de problema. O termo “espaço de problema” refere-se a uma unidade abstrata que se constitui de diferentes estados de conhecimento e de operações que servem para transferir um estado de

conhecimento para o próximo. No exemplo em questão, pressupõe-se que o espaço conteudístico de problema inclui as convicções do escritor, as quais podem ser modificadas por operações como a conclusão ou a formação de hipóteses. O espaço retórico do problema, por sua vez, constitui-se de representações da situação retórica, isto é, do texto e das metas ligadas a ele. Conforme essa concepção, é no espaço retórico do problema que se discute a relação entre os conteúdos e as possíveis reações do leitor. Os estados de conhecimento no espaço retórico do problema são influenciados por operações com as quais são alteradas as metas ou as relações entre o texto e as metas.

A transformação de conhecimento pela produção textual escrita passa-se no espaço conteudístico do problema, quando há um efeito recíproco entre o espaço conteudístico e o espaço retórico do problema. Para efetuar esse processo, é preciso traduzir problemas do espaço retórico do problema em metas parciais que se realizam no espaço conteudístico do problema e vice-versa. Eis um exemplo: o problema retórico de organizar uma afirmação de modo claro e convincente pode ser traduzido em metas parciais como “gere exemplos para um conceito”, “justifique uma convicção”, “gere passos intermediários numa cadeia de argumentos”, etc. Essas operações são realizadas no espaço conteudístico do problema e podem, por sua vez, ter um efeito retroativo sobre as convicções do escritor. Surgem, por exemplo, novas referências, novas relações ou novas metas para iniciar novas reflexões. Desse modo, o efeito recíproco dialético entre ambos os espaços do problema pode modificar o conteúdo e a estrutura do conhecimento (Figura 9).

Figura 9: Modelo da transformação de conhecimento [*knowledge-transforming-strategy*] de acordo com Scardamalia & Bereiter (1987, p. 146)



Ainda que a maneira como as informações são extraídas da memória seja idêntica em ambos os modelos, há uma diferença na qualidade dos conteúdos ativados na memória: na estratégia da transformação de conhecimento, as submetas retóricas têm um papel muito maior. Por conseguinte, as informações extraídas não se harmonizam apenas com o tema e o gênero textual, mas também com os fatos concretos da situação retórica. À medida que o escritor obtém progressos na prática da produção textual escrita, os textos, em muitos casos, quase não deixam mais transparecer por qual estratégia foram produzidos, mas, ainda assim, algumas diferenças características permanecem, tais como: a falta ou a presença de metas e submetas estrategicamente formuladas, de critérios para a busca e de outros componentes dos processos de resolução de problemas.

O fato de o modelo da reprodução de conhecimento ser integrado no modelo mais avançado deixa supor que se trate de estágios universalmente válidos no desenvolvimento da escrita. É mais provável, no entanto, que alguém que dispõe na escrita de uma acentuada estratégia de transformação de conhecimento tenha assumido, desde o início, uma atitude diante da escrita que foi orientada por metas (cf. Britton, 1982; Scardamalia & Bereiter, 1982). A estratégia mais madura abre novas possibilidades para o escritor. Assim, pois, ele pode fazer alterações entre as diferentes atividades de escrita; pode verificar, permanentemente, sua conformidade e é capaz de coordenar os seus resultados. A aplicação de processos heurísticos de busca aumenta a probabilidade de encontrar os conteúdos adequados. A convivência com diferentes representações mentais de textos facilita um trabalho intelectual mais direcionado e mais exato: representações literais, representações pormenorizadas do conteúdo (microproposições) ou do sentido geral (macroproposições) e representações da estrutura, dos problemas e das metas permitem uma diagnose mais exata dos erros e oferecem possibilidades para momentos criativos que não podem ser esperados na estratégia da reprodução do conhecimento.

4. Da idéia para a palavra: a escrita como produção de linguagem

Do ponto de vista histórico, a pesquisa da escrita recebeu impulsos essenciais, também, da pesquisa sobre a produção de linguagem oral. Por essa razão, foram desenvolvidos alguns modelos cujos componentes têm sua origem nas comunidades e nas diferenças entre a fala e a escrita. No centro desses modelos, encontra-se a tradução de pensamentos (supostamente) não-verbais em linguagem oral e escrita. Em comparação com os modelos descritos nas seções precedentes, nos quais se modelou todo o processo de escrita e os componentes do conhecimento, trata-se aqui de uma tentativa de descrever o processo da organização com seus níveis de planejamento. Os modelos desenvolvidos aqui contêm, como componentes, categorias linguísticas que devem marcar os níveis da verbalização de pensamentos em orações e as diferenças linguístico-estilísticas entre a fala e a escrita.

Atualmente, a mais abrangente modelação da produção de linguagem oral é oferecida por Levelt (1989a e 1989b). Seu modelo processual compreende vários módulos que trabalham de modo paralelo: um módulo para o *processamento conceitual* (planejamento de conteúdo e controle dos processos de produção de linguagem), um *formulador* (codificação gramatical e fonológica), um *articulador* (regulação da motricidade de fala) e um módulo para a compreensão (reconhecimento dos sons, decodificação fonológica e gramatical), que é necessário para o controle da própria produção de linguagem. O caminho que leva do

pensamento à palavra começa com a mensagem pré-verbal, continua com a linguagem interior e conduz ao enunciado, do qual se extrai a mensagem pós-verbal com o fim de controlar o resultado. Levelt comprova o fluxo desses processos, sobretudo, com uma coleção de falhas ou lapsos de linguagem e através do comportamento em autocorreções.

Uma vez que as análises de erros em textos apontam para os mesmos métodos no processo da organização escrita (veja: Daiute, 1986; Kaufer *et al.*, 1986; Nystrand, 1982a; Hotopf, 1983; Wiese, 1989), há várias razões para considerar a produção oral e a produção escrita de textos como amplamente equivalentes; pelo menos sob o aspecto da “verbalização” (no sentido de verbalização de pensamentos não-verbais). Nos modelos conhecidos, esse caminho da produção de linguagem é dividido, geralmente, em três níveis (ver seção 4.1). Outro foco é formado pela pesquisa sobre o fluxo observável do processo de organização (ver seção 4.2).

4.1. Níveis da produção de linguagem

Nesta seção, vários modelos da produção de linguagem escrita serão descritos e comparados com os níveis da produção oral de linguagem.

Um típico modelo de níveis de produção de linguagem encontra-se em Hermann & Hoppe-Graff (1989). Eles distinguem como níveis de produção um nível de *atualização* e de *focalização de conhecimento*, um nível de *seleção* e *linearização* e um de *codificação verbal*.

(1) De acordo com essa concepção, o que acontece primeiramente é a atualização e a focalização de um conhecimento. Encontrado o tema de interesse, a seleção do conhecimento atualizado está sujeita a diversas restrições, tais como as próprias experiências e as conclusões que se baseiam nelas, o objetivo da atividade e as particularidades da situação comunicativa e dos parceiros de comunicação. Os autores usam o termo foco para referir-se a essa temática do texto relacionada com o objetivo e o parceiro. O foco é fundamento mental (informacional, cognitivo, proposicional) da produção textual.

(2) Contudo, apenas uma parte das informações focalizadas é verbalizada (seleção de input). Além disso, acontece que os componentes selecionados do foco são selecionados e codificados verbalmente numa determinada sequência (linearização do input). Para o controle desses processos, os autores pressupõem que se apliquem procedimentos esquemáticos de linearização que os parceiros de comunicação aprenderam de uma maneira ou de outra: desse modo, o procedimento usual de linearização é realizado, por exemplo, de acordo com o princípio de dizer ou escrever as coisas na sequência na qual costumam suceder ou na qual aconteceram de fato (cf. também: Flammer *et al.*, 1985).

(3) No próximo passo, esse input, que ainda não tem uma forma verbal, tem que ser traduzido para a linguagem oral ou escrita. Esses processos de codificação são subdivididos em codificação sintática, lexical e prosódica. A realização articulatória ou motora da escrita durante a produção textual, embora se aplique separadamente, representa uma outra codificação. Como processos de codificação verbal, pode-se mencionar, por exemplo, a seleção da posição de palavras, a pronominalização ou o uso de socioletos. Uma vez que a codificação verbal representa o último nível de planejamento nesse modelo de produção de linguagem, ela depende funcionalmente dos processos de planejamento introdutórios, ou seja, da focalização, da seleção e da linearização. Ainda assim, Herrmann & Hoppe-Graff não compreendem o processo da produção de linguagem como uma sequência rigidamente linear de fases processuais, mas como processos que ocorrem paralelamente em diferentes níveis. Os resultados dos processos de planejamento atuais de um nível representam simultaneamente os “dados” para os processos nos outros níveis.

Semelhante modelo trifásico foi proposto por Chafe (1977 e 1979). Ele postula três tipos de estruturas textuais: primeiramente, uma *estrutura semântica*, isto é, proposições que o produtor de linguagem gera com base no seu conhecimento do mundo; em segundo lugar, uma *estrutura de superfície*, quer dizer, uma configuração linearizada da estrutura semântica e, em terceiro lugar, uma *estrutura fonética* que é o resultado da tradução da estrutura de superfície em sons. Usando um vocabulário diferente (cf. Schlesinger, 1977), instauram-se, aqui, de princípio as mesmas cesuras como no modelo de Herrmann & Hoppe-Graff. O que distingue o último é a importância dada ao objetivo e ao parceiro de comunicação, na fala e na escrita, em todos os níveis de produção (cf. também: seção 4.3).

Outro modelo de níveis, no qual o conceito da coerência ocupa o centro, foi desenvolvido por Frederiksen (1977). De acordo com essa concepção, há quatro níveis, nos quais o escritor tem que tomar decisões que tornam o texto coerente, tanto na sua estrutura profunda quanto na superfície. Para começar, no nível “mais profundo” do sentido do texto consegue-se a *coerência proposicional e funcional* através do estabelecimento das proposições e das funções ilocucionárias do texto. Em seguida, num nível imediatamente superior, tomam-se decisões sobre a *coerência temática* através de sequenciações adequadas. Em terceiro lugar, com relação à parte da formulação da produção de linguagem, Frederiksen fala de *decisões de coesão*. Essas servem para sinalizar, com adequados recursos linguísticos, a coerência presente no nível semântico. O quarto nível de decisão, finalmente, deve garantir a coesão dentro das orações pela *aplicação correta de regras gramaticais*, etc. Os diferentes níveis das decisões de coerência mostram que a coerência não é apenas um assunto do autor

(conexões no conhecimento do autor) ou do texto (conexões no texto), mas que ela depende, também, da relação para com o receptor (conexões entre a estrutura do texto e as estruturas de conhecimento do receptor).

Os modelos descritos aqui não diferenciam rigidamente entre a produção de linguagem oral e escrita. Quando são comparados com o modelo da produção de linguagem oral proposto por Levelt (1989a e 1989b), mostram-se diferenças, sobretudo, no nível conceitual (isto é, na geração da mensagem pré-verbal, segundo Levelt), que, é mais elaborado nos modelos da produção de linguagem escrita; além disso, sobressai, nesses modelos, que os processos da organização ou da verbalização, assim como o papel do léxico, são representados com pouca diferenciação. Essa ampla concordância tem sua razão de ser na origem científica de muitos pesquisadores da escrita e se mostra, entre outras coisas, pelo fato de que os autores mencionados acima, em geral, incluem, no seu modelo, ambas as modalidades de uso da língua.

4.2. Fluxo do processo de organização

De acordo com sua abordagem de resolução de problemas, Hayes & Flower (1980 e 1986) apresentaram um modelo do processo de organização na forma de um fluxograma. O ponto de partida é um elemento do plano (por exemplo: uma palavra-chave concernente ao planejamento de conteúdo ou uma instrução para si mesmo) que serve como esquema de busca. O tamanho que as unidades de planejamento atingem na organização — seja que se trate de partes de uma oração, de orações inteiras ou, até, de seções — depende da questão de quantos conteúdos devem ser transmitidos pelo ponto estrutural ou de qual capacidade de processamento de informação está à disposição do escritor. Hayes & Flower classificam como prova empírica do planejamento de uma parte sentencial os processos de busca que surgem nos protocolos do pensamento em voz alta [*think-aloud protocols*] na forma de questionamentos de si mesmo e, no comportamento, na forma de uma leitura repetida do contexto.

Essas explicações dizem alguma coisa sobre os processos de planejamento e de avaliação, mas servem pouco para explicar o que ocorre nas fases do processo de organização. Em outro lugar, Hayes & Flower revelam mais detalhes sobre a relação entre plano e texto (Hayes & Flower, 1986; Kaufer, Hayes & Flower, 1986): na maioria das vezes, pormenorizam-se fortemente os apontamentos feitos durante o planejamento de conteúdo e, caso seja necessário, interpõem-se extensos processos de geração. Além disso, existe uma relação dialética entre o plano e o texto; de modo que a sequência dos temas no plano

determina, frequentemente, a sucessão das orações correspondentes no texto, enquanto, do outro lado, é possível, também, por causa da obrigatoriedade da coesão na organização do texto, que as deficiências no plano sejam reveladas e corrigidas (cf. seção 3.2).

A dificuldade principal nos modelos descritos acima diz respeito à questão de como deve ser caracterizada a tradução dos pensamentos (supostamente) não-verbais em enunciados verbais. Do ponto de vista da teoria dos esquemas, essa “verbalização” representa uma série de atos interpretativos (cf. Chafe, 1977). Num primeiro passo, os conteúdos da memória são extraídos na forma de *chunks* [pedaços] (Miller, 1956) de diferentes tamanhos e estruturas. Os *chunks* são unidades subjetivas que não correspondem, necessariamente, a categorias gramaticais. Do ponto de vista psicológico, mostraram-se importantes as unidades semânticas [*gists*] e as unidades frasais [*phrasal units*] que podem ser delimitadas sintaticamente e segundo o critério do comprimento (Scardamalia & Paris, 1985). Durante a verbalização, esses *chunks* são divididos pelos processos de esquematização em unidades menores (mas ainda consubstanciais) que podem ser expressas em orações. No próximo passo, seleciona-se um enquadre (*frame*; cf. Minsky, 1975) que determina quais detalhes (personagens, objetos, etc.) devem ser mencionados para a caracterização da situação ou dos acontecimentos esquematizados. Os pensamentos são especificados verbalmente apenas quando se efetua a seleção das palavras através de processos de categorização.

Até esse ponto, é fácil estabelecer paralelos com o modelo de Herrmann & Hoppe-Graff (1989). Se, em seguida, serão escolhidas primeiramente as palavras para juntá-las em orações, ou se serão selecionados os esquemas oracionais para preenchê-los com palavras, é uma questão ainda não respondida claramente por nenhum dos dois modelos mencionados. Os resultados da produção de linguagem oral mostram que há provas para ambas as possibilidades (veja Beaugrande, 1984). De uma maneira geral, ao tomar com fundamento a gramática gerativa, pressupõe-se que, na fala, são produzidas unidades que correspondem a uma *clause* [frase] (por exemplo: Fodor, Bever & Garrett, 1974). As decisões sobre o uso de elementos coesivos, mencionadas no modelo de Frederiksen, conferem à seleção das palavras um papel decisivo. Beaugrande (1984) propõe um tipo de matriz com parâmetros que permitem examinar as características das palavras que podem ser contempladas com vista a certos critérios. Nesse processo, é o contexto que determina as características que uma palavra deve ter para ultrapassar o limite desse filtro. Todavia, quando se toma em consideração a interatividade comprovadamente alta das diferentes fases da verbalização (Levelt, 1989a e 1989b), algumas das questões acima mencionadas mostram-se como supérfluas ou sem resposta.

4.3. Estratégias da produção de linguagem

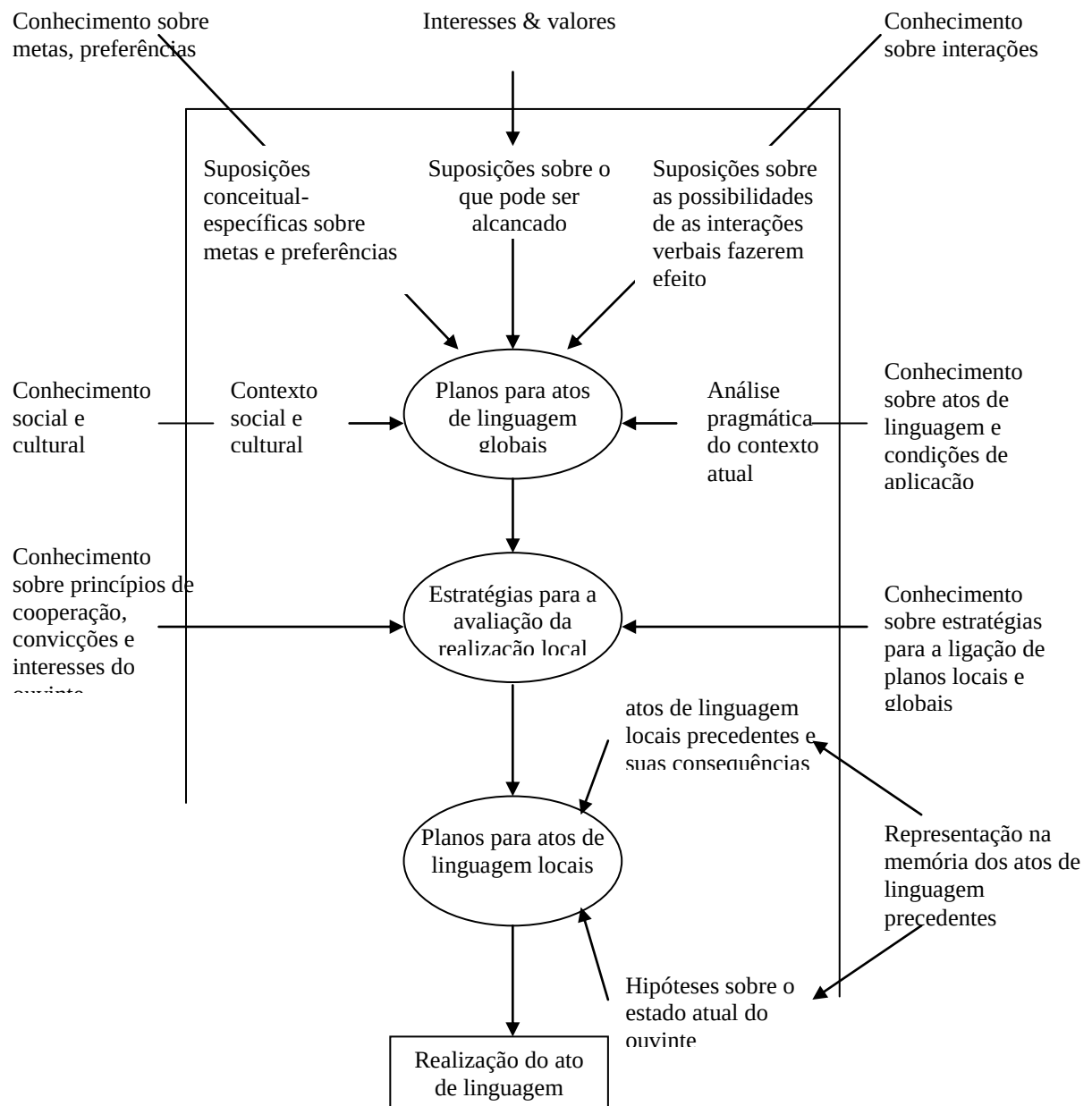
Partindo de uma abordagem no contexto da teoria da atividade, van Dijk & Kintsch (1983) apresentam um modelo abrangente de estratégias que mostra as relações mútuas entre as diferentes estratégias de planejamento e de avaliação durante a produção textual. Mesmo referindo-se à produção de linguagem oral, o modelo pode ser transferido, sem dificuldades, para a produção de linguagem escrita. Uma propriedade fundamental dessa abordagem é a diferença que se estabelece entre as características observáveis das ações e as características da representação cognitiva dessas ações. Os efeitos ou as consequências das ações são chamados de metas; cognitivamente, as ações são representadas como intenções e as metas, como finalidades. As metas são controladas pelas motivações do agente. As finalidades das ações também dependem desse sistema motivacional.

A produção de linguagem é considerada como uma sequência de diferentes ações e macroações [*macroactions*] cujas representações cognitivas são chamadas de planos. Para poder realizar esses planos de uma maneira efetiva, é preciso ter estratégias. Van Dijk & Kintsch analisam pormenorizadamente planos pragmáticos, semânticos e organizacionais e realçam, nessa discussão, as dependências mútuas entre as estratégias necessárias para a realização desses planos (Figura 10).

Nas suas conclusões sobre a estratégia da produção de orações, os autores afirmam, por exemplo, que, em princípio, qualquer informação do nível semântico ou pragmático pode ser reproduzida por palavras na superfície do texto e que as palavras da estrutura de superfície já podem ser selecionadas antes de ter formada uma representação semântica ou pragmática completa. A figura 10 mostra (indo de fora para dentro) quais conhecimentos são filtrados e combinados por quais suposições e análises atuais, com a finalidade de levar aos planos e às estratégias subjacentes ao ato de linguagem em questão.

O modelo corrobora os modelos de níveis da seção anterior, no que diz respeito ao modo e ao conteúdo dos níveis do componente organizacional. Todavia, o modelo de van Dijk & Kintsch focaliza as estratégias para a realização dos processos nos diferentes níveis e para a conexão mútua desses níveis. Nessa abordagem, há interesse, também, pelo conhecimento e pela motivação de como componentes que, durante o planejamento e a realização, fornecem os elementos da representação cognitiva.

Figura 10: Interação das estratégias de produção de linguagem
(cf. van Dijk & Kintsch, 1983, p. 271)



5. Estratégias para tarefas específicas da produção textual escrita

Esta seção heterogênea inclui modelos sobre estratégias de escrita relacionadas a tarefas, a pessoas e a situações. Quanto ao princípio de construção, esses modelos estão comprometidos com a abordagem da resolução de problemas e, na maioria das vezes, não apresentam idéias fundamentalmente novas na sua concepção. Todavia, os seguintes exemplos devem mostrar como os resultados da pesquisa, através de novas focalizações, de outra diferenciação e de uma recombinação de diferentes componentes de modelos já

existentes, contribuem para a explicação de fenômenos observáveis na escrita e como se pode chegar a interessantes questões para futuras pesquisas.

5.1. Adaptações do modelo de Hayes & Flower (1980) para tarefas específicas

A popularidade de um modelo pode ser medida, entre outras coisas, pelo número das suas adaptações a tarefas específicas. No que diz respeito ao modelo de Hayes & Flower, essa afirmação será ilustrada por dois exemplos: a escrita em língua estrangeira e a redação de abstratos bibliográficos.

5.1.1. A escrita em língua estrangeira

Com o objetivo de representar, numa forma dinâmica, as características típicas da escrita em língua estrangeira, Börner (1989) acrescenta ao contexto da tarefa e aos processos cognitivos mencionados no modelo original de Hayes & Flower aqueles aspectos que resultam, necessariamente, do bilinguismo ou multilinguismo da escrita em língua estrangeira: numa reprodução de um texto lido ou ouvido, por exemplo, adicionam-se o texto de fonte na língua estrangeira (L_2); os processos de escrita, parcialmente, na língua materna (L_1) ou numa interlíngua (L_{int}); o texto alvo numa interlíngua geralmente imperfeita (L_{int}) e o texto de correção do professor na língua estrangeira correta (L_2). De resto, Börner não altera nada em substância na estrutura predeterminada do original.

Como no original, Börner descreve o nível dos processos da escrita “planejamento — organização — revisão” com o “monitor”, a instância de controle cognitivo, cujas partes linguísticas são realizadas, supostamente, na interlíngua (L_{int}), mas, possivelmente, com participação, também, da língua materna (L_1).

No centro da representação do contexto da escrita, encontra-se a interação ensino — aprendizagem que ocorre durante o exercício de escrita. Como componentes adicionais, Börner acrescenta as instruções específicas para o planejamento e a organização, e a sequência tripla de intertextos que resultam do típico exercício de escrita em língua estrangeira (o texto de fonte, o texto alvo e o texto corrigido como retroalimentação). Contraposto a esses componentes, encontra-se, no lado do ensino, outro aspecto do contexto da tarefa, nomeadamente, o nível que se refere ao planejamento, ao gerenciamento e à avaliação dos mencionados processos de escrita: aqui, são levados em consideração os resultados, as suposições e as colocações da didática da escrita em língua estrangeira, como fatores que influenciam o “monitor” e, portanto, a realização dos processos de escrita.

A adaptação à escrita em língua estrangeira exige acréscimos em quase todos os componentes do modelo original de Hayes & Flower; o que não é surpreendente diante do papel onipresente da língua. No modelo de Börner, a progressão didática, as indicações de metas para a escrita, a organização de tarefas, os processos de escrita propriamente ditos, a retroalimentação e a avaliação aparecem como um círculo de interações entre o professor, o aprendiz e os textos, as quais são levadas a efeito de acordo com os princípios gerais da escrita, da aprendizagem da escrita e do ensino da escrita em língua estrangeira.

5.1.2. Redação de abstratos bibliográficos

Como tarefa de escrita, a origem dos abstratos para bancos de dados bibliográficos (*abstracting*) distingue-se pelo fato de ter, como objetivo superior, a redução e a compressão de conteúdos. Com efeito, esse tipo de produção textual exige do analista de conteúdo muito conhecimento profissional implícito, mas, por outro lado, há também métodos especializados à sua disposição que se assemelham às técnicas mentais usadas para resumir um texto (ver seção 5.2). Brigitte Endres-Niggemeyer (1989 e 1993) desenvolveu um modelo que focaliza, particularmente, a realização do processo de geração de conteúdo. Diferentemente do modelo original de Hayes & Flower, o documento original, do qual se extrai quase todo o conteúdo do texto resumido, faz parte do contexto da tarefa. Paradoxalmente, o processo da geração de conteúdo, que domina tudo, consiste, na sua maior parte, em processos para a redução de informação; assim, pois, vê-se, num primeiro momento, uma sequência de processos de leitura em alta velocidade (*scanning*) que têm o fim de construir mapas conceituais e de classificar os documentos relevantes de acordo com o conteúdo e a forma; num segundo momento, ocorre, então, a seleção dos recortes textuais que devem ser lidos e resumidos. Nesse ponto, Endres-Niggemeyer recorre à teoria da macroestrutura proposta por Kintsch & van Dijk (1978). A estrutura do texto alvo, então, é determinada nos processos de planejamento. Diversas variáveis controlam essa parte da tarefa de escrita, por exemplo: o produto desejado, o receptor, as condições de trabalho, os recursos disponíveis, etc. Semelhante detalhamento específico da tarefa é apresentado para o processo de revisão, que é aperfeiçoado por métodos profissionais (fixados por instruções e normas) de validação e de representação de conhecimento.

Esse modelo representa o primeiro passo para o desenvolvimento de um modelo de desempenho [*performance*] que sirva como fundamento de um sistema implementável para peritos, baseado no conhecimento. O objetivo de alcançar a capacidade de simulação exige uma representação mais diferenciada dos componentes de conhecimento e uma reestruturação

desses componentes, no sentido de definir um processo como programa operacional com input e output, armazéns de conhecimento e estruturas de trabalho.

5.2. Reprodução de texto

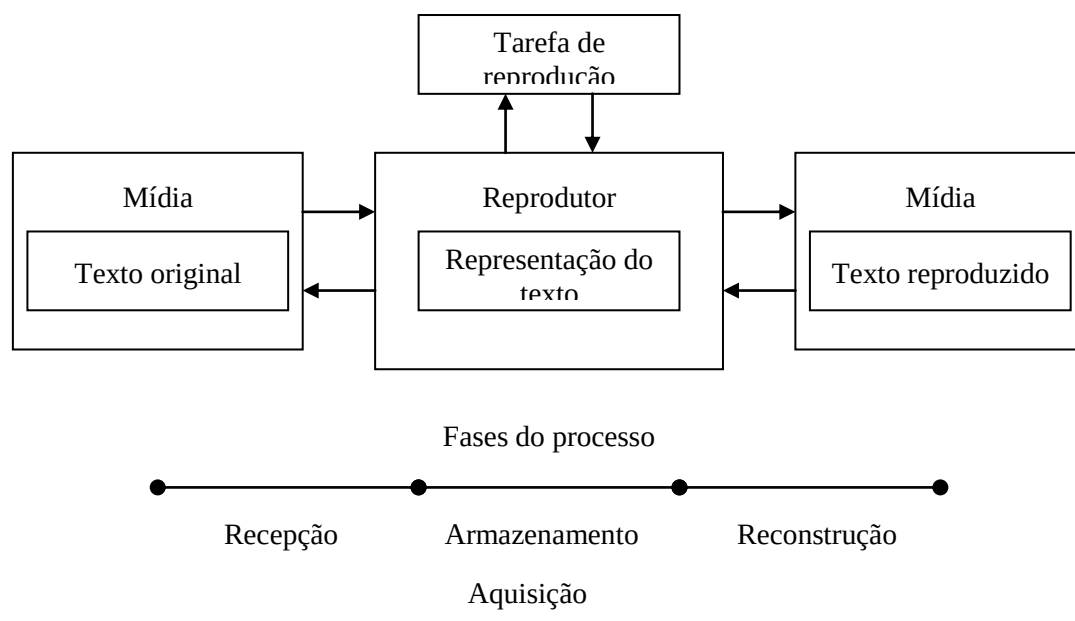
Num caminho indireto, os processos da produção textual foram compreendidos, também, como produto secundário da pesquisa sobre a recepção de texto. A reprodução de um texto na forma de um resumo oral ou escrito representa um método padrão para se verificar quais processos de compreensão foram realizados. Esse tipo de reprodução de texto, como caso especial da produção de texto, leva à suposição de que, na reprodução, se passam inversamente os mesmos processos como na compreensão de texto. Um exemplo para essa conceituação é o esquema apresentado em Schnotz, Ballstaedt & Mandl (1981). No centro desse esquema, encontram-se os processos redutivos que, na compreensão do texto, condensam as informações e, também, os processos de concretização que se passam na reprodução oral ou escrita do texto fonte; estes últimos são os processos dos quais — a partir da estrutura semântica condensada — são derivados, novamente, os detalhes verbalizados. O esquema baseia-se na teoria da macroestrutura de van Dijk (1977 e 1980) e dá uma idéia do caráter construtivo da compreensão e reprodução. Ele mostra como, em diferentes níveis da estrutura profunda do texto, as informações, para serem compreendidas e memorizadas, são, em uma parte, resumidas e, em outra, completadas por associações específicas do leitor.

A teoria de construção, que, originalmente, visou a explicar a recepção de texto, desenvolveu-se, desse modo, para uma teoria da reconstrução da reprodução de texto (Rickheit & Strohner, 1989). De acordo com essa teoria, o que ocorre na reprodução de um texto é que se reconstrói uma unidade significativa com base nos fragmentos disponíveis da memória (Weaver & Kintsch, 1987). Várias teorias assumem um papel importante na teoria da reconstrução, nomeadamente: a teoria de proposições, a teoria de esquemas [*schemata theory*] e os seus desenvolvimentos posteriores, a teoria de roteiros [*script theory*] e a teoria de cenários [*scenario theory*], assim como a teoria de gramáticas narrativas [*story grammar theory*] e a teoria sobre as ações para a resolução de problemas no texto (quanto às fontes originais e a uma visão geral sobre essas teorias, cf. Ballstaedt *et al.*, 1981; Rickheit & Strohner, 1989). O que se tenta com essas teorias é representar os conhecimentos que levam à gênese da estrutura do conteúdo do texto reproduzido; conhecimentos esses que já foram mencionados, também, nos modelos de níveis sobre a produção de linguagem.

Numa tentativa de integrar, em uma única teoria abrangente, todos os diferentes aspectos atualmente conhecidos da produção de texto, Strohner (1987) desenvolveu um

modelo da reprodução de texto do ponto de vista sistêmico (Figura 11). Como componentes do sistema de reprodução textual, Strohner indica o texto original, o texto reproduzido e o reprodutor com suas representações mentais do texto original. Como condições contextuais que podem influenciar o sistema, são mencionadas a mídia do texto e a tarefa de reprodução. São levadas em conta, também, as três fases nas quais ocorre o processamento de dados, isto é, a recepção do texto, sua memorização e sua reconstrução. A aquisição ontogenética da habilidade de reproduzir textos é considerada como uma mudança da capacidade de processamento e de armazenamento que ocorre na aquisição natural e na aquisição em situação formal de língua.

Figura 11: O sistema da reprodução de texto com seus componentes, suas condições contextuais, as fases processuais e a aquisição ontogenética da reprodução de texto (Rickheit & Strohner, 1989, p. 230)



Com o objetivo de integrar os resultados de pesquisa já existentes, Rickheit & Strohner resumem, na discussão dos componentes do seu modelo, o que se sabe, atualmente, sobre cada um dos pontos mencionados. No texto original, são as características do texto que contribuem para uma melhor reprodução (por exemplo: resumos e títulos). No reprodutor, são indicadas as propriedades que influenciam a qualidade da representação textual do texto original (por exemplo: o conhecimento do reprodutor, suas emoções e suas habilidades de auto-regulação). Entre as condições contextuais, é o tipo da tarefa de reprodução (por exemplo: reprodução livre do texto, reconhecimento do texto) que determina o detalhamento e a qualidade da reprodução do texto. Quanto à influência da mídia, chama-se a atenção para o

fato de o leitor e o ouvinte se distinguirem por diferentes capacidades de compreensão e de reprodução. Durante a reprodução de texto, a representação do texto é construída de acordo com o princípio superior da constância do sentido (Hörmann, 1976); para poder cumprir esse princípio, é preciso que as inferências assumam um papel de destaque (Rickheit, Schnotz & Strohner, 1985). Quanto ao armazenamento do texto, sem o qual nenhuma reprodução de texto seria possível, os autores discutem as condições que facilitam a recordação do conteúdo do texto a curto e a longo prazo. Em comparação com as fases da recepção e do armazenamento do texto, a fase da reconstrução de texto distingue-se, antes de tudo, por controles cognitivos mais fortes, pela importância dos fenômenos da consciência e pelas estratégias para a resolução de problemas que completam e otimizam o processamento automático de dados.

A utilidade prática de um modelo sobre a reprodução de texto (por exemplo: para o desenvolvimento de medidas curriculares ou para bancos de dados em todas as áreas de comunicação) resulta do papel que a reprodução de texto assume na moderna sociedade de informações, como estratégia de aprendizagem e de leitura e como meio essencial para o armazenamento e a transmissão de informações.

5.3. A escrita como estratégia de resolver problemas

Nos modelos descritos até agora, um aspecto da escrita — sua reflexividade e, ligada a ela, a sua função “epistêmica” (ver seção 3.1.1 e 3.2) — ainda não foi esclarecido pormenorizadamente. Para poder representar o processo de escrita nesse sentido, não apenas como um *processo* de resolução de problemas, mas também como uma *estratégia* para resolver problemas, é preciso fazer uma abordagem que tenha em conta os processos mais fundamentais da produção de linguagem e os seus efeitos sobre as representações cognitivas. O aspecto da representação tem um papel central nesse contexto (cf. Eigler *et al.*, 1990): os “peritos” e os “iniciantes” têm, desde o início, uma consciência diferente do problema e, portanto, uma representação diferente da tarefa de escrita com a qual se deparam num dado momento (cf. também: Chi, Glase & Rees, 1982). O detalhamento e a complexidade dessa representação influenciam a seleção da estratégia de escrita. Outro aspecto da escrita reflexiva ou epistêmica encontra-se na participação e na qualidade dos processos de leitura envolvidos. As pesquisas mostram que quanto mais trabalho mental e elaboração de formulações próprias a tarefa de escrita exige do autor, mais muda o seu conhecimento durante a produção de texto (cf. Durst, 1987; Tierney *et al.*, 1989; Newell & Winograd, 1989; Molitor-Lubbert, 1991). O texto produzido até certo momento ganha progressivamente importância para o decorrer

subsequente do processo de escrita, se ele é continuamente avaliado sob aspectos semânticos e formais e se o resultado dessa avaliação é aproveitado como fundamento para o desenvolvimento semântico do texto em produção. Essa situação, na maioria das vezes, ocorre na revisão de um texto e na aplicação consciente de uma estratégia de escrita que visa a esclarecer as próprias idéias.

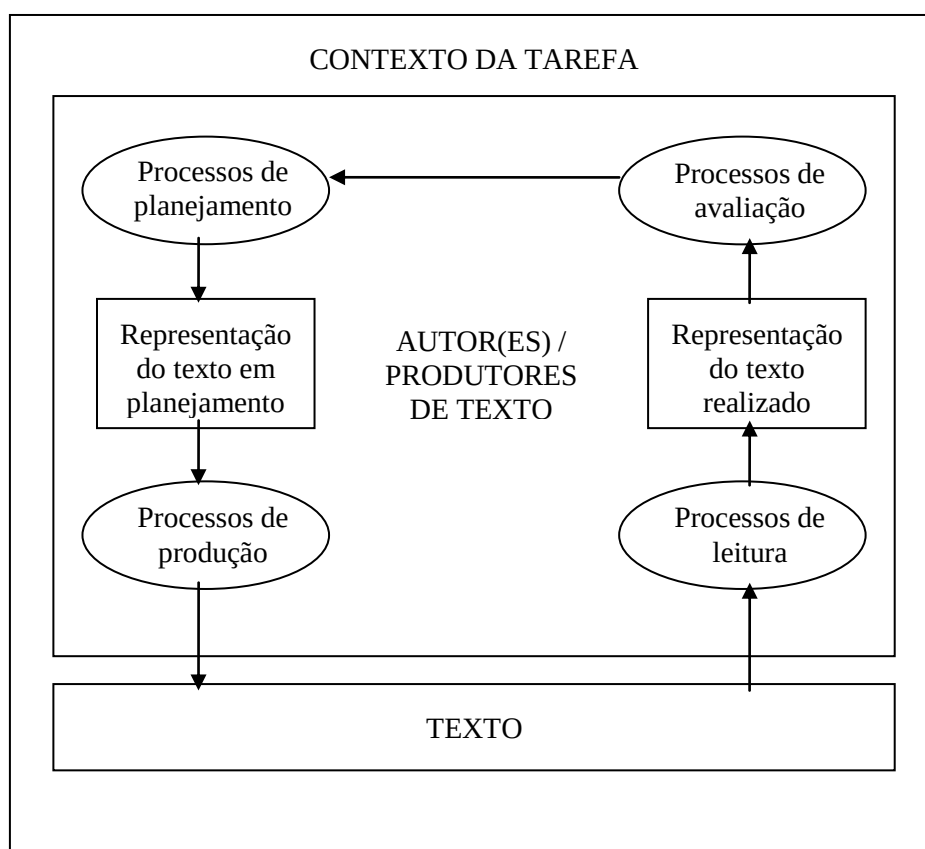
Diante da grande importância que, na pesquisa da escrita, é dada à revisão de texto (por exemplo: Faigley & Witte, 1983; Fitzgerald, 1987; Baurmann & Ludwig, 1985; Witte, 1985), convém apresentar, em seguida, um modelo exemplar sobre essa fase da produção textual. Ele foi proposto por Hayes *et al.* (1987) e constitui-se dos componentes *processos* e *conhecimentos*, cuja interação é descrita da seguinte maneira: o ponto de partida é definir a verificação do texto como tarefa a ser realizada; para conseguir esse objetivo e para estabelecer um fundamento para a avaliação do texto, revista-se o conhecimento em busca de objetivos, critérios e metas para textos e planos. Como processos de avaliação, usam-se processos de leitura com diferentes propósitos: por exemplo, uma representação para a compreensão do texto, uma representação das suas inconsistências e, eventualmente, uma representação do tipo de inconsistência. Dependendo do tipo de avaliação realizada, as inconsistências são apenas descobertas ou diagnosticadas, isto é, sintomaticamente determinadas; nesse último caso, cria-se uma representação bem ou mal definida do problema em questão. Os processos subsequentes dependem, então, da estratégia escolhida (por exemplo: ignorar ou adiar os problemas; continuar a busca com vista a uma diagnose; parafrasear o texto; etc.). Se for tomada a decisão de fazer uma revisão, é preciso escolher, entre os meios de expressão estilísticos e semânticos disponíveis, aqueles dos quais se espera um melhoramento do texto em relação a um objetivo específico (ver Hayes *et al.* 1987, p. 185).

Apoiando-se no modelo de ação proposto por Miller *et al.* (1960) (*Test – Operate – Test – Exit = TOTE*), é também possível esboçar uma parte da revisão de texto — a avaliação — como uma sequência de comparações, diagnoses e operações (cf. Bereiter & Scardamalia, 1987, p. 266). O chamado modelo *CDO* (*Compare – Diagnose – Operate*), de Bereiter & Scardamalia, faz da comparação entre a intenção e o que de fato foi escrito o ponto de referência para a avaliação.

Essa idéia é retomada também pelo modelo abaixo que a põe em relevo como uma característica da escrita reflexiva ou epistêmica (Molitor, 1984; Molitor-Lubbert, 1989a, 1989b e 1991). Num modelo da escrita epistêmica, é preciso esclarecer o papel central da interação entre o autor e o texto, a qual se realiza por meio de processos de leitura (Figura 12).

Representando os componentes principais nesse esquema, o *autor* e o *texto* estão confrontados como “parceiros” equivalentes que podem ser influenciados, cada um, por determinadas *condições contextuais*. Faz parte dessas condições tudo o que muda o estado mental e o conhecimento do autor ou a aparência do texto. Um segundo ponto central desse esquema é o papel das representações cognitivas, que representam tanto o produto quanto a matéria-prima dos processos citados.

Figura 12: Esquema de um processo reflexivo de escritura
(Molitor-Lubbert, 1991, p. 156)



A estrutura do esquema implica que a escrita epistêmica consiste na construção paulatina, na comparação e na adaptação mútua das representações cognitivas (intenção e realização). A *representação do texto em planejamento* refere-se a qualquer tipo de idéias que, durante a escrita, se formam sobre os conteúdos, a estrutura ou as formulações do texto. Logo, de acordo com essa conceituação, é possível que as unidades de planejamento sejam palavras isoladas, orações inteiras ou apenas metas. Os elementos dessa representação são materializados, ou seja, escritos por *processos de produção* (isto é, processos de produção de linguagem; ver seção 4). Assim, pois, eles podem ser lidos e avaliados. Pela *leitura* dos apontamentos, das orações isoladas ou das seções textuais, constrói-se uma representação daquilo que foi escrito realmente: *uma representação do texto realizado*. Nessa altura, torna-

se claro que o conceito de texto inclui tudo que foi escrito ou rabiscado e não se refere, apenas, ao texto acabado no sentido convencional. O texto previsto pode ser denominado, também, de plano; o texto realizado, de produto. A concordância entre o plano e o produto é verificada pelos *processos de avaliação*. Para alcançar esse objetivo, as duas representações são comparadas sob determinados critérios de avaliação (no sentido do modelo *CDO*, veja acima). O resultado dessa comparação, por sua vez, fornece as metas para os processos de planejamento subsequentes no mesmo nível ou em outros níveis da produção de texto. É de se pressupor que o conteúdo e a forma dessas representações cognitivas dependam da fase momentânea da produção textual: por exemplo: estabelecer metas; gerar novos conteúdos, formular uma oração num determinado contexto. Os peritos da escrita não são apenas capazes de construir essas diferentes representações, mas também de ligá-las mutuamente.

O esquema foi desenvolvido com base na análise de estratégias de escrita (estudos de caso) (Molitor, 1985). Como modelo heurístico, ele deveria estimular os pesquisadores a descrever a influência que as diferentes condições contextuais (por exemplo: a tarefa de escrita, a mídia da escrita ou do contexto social) exercem sobre o decorrer dos processos e dos grupos de processos em questão e sobre o conteúdo das diferentes representações. Nessa tarefa, os diferentes componentes podem ser especificados de acordo com as questões estudadas e podem ser elaborados ainda mais na forma de modelos detalhados. A arquitetura e os componentes do esquema (por exemplo: a forte focalização dos processos de leitura e o papel das representações cognitivas) foram conceituados de tal modo que as estratégias de escrita específicas das pessoas e das tarefas podem ser assinaladas nestes pontos onde a colaboração entre as condições contextuais, a estratégia de escrita e o produto escrito se põe mais claramente em evidência (cf. Jakobs, 1995 e Molitor-Lubbert, 1995).

6. A escrita como processo mental e linguístico: os limites do modelo

Os modelos apresentados dão uma primeira impressão sobre os componentes atualmente válidos na pesquisa da escrita e devem mostrar que não se pode observar a escrita fora de um determinado contexto social e psicológico (veja Bridwell & Beach, 1985). Em resumo, é possível afirmar que a escrita é compreendida, agora, como uma atividade que se associa a numerosos determinantes e a consequências sociais e psicológicas (cf. as coletâneas de Gregg & Steinberg, 1980; Whiteman, 1981; Nystrand, 1982b; Martlew, 1983; Mosenthal, Tamor & Walmsley, 1983 e Antos & Krings, 1989).

Revendo os modelos anteriormente descritos com um olhar mais aguçado, vê-se que nenhum deles se mostra como um modelo universal para a explicação ou, pelo menos, a

descrição de todos os fenômenos já conhecidos da escrita. Além disso, os modelos mostram — cada um do seu ponto de vista — como a distinção entre “mental” e “verbal” é um assunto precário. Definir o verdadeiro conteúdo dos processos “mentais” é tão difícil como determinar o limite entre “mental” e “verbal”. Por outro lado, há muitos problemas de escrita que fortalecem a opinião de que esse limite existe.

No que diz respeito à validade geral dos modelos descritos, existem, por princípio, várias possibilidades:

- a) Um modelo representa um tipo de algoritmo sobre o processo de escritura. Como prova da sua validade, serve, na maioria das vezes, a possibilidade de simular o processo em questão no computador. Esse tipo de modelo encontra-se, antes de tudo, nos modelos pormenorizados de Hayes & Flower e na adaptação desses modelos por Endres-Niggemeyer (1989) que, desse modo, demonstra, também, sua aproximação à pesquisa em Inteligência Artificial (IA).
- b) Os modelos podem ser descritivos na medida em que categorizam os fenômenos observados e os encaixam em contextos significativos, de acordo com o estado relevante da pesquisa. Essa afirmação vale, por exemplo, para os modelos de Bereiter, de Beaugrande e de Rickheit & Strohner.
- c) O terceiro e, provavelmente, o maior grupo inclui os modelos heurísticos: aqui também, trata-se de modelos descritivos, mas com fundamento teórico e não empírico. Os fenômenos são explicados através de sistemas hipotéticos que poderiam ser capazes de gerar os fenômenos em questão. Servindo de fundamento e de gerador de hipóteses para novas pesquisas e, eventualmente também, para o desenvolvimento de instruções para a escrita, esses modelos têm seu valor como construtos que não interpretam apenas o que é conhecido, mas que também mostram o caminho para futuros conhecimentos.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, John R. *Cognitive Psychology and Its Implications*. San Francisco: Freeman, 1980.
- _____. *The Architecture of Cognition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1983.
- ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsuberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989.
- AUGST, Gerhard & FAIGEL, Peter. *Von der Reihung zur Gestaltung. Untersuchungen zur Ontogenese der schriftsprachlichen Fähigkeiten von 13 bis 23 Jahren*. (Unter Mitarbeit von K. Müller und H. Feilke). Frankfurt am Main: Lang, 1986.
- BALLSTAEDT, Steffen-Peter; MANDL, Heinz; SCHNOTZ, Wolfgang & TERGAN, Sigmar-Olaf. *Texte verstehen – Texte gestalten*. München: Urban & Schwarzenberg, 1981.

BAURMANN, Jürgen & LUDWIG, Otto. "Texte überarbeiten: Zur Theorie und Praxis von Revisionen". In: BOUEKE, Dietrich & HOPSTER, Norbert (eds.). *Schreiben – Schreiben lernen*. Tübingen: Narr, 1985, p. 254-276.

BEAUGRANDE, Robert-Alan. *Text, Discourse, and Process*. Norwood: Ablex, 1980.

_____. "Psychology and Composition: Past, Present, and Future". In: NYSTRAND, Martin (ed.). *What Writers Know: The Structure, Process, and Language of Written Discourse*. New York: Academic Press, 1982.

_____. *Text Production: Toward a Science of Composition*. Norwood: Ablex, 1984.

BEREITER, Carl. "Development in Writing". In: GREGG, Lee W. & STEINBERG, Erwin R. (eds.). *Cognitive Processes in Writing*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1980, p. 73-93.

_____ & SCARDAMALIA, Marlene. "From Conversation to Composition: The Role of Instruction in a Developmental Process". In: GLASER, Robert (ed.). *Advances in Instructional Psychology*, v. 2. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1982, p. 1-64.

_____ & SCARDAMALIA, Marlene. "Wissen wiedergeben – als ein Modell für das Schreiben von Instruktionen durch ungeübte Schreiber". *Unterrichtswissenschaft*, 4, 1985, p. 319-333.

_____ & SCARDAMALIA, Marlene. *The Psychology of Written Composition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1987.

BÖRNER, Wolfgang. "Didaktik schriftlicher Textproduktion in der Fremdsprache". In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (eds.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 348-376.

BOSCOLO, Pietro (ed.). *Writing: Trends in European Research, Proceedings of the International Workshop on Writing*. Padova, 3.-4. 12. 1988. Padova: Upsel Editore, 1989.

BRITTON, James. "Spectator Role and the Beginnings of Writing". In: NYSTRAND, Martin (ed.). *What Writers Know: The Structure, Process, and Language of Written Discourse*. New York: Academic Press, 1982, p. 149-169.

BRIDWELL, Lillian S. & BEACH, Richard. "Introduction". In: BEACH, Richard & BRIDWELL, Lillian S. (eds.). *New Directions in Composition Research*. New York: Guilford Press, 1985, p. 1-18.

BUHLER, Karl. *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena: Gustav Fischer, 1934.

CHAFE, Wallace L. "Creativity in Verbalization and Its Implications for the Nature of Stored Knowledge". In: FREEDLE, Roy O. (ed.). *Discourse Production and Comprehension*, v. 1. Norwood: Ablex, 1977, p. 1-55.

_____. "The Flow of Thought and the Flow of Language". In: GIVON, Talmy. (ed.). *Syntax and Semantics*, v. 12: *Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1979, p. 159-181.

CHI, Michelene F.H.; GLASER, Robert & REES, Ernest. "Expertise in Problem Solving". In: STERNBERG, Robert J. (ed.). *Advances in the Psychology of Human Intelligence*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1982, p. 7-77.

COE, Richard M. "Teaching Writing: The Process Approach, Humanism, and the Context of 'Crisis'". In: CASTELL, Suzanne de; LUKE, Allan & EGEN, Kieran (eds.). *Literacy, Society and Schooling*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 270-312.

DAIUTE, Colette. "Physical and Cognitive Factors in Revising: Insights from Studies with Computers". In: *Research in the Teaching of English*, v. 20 n. 2, 1986, p. 141-159.

DURST, Russell K. "Cognitive and Linguistic Demands of Analytic Writing". In: *Research in the Teaching of English*, v. 21, n. 4, 1987, p. 347-376.

EIGLER, Gunther. "Text verarbeiten und Text produzieren. Entwicklungstendenzen angewandter kognitiver Wissenschaft". In: *Unterrichtswissenschaft*, 13, 1985, p. 301-318.

_____; JECHLE, Thomas; MERZIGER, Gabriele & WINTER, Alexander. *Wissen und Textproduzieren*. Tübingen: Narr, 1990.

ENDRES-NIGGEMEYER, Brigitte. "Modelling Content Analysis as a Task-Oriented Writing Process". In: BOSCOLO, Pietro (ed.). *Writing: Trends in European Research, Proceedings of the International Workshop on Writing*. Padova, 3-4. 12. 1988. Padova: Upsel Editore, 1989, p. 182-191.

_____. "An Empirical Process Model of Abstracting". In: ZIMMERMANN, Harald H.; LUCKHARDT, Heiz-Dirk & SCHULZ, Angelika (orgs.). *Mensch und Maschine – Informationelle Schnittstellen der Kommunikation. Proceedings des Internationalen Symposiums für Informationswissenschaft (Saarbrücken)*. Konstanz: UvK Universitäts-Verlag Konstanz, 1993, p. 219-228.

FAIGLEY, Lester & WITTE, Stephen P. "Analysing Revision". In: *College Composition and Communication*, 32, 1983, p. 400-414.

FEILKE, Helmuth. "Ordnung und Unordnung in argumentativen Texten. Zur Entwicklung der Fähigkeit, Texte zu strukturieren". In: *Der Deutschunterricht*, 3, 1988, p. 65-81.

_____. "Die Entwicklung der Schreibfähigkeiten (*The Development of Writing Skills*)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto. (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung*, v. 2. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1996, p.1178-1191.

_____ & AUGST, Gerhard. "Zur Ontogenese der Schreibkompetenz". In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsuberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 297-327.

FITZGERALD, Jill. Research on Revision in Writing. *Review of Educational Research*, 57, 1987, p. 481-506.

FLAMMER, August; GROB, Alexander; JANN, Markus & REISBECK, Christopher. "Mentale Repräsentation und selektive Wiedergabe". In: *Zeitschrift für experimentelle und angewandte Psychologie*, 32, 1985, p. 21-32.

FLOWER, Linda S. "Writer-Based Prose: A Cognitive Basis for Problems in Writing". In: *College English*, 41, 1979, p. 19-37.

_____ & HAYES, John R. "Problem-Solving Strategies and the Writing Processes". In: *College English*, 39, 1977, p. 449-461.

FODOR, Jerry A.; BEVER, Thomas G. & GARRETT, Merrit F. *The Psychology of Language*. New York: McGraw-Hill, 1974.

FREDERIKSEN, Carl H. "Structure and Process in Discourse Production and Comprehension". In: JUST, Marcel Adam & CARPENTER, Patricia A. (eds.). *Cognitive Processes in Comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1977, p. 313-322.

- GREGG, Lee W. & STEINBERG, Erwin R. (eds.). *Cognitive Processes in Writing*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1980.
- GUNTHER, Hartmut & POMPINO-MARSCHALL, Bernd. "Basale Aspekte der Produktion und Perzeption mündlicher und schriftlicher Äußerungen (Production and Perception of Spoken and Written Utterances)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto. (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung*, v. 2. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1996, p. 903-917.
- HAYES, John R. & FLOWER, Linda S. "Writing as Problem Solving". In: *Visible Language*, 14, 1979, p. 388-399.
- HAYES, John R. & FLOWER, Linda S. "Identifying the Organization of Writing Processes". In: GREGG, Lee W. & STEINBERG, Erwin R. (eds.). *Cognitive Processes in Writing*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1980, p. 3-30.
- HAYES, John R. & FLOWER, Linda S. "Writing Research and the Writer". In: *American Psychologist*, 41, 1986, p. 1106-1113.
- HAYES, John R.; FLOWER, Linda S.; SCHRIVER, Karen A.; STRATMAN, James Fallon & CAREY, Linda. "Cognitive Processes in Revision". In: ROSENBERG, Sheldon. (ed.). *Advances in Applied Psycholinguistics*, v. 2: *Reading, Writing, and Language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 176-240.
- HERRMANN, Theo & HOPPE-GRAFF, Siegfried. "Textproduktion." In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 146-164.
- HOTOPF, William Hugo Norman. "Lexical Slips of the Pen and Tongue: What They Tell Us about Language Production". In: BUTTERWORTH, Brian. *Language Production*, v. 2: *Development, Writing and Other Language Processes*. London: Academic Press, 1983, p. 147-199.
- HÖRMANN, Hans. *Meinen und Verstehen. Grundzüge einer psychologischen Semantik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.
- JAKOBS, Eva-Maria. "Text und Quelle. Wissenschaftliche Textproduktion unter dem Aspekt der Nutzung externer Wissenspeicher". In: JAKOBS, Eva-Maria; KNORR, Dagmar & MOLITOR-LUBBERT, Silvie (orgs.). *Wissenschaftliche Textproduktion. Mit und ohne Computer*. Frankfurt am Main, Bern: Lang, 1995, p. 95-116.
- JAKOBS, Eva-Maria; KNORR, Dagmar & MOLITOR-LUBBERT, Silvie (orgs.). *Wissenschaftliche Textproduktion. Mit und ohne Computer*. Frankfurt am Main, Bern: Lang, 1995.
- JUST, Marcel Adam & CARPENTER, Patricia A. (eds.). *Cognitive Processes in Comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1977.
- KAUFER, David S.; HAYES, John R. & FLOWER, Linda S. "Composing Written Sentences". In: *Research in the Teaching of English*, v. 20, n. 2, 1986, p. 121-140.
- KINTSCH, Walter & VAN DIJK, Teun A. "Toward a Model of Text Comprehension and Production". In: *Psychological Review*, 85, 1978, p. 363-394.
- LEONT'EV, Alexander A. *Psycholinguistische Einheiten und die Erzeugung sprachlicher Äußerungen*. Berlin: Akad.Verlag, 1975.
- LEVELT, Willem J.M. *Speaking: From Intention to Articulation*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1989a.

- _____. "Hochleistung in Millisekunden – Sprechen und Sprache verstehen". In: *Universitas*, 1, 1989b, p. 56-68.
- LUDWIG, Otto. "Einige Gedanken zu einer Theorie des Schreibens". In: GROSSE, Siegfried (org.). *Schriftsprachlichkeit*. Dusseldorf: Schwann, 1983, p. 37-173.
- _____. *Der Schulaufsatz. Seine Geschichte in Deutschland*. Berlin, New York: de Gruyter, 1988.
- _____. "Die Produktion von Texten im Deutschunterricht – Tendenzen in der Aufsatzdidaktik und ihre Herkunft". In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsuberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 328-347.
- MARTLEW, Margaret (ed.). *The Psychology of Written Language. Developmental and Educational Perspectives*. Chichester: Wiley, 1983.
- MILLER, George A. "The Magical Number Seven, Plus or Minus Two. Some Limits on Our Capacity for Processing Information". In: *Psychological Review*, 63, 1956, p. 81-97.
- _____; GALANTER, Eugene & PRIBRAM, Karl H. *Plans and the Structure of Behavior*. London, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.
- MINSKY, Marvin. "A Framework for Representing Knowledge". In: WINSTON, Patrick Henry (ed.). *The Psychology of Computer Vision*. New York: McGraw-Hill, 1975, p. 211-277.
- MOLITOR, Sylvie. *Kognitive Prozesse beim Schreiben. Forschungsbericht 31, Deutsches Institut für Fernstudien, Hauptbereich Forschung*. Tübingen: DIFF – Dt. Inst. für Fernstudien an d. Univ. Tübingen, 1984.
- _____. "Personen- und aufgabenspezifische Schreibstrategien. Fünf Fallstudien". In: *Unterrichtswissenschaft*, 4, 1985, p. 334-345.
- MOLITOR-LUBBERT, Sylvie. "Schreiben und Kognition". In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsuberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989a, p. 278-296.
- _____. "Developing and Manipulating Knowledge by Writing". In: BOSCOLO, Pietro (ed.). *Writing: Trends in European Research, Proceedings of the International Workshop on Writing*. Padova, 3.-4. 12. 1988. Padova: Upsel Editore, 1989b, p. 160-171.
- _____. "Schreiben als literarische Lernstrategie". In: RUPP, Gerhard. & MULLER-MICHAELS, Harro. (orgs.). *Jahrbuch der Deutschdidaktik 1989/1990*. Tübingen: Narr, 1991, p. 153-167.
- _____. "Überlegungen zum Schreiben in der Wissenschaft". In: JAKOBS, Eva-Maria; KNORR, Dagmar & MOLITOR-LUBBERT, Sylvie (orgs.). *Wissenschaftliche Textproduktion. Mit und ohne Computer*. Frankfurt am Main, Bern: Lang, 1995, p. 279-292.
- MOSENTHAL, Peter; TAMOR, Lynne & WALMSLEY, Sean A. (eds.). *Research on Writing: Principles and Methods*. New York: Longman, 1983.
- NEWELL, Allan. "Reasoning, Problem Solving and Decision Processes: The Problem Space as a Fundamental Category". In: NICKERSON, Raymond S. (ed.). *Attention and Performance VIII*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1980, p. 693-718.
- NEWELL, George E. & WINOGRAD, Peter. "The Effect of Writing on Learning from Expository Text". In: *Written Communication*, 6, 1989, p. 196-217.

NYSTRAND, Martin. "An Analysis of Errors in Written Communication". In: NYSTRAND, Martin (ed.). *What Writers Know: The Structure, Process, and Language of Written Discourse*. New York: Academic Press, 1982a.

_____. (ed.). *What Writers Know: The Structure, Process, and Language of Written Discourse*. New York: Academic Press, 1982b.

OSTERMANN, Friedrich. *Kreative Prozesse im Aufsatzunterricht. Zur sprachlichen Gestaltungspotenz von Kindern und Jugendlichen*. 2^a edição. Paderborn: Schöningh (UTB 228), 1973.

PASCUAL-LEONE, Juan & SMITH, Jonathan. "The Encoding and Decoding of Symbols by Children: A New Experimental Paradigm and a Neo-Piagetian Model". In: *Journal of Experimental Child Psychology*, 8, 1969, p. 328-355.

RICKHEIT, Gert. *Zur Entwicklung der Syntax im Grundschulalter*. Dusseldorf: Schwann, 1975.

_____; SCHOTZ, Wolfgang & STROHNER, Hans. "The Concept of Inference in Discourse Processing". In: RICKHEIT, Gert & STROHNER, Hans (eds.). *Inferences in Text Processing*. Amsterdam: North-Holland, 1985, p. 3-49.

_____ & STROHNER, Hans. "Textproduktion". In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsüberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 220-256.

ROHMANN, D. Gordon. "Pre-Writing: The Stage of Discovery in the Writing Process". In: *College Composition and Communication*, v. 16, n. 2, 1965, p. 106-112.

ROSENBERG, Sheldon. (ed.). *Advances in Applied Psycholinguistics*, v. 2: *Reading, Writing, and Language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCARDAMALIA, Marlene. "How Children Cope with the Cognitive Demands of Writing". In: FREDERIKSEN, Carl H.; WHITEMAN, Marcia Farr & DOMINIC, Joseph F. (eds.). *Writing: The Nature, Development and Teaching of Written Communication*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1982.

_____ & BEREITER, Carl. "Assimilative Processes in Composition Planning". In: *Educational Psychologist*, 17, 1982, p. 165-171.

_____ & BEREITER, Carl. Writing. In: DILLON, Ronna F. & STERNBERG, Robert Jay. (eds.). *Cognition and Instruction*. New York: Academic Press, 1986, p. 59-81.

_____ & BEREITER, Carl. "Knowledge Telling and Knowledge Transforming in Written Composition". In: ROSENBERG, Sheldon. (ed.). *Advances in Applied Psycholinguistics*, v. 2: *Reading, Writing, and Language Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 142-175.

_____ & PARIS, Pamela. "The Function of Explicit Discourse Knowledge in the Development of Text Representations and Composition Strategies". In: *Cognition and Instruction*, 2, 1985, p. 1-39.

SCHLESINGER, Izchak M. *Production and Comprehension of Utterances*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1977.

SCHNOTZ, Wolfgang; BALLSTAEDT, Steffen-Peter & MANDL, Heinz. "Kognitive Prozesse beim Zusammenfassen von Lehrtexten". In: MANDL, Heinz (org.). *Zur Psychologie der Textverarbeitung: Aufsätze, Befunde, Probleme*. München: Urban & Schwarzenberg, 1981, p. 108-167.

- STROHNER, Hans. *Systemtheorie des Textverstehens*. Habilitationsschrift: Bielefeld, 1987.
- TIERNEY, Robert J.; SOTER, Anna; O'FLAVAHAN, John F. & MCGINLEY, William. "The Effects of Reading and Writing upon Thinking Critically". In: *Reading Research Quarterly*, 24, p. 134-173, 1989.
- THOMASSEN, Arnold J.W.M. "Writing by Hand (Schreiben mit der Hand)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto. (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung*, v. 2. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1996, p. 1027-1035.
- UEDING, Gerd. *Rhetorik des Schreibens*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1985.
- _____ & STEINBRINK, Bernd. *Grundriß der Rhetorik. Geschichte, Technik, Methode*. Stuttgart: Metzler, 1986.
- VAN DIJK, Teun A. "Semantic Macro-Structures and Knowledge Frames in Discourse Comprehension". In: JUST, Marcel Adam & CARPENTER, Patricia A. (eds.). *Cognitive Processes in Comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1977, p. 3-32.
- _____. *Macrostructures*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1980.
- WEAVER, Charles A. & KINTSCH, Walter. "Reconstruction in the Recall of Prose". *Text*, 7, 1987, p. 165-180.
- WHITEMAN, Marcia F. *Writing: The Nature, Development and Teaching of Written Communication*. v. 1: *Variations in Writing: Functional and Linguistic-Cultural Differences*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Ass., 1981.
- WIESE, Richard. "Psycholinguistik der Sprachproduktion". In: ANTOS, Gerd & KRINGS, Hans P. (orgs.). *Textproduktion. Ein interdisziplinärer Forschungsüberblick*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 197-219.
- WITTE, Stephen P. "Revising, Composing Theory, and Research Design". In: FREEDMAN, Sarah Warshauer. (ed.). *The Acquisition of Written Language: Response and Revision*. Norwood: Ablex, 1985, p. 250-284.

O que acontece na mente do leitor?

Os processos de construção mentais durante a compreensão textual do ponto de vista da psicologia e da linguística cognitiva.¹

Wolfgang Schnotz
Universidade de Koblenz-Landau

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução

A experiência da prática cotidiana da leitura sugere que ler significa extrair do texto um sentido. Essa maneira de ver a leitura poderia ser caracterizada mais ou menos assim:

Os textos constituem-se de orações. As orações constituem-se de palavras. As palavras têm um significado. O significado das orações resulta da combinação dos significados das palavras e o significado dos textos resulta da combinação dos significados das orações. A tarefa do leitor é compreender esse significado do texto.

À primeira vista, essa interpretação pode parecer plausível, mas do ponto de vista da Psicologia e da Linguística cognitiva ela é inadequada. Ambas as disciplinas pressupõem que o leitor não extrai um significado do texto. Muito pelo contrário, o que ele faz é co-nstruir esse significado com base no texto, recorrendo ao seu conhecimento prévio. Dependendo do conhecimento prévio, mas também das metas estabelecidas e das expectativas do leitor, o resultado da construção pode ser diferente.

O presente trabalho fornece uma visão geral sobre algumas suposições fundamentais e sobre alguns resultados empíricos da Psicologia e da Linguística cognitiva quanto ao processo da compreensão textual. Nessa discussão, as seguintes questões ocupam o primeiro plano:

- Qual é o papel do texto na compreensão textual?
- Como os significados textuais são representados mentalmente?
- Como surge a coerência na compreensão textual?
- “De que se trata?” — A direção de processos mentais de busca.
- “O que é novo?” — O contrato entre informação dada e informação nova.

2. Qual é o papel do texto na compreensão textual?

¹ SCHNOTZ, Wolfgang. “Was geschieht im Kopf des Lesers? Mentale Konstruktionsprozesse beim Textverstehen aus der Sicht der Psychologie und der kognitiven Linguistik”. In: BLUHDORN, Hardarik; BREINDL, Eva & WASSNER, Ulrich H. (2006). *Text — Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*. Jahrbuch 2005 des Institutes für Deutsche Sprache (IdS). Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 2006, p. 222-238.

De onde pode-se concluir que o leitor não extrai do texto um significado, mas o constrói? Se um texto, de fato, não contém significado nenhum, o que é, então, que ele traz de contribuição para a compreensão textual? Para responder a essa pergunta, citaremos, primeiramente, um exemplo de Bransford e Johnson (1972):

Exemplo (1):

O procedimento, realmente, é muito simples. Primeiramente, você ordena as coisas em diferentes grupos. Naturalmente, também é possível que uma pilha seja suficiente — dependendo da questão de quanto se tem a fazer. O importante é permanecer moderado. Isto é: é melhor tomar de uma vez coisas demasiadamente poucas do que demasiadamente muitas. Um erro aqui pode tornar-se bastante caro. Inicialmente, tudo pode aparecer complicado, mas logo você o considerará como alguma coisa perfeitamente comum. Dificilmente, pode-se pressupor que ele se tornará completamente supérfluo dentro em breve. Quando o procedimento acabou, as coisas são divididas em diferentes grupos. Elas podem ser, então, levadas para seus devidos lugares. Na maioria das vezes, são usadas novamente. Então, todo o ciclo começará novamente, mas assim é a vida.

Numa pesquisa realizada por Bransford e Johnson (1972), um grupo de estudantes do ensino médio, depois da leitura desse texto, teve de avaliar a sua compreensibilidade e reproduzir o seu conteúdo. As avaliações da compreensibilidade e os resultados da tarefa de reprodução foram muito baixos. Outro grupo de sujeitos dessa pesquisa recebeu o mesmo texto, mas com a informação adicional de que ele trata do assunto “lavar roupa”. Nesse grupo, as avaliações de compreensibilidade e os resultados da tarefa de reprodução foram claramente melhores.

No fundo, o que é difícil nesse texto sem título? Evidentemente, os critérios costumeiros de compreensibilidade como a “simplicidade linguística” (orações breves, uso de palavras familiares) não explicam essa dificuldade. As orações não são nem demasiadamente longas, nem demasiadamente encaixadas. Também, não contém palavras desconhecidas (por estudantes). O fato de que, apesar de tudo isso, elas são dificilmente compreensíveis sem título, mostra claramente que a construção de uma representação mental do conteúdo do texto tem êxito apenas pela ativação de conhecimentos prévios tematicamente relevantes (sobre a lavagem de roupas).

O caráter construtivo da compreensão textual pode ser demonstrado, também, pelo exemplo seguinte:

Exemplo (2):

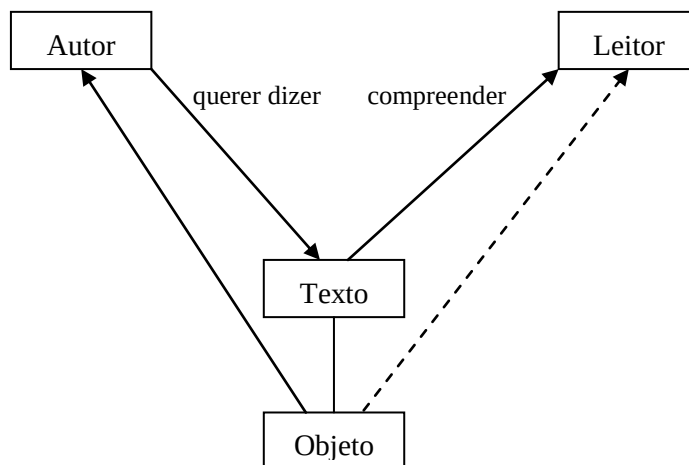
Ana foi convidada para o aniversário de Pedro. Ela se perguntou se ele já possuía um jogo de Moinho. Ela foi para seu quarto e mexeu no seu cofre de porquinho, mas esse não deu nenhum grunhido.

Crianças, já no fim do ensino fundamental, entendem esse texto curto sem dificuldades. Elas sabem que a Ana pensa em dar ao Pedro um jogo de Moinho como presente de aniversário. Elas sabem que a Ana ainda não tem um jogo de Moinho em suas mãos e, portanto, seria obrigada a comprar um. Elas sabem por que a Ana mexe no seu cofrinho; sabem o que o “silêncio” do porco cofre significa: Ana não tem dinheiro e, por isso, enfrenta o problema de, talvez, não poder ir à festa de aniversário do Pedro. Em tudo isso, pensa-se automaticamente na compreensão desse texto. O que é notável nisso é que, com efeito, nada disso está escrito no texto. Trata-se de inferências que o leitor acrescenta por si mesmo com base no seu conhecimento prévio sobre convenções de aniversário, sobre compras e suas condições e sobre a poupança de dinheiro.

Por conseguinte, um texto não é um portador de significados. Pelo contrário, ele serve como estímulo para processos mentais de construção que são conduzidos, em parte, pela informação externa do texto e, em outra, pela informação interna do conhecimento prévio (armazenada na memória semântica). Esses processos de construção levam à construção de uma representação mental dos fatos descritos no texto; o que é experimentado, subjetivamente, como uma “captação do significado do texto”.

Apoiando-se no modelo Organon de língua proposto por Bühler (1934), é possível considerar um texto como um instrumento de comunicação que une dois subprocessos da comunicação: o processo do “querer dizer” [*Meinen*] e o do “compreender” [*Verstehen*] (Hörmann, 1976). Essa situação comunicativa é representada esquematicamente na figura 1. Seja por experiência própria, seja transmitidos por outros — cada autor possui conhecimentos sobre um objeto em questão, ou seja, uma representação mental dele. Ele exterioriza esse conhecimento pela escrita de um texto. O autor com seu texto “quer dizer” alguma coisa sobre o objeto em questão e a sua natureza. Um leitor compreende o texto ao construir, com base na informação textual, uma representação mental do objeto, ou seja, um conhecimento correspondente. Logo, ele tenta compreender o que o autor quis dizer. Quanto melhor se harmonizar a representação construída pelo leitor com a do autor, mais bem sucedida terá sido a comunicação textual entre o autor e o leitor (cf. Herrmann, 1985).

Figura 1: O texto como instrumento de comunicação (cf. Bühler, 1934)



3. Como os sentidos do texto são representados mentalmente?

Algumas abordagens mais recentes sobre a psicologia da compreensão textual pressupõem que o leitor forme, na compreensão de um texto, múltiplas representações mentais (Graesser, Millis & Zwaan, 1997; Kintsch, 1998). Atualmente, distinguem-se na compreensão textual, sobretudo, os seguintes níveis de representação mental:

- o nível de superfície (a representação da superfície do texto),
- o nível proposicional (a representação do conteúdo semântico) e
- o nível do modelo (o modelo mental do objeto descrito).

Dois outros níveis de representação mental têm sido, recentemente, mais intensamente levados em consideração:

- o nível de comunicação (a representação da situação comunicativa)
- e
- o nível do gênero textual (a representação do gênero textual).

Os diferentes níveis de representação caracterizam-se por diferentes propriedades representativas e diferentes funções. A representação abaixo delimita-se aos primeiros três níveis de representação que foram comprovados por muitas pesquisas: o nível de superfície, o nível proposicional e o nível de modelo.

O nível de superfície. A representação mental da superfície de texto serve como fundamento para a construção das representações mais altas que se assentam nela. Ela possibilita uma repetição literal de orações do texto mesmo sem que tenham sido compreendidas. Por exemplo, ainda que não a compreenda nem aproximativamente, cada alemão pode ouvir e repetir sem dificuldades a oração “Eki wa, doko desu ka?” (É japonês e significa: “Onde está a estação de trem?”).

O nível proposicional. Como já diz o próprio nome, a representação proposicional do conteúdo semântico constitui-se de proposições. Mais concretamente, trata-se de símbolos hipotéticos complexos. Eles se constituem de um símbolo de relação, o chamado “predicado” e de símbolos para entidades (objetos ou acontecimentos), os chamados “argumentos”. Por exemplo, o conteúdo semântico da oração *João ama Maria* exprime-se pela proposição: “AMAR; agente: JOÃO; paciente: MARIA”. Nessa proposição, o símbolo AMAR é o predicado; os símbolos JOÃO e MARIA são os argumentos. Uma representação proposicional possibilita compreender o que é dito, mesmo sem a compreensão do que isso quer dizer.

Contudo, como se pode compreender alguma coisa sem saber o que isso quer dizer? É verdade que, no cotidiano normal, tal situação raramente ocorre, mas, mesmo assim, ela é possível sim, nomeadamente, em textos muito difíceis ou em textos ou orações que descrevem fatos impossíveis. Um exemplo é a famosa oração de Noam Chomsky:

Exemplo (3):

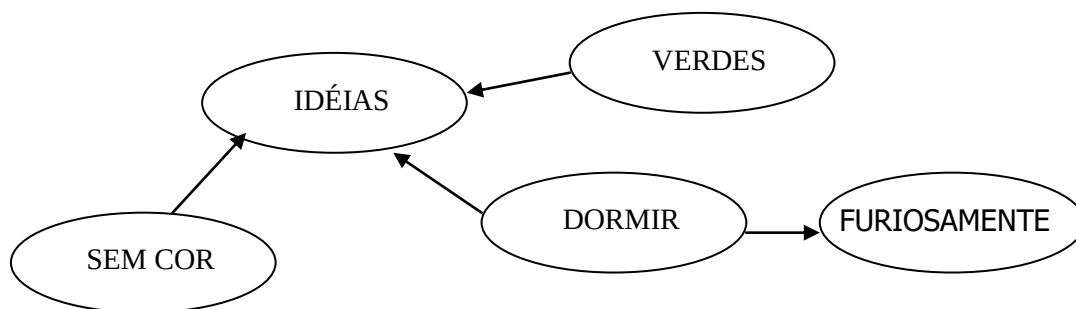
*Idéias verdes sem cor dormem furiosamente.
(*Colorless green ideas sleep furiously.*)

Essa oração pode ser dividida em proposições sem dificuldades e pode ser representada, como se mostra em seguida, na forma de uma lista de proposições (Lista 1) ou na forma de uma rede semântica como na figura 2:

Lista 1:

P1: (DORMIR; IDÉIAS)
P2: (SEM COR; IDÉIAS)
P3: (VERDES; IDÉIAS)
P4: (FURIOSAMENTE; DORMIR)

Figura 2: Rede semântica



Em oposição a uma interpretação muito divulgada, essa oração, de maneira alguma, é destituída de sentido, pois ela permite ao leitor responder a uma série de perguntas, por exemplo:

- O que se faz? (Resposta: dorme-se.)
- Quem está dormindo? (Resposta: idéias.)
- Quais são as propriedades dessas idéias? (Resposta: elas são sem cor.)
- Quais são outras propriedades delas? (Resposta: elas são verdes.)
- Como se dorme? (Resposta: furiosamente.)

O que distingue a oração de orações “normais” é o fato de que não se pode imaginar os fatos descritos, ou seja, não se pode gerar um modelo mental que corresponda a essa descrição.

O modelo mental. Em oposição aos tipos de representação precedentes, o modelo mental construído na compreensão textual é uma representação mental analógica do objeto descrito no texto por um “quase-objeto” interno ou uma “imagem interna” correspondente (Johnson-Laird, 1983). Durante muito tempo, houve uma polêmica na Psicologia quanto à existência dos modelos mentais porque muita gente não aceitou a necessidade de pressupor essa forma adicional de representação. Contudo, hoje em dia, a maioria dos pesquisadores aceita essa suposição.

3.1. O que se afirma em favor da hipótese de modelos mentais?

Por que, então, a suposição de representações mentais não é suficiente? Até agora, não há uma prova absolutamente irrefutável para a existência de modelos mentais, mas há, atualmente, uma multiplicidade de resultados que podem ser explicados mais facilmente pela suposição de representações proposicionais e modelos mentais do que pela suposição de

apenas uma forma de representação mental. O exemplo seguinte retirado de Collins, Brown & Larkin (1980) deve demonstrar esse ponto:

Exemplo (4):

Ele pôs U\$ 5,00 na janelinha.
Ela tentou dar-lhe U\$ 2,50,
mas ele recusou-se a aceitá-los.
Por isso, quando eles entraram,
ela comprou para ele uma porção grande de pipoca.

Esse texto pode ser analisado sem dificuldades na seguinte lista de proposições (lista 2):

Lista 2:

- P1: (COLOCAR, ELE, U\$ 5,00)
- P2: (LUGAR, P1, CAIXA)
- P3: (QUERER, ELA, P4)
- P4: (DAR, ELA, ELE, U\$ 2,50)
- P5: (RECUSAR-SE, ELE, P6)
- P6: (ACEITAR, ELE, U\$ 2,50)
- P7: (CAUSALIDADE, P5, P8)
- P8: (COMPRAR, ELA, PORÇÃO DE PIPOCA, ELE)
- P9: (TEMPO: quando, P10, P8)
- P10: (CONJUNÇÃO: e, P11, P12)
- P11: (ENTRAR, ELE)
- P12: (ENTRAR, ELA)
- P13: (ATRIBUTO, PORÇÃO DE PIPOCA, GRANDE)

Uma vez que as proposições sucessivas estão ligadas umas com as outras, através de argumentos ou através de relações de encaixamento, não deveria dar muito trabalho a um leitor juntar as proposições numa unidade coerente. Todavia, esse texto causa problemas notáveis de compreensão. A maioria dos leitores supõe, inicialmente, que “ela” seja a caixa de um cinema ou de um teatro e que “U\$ 2,50” seja o troco. Que ele se recusa a aceitá-los é um pouquinho surpreendente, mas ainda não questiona fundamentalmente a interpretação inicial, pois é possível que se trate de uma gorjeta. Apenas a expressão “por isso ela lhe comprou, quando entraram...” demonstra ao leitor que a interpretação mantida até agora estava completamente errada e necessita ser revisada: “ela” refere-se à acompanhante dele, que com a compra de pipoca quer devolver o favor da compra da entrada.

Todas essas dificuldades nem entram no campo de visão, se a compreensão textual é entendida como uma mera combinação de proposições. Evidentemente, a compreensão textual não é apenas uma questão de juntar proposições. Pelo contrário, ela inclui a construção — conduzida pelo conhecimento prévio — de uma representação mental que, desde o início,

tem um caráter holístico. Em outras palavras: a compreensão textual contém a construção de um modelo mental holístico (Schnotz, 1994).

Em resumo, pode-se afirmar que a compreensão textual constitui-se da construção de múltiplas representações mentais, tais como: a representação da superfície do texto, a representação proposicional do conteúdo semântico, o modelo mental dos fatos referidos e, eventualmente, ainda a representação da situação comunicativa e do gênero textual. O modelo mental é uma representação analógica dos fatos referidos e tem, desde o início, propriedades holísticas. Logo, o texto não é um portador de significados, mas ele serve como base de dados para a construção de um modelo mental, conduzida pelo conhecimento prévio; serve, além disso, para a avaliação do modelo construído até certo momento e para a eventual revisão do modelo.

4. De que modo surge a coerência na compreensão textual?

O que distingue um texto de uma sucessão aleatória de orações é a coerência. Por isso, a compreensão de textos é um processo de construção de coerência. Nesse processo, pode-se distinguir entre uma construção local e uma construção global de coerência. Na construção local de coerência, estabelecem-se nexos semânticos entre orações imediatamente sucessivas; na construção global de coerência estabelecem-se nexos entre seções maiores de texto. Para poder falar de um texto, tanto a coerência local quanto a global são importantes. Essa tese torna-se clara no exemplo seguinte (5), que traz orações sucessivas que deixam a impressão de formar uma corrente de idéias, umas seguidas por outras, sem ter um assunto global:

Exemplo (5):

Pedro estava doente. Por isso, chamou o médico, mas o médico não pôde vir porque sua esposa quis ir ao teatro com ele. Levava-se Otelo à cena, o que eles não podiam perder de maneira alguma porque Shakespeare é um dos seus autores dramáticos preferidos. Suas obras não foram representadas por um bom tempo porque o teatro precisava de uma renovação. O prazo de construção estendeu-se por mais de três anos e [...] (cf. van Dijk, 1980)

Nesse exemplo, cada oração subsequente está ligada com a oração precedente; de modo que há coerência local. Todavia, como não se encontra um tema superior ao qual as diferentes orações são subordinadas, falta-lhe a coerência global. O exemplo seguinte (6), no entanto, mostra um texto plenamente aceitável que é coerente tanto no nível local quanto no nível global.

Exemplo (6):

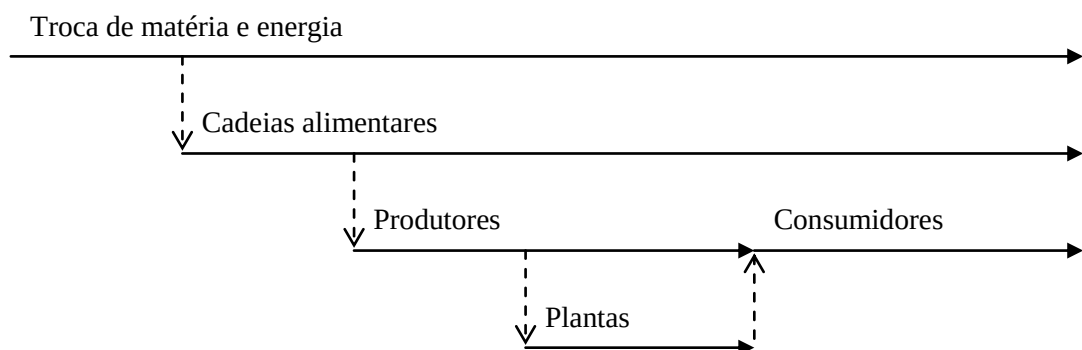
A troca de matéria e energia no sistema ecológico realiza-se, na sua maior parte, em cadeias alimentares./ O início das cadeias de alimentação é formado pelos produtores./ Os produtores

transformam a energia da luz em energia alimentar. → Quanto aos produtores, trata-se, essencialmente, de plantas./ As plantas usam substâncias inorgânicas para construir, com base na energia solar, ligações químicas orgânicas. → Nesse processo chamado de fotossíntese, as plantas produzem oxigênio que é liberado para o ambiente.// A continuação das cadeias alimentares é formada pelos consumidores./ Os consumidores, por si mesmos, não são capazes de montar substâncias orgânicas à base de elementos anorgânicos. → Eles se nutrem de outros seres vivos, de produtores ou de outros consumidores [...].

Olhado de perto, esse texto é coerente em vários níveis temáticos; como demonstra graficamente o quadro 3. O tema superior do texto é “a troca de matéria e de energia nos sistemas ecológicos”. Um tema que lhe está subordinado (e ao qual, no decorrer do texto, poderiam ainda seguir outros) é “cadeias alimentares”. A esse tema, por sua vez, estão subordinados os temas “produtores” e “consumidores”. O tema “plantas”, então, está subordinado ao dos “produtores”, etc.

É notável que, apesar da introdução de um tema subordinado, o tema superior segue uma progressão. Quando, por exemplo, as cadeias alimentares são introduzidas, o tema superior da troca de matéria e energia mantém-se conservado. Quando se fala das plantas, também se fala, implicitamente, dos produtores, das cadeias alimentares e da troca de matéria e energia nos sistemas ecológicos (Figura 3).

Figura 3: Representação gráfica dos múltiplos níveis temáticos do texto do exemplo (6)



Quando se introduz, se interrompe ou se conclui um tema num determinado nível, dá-se a entender que, nesse nível, há uma troca de tema. Quando se soma, numa determinada passagem do texto, o número das mudanças de tema em todos os níveis, encontram-se

- passagens textuais nas quais não ocorre nenhuma mudança de tema (trechos com tema contínua)
- passagens textuais nos quais ocorre apenas uma ou algumas mudanças (trechos com mudança suave de tema)

- passagens textuais nos quais ocorrem muitas mudanças de tema (trechos com mudança brusca de tema).

No texto acima citado (exemplo 6), os trechos tematicamente contínuos são apontados com o símbolo “→”; os trechos com mudanças temáticas suaves, com o símbolo “/” e as mudanças temáticas abruptas com o símbolo “//”. A intensidade da mudança temática tem um papel importante para o gerenciamento dos processos mentais de busca necessários.

Em resumo pode-se afirmar: a compreensão de texto é um processo de construção mental de coerência; nesse processo, pode-se distinguir, antes de tudo, entre a construção local e a construção global de coerência. Num texto complexo, pode-se distinguir entre múltiplos níveis temáticos. A compreensão textual exige processos de construção de coerência em todos esses níveis. Conforme a questão de em quantos níveis ocorrem mudanças temáticas, a construção temática do texto é contínua em alguns trechos e em outros, descontínua. Nas passagens de texto tematicamente descontínuas, é possível distinguir entre mudanças temáticas mais suaves e mais bruscas.

5. “De que se trata?” — O gerenciamento de processos mentais de busca

5.1. Tópico e comentário

Com já foi demonstrado acima, a compreensão de textos sempre exige do leitor a ativação de conhecimentos prévios. Ao mesmo tempo, sabe-se que o processamento de informações na compreensão — isto é, a construção de representações mentais — ocorre, necessariamente, numa memória de curto prazo com capacidade limitada, o que permite apenas a ativação de uma pequena parte do conhecimento prévio (Baddeley, 1986). Para que o leitor possa ativar, sempre, a parte do seu conhecimento prévio relevante no momento para o tema em questão, é preciso que ele saiba de que se fala naquele momento. O leitor precisa dirigir o foco da sua atenção² sempre para o tema atual e, no caso de uma mudança de tema, precisa deslocar esse foco conforme as circunstâncias. Portanto, ele tem que cumprir a tarefa do chamado acompanhamento do foco [*Fokus-Nachführung*]. Os sinais de comando necessários para cumprir essa tarefa são transmitidos, em cada caso individual, pelos dados do tópico.

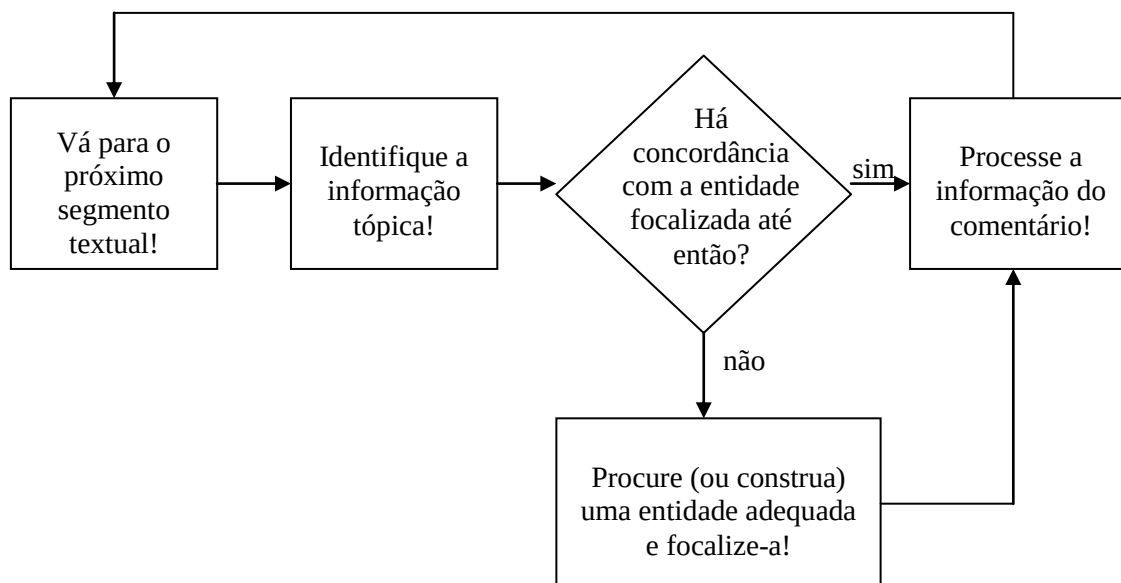
² O termo “foco” refere-se, aqui, apenas ao fato de que a atenção, com base na informação tópica da oração, se direciona para um determinado lugar dentro do espaço temático. Quando, depois de uma mudança temática, a focalização do novo tema se sucedeu com êxito, a atenção dirige-se, na maioria das vezes, mais intensamente para as informações da parte do comentário da oração. Em outro contexto, esse movimento também é chamado de foco (cf. Buring, 2006).

Como se sabe, é possível distinguir em cada oração dois componentes do conteúdo informativo: o tópico e o comentário [tema e rema; dado e novo]. O tópico é aquela parte da oração à qual o todo diz respeito, ou seja, é o constituinte imediato a respeito do qual se diz alguma coisa; o comentário acrescenta ao tema algum tipo de informação nova (Halliday, 1970). O tópico, então, serve, por assim dizer, como um tipo de endereço: ele indica qual parte do modelo mental precisa ser focalizada. O comentário, ao contrário, fornece as pistas concretas para a continuidade da construção do modelo mental. Caso haja alguma mudança de tema, o tópico serve, também, como estímulo inicial para um processo mental de busca pelo referente em questão. O processo de busca acontece, oportunamente, em diferentes níveis de representação mental.

Os sinais de comando para os processos de busca, transmitidos pelas informações tópicas, contêm os seguintes parâmetros: primeiramente, sinaliza-se ao leitor se houve ou não houve uma mudança temática; num segundo momento, ele chega a saber se houve uma mudança temática suave ou brusca, ou seja, se será preciso realizar um deslocamento maior ou menor do foco; em terceiro lugar, o leitor recebe informações sobre o domínio de busca e, finalmente, uma descrição (um tipo de “mandado de captura”) do referente.

A figura 4 mostra, na forma de um fluxograma, o decorrer do gerenciamento da atenção durante o acompanhamento do foco [*Fokus-Nachführung*] (para simplificar, foram omitidos o início e o fim do processo). De acordo com essa conceituação, o leitor identifica a informação tópica em questão, compara-a com o referente focalizado até então e, no caso de concordância, mantém o foco ou, no caso de discordância, procura na representação mental por um novo referente (Sidner, 1983).

Figura 4: Fluxograma sobre o processo do gerenciamento da atenção durante a mudança de foco



Por conseguinte, numa mudança temática, a nova descrição de tópico pode não ser compatível com o antigo tópico, como demonstra o exemplo seguinte (7) no qual a mudança de tópico não é percebida imediatamente.

Exemplo (7):

João foi de ônibus para Londres.

*(Ele) era um modelo antigo.

5.2. Referências pronominais

Com vista ao gerenciamento da atenção, a referência a um objeto por meio de um pronome distingue-se, essencialmente, da referência por meio de um nome. Uma referência pronominal sinaliza ao leitor que o referente já foi introduzido explicitamente, que o referente se encontra ainda no foco atual de atenção e que ele pode ser identificado inequivocamente por meio do “numero” e do “gênero” (Garrod & Sanford, 1983). A validade dessa regra mostra-se especialmente quando violada como nos exemplos seguintes:

Exemplos (8):

(8a) Maria navegou à vela para Inglaterra.

* Ele não tinha um motor.

(8b) Maria pegou sua mala e desceu do navio.

Então, ela pegou um táxi para o hotel.

* Ela era muito pesada.

(8c) Maria esqueceu seu chapéu no seu carro.

*Ele era muito caro.

Em todos os três exemplos, o uso do pronome como forma de referência ao referente é inadequado: no exemplo (8a), o referente ainda não foi introduzido explicitamente; no exemplo (8b), o referente não se encontra mais no foco de atenção e, no exemplo (8c), o pronome não é suficientemente seletivo para poder identificar o referente inequivocamente, por meio do “número” e do “gênero”.

5.3. Referências nominais

Esses problemas desaparecem imediatamente quando se usa, em vez do pronome, um grupo nominal com um nome adequado (*o navio, a mala, o chapéu*). Por conseguinte, uma referência nominal sinaliza ao leitor que não se pode pressupor necessariamente que o referente já foi introduzido explicitamente, mas que ele pode se encontrar, também, fora do foco atual de atenção. Além disso, um nome oferece um “mandado de captura” do referente muito mais rico do que um pronome.

Conforme a questão de em quantos níveis de representação mental é possível procurar por um referente, pode-se fazer mais diferenciações dentro das referências nominais. Para dar um exemplo, supõe-se a seguinte situação: um texto trata do uso técnico de aeroplanos; por conseguinte, para a introdução do termo, usa-se também a palavra *aeroplano*; numa nova referência ao termo, é possível usar mais uma vez a palavra *aeroplano*; trata-se, então, de uma simples recorrência. Nesse caso, a busca pelo referente pode ter êxito em três níveis de representação mental (representação de superfície, representação proposicional e modelo mental) porque há concordâncias em todos os três níveis.

Contudo, seria possível, também, usar a palavra *avião*, ou seja, um sinônimo. Nesse caso, a busca pelo referente pode ter êxito apenas em dois níveis de representação mental (representação proposicional, modelo mental) porque no nível de superfície não se mostra mais nenhuma concordância. O processo de acompanhamento do foco [*Fokus-Nachführung*], ou seja, da busca pelo referente, portanto, torna-se um pouco mais difícil; todavia, do ponto de vista linguístico, o texto torna-se mais variado.

Finalmente, seria possível, também, usar a palavra *meio aéreo*, ou seja, uma generalização lexical. Desse modo, não se usa apenas uma nova palavra, mas um novo conceito, de modo que a busca também não pode mais ter êxito no nível proposicional, mas apenas no nível do modelo mental, pois é apenas nesse nível que há uma concordância entre as denominações *avião* e *meio aéreo*. As possibilidades da variabilidade linguística, desse modo, aumentam ainda mais, mas pelo preço de um acompanhamento do foco [*Fokus-Nachführung*] ainda mais complicado.

5.4. Marcação do tópico

Outro parâmetro de busca no acompanhamento do foco [*Fokus-Nachfuhrung*] é a intensidade da marcação de tópico. Servindo-se de recursos sintáticos, o tópico de uma oração pode ser marcado em graus diferentes de intensidade (Givon, 1983). Por exemplo, pressuposto que uma pessoa chamada João é o tópico, vê-se que essa função é marcada na oração (9a) com pouca e na oração (9b) com muita intensidade:

Exemplos (9):

- (9a) Ele gosta de ouvir música.
- (9b) Quanto ao João, ele gosta de ouvir música.

O grau de marcação assinala ao leitor o tamanho do deslocamento necessário de foco [*Fokus-Verschiebung*]. Uma marcação fraca é interpretada pelo leitor como uma pista de que o tópico em uso foi mantido. Uma marcação forte é avaliada como um indício de que houve uma mudança de tópico (Fletcher, 1985).

Por conseguinte, a indicação do tópico, ao todo, contém uma série de parâmetros de busca que, numa mudança de tema, orientam o processo mental de busca pelo referente novo. Esses parâmetros de busca precisam ser sintonizados oportunamente uns com os outros: quanto maior a área de busca e quanto mais entidades que se assemelhem ao referente em questão ela contiver, mais exato o “mandado de captura” precisa ser para que a busca termine com êxito.

Em resumo, pode-se afirmar: a compreensão de texto envolve a construção de diferentes formas de representações mentais que têm que ser coerentes tanto no domínio local quanto no global. As instruções para a construção são dadas em forma de informações de comentário. Essas são ligadas oportunamente com informações de tópico que indicam em que lugar do modelo mental está se dando a construção mental. A informação de tópico serve como estímulo para um processo mental de busca em múltiplos níveis de representação. Por conseguinte, na formação prática das informações de tópico, surgem as questões seguintes que o autor precisa responder com base em considerações racionais ou, simplesmente, de modo intuitivo:

- O que se encontra atualmente no foco de atenção do leitor e qual conhecimento prévio está ativado no momento?
- É preciso realizar um deslocamento maior ou menor de foco?
- Será que a marcação do tópico corresponde com o deslocamento de foco em questão?
- Será que a área de busca pelo referente é especificada suficientemente?

- Será que a descrição (o “mandado de captura”) do referente é suficientemente rica para que se possa identificá-lo sem dificuldades?

6. “O que é novo?” — O contrato entre a informação dada e a informação nova

Quando se constrói uma unidade complexa, é útil saber quais subtarefas já foram cumpridas e quais ainda não. Isso vale também para a compreensão textual. Para poder realizar essa finalidade, o autor dá ao leitor continuamente pistas discretas sobre o que é novo e o que ele (o autor) pressupõe como conhecido (“discretas” porque, na maioria das vezes, nem o autor, nem o leitor têm consciência delas). Essa afirmação pode ser ilustrada pelos exemplos seguintes (10a e 10b):

Exemplos (10):

- (10a) Quem beijou o João?
Foi a Maria que beijou o João.

As duas sentenças em (10a) relacionam-se corretamente uma a outra. Na leitura da segunda oração, já se sabe que o João foi beijado. Esse fato é expresso também pela formulação da sentença. Do mesmo modo, a formulação da segunda oração exprime o que é novo, nomeadamente, que foi a Maria que beijou o João. Ao contrário disso, a sequência de sentenças em (10b) não é correta:

- (10b) Quem beijou o João?
*Foi o João que a Maria beijou.

Aqui também, já se sabe, na leitura da segunda oração que João foi beijado, mas a segunda oração dá a entender, erroneamente, que essa informação seria nova (o que, de fato, não é). No entanto, ela assinala como informação conhecida que foi a Maria que beijou o João. Contudo, essa é, de fato, uma nova informação.

O último exemplo viola uma regra que Haviland & Clark (1974) chamaram de contrato entre informação dada e informação nova. Conforme esse conceito, há um acordo tácito entre o autor e o leitor, segundo o qual o autor assinala para o leitor, por meio de recursos sintáticos, o que é novo e o que ele pressupõe como conhecido; conforme a mesma convenção, é por esses sinais que o leitor se orienta no processo de compreensão. O leitor, então, identifica, de um lado, a informação pressuposta como dada e, do outro, a informação assinalada como nova. Ele usa a informação, por assim dizer, “antiga” para encontrar, na representação mental já construída, um objeto ao qual se refere essa informação antiga. Em seguida, ele usa a nova informação para especificar o objeto ainda mais.

Há uma multiplicidade de formas de aplicação do contrato entre a informação dada e a informação nova. Um exemplo é o uso de advérbios como “também”, “novamente” ou “ainda”, cada um dos quais assinala informação conhecida. Os exemplos seguintes (11a — 11c) podem ilustrar essa afirmação:

Exemplos (11):

- (11a) Elisabete *também* está aqui.
- (11b) Elisabete *novamente* está aqui.
- (11c) Elisabete *ainda* está aqui.

No exemplo (11a), o que é novo é o fato de Elisabete estar aqui. Assinala-se como conhecido que há ainda outra pessoa que está aqui. No exemplo (11b), também é novo que a Elisabete está aqui. Como conhecido é assinalado que Elisabete havia saído (e, anteriormente, já estivera ali). No exemplo (11c), por sua vez, é novo que a Elisabete está ali. Como conhecido assinala-se que ela já esteve ali antes.

6.1. Tópico/ comentário vs. informação dada/ informação nova

A diferença entre informação antiga e informação nova coincide muito frequentemente com aquela entre tópico e comentário; nomeadamente, quando o tópico já foi introduzido, isto é, quando ele é antigo, enquanto o comentário é novo. Todavia, apesar dessa correlação empiricamente encontrada, ambas as distinções não se referem à mesma coisa. A diferenciação entre tópico e comentário assinala duas funções diferentes dos componentes de uma sentença com relação ao modelo mental em questão, independentemente da questão de o que o leitor já sabe. A diferenciação entre “dado” e “novo”, no entanto, refere-se especialmente ao conhecimento prévio. Ela fomenta a construção mental da coerência por meio das pistas sobre o que já foi cumprido e quais passos de construção ainda estão por vir. Por isso, é possível que o comentário de uma oração já seja conhecido, por exemplo, quando informações anteriores são repetidas, ou que o tópico de uma oração seja novo, por exemplo, quando, com esse tópico, se introduz um novo referente. A tabela 1 mostra uma visão geral sobre as combinações possíveis das duas distinções.

Tabela 1: Combinações possíveis das distinções entre dado — novo e tópico — comentário

	Tópico	Comentário
Dado	Continuação de um tema	Repetição de informações anteriores
Novo	Introdução de um novo referente no tópico	Comunicação de nova informação sobre um referente

6.2. Inferências

Quando o autor assinala que pressupõe uma determinada informação, isso não significa necessariamente que essa informação, de fato, seja conhecida ao leitor. Nesse caso, não se trata necessariamente de um erro do autor. A comunicação de que alguma coisa é conhecida, frequentemente quer dizer que, “no fundo”, essa informação deveria ser conhecida e que o leitor, por conseguinte, deveria acrescentá-la a sua representação mental. O leitor, então, é convidado a fazer uma inferência e a acrescentar o “supostamente conhecido” à sua representação mental.

A necessidade de realizar essas inferências é o fundamento, também, de muitas ironias, por exemplo:

Exemplo (12):

À direita, um *Trabbi*³. À esquerda, também livre!

A segunda oração comunica como nova informação a de que a rua está livre do lado esquerdo, mas, com a palavra “também”, assinala como informação dada que o outro lado da rua (isto é, o lado direito) também está livre. Naturalmente, a primeira oração, segundo a qual há um *Trabbi* vindo do lado direito, entra em conflito com essa representação. Esse conflito resolve-se através da inferência malicioso-irônica de que o *Trabbi* não conta como um participante do trânsito.

Um pouco mais sofisticada é a afirmação seguinte de Bernard Shaw:

³ *Trabbi* = apelido para os carros da marca *Trabant*, produzidos pela Sachsenring em Zwickau na Alemanha Oriental, na antiga República Democrática Alemã (RDA) entre 1957 e 1990. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabant>; N.T.)

Trabbi = apelido para os carros da marca *Trabant*, produzidos pela Sachsenring em Zwickau na Alemanha Oriental, na antiga República Democrática Alemã (RDA) entre 1957 e 1990. Sua carroceria era de plástico, motor de dois cilindros, dois tempos, refrigeração a ar: mesmo com os "avanços" do modelo P601 (o último modelo), o *Trabbi* era um carro popular de extrema simplicidade. O interior era extremamente espartano e simples para baratear custos e aumentar a produção. O plástico, similar à fibra-de-vidro, mas de fabricação mais barata e viável para larga escala, não era reciclável, o que criaria um problema nos anos 90: como eliminar as velhas carrocerias abandonadas. A solução foi um fungo capaz de consumir o material. O *trabant* p60 de apenas 3,37 metros de comprimento e 1,5 metro de largura usava motor de dois cilindros e dois tempos, refrigerado a ar. Gerava míseros 26 cv de potência e 5,3 m.kgf de torque; não tinha comando, válvulas, bomba de óleo, radiador ou bomba d'água. O combustível chegava ao carburador pela força da gravidade. Desempenho não era o forte do *Trabant*, que chegava à velocidade máxima de 100 km/h e acelerava de 0 a 80 em 20 s, apesar de pesar apenas 615 kg. Por outro lado fazia cerca de 11 km/l na cidade e 14 na estrada — em seu ritmo lento, naturalmente. Em 1988, pouco antes da queda do muro, a Sachsering tentou modernizá-lo e passou a utilizar o motor de quatro cilindros, quatro tempos e 1,1 litro do VW Polo — outras tentativas haviam sido feitas por usuários, algumas com motor do Fiat 128. Apesar disso, após a abertura do mercado o carrinho não resistiu à concorrência com os modernos modelos ocidentais. Às exatas 14h51 do dia 30 de abril de 1991 era encerrada a produção do *Trabant*, depois de 3.069.099 unidades vendidas não só em países socialistas, como também na Holanda e Bélgica, por exemplo — claro que em pequena quantidade. (adaptação da entrada na enciclopédia livre Wikipédia disponível no [www](http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabant) sob o endereço: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabant>; N.T.)

Exemplo (13):

Sou conhecido pela minha ironia, mas à idéia de construir no porto de Nova York uma estatua da Liberdade nem mesmo eu poderia chegar.

Assinala-se como conhecido que Shaw é um mestre da ironia e que, apesar disso, há uma ironia a qual nem ele poderia chegar. Assim, pois, levanta-se implicitamente a questão: que ironia poderia ser essa? Como novo, assinala-se que não foi Shaw que teve a idéia de construir no porto de Nova York uma estátua da Liberdade. Ambas as afirmações podem ser ligadas pela inferência de que é uma ironia ter construído uma estátua da Liberdade, justamente, no porto de Nova York.

Em conclusão, pode-se então afirmar: a compreensão de texto constitui-se da construção de múltiplas representações mentais em diferentes níveis de representação. Nesse processo de construção, o leitor recebe, entre outras coisas, instruções para a construção da coerência na forma de pistas sobre as informações que já lhe são conhecidas (ou seja, que são pressupostas como já conhecidas) e sobre as informações que lhe são novas (ou seja, que são supostas como ainda não conhecidas). Assim sendo, vê-se que o autor aplica a estratégia comunicativa de fazer ligações com o que já é conhecido, de fato ou supostamente, ao leitor. Contudo, há uma divisão implícita de trabalho entre o autor e o leitor, de modo que o autor encarrega o leitor de determinadas inferências à medida que dá por supostamente conhecido o que, de fato, é novo.

7. Considerações finais e perspectivas

Do ponto de vista da Psicologia e da Linguística cognitiva, os textos não são portadores de significado. Ao contrário, eles são estímulos para processos mentais de construção, que são orientados tanto pelas informações externas do texto quanto pelas informações internas do conhecimento prévio. O autor com seu texto quer dizer alguma coisa e o leitor tenta compreender o que o autor quis dizer. Quanto maior o grau de concordância entre a compreensão do leitor e o querer dizer do autor, mais bem sucedida terá sido a comunicação textual entre o autor e o leitor.

A compreensão textual constitui-se da construção de múltiplas representações mentais às quais pertencem, antes de tudo, a representação mental da superfície do texto, a representação proposicional do conteúdo semântico e o modelo mental dos fatos referenciados. O modelo mental, desde o início, tem propriedades holísticas. O texto serve como base de dados para a construção do modelo, a avaliação do modelo e, eventualmente, a revisão do modelo.

A compreensão textual é um processo da construção mental de coerência. Num texto mais complexo, é possível distinguir múltiplos níveis temáticos. A compreensão desse texto exige processos de construção de coerência em todos esses níveis. Conforme o número de níveis temáticos envolvidos numa mudança temática, é possível falar de continuidade ou descontinuidade temática. Numa construção descontínua do tema, o leitor tem que reconstruir repetidamente mudanças temáticas e, desse modo, enfrenta a tarefa do acompanhamento do foco [*Fokus-Nachführung*]. No acompanhamento do foco [*Fokus-Nachführung*], a informação de tópico serve como estímulo para um processo mental de busca em múltiplos níveis de representação. Ela contém diferentes parâmetros de busca: se houve uma mudança temática; caso afirmativo, se houve uma mudança suave ou brusca de tema; qual é o tamanho do domínio de busca e quais são as propriedades do referente. Além disso, o leitor recebe pistas sobre o que já lhe é conhecido (ou seja, o que é pressuposto como conhecido) e o que lhe é novo. Nessa busca, ele tem que fazer múltiplas inferências que o autor, por assim dizer, lhe delega.

Essa maneira de ver a compreensão textual distingue-se claramente das suposições ingênuas sobre a compreensão textual no cotidiano. Ela é o resultado de uma colaboração que já dura dezenas de anos entre diferentes disciplinas, especialmente, a Linguística, a Psicologia e a Informática. Com base na colaboração interdisciplinar, desenvolveram-se nas áreas limítrofes dessas ciências novas subdisciplinas, como a Linguística cognitiva, a Psicolinguística ou a Linguística computacional. Todavia, outras disciplinas também contribuíram nessa análise multi-perspectivada da comunicação verbal e, especialmente, da comunicação textual, por exemplo: a Antropologia ou a Microsociologia, que analisam a língua ou os textos como ferramentas culturais.

Apesar da sua trivialidade, a compreensão do texto é um fenômeno tão complexo que ultrapassa geralmente as capacidades analíticas de uma disciplina científica isolada. Logo, para o futuro, recomenda-se uma pesquisa da compreensão textual ainda mais orientada de modo interdisciplinar, na qual as diferentes disciplinas se inspirem mutuamente e, em vez de se esforçar por estabelecer delimitações mútuas, se comuniquem mais intensamente para aproveitar, de modo mais efetivo possível, os efeitos sinérgicos potenciais.

Referências bibliográficas

BADDELEY, Alan. *Working Memory*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1986.

- BRANSFORD, John & JOHNSON, Merieta K. "Contextual Prerequisites for Understanding: Some Investigations of Comprehension and Recall". *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 11, 1972, p. 717-726.
- BUHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Jena: Fischer, 1934.
- BURING, Daniel. "Intonation und Informationsstruktur". In: BLUHDORN, Hardarik; BREINDL, Eva & WASSNER, Ulrich H. (orgs.). *Text – Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*. Jahrbuch 2005 des Institutes für Deutsche Sprache (IdS). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2006, p. 144-163.
- COLLINS, Allan; BROWN, John S. & LARKIN, Kathy M. "Inference in Text Understanding". In: SPIRO, Rand J.; BRUCE, Bertram C. & BREWER, William F. (eds.). *Theoretical Issues in Reading Comprehension*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1980, p. 385-407.
- FLETCHER, Charles R. "The Functional Role of Markedness in Topic Identification". *Text*, 5, 1985, p. 23-37.
- GARROD, Simon C. & SANFORD, Anthony J. "Topic Dependent Effects in Language Processing". In: FLORES D'ARCAIS, Giovanni B. & JARVELLA, Robert J. (eds.). *The Process of Language Understanding*. Chichester: Wiley, 1983, p. 271-296.
- GIVÓN, Talmy (ed.). *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*. Amsterdam: Benjamins, 1983.
- GRAESSER, Arthur C.; MILLIS, Keith K. & ZWAAN, Rolf A. "Discourse Comprehension". *Annual Review of Psychology*, 48, 1997, p. 163-189.
- HALLIDAY, Michael A. K. "Language Structure and Language Function". In: LYONS, John (ed.). *New Horizons in Linguistics*. Baltimore: Penguin, 1970, p. 140-165.
- HAVILAND, Susan E. & CLARK, Herbert H. "What's New? Acquiring New Information as a Process in Comprehension". *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 1974, p. 512-521.
- HERMANN, Theo. *Allgemeine Sprachpsychologie. Grundlagen und Probleme*. München: Urban & Schwarzenberg, 1985.
- HÖRMANN, Hans. *Meinen und Verstehen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.
- JOHNSON-LAIRD, Philip N. *Mental Models*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KINTSCH, Walter. *Comprehension. A Paradigm for Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SCHNOTZ, Wolfgang. *Aufbau von Wissensstrukturen*. Weinheim: Beltz, 1994.
- SIDNER, Candace L. "Focusing and Discourse". *Discourse Processes*, 6, 1983, p. 107-130.
- VAN DIJK, Teun A. *Macrostructures*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1980.

A intertextualidade e a compreensão de texto¹

Hardarik Bluhdorn
Institut für Deutsche Sprache (IDS) Mannheim

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução

No dicionário de linguística de Theodor Lewandowski (1990, p. 490), lê-se sob o verbete *Intertextualität* (*intertextualidade*), entre outras coisas: “Muitas vezes, um texto torna-se significativo apenas quando o leitor pode associá-lo com outros textos já conhecidos.”² Esse fato pode ser observado, com frequência, em piadas ou paródias, como ilustra a seguinte charge do calendário de charges *Karicartoon*³ 2004 da revista satírica *Titanic* (Beck, 2003) (Imagem 1).

A imagem mostra uma cena noturna com dois senhores corpulentos, de terno escuro, no balcão de um casarão da época da revolução industrial alemã. Pela porta aberta do balcão, vê-se um salão iluminado pomposamente. Um dos dois senhores está oferecendo ao outro um copo cheio de champanhe. A canção citada no subtítulo da imagem “*Bruder zur Sonne, zur Freiheit*” (Irmãos para o sol, para a liberdade)⁴, do original russo de Leonid Radin (1897), na tradução alemã de Hermann Scherchen, é considerada a canção militante mais importante do movimento dos trabalhadores na Alemanha. Os dois senhores, em cuja conversação a canção é citada, identificam-se por sua roupa, seu hábito e o contexto situacional como membros

¹ BLUHDORN, Hardarik. Textverstehen und Intertextualität. In: BLUHDORN, Hardarik, BREINDL, Eva & WASSNER, Ulrich H. (orgs.). *Text – Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*. Jahrbuch 2006 des Instituts für Deutsche Sprache. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 2006, p. 277-298.

Agradeço a Gisela Zifonun a leitura prévia e os comentários construtivos. [Agradecimentos também a Karin Volobuef e Helmut Galle, que providenciaram as traduções dos poemas e de uma citação de Goethe. (N.T.)]

² “In vielen Fällen wird ein [...] Text für den Leser erst sinnvoll, wenn er diesen in einen Zusammenhang mit anderen, ihm schon bekannten Texten bringen kann.” (N.T.)

³ O título “*Karicartoon*” é uma braquissemia (uma derivação truncada estrutural; cf. Carvalho, 1974) que consiste no emprego de uma parte do lexema alemão “*Karikatur*” (charge) como pseudoprefixo da palavra inglesa “*cartoon*” (desenho animado). (N.T.)

⁴ *Bruder zur Sonne, zur Freiheit, / Bruder zum Lichte empor! / Hell aus dem dunklen Vergangnen / leuchtet die Zukunft hervor. // Seht, wie der Zug von Millionen / endlos aus Nüchternem quillt, / bis euer Sehnsucht Verlangen / Himmel und Nacht überschwillt. // Bruder, in eins nun die Hände, / Bruder, das Sterben verlacht! / Ewig, der Sklaverei ein Ende, / heilig die letzte Schlacht! // Brechet das Joch der Tyrannen, / die uns so grausam gequält. / Schwenket die blutrote Fahne / über die Arbeiterwelt. // Bruder, ergreift die Gewehre, / auf zur entscheidenden Schlacht! / Dem Kommunismus die Ehre, / ihm sei in Zukunft die Macht.*

Eis uma tradução para o português dessa canção:

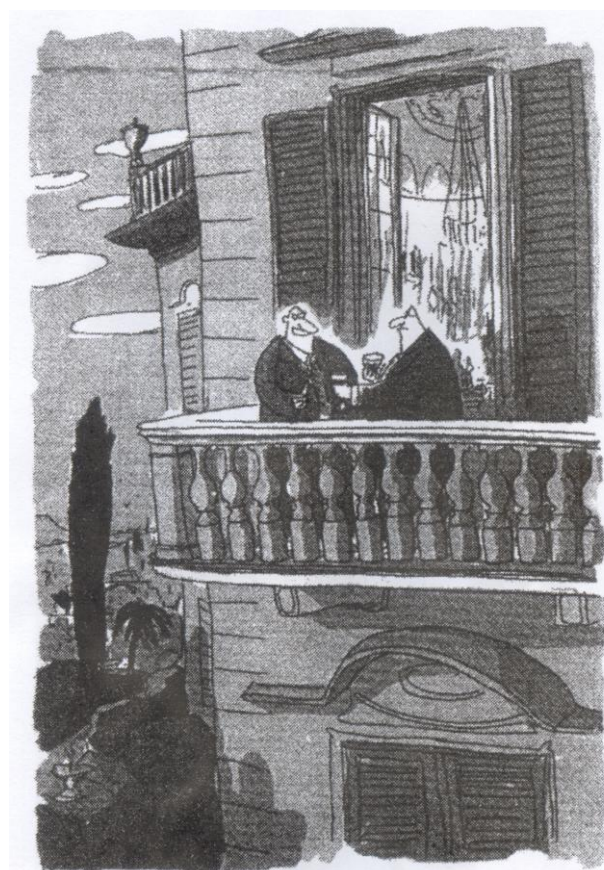
Irmãos para o sol, para a liberdade, / irmãos, para a luz no zênite! / Claramente, do passado escuro, / o futuro está a brilhar. // Vejam, como o cortejo das milhões / nasce infinitamente da escuridão, / até que o desejo da sua saudade / enche o firmamento e a neblina. // Irmãos, estendam as mãos, / Irmãos, riam da morte! / Acabem, para sempre, com a escravidão, / santifiquem a última batalha! // Quebrem o jugo dos tiranos, / que nos, tão cruelmente, atormentaram. // Acenem a bandeira vermelha de sangue / sobre o mundo do trabalhador. // Irmãos, peguem as carabinas, / partem para a batalha decisiva! / Toda a honra para o comunismo, / que a ele pertença, doravante, o poder. (N.T.)

daquela classe social contra a qual o grito de liberdade da canção se dirige. Para um leitor que conhece a canção e sua função — e apenas para ele — é claro que os dois senhores não fazem parte dos *irmãos* com os quais a canção simpatiza. Para ele, a observação “*schön gesagt*” (belas palavras!) e a afirmação “*wir können einfach nicht alle mitnehmen*” (simplesmente não podemos levar todos conosco), nesse contexto, têm um efeito cínico e dissonante e, portanto, cômico. Em contraposição, um leitor que carece do conhecimento intertextual não consegue decodificar essa piada.

Imagem 1: Charge



»... Brüder, zur Sonne zur Freiheit ...
schön gesagt, aber wir können einfach
nicht alle mitnehmen ...«



“... irmãos, para o sol, para a liberdade ...
é bem dito, mas, simplesmente, não
podemos levar todos conosco ...”

Como se percebe, a intertextualidade é, às vezes, uma condição necessária, se bem que não suficiente, para a compreensão do texto. Os textos que se referem a outros textos não

podem ser compreendidos, ou apenas podem ser compreendidos superficialmente, sem o conhecimento dos textos de referência. Mas podemos explicitar a importância da intertextualidade para a compreensão textual a tal ponto que o linguista possa tirar proveito disso? Será que *intertextualidade* é um termo útil para a linguística? Vários autores duvidaram disso (por exemplo: Heinemann, 1997; Steyer, 1997; Fix, 2000, p. 451).

No que segue, tentarei demonstrar com detalhes como a intertextualidade influencia a compreensão de texto e onde se abrem perspectivas relevantes para a linguística. Escolhi para tanto os seguintes três pontos de vista:

- a) a intertextualidade e o microtexto,
- b) a intertextualidade e os recursos linguísticos
- c) a intertextualidade e o usuário da língua.

Mas, antes de abordar esses pontos, quero esboçar como o conceito da intertextualidade, na minha opinião, se encaixa na sistemática da linguística textual e como se relaciona a outros conceitos básicos dessa disciplina.

2. O que é intertextualidade?

O objeto de pesquisa da linguística textual é o texto. Entretanto, até hoje não há um acordo sobre a definição de texto e, conseqüentemente, sobre a delimitação exata do objeto da linguística textual. Beaugrande e Dressler (1981, p. 3) definem o texto como “ocorrência comunicativa”. De acordo com essa definição, um texto legítimo deve ter objetivos comunicativos. Além disso, é opinião unânime que textos são signos (linguísticos) complexos.

Podemos partir dessa definição mínima e dividir, no próximo passo, o objeto da linguística textual em duas áreas grandes, que podem ser rotuladas com os termos **microtexto** e **macrotexto**. Ao longo do tempo, o foco de interesse da linguística textual deslocou-se do microtexto para o macrotexto (cf. Antos & Tietz, 1997).

Os microtextos são produtos linguísticos delimitados, denominados na linguagem cotidiana com o termo individual *texto*. Um microtexto prototípico

- provém de um único autor,
- foi redigido num determinado momento histórico,
- com uma intenção determinada,
- trata de um tema determinado,
- pertence a um determinado gênero textual

- e constitui-se, exclusivamente, de componentes linguísticos (palavras e orações).

Os melhores exemplos dessa categoria encontram-se entre os poemas dos clássicos e românticos, por exemplo:

Exemplo (1): Poema clássico

Wandrer's Nachtlied

*Der du von dem Himmel bist,
Alles Leid und Schmerzen stillest,
Den, der doppelt elend ist,
Doppelt mit Erquickung füllest,
Ach, ich bin des Treibens müde!
Was soll all der Schmerz und Lust?
Süßer Friede,
Komm, ach komm in meine Brust!*

Canção vespertina do peregrino⁵

Tu que és do alto céu,
Toda dor e mágoa curas,
E, quem duplamente sofre,
Duplamente revigoras.
Ai, cansado estou da lida!
Que me valem dor, prazer?
Doce calma,
Vem, ai, vem à minha alma!
(tradução de Roswitha Kempf)

Esse texto de Johann Wolfgang von Goethe foi escrito em 1776. O gênero textual é definido pelo próprio poeta no título “*Nachtlied*” (Canção vespertina). Seja como for que os textos particulares desse gênero possam ser caracterizados, a canção vespertina aqui presente, como se reconhece facilmente, tem a forma de uma oração. O tema do texto são as dúvidas existenciais noturnas do falante e a busca da paz interior. A intenção do poeta é exprimir um estado de alma pela representação mimética de emoções.

O macrotexto, ao contrário do microtexto, é um objeto ao qual podemos nos referir com o termo *texto* como nome contável e também como nome de massa. Os macrotextos

- não precisam ser delimitados claramente,
- podem compor-se de numerosos microtextos que mantêm múltiplas relações entre si,
- podem ser ampliados por diferentes produtores de texto,
- em momentos históricos diferentes e
- com diferentes intenções.

Bons exemplos de macrotextos são as conversações com vários participantes, como conversas de mesa de almoço entre colegas na cantina. Quando gravamos e transcrevemos conversações desse tipo, notamos que definir a sua textualidade é muito mais difícil do que captar a textualidade do poema citado acima. As conversas começam e terminam mais ou

⁵ Publicado em: KEMPF, Roswitha. *A poesia alemã – breve antologia*. São Paulo: Massao Ohno Editor. 1981, p. 112. (N.T.)

menos aleatoriamente; elas não têm um percurso planejado e podem cambiar entre vários temas por livre associação; várias vozes podem falar simultaneamente e se sobrepor mutuamente; os elementos que compõem o texto às vezes, mas nem sempre, se relacionam entre si e se entrelaçam. Se recortássemos um segmento de um macrotexto, esse recorte, muitas vezes, seria um texto exatamente no mesmo sentido que o macrotexto inteiro: ele teria limites arbitrários para fora, seria arbitrário no seu decorrer e incompleto nas suas concatenações.

As conversações, de uma maneira geral, constituem-se dos turnos dos falantes individuais, e alguns desses turnos podem muito bem ter as características de microtextos bastante típicos, mas omitiríamos qualidades essenciais da conversação como unidade textual, se tentássemos descrevê-la, simplesmente, como uma sequência de microtextos.

Outro bom exemplo de um macrotexto são as revistas que anunciam a programação da televisão (tipo a *TV Guide* americana), nas quais numerosos textos e textinhos anunciam, comentam e interpretam outros textos (pois filmes e telenovelas também são textos). Esses textos individuais podem ser entrelaçados entre si de múltiplas maneiras, mas podem, também, ficar completamente separados um ao lado do outro. Eis um exemplo:

Imagem (2): Recorte de uma revista com a programação de TV

ALLE SPIELFILME

2. Dezember DO

22.25 Macbeth

3SAT Nach William Shakespeare

DRAMA Schottland im dunkelsten Mittelalter: Drei Hexen prophezeien dem Feldherrn Macbeth (Jon Finch), dass er den schottischen Thron besteigen werde. Von Macbeth besessen und von seiner Frau (Francesca Annis) gedrängt, ermordet er den Schottenkönig Duncan heimtückisch im Schlafgemach. Den Verdacht lenkt er auf die Wachen. Aber Macbeth wird die Geister der Getöteten nicht mehr los. – Morgen: „Henry V.“ mit Kenneth Branagh.

GB 1971 R: Roman Polanski D: Ian Finch, Francesca Annis, Martin Shaw, Nicholas Selby, John Shille FSK: 16
134/135 Min. → 0.40 35-46/3-7/6

Packend, schaurig, spektakulär, ein Meisterwerk!

Hunter Action Spannung Gefühl Anspruch

Macbeth wird von Vorahnungen gepeinigt

23.00 Über Nacht

ARD Liebe schmerzt **TV-PREMIERE**

LIEBESFILM Mathilda (Tai Elshorst) arbeitet in einem Club und erledigt Drogengeschäfte für ihren Chef. Sie glaubt nicht an die Liebe, ihre Freundin Moni (Nina Hecklau) mag One-Night-Stands. Als ihr Freund Pavel (Frank Wünsche) Moni mit einem anderen im Bett erwischt, will er den Schmerz in Whisky ertränken. Im Club verliebt er sich in Mathilda, und sie mag ihn auch. Aber beide haben Angst vor ihren Gefühlen. – Horst Krassas Regiedebüt.

D 2003 R: Horst Krassa D: Tai Elshorst, Frank Wünsche, Nina Hecklau, Peter Leischauer, Caroline Peters FSK: 16
100 Min. → 0.40 7-54-44/4

Gelungene Studie über Liebe und Einsamkeit

Hunter Action Spannung Gefühl Anspruch

Mathilda hat Angst, verletzt zu werden

23.05 Mit einem Rutsch ins Glück

MDR Fehltritt mit Folgen

KOMÖDIE Bei einem Geschäftstermin im Zoo stolpert die Beauty-Journalistin Eva Christ (Anja Kruse) über einen Eimer mit Fischen – und direkt ins Leben des sympathischen Zooangestellten Max Hay (Heio von Stetten). Ihre wachsende Zuneigung zum unkonventionellen Tierpfleger gefährdet das langjährige Verhältnis mit ihrem verheirateten Liebhaber Karl (Wolf Roth). – In einem Gastaufritt: Pierre Brice. (Wh. v. Mo., 20.15, SWR)

D 2003 R: Christian Klein D: Anja Kruse, Heio von Stetten, Wolf Roth, Nina Hagen, Alexander Ströbele FSK: 6
89 Min. → 0.35 9-7/6-8/2

Hier wird tapfer gegen das Buch angespielt

Hunter Action Spannung Gefühl Erotik

Eva lernt schnell die Qualitäten von Max schätzen

0.05 Der Arzt von St. Pauli

VOX Huren, Mord ... & Curt Jürgens

DRAMA Jan Dillring (Curt Jürgens) arbeitet als Armenarzt auf St. Pauli. Als der junge Matrose Hein Jungermann (Fritz Wepper) in Verdacht gerät, seine Freundin

getötet zu haben, hilft er ihm. Dabei kommt Jan dahinter, dass sein Bruder Klaus (Horst Naumann) als skrupelloser Frauenarzt Patientinnen, die ungewollt schwanger wurden, zur Prostitution erpresst. – Der erste von fünf St.-Pauli-Filmen mit Curt Jürgens. Schnell verdient Geld für ihn.

D 1955 R: Rolf Güse D: Curt Jürgens, Horst Naumann, Christiane Ruckert, Heinz Rühnke, Fritz Wepper FSK: 16
95/110 Min. → 1.55 9-6/3-7/47

Einfältige Verfilmung eines Groschenromans

Hunter Action Spannung Gefühl Erotik

Für Margot (C. Rücker) ist Jan der Retter in der Not

0.30 Das Piano

ARTE Selbstbefreiung einer Frau

DRAMA Die stumme Ada (Holly Hunter) kommt 1850 mit ihrer Tochter Flora (Anna Paquin) aus Schottland nach Neuseeland, um den Farmer Stewart (Sam Neill) zu heiraten, den sie gar nicht kennt. Stewart weigert sich, ihr geliebtes Klavier mitzuschleppen, als er sie am Strand abholt. Sein wunderbarer Nachbar Baines (Harvey Keitel) erkennt dagegen, was das Piano für Ada bedeutet, und nutzt dies, um sich ihr zu nähern. (Wh. Mo., 13.12., 0.35 Uhr)

Ausf. 1993 R: Jane Campion D: Holly Hunter, Harvey Keitel, Sam Neill, Anna Paquin, Turgun Bakur FSK: 12
115 Min. → 2.20 1-6/3-9/32

Intensiv, intim und mit grandiosen Bildern

Hunter Action Spannung Gefühl Anspruch

Baines hat eine Idee, wie er Ada nahe sein kann

0.55 Central Station

ZDF Eine ungleiche Freundschaft

ROADMOVIE Dora (Fernanda Montenegro) verdient sich ihren Lebensunterhalt als Briefschreiberin für Analphabeten. Sie ist eine harte Frau, die den Glauben an die Menschen verloren zu haben scheint – bis die Mutter des kleinen Josué (Vinicius de Oliveira) überfahren wird. Dora kümmert sich um den Jungen. Sie reist mit ihm quer durch Brasilien, um seinen Vater zu suchen. – Auf der Berlinale als Bester Film ausgezeichnet. (Wh. am Sa., 15.45, 3SAT)

Bstf. 1997 R: Central do Brasil R: Walter Salles D: Fernanda Montenegro, Marília Pêra, Vinicius de Oliveira FSK: 6
103 Min. → 2.40 4-5/5-3/9

Berührende Story, realistisch und poetisch

Hunter Action Spannung Gefühl Anspruch

Dora und Josué kommen sich langsam näher

1.00 Paradiso – Sieben Tage mit sieben Frauen

ARD Mein Leben und ich

KOMÖDIE Der erfolgreiche Komponist Adam Bergschmidt (Hanns Zischler) wird sechzig und lädt die sieben Frauen seines Lebens ein, mit ihm sieben Tage in seinem Haus zu verbringen. Alle kommen. Gemeinsam verbringen sie eine Woche voller Erinnerungen. – Der Film wurde auf der Berlinale mit dem Silbernen Bären ausgezeichnet.

D 1999 R: Rudolf Thome D: Hanns Zischler, Cora Frost, Adriano Altaretti, Sabine Bach, Ichyane el Bitar FSK: 9
98 Min. → 2.40 8-4/3-5/3

Ruhiges, beschauliches Beziehungsgeflecht

Hunter Action Spannung Gefühl Erotik

Eva (Cora Frost) gratuliert ihrem Adam als Erste

O: Originaltitel R: Regie D: Darsteller FSK: Freiwillige Selbstkontrolle Redakteurin des Tages: Elisabeth Unverhau

1.55 Police – Der Bulle von Paris ... verliebt sich

VOX

KRIMI Drogenfahnder Mangin (Gérard Depardieu) hat den Ruf, bei seinen Verhören nicht zimperlich zu sein. Um dem tunesischen Drogendealer Simon (Jonathan Lema) und dessen Freundin Noria (Sophie Marceau) auf die Spur zu kommen, ist ihm jedes Mittel recht. Doch dann verliebt er sich in Noria und kann bald Privates und Arbeit nicht mehr trennen. – Für seine Rolle bekam Gérard Depardieu in Venedig den Preis als Bester Darsteller.

F 1985 O: Police R: Maurice Pialat D: Gérard Depardieu, Sophie Marceau, Richard Anconina, P. Richard FSK: 16
105/115 Min. → 3.50 21-26/6/28

Spannende, detaillierte Milieuschilderung

Hunter Action Spannung Gefühl Anspruch

Drogenfahnder Mangin verfällt der süßen Noria

NACHTFILME

2.25 Liebesexzesse

RTL 2 EROTIKTHRILLER

USA 1996 – Jessica (Monique Parent) sitzt unter Mordverdacht im Gefängnis. Ihr Anwalt Philip Tanner (Jeffery Thomas Johnson) glaubt, was sie sagt: Angeblich habe ihre Zwillingsschwester Julie die Tat begangen. Tanner recherchiert auf eigene Faust und gerät in einen Sumpf aus Verbrechen und Verführung. (Wh. v. So., 2.55)

74/90 Min. → 3.55 9-3/7-3/38

3.55 Patricias Geheimnis

RTL 2

KRIMI D 1995 – Patricia (Petra Kleinert, I.) und Ellen (Katharina Müller-Eimau) finanzieren sich ihr Studium als Escort-Girls. Dann verliebt sich Ellen in einen Kunden und träumt von einer gemeinsamen Zukunft. Kurz darauf ist sie tot. Patricia glaubt nicht an einen Unfall und forscht nach. Die Spur führt an die Nordsee. (Wh. v. ge., 1.20)

92/110 Min. → 5.45 16-98/2-0/8

A imagem mostra uma página dessas revistas que, ao primeiro olhar, parece conter dez microtextos. Cada um desses microtextos apresenta um filme anunciado para a noite do dia dois de dezembro. Por meio do título *ALLE SPIELFILME 2. Dezember DO(nnerstag)* (“*TODOS OS FILMES 2 de dezembro QUI[nta-feira]*”), assim como através do seu arranjo na página, os dez textos se encaixam em um único texto maior. Ao mesmo tempo, cada um desses microtextos constitui-se de várias partes, que, por sua vez, podem também ser interpretadas como microtextos. Vejamos um deles em detalhe:

Imagem (3): Apresentação de um filme

O30 ARTE O PIANO A libertação de uma mulher DRAMA No ano 1850, Ada (Holly Hunter), muda, vem com sua filha Flora (Anna Paquin) da Escócia para Nova-Zelândia para casar-se com o fazendeiro Stewart (Sam Neill) o qual ela nem conhece.  Baines tem uma ideia de como se aproximar de Ada Stewart recusa-se a levar consigo o amado piano dela quando vai buscá-la na praia. Seu vizinho esquisito Baines (Harvey Keitel), no entanto, reconhece como o piano é im-portante para Ada e aproveita-se disso para aproximar-se dela. (rep. Seg, 13/12/04, às 0.35 horas) Aus/F 1992 O: <u>The Piano</u> D: Jane Campion A: Holly Hunter, Harvey Keitel, Sam Neill, Ana Paquin, Tunga Baker IM: 12 anos 115 min. — 2.20 1-893-932  Intensivo, íntimo e com imagens magníficas Humor... Ação Susp. Emog. Nivel 	O30 ARTE Das Piano Selbstbefreiung einer Frau DRAMA Die stumme Ada (Holly Hunter) kommt 1850 mit ihrer Tochter Flora (Anna Paquin) aus Schottland nach Neuseeland, um den Farmer Stewart (Sam  Baines hat eine Idee, wie er Ada nahe sein kann Neill) zu heiraten, den sie gar nicht kennt. Stewart weigert sich, ihr geliebtes Klavier mitzuschleppen, als er sie am Strand abholt. Sein wundersamer Nachbar Baines (Harvey Keitel) erkennt dagegen, was das Piano für Ada bedeutet, und nutzt dies, um sich ihr zu nähern. (Wh. Mo., 13. 12., 0.35 Uhr) Aus/F 1992 O: <u>The Piano</u> R: Jane Campion D: Holly Hunter, Harvey Keitel, Sam Neill, Anna Paquin, Tunga Baker FSK: 12 115 Min. — 2.20 1-839-932  Intensiv, intim und mit grandiosen Bildern Humor Action Spannung Gefühl Anspruch 

Como primeiro passo, o tipo de filme é especificado (aqui: *Drama*); em seguida, vê-se um resumo sucinto da trama do filme, ou seja, da situação inicial; nesse resumo, indicam-se também os atores que representam os papéis principais. Acrescenta-se, ainda, uma foto cênica

com um subtítulo mais ou menos expressivo. Tanto no resumo quanto no subtítulo da foto, a vagueza tem a função de estimular a curiosidade do leitor para ver o filme.

No canto direito inferior, separado do restante do texto por uma linha horizontal, encontra-se um parágrafo impresso em fonte de tamanho pequeno, que contém informações técnicas: o país e o ano de produção, o título original, o nome do diretor, os nomes dos atores principais, a idade mínima de um espectador para a qual seja recomendada a exibição do filme e a duração do filme em minutos. Embaixo disso, é dada uma avaliação tríplice, cujo autor e cujos critérios fundamentais permanecem anônimos: uma face mais ou menos sorridente simboliza, graficamente, a impressão geral; duas ou três palavras-chave fornecem uma avaliação verbal (bastante indeterminada); e uma escala entre zero e três pontos, em categorias como *humor*, *ação*, *suspense*, *emoção* e *nível artístico*, dá a impressão de classificar e avaliar o filme numericamente.

As partes são unidas por um título comum, que contém o nome do filme, e um subtítulo acrescentado pela redação, assim como o horário e o canal responsável pela transmissão do filme. As partes no canto direito inferior são ligadas com o resumo e a foto, apenas pelo título em comum. As informações técnicas e a parte avaliadora não são ligadas entre si. O subtítulo geral não mantém uma relação clara com as demais partes. Nesse exemplo, por conseguinte, se juntam três ou mais microtextos, para formar um texto de uma complexidade maior. Este se reúne com outros textos construídos de uma maneira semelhante e localizados no mesmo nível de complexidade, para formar o macrotexto da página. Esta, por sua vez, junto com algumas outras páginas, forma o macrotexto do programa do dia, o qual, junto com os outros programas do dia, constitui o macrotexto do programa da semana, etc. Percebe-se que macrotextos de diferentes níveis de complexidade podem, de múltiplas maneiras, ser encaixados um no outro.

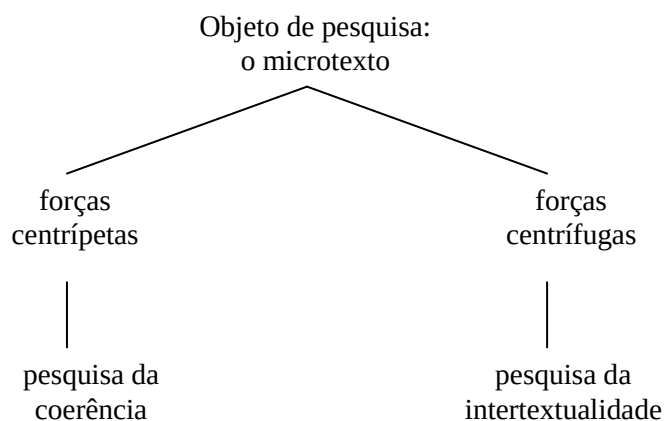
Outros exemplos de macrotextos (propositadamente escolhidos de domínios heterogêneos), nos quais prevalecem características semelhantes, são: a Bíblia, a literatura alemã medieval e a internet. Culturas inteiras também são macrotextos. Esses exemplos mostram que muitos macrotextos não têm limites e nem podem ser delimitados. De fato, os macrotextos podem ser ampliados continuamente e podem ser caracterizados, a cada momento histórico, apenas como resultado momentâneo dos processos da sua criação e do seu desenvolvimento. Por conseguinte, os macrotextos típicos são **polifônicos**, **politemáticos** e **poligenéricos**, i.e., reúnem, dentro de si, as vozes de vários falantes, tratam de vários temas, por vezes desconectados, e podem apresentar traços de diferentes gêneros textuais. Além disso, os macrotextos podem ser **multimodais** e **multimidiáticos**, i.e., podem combinar

trechos falados com trechos escritos; podem incluir tanto componentes verbais quanto não-verbais como imagens, sons, música, etc. e podem, graças à divisão de trabalho semiótico entre esses componentes, surtir efeitos comunicativos específicos.

Apenas recentemente, a linguística textual descobriu os macrotextos como objeto de pesquisa promissor (cf. Antos & Tietz, 1997). Tais textos exigem abordagens e métodos analíticos que ultrapassam, de longe, o instrumental posto à prova nos microtextos.

Na linguística textual do microtexto, distinguem-se duas questões principais. A primeira focaliza as forças centrípetas, ou seja, as forças que agregam o microtexto por dentro e o delimitam para fora. Essa é a questão central da **pesquisa da coerência**. A outra questão principal focaliza as forças centrífugas no microtexto, ou seja, as forças que o conectam para fora, com outros microtextos. Essa está no centro da **pesquisa da intertextualidade** (cf. Kristeva, 1967):

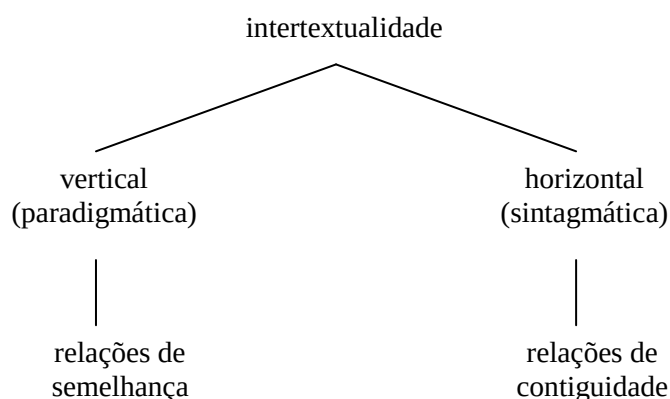
Figura (1): Duas questões principais da linguística textual



Nos anos 70 e 80 do século XX, a pesquisa da coerência dominou, em grande parte, a discussão na linguística textual (Harweg, 1979[1968]; Halliday & Hasan, 1976; Beaugrande & Dressler, 1981; Strohner & Rickheit, 1990). Pesquisaram-se as cadeias de retomada referencial, as recorrências lexicais, pró-formas, elipses, conectores e isotopias.

Desde os anos 90, a pesquisa da intertextualidade ganhou espaço. Ela também pode ser dividida em duas direções, cujos objetos de pesquisa foram denominados de **intertextualidade horizontal** e **vertical** (Kron, 2002, p. 9):

Figura (2): Dois tipos de intertextualidade



A intertextualidade vertical — também chamada de paradigmática (Heinemann, 1997, p. 25) ou tipológica (Holthuis, 1993, p. 51-88) — abrange as **relações de semelhança entre os microtextos**, ou seja, aquelas características dos microtextos que são relevantes para sua classificação em gêneros textuais (Beaugrande & Dressler, 1981, p. 188-215). A teoria dos gêneros originalmente faz parte da teoria literária (Genette, 1990), mas foi descoberta pela linguística textual já nos anos 70 (Gulich & Raible, 1972) e está em alta novamente, desde os meados dos anos 90 (Adamzik, 1995 e 2000).

A intertextualidade horizontal, por sua vez — também chamada de sintagmática (Heinemann, 1997, p. 25) ou referencial (Holthuis, 1993, p. 89-153) — abrange as **relações de contiguidade entre os microtextos**. Para entender melhor o que isso significa, podemos recorrer à tipologia da “transcendência textual” de Gérard Genette (1993, p. 9-18) apresentada a seguir numa ordem levemente alterada. Genette distingue entre:

- a arquitextualidade,
- a paratextualidade,
- a intertextualidade,
- a metatextualidade e
- a hipertextualidade.

A *arquitextualidade* diz respeito à classificação dos textos em categorias textuais, ou seja, ela se refere àquilo que é chamado, também, de intertextualidade vertical.

A *paratextualidade* abrange as relações entre textos que ocorrem na mesma mídia, como os textos da revista com a programação de televisão, os textos de uma antologia ou os nós de um hipertexto.

A *intertextualidade*, no sentido de Genette, compreende todas as formas de citações explícitas ou ocultas e todas as maneiras de retomar os recursos linguísticos e as formulações de outros textos.

Fala-se de *metatextualidade* quando um texto se refere a outro fazendo comentários, por exemplo, na resenha, na interpretação ou na edição crítica.

Com o termo *hipertextualidade*, Genette refere-se a textos derivados de outros textos: apropriações e reelaborações temáticas, paródias, sátiras, imitações e plágios. Aquilo que se chama de hipertexto na linguagem corriqueira e na linguística não pertence, portanto, a essa categoria.

As relações paratextuais, intertextuais, metatextuais e hipertextuais, no sentido de Genette, pertencem àquilo que, no sentido mais amplo, é chamado de intertextualidade horizontal. As relações paratextuais dizem respeito à mídia; as intertextuais, à forma linguística. Esses dois tipos podem ser verificados na superfície do texto. Ao contrário, as

relações metatextuais e hipertextuais ultrapassam a dimensão formal. Comentários/interpretações e derivações/ reelaborações podem referir-se tanto à forma quanto ao conteúdo.

Numa perspectiva ampliada, a intertextualidade horizontal pode ser chamada, também, de **coerência do macrotexto**. As relações paratextuais constituem a coerência midiática, as relações intertextuais (no sentido de Genette), a coesão formal do macrotexto. As relações metatextuais dizem respeito aos temas e às proposições, ou seja, à coerência discursiva. As relações hipertextuais (no sentido de Genette), finalmente, são responsáveis pela coerência estética do macrotexto.

A intertextualidade horizontal, na forma e organização acima esboçada, até há pouco tempo era objeto exclusivo dos estudos literários. Apenas recentemente, os linguistas têm começado a se ocupar dela (Holthuis, 1993; Linke & Nussbaumer, 1997; Haßler, 1997; Rößler, 1999; Fix, 2000, entre outros).

No que segue, analisarei o papel da intertextualidade na compreensão de texto sob os três pontos de vista mencionados anteriormente. Ao mesmo tempo, focalizarei a questão de quais aspectos da intertextualidade são os mais relevantes para a linguística.

3. A intertextualidade e o microtexto

Há microtextos como *Wandrer's Nachtlied* (vide exemplo 1 acima) que, em princípio, parecem ser independentes de outros microtextos e, portanto, também de macrotextos. Pelo menos num exame superficial, é possível pressupor que esses microtextos se constituem de um conjunto fechado de palavras, que se concatenam entre si formando orações, que, por sua vez, se combinam para compor o texto. Com o nível do texto, alcançamos um limite superior de complexidade, no qual o objeto linguístico se acaba e, portanto, não é mais passível de nenhuma complementação.

A assinatura de Goethe embaixo da primeira versão de *Wandrer's Nachtlied* apóia essa interpretação do texto como uma unidade fechada e auto-suficiente:

Exemplo (2): A assinatura de Goethe

Am Hang des Ettersberg
d. 12. Febr. 76
G.

No declive da monte Etter
d. 12 de fev. 76
G.

Todavia, existem outros microtextos que excluem, já de antemão, qualquer possibilidade de defender esse ponto de vista, como mostra o exemplo seguinte:

Exemplo (3): Uma crítica teatral de Alfred Kerr

Bernard Shaw: "Pygmalion"
Erstaufführung im Lessing-Theater

I.

Der Sieg des Mutterwitzes. (Zugleich Sieg einer Frauensperson über einen Junggesellen, zugleich ihr Sieg im bürgerlichen Hochkommen.)

Ein Lautforscher, Sprachlehrer und beinahe Kirchendichter nimmt eine Blumenverkäuferin ins Haus; er vermißt sich, in einem halben Jahre sie durch Sprachverbesserung einer Herzogin gleich zu machen.

*Das gelingt. Er selbst jedoch zappelt am Schluß im Netz ... (und so). Er wollte die Sache meistern; die Sache meistert ihn. **Faustisch gesprochen:** „Am Ende hängen wir doch ab — von Kreaturen die wir machten.“*

Das die Vorgänge.

II.

*Zwei Dinge sind bei Shaw, **wie oft hab' ich es gesagt**, zu scheiden: Gerüst und Behang.*

Der Behang ist von Shaw; das Gerüst von jedermann.

Diesmal behängt er es nicht mit einer Sturzflut von Epigrammen; er behängt es mit etlicher ... munteren Sozial-Ethik.

[...]

Bernard Shaw: "Pygmalion"

Estréia no Teatro de Lessing

I.

A vitória da graça natural. (Ao mesmo tempo a vitória de uma mulher sobre um misógamo; ao mesmo tempo a vitória dela na ascensão burguesa).

Um pesquisador da fonologia, professor de línguas e, por um triz, poeta religioso hospeda uma ramalheteira na sua casa; ele atreve-se a apostar que, em meio ano, pode transformar essa vendedora ambulante em uma condessa, investindo na correção da linguagem dela.

Esse plano tem êxito. Contudo, no fim ele mesmo debate-se na rede... (e assim por diante).

Ele quis vencer o desafio, o desafio o venceu. **Para citar Fausto:** "No fim tão sempre dependemos das criaturas que criamos."⁶

Apesar de tudo, no fim, dependemos — das criaturas que trouxemos à existência".

São esses os acontecimentos.

II

Quantas vezes já afirmei, no que diz respeito a Shaw, é preciso separar duas coisas: o arcabouço e a tapeçaria.

A tapeçaria é de Shaw; o arcabouço, de todo mundo.

Desta vez, ele não o enfeita com uma enxurrada de epigramas; ele o enfeita com uma bastante ... animada ética social.

Esse microtexto, o início de uma crítica teatral de Alfred Kerr, do ano 1913, refere-se a outro texto, fazendo comentários sobre ele, cita, nessa oportunidade, um terceiro, menciona outros, e, ao resumir o texto comentado, o transforma ironicamente (assinalei em negrito alguns trechos-chave). Com efeito, entretecem-se relações intertextuais, metatextuais e hipertextuais no sentido de Genette. Se um dramaturgo de hoje inserisse esse texto no folheto

⁶ A tradução portuguesa da citação de Goethe foi retirada de: GOETHE, Johann Wolfgang. *Fausto*. Uma tragédia. Segunda parte. Tradução de Jenny Klabin Segall. Apresentação, comentários e notas de Marcus Vinícius Mazzari. Ilustrações de Max Beckmann. Edição bilingue. São Paulo: editora 34, 2007, p. 343. (N.T.).

da programação de uma nova encenação, ao lado de um recorte da peça, estabelecer-se-iam, além disso, relações paratextuais.

Numerosos gêneros textuais, segundo as normas relevantes, não podem prescindir de relações intertextuais de diferentes tipos. Assim, um artigo científico sem remissões a outros textos científicos e sem comentários sobre esses textos, dificilmente, seria aceito como trabalho científico. Do mesmo modo, um sermão que não se referisse a nenhum texto bíblico não seria um verdadeiro sermão, e uma sentença judicial que não se referisse a outros textos jurídicos não seria uma sentença judicial.

Além disso, muitos textos para os quais exigências desse tipo não valem de antemão fazem, explícita ou implicitamente, referência a outros textos. Vejamos o poema *Loreley* de Heinrich Heine que, em vários aspectos, parece assemelhar-se a *Wandrer's Nachtlied* (os trechos-chave em negrito):

Exemplo (4):

*Ich weiß nicht, was soll es bedeuten,
Daß ich so traurig bin;
**Ein Märchen aus alten Zeiten,
Das kommt mir nicht aus dem Sinn.***

*Die Luft ist kuhl und es dunkelt,
Und ruhig fließt der Rhein;
Der Gipfel des Berges funkelt
Im Abendsonnenschein.*

*Die schönste Jungfrau sitzet
Dort oben wunderbar;
Ihr goldnes Geschmeide blitzet,
Sie kämmt ihr goldenes Haar.*

*Sie kämmt es mit goldenem Kämme
Und singt ein Lied dabei;
Das hat eine wundersame,
Gewaltige Melodei.*

*Den Schiffer im kleinen Schiffe
Ergreift es mit wildem Weh;
Er schaut nicht die Felsenriffe,
Er schaut nur hinauf in die Höh.*

***Ich glaube**, die Wellen verschlingen
Am Ende Schiffer und Kahn;
Und das hat mit ihrem Singen
Die Lore-Ley getan.*

Lorelai⁷

Eu não sei qual o sentido
Dessa tristeza em que estou.
**Um conto, há tempos ouvido,
Da mente não me passou:**

“É fresca a brisa. Anoitece.
Vai o Reno manso, a flux;
Ao sol-posto resplandece
O cimo da rocha em luz.

Vê-se bela, reclinada,
Lorelai sobre o arrebol,
E alisa a trança dourada
Dos seus cabelos de sol.

Ao mover o pente de ouro,
Canta a fada uma canção...
Oh! na voz desse tesouro
Que melodias estão!

Passa o barqueiro nas águas
E, embevecido de a ouvir,
Não sente o risco das fragas:
Olha p'ro céu a sorrir.

Devora-o a vaga inimiga,
Naufraga o barco, lá vai...
Por causa dessa cantiga,
Por causa de Lorelai”.
(tradução de João Ribeiro)

⁷ Publicado em: CAMPOS, Geir (Sel.). *O livro de ouro da poesia alemã*. Vários tradutores. Edição bilíngue. Rio de Janeiro: Tecnoprint (Clássicos de Bolso). s.d., p. 191. (N.T.)

Em princípio, a história narrada aqui é auto-suficiente, mas no início e no fim⁸, ela é entretecida explicitamente com o intertexto. Com essa estratégia discursiva, o falante distancia-se da sua narração e produz um estranhamento irônico.

Nos textos nos quais não há nenhuma referência intertextual explícita, o autor e o intérprete podem sempre criar relações implícitas: o primeiro, através de associações que acompanham a produção e o segundo, através de associações que acompanham a recepção. De fato, como veremos mais adiante, eles são até obrigados a fazer isso. *Stricto sensu* — se for permitido explorarmos por um momento essa idéia hipotética — podemos dizer que somente o primeiro microtexto do mundo representou um verdadeiro ponto de partida autônomo para os macrotextos. O segundo microtexto já se relacionou de alguma maneira com esse primeiro, seja através de semelhança ou de dessemelhança, seja pela contiguidade midiática, pelo uso de recursos linguísticos semelhantes ou idênticos, ou seja talvez através de comentários, ou até de uma elaboração daquele primeiro texto.

Num mundo no qual já existem textos, é impossível produzir novos textos sem fazer referência aos micro e macrotextos previamente existentes; e todo texto novo transforma-se, imediatamente, num possível ponto de referência para textos posteriores.

Alguns microtextos são produzidos, justamente, com a intenção de providenciar pontos de referência intertextuais. Por um lado, os microtextos podem se referir a textos produzidos anteriormente; por outro, podem antecipar textos a serem ainda produzidos. Para ilustrar esse aspecto, vamos analisar mais um exemplo:

⁸ Infelizmente, na última estrofe do poema, a referência ao intertexto destacada por Hardarik Bluhdorn não aparece na tradução portuguesa. Por isso, o leitor não percebe mais o estranhamento irônico presente na versão original. Uma tradução mais literal do trecho relevante pode recuperar essa estratégia discursiva, mas não reflete o tom romântico do original: **Acredito** que as ondas devoram,/ **No fim**, o nauta e sua barca;/ Foi isso que, com seu canto,/ Fez a Lore-Ley. (N.T.)

Imagem 4: Propaganda da gramática Duden

125 anos da Duden: Sempre meticolosamente correta! A única gramática que continua eficaz onde as outras não mais o são. Nova edição, agora, com uma descrição pormenorizada e sistemática da língua falada e um detalhado capítulo extra sobre a estrutura e a função de textos completos. Livro: 21,95 € [D]; 22,60 € [A]; 38,60 sFr.  Apenas o Duden é o Duden.	125 Jahre Duden: Immer genau richtig! Die einzige Grammatik, die weitermacht, wo andere am Ende sind. Jetzt neu mit ausführlicher, systematischer Beschreibung der gesprochenen Sprache und eigenem detailliertem Kapitel über die Struktur und die Funktion von kompletten Texten. Buch: 21,95 € [D]; 22,60 € [A]; 38,60 sFr.  Nur der Duden ist der Duden.

Pelo que se percebe, esse microtexto brinca com a possibilidade de que as formulações “*Die einzige Grammatik die weitermacht, wo andere am Ende sind*” (a única gramática que continua eficaz onde as outras não mais o são) e “*Nur der Duden ist der Duden*” (apenas o Duden é o Duden) sejam retomadas, citadas, comentadas ou, talvez, até reelaboradas por outros textos e sejam, portanto, divulgadas — justamente o que está acontecendo neste momento.

A intertextualidade, sob o ponto de vista do microtexto, como a examinei aqui, pode ser vista como um processo da compreensão social de textos. Microtextos são interpretados através do encaixamento em macrotextos e através do seu entrelaçamento progressivo com o intertexto. Ao mesmo tempo, a sua interpretação através dos macrotextos passa a ser institucionalizada e se torna consagrada para os membros de uma sociedade.

Esse processo tem uma função cultural extremamente importante para a comunidade comunicativa. No entanto, pelo que eu vejo, ele não tem importância imediata para a linguística. Tradicionalmente, ele é pesquisado com sucesso pelos estudiosos da literatura e da mídia. Por isso, continuarei com o segundo aspecto a ser examinado.

4. A intertextualidade e os recursos linguísticos

Todos nós carregamos em nossas mentes uma idéia do signo linguístico que Ferdinand de Saussure, há quase cem anos, desenhou mais ou menos na seguinte maneira (cf. Saussure, 1967, p. 78):

Figura (3): O signo linguístico conforme Saussure



Esse modelo, que associa um significado mais ou menos constante a uma forma sígnica mais ou menos constante, é extremamente útil para muitos interesses da pesquisa linguística, mas é enganador e até mesmo contra-producente para alguns outros objetivos.

Isso se torna evidente quando passamos a analisar os nossos motivos para atribuir significados às formas sígnicas e os procedimentos para verificar quais são os significados certos. O fator crucial nesse âmbito são sempre os textos.

Ou, dito melhor: os verdadeiros signos linguísticos não são as palavras, mas sim, os textos. Os textos adquirem sentido em situações nas quais são enunciados por falantes que tentam influenciar o comportamento dos seus destinatários. A partir do sentido textual constituído numa situação específica, recuperamos o sentido dos elementos menores, das formulações, palavras e construções gramaticais. O sentido dos recursos linguísticos pode ser verificado apenas nos textos nos quais ocorrem.⁹

Para os recursos linguísticos, vale também o princípio da intertextualidade mencionado anteriormente: apenas o seu primeiro uso (hipotético) pode ser livre de relações intertextuais. Somente no seu primeiro uso, é possível que um recurso linguístico receba seu significado, unicamente, daquele texto e contexto em que está inserido. Qualquer uso

⁹ Tipicamente, o conceito do signo é associado com os recursos linguísticos lexicais, mas é claro que o termo se refere também aos recursos gramaticais que também contribuem para a produção de sentido.

posterior representa, inevitavelmente, uma retomada, que pode concordar com a atribuição de significado já efetuada ou pode, de uma maneira ou outra, se distanciar dela.

Tomamos como exemplo a expressão *agenda 2010*, inventada no início do ano 2003 pelo ex-chanceler alemão Gerhard Schröder (ou pelos seus conselheiros) para denominar o projeto de reformas sociais do então governo alemão. Como essa expressão se compõe de recursos linguísticos já existentes, é óbvio que ela era, desde o início, entrelaçada com o intertexto e teve seu significado de certa maneira pré-figurado por ele. No entanto, se abstraímos, por um instante, dessa intertextualidade *a priori*, podemos supor que a expressão, no momento do seu primeiro uso, recebeu do seu ambiente textual e situacional o seu primeiro significado ou, por assim dizer, o seu significado original. Sendo retomada em outros textos — como, de fato, aconteceu naquela época — começa a sua história intertextual, que estabelece (e estabiliza) seu significado na consciência intersubjetiva da comunidade comunicativa. A partir daí, o significado já é submetido à mudança histórica, que inevitavelmente leva a empregos metafóricos.

No entrelaçamento intertextual dos recursos linguísticos podemos distinguir novamente as relações arquitextuais, paratextuais, intertextuais, metatextuais e hipertextuais no sentido de Genette.

As relações arquitextuais manifestam-se no fato de que os recursos linguísticos se distribuem de uma maneira específica pelos gêneros textuais; as relações paratextuais, em sua especialização por determinados usos midiáticos. Assim, encontramos a expressão *agenda 2010* inicialmente nas comunicações, nos debates e nos comentários políticos, nas mídias especializadas em política e nas mídias de massa, mas não a encontramos em gêneros literários, em textos utilitários como receitas culinárias, manuais técnicos ou listas telefônicas e também não a achamos em dicionários. Quando a expressão migra para outros gêneros textuais e para outras mídias, é muito provável que essa transição seja acompanhada por mudanças semânticas. Nesse processo, as relações metatextuais e hipertextuais no sentido de Genette ganham importância. Vejamos dois exemplos ilustrativos.

No jornal semanal *Freitag* (Sexta-feira), do dia 19 de dezembro de 2003, a autora Kathrin Schmidt escreveu a seguinte “carta natalina” para o chanceler Gerhard Schröder intitulada “*Mit dem roten Buch ins Bett. Schröder-Bibel. Die ‘agenda 2010’ als Leseerlebnis*” (Deitado na cama com o livro vermelho. A bíblia de Schröder. A “agenda 2010” como experiência de leitura):

Exemplo (5): Uma “carta natalina” para Gerhard Schröder

Lieber Gerhard,

*eigentlich wollte ich letztes Wochenende an den studentisch-gewerkschaftlichen Protestaktionen teilnehmen, aber um nackt durch die Straßen zu laufen, war es mir dann doch zu nasskalt. Ich blieb im Bett [...] und las das rote Heftchen der agenda 2010 [...] Wirklich sehenswert [...] sind die [...] Bilder der agenda 2010. [...] Mein Lieblingsbild ist das mit der Gesundheit. In einem etwas abgeflachten Teletubbie-Land knutschen zwei von unseren jungen Menschen. Dem Idyll nähern sich diese roten Pfeile und entfernt könnte es ein Plakat für Zuzahlung bei Viagra sein. Aber nein — die Frau hat einen Arm in Gips gelegt bekommen [...] Bloß um noch mit ihrem Freund knutschen zu können, muss sie auf krank machen. So kann das mit Deutschland ja nichts werden. Um im Bild zu bleiben — meine **agenda 2010** hätte zum Ausgangspunkt: Ungeschützter Geschlechtsverkehr für alle von 15 bis 65. [...]*

Caro amigo Gerhard,

para dizer a verdade, no último fim da semana, quis participar nas ações de protesto organizadas pelos estudantes e pelos sindicatos, mas me convenci finalmente que, para correr pelada pelas ruas, o tempo estava frio e úmido por demais. Fiquei na cama [...] e li o caderninho vermelho da agenda 2010 [...].

O que realmente vale a pena ver [...] são as imagens da agenda 2010. [...] Minha imagem favorita é aquela que trata da saúde. Num país um pouquinho achatado de Teletubbies, dois dos nossos jovens cidadãos trocam um beijo ardente. A esse idílio, aproximam-se aquelas duas setas vermelhas e, se vista na distância, poderia se tratar de um cartaz publicitário informando sobre as sobretaxas que os segurados pagam para o Viagra. Mas, muito pelo contrário, — a mulher teve um braço engessado [...] Apenas para poder dar uns amassos com seu namorado, ela tem que gazetear o trabalho. Assim, a Alemanha não pode dar certo. Para permanecer na imagem — minha **agenda 2010** teria como ponto de partida: relações sexuais desprotegidas para todos entre 15 e 65 anos de idade [...]

O uso em negrito da expressão *agenda 2010*, no final desse texto, é visivelmente conectado — através de uma cadeia de retomadas por citação, ou seja, através de relações intertextuais, no sentido de Genette — com o uso dessa expressão feito por Schröder. Observa-se, porém, que, nesse novo contexto, se acrescenta um comentário irônico, ou seja, se estabelece uma relação metatextual. Essa relação modifica o significado assumido pela expressão no novo contexto. *Agenda 2010* não se refere mais ao programa de reformas concebido por Schröder, mas, como indica também o possessivo *meine* (minha), a um programa de reformas alternativo, que — pelo que parece — não foi feito para ser levado a sério. Com essa modificação semântica, o texto estabelece uma relação hipertextual com o texto original, a saber, na forma de uma elaboração parodística.

O caráter da derivação elaboradora torna-se mais nítido no exemplo (6). Num grupo de discussão na internet, um certo Robert Greibig escreveu no dia 17 de janeiro de 2005:

Exemplo(6)¹⁰: Recorte de um grupo de discussão na internet

(...) kann mir bis dato leider noch keine spiegeldigi-cam leisten ... aber

“[...] por enquanto não tenho dinheiro para comprar uma câmera reflex digital

¹⁰ disponível on-line no World Wide Web: <http://www.fotocommunity.de/pc/pc/cat/498/display/2440781> – citado no dia 05 de março de 2005. (N.T.)

ist schon in meine agenda ;-) 2010
aufgenommen worden

[...], mas ela já foi incluída na minha
agenda ;-) 2010.”

Nesse exemplo, a expressão *agenda 2010* não se refere a nada político, mas a uma lista pessoal de coisas desejáveis a serem compradas, e o falante assinala explicitamente, através da inserção do emoticon ;-), que ela deve ser interpretada num sentido derivado.

Na comunicação do dia-a-dia, o usuário atento da língua torna-se, ininterruptamente, testemunha do surgimento de novos recursos linguísticos e da mudança semântica dos recursos já existentes. Ao encontrar recursos linguísticos desconhecidos, consulta a gramática ou — sobretudo — o dicionário. Os lexicógrafos sabem desde sempre que os recursos linguísticos e seus significados são fundados intertextualmente; sabem que os recursos linguísticos, em última análise, podem ser compreendidos apenas em relação com o intertexto. Por isso, os dicionários trazem exemplos e abonações. Pela escolha e pela quantidade de tais exemplos, influencia-se decisivamente a profundidade da compreensão por parte do usuário. O exemplo mais espetacular para a língua alemã é, sem dúvida, o dicionário dos irmãos Grimm¹¹, que fornece para suas entradas citações e exemplos de uso (abonações) provenientes de todas as fases históricas e desenvolve, desse modo, as descrições dos significados atuais de uma maneira explicitamente intertextual.

Outro exemplo é o dicionário de neologismos do IDS¹² (Herberg, Kinne & Steffens, 2004), que levanta o vocabulário novo dos anos 90. Nessa obra, encontramos, por exemplo, o lexema *Elchtest* (“teste de alce”), uma palavra que entrou em uso em outubro de 1997, praticamente de um dia para o outro. O dicionário mostra com exemplos autênticos como o significado original dessa palavra, “teste para o comportamento de automóveis em manobras de desvio repentino”, se ampliou em pouco tempo para o significado geral “momento de prova” (*op.cit.*, p. 92; cf. também, Steffens, 2003, p. 4), veja o exemplo (7):

¹¹ Uma versão *on line* do famoso dicionário encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://germazope.uni-trier.de/Projects/DWB> (citado no dia 2 de maio de 2006. (N.T.)

¹² IDS = *Institut für Deutsche Sprache* (Instituto de Língua Alemã) em Mannheim. (N.T.)

Exemplo (7): O teste de alce

Elchtest, der	
1. Lesart seit Oktober 1997 in Gebrauch	2. Lesart seit Ende 1997 in Gebrauch
Bedeutung: Sicherheitstest, bei dem das Fahrverhalten eines neu entwickelten Autos bei ungebremsten Ausweichmanövern erprobt wird.	Bedeutung: Bewährungsprobe
Belege: Der sogenannte Elch-Test ist kein vorgeschriebener Test für eine Fahrzeugzulassung und wird somit weder bei der Industrie noch bei den Fachzeitschriften gefahren. (Berliner Zeitung 30.10.1997)	Belege: “Herr Oberbürgermeister, Sie haben heute leider Ihren ganz persönlichen Elchtest nicht bestanden und sind umgefallen. ...” SPD-Chef Rolf Praml zu OB Hildebrand Diehl (CDU) und dessen Position zur Müllgebühren. (Frankfurter Rundschau 20.12.1997)

Teste de alce, o	
1ª acepção desde outubro de 1997 em uso	2ª acepção desde o fim do ano de 1997 em uso
Significado: Teste de segurança no qual é testado o comportamento de um novo modelo de um automóvel em manobras de desvios não freadas.	Significado: prova, confirmação
Abonação: O chamado teste de alce não é um teste prescrito para o registro e licenciamento de veículos e, portanto, não é realizado pela indústria e nem pelas revistas especializadas. (Jornal de Berlim do dia 30 de outubro de 1997)	Abonação: “Senhor Prefeito Superior, ao mudar de opinião, V.S. ^a , hoje, infelizmente não passou pelo seu teste de alce bem pessoal ...” O chefe do SPD [Partido Social-Democrata] Rolf Praml dirigindo-se ao OB [Prefeito Superior] Hildebrand Diehl (CDU) [Partido União Democrata], criticando sua posição no que diz respeito a taxa de lixo (Panorama de Frankfurt do dia 20 de dezembro de 1997)

Podemos concluir, então, que a intertextualidade, sob o ponto de vista dos recursos linguísticos, é um componente constitutivo da compreensão de texto, no nível individual e também social. É apenas em função da sua ocorrência em textos que os recursos linguísticos possuem significado, e é em função da sua recorrência em macrotextos que se dá a sua evolução semântica. O conceito da intertextualidade é, portanto, indispensável para a semântica lexical, para a lexicografia e, de uma certa maneira, também para a semântica em geral.

É impossível verificar o desenvolvimento semântico dos recursos linguísticos, e, inclusive, descrever os seus significados atuais, sem tomar em consideração a história intertextual do seu uso. A verificação e descrição dos recursos linguísticos é uma tarefa genuína da linguística que não pode ser cumprida por nenhuma outra disciplina científica. Sob esse ponto de vista, é preciso rejeitar a opinião de que o conceito da intertextualidade é inútil para a linguística.

Chegamos, então, ao terceiro aspecto a ser examinado.

5. A intertextualidade e o usuário da língua

No seu artigo panorâmico sobre os aspectos da intertextualidade, publicado no volume 16/1 dos “Manuais da Linguística e da Ciência de Comunicação” (*Handbucher fur Sprach- und Kommunikationswissenschaft — HSK*¹³), que trata da linguística textual, Ulla Fix escreve: “*stricto sensu*, experimentamos apenas o primeiro texto [...] em nossa vida [...] sem qualquer relação intertextual”¹⁴ (Fix, 2000, p. 449). Todos os textos posteriores são experimentados e interpretados pelo usuário da língua sob a influência dos textos interpretados anteriormente, que deram origem ao seu conhecimento dos recursos linguísticos e também a uma parte significativa do seu conhecimento de mundo.

Se partimos do pressuposto de que culturas, inclusive a(s) sua(s) respectiva(s) língua(s), são macrotextos, então podemos concluir que a aquisição da língua materna é um processo intertextual pelo qual a criança consegue acesso receptivo e produtivo cada vez mais diferenciado ao macrotexto da comunidade comunicativa na qual nasceu.

Também nessa área distinguem-se os cinco tipos de relações intertextuais mencionados anteriormente. Usando os termos de Genette, a criança adquire as seguintes competências:

- a competência em gêneros textuais, isto é, o acesso receptivo e produtivo ao arquitexto da sua comunidade comunicativa,
- a competência em mídias, ou seja, o acesso receptivo e produtivo ao paratexto da sua comunidade comunicativa,
- a competência em recursos linguísticos, i.e., o acesso receptivo e produtivo ao intertexto da sua comunidade comunicativa,
- a competência em crítica da língua, ou seja, o acesso receptivo e produtivo ao metatexto da sua comunidade comunicativa e, finalmente,
- a competência criativa em sua língua, i.e., o acesso receptivo e produtivo ao hipertexto da sua comunidade comunicativa.

¹³ Uma visão geral em inglês sobre os volumes já publicados nessa importante série de manuais encontra-se disponível no World Wide Web: http://www.degruyter.de/rs/168_7022_ENU_h.htm (citado no dia 2 de maio de 2006). (N.T.)

¹⁴ “Streng genommen hat man nur den allerersten Text [...] in seinem Leben [...] ohne intertextuellen Bezug erlebt” (N.T.)

A pesquisa linguística na área da aquisição da linguagem e de línguas tem se dedicado, predominantemente, à aquisição da competência em recursos linguísticos. O que eu chamo aqui de caráter intertextual da aquisição da linguagem foi focalizado e analisado empiricamente, sobretudo, por pesquisadores interacionistas (cf. por exemplo: Bruner, 1987; Gallaway & Richards, 1994).

A aquisição das outras competências mencionadas, isto é, da competência em gêneros textuais e em mídias, da competência em crítica da língua e da competência criativa da língua, foi pesquisada mais intensamente por estudiosos em pedagogia e didática (cf. Baurmann, 2000; Lange, Neumann & Ziesenis, 2003; Kämper-van den Boogaart, 2005). A principal razão para isso é o fato de que a aquisição dessas competências, diferentemente da aquisição da competência gramatical, não é sujeita a limites críticos de idade. Ela continua pela vida inteira e tem suas fases decisivas não na primeira infância, mas sim, na idade escolar. Uma comunidade comunicativa altamente diferenciada não pode deixar o desenvolvimento dessas competências a critério do indivíduo e do ambiente familiar, mas precisa cuidar da sua reprodução em instituições educacionais especializadas, para afastar o risco de entrar em decadência.

Na biografia de um usuário do macrotexto, toda compreensão e produção de texto reflete e/ou antecipa a compreensão e produção anterior ou posterior de outros textos (cf. Fix, 2000, p. 449). Esse fato pode ser observado de uma maneira particularmente nítida no aprendiz de uma língua estrangeira. Ao contrário do que acontece na aquisição da língua materna, o primeiro contato com um texto da língua estrangeira não se perde na sombra da pré-história biográfica, mas ocorre com frequência em plena luz da experiência consciente. O primeiro microtexto recebido na língua alvo constitui-se para o aprendiz exclusivamente de referências para frente. Todas as palavras e todas as formulações remetem a outros textos da língua alvo, ainda desconhecidos para o aprendiz: textos que ele vai enfrentar no futuro e textos a serem ainda produzidos por ele mesmo. Tais referências para frente constituem os fundamentos das suas futuras competências na língua alvo. Pela interação com mais textos no decorrer do aprendizado, tornam-se possíveis, aos poucos, também as referências para trás, ou seja, referências para palavras e formulações encontradas em textos anteriores. Ao mesmo tempo, todo texto novo traz novas referências para frente, i.e., para outros textos que devem aparecer ainda mais tarde. Desse modo, inicia-se a consolidação das competências na língua alvo, que continua evoluindo com todo texto recebido e produzido.

A memória do usuário de uma língua pode, portanto, ser modelada como um macrotexto que reproduz o seu caminho biográfico pelo macrotexto da comunidade e preserva

uma seleção individual de elementos desse macrotexto como recurso para a compreensão de futuros micro e macrotextos. Como se vê, o conceito da intertextualidade mostra-se indispensável também para a pesquisa sobre a aquisição e didática de línguas.

Particularmente, a didática das línguas estrangeiras tem tirado proveito, nos últimos anos, de pesquisas linguísticas imediatamente relacionadas com a intertextualidade. Desde os anos 70, os psicolinguistas e semanticistas têm pesquisado a estrutura do nosso conhecimento conceitual e a organização do léxico mental (cf. Aitchison, 1994). A divisão do nosso conhecimento linguístico e de mundo em campos semântico-temáticos com estruturas convergentes entre os indivíduos da mesma comunidade pode ser explicada, em última análise, apenas pelo fato de que as biografias macrotextuais dos membros da comunidade se desenrolam de uma maneira bastante semelhante. Para a didática de línguas estrangeiras, decorre disso o desafio de não modelar os recursos linguísticos a serem adquiridos pelo aprendiz como vocabulários básico e avançado na forma de simples listas, mas sim, de estabelecer requisitos, em relação a sua estrutura e diferenciação, que garantam, efetivamente, sua utilidade para a comunicação (cf. Börner & Vogel, 1994).

Outra área afim é a pesquisa das expressões convencionais e idiomáticas, que se manifestam em co-ocorrências e colocações lexicais. Graças às possibilidades técnicas cada vez melhores de explorar corpórea eletrônicos, essa área de pesquisa tem vivido um crescimento impressionante nos últimos anos (cf. diversos artigos em Steyer, 2004). Os resultados obtidos já estão abrindo novos caminhos para a didática da produção textual e da tradução (cf. por exemplo: Bahns, 1997; Caro Cedilho, 2004).

Também sob o ponto de vista do usuário da língua, a intertextualidade é um componente constitutivo da compreensão de texto. Toda compreensão textual é, ao mesmo tempo, uma etapa e um resultado da aquisição individual de línguas, ou seja, da vivência e memorização do macrotexto.

A pesquisa da aquisição e a didática de línguas pertencem aos domínios da linguística aplicada, desenvolvidos pela linguística em colaboração com outras disciplinas científicas, particularmente com a psicologia. Também nessas áreas, se a linguística quiser corresponder ao seu objeto de pesquisa, ela não poderá dispensar o conceito da intertextualidade.

6. Perspectivas

Neste trabalho, tentei mostrar duas coisas:

1) A compreensão textual é intimamente ligada à intertextualidade. Ela tem a intertextualidade como pré-requisito indispensável, não apenas em alguns textos, mas em todos.

2) A intertextualidade, que até hoje foi analisada predominantemente pela teoria e história da literatura, é um objeto de pesquisa legítimo e necessário também para a linguística.

Apenas duas áreas da pesquisa sobre a intertextualidade parecem-me ser mais férteis para os estudos literários do que para a linguística:

(i) a análise da intertextualidade sob o ponto de vista do microtexto e

(ii) a análise da hipertextualidade no sentido de Genette, ou seja, a análise de textos artisticamente derivados a partir de outros textos.

As outras áreas da pesquisa sobre a intertextualidade são importantes também para a linguística, a saber:

(iii) a análise da intertextualidade sob os pontos de vista do recurso linguístico e do usuário da língua e

(iv) a análise da architextualidade, da paratextualidade, da intertextualidade e da metatextualidade no sentido de Genette, isto é, a categorização dos textos, a relação entre textos e mídias, a gênese e a evolução dos recursos linguísticos e dos seus significados, bem como a crítica da língua.

Sem levar em consideração a intertextualidade, a linguística não pode corresponder plenamente ao seu objeto de pesquisa. O texto, visto como um signo (linguístico) complexo destinado à comunicação, possui características que não podem ser explicadas satisfatoriamente pela linguística do microtexto. O macrotexto também possui coerência, que ultrapassa substancialmente a coerência do microtexto. O que é corriqueiramente chamado de intertextualidade nada mais é do que a coerência do macrotexto.

Na semântica lexical e na lexicografia, nas áreas da aquisição e didática de línguas, a intertextualidade já é um objeto de pesquisa bem estabelecido, mesmo que isso nem sempre se reflita explicitamente na terminologia usada. A linguística textual precisa se conscientizar mais sobre esse assunto. O fato de que ela ainda não descobriu a intertextualidade e de que ainda não a consagrou como objeto essencial da sua pesquisa deve-se, antes de mais nada, a uma perspectiva tradicionalista, que focaliza exageradamente o microtexto. É principalmente no macrotexto que a intertextualidade se manifesta como fenômeno significativo, mas seu papel constitutivo para a compreensão textual é válido também para o microtexto.

Referências bibliográficas

Literatura primária

- Alle Spielfilme 2. Dezember. In: *TV direkt* 25/2004, 27.11.-10.12.2004, p. 73.
- BECK. Cartoon 2. Mai 2004. In: *Titanic Karicartoon 2004*. Berlin: Titanic Verlag, 2003.
- DUDENVERLAG. Werbeanzeige Duden-Grammatik. In: Folheto de programação do congresso *41. Jahrestagung des Instituts für Deutsche Sprache, Text-Verstehen. Grammatik und darüber hinaus*, 15.-17. März 2005. Mannheim.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. "Wandrer's Nachtlid". In: CONRADY, Karl Otto (Hrsg.). *Das grosse deutsche Gedichtbuch*. Königstein/Taunus: Athenäum, 1978, p. 245.
- HEINE, Heinrich. "Loreley". In: CONRADY, Karl Otto (Hrsg.). *Das grosse deutsche Gedichtbuch*. Königstein/Taunus: Athenäum, 1978, p. 467.
- KERR, Alfred. "Bernard Shaw: 'Pygmalion'". In: KERR, Alfred. *Mit Schleuder und Harfe. Theaterkritiken aus drei Jahrzehnten*. Herausgegeben von Hugo Fetting. Berlin: Severin und Siedler, 1982, p. 95.
- RADIN, Leonid P. "Bruder, zur Sonne, zur Freiheit" (1897) (versão alemã de Hermann Scherchen). Disponível no www: <http://www.blueplane.de/DDRLieder/BrZuSoFr.htm> (citado no dia 6 de março de 2005).
- SCHMIDT, Kathrin. "Mit dem roten Buch ins Bett. Schröder-Bibel. Die 'agenda 2010' als Leseerlebnis". In: *Freitag*, 52, 19.12.2003.

Literatura secundária

- ADAMZIK, Kirsten. *Textsorten – Texttypologie. Eine kommentierte Bibliographie*. Munster: Nodus, 1995.
- _____. *Textsorten. Reflexionen und Analysen*. Tübingen: Stauffenburg, 2000.
- AITCHISON, Jean. *Words in the Mind. An Introduction to the Mental Lexicon*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1994.
- ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997.
- BAHNS, Jens. *Kollokationen und Wortschatzarbeit im Englischunterricht*. Tübingen: Narr, 1997.
- BAURMANN, Jürgen. "Der Einfluß der Textlinguistik auf die Muttersprachendidaktik". In: BRINKER, Klaus; ANTOS, Gerd; HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven. (orgs.). *Text- und Gesprächslinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*, v. 1. Berlin: de Gruyter, 2000, p. 820-829.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de & DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- BÖRNER, Wolfgang & VOGEL, Klaus. (orgs.). *Kognitive Linguistik und Fremdsprachenerwerb. Das mentale Lexikon*. Tübingen: Narr, 1994.
- BRUNER, Jerome. *Wie das Kind sprechen lernt* (versão alemã de Urs Aeschbacher). Bern: Hans Huber, 1987.
- CARO CEDILHO, Ana. *Fachsprachliche Kollokationen. Ein übersetzungsorientiertes Datenbankmodell Deutsch-Spanisch*. Tübingen: Narr, 2004.

- CARVALHO, Jose G. Herculano de. *Teoria da Linguagem*, v. 2. Coimbra: Atlântida, 1974.
- FIX, Ulla. "Aspekte der Intertextualität". In: BRINKER, Klaus; ANTOS, Gerd; HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven. (orgs.). *Text- und Gesprächslinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*, v.1. Berlin: de Gruyter, 2000, p. 449-457.
- GALLAWAY, Clare & RICHARDS, Brian J. (orgs.) *Input and Interaction in Language Acquisition*. Cambridge: University Press, 1994.
- GENETTE, Gérard. *Einführung in den Architext* (versão alemã de J.-P. Dubost et al.). Stuttgart: Legueil, 1990.
- _____. *Palimpseste. Die Literatur auf zweiter Stufe* (versão alemã de Wolfram Beyer & Dieter Hornig). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.
- GULICH, Elisabeth & RAIBLE, Wolfgang. (orgs.). *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1972.
- HALLIDAY, Michael A.K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HARWEG, Roland. *Pronomina und Textkonstitution*. 2ª ed. Munchen: Fink, 1979[1968].
- HASSLER, Gerda. "Texte im Texte: Überlegungen zu einem textlinguistischen Problem". In: HASSLER, Gerda. (org.). *Texte im Text. Untersuchungen zur Intertextualität und ihren sprachlichen Formen*. Munster: Nodus, 1997, p. 11-58.
- HEINEMANN, Wolfgang. "Zur Eingrenzung des Intertextualitätsbegriffs aus textlinguistischer Sicht". In: KLEIN, Josef & FIX, Ulla. (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997, p. 21-37.
- HERBERG, Dieter; KINNE, Michael & STEFFENS, Doris. *Neuer Wortschatz. Neologismen der 90er Jahre im Deutschen*. Berlin: de Gruyter, 2004.
- HOLTHUIS, Susanne. *Intertextualität. Aspekte einer rezeptionsorientierten Konzeption*. Tübingen: Stauffenburg, 1993.
- KÄMPER-VAN DEN BOOGAART, Michael. (org.). *Deutsch-Didaktik. Leitfaden für die Sekundarstufe I und II*. Berlin: Cornelsen Scriptor, 2005.
- KRISTEVA, Julia. "Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman". In: *Critique*, 239, 1967, p. 438-465.
- KRON, Olaf. *Probleme der Texttypologie. Integration und Differenzierung handlungstheoretischer Konzepte in einem Neuansatz*. Frankfurt am Main: Lang, 2002.
- LANGE, Gunter; NEUMANN, Karl & ZIESENIS, Werner. *Taschenbuch des Deutschunterrichts. Band 1: Grundlagen, Sprachdidaktik, Mediendidaktik*. 8. Auflage. Hohengehren: Schneider, 2003.
- LEWANDOWSKI, Theodor. *Linguistisches Wörterbuch*. 3 v., 5ª ed. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1990.
- LINKE, Angelika & NUSSBAUMER, Markus. "Intertextualität. Linguistische Bemerkungen zu einem literaturwissenschaftlichen Textkonzept". In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. 109-126.

RÖSSLER, Elke. *Intertextualität und Rezeption. Linguistische Untersuchungen zur Rolle von Text-Text-Kontakten im Textverstehen aktueller Zeitungstexte*. Frankfurt am Main: Lang, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Grundfragen der allgemeinen Sprachwissenschaft*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye (versão alemã de Hermann Lommel). 2^a ed. Berlin: de Gruyter, 1967.

STEFFENS, Doris. “Nicht nur Anglizismen... Neue Wörter und Wendungen in unserem Wortschatz”. IDS-Sprachforum, 21. Mai 2003. *Sprachreport*, 4/2003, p. 2-9.

STEYER, Kathrin. “Irgendwie hängt alles mit allem zusammen – Grenzen und Möglichkeiten einer linguistischen Kategorie, Intertextualität”. In: KLEIN, Josef & FIX, Ulla. (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997, p. 83-116.

_____. (org.). *Wortverbindungen – mehr oder weniger fest*. Berlin: de Gruyter, 2004.

STROHNER, Hans & RICKHEIT, Gert. “Kognitive, kommunikative und sprachliche Zusammenhänge: Eine systemtheoretische Konzeption linguistischer Kohärenz”. *Linguistische Berichte*, 125, 1990, p. 3-23.

O jogo entre signos verbais e signos icônicos na compreensão audiovisual¹⁵

Werner Holly
Universidade Técnica de Chemnitz

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução: “as reconstruções de mídias”

No seu artigo sobre as chamadas “reconstruções cotidianas de mídias” [*alltägliche Medienrekonstruktionen*] nas quais as pessoas representam em diferentes formas conversacionais suas experiências com mídias, Ulmer & Bergmann (1993) apresentam também formas de representação “reencenadas”, recorrendo, entre outros, ao seguinte exemplo que foi tirado de uma conversa de mesa entre os membros de uma família, na qual é contado um trecho de um filme (*op. cit.*, p. 94):¹⁶

ACADEMIA DA POLÍCIA

Detlef: uma vovô velha está ligando, (–) o gatinho estaria na árvore, né; a viatura chega ((imita a vovô)) “Por gentileza, o senhor poderia tirar meu gato lá de cima” o negro saca a pistola, = PCH::
//mata-o a tiro
[]: ((risos))
Detlef: //((imita o barulho da queda))
[]: ((risos))

No contexto do presente trabalho, interessa especificamente que, nesse trecho, as imagens midiáticas são, por assim dizer, “traduzidas” em narração verbal; ao mesmo tempo — como presumimos — ocorre uma revisualização de elementos icônicos, já que o narrador usa seus gestos para ilustrar sua descrição verbal dos acontecimentos visíveis na tela, por exemplo: representando uma personagem do filme, ele imita uma pistola com sua mão, o que significa também que se visualiza uma parte do seu texto verbal; finalmente, observa-se que certos elementos verbais da experiência midiática são verbalmente representados por citações.

¹⁵ HOLLY, Werner. Zum Zusammenspiel von Sprache und Bildern im audiovisuellen Verstehen. In: BUSSE, Dietrich, NIEHR, Thomas & WENGELER, Martin. (orgs.). *Brisante Semantik. Neuere Konzepte und Forschungsergebnisse einer kulturwissenschaftlichen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2005, p. 337-353.

¹⁶ POLICE ACADEMY

Detlef: Ruft a alte Omi an, (–) äh ‘s Kätzle wär auf’m Baum gell; Streife kommt ((imitiert Oma:)) “Ja könnten Sie doch bitte mal meine Katze da oben runterhola,” dr Neger zieht Pischtol, = PCH
//knallt se ab
[]: ((Gelächter))
Detlef: //((imitiert Fallgeräusch))
[]: ((Gelächter))

O que o narrador, nesse trecho, realiza com sua reencenação — a representação de signos icônicos por signos icônicos, de signos verbais por signos verbais, mas também, a tradução de signos icônicos em signos verbais e de signos verbais em signos icônicos — é uma prova óbvia para a hipótese de que, na recepção de mídias audiovisuais, somos capazes — sem dificuldades e de forma imperceptível — de juntar ambos os códigos, a língua e a imagem, e ambas as modalidades, o ver e o ouvir, e de que podemos — de uma maneira ou outra — ligá-los direta e transversalmente para formar uma unidade. Todavia, não sabemos quase nada sobre a composição exata dessa unidade audiovisual e de seus padrões de associação (quanto a esse ponto, veja Holly, 2004). Será que é possível transformar todos os signos icônicos em elementos verbais e vice-versa? Será que todos os signos verbais podem, de fato, ser transformados em elementos icônicos e vice-versa? Ou será que existem delimitações, certas formas de complementaridade, de contraste ou de amplificação? Com o fim de aproximar-se um pouquinho mais das formas e dos padrões que, na compreensão audiovisual, caracterizam a integração da comunicação icônica e da comunicação verbal, pretendo, nesse trabalho, desdobrar essa relação de ambos os lados e perguntar, primeiramente, em que medida — de acordo com as idéias em circulação — a compreensão verbal já inclui a compreensão icônica ou em que medida a compreensão icônica contém a compreensão verbal (seções 2 e 3). Em seguida, farei uma pequena digressão sobre apresentações esquemáticas e o conceito da “transcritividade”, que nos ajudará a modelar o processamento comum de ambos os códigos (seção 4). Tudo isso deve fornecer o pano de fundo para uma descrição um pouco mais precisa de um trecho muito breve, tirado de uma retrospectiva do século XX na televisão, o qual trata do assunto “a queda do muro em 1989”.

2. Será que a compreensão verbal inclui signos icônicos?

Uma das clássicas teorias semânticas afirma que compreendemos uma expressão ao “representar” seu significado; trata-se da teoria da representação, e a palavra *representação*, nesse contexto, na maioria das vezes quer dizer que temos certas “imagens na cabeça”. De acordo com Wittgenstein, é preciso discordar dessa interpretação porque nossa compreensão, evidentemente, não depende desses desvios pelas representações icônicas: “representar-se algo com uma frase é tão pouco essencial para a compreensão desta como projetar um desenho segundo ela” (Wittgenstein, 1971, n. 396). Também é possível pensar o pronunciamento de uma palavra de acordo com o padrão de “tocar uma tecla no piano da representação” (*op. cit.*, n. 6), mas — como diz Wittgenstein — “não é a finalidade das palavras despertar representações” (*id. ibid.*).

Ainda assim, o papel da visualização na compreensão dos signos verbais não é obsoleto completamente. Wittgenstein acrescenta entre colchetes: “Pode-se certamente achar que isso é útil para a finalidade verdadeira” (*id. ibid.*). Quando trata do papel das visualizações, Knobloch (1994) distingue entre frase de ação ou de acontecimento e meras “comunicações relacionais” que, de acordo com o autor, se referem extratemporalmente a conhecimentos indiferentes à situação (*op. cit.*, p. 188):

Já que permanecem no conhecimento conceitual, as comunicações relacionais puras (as transições, como sempre, são fluidas) também não precisam ser amparadas por uma representação icônica. É possível visualizar que Sócrates está bebendo a taça com o veneno (o que não significa que essa visualização seja obrigatória para a compreensão da proposição), mas não, que ele é um ser humano.

Aqui se faz para uma parte dos enunciados — a meu ver, sem muita plausibilidade — um salto do “desnecessário” para o “impossível”. O que uma representação icônica de Sócrates mostra senão que ele é um ser humano? Por que se diz que eu não poderia imaginar essa representação e, portanto, não poderia visualizar a proposição? Talvez seria preciso estabelecer os limites da imaginabilidade de outra maneira? Nessa nova determinação, é bem possível continuar-se a seguir Wittgenstein, que associa a imaginabilidade com a representabilidade e defende a sua ambivalência (Wittgenstein, 1971, no. 397):

Em lugar de “representabilidade” pode-se aqui dizer também: apresentabilidade (*Darstellbarkeit*) num meio determinado de apresentação. E, partindo de tal apresentação, um caminho mais seguro pode, contudo, levar a um emprego mais amplo. Por outro lado, uma imagem *pode* se impor a nós e não servir para nada.¹⁷

Quando perguntamos pelos limites da apresentabilidade, vamos de encontro a uma série de diferenças semióticas entre as representações icônicas e verbais que, repetidamente, foram determinadas na comparação entre a imagem e o texto. Apresento aqui um resumo da comparação que Schmitz (2004) realizou; contudo, pretendo de imediato ressaltar que os dois tipos de signos não podem ser completamente separados um do outro quando nos pomos a refletir mais exatamente:

	Imagem	Texto
modo de apresentação	contemplação	abstração
	projetar, apresentar	formular e articular
	contemplar e mostrar	refletir e comunicar

¹⁷ Tradução publicado em: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 123.

meios de representação	análogos signos icônicos	arbitrários signos simbólicos
relação entre a parte e o todo	rizomática/ anárquica <i>ad hoc</i>	hierárquica organização gramatical
modo de percepção	contemplar (holístico, simultâneo) de cima para baixo (da unidade para as partes)	ler (linear, sucessivo) de baixo para cima (das partes para a unidade)
Finalidade/função	imaginação apresentação	argumentação conversação
particularidade	representativa única/individualizante não pode ser traduzida	discursivo geral/generalizante regulado

No seu artigo, Schmitz mostra, então, através de exemplos do espaço público (de modo semelhante, já em Schmitz (2003) para as mais diversas mídias), “metamorfoses entre o texto e a imagem” que suspendem aquela separação rígida dos dois sistemas de signos:

Os limites entre a escrita e a imagem que nos são familiares há séculos (mas, antes de tudo, desde a produção em massa de livros e desde a implantação geral do ensino obrigatório) tornam-se opacos. As imagens podem assumir uma função semelhante à escrita. A escrita é estetizada — em *smileys*, logogramas ou pictogramas —, tornando-se um enfeite ou um ornamento (Schmitz, 2003, p. 246).

As numerosas formas de transição que Schmitz (*op. cit.*) descobre em textos publicitários e informativos bem organizados, mas também em todas as possíveis formas lúdicas de organização texto-imagem, levam-no à seguinte conclusão:

A diferença entre o texto e a imagem muda então: ambos são diferentes, mas, apesar disso, dependem um do outro. Nenhum dos dois é parasitário do outro, oprime-o ou complementa-o; muito pelo contrário, ambos se encontram numa tensão simbioticamente produtiva (*op. cit.*, p. 255).

Quando se reflete sobre o pano de fundo dessas possibilidades de manifestações comuns, fica claro que a escrita como visualização da língua tem sua origem na escrita iconográfica e que as transições entre a imagem e a escrita se tornam possíveis justamente através do modo visual comum que já representa uma certa tradução do caráter original da linguagem sonoro-auditiva; uma tradução, aliás, que nos permite registrar perdas e lucros. O fato de que é mais fácil estabelecer conexões com as imagens enquadra-se, certamente, dentre os lucros. Contudo, não se pode omitir que a palavra “imagem” aqui não se refere a tudo que é visual, mas apenas a uma determinada variação, nomeadamente: as imagens estáticas, não

movimentadas, que, nas mídias da imprensa, se tornaram os típicos complementos dos textos escritos. Ao contrário disso, em nosso contexto de audiovisibilidade, entra em jogo uma combinação bastante diferente de signos verbais e imagéticos que, por princípio, não é apenas duplamente codificada, mas também é bimodal. Será preciso perguntar-se, então, se nesse contexto também será possível identificar transições e lucros.

É incontestável que qualquer material linguístico — seja qual for a sua extensão — pode ser transformado em signos icônicos; o que não deve ser confundido com a afirmação de que esse material precisaria ser transformado em signos icônicos para ser compreensível. Parece que vem ao encontro disso o fato de que não existem apenas imagens materiais, mas também imagens imateriais: ao lado das já mencionadas “imagens na cabeça”, trata-se, sobretudo de imagens verbais, figuras de palavras e de pensamento, de modo mais claro na forma das chamadas metáforas. Lakoff & Johnson (2003 [1980]) acreditam que as metáforas não se limitam ao domínio retórico-literário e, também não, ao domínio da língua, mas que eles permeiam nosso pensamento e nossas ações cotidianas:

A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico — é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Por essa razão, a maioria das pessoas acha que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.¹⁸

Die Metapher ist für die meisten Menschen ein Mittel der poetischen Imagination und der rhetorischen Geste — also dem Bereich der außergewöhnlichen und nicht der gewöhnlichen Sprache zuzuordnen. Überdies ist es typisch, dass die Metapher für ein rein sprachliches Phänomen gehalten wird — also eine Frage der Worte und nicht des Denkens oder Handelns ist. Aus diesem Grunde glauben die meisten Menschen sehr gut ohne Metapher auskommen zu können. Wir haben dagegen festgestellt, dass die Metapher unser Alltagsleben durchdringt, und zwar nicht nur unsere Sprache, sondern auch unser Denken und Handeln. Unser alltägliches Konzeptsystem, nach dem wir sowohl denken als auch handeln, ist im Kern und grundsätzlich metaphorisch. (Lakoff & Johnson, 2003 [1980], p. 11)

Claro que é possível defender a opinião de que certas expressões¹⁹ nessa citação, como *Mittel*, *Geste*, *Bereich*, *Kern*, *auskommen*, *feststellen* und *durchdringen*, são usadas metaforicamente e, portanto, comprovam, por si mesmas, a hipótese da ubiquidade da metáfora; por outro lado, é possível considerar essas metáforas tão gastas que não se “vê” mais nenhuma imagem. Além disso, é preciso conceber as representações icônicas na língua

¹⁸ Citado de acordo com a tradução portuguesa: LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo, Mercado de Letras, 2002, p. 45.

¹⁹ Uma vez que o uso metafórico dessas palavras não ocorre na versão original inglesa nem na tradução portuguesa, acrescentamos a tradução alemã a qual Werner Holly se refere.

muito mais amplas porque, no fundo, todos os substantivos concretos são expressões que podem evocar, mais ou menos espontaneamente, apresentações icônicas, de tal modo que se faz uma distinção entre a “figuratividade” metafórica é a “figuratividade” geral (Riesel, 1970, p. 310; veja também: Burger, 1998, p. 92 e Stöckl, 2002, p. 137). Jäger (2002, p. 38) refere-se a Kant, que já afirmava, na sua “crítica da razão pura”, que somos apenas capazes de compreender os conceitos quando são postos — mediante métodos representativos e ilustrativos, conhecidos, por exemplo, sob o rótulo das figuras retóricas da *hypotypose* ou *evidentia* — “diretamente diante dos nossos olhos” (*sub oculis subiectio*), como se diz em Cícero (*De oratore*, III, 53, 202) e Quintiliano (*Institutio oratória* IX, 2, 40).

O que importou aqui para mim foi apenas mostrar que existem diferentes caminhos pelos quais se pode chegar à hipótese de que a compreensão verbal inclui as imagens — pelo menos como uma possibilidade: objetos de pensamento imagéticos na compreensão geral do significado, visualizações na escrita, figuratividade e representações icônicas na língua.

3. O desenvolvimento das mídias como compensação

Na maioria dos trabalhos sobre a compreensão de imagens, observa-se que as teorias mais antigas sobre a percepção icônica (por exemplo: Gibson, 1982), as quais partiram de um processo “de baixo para cima” (por exemplo: Neisser, 1979), foram substituídas por teorias cognitivistas que modelam a compreensão de imagens como um processo fortemente conduzido “de cima para baixo”; acredita-se que o processamento do insumo ótico seja guiado por esquemas e seja integrado em representações mentais já existentes. Contudo, há diferentes opiniões quanto à questão de como essas representações são formadas (Schwarz, 1996, p. 96). Temporariamente, predominou a posição, segundo a qual as informações dos diferentes canais sensoriais são processadas em um único formato neutro, não-modal, mas aos poucos se sobrepôs a opinião de que não de existir representações específicas para cada modalidade; primeiramente na forma da teoria dos “dois códigos”, ou seja, da teoria da ligação de representações visuais e verbais, defendida por Paivio (1971): de acordo com esse autor, existem, num primeiro nível, dois formatos separados de representação e, num nível secundário, uma “interação” entre ambos.

Em analogia a essa teoria, então, pressupôs-se também na psicologia cognitiva de aprendizagem, por exemplo, na “teoria do processamento duplo de multimídia” [*Multimídia Dual Processing Theory*], de Mayer (2001), que as informações textuais e icônicas, de início, sejam processadas separadamente, mas depois sejam integradas. Uma vez que na memória de trabalho devem existir, no mínimo, dois diferentes sistemas parciais para o processamento de

estímulos visuais [*visuo-spacial sketch-pad*] e de estímulos acústicos [*phonological loop*], é de se pressupor que, numa apresentação audiovisual, haveria mais capacidade à disposição (no sentido de *cognitive load*), o que proporcionaria à aprendizagem com textos audiovisuais uma vantagem.

Não pode se deduzir daí como a integração dos processamentos separados de informação ocorre exatamente, mas pode-se concluir que, pelo menos na compreensão de imagens complexas, podem também entrar em jogo formatos de representação verbais ou proposicionais. Seja como for, para o processamento de textos audiovisuais, é preciso partir de uma tradução e integração rápidas e relativamente sem dificuldades das unidades de conhecimento específicas a cada modalidade. Explica-se, assim, por que Stöckl (2002, p. 43), por exemplo, não interpreta a compreensão verbal e a icônica como fundamentalmente diferentes, apesar de as duas terem formatos diferentes:

No que diz respeito às informações verbais, é preciso partir de uma representação categorial fortemente conceitual (léxico mental); para as informações visuais, ao contrário, é mais conveniente supor representações analógicas (léxico icônico), isto é, apresentações e padrões motores [...]. Essas formas de representação interagem de modos mais diversos. Por isso não faz muito sentido, a meu ver, conceituar a compreensão verbal e a icônica como processos radicalmente diferentes — na compreensão de textos multimidiáticos, os diferentes formatos e processos de representação se encontram e se enlaçam.

Todavia, para outros pesquisadores a complexidade das regras de tradução é um argumento para insistir na existência de um componente não-modal na memória de longo prazo (MLP); componente esse, porém, que permanece inconsciente e, portanto, ainda muito enigmático. Schwarz (1996, p. 101), por exemplo, afirma:

Uma tradução direta de um sistema para o outro pressupõe complexas regras de tradução ou um nível abstrato de integração. Evidentemente, um fenômeno tão complexo pode apenas ser explicado por uma abordagem integrativa segundo a qual as estruturas cognitivas na MLP são representadas tanto especificamente quanto não especificamente à modalidade. No entanto, nossa consciência não pode acessar os conteúdos do conhecimento que são armazenados em unidades e estruturas conceituais não-modais.

Se seguirmos a psicologia cognitiva da cinematografia de Ohler (1994), é mais conveniente compreender a estrutura das representações mentais dos textos audiovisuais de acordo com o ideal da compreensão dos textos verbais. No seu modelo cognitivo do processamento de filmes narrativos (*op. cit.*, p. 32), o autor conjectura que o processador central forma sempre uma “representação mental atual da informação cinematográfica”, que, como “modelo situacional”, de um lado, é renovada a cada momento pela informação-estímulo, mas, de outro, é permanentemente estruturada e amparada por três tipos de conhecimentos:

- (1) do “conhecimento narrativo” sobre enredos, papéis, cenários típicos e, de maneira geral, sobre propriedades do gênero,
- (2) do “conhecimento geral do mundo” que produz contextos ou lança uma ponte sobre lacunas de acordo com os esquemas cotidianos e
- (3) do “conhecimento de formas cinematográficas de apresentação”, que diz respeito aos elementos organizacionais específicos à mídia, à convivência com imagens, sons, linguagem oral, etc.

Supõe-se, nesse modelo, que todos os três bancos de conhecimentos são ligados mutuamente. Os conhecimentos são conceituados em forma de esquemas que, como redes proposicionais, incluem normalmente características típicas de objetos, situações ou acontecimentos (*op. cit.*, p. 142). Contudo, Ohler refere-se pormenorizadamente aos “esquemas pré-conceituais, cinético-estéticos e icônicos”, de Johnson (1987) ou Lakoff (1987), que rejeitam a idéia de “estender o conceito do significado proposicional também para outros fenômenos, significativos, que não são organizados proposicionalmente” (Ohler, 1994, p. 99). Ele justifica, explicitamente, o fato de recorrer a uma abordagem que “se baseia em esquemas icônicos de um *nível geral* e não a uma abordagem que se refere a *imagens concretas*”. De acordo com o autor, seria impossível trabalhar com um modelo de representações icônicas mentais que — por exemplo, conforme a idéia de Kosslyn (1983) — se apresentam como pixels num tubo de raios catódicos:

[com tal modelo] é impossível realizar uma modelação econômica do processamento de informações de imagens cinematográficas; isso não é a propriedade relevante de informação que está em jogo na recepção de um filme narrativo. [...] Parece, ao contrário, que no processamento da imagem cinematográfica é mais adequado usar um conceito de figuras em movimento, no qual os conteúdos concretos da imagem e a sua troca representam apenas instâncias de um *esquema icônico mais abstrato*. (Ohler, 1994, p. 104)

Todavia, é justamente a especificidade dessas abordagens cognitivo-semânticas o fato de pretenderem, antes de tudo, explicar a língua (e, em seguida, os significados em geral) à base de estruturas convencionais gerais que adquirimos pela experiência durante a apropriação do mundo. Parece, portanto, que essas abordagens são especialmente bem adequadas para o processamento integrativo de informações de diferentes modalidades; convém, no entanto, acrescentar criticamente que muitas coisas permanecem equívocas e no escuro (quanto à crítica de Lakoff, veja, por exemplo: Konerding, 1993, p. 58).

Enquanto, nos trabalhos mencionados, nada mais é desenvolvido no que diz respeito à engrenagem exata entre a língua e a imagem, encontra-se na psicologia cinematográfica de Wuss (1999), pelo menos, a idéia do “filme como sincretismo” (*op. cit.*, p. 285).

O autor também vê em primeiro lugar “as analogias entre a criação de relações de sentido na recepção de filmes e a atualização de campos semânticos durante a comunicação verbal” (*op. cit.*, p. 297) e desenvolve, em seguida, a idéia especulativa de uma recepção sinestésica do filme, que se baseia numa operação de transferência em redes semânticas partilhadas (*op. cit.*, p. 297):

É pelo menos de se supor que as propriedades formativas da composição cinematográfica, na forma de acontecimentos óticos e acústicos dentro de determinadas relações acionais e espaciais, se comportam de modo semelhante às palavras no campo semântico, à medida que podem demonstrar graus diferentes de proximidade. Para representar relações em complexos sistemas de conceitos e proposições e modelar o conteúdo da memória mediada pela língua tem-se estabelecido um método estandardizado que se baseia na suposição de *redes semânticas*. O efeito sinestésico que caracteriza a esperada transposição de uma sequência de acontecimentos para uma outra dimensão sensorial poderia ser descrito, então, como uma conceituação da relação original que permite “pular” aquele nó imaginário na rede semântica que, no caso das relações linguísticas, indica o nível do conceito de tal sorte que, em seguida, estaríamos lidando com uma relação de outro domínio. O receptor constrói, dentro do seu modelo interno, representações mentais do sistema visual que o tornam capaz de fazer as antecipações necessárias e que controlam as suas expectativas semanticamente relevantes. No nível acústico, esse processo é continuado, o que, evidentemente, será possível somente quando a estrutura adaptada tiver se tornado reversível mediante um determinado processo cognitivo. (Wuss, 1999, p. 297)

Há, então, uma série de abordagens para conceituar a compreensão icônica e a compreensão verbal juntamente. Na maioria das vezes, essa conceituação conjugada segue o modelo da codificação dupla de representações mentais que interagem (em componentes não-modais ou de outro tipo), ou baseia-se em esquemas icônicos pré-conceituais. Contudo, todas essas modelações para o jogo entre a língua e a imagem não conseguiram, ainda, ultrapassar a fase das especulações mais ou menos vagas. As abordagens cognitivistas têm em comum que concebem os esquemas mentais como um tipo de “mundo interno”: os esquemas representam o mundo externo, mas, ao contrário dos signos, não precisam, necessariamente, dispor de determinadas realizações específicas à modalidade. Na próxima seção, essa interpretação será comparada com uma interpretação não-representacional do jogo que se passa entre os diferentes sistemas de símbolos durante a constituição do significado.

4. Os esquemas e a “transcritividade”

A percepção e a compreensão — como já foi mencionado acima — na maioria das vezes não são mais modeladas como meros processos “de baixo para cima”, que reproduzem e, em seguida, associam as percepções de uma maneira ou outra, mas são modeladas, pelo menos em parte, como processos “de cima para baixo” que, guiados por esquemas, constroem um modelo mental da realidade. Essa observação vale também para a compreensão verbal,

que, como conhecimento ou reconhecimento, não é outra coisa senão a construção da realidade segundo um modelo mental. Hermanns (2003, p. 134), por exemplo, afirma nesse contexto:

Pensando bem, o conhecimento simples (o reconhecimento), ainda que aconteça sem um novo modelo cognitivo, já é uma construção da realidade também, pois aqui também a realidade é “posta em ordem” (e muitas vezes reduzida) pela projeção de idéias (esquemas, estereótipos, etc.), ou seja, modelos mentais sobre os objetos de percepção.

Essa afirmação vale igualmente para o reconhecimento de formas sógnicas e de significados. Em outro lugar, esse autor chama a atenção para o fato de que os diferentes conceitos que hoje em dia são usados nesse contexto (estereótipo, protótipo, modelo cognitivo, esquema, enquadre) são todos apenas variações de termos mais antigos, nomeadamente: das “idéias” [*Ideen*], ou das “apresentações” [*Vorstellungen*] ou, bem explícito, das “imagens na cabeça” [*Bilder im Kopf*] (Hermanns, 2002).

Apesar disso, a questão de se um esquema, um modelo cognitivo ou alguma coisa comparável — seja qual for o seu nome — tem que ser concebido, de fato, como analógico, pictórico, ou seja, visual não é assim tão fácil de resolver. A questão de como devemos conceber as “imagens na mente” é igualmente polêmica (ver Sachs-Hombach, 1995). Por outro lado, é possível perguntar-se também se não podemos modelar a constituição de significados no jogo entre diferentes sistemas de signos sem o esclarecimento da realização modal das representações mentais. Com o conceito da “transcritividade” [*Transkriptivität*], Ludwig Jäger (2002) apresentou uma abordagem nesse sentido.

Contra a idéia divulgada no cognitivismo de uma língua não-modal ou pré-midiática do pensamento, às vezes chamada de “mentalês”, ele levanta a hipótese de que não haveria “um ponto arquimédico excêntrico que nos permitisse avaliar a justeza da nossa referência ao mundo, independentemente de sistemas midiáticos de representação” (Jäger, 2002, p. 24). Em vez disso, o “jogo interativo das mídias [...] seria o lugar genuíno da constituição da semântica” (*op. cit.*, p. 27); a semântica não seria “gerada, primeiramente, pela referência a um mundo transcendente aos símbolos, mas pelos acoplamentos intermediários de diferentes sistemas simbólicos” (*op. cit.*, p. 28), de acordo com o princípio da transcritividade” (*id. ibid.*).

Os significados, então, não surgem através de representações não-modais de uma realidade não-modal, mas são os resultados — na expressão metafórica de Jäger — de diferentes métodos de “transcrição” (da paráfrase, da explicação, do esclarecimento, do comentário ou da tradução) que exploram ou produzem significados e, portanto, tornam-nos

“legíveis” de maneira intramidiática, quer dizer, dentro do mesmo modo e do mesmo sistema de signos ou de maneira intermediática, num outro sistema de símbolos e representações. Nessa perspectiva, as diferentes especificidades das percepções e dos signos não são mais vistas, principalmente, como uma tarefa problemática de tradução, mas — ao lado dos métodos reflexivos, internos ao sistema de símbolos — como uma possibilidade para o surgimento de sentido pela qual se produz a compreensão. No decorrer desse processo, um “pré-texto” [*Prätext*] ou “pré-escrito” [*Präskript*] torna-se um “script” [*Skript*], que permanece autônomo, já que guarda para si “os direitos de intervenção”, no que diz respeito à justeza da transcrição (*op. cit.*, p. 33):

A transcrição constitui um *script* e torna-o legível, mas, ao mesmo tempo, põe-no em um estado do qual é possível derivar *critérios de justeza* para a proposta de leitura que o transcrito apresenta.

Está óbvio que as mais diversas relações entre imagem e texto das quais nos ocupamos aqui — naturalmente também o jogo audiovisual entre a língua falada [*Sprechsprache*], os sons originais [*O-Töne*] e as imagens em movimento [*Laufbilder*] — podem ser vistas de acordo com o princípio da “transcritividade”. Quero exemplificar essa afirmação através de um recorte muito breve de um documentário televisivo sobre a virada do milênio.

5. Como os signos icônicos e os signos verbais tornam-se mutuamente legíveis

O trecho a descrever tem uma extensão de cerca de 01:18 minutos e foi tirado da documentação da revista televisiva “SPIEGEL TV SPECIAL” com o título “Milênio — uma despedida do século XX”. Trata-se de uma retrospectiva do século XX que foi transmitida no dia 2 de janeiro de 1999, às 22h10, no canal particular-comercial VOX. Mostrarei como sete sequências de imagens [*Bildsequenzen*] (I-VII), quatro sons originais [*O-Töne*] (A-D) e sete unidades textuais do apresentador [*Sprechertexteinheiten*] (1-7) se tornam mutuamente “legíveis”. Nesse processo, as diferentes sequências se engrenam e constituem os significados totais, de modo que as “transcrições intermediáticas” são usadas alternadamente para transformar os “pré-escritos” dos três sistemas simbólicos por meio de “transcrições intermediáticas” em “scripts” (no sentido de Jäger, 2002).



[Sequência de imagens I, zoom com giro, cerca de 21seg. (1) vista de Berlim oriental para a estação fronteiriça (2) quinta-feira nove de novembro de mil e novecentos e oitenta e nove um pouco antes de meia-noite (3) três horas e meia antes, a notícia da abertura da fronteira da RDA [República Democrática Alemã] havia chegado ao congresso federal em Bonn²⁰
[Som original A: canto] *justiça e liberdade*²¹.

[Sequência de imagens II, cerca de 17 seg.]
... para a pátria alemã que todos nós aspiremos a isso fraternalmente com o coração e a mão²²

[Sequência III: *travelling in*²³ e giro para a ...]
[Som original B: comentário em língua estrangeira no pano de fundo]
-ão²⁴ (4) a reunificação [da Alemanha] como jogo amistoso²⁵

²⁰ (1) *blick von osten auf den grenzübergang* (2) *donnerstag neunter november neunzehnhundert-neunundachtzig kurz vor mitternacht* (3) *dreieinhalb stunden zuvor ist im Bonner Bundestag die nachricht von der öffnung der DDR-grenzen eingetroffen.*

²¹ Trata-se de um trecho do hino alemão: *recht und freiheit.*

²² Trata-se da continuação do hino alemão: *fur das deutsche vaterland danach lasst uns alle streben bruderlich mit herz und ha-*

²³ Termo técnico para um movimento de câmara

²⁴ Notas finais do hino alemão: *...nd.*

²⁵ (4) *die wiedervereinigung als freundschaftsspiel*

	[... sequência de imagens IV; as duas sequências juntas (III e IV) demoram mais ou menos 15 seg.] [Som original C: canto] <i>oléoléoléolé</i> ...
	[sequência de imagens V, cerca de 3 seg.] ... <i>Alemanha</i>²⁶
	[sequência de imagens VI, cerca de 12 seg.] ... <i>olé</i> [apresentador] (5) <i>ainda antes de meia-noite a polícia popular desistiu de todas as formalidades; (6) é a hora zero entre o passado e o futuro (7) Willy Brandt</i> [ex-canceller e presidente de honra do partido social-democrata SPD] <i>resume o desenvolvimento fu-</i>²⁷
	[sequência de imagens VII, cerca de 10 seg.] - <i>turo</i>²⁸ [Som original D: Willy Brandt] <i>Berlim viverá e o muro vai cair</i>²⁹ [gritos de alegria]

Parece que, nesse tipo de documentários, uma das possibilidades características para estabelecer um novo tema é começar uma sequência de imagens que é interpretada imediatamente pelo apresentador. Embora as imagens da sequência I sejam, a bem dizer, bastante difusas — vê-se uma multidão de pessoas e carros individuais submergidos numa luz cor de laranja — o texto do apresentador em (1) *vista de Berlim oriental para a estação fronteiriça* e (2) *quinta-feira nove de novembro de mil e novecentos e oitenta e nove* (com a

²⁶ *Deutschland*

²⁷ (5) *noch vor mitternacht hat die volkspolizei alle formalitäten aufgegeben (6) es ist die stunde null zwischen vergangenheit und zukunft (7) Willy Brandt bringt die künftige entwicklung auf den...*

²⁸ ... *Punkt.*

²⁹ *Berlin wird leben und die mauer wird fallen*

indicação historicamente bastante marcada do lugar e do tempo revela implicitamente o tema que, em seguida, é dado explicitamente com a frase em (3) *abertura da fronteira da RDA*. Com (3) *três horas e meia antes, a notícia da abertura da fronteira da RDA havia chegado ao congresso federal em Bonn*, introduz-se, no estilo expositivo-atualizador de uma reportagem, um novo subtema que trata da reação do congresso nacional; o texto falado ainda está acompanhando as imagens da primeira sequência. Nesse recorte, a direção da transcrição se inverte: no início, as imagens foram transcritas pelo texto do apresentador, mas, agora, ao usar o método invertido, o texto do apresentador é transcrito duplamente: primeiramente, pelo canto do som original A, os primeiros quatro versos da terceira estrofe da “Canção da Alemanha” [*Deutschlandlied*], a qual serve como hino nacional; de fato, a primeira palavra da estrofe, “unidade” [*Einigkeit*], que, nesse contexto, seria na verdade a palavra mais significativa, não é ouvida; mas isso quase não se faz notar, já que o hino, como um esquema altamente estereotipado, é reconhecido em qualquer uma das suas partes; ao contrário, na melhor das hipóteses, isso enaltece a encenação atualizadora da experiência imediata de um “momento histórico”.

Um segundo passo da transcrição relativamente ao texto do apresentador em (3) realiza-se apenas com o segundo verso, com o qual as imagens também mudam para a sequência II, que mostra o congresso nacional reunido, naquela época, ainda na modesta “Central Hidráulica de Bonn” [*Bonner Wasserwerk*]. Junto com o som original e com as imagens dos deputados federais cantando e se levantando sucessivamente dos seus assentos, o relato bastante prosaico da fala (3) do apresentador transforma-se em uma impressão geral multicodeificada e multimodal, que é realmente “solene” e cheia de emoções: a ação espontânea do levantamento que se inicia no lado da CDU/CSU [União Cristão-Democrata/União Cristão-Social], prosseguindo para o lado direito [da imagem] onde se encontram os delegados do SPD [Partido Social-Democrata] e o canto do hino com todo seu pathos têm o efeito de que agora, *a posteriori*, a indicação exata do tempo e a primeira indicação explícita do motivo podem ser lidas de modo bastante diferente, a saber: como uma formulação resumida e quase-oficial, mas igualmente patética, que documenta exatamente o acontecimento histórico e que, justamente pelo contraste, aumenta o pathos ainda mais.

O próximo subtema começa, mais uma vez, no nível da imagem. Com a sequência III, que já se inicia com a última meia-palavra do som original antecedente, mudamos novamente para a rua. Vemos uma cena noturna na qual se focaliza, inicialmente, um jornalista asiático — mais uma marcação da situação histórica globalmente significativa. A cena é acompanhada pelo som original B com o comentário do jornalista, que é incompreensível para nós, mas que

deixa, certamente, uma impressão muito autêntica; associa-se com essa cena, ainda, a fala do apresentador (4) *a reunificação como jogo amistoso*. Em seguida, a câmera passa pelo lado esquerdo do asiano, circula em torno dele e focaliza com a sequência IV um grupo de jovens — em parte já visível anteriormente — que acena com uma bandeira alemã e canta o que escutamos no som original C: o grito de guerra no jogo de futebol *oléoléoléolé Alemanha olé*. Aqui também percebemos o pathos nacionalista com bandeira e canto, mas desta vez — em contraste com o congresso — “na rua”, numa versão popular que não aproveita o enquadre político do hino nacional, mas o contexto esportivo-lúdico do mundo do futebol. Novamente, um trecho do texto do apresentador (4) interpreta imagens inicialmente não-específicas, “pré-textuais” e associa-as com o termo político *reunificação* [“wiedervereinigung”] e com a esfera do esporte (*como um jogo amistoso*) [“als freundschaftsspiel”]. Nesse trecho, o novo subtema, a reação do “povo”, é ainda designado de uma maneira bastante indireta e um pouco críptica, de tal forma que apenas o som original C em seguida e as imagens da sequência IV, que, tematicamente, se tornam pouco a pouco mais claras, conseguem tornar legível o que a fala (4) quis dizer na verdade: “as pessoas na rua” percebem o acontecimento altamente político com euforia, como em um jogo de futebol, ou seja, de um modo não-político.

Ainda durante o canto da torcida, vemos, quase perfeitamente montada em cima do elemento cantado *Alemanha*, a sequência muito breve de imagens V, que mostra “de baixo”, ainda na perspectiva “do povo”, um guarda da *Volkspolizei* [polícia popular] numa torre de vigia; essa cena introduz como “pré-texto” um novo subtema que é “transcrito” e tratado apenas posteriormente — quando já se vê a próxima sequência de imagens VI — no texto do apresentador (5): *ainda antes de meia-noite a polícia popular desistiu de todas as formalidades*. Vemos as costas de pessoas que, correndo em bandos, atravessam uma ponte e compreendemos: enquanto o povo está festejando e se reunindo, contenta-se a *Volkspolizei* (polícia popular) em nada fazer a não ser apenas assistir aos acontecimentos.

Contudo, essa interpretação próxima aos acontecimentos e bastante concreta do complexo multicodificado constituído pelas sequências V e VI, o som original C e os textos parciais (4) e (5), é transcrita ainda mais no texto falado em (6) *é a hora zero entre o passado e o futuro*. Com essa afirmação, a cena concreta documentada é enaltecida político-historicamente e simbolicamente numa metáfora de transição: a ponte visível (a ponte de *Bornholm*, cuja aparência lembra a ponte de *Gliencke*, outro símbolo da guerra fria, na qual foram trocados os espiões) torna-se um símbolo para o momento histórico (*a hora zero*) entre o antigo (a RDA agonizante), simbolizado pela figura do guarda da polícia popular, e o novo, do qual as pessoas já se aproximam, mas que ainda está nas trevas. Com a transcrição sublime

de (6), então, a transcrição efetuada pela sequência de imagens VI também pode ter um efeito retroativo: ela concretiza, na dimensão espacial, a metáfora verbal da transição que ocorre na dimensão temporal e, desse modo, acrescenta-lhe um componente emocional um tanto medonho e inquietante, que exprime perceptivelmente a atmosfera de incerteza. Aqui se confirma a hipótese de Jäger (2002) sobre a autonomia da transcrição (ver acima): o texto do apresentador não interpreta e reinterpreta a cena na sua totalidade; muito pelo contrário, sempre permanece nas imagens alguma coisa independente que, por assim dizer, “responde” à interpretação verbal.

Acompanhado pelas mesmas imagens, o subtema “futuro”, estabelecido em (6), continua a ser desenvolvido no texto falado em (7), quando a pessoa de Willy Brandt entra em jogo, cujo nome é citado na frase de efeito: *Willy Brandt resume o desenvolvimento futuro*. Com a última palavra, começa a sequência de imagens VII, que, em seguida, é transcrita e resgatada junto com o correspondente som original D no “On”: vê-se e ouve-se Willy Brandt proferindo uma das suas famosas frases aforísticas, no seu modo característico de falar, com uma voz espremida, rítmica e puxada. No contexto patético de uma demonstração noturna em frente ao Paço Municipal de Schöneberg, os temores do futuro são banidos e o significado da situação histórica é formulado sucintamente, mencionando o símbolo central do fim da separação alemã; o que provoca intensa alegria e muito júbilo: *Berlim viverá e o muro vai cair*. A figura de Willy Brandt evocada na imagem, no texto e na voz, o lugar, a primeira menção de Berlim, o emblema visível da emissora RIAS [*Radio International American Sector*] em um dos microfones, tudo isso são elementos que se juntam num complexo significativo multicodificado e multimodal, que visa a mostrar a abertura da fronteira como um dos últimos passos de um caminho histórico para o fim da separação alemã: da guerra fria na época da RIAS, pela política externa para Europa Oriental de Willy Brandt, até a queda do muro e a reunificação.

Realizando continuamente transcrições, as imagens, os sons originais (*O-Töne*) e os elementos do texto do apresentador são relacionados mutuamente por um “método de zíper”.

Os novos temas são trazidos à discussão, alternadamente, no nível icônico e no verbal; primeiramente como “pré-textos” [*Prätexpte*] e, em seguida, como “scripts” [*Skripte*], que são interpretados e reinterpretados no respectivo código ou modo, ou em outros; a interpretação do novo complexo de significado é levada adiante — muitas vezes pelo *script* [*Skript*] já existente — e, desse modo, cria espaço para fazer outras leituras.

6. Considerações finais

Parece, portanto, que o jogo audiovisual entre a fala do apresentador, os outros sons e as imagens em movimento, a cuja compreensão estamos habituados, não apenas em comunicações face a face, mas também em outros produtos midiáticos adequados (tecnicamente montados), é facilitado por certos elementos de ligação específicos aos respectivos sistemas sígnicos: ora pelas idéias imagéticas na compreensão verbal, pelas visualizações de elementos verbais por meio de imagens gráficas e pela figuratividade da linguagem; ora, através de esquemas parecidos e próximos à língua ou pré-linguísticos e sensório-motores, que podem entrar em jogo na compreensão icônica. A questão de se é realmente necessário pressupor, adicionalmente, representações não-modais, ou se as ligações existentes, específicas a cada sistema de símbolos são suficientes para uma referência imediata e integrativa de acordo com o modelo das “transcrições” de Jäger parece, pelo menos, ser digna de consideração.

Por enquanto vale dizer: para uma explicação mais larga do jogo audiovisual, recomenda-se investigar mais exatamente e mais abrangentemente as formas e as funções individuais das referências transcritivas, com o fim de ultrapassar as interpretações individuais exemplares e explorar, aos poucos e sistematicamente, o repertório de formatos estruturais multicodificados e multimodais.

Referências bibliográficas

BURGER, Harald. *Phraseologie. Eine Einführung am Beispiel des Deutschen*. Berlin: E. Schmidt Verlag (Grundlagen der Germanistik 36), 1998.

CICERO, Marcus Tullius. *De oratore. Über den Redner. Übersetzt und herausgegeben von Harald Merklin*. 2ª edição. Stuttgart: Reclam (Universalbibliothek 6884), 1991.

GIBSON, James. *Wahrnehmung und Umwelt*. München: Urban & Schwarzenberg, 1982.

HERMANN, Fritz. “‘Bilder im Kopf’. Zur Wiederauferstehung des Begriffs der ‘Idee’ und der ‘Vorstellung’ in den Begriffen des ‘Stereotyps’, des ‘Schemas’, des *frame* sowie ähnlicher Begriffe”. In: WIESINGER, Peter (org.). *Akten des X. Internationalen Germanistenkongresses, Wien 2000, “Zeitenwende” — Die Germanistik auf dem Weg vom 20. ins 21. Jahrhundert*, v. 2. Bern usw.: Lang, 2002, p. 291-297.

_____. “Linguistische Hermeneutik. Überlegungen zur überfälligen Einrichtung eines in der Linguistik bislang fehlenden Teilfaches”. In: LINKE, Angelika, ORTNER, Hanspeter & PORTMANN-TSELIKAS, Paul R. (orgs.). *Sprache und mehr. Ansichten einer Linguistik der sprachlichen Praxis*. Tübingen: Niemeyer (Reihe Germanistische Linguistik 245), 2003, p. 125-163.

HOLLY, Werner. “Sprechsprache und bewegte Bilder: Audiovisualität”. In: *Mitteilungen des Deutschen Germanistenverbandes*, 51, 2004, p. 122-134.

- JÄGER, Ludwig. "Transkriptivität. Zur medialen Logik der kulturellen Semantik". In: _____ & STANITZEK, Georg (orgs.). *Transkribieren. Medien/ Lektüre*. München: Fink, 2002, p. 19-41.
- JOHNSON, Mark. *The Body in the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- KOSSLYN, Stephen M. *Ghosts in the Mind's Machine: Creating and Using Images in the Brain*. New York: Norton, 1983.
- KNOBLOCH, Clemens. *Sprache und Sprechfähigkeit. Sprachpsychologische Konzepte*. Tübingen: Niemeyer (Konzepte der Sprach- und Literaturwissenschaft 52), 1994.
- KONERDING, Klaus-Peter. *Frames und lexikalisches Bedeutungswissen. Untersuchungen zur linguistischen Grundlegung einer Frametheorie und zu ihrer Anwendung in der Lexikographie*. Tübingen: Niemeyer (Reihe Germanistische Linguistik 142), 1993.
- LAKOFF, George. *Woman, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The Chicago University Press, 1987.
- _____. & JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live by*. Chicago: The Chicago University Press, 1980. Citado por Holly conforme à tradução alemã: *Leben in Metaphern. Konstruktion und Gebrauch von Sprachbildern*. Heidelberg: Carl Auer. 2003. Citado pelo tradutor de acordo com a tradução portuguesa: *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo, Mercado de Letras, 2002.
- MAYER, Richard. *Multimedia Learning*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.
- NEISSER, Ulrich. *Kognition und Wirklichkeit*. Stuttgart: Klett Verlag, 1979.
- OHLER, Peter. *Kognitive Filmpsychologie. Verarbeitung und mentale Repräsentation narrativer Filme*. Münster: MAKS-Publikationen, 1994.
- PAIVIO, Allen. *Imagery and Verbal Processes*. New York: Holt, Reinhardt & Winston, 1971.
- QUINTILIAN, Marcus Fabius. *Institutionis oratoriae. Ausbildung des Redners*. Herausgegeben und übersetzt von Helmut Rahn. 2ª edição. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988.
- RIESEL, Elise. *Der Stil der deutschen Alltagsrede*. Leipzig: Enzyklopädie-Verlag, 1970.
- SACHS-HOMBACH, Klaus (org.). *Bilder im Geiste. Zur kognitiven und erkenntnistheoretischen Funktion piktorialer Repräsentationen*. Amsterdam: Rodopi, 1995.
- SCHMITZ, Ulrich. Text-Bild-Metamorphosen in Medien um 2000. In: SCHMITZ, Ulrich & WENZEL, Horst. (orgs.) *Wissen und neue Medien. Bilder und Zeichen von 800 bis 2000*. Berlin: Erich Schmidt, 2003, p. 241-263.
- _____. Schrift und Bild im öffentlichen Raum. *Mitteilungen des Deutschen Germanistenverbandes*, 51, 2003, p. 58-74.
- SCHWARZ, Monika. *Einführung in die Kognitive Linguistik*. 2ª edição. Tübingen, Basel: Francke (UTB 1636), 1996.
- STÖCKL, Hartmut. *Die Sprache im Bild – Das Bild in der Sprache. Zur Verknüpfung von Sprache und Bild im massenmedialen Text: Konzepte, Theorien, Analysemethoden*. Habilitationsschrift. Chemnitz. 2002.
- ULMER, Bernd & BERGMANN, Jörg. "Medienrekonstruktionen als kommunikative Gattungen?" In: HOLLY, Werner & PUSCHEL, Ulrich (orgs.). *Medienrezeption als Aneignung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1993, p. 81-102.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971.

WUSS, Peter. *Filmanalyse und Psychologie. Strukturen des Films im Wahrnehmungsprozess*. Berlin: Edition Sigma (Sigma Medienwissenschaft 15), 1999.

Questões fundamentais da Textologia contrastiva¹

Kirsten Adamzik
Universidade de Genebra

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Quanto ao objeto de pesquisa

Contrastive Textology [Textologia contrastiva] é o título de um livro de R.R.K. Hartmann, publicado em 1980, que tem como objetivo “integrar [...] num todo coerente” “abordagens tão diversas” “como a ‘Estilística contrastiva’, a ‘Retórica comparativa’, a ‘Gramática de texto para práticas da tradução’ e os ‘estudos contrastivos pragmáticos’” (Hartmann, 1980, p. 5). Para as pesquisas que comparam as línguas no nível do texto, esse livro é considerado uma obra fundadora, apesar de não se ter realizado nem aproximadamente uma discussão pormenorizada do modelo teórico de Hartmann. Seu mérito principal, certamente, encontra-se no fato de ter fornecido uma visão geral sobre as abordagens linguísticas que podem ser vistas como “precursoras” de uma Textologia contrastiva; de fato, ele procura reunir essas abordagens numa conceituação teórica abrangente. É certo que essa iniciativa estimulou as pesquisas nessa área e contribuiu para aguçar os sentidos a perceberem como é problemática a comparação de línguas ou, também, de formas comunicativas culturalmente específicas que se apóiam unicamente “no vago apelo a uma intuição linguística (*Sprachgefühl*) global e absoluta de que está dotado o falante nativo idealizado da *common-core general language* [o idioma primário geral que representa um subconjunto de uma dada língua histórica, compartilhado, teoricamente, por todos os seus falantes nativos]” (Hartmann, 1980, p. 39-40).

O próprio autor admite francamente que essa primeira tentativa de desenvolver uma Textologia contrastiva teve de assumir um caráter “exploratório, tentativo e programático” (Hartmann, 1980, p. 6). Para ele, o que importa principalmente é a conceituação teórica dessa disciplina; suas aspirações de desenvolver uma metodologia adequada, no entanto, não vão além dos estágios primitivos. Uma razão essencial por que os estudos linguístico-comparativos de Hartmann, no nível do texto, tiveram, nos pormenores, menos influência do que se poderia esperar de acordo com o objetivo formulado por ele mesmo encontra-se,

¹ ADAMZIK, Kirsten. “Grundfragen einer kontrastiven Textologie”. In: ADAMZIK, Kirsten. (org.). *Kontrastive Textologie. Untersuchungen zur deutschen und französischen Sprach- und Literaturwissenschaft*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2001, p. 13-48.

provavelmente, no fato de que ele ainda permanece fortemente ligado a questões da tradutologia.²

Sua idéia básica é que as comparações das estruturas linguísticas com base no objeto da *common-core general language* devem ser completadas por análises do uso da língua em diferentes situações, por diferentes grupos, etc., de tal modo que as variedades ou os registros das línguas entrem no campo de visão, pois:

Cada língua tem uma distribuição ligeiramente diferente das variedades, de acordo com o uso situacional, e a tarefa do contrastivista é caracterizá-las nos termos de categorias linguísticas (fonologia, gramática, léxico) e de dimensões comunicativas (modo, campo, papel, grau de formalidade) (Hartmann, 1980, p. 33).³

Todavia, até mesmo as variedades não são palpáveis imediatamente, e elas também — igualmente como a *common-core language* ou a língua padrão — abrangem, em parte, múltiplas formas de uso da língua, de tal modo que corre-se o perigo de cometer, aqui também, o erro de fazer comparações demasiadamente vagas e precipitadamente generalizadas. Se o que se contrasta, com efeito, devem ser coisas comparáveis, é preciso aprofundar em mais um nível a análise empírica e aproveitar o fato de que “todos os contrastes interlinguais se manifestam em textos”⁴ (Hartmann, 1980, p. 37). Assim sendo, Hartmann propõe a análise de textos paralelos que ele organiza em três classes:

Classe A: “os textos paralelos que, tipicamente, são o resultado de uma tradução profissional em escala completa” (p. 37) [trata-se, então de traduções no sentido restrito];

Classe B: “os textos paralelos que, tipicamente, são o resultado de uma adaptação deliberada de uma mensagem nas respectivas convenções de duas línguas, com o propósito de transmitir uma mensagem idêntica a receptores que, às vezes, pertencem a fundos culturais bastante diferentes” (p. 38) [Hartmann cita aqui, por exemplo, a adaptação de textos publicitários];

Classe C: “os textos paralelos que, tipicamente, não são relacionados, a não ser pelo reconhecimento do analista de que as circunstâncias originais que levaram à criação dos dois textos produziram semelhanças ocasionais” (p. 38).⁵

Apenas na terceira categoria trata-se, então, de textos linguística e culturalmente autônomos, que não dependem de um texto prévio [*Vortext*] (redigido numa outra língua).

² Uma concentração maior na metodologia evidencia-se na contribuição de Spillner (1981), na qual se concede uma importância menor à comparação de traduções. Quanto às questões metodológicas cf. também Spillner (1992).

³ “Each language has a slightly different distribution of varieties according to situational use, and it is the task of the contrastivist to characterise them in terms of linguistic categories (phonology, grammar, lexis) and communicative dimensions (mode, field, role, formality)” (Hartmann, 1980, p. 33).

⁴ “All interlinguistic contrasts are manifest in texts” (Hartmann, 1980, p. 37).

⁵ “**Class A** parallel texts are typically the result of a full-scale professional translation” (p. 37) [...].

“**Class B** parallel texts are typically the result of a deliberate adaptation of a message in the respective conventions of two languages for the purpose of conveying an identical message to receivers of sometimes very different cultural backgrounds” (p. 38) [...].

Class C parallel texts are typically unrelated except by the analyst’s recognition that the original circumstances that led to the creation of the two texts have produced accidental similarities” (p. 38). (Hartmann, 1980).

Logo, apenas nessa classe é plausível eliminar a possibilidade de as características do texto serem influenciadas pelo texto modelo, ou seja, de elas não obedecerem (inteiramente) às próprias convenções específicas de uma língua. Esses textos paralelos no sentido restrito⁶ oferecem, também de acordo com Hartmann (1980, p. 46-47), condições prévias muito favoráveis para uma Retórica comparativa. Contudo, o autor quase não pormenoriza essa área; trabalha apenas com recortes de discursos de Churchill e Adenauer, que ele usa como exemplos para ressaltar que o que importaria nesse assunto seriam, antes de tudo, “as convenções da composição ideolectal do texto”⁷ (*id. ibid.*).

Em resumo — e esta conclusão mostra também a já mencionada lista das categorias linguísticas que, na análise, devem ser levadas em consideração: a fonologia, a gramática e o léxico —, Hartmann perde amplamente a chance de definir como objeto de pesquisa⁸ as formas de construção textual específicas de uma língua ou de uma variedade e recorre predominantemente a referências concernentes à tradução. Com essa opção, ele adere rigidamente à metodologia — e também não a ultrapassa muito — que já caracteriza a Estilística comparativa⁹, a qual, por sua vez, também se apóia essencialmente em traduções (na maioria das vezes, de textos literários). Nesse caminho, também não se fazem mais reflexões sobre a tradução como uma prática comunicativa — o que se explica pelo fato de Hartmann tomar por base um conceito relativamente estreito de uma das “disciplinas mãe” da Textologia contrastiva, a saber, a *discourse analysis*; é que ele compreende sob esse termo, mais ou menos, as condições situacionais nas quais um texto é produzido e recebido. O discurso, no sentido de relações mútuas e mais abrangentes entre uma multiplicidade de textos, não entra nesse campo de visão.

Um projeto tão ambicioso como o de Hartmann, que tentou constituir uma nova subdisciplina da Linguística, não se apresentou mais desde então. Ao contrário, a Textologia contrastiva — para retomar essa denominação¹⁰ — foi levada adiante em uma multiplicidade

⁶ Hoje também, o termo *texto paralelo* é usado nesse sentido restrito, isto é, como termo oposto às diferentes formas de tradução, (cf. por exemplo: Koller (1992, p. 126 e 248); cf. também: Göpferich (1998)). Spillner (1981) reúne os grupos B e C de Hartmann (1980) sob a expressão *texto paralelo*.

⁷ “*Conventions of ideolectal text composition*” (Hartmann, 1980, p. 46).

⁸ Essa afirmação vale, apesar de Hartmann (1980), na discussão da *classe C*, citar como exemplos os anúncios de famílias e os rótulos de embalagens, isto é, dois gêneros textuais que podem ser comparados muito melhor do que os diferentes discursos de políticos dos anos de 1940 e de 1953 respectivamente e nos quais é possível observar, imediatamente, não as diferenças individuais, mas as diferenças específicas de língua e de cultura, como demonstraram estudos particulares sobre esses gêneros textuais (para ver um dos primeiros estudos desse tipo, cf. Reiß (1977/1978); além disso, cf. os trabalhos citados em Adamzik (1995) sob a entrada *aspectos contrastivos* no índice, assim como os estudos do projeto de Salzburg — citados em Pöckl (1999b)).

⁹ Cf., por exemplo: Vinay & Darbelnet (1958) e Malblanc (1968) com referência à Bally (1932). Nesse contexto, cf. também, por exemplo: Wandruszka (1959).

¹⁰ Essa expressão, que, em comparação com os compósitos formados mais habitualmente no alemão, oferece, sobretudo, a vantagem de poder ser formada também em outras línguas, já foi usada várias vezes (cf., além de

de estudos particulares aos quais ainda faz bastante falta o teto comum sob o qual Hartmann queria reunir as abordagens relevantes da Tradutologia, da Estilística, da Retórica, da Linguística textual, da Sociolinguística variacionista, etc. Isso, certamente, tem a ver com os dois fatores seguintes:

Os estudos contrastivos de línguas, necessariamente, escolhem determinadas línguas específicas (na maioria das vezes, aos pares) e, portanto, têm certa ancoragem numa filologia particular. Além disso, eles servem muitas vezes a objetivos didáticos do ensino de línguas estrangeiras¹¹, o que dificulta ainda mais uma troca de informações entre as diferentes filologias — mais concretamente: quem quer ensinar aos finlandeses como redigir artigos científicos em alemão não precisa saber quais são as dificuldades que tailandeses experimentam na redação de cartas em inglês.

Necessariamente, os diferentes estudos empíricos não são delimitados apenas com relação à escolha de línguas, mas também com relação às variedades, às esferas de comunicação e aos gêneros textuais. A quantidade dos *corpora* potencialmente comparáveis aumenta imensamente e, ao mesmo tempo, vê-se que, muitas vezes, é quase impossível comparar as condições específicas a serem levadas em consideração, por exemplo, em textos cotidianos como cartas, receitas culinárias e anúncios de família ou em textos técnicos da área da medicina, da jurisdição e da sociologia. Embora seja teórica e metodologicamente correta, a decisão de situar os textos dentro do seu contexto discursivo e de analisá-los com um olhar para esse contexto, em vez de tirar qualquer um deles ao acaso e interpretá-lo como “representante igualmente bom” de uma dada língua em análise, cria um dilema do ponto de vista da prática da pesquisa: os resultados específicos quase não podem ser abarcados e, muitas vezes, demora conciliá-los uns com os outros. Ainda assim, para poder dar, diante desses fatos, uma visão geral das abordagens e dos resultados obtidos pela pesquisa¹², tenta-se, em seguida, associar as contribuições com três grupos diferentes (mas não disjuntivos).

Hartmann (1980) e Spillner (1981), por exemplo: Arntz (1990), Gréciano (1996) e, sobretudo, Eckkramer, Hödl & Pöckl (1999)), mas ainda não conseguiu impor-se muito bem. É elucidativo que Hinnenkamp (1994, p. 74) escolha esse termo como título de um capítulo, apesar de não se encontrar dentro das suas referências bibliográficas nenhum título que contenha essa expressão. — Leclère (1981) fala de *Textologia comparativa*. No inglês, é comum usar a expressão *contrastive rhetoric(s)*; além de Kaplan (1977, 1983 e 1988), cf. por exemplo: Hinds (1983), Houghton & Hoey (1983), Bar-Lev (1986), Grabe (1987) e Purves (1988).

¹¹ Cf., por exemplo: Neuner (1986), os trabalhos de Hartmut Schröder (1987a, 1987b, 1988, 1989, 1991a, 1991b, 1993a, 1993b e 1995), Lieber & Posset (1988), Swales (1990), Hoffmann (1988, 1992 e 1998), Gnutzmann & Oldenburg (1990a), Gnutzmann (1992), Krause (1993), Ehlich (1995) e Ylönen (1995)).

¹² Entre as visões panorâmicas disponíveis, cf. especialmente: Gnutzmann & Oldenburg (1990b), Gläser (1992), Clyne (1983), Pöckl (1999b), Krause (2000b e 2000c). Loos (1991) e Hinnenkamp (1994) oferecem bibliografias sobre a comunicação intercultural. A área da comunicação intercultural é relativamente bem estudada porque é nesse tipo de comunicação que os contrastes culturais podem provocar imediatamente dificuldades e conflitos de comunicação. No presente livro, a multiplicidade de trabalhos nessa área pode ser levada em consideração apenas muito seletivamente.

1.1. “Estilos intelectuais”

Tanto do ponto de vista cronológico quanto da sistemática metodológica, convém chamar a atenção, primeiramente, para uma abordagem desenvolvida nos anos 60, intimamente ligada aos nomes de Robert B. Kaplan e do sociólogo e pesquisador da paz Johan Galtung¹³. Que o termo preferido desse último, muitas vezes retomado na pesquisa, o “estilo intelectual”, sirva aqui como marca de identificação. Não é apenas por causa do termo “estilo” que essa abordagem pode ser comparada mais facilmente com a Estilística comparativa de formação mais antiga. O que é característico para ambas as correntes é o parentesco notável com a hipótese de Humboldt sobre a visão linguística do mundo ou com a hipótese de Sapir e Whorf, à qual se faz, em parte, referência direta. Esses autores postulam determinadas formas de pensamento — Kaplan fala de *thought patterns* [padrões de pensamento] — que são ligadas às diferentes línguas históricas e que até mesmo chegam a dominar o pensamento dos seus falantes nativos ou, pelo menos, prefiguram-no mais ou menos fortemente. A hipótese mais forte, i.é, a de que a própria estrutura da língua influencia o pensamento, não precisa ser mais discutida aqui porque, com essa rigidez, ela não é defendida por nenhum dos autores que aqui nos interessam. Pelo contrário, o que se realça de maneira geral é a relação íntima e inextricável entre a língua e a cultura (história, estrutura social, sistema de educação, etc.), e Galtung até justifica seus epítetos incomuns (teutônico, etc.) explicitamente com o perigo de confundir o estilo, a língua e o país:

O presente artigo permanece no nível das macroculturas, mas dirige-se para o nível abaixo das civilizações: para as subcivilizações [...]: a ciência saxônica, teutônica, gaulesa e nipônica [...]. Por que usar essas denominações estranhas? Pela simples razão de que elas não devem ser identificadas com Grã-Bretanha, Alemanha, França e Japão — já que esses, como países, são actantes no sistema internacional e reúnem em si múltiplas características culturais. Todavia, vejo os estilos que devem ser caracterizados por esses termos como dominantes nos países mencionados; ainda que, possivelmente, no passado; há dez anos, talvez ainda mais fortemente do que hoje [...]. Trata-se, evidentemente, de uma análise ideal-típica no sentido de Max Weber que não pode ser tomada literalmente como uma descrição empírica (Galtung, 1985, p. 152-153).

Com esse esclarecimento, então, faz-se frente, explicitamente, a eventuais objeções de que se trate aqui de generalizações inadmissíveis e, em todo o caso, nem se coloca a questão de qual seria a importância da estrutura de uma língua histórica para a formação dos estilos intelectuais. Ainda assim, é inevitável, talvez, que as exposições sejam recebidas, apesar

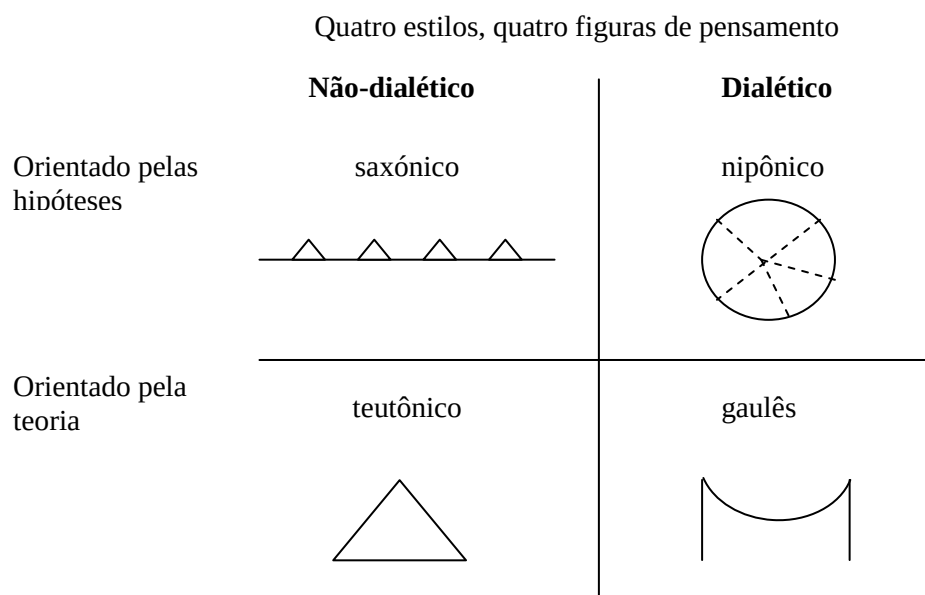
¹³ O trabalho de Galtung mais facilmente acessível ao leitor alemão é a versão alemã (1985) do seu trabalho de 1981; todavia, ele apresentou o primeiro estudo sobre o assunto em questão também já em 1966 (para ver referências mais exatas, cf. Galtung (1985), nota de rodapé 1).

dessas relativizações, como hipótese sobre a formação do pensamento pela cultura — que, como se sabe, é por sua vez decisivamente influenciada pela língua.

Contudo, em nosso contexto mais essencial do que esse parentesco ideacional com a hipótese de Sapir e Whorf é a metodologia ou a base empírica que são típicas para os autores. Galtung afirma explicitamente que sua análise não deve ser tomada como uma descrição empírica e caracteriza-a conscientemente como “um artigo que se baseia em impressões e opiniões que ficaram gravadas na minha memória, e no papel que, durante as viagens e os estágios, durante muitos anos, me levaram a diferentes atmosferas intelectuais ao redor do mundo. Eu mesmo nasci num país [Noruega] na periferia daquilo que ainda hoje é amplamente o centro do mundo e, certamente, sou influenciado por esse fato” (Galtung, 1985, p. 151).

Galtung, então, não se apóia aqui no “*Sprachgefühl* [intuição linguística] absoluto e global de que está dotado o falante nativo idealizado da *common-core general language*”, mas na intuição de um observador interculturalmente versado. Mesmo assim, seu estudo limita-se a observações particulares e a intuições globais delas derivadas que, naturalmente, não são necessariamente incorretas, mas também não podem substituir uma análise científica. Evidentemente, a vantagem desse procedimento, que explica também por que os representantes dos estilos intelectuais pertencem aos autores mais citados na Textologia contrastiva, encontra-se na formulação exata e, no fundo, absolutamente desejável de estilos, a qual torna as próprias intuições reconhecíveis e cria um enquadre significativo para as próprias observações particulares. A modelação plástica dos estilos de pensamento aumenta ainda mais a compreensibilidade desse fenômeno nebuloso dos estilos culturais de pensamento. A quintessência gráfica da proposta de Galtung (1985, p. 74) tem a forma representada no quadro 1:

Quadro 1: Estilos intelectuais conforme Galtung (1985)

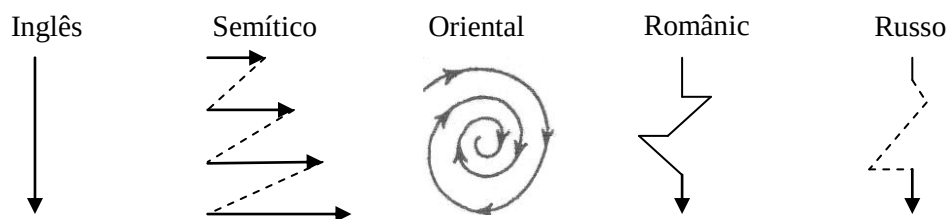


Evidentemente, a desvantagem desse procedimento encontra-se na falta de uma base empírica para os construtos, o que provoca diretamente a crítica de que esse método reproduz apenas estereótipos culturais.

Kaplan, pelo menos, apóia suas opiniões em análises de textos, mas procede aqui da mesma maneira que era característica da Estilística comparativa, a saber: refere-se a um pequeno conjunto de traduções e textos particulares que, nesse sentido, são tomados, simplesmente, como representantes da língua e do estilo correspondente de pensamento. As pesquisas de Kaplan têm sua origem no contexto do ensino de línguas estrangeiras e, portanto, além de terem sido baseadas em traduções (do francês e do russo para o inglês), também se fundaram no texto de um historiador falante nativo do inglês e nos trabalhos de estudantes estrangeiros em universidades norte-americanas. Diante desse fundamento de materiais, não é de se surpreender que Kaplan chegue a resultados que permitem tirar conclusões inequívocas sobre a superioridade do padrão inglês de pensamento, que seria o único a decorrer “linearmente”.¹⁴ Kaplan (1966, p. 15) também representa os resultados da sua comparação de estruturas de parágrafos em um gráfico (Quadro 2):

¹⁴ Para ver uma composição e uma análise cuidadosas de um corpus que, no detalhe, corrigem as hipóteses de Kaplan, mas as confirmam de um ponto de vista geral, cf. Bar-Lev (1986).

Quadro 2: Padrões culturais de pensamento conforme Kaplan (1966)



Depois dessas primeiras tentativas de compreender os estilos intelectuais vindas da área da sociologia e da didática de línguas estrangeiras, o linguista australiano Michael G. Clyne apresentou um estudo (cf. as referências na bibliografia) que se apóia em uma base mais ampla de materiais. No seu artigo mais importante desse projeto (Clyne, 1987a), essa base constitui-se de 52 artigos linguísticos e sociológicos de autores de língua inglesa e alemã. Como Kaplan, ele concentra-se na macroestrutura, isto é, na estrutura dos parágrafos (agora, porém, representada em gráficos bastante complicados), além de chegar à conclusão de que o inglês apresenta uma linearidade maior. Ainda que Clyne seja citado sempre de novo como a garantia mais importante de pesquisas empiricamente fundadas sobre estilos intelectuais, sempre se ressaltou na pesquisa a falta da replicação do seu método e, em consequência disso, dos seus resultados concretos, além do seu etnocentrismo evidente.¹⁵

1.2. Abordagens da Linguística textual (e da Linguística dos gêneros textuais)

Enquanto Clyne escolhe um determinado gênero textual como base material do seu estudo, com o fim de apresentar, através dele, estruturas mais gerais e culturalmente específicas de pensamento ou de desenvolvimento de textos, os gêneros textuais formam, na segunda corrente aqui destacada, o verdadeiro objeto de pesquisa. Essas pesquisas compreendem-se como descritivas (e não como explicativas) e têm um escopo relativamente delimitado. Geralmente, ressalta-se explicitamente que os resultados não podem ser transferidos diretamente para outros gêneros textuais e/ou para outras áreas de comunicação (eventualmente, eles têm validade apenas para o *corpus* descrito) e que eles podem ser compreendidos, na melhor das hipóteses, como hipóteses sobre diferenças culturais mais fundamentais. Desse modo, supera-se a falta de validade empírica e também a típica tendência de caracterizar os resultados de modo avaliativo, características das contribuições do grupo

¹⁵ Por causa da grande influência dos trabalhos de Clyne (1981, 1983, 1984, 1987a, 1987b, 1987c, 1991a, 1991b, 1993 e 1996) e Clyne, Hoeks & Kreutz (1988) e, em consequência disso, do hábito de caracterizar textos alemães como digressivos/ não-lineares, incluiu-se na coletânea organizada por Kirsten Adamzik (2001a) um capítulo (cap. VII) que se dedica à discussão desse critério.

dos “estilos intelectuais”. Contudo, ao mesmo tempo, diminui consideravelmente a pretensão de fornecer explicações gerais — e junto com ela também o interesse geral nesses estudos.

A pretensão desses trabalhos que buscam ultrapassar a descrição de *corpora* particulares consiste em aplicar, em um material de dados empíricos, métodos de descrição de texto, que sejam, tanto intersubjetiva quanto exaustivamente, repetíveis e comprovados. Nessa tarefa, os estudos orientam-se, quase sem exceção, pelos resultados da pesquisa da Linguística textual e, especialmente, pelas propostas de descrição e de classificação de gêneros textuais. Desse modo, o que entra em foco são, de um lado, as análises da macroestrutura¹⁶, isto é, dos hipotextos característicos de um gênero textual e da sua sequenciação e, do outro, as pesquisas sobre a estrutura ilocucional¹⁷, uma vez que se pressupõe vastamente que a função comunicativa represente um fundamento especialmente adequado para a classificação (sobre esse ponto, cf. também: Adamzik, 2000). Nas numerosas contribuições da RDA [República Democrática Alemã] e dos países da Europa Oriental, recorre-se, em sentido análogo, à categoria dos “procedimentos comunicativos”¹⁸ [*Kommunikationsverfahren*].

De uma maneira geral, além desses aspectos descritivos dirigidos mais para o todo do texto e seus constituintes, tomam-se também em consideração aspectos microestruturais, já que os trabalhos se baseiam, *grosso modo*, na seguinte definição de gênero textual:

Os gêneros textuais são padrões historicamente desenvolvidos e convencionalmente válidos para complexas e repetitivas ações linguísticas e podem ser descritos como marcas típicas de características contextuais (situacionais), comunicativo-funcionais e estruturais (gramaticais e temáticas).

Essa definição é formulada apoiando-se em Brinker (1997 [1985], p. 132) cuja paráfrase é assumida explicitamente ou implicitamente pela maioria dos trabalhos. O componente indicado neles e até agora não mencionado aqui, das características contextuais (situacionais), é discutido mais pormenorizadamente, sobretudo quando se trata de gêneros textuais nos quais esses traços podem ser especificados com maior precisão — o que vale, especialmente, para os contextos institucionais. No caso de muitos outros gêneros textuais, é possível, no entanto, indicar apenas características muito gerais e não muito diferenciáveis (por exemplo: oral — escrita; monológico — dialógico, etc.) que são bastante banais e, portanto, na maioria das vezes, não são postas muito em evidência. Nessa definição, o nível

¹⁶ Cf. entre outros: Kamprad (1975), Heslot (1982 e 1983), Neuendorff (1987), Swales (1990), Fries (1991), Gnutzmann & Lange (1990), Gnutzmann & Oldenburg (1991), Oldenburg (1992a e 1992b), Busch-Lauer (1992 e 1995), Piitulainen (1993), Ylönen (1993) e Duszak (1994).

¹⁷ Cf., por exemplo: Kußmaul (1978), Krause (1985b e 1986a), Gerbert (1989), Fries (1991), Göpferich (1992 e 1995), Myers (1992) e Wuest (1993).

¹⁸ Cf., por exemplo, os trabalhos de Gläser (1983a, 1983b, 1987, 1990, 1992, 1993 e 1997). Para ver uma visão geral sobre a abordagem dos “métodos comunicativos”, cf. Pötschke (1993).

macroestrutural não é mencionado explicitamente; isso se explica pelo fato de que a primeira edição do livro de Brinker foi publicada já em 1985, numa fase da pesquisa em que os hipotextos ainda não tinham sido incluídos como aspectos essenciais de descrição. As características comunicativo-funcionais dizem respeito à estrutura ilocucional acima mencionada, ou seja, aos métodos de comunicação. Restam, então, ainda as características estruturais. Nos diferentes estudos contrastivos, dá-se maior importância, na maioria das vezes, às características gramaticais e também a certas características lexicais¹⁹. Desse modo, analisam-se, por exemplo, os seguintes aspectos:²⁰

- declaração de texto (designações usadas no texto para denominar o gênero textual, o texto como um todo ou os hipotextos);
- elementos metacomunicativos (entre outros, aqueles para a determinação da ilocução e de aspectos macroestruturais);²¹
- modos verbais e tipos oracionais (entre outras coisas, para determinar a ilocução);²²
- pronomes pessoais e outros recursos para referir-se ao autor e receptor;²³ — tempos verbais;²⁴
- formulações características;
- figuras estilísticas;²⁵
- uso do passivo e outras estruturas não voltadas para o agente.²⁶

¹⁹ Todavia, a estrutura temática é posta em evidência, por exemplo, nos trabalhos de Pötschke (1973), Fries (1986a e 1986b), Gerzymisch-Arbogast (1987), Bloor & Bloor (1992) e Sachtleber (1992 e 1993). Cf. também Mauranen (1993) e a revisão crítica de Wilson (1999).

²⁰ Os trabalhos aqui citados referem-se, principalmente, a gêneros textuais da comunicação técnica e científica, uma área na qual estudos relevantes, de fato, foram realizados mais extensivamente. Certamente, isso tem a ver, de um lado, com a padronização relativamente grande, pelo menos, de certos gêneros textuais dessas áreas; *ora bem*, ainda se mantém até a hipótese da universalidade da comunicação científica (nesse contexto, cita-se muito frequentemente Widdowsen, 1979); do outro lado, há, na comunicação técnica e científica, também uma grande necessidade didática (de línguas estrangeiras) que quase não se observa no caso de textos cotidianos ou midiáticos. Quanto às visões gerais sobre os critérios usados, compare, por exemplo, as listas representadas em Gläser (1990), Baumann (1992) ou Göpferich (1995). — Que a literatura aqui citada tenha sua origem, sobretudo, nos países de língua alemã explica-se pelo fato de que, nessas regiões, os gêneros textuais (especialmente os das linguagens técnicas) foram, com efeito, estudados muito intensamente, enquanto, em comparação, a pesquisa das linguagens técnicas e dos gêneros textuais justamente nos países francófonos, “levam uma vida muito modesta”, como explica Pöckl (1999a) em seu artigo panorâmico. No que diz respeito à pesquisa francesa de linguagens técnicas, cf. também: Kocourek (1991) e Lérat (1995). Para ter uma visão geral sobre a área do inglês, cf. Dudley-Evans (1994).

²¹ Cf., por exemplo: Fiedler (1992) e Busch-Lauer (1992).

²² Cf., por exemplo: Liang (1988), Krenn (1989), Kußmaul (1990) e Liefländer-Koistinen (1993).

²³ Cf., por exemplo: Kußmaul (1978), Löffler-Laurian (1980), Thomé (1980), Heslot (1983), Snell-Hornby (1984), Oomen (1985), Wuest (1988), Moirand (1988), Krenn (1989), Fries (1990), Fiedler (1992), Spillner (1992) e Kresta (1995).

²⁴ Cf., por exemplo: Heslot (1982), Moirand (1988) e Spillner (1992).

²⁵ Cf., por exemplo, os trabalhos de Gläser (1983a, 1983b, 1987, 1992, 1993, 1997) e os estudos realizados sob sua direção (uma visão geral sobre esses trabalhos encontra-se em Gläser (1990)).

²⁶ Cf. por exemplo: Fluck (1989), Gnutzmann (1990a e 1991) e Fiedler (1992).

É claro que, adicionalmente, é possível acrescentar a essa lista outras características salientes, por exemplo: termos técnicos, títulos²⁷, notas de rodapé²⁸, números, nomes, editoração, imagens, etc.

É patente que as pesquisas orientadas de tal maneira são especialmente adequadas para gêneros textuais que, de um lado (por exemplo, através de declarações de texto), podem facilmente ser selecionados como tais e, de outro, são relativamente bem padronizados²⁹, de tal modo que podem ser determinados com bastante exatidão, até no que diz respeito às formulações características. Essa afirmação vale, por exemplo, para anúncios de falecimento, receitas culinárias, *curriculum vitae*, manuais técnicos, descrições de patente de invenção, sentenças judiciais etc. Relativamente aos gêneros textuais desse tipo, trabalhos comparativos de línguas também são muito produtivos, quer dizer, levam rapidamente a resultados claros. Do ponto de vista interlingual, os hipotextos são vastamente idênticos; só que, em uma cultura, apenas alguns constituintes são obrigatórios, enquanto, em outra, são facultativos; a sequenciação pode variar; certas convenções tipográficas ou coisas desse tipo podem ser surpreendentemente diferentes e, naturalmente, os gêneros textuais distinguem-se, de acordo com as línguas em questão, por traços característicos nos níveis gramatical e lexical.

É preciso realçar, contudo, que essa abordagem — ao contrário daquela dos “estilos intelectuais” — não é genuinamente orientada para análises contrastivas. Ao contrário, o método descrito acima é igualmente usado — e, tanto quanto se possa avaliar aproximadamente, até mais usado — relativamente a gêneros textuais em *uma* língua histórica. Nesse tipo de estudos, então, é possível pesquisar por contrastes intralinguais, por exemplo: de acordo com gêneros textuais (por exemplo: textos científico-populares vs. textos científicos³⁰); de acordo com aspectos históricos ou geográfico-nacionais (RDA vs. RFA, Alemanha vs. Áustria) e — no caso de textos científicos — de acordo com diferentes disciplinas. Dito de uma forma exagerada, seria até possível observar uma oposição diametral entre a pesquisa de “estilos intelectuais” e essa forma de comparação interlingual de gêneros textuais, pois a última pressupõe e, às vezes, exige como uma condição necessária³¹ que exista um padrão básico, comum, obrigatório e interlingualmente válido como *tertium comparationis*, para que seja possível, de modo geral, realizar essas comparações de uma

²⁷ O título pertence aos hipotextos analisados com uma frequência relativamente maior. Cf., por exemplo: Gnutzmann (1988 e 1990b), Fries (1991), Nord (1991e 1993a e 1993b), Dietz (1995) e a visão geral de Dietz (1998). Quanto aos estudos do nosso projeto, compare: Adamzik (1998a).

²⁸ Cf., por exemplo: Sachtler (1993) e Brand (1998) com resultados sobre o contraste alemão vs. inglês.

²⁹ Para um grupo desse tipo, cf. também a pesquisa de Rauch & Rothkegel (1985).

³⁰ Quanto a uma comparação desse tipo, cf., por exemplo: Authier (1982), Jacobi (1986), os trabalhos de Niederhauser (1995, 1996, 1997, 1998, 1999a e 1999b) e Niederhäuser & Adamzik (1999).

³¹ Cf., por exemplo: Krause (1985a e 1990), Sperber (1985), Hoch (1988) e Arntz (1990).

maneira significativa. Assumindo essa hipótese, a diferença entre línguas ou culturas localiza-se antes num nível inferior, nomeadamente, na realização de “pequenas tarefas” [*Kleinaufgaben*] comunicativas, (amplamente) idênticas (seleção e sequenciação dos hipotextos e textualização), em situações comunicativas (amplamente) idênticas. Contudo, as pesquisas dos “estilos intelectuais”, como também os antigos estudos comparativos de estilos de línguas, interessam-se por diferenças mais profundas que, por assim dizer, dizem respeito à mentalidade cultural.

1.3. Abordagens orientadas pela estrutura da língua³²

Como terceiro grupo, serão aqui indicados, ainda, trabalhos que, no fundo, não podem ser associados com uma Textologia contrastiva no sentido restrito, já que tomam em consideração *corpora* de textos como base material para a comparação de fenômenos, na maioria das vezes, gramaticais e não fazem do texto ou do gênero textual em questão o objeto de pesquisa. Sistemáticamente, essas pesquisas alinham-se diretamente às pesquisas contrastivas de sistemas de línguas, à Estilística comparativa e a questões de práticas de tradução³³. O que importa neles é elaborar contrastes no uso da língua típicos para pares de línguas históricas. Esses contrastes explicam-se, de um lado, por fatos da estrutura de uma língua; assim sendo, em outras línguas, é preciso recorrer a outros recursos para reproduzir as possibilidades abundantes do alemão na formação de compostos e verbos prefixados, o que, frequentemente, provoca problemas especiais de tradução³⁴. A colocação mais livre dos constituintes oracionais do alemão facilita variações estilísticas que não podem ser traduzidas diretamente para outras línguas, etc. A descrição de diferenças estruturais entre as línguas permanece no nível das possibilidades do sistema, mas, quando se quiser investigar por meio de quais recursos as possibilidades estruturais “ausentes” são tipicamente “compensadas” — o que, naturalmente, é um problema das traduções ou do ensino de línguas estrangeiras —, será preciso dirigir-se para o nível do uso de língua. O que importa, então, é compreender quais escolhas entre as diferentes possibilidades disponíveis estão abertas, especificamente, para as diferentes variedades e gêneros textuais; além do mais, para estabelecer os fundamentos de um ensino sistemático que aspira a uma competência idiomáticamente adequada à produção de textos. Visto que, também dentro de uma língua particular, estão sempre disponíveis várias

³² Cf., por exemplo: Fisiak (1984), Leclère (1981), Lodge (1982) e Karasch (1982).

³³ Cf., antes de tudo, os trabalhos de Katharina Reiß (1971, 1972, 1973, 1974, 1976, 1977/1978, 1978, 1979 e 1981); além disso: Koller (1992) e Stolze (1994, especialmente os capítulos 5 e 6).

³⁴ Quanto à relevância desse problema na tradução do francês para o alemão, cf., especialmente: Malblanc (1968), Wandruszka (1969), Grunbeck (1976/1983), Truffaut (1983) e Henschelmann (1999); cf. também: Weiß (1991). No que diz respeito a uma comparação geral das línguas alemã e francesa, cf., especialmente: Blumenthal (1997).

possibilidades para quaisquer conteúdos a expressar, uma análise orientada dessa maneira evolui livremente para uma investigação do uso de língua em determinadas variedades, esferas comunicativas e gêneros textuais que seja relevante também para a descrição das línguas particulares. Aqui surge o ponto de ligação com a abordagem da Linguística textual (ou Linguística dos gêneros textuais) que, no nível da análise das microestruturas, investiga as mesmas questões (cf. por exemplo: Schefe, 1975).

Convém realçar, mais uma vez, que se trata aqui de uma delimitação típica idealizada de abordagens investigativas, que deve servir principalmente para identificar certas posições básicas, analiticamente distinguíveis, da filosofia da linguagem, determinados interesses de conhecimento e certas orientações metodológicas. De fato, nos estudos particulares, esses alicerces epistemológicos são raramente formulados com clareza. Especialmente nas seções introdutórias ou conclusivas dos trabalhos orientados pela Linguística dos gêneros textuais ou pela estrutura das línguas, costuma-se recorrer sem relutância aos elementos de discussão sobre os “estilos intelectuais”, naturalmente, com o fim de despertar um interesse geral para a pesquisa dos detalhes que tem justamente nesse aspecto a sua maior desvantagem. Todavia, mesmo que tais referências não sejam estabelecidas explicitamente ou que a questão de diferenças culturais mais profundas seja excluída, isso não equivale necessariamente a um posicionamento claro contra essas concepções, mas poderia também ter sua razão de ser na pretensão modesta que a descrição específica pode levantar.

Em suma, perante essa situação, surge um problema para as pesquisas específicas: se os pressupostos e os interesses de conhecimento não forem claramente reconhecíveis, tal trabalho expõe-se igualmente a duas objeções no fundo discrepantes. Seja onde for que se possa levantar a suspeita de simpatizar com formas de pensamento específicas de uma cultura no sentido de Galtung ou de Kaplan, corre-se o risco de ser confrontado com as três objeções regularmente levantadas contra essa hipótese: falta de validade empírica, etnocentrismo e reprodução de estereótipos culturais. Por outro lado, quando se dispensa uma avaliação e se fundam as hipóteses pelo trabalho empírico de detalhes, questionam-se a força explicativa e a importância dos resultados.³⁵

³⁵ Essa descrição de reações “típicas” aos trabalhos da Textologia contrastiva baseia-se, essencialmente, em experiências pessoais que eu fiz no decorrer dos últimos anos, especialmente em colóquios com *insiders* e *outsiders*. Nesse contexto, também é possível facilmente deparar-se com a reprodução de estereótipos e com a formulação de intuições generalizadas, etc, vindas, em última instância, da boca daqueles que condenam energicamente tais comportamentos na discussão científica. Na literatura científica, no entanto, encontram-se apenas vestígios tênues dessas atitudes. Trata-se então de um exemplo típico para convicções e opiniões — geralmente conhecidas e até amplamente aceitas e divulgadas em publicações “não científicas” (dos quais o trabalho de Galtung, quer quera, quer não, faz parte) — que no discurso oficial das ciências são mal vistas.

Naturalmente, diante desses fatos, é preciso perguntar como é possível que, de um lado, as posições em questão não sejam formuladas com maior clareza e que, de outro, sejam levantadas objeções, em princípio, discrepantes. A meu ver, uma das razões essenciais desse dilema encontra-se no fato de que, quando se trata de questões do contraste entre culturas, em quase todos os pesquisadores são ativados auto-estereótipos e hetero-estereótipos imediatamente familiares dos quais é quase impossível livrar-se, mas que, no discurso científico, em virtude de sua (suposta) “irracionalidade”, para muitos aparecem suspeitos até na forma de hipóteses.

2. Desideratos e perspectivas para a pesquisa futura

Do esboço acima traçado sobre o estado de pesquisa, surge, naturalmente, como primeiro desiderato, uma franqueza maior na discussão de problemas delicados como são, invariavelmente, as diferenças interculturais e os estereótipos correspondentes. Mesmo que, no caso de padrões hipostasiados de pensamento, não se tratasse de nada além de preconceitos que não resistem a uma verificação empírica, isso só pode ser comprovado apenas por pesquisas empíricas. Abstraindo-se desse fato — o que ainda é mais decisivo —, os estereótipos atuam na comunicação intercultural, quer tenham um núcleo racional, quer sejam completamente irracionais.³⁶ Na medida em que isso seja bem compreendido, é preciso levar a sério os estereótipos pelo menos como objeto de uma análise racional. Certamente, seria um objetivo demasiadamente pretensioso querer obter, em geral, um comportamento adequado (em encontros interculturais) por meio da comparação entre preconceitos e a realidade. Todavia, é certo que, sem o risco do seu reconhecimento e a tentativa de sua verificação e racionalização, perder-se-á qualquer chance de facilitar a compreensão entre as culturas.

Com base nesse fundamento, é possível, agora, derivar alguns desideratos concretos. De um ponto de vista geral, o que importa é desenvolver uma abordagem investigativa que — entre Sila e Caríbes — seja garantida empiricamente e possibilite afirmações de um alcance razoavelmente grande, as quais possam ser contextualizadas, além disso, com estereótipos existentes. Nessa tarefa, além do mais, cabe lembrar, trata-se de desenvolver critérios operacionais para delimitar áreas no interior de concepções difusas como *cultura*, *mentalidade*, etc. que possibilitem uma comparação concreta. Em outras palavras: entre os

³⁶ Quanto a esse ponto, cf., por exemplo: Göhring (1975), Quasthoff (1981 e 1987), Radden (1987), Bausinger (1988) e List & Wagner (1992). O ceticismo diante da importância dos “preconceitos” também é surpreendente porque no âmbito da discussão sobre o que deve ser compreendido sob o termo cultura, ao lado da suposição de que ela deve ser vista, principalmente, como um complexo de regras que dirigem o comportamento, também se defende a abordagem de entender a “cultura como um código para a interpretação do comportamento” (Bilmes & Boggs, 1979: 56) — na interpretação, porém, os estereótipos têm uma influência inevitável.

estilos de pensamento culturalmente específicos e as características textuais macroestruturais ou, até, microestruturais, há um abismo que precisa ser atravessado por níveis intermediários de descrição.

Os trabalhos contrastivos textológicos, no sentido restrito sempre se referiram aos desenvolvimentos da corrente principal da Linguística textual, mas essa orientação se deu regularmente com certo atraso. Diante dos interesses especiais dos estudos contrastivos, é muito recomendável, atualmente, incluir também os desenvolvimentos mais recentes da Linguística textual. Nesse projeto, é preciso pensar, sobretudo, em dois aspectos intimamente ligados que dominaram a discussão nos últimos anos e a fizeram progredir: a intertextualidade e a localização dos gêneros textuais em discursos (cf. Adamzik, 2000).

2.1. Redes de gêneros textuais/ intertextualidade dos gêneros textuais

Nenhum texto basta a si mesmo. A intertextualidade já é indicada como um dos sete critérios de textualidade em Beaugrande & Dressler (1981, p. 13, 188-189)³⁷ e, desde então, recorre-se regularmente a essa orientação. Contudo, o conceito da intertextualidade, como se sabe, é muito difuso e é usado de modos bastante diferentes³⁸. Beaugrande & Dressler ressaltam três aspectos ou modos de interpretação:

- a alusão textual (por citações);
- textos que se relacionam uns com os outros no mesmo discurso; nesse ponto, discutem-se pares conversacionais (pergunta — resposta, etc.), ou seja, elementos que, geralmente, são avaliados como partes de um texto dialógico e são levados em consideração na descrição de macroestruturas;
- gêneros textuais como tipos ideais de textos que foram redigidos de acordo com esse ideal.

Beaugrande & Dressler (1981, p. 188) mencionam essa última relação³⁹ como primeira e explicam que, nesse caso, a mediação entre textos diferentes é mais marcada, ao passo que é “muito menor nos casos de citações ou alusões a determinados textos bem conhecidos, como discursos famosos ou obras literárias”. Naturalmente, tanto em pesquisas relativas a uma das diferentes línguas históricas quanto em pesquisas contrastivas, essa relação foi colocada no centro, pois ela identifica o objeto intertextualidade diretamente aos gêneros textuais. Assim, pois, a exigência de analisar a intertextualidade parece ser facilmente cumprida.

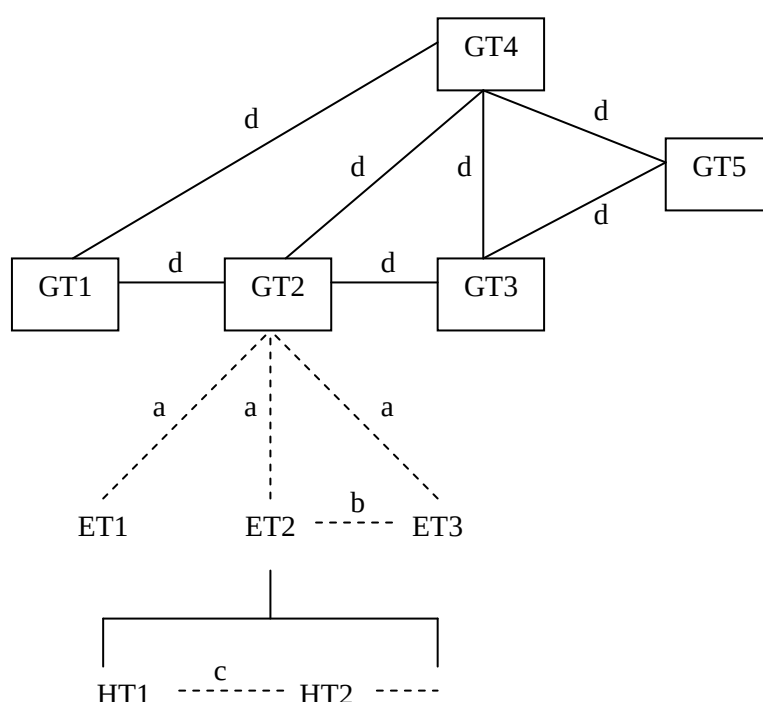
³⁷ Nesse livro, já se considera também “ampliar o conceito de ‘MODELO DO MUNDO TEXTUAL’ [...] para o conceito de ‘MODELO DO MUNDO DISCURSIVO’” (Beaugrande & Dressler, 1981, p. 203) que, no entanto, ainda permanece bastante difuso.

³⁸ Cf., por exemplo: Klein & Fix (1997), Jakobs (1999) e Krause (2000a, p. 58).

³⁹ Krause (1996, p. 51) fala, nesse caso, de intertextualidade geral (potencial).

O que importa nas interpretações da intertextualidade, conforme Beaugrande & Dressler (1981), é a relação entre o padrão e o exemplar textual, entre um exemplar textual e outro e, finalmente, entre as partes do texto, ou seja, os hipotextos. Todavia, quando, no presente trabalho, exige-se uma abordagem contrastiva dos estudos textológicos, ampliada pelo aspecto da intertextualidade, entende-se outra coisa, a saber: relações sistemáticas entre gêneros textuais na mesma esfera comunicativa. Tenhamos presentes, de modo esquemático, os três tipos de relação, conforme Beaugrande & Dressler (1981), e esse quarto tipo (Quadro 3).⁴⁰

Quadro 3: Tipos de relações de intertextualidade



GT = Gênero textual

ET = Exemplar de texto

HT = Hipotexto

a: relação gênero textual — exemplar de texto

b: relação exemplar de texto — exemplar de texto

c: relação hipotexto — hipotexto (por exemplo: afirmação — réplica)

d: relação gênero textual — gênero textual

No exemplo acima, a relação d, que é interessante especialmente em nosso contexto, é múltiplas vezes realizada (ainda que, de modo algum, em todas as possibilidades) para

⁴⁰ Em nosso contexto, o que interessa especialmente é o tipo mencionado por último: por isso, não se realiza aqui uma visão abrangente sobre outros tipos de relações intertextuais; contudo, convém ressaltar explicitamente que o esquema, de maneira alguma, pretende ser completo. Quanto a uma visão geral, cf., entre outros: Wilske & Krause (1987) e Krause (1993 e 1996).

demonstrar que as relações entre os gêneros textuais produzem uma estrutura em forma de rede. Esse tipo de relação entre gêneros textuais foi pormenorizado especialmente por Josef Klein (1991). Ele a chama, ultimamente, de *intertextualidade de gêneros textuais* [“*Textsorten-Intertextualität*”], ou seja, *intertextualidade relativa aos gêneros textuais*⁴¹ [“*Textsorten-bezogene Intertextualität*”]. Klein desenvolveu esse conceito, primeiramente, na área dos gêneros textuais da política e destacou, no seu trabalho, um déficit metodológico da pesquisa dos gêneros textuais até então:

A pesquisa de gêneros textuais, até agora, trabalhou com os gêneros textuais, antes de tudo, de modo classificatório, isto é, comparativo ou subordinante:

- de modo comparativo, na medida em que analisa os gêneros textuais, por exemplo, com a ajuda de uma matriz de características, quanto à questão de quais características (lexicais, estruturais, funcionais ou contextuais) se conjugam umas com as outras e quais não;
- de modo subordinante, na medida em que diferentes gêneros textuais são classificados sob um conceito genérico considerado relevante, por exemplo, sob categorias pragmáticas, como ‘narrativo’, ‘argumentativo’, ‘apelativo’, etc. (Klein, 1991, p. 246)

E o autor prossegue:

Essa fixação metodológica de fazer comparações e subordinações ofuscou o olhar para outras relações entre os gêneros textuais — particularmente para aquelas relações que assumem na realidade comunicativa uma determinada função entre os gêneros textuais. Quando os/as linguistas textuais comprovam que, por exemplo, os gêneros textuais *x* e *y* pertencem à *classe de gêneros textuais* dos textos narrativos ou quando eles/elas comparam nos gêneros textuais *1* — *n* a configuração de um determinado conjunto de características, constitui-se a conexão entre os gêneros em questão apenas pela análise científica. Ao contrário disso, existem ligações funcionais anteriores às análises científicas e independentemente delas, por exemplo, entre os gêneros ‘projeto de lei’ e ‘relatório final’ no decorrer de um processo legislativo ou entre folhetos publicitários e anúncios num jornal no âmbito de uma campanha eleitoral (id. Ibid.)

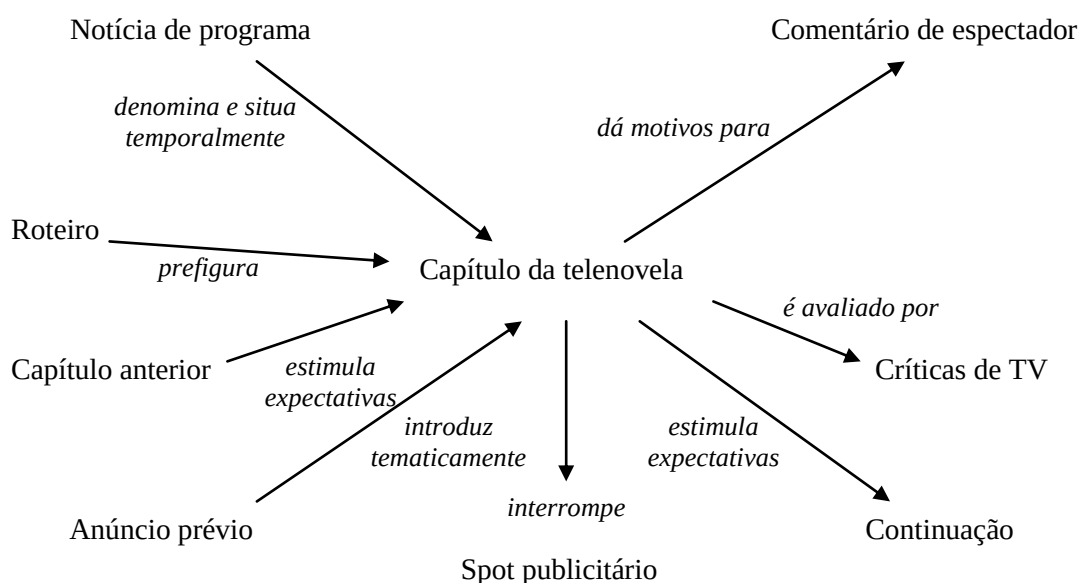
Por conseguinte, Klein propaga uma “mudança [metodológica] da análise comparativo/ subordinante de gêneros textuais para a análise da concatenação funcional de gêneros textuais dentro de sistemas de interações” (Klein, 1991, p. 247). A esse tipo de vinculação, refere-se a relação d.

De forma aproximada, é possível, nessas relações funcionais entre os gêneros textuais existentes efetivamente na realidade comunicativa, realçar um tipo de relação que deve ser associado ao nível sintagmático, ou seja, à ligação entre gêneros textuais que se relacionam

⁴¹ Cf. Klein (2000a e 2000b). Eu (assim como Schwitalla, 1997) propus, em outro lugar, falar de *campos de gêneros textuais* [“*Textsortenfelder*”] (cf. Adamzik, 1998a e 1998b) — da última vez, no congresso anual da GAL [Gesellschaft für Angewandte Linguistik — Associação de Linguística Aplicada] em 1998, em Dresden — e pensei, nessa ocasião, explicitamente, em uma transferência do conceito de campo lexical para o nível dos gêneros textuais. Contudo, por causa das associações indesejadas que essa abordagem estimula muitas vezes, parece que esse termo não tem chance alguma de ser aceito. Agradeço aos participantes da discussão em Dresden por terem me esclarecido esse fato. Aliás, Luckmann (1997) fala de famílias de gêneros (“gêneros funcionalmente muito afins”) e vizinhanças de gêneros (que “surgem em sequências concretas de ações sociais em determinadas constelações repetitivas”).

uns com os outros numa sucessão temporal. Há, para determinados gêneros textuais, textos prévios e posteriores que ocorrem regularmente (por exemplo: sumário da conferência no programa do evento — manuscrito da conferência — discussão — versão impressa da conferência). Seria possível também distinguir relações paradigmáticas, por exemplo: a escolha entre anúncios fúnebres enviados por carta ou publicados no jornal (*no lugar das cartas*).⁴² Todavia, no total, não deveria ser suficiente trabalhar com esses dois eixos, porque as relações na rede de gêneros textuais podem se apresentar muito complexas. O exemplo de Klein (2000a) dá uma idéia do grau possível de complexidade da telenovela (Quadro 4).

Quadro 4: Relações intertextuais de telenovelas conforme Klein (2000a)



Esse exemplo poderia ser completado ainda mais pelos livros ou pelas publicações periódicas sobre a telenovela que também aparecem tipicamente nesse contexto, ou pelas conversas não públicas entre os espectadores da série e, eventualmente ainda, por outras coisas. Naturalmente, as relações a — c também terão seus efeitos. Uma série é produzida de acordo com um padrão; diferentes séries, de acordo com um padrão geral muito comparável (relação a). Entre as diferentes séries, existem também relações de citações (relação b): assim, pois, algumas séries são comentadas em outras ou recortes de seus capítulos são mostrados no monitor, etc. E relações entre os hipotextos (relação c) sempre existem em todo o caso.⁴³

O exemplo mostra primeiramente como as relações entre os gêneros textuais podem ser extremamente variadas e complexas, mas, ao mesmo tempo, deveria esclarecer o quanto

⁴² Quanto às relações sintagmáticas e paradigmáticas, cf. Wilske & Krause (1987).

⁴³ Não é preciso decidir aqui o que representa, no exemplo, a grandeza de relação “exemplar de texto”: a série, um capítulo ou certas sequências dentro de um capítulo.

estamos nos aproximando de um nível intermediário entre os diferentes gêneros textuais e as formas de comunicação específicas a uma cultura, pois deveria ser evidente que saber qual é a importância de telenovelas é mais importante para a caracterização do inventário comunicativo (Luckmann, 1988 e 1997) de uma sociedade do que decidir em que condições situacionais elas são produzidas e recebidas, e que características macroestruturais e microestruturais elas apresentam (em relação com outros gêneros textuais). Evidentemente, para a determinação da importância da telenovela, é decisivo saber quais gêneros textuais funcionalmente relacionados com esse gênero existem e, além disso, qual é o seu valor sociocultural; quantos exemplares de textos existem; quantas vezes eles são recebidos; como eles são comentados em outros gêneros textuais; etc. Certamente, com essa investigação não se elimina a questão das diferenças entre as diferentes formas de entretenimento, ou seja, a tarefa de elaborar as semelhanças e diferenças entre telenovelas, romances folhetinescos, revistas ilustradas, filmes de arte na televisão, etc. Todavia, para a determinação da sua relevância e especificidade culturais, é decisivo localizar todas essas formas no sistema interacional da indústria de entretenimento.

2.2. Constituição de textos pelo receptor

As relações funcionais entre os gêneros textuais são tão variadas que, talvez, seja ilusório em relação a qualquer domínio interacional querer compreendê-las completamente e descrevê-las sistematicamente. Aqui também, pode-se falar de um sistema “*où tout se tient*” [onde tudo se relaciona]. Aliás, a tentativa de uma descrição completa provavelmente seria, mais uma vez, uma pretensão dos pesquisadores de esgotar o material coletado, que, de certa maneira, poderia ser talvez secundária para as situações reais de comunicação. A questão não é tanto a de saber quais relações podem ao todo ser encontradas, mas quais relações são relevantes para os participantes da comunicação ou para certos subgrupos deles. Em outras palavras: o que importa é quais das relações são realizadas.

Para essa questão também, convém recorrer a considerações mais recentes da Linguística textual, surgidas no contexto mais amplo da discussão sobre os hipertextos.⁴⁴ Mais concretamente, quero retomar duas contribuições do volume sobre “O futuro da Linguística textual” [*Die Zukunft der Textlinguistik*] (Antos & Tietz, 1997), nomeadamente, as de Hartung (1997) e Puschel (1997). Ambos realçam o componente construtivo-criativo; Hartung, com a introdução da categoria da perspectiva, mas de forma teórico-abstrata; Puschel, com exemplos concretos. Este constata primeiramente que

⁴⁴ Cf. por exemplo: Freisler (1994), Hess-Luttich (1997), Sager (1997) e Jakobs, Knorr & Pogner (1999).

[há], na tradição filológica e científico-humanística, uma idéia amplamente divulgada, de acordo com a qual um texto seria uma forma claramente delimitada, holística e autônoma que, além disso, teria normalmente um sentido acabado. (Puschel, 1997, p. 27)

Sob essa condição prévia, certos gêneros textuais (e redes de gêneros textuais) causam dificuldades: qual é a relação entre uma citação da bíblia e o sermão sobre ela; entre a obra literária e o comentário correspondente; entre as diferentes novelas do *Decameron*; entre diferentes textos sobre o mesmo tema em um exemplar de jornal ou, até, entre os hipotextos, por exemplo, de uma notícia? Exemplos desse tipo, costumeiramente,

são discutidos sob a palavra mágica de “intertextualidade”. Todavia, assim se sublinha apenas — ainda que de uma maneira indireta — a opinião de que se trata, nesses casos, de unidades holísticas e autônomas. (Puschel, 1997, p. 28)

Seus produtores talvez até as tenham entendido nesse sentido, mas os receptores não as compreendem ou recriam necessariamente como tais. Quem lê apenas novelas particulares do *Decameron* recebe-as como um conjunto de diferentes textos holísticos e, no decorrer desse processo de recepção, constitui-as (para si) como tais. Puschel chega à seguinte conclusão:

[temos de] nos familiarizar com a idéia de que, como receptores, não estamos lidando com uma oferta de texto que um produtor nos propõe, mas que nós mesmos, na recepção, nos tornamos, simultaneamente, produtores de texto, que criam seu próprio texto com base no material disponível. [...] Isso acontece, de forma extrema, no *zapping*, quando, com a ajuda do controle remoto, estamos vagueando pelos canais, usando a oferta dos programas para montar nosso próprio “texto de televisão”. (Puschel, 1997, p. 28)⁴⁵

Enquanto, diante desse tipo de exemplos, ainda que seja possível pressupor que se trate de “fenômenos singulares ocasionais” (Puschel, 1997, p. 29), nos quais, além disso, existe uma discrepância entre a intenção dos produtores e o comportamento dos receptores, verifica-se a necessidade de contar potencialmente com textos diferentes, que o receptor constrói com base em uma série de textos ou um conjunto de (sub)textos, pelo menos naqueles lugares em que esse procedimento já é pressuposto pelo produtor, ou seja, já representa um componente genuíno da sua proposta de texto.⁴⁶ Naturalmente, de forma mais pronunciada, isso acontece nos hipertextos, mas Puschel (1997, p. 29) demonstra que esse procedimento é característico também no “caso da mídia pública ‘jornal’” — na verdade,

⁴⁵ Diante do tempo bastante longo que já se passou desde a propagação da estética da recepção na área dos estudos literários, é de se surpreender, certamente, quanto tempo demorou até que esse mesmo aspecto fosse tomado em consideração também no caso dos textos utilitários. Contudo, não se pode omitir que o papel ativo do receptor, até agora, quase não teve importância nenhuma na análise linguística de texto. Outra vez, recomenda-se também conferir Hartung (1997).

⁴⁶ Naturalmente, no trabalho científico, a convivência com textos (fontes primárias e secundárias), de maneira alguma, é aleatória ou individual, mas também não é necessariamente planejada pelo produtor. Sobre esse aspecto, confira-se, especialmente Jakobs (1999).

desde o início da sua existência — e explica os diferentes meios que ajudam o leitor a fazer uma leitura seletiva. Para o futuro da Linguística textual, Puschel postula que o texto seja compreendido como uma grandeza relacional:

Contudo, tudo isso não significa que os linguistas textuais não deveriam se perguntar o que, no fundo, é um texto, pois a prática cotidiana e sua análise teórica continuam a ser duas coisas diferentes, mas, na busca por respostas, eles deveriam partir de resultados empíricos, ou seja, deveriam olhar diretamente para a comunicação verbal e ver quais são os fenômenos linguísticos que nela se encontram. E deveriam olhar mais exatamente como os participantes das ações — produtores e receptores — lidam com a questão de saber qual é o seu papel na constituição desses fenômenos. Por isso, só tem sentido não partir da análise de características textuais ou traços constitutivos dos textos, visto que, desse modo, o texto é hipostasiado como um produto estático. Para evitar essa armadilha, é preciso volver a vista para a totalidade do processo de comunicação. Temos que realizar análises de múltiplos níveis nas quais trocamos de perspectiva, de tal modo que oscilamos entre os aspectos de produção e recepção. [...] A questão, portanto, não é “O que é o texto?”, mas “Quem entende alguma coisa como um texto?” Uma vez que o produtor pode ter outra maneira de ver o seu produto linguístico, diferente daquela do receptor, e já que diferentes receptores, por sua vez, podem ter interpretações diferentes de um mesmo fenômeno linguístico, temos de nos contentar com o fato de podermos receber respostas diferentes quando perguntamos pelo texto. Isso implica afirmar que os textos não são estáticos, fixados para sempre, mas dinâmicos. Como num rastro de luz, isso se verifica na recepção das mídias, quando, ao aproveitar o material disponível, podemos criar nosso próprio texto, que é único. (Puschel, 1997, p. 40-41)

É preciso ver que esse tipo de análise, quando realizada na prática, provocará sérias dificuldades, pois os textos, como formas estáticas, são facilmente acessíveis, mas a convivência com esses textos no processo comunicativo, não. Pesquisas com esse fim exigiriam um levantamento de dados sobre a recepção de textos, que seria relativamente árduo e, ainda assim, não necessariamente digno de confiança. Na medida em que, nessa investigação, se chega a resultados que se referem a “textos singulares” como fenômenos extremamente individuais, elas poderiam apenas veicular uma pretensão delimitada a um interesse geral.

Todavia, muitas vezes é possível reconhecer, já nos produtos textuais — especialmente quando vistos no contexto das redes de gêneros textuais, vestígios suficientemente claros da consciência, por parte do produtor, de que os receptores montam seus próprios textos a partir de padrões textuais e de que, sob certas condições, eles recebem um produto textual fechado em si mesmo apenas de modo seletivo (referências a outros textos, explicações sobre possibilidades de recepção não-seletivas e não-lineares, etc.). Por conseguinte, a constituição do texto pelo receptor deveria sempre ser levada em consideração como uma idéia heurística de fundo, mesmo na análise de “textos estáticos”, nos quais também é perfeitamente possível levar o mesmo processo em conta.

2.3. Localização em discursos⁴⁷

As explicações de Puschel concentram-se de maneira relativamente forte nas múltiplas possibilidades que os receptores individuais possuem na constituição de textos, mas elas também deixam reconhecer claramente a existência de convenções ou hábitos que valem para grupos maiores de falantes de uma língua. A exigência de localizar os textos e os gêneros textuais em discursos, então, coloca esse aspecto como central.

Começamos com o aspecto dos gêneros textuais. Esses não deveriam — no sentido da exigência de Klein — ser sistematizados abstratamente numa taxonomia, mas sim ser relacionados uns com os outros de acordo com sua conjugação funcional, dentro da qual um número maior ou menor de exemplares de diferentes gêneros textuais da rede faz parte de um mesmo discurso. Contudo, os discursos são determinados também tematicamente e, sob esse aspecto, são mais específicos do que os tipos de redes de gêneros textuais. Além disso, as redes de gêneros textuais específicas para as esferas de comunicação, por sua vez, são ligadas umas com as outras através de discursos temáticos. Desse modo, Klein usa o exemplo do padrão abstrato do procedimento legislativo para apresentar a rede de gêneros textuais específica das instituições, associando-a com um de três enquadres interacionais da comunicação política:

- a) a legislação que tem o parlamento e o governo como principais instituições participantes,
- b) a formação da vontade política dentro dos partidos políticos e
- c) a propaganda política dos partidos (Klein, 1991, p. 247).⁴⁸

Todavia, a expressão *principais* sob o ponto a) já deixa reconhecer que a delimitação recíproca desses enquadres interacionais, por sua vez, deve ser compreendida, de forma típica-idealizada, e que os partidos funcionam como elo entre eles.

A realidade da situação desenvolveu-se de tal modo que os partidos políticos se tornaram as instituições centrais de formação de opinião política em duas direções: primeiramente, eles influenciam a formação da opinião popular especialmente através da propaganda política e, em segundo lugar, realiza-se nos seus partidos — sob a influência mais

⁴⁷ Quanto à inclusão da *discourse community* [comunidade discursiva], cf. também: Swales (1990). — A terminologia e a conceitualização dessas áreas ainda está em curso. Desse modo, Girth (1996), por exemplo, orienta-se no modelo de Klein (1991), mas fala do “discurso político” (cf. também as explicações desse autor sobre esse termo na seção 2 do seu trabalho) e, também, se concentra mais fortemente nas relações temáticas. Ele associa os gêneros textuais com campos de ação (o que corresponde aos enquadres interacionais de Klein), sem tratar de modo mais diferenciado o fato da sua formação em redes (cf. seu esquema na pág. 69). Oesterreicher (cf., por exemplo: Oesterreicher, 1997 e Koch, 1997) e seu grupo de pesquisa querem substituir a expressão gênero textual por *tradição discursiva*. Quanto à Análise do Discurso, cf. também: Jäger (1999). — Nossa própria terminologia será apresentada coerentemente na seção 4.

⁴⁸ Cf. também: Klein (2000b).

ou menos forte da “opinião pública”, dos grupos de pressão e/ou dos peritos — a formação da vontade política como determinação de metas para as decisões parlamentares e/ou governamentais (Klein, 1991, p. 247).

A referência incidental aos peritos esclarece que existem também relações com outros enquadres interacionais, nomeadamente: a ciência e a sua popularização. Contudo, essas relações assumem, naturalmente, as mais diversas formas típicas, conforme o tema que está em jogo quando se põe uma lei em votação. Isso não significa outra coisa a não ser que as redes abstratas de gêneros textuais são ativadas, em cada discurso tematicamente determinado de uma maneira diferente. Quanto aos estudos de gêneros textuais que querem lançar uma ponte sobre o abismo entre os diferentes padrões textuais e as formas culturalmente específicas de pensar e viver, surgem desse fundamento dois níveis intermediários, que devem ser diferenciados um do outro de modo típico-idealizado:

- de um lado, é possível descrever abstratamente qual potencial de gêneros textuais relacionados uns com os outros à semelhança de redes (qual repertório de gêneros textuais) existe numa sociedade e como ele é usado caracteristicamente; nessa representação, encontrar-se-ia, por exemplo, o componente linguístico da descrição geral da cultura política de uma sociedade;
- do outro lado, é evidente também, para ficar no exemplo dado, que a cultura política de uma sociedade é dominada por determinados discursos específicos; na Alemanha, o complexo do nacional-socialismo representa, por exemplo, um dos discursos essenciais e sempre relevantes que, aliás, influencia decisivamente outros enquadres interacionais e outros discursos temáticos, de modo a ocorrer um efeito recíproco entre o discurso específico e as redes de gêneros textuais.

Um exemplo atual da dominância de certos discursos, que mostra, ao mesmo tempo, como os participantes da comunicação convivem com as questões tratadas e, portanto, de como há provas sólidas disso em “textos estáticos” é oferecida pelo discurso de Martin Walser⁴⁹ por ocasião da condecoração com o Prêmio da Paz do Comércio Livreiro Alemão.

⁴⁹ Martin Walser, nascido em 1927 numa localidade às margens do Lago de Constança, publicou seu primeiro volume de contos em 1955. Autor de numerosos ensaios, peças teatrais e de radioteatro, é considerado, sobretudo graças a seus romances — sem tradução para o português —, um dos maiores escritores da Alemanha do pós-guerra. Os heróis de suas obras, que se destacam por uma delicada ironia, são pessoas comuns, que lutam com problemas de identidade e complexos de inferioridade. Sempre participou da vida política do país. Já em 1961, foi o primeiro escritor a assumir posição numa campanha eleitoral, ao fazer propaganda para o Partido Social Democrático. Anos mais tarde, protestou publicamente contra a Guerra do Vietnã. Identificado inicialmente com a esquerda, passou a ser visto mais tarde como representante do nacionalismo. Já no início da década de 1990, scandalizou ao afirmar que o aumento da violência entre os jovens da direita se devia à “negligência de tudo o que é nacional” pelos alemães.

Tematicamente, esse discurso (mais ou menos assim, eu estou reconstruindo o objetivo do autor com base no texto do discurso) trata prioritariamente da cultura discursiva alemã, especialmente, da importância das mídias, da posição da literatura e do escritor na discussão pública e da problemática dos gêneros textuais e das redes discursivas, que, na representação de Walser, aparecem como uma verdadeira teia de aranha, na qual as pessoas se enredam necessariamente e sem uma chance de se libertar. O controle da opinião pública pelas mídias é exemplificado pela perda da “liberdade da consciência à qual eu me refiro” (Walser, 1998, p. 23). Na realidade alemã, falar da “liberdade da consciência” significa, inevitavelmente, fazer alusão ao discurso temático sobre o complexo do nacional-socialismo que, além disso, é central para Walser e do qual ele é uma figura central.⁵⁰ Nesse discurso, inscreveram-se em seguida milhares de textos posteriores, provocados, sobretudo, pela declaração do então presidente do Conselho Central dos Judeus, Ignatz Bubis.⁵¹ Na conversação entre Walser e Bubis, também é formulada, de forma muito evidente, a problemática da constituição de textos pelos receptores:

WALSER: [...] E se o Senhor quer me tirar o prazer disso, porque o *Jornal Nacional*⁵² está fazendo mau uso disso, está, simplesmente, delimitando a consciência, de novo, a essas coisas das quais o *Jornal Nacional* não pode fazer mau uso.

BUBIS: Não é apenas o *Jornal nacional*.

WALSER: Sim, então é mais um. O Senhor o lê?

BUBIS: Não, não.

WALSER: Então, para mim o *Jornal nacional* não existe. (FAZ, p. 41, 14/12/1998)

É possível ver aqui como os problemas são diferentes conforme a condição de se focalizar gêneros textuais e suas variações ou colocar textos e gêneros textuais no contexto discursivo. O primeiro problema leva, por exemplo, a uma comparação preferencial que, numa vista por alto, parece ser extraordinariamente fértil, nomeadamente, a de textos da

Escritor que nunca se limitou a “só” escrever e publicar, Martin Walser passou, para a opinião pública, de personagem da esquerda a representante do “nacionalismo” e já ocasionou inúmeras polêmicas com suas declarações. Não faz ainda quatro anos que Martin Walser, 75 anos, deu origem a uma grande polêmica com o discurso de agradecimento pelo Prêmio da Paz do Comércio Livreiro Alemão, que lhe foi concedido em 1998. Referindo-se a Auschwitz, o escritor falou que o Holocausto ameaçava tornar-se uma “ameaça constante” pela “apresentação duradoura da vergonha alemã” na mídia, numa “instrumentalização da culpa dos alemães para causas do presente”. O então presidente do Conselho dos Judeus na Alemanha, Ignatz Bubis, falecido nesse meio tempo, acusara-o, na ocasião, de “incendiário intelectual”. Somente após meses de controvérsias, em que Walser se recusou a retratar-se, ambos chegaram à conclusão conjunta de que “ainda não há uma linguagem adequada para tratar do passado alemão”. (Kalka, 2002)

⁵⁰ Um ensaio de outro importante escritor alemão da época pós-guerra, Hans Magnus Enzensberger (1998), mostra que uma discussão semelhante sobre a cultura discursiva alemã pode, também, estabelecer (não apenas) tematicamente outros pontos principais.

⁵¹ Quanto a essa discussão, cf. Schirrmacher (1999).

⁵² Com uma tiragem de 44.000 exemplares por edição o *Nationalzeitung* (*Jornal Nacional*) é a maior publicação do movimento neo-fascista na Alemanha. (N.T.)

*Bildzeitung*⁵³ e da *FAZ*⁵⁴. Todavia, entre esses dois jornais existe apenas para muito poucas pessoas uma conexão funcional, de tal forma que eles são recebidos de modo igual. O segundo problema estabelece relações entre gêneros textuais bastante diferentes (palestras, textos literários, diferentes gêneros textuais jornalísticos, cartas, conversas conflituosas, etc.).

3. Consequências para a Textologia contrastiva

Os exemplos apresentados até agora referiram-se, quase todos, a uma cultura particular, dentro da qual, certamente, já há muitas possibilidades de contrastação, especialmente sob aspectos históricos. Para a Textologia contrastiva, então, a inclusão de redes de gêneros textuais e (sistemas de) discursos é ainda mais importante, porque, nesses níveis, existem diferenças que, provavelmente, determinam de forma essencial as diferenças culturais. Pode-se, então, formular a hipótese de que não é apenas a realização dos padrões comunicativos que determina as culturas específicas, mas a organização de complexos enquadres interacionais que se exprime (também) pelas redes de gêneros textuais e pelos sistemas discursivos.⁵⁵ Se conseguirmos revelar diferentes estruturas desses sistemas e relacioná-las com as propriedades microestruturais e macroestruturais dos textos, teremos

⁵³ Com uma tiragem de cerca de 3,4 milhões de exemplares, *BILD* [IMAGEM] (antigamente também *Bild-Zeitung*) é o maior e mais citado jornal da Alemanha, o maior da Europa e o terceiro maior do mundo. A editora *Axel Springer* publicou a primeira edição desse diário tabloideiro e popular no dia 24 de junho de 1952. Desde então, o jornalismo sensacionalista da *BILD* tenta influenciar fortemente a opinião pública na Alemanha. O jornal aborda com preferência assuntos da chamada *Yellow Press*, isto é, temas que têm a ver com esporte, sexo, crime e violência; também satisfaz o grande interesse dos seus 11 milhões de leitores pelos destinos trágicos ou cômicos de cidadãos comuns e pelas fofocas sobre pessoas proeminentes da sociedade. Politicamente, o *BILD* sempre soube tematizar e fortalecer tendências na sociedade que favorecem os objetivos políticos, principalmente, dos partidos (ultra-)conservadores. Nisso, ele não se intimida, frequentemente, de violar a esfera privada e os direitos pessoais e humanos das vítimas das suas campanhas difamatórias; costuma recorrer, também, a meias-verdades e a imagens falsificadas, o que lhe rendeu inúmeras críticas do Conselho de Imprensa Alemão; adota, em tudo isso, um tom provocativo, iconoclasta e escandalizante, que apela a sentimentos como inveja, voyeurismo, gozo, medo, raiva, impotência ou compaixão. (N.T.)

⁵⁴ *FAZ* = *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. — Com cerca de 350 mil exemplares vendidos diariamente, o jornal liberal-conservador *FAZ* é um dos mais prestigiosos diários de língua alemã; aliás, entre os jornais respeitáveis é o que tem a maior divulgação no exterior. Segundo os fundadores, o objetivo do jornal é “estimular o pensamento”. A verdade deve ser “sacrossanta”, por isso o *FAZ* leva a separação entre notícia e comentário muito sério. O antigo chefe de redação Friedrich Karl Fromme caracterizou o perfil do *FAZ* como “preto-vermelho-dourado” — as cores da bandeira alemã —: “preto” para a parte política conservadora, “vermelho” para o suplemento cultural progressista e “dourado” para o caderno de economia muito liberal. O *FAZ* possui uma rede extensa de correspondentes próprios no interior e no exterior (Bruxelas, Roma, Washington, Viena, Zurique); nas maiores metrópoles (Londres, Paris, Nova York) está até mantendo vários correspondentes especializados em política, economia e cultura. Desse modo, o *FAZ* assume em muitas discussões sócio-políticas na Alemanha, um papel principal ou consegue mesmo ser o seu iniciador. A página com as cartas dos leitores é de uma importância especial, uma vez que frequentemente são pessoas proeminentes que nelas fazem uso da palavra. Vale mencionar, também, que o jornal publica diariamente contribuições sobre assuntos jurídicos. (N.T.)

⁵⁵ Quanto à necessidade de situar “os gêneros textuais técnicos no espectro dos gêneros textuais”, cf. também: Wolski (1998, p. 460-461).

dado um passo importante para lançar uma ponte sobre o abismo entre o gênero textual e as formas culturais de pensar e viver.

No que se segue, alguns dos exemplos já mencionados serão retomados sob o aspecto do contraste cultural, com o fim de esclarecer a fertilidade da inclusão dos níveis mencionados. Começamos com a telenovela, uma forma mais moderna e, portanto, historicamente determinada da indústria de entretenimento que, como se sabe, foi importada da América. Essa observação permite, primeiramente, chegar à conclusão de que se trate de um desses casos nos quais as diferenças culturais são niveladas em direção a uma uniformização do mundo à moda americana. Todavia, quando se compara (o que, evidentemente, pode acontecer, aqui, apenas bastante superficialmente) a cultura de entretenimento de diferentes países europeus, tomando como exemplo as séries televisivas, evidencia-se imediatamente que há também diferenças importantes. Com efeito, na Alemanha, o conceito (o padrão geral) da telenovela interminável foi desenvolvido tomando como referência os produtos americanos, mas é realizado de outra maneira, e as séries americanas desse tipo não são transmitidas (pelo menos não nas emissoras públicas de televisão), em todo caso não no programa da véspera. Na Áustria, porém, mostram-se justamente nesse horário principalmente as séries americanas. Na Suíça germanófona, por sua vez, não há, costumeiramente, séries sem fim (com várias histórias inacabadas em si em cada capítulo) e as séries de outros países (especialmente da Alemanha) são, muitas vezes, integradas ao programa regional. Especialmente, as séries policiais alemãs (não apenas o famoso seriado *Derrick!*), que, frequentemente, têm uma forte tendência de psicologizar as personagens e, recentemente, se esforçam por adotar certo realismo cotidiano e uma comicidade das figuras e das situações, entram lá em uma verdadeira concorrência com a variação americana caracterizada pelos “heróis em ação”. Um detalhe da macroestrutura que em telenovelas alemãs, diferentemente dos produtos americanos, (ainda?) não é usual: o uso, com frequência relativamente alta, da claqué, no filme, para mostrar as reações de um público teatral (fictício), sobretudo, os seus risos.

Como segundo exemplo, retoma-se mais uma vez o enquadre interacional da política. Aqui também é um tema recorrente de discussão que, por exemplo, a campanha eleitoral na Alemanha (e em outros países europeus) se americanize, ou seja, que as diferenças sejam niveladas cada vez mais. Ainda assim, diante do fato de que as condutas eleitorais (especialmente para presidente ou chanceler) são bastante diferentes, torna-se difícil pressupor que as redes de gêneros textuais e os sistemas discursivos sejam de fato amplamente idênticos. O cenário dos partidos também é muito diferente; a importância de partidos

menores, como terceira ou quarta força na Alemanha, e a frequente necessidade de formar coalizões têm fortes efeitos tanto sobre o padrão geral do discurso (vagueza, falta de compromisso, abertura) quanto sobre a especificidade dos diferentes discursos (sobre esse ponto, cf. também: Klein, 1995). O sistema federalista da república alemã, a importância da composição do Conselho Federal [*Bundesrat*] produzem gêneros textuais tão originais como o “grupo dos elefantes”⁵⁶ (*Elefantenrunde*) etc. Finalmente, os discursos temáticos que caracterizam a cultura política são completamente diferentes, por exemplo: de um lado, o *apartheid*, a Guerra de Vietnã e a questão do isolacionismo vs. polícia internacional e, do outro, o nacional-socialismo, a cultura (ou a tradição) política extraparlamentar e a problemática Oriente-Occidente.

Além disso, dentro do contexto europeu, áreas especialmente férteis apresentam-se, de um lado, com os textos e gêneros textuais essenciais no processo de unificação europeu, nos quais a transmissão em diferentes línguas e culturas (políticas) é particularmente importante; e, de outro lado, com a Suíça, com seu sistema de democracia direta que, entre outras coisas, motiva uma série de gêneros textuais específicos, no âmbito dos referendos populares, e na qual, de uma maneira geral, o papel dos partidos e dos caciques políticos é completamente diferente da Alemanha, por exemplo (quanto a esse ponto, cf. Klein, 1996).

Diante da enorme complexidade do cenário das mídias, explicações sobre as diferenças nessa área — que, na verdade, não representa um enquadre interacional ou uma esfera de comunicação, mas um ponto de interseção ou de mediação de todos os discursos públicos — têm de ser suprimidas aqui⁵⁷, mas é conveniente, pelo menos, chamar a atenção para o fato — que é evidente para qualquer observador participante de culturas diferentes — de que uma comparação dos gêneros textuais midiáticos mais ou menos uniformes omite o fato de que os diferentes órgãos de publicação que os contêm, não podem, de modo algum, ser retratados diretamente um sobre o outro. Desse modo, é difícil, por exemplo, encontrar uma publicação francesa que corresponda ao jornal *BILD*, o jornal de massa alemão. Na França,

⁵⁶ A chamada *Elefantenrunde* (“grupo dos elefantes”) ou o *Kuchenkabinett* (“conselho de ministros reunido na cozinha”) foi típica para o estilo de governar de Helmut Kohl que era chanceler alemão entre 1982-1998. Trata-se de uma reunião consultiva *informal* na qual formam preparadas e coordenadas decisões políticas importantes e na qual foi possível esclarecer os pontos polêmicos longe das plataformas oficiais (como o Congresso ou a Comissão de Conciliação). Os participantes eram, geralmente, os presidentes dos partidos aliados do governo conservador, nomeadamente: Helmut Kohl (CDU - Partido Cristão-Democrático), Franz-Josef Strauß (CSU – Partido Cristão-Social) e Hans-Dietrich Genscher (FDP – Partido Liberal-Democrático). Além disso, desde o ano de 1967, usa-se a expressão *Elefantenrunde* (“Roda Viva dos elefantes políticos”) para um programa de televisão alemão transmitido nas noites dos dias de eleição pelas emissoras públicas ARD e ZDF. No programa, conta-se tradicionalmente com a presença dos líderes políticos dos partidos representados na Assembléia Estadual ou no Congresso Nacional. Os convidados a participar do programa são colocados diante de jornalistas de renome para expor suas opiniões sobre os resultados das eleições e esclarecer questões relevantes para a sociedade sobre o futuro trabalho no governo (ou na oposição).

⁵⁷ Contudo, cf., por exemplo: Große & Luger (1987).

faltam também órgãos de importância comparável às revistas semanais *Spiegel* ou *Die Zeit* na Alemanha; sua função é cumprida amplamente pelas edições de fim de semana ou pelos suplementos temáticos dos diários *Le Monde* e *Le Figaro*. Inversamente, *Le canard enchaîné* é uma especialidade francesa. Naturalmente, contrastes desse tipo, que chamam imediatamente a atenção de quem muda de uma cultura para outra ou de quem participa de várias culturas — é preciso adaptar seus hábitos midiáticos fortemente ao país em questão —, podem ser detectados também relativamente ao rádio, à televisão ou a outras mídias (cf., por exemplo: o *Minitel* francês).

É relativamente fácil compreender agora por que as pesquisas da Textologia contrastiva, raras vezes, incluem, de forma completa e extensiva, todas essas diferenças. Levá-las em consideração exige um conhecimento abrangente de diferentes sistemas sociais e, portanto, uma colaboração interdisciplinar; em nossos exemplos, especialmente, com as ciências da comunicação e da política. Por outro lado, deveria ser evidente que esses níveis não podem ser deixados de lado e que as categorias linguísticas, em sentido restrito, não são suficientes para as análises necessárias quando se pretende contrastar diferentes formas culturais de comunicação e de vida.

4. Um exemplo: o enquadre interacional da ciência

As contribuições empíricas deste livro⁵⁸ tentam demonstrar como a programática apresentada no trabalho presente pode ser realizada em pesquisas práticas. Com esse objetivo, escolhemos o enquadre interacional da ciência, naturalmente não apenas porque ele representa a área com a qual estamos mais familiarizados em virtude do nosso cotidiano profissional. As pesquisas compreendem-se como linguísticas e não se baseiam em cooperação interdisciplinar. Os autores e os outros colaboradores do projeto que executaram os trabalhos preparatórios são linguistas germanistas que, apesar disso, têm, sem exceção, experiências interculturais, especialmente no contexto da Suíça. Ainda que seja lamentável ter renunciado, por razões práticas, à colaboração com outras disciplinas, estamos convencidos de que a pesquisa concentrada em problemas linguísticos e realizada com base apenas nessa competência tem por si mesmo o seu valor. Os projetos interdisciplinares, por lhes faltar um conceito básico teórico-metodológico que se ofereça como medianeiro, facilmente correm o risco de produzir um caleidoscópio constituído de diferentes questões especiais, entre as quais existe apenas uma ligação desordenada. A presente contribuição, portanto, propõe-se esboçar

⁵⁸ A autora refere-se à sua coletânea de trabalhos selecionados que abordam problemas da Textologia contrastiva (Adamzik, 2001a).

um conceito intermediário apropriado e toma-o por base para as investigações de detalhes, que se concentram nos aspectos linguísticos em sentido restrito e, dessa forma, analisam, em parte, fenômenos microestruturais de um nível bastante baixo. Isso se efetua tomando por base as objeções (latentes) acima esboçadas, contra pesquisas contrastivas de culturas com uma pretensão de explicação maior. Todavia, nosso objetivo principal foi testar as possibilidades de lançar uma ponte sobre o abismo entre as pesquisas linguísticas microestruturais e as descrições gerais de especificidades culturais. Essas perspectivas examinadas deveriam também conseguir fornecer estímulos para trabalhos sobre outras esferas de comunicação. Contudo, antes de apresentar as investigações pormenorizadas sobre os diferentes gêneros (e redes de gêneros textuais), convém ainda acrescentar um esboço aproximativo dos sistemas discursivos mais importantes para o enquadre interacional da ciência. Primeiramente, esclarecemos os termos usados.

Chamamos de *domínios*, *enquadres interacionais* ou *áreas comunicativas* as esferas das atividades sociais como o cotidiano, as diferentes instituições (hospital, tribunal, escola, etc.), a ciência, o lazer (indústria de entretenimento, esporte, etc.) a política, etc. Todavia, diferentemente do que habitualmente se faz, por exemplo, na Estilística funcional, não queremos tomar por base uma classificação aproximativa das esferas da sociedade, mas ver as áreas como grandezas heurísticas, que precisam ser delimitadas diferentemente, conforme o interesse da área de conhecimento em questão.

Nesses domínios, agem os participantes da comunicação assumindo papéis sócio-interacionais (e, em parte, profissionais) específicos, por exemplo: médico superior, médico de família, paciente, enfermeiro, funcionário da caixa de previdência, farmacêutico, etc. ou político municipal, funcionário do governo, membro de um partido político, eleitor, agente publicitário, cidadão atingido em seus direitos, etc.

Na interação, usa-se uma multiplicidade de *gêneros textuais*, isto é, os participantes da interação orientam-se por padrões socialmente pré-dados para a produção textual; nisso, determinados gêneros textuais podem apenas ser produzidos e recebidos por determinados detentores de papéis. Toma-se por base a interpretação não-específica de *gênero textual* (cf. Adamzik, 1995, p. 14) que abrange a específica. Os gêneros textuais (na compreensão não-específica) são grupos de textos reunidos sob determinados aspectos para os quais existe, em parte, também uma denominação bem conhecida na linguagem corrente. Esses grupos de textos (bem como as denominações correspondentes) são especificados em graus diferentes. Desse modo, encontramos expressões bastante gerais como conversação, narração ou texto jornalístico, ao lado daquelas que se referem a grupos de textos que podem ser determinados

muito precisamente (*boletim meteorológico, anúncio de nascimento, declaração de imposto, etc.*). Falamos, nesse caso, de *gêneros textuais padronizados* (que correspondem à interpretação específica de *gênero textual*).

O grau de padronização dos gêneros textuais é muito variável e, em última análise, pode ser percebido apenas de modo escalar. Expressões da linguagem corrente que, também para os pesquisadores, representam pelo menos o primeiro ponto de partida heurístico para a análise, existem para grupos de textos de cada um dos graus de padronização. O grau de padronização pode variar historicamente, de uma cultura para outra. Por isso, é preferível partir de um conceito muito aberto de gênero textual e trabalhar com conceitos (formados na linguagem corrente) que sejam facilmente compreensíveis, e ainda que sejam, em parte, muito vagos. A tarefa da descrição empírica é determinar a realização concreta do conceito pré-dado (e, também, do seu grau de padronização) em uma determinada sociedade, porque a delimitação prévia de padrões de diferentes níveis de especificação corre o risco de excluir da análise certos fenômenos e/ou de estabelecer fixações normativas.

Como unidade descritiva, usa-se também o termo *variação de gênero textual* para denominar realizações alternativas usuais dentro de um gênero textual relativamente bem especificado (assim, pois, são variações do mesmo gênero textual, por exemplo, a forma tabelar/sinóptica e a forma narrativa do *curriculum vitae*).

Em virtude das relações funcionais e temáticas, os gêneros textuais formam uma *rede de gêneros textuais*. Alguns elementos dessa rede são específicos de enquadres interacionais⁵⁹ (por exemplo: receita médica, bula de remédio, boletim médico, *Kassenabrechnung* [planilha mensal dos atendimentos e procedimentos prestados pelo médico conveniado à caixa de assistência médica], visita médica hospitalar, etc.), ou seja, eles são “tematicamente ligados” a essas áreas; outros são “livres”, isto é, aparecem nas mais diversas áreas de comunicação (conversa cotidiana, textos midiáticos, etc.); e um terceiro grupo, enfim, é “funcionalmente ligado”: trata-se de gêneros textuais que são especializados na sua função comunicativa, mas que ocorrem em diferentes domínios (em parte, com funções diferentes), por exemplo: *curriculum vitae*, carta oficial, protocolo, entrevista, parecer e resumo.

Chamam-se *sistemas discursivos*, os recortes de redes de gêneros textuais que são típicos para áreas de comunicação particulares. Eles abrangem, então, os gêneros textuais tematicamente ligados, as realizações específicas dos gêneros textuais formalmente ligados e, facultativamente, os gêneros textuais livres. A necessidade da inclusão dos últimos dependerá

⁵⁹ Girth conta, evidentemente, apenas com esse tipo de gêneros textuais: “é possível relacionar os diferentes campos de ação com determinados gêneros textuais cujo uso é ligado rigidamente ao campo de ação em questão” (Girth, 1996, p. 69).

do enquadre interacional. Assim, pois, é indispensável, por exemplo, para o sistema discursivo político, tomar em consideração os textos midiáticos “livres”, enquanto esses tendem a ser de pouca importância para o sistema discursivo da educação. Os sistemas discursivos podem ser delimitados mais ou menos estreitamente, de tal modo que é possível formar subsistemas alternativos dentro de um sistema discursivo ou estabelecer relações entre diferentes sistemas discursivos. A análise de Klein do sistema discursivo político (nas suas palavras: “enquadre interacional”), por exemplo, distingue três subsistemas; Girth (1996, p. 69), por sua vez, calcula para o “discurso político”⁶⁰ quatro “campos de ação”, uma vez que inclui a formação de opinião público-política (mídias), que, segundo Klein, “interfere” apenas no enquadre interacional político (cf. Klein, 1991, p. 260). O sistema discursivo mais abrangente inclui a sociedade como um todo; diz respeito ao seu “inventário comunicativo” e caracteriza-se pela estrutura interna de todos os subsistemas e pelas relações mútuas entre eles. É aí que se encontra o aspecto comunicativo da cultura de uma sociedade: Os diferentes gêneros textuais necessitam ser relacionados, pelo menos potencialmente, com esses subsistemas e é mais do que improvável que os inventários comunicativos das sociedades sejam exatamente idênticos — mesmo quando se trata de apenas duas delas. Sistemas discursivos que abrangem várias sociedades representam um sistema ainda mais superordenado. Esses sistemas, que devem sua origem à interação internacional, têm um papel importante tanto na ciência quanto na economia, na política e na cultura cotidiana, sendo que — especialmente nas três últimas áreas — esse papel é cada vez maior em decorrência da globalização crescente.

Finalmente, convém denominar com o termo *discurso* os conjuntos de textos tematicamente homogêneos. Eles podem pertencer a diferentes sistemas discursivos e enquadres interacionais. O tema técnica genética, por exemplo, diz respeito tanto às áreas de comunicação da ciência, da política e da formação de opinião pública quanto às áreas específicas das instituições (sistema de saúde público) e às áreas cotidianas (quando alguém quer usar concretamente as possibilidades da técnica genética) e todos esses sistemas discursivos estão se entrelaçando.⁶¹

De acordo com isso, seria possível esboçar o sistema discursivo da ciência e os sistemas discursivos “interferentes” intimamente ligados a ele, mais ou menos como no quadro 5. Os

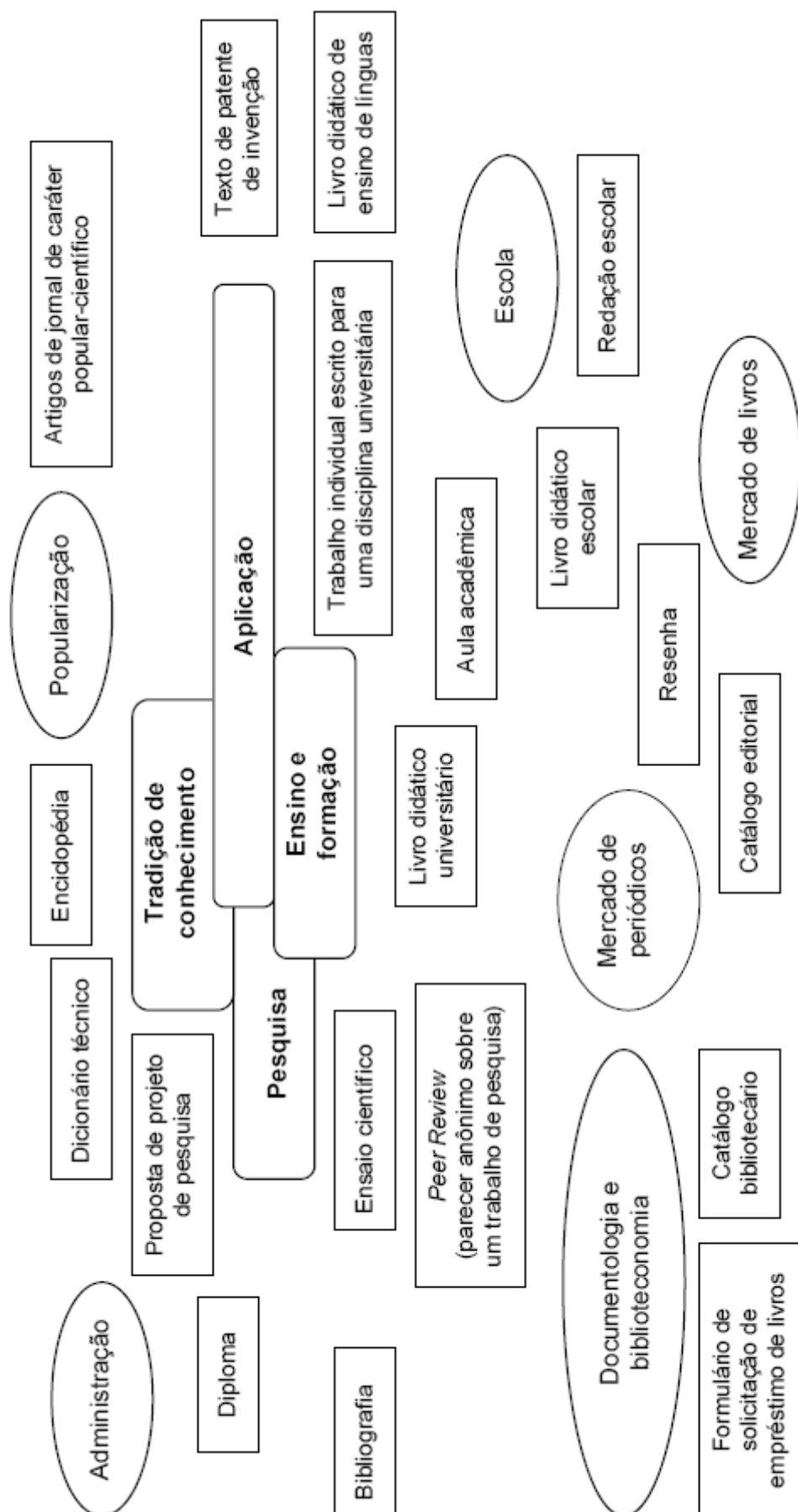
⁶⁰ Girth usa o termo *discurso* em duas acepções; de um lado como termo superior (*discurso político*) e, do outro, no sentido de “discurso particular tematicamente determinado”: “cada discurso constitui-se de um determinado número de textos que têm um tema em comum. Como um exemplo amplamente conhecido, cita-se a Controvérsia entre os Historiadores” (Girth, 1996, p. 67).

⁶¹ Quanto a essa área, cf., por exemplo: os estudos de Jung (1999), que analisa o debate sobre o meio-ambiente ou de Busch (1999) sobre a área da saúde.

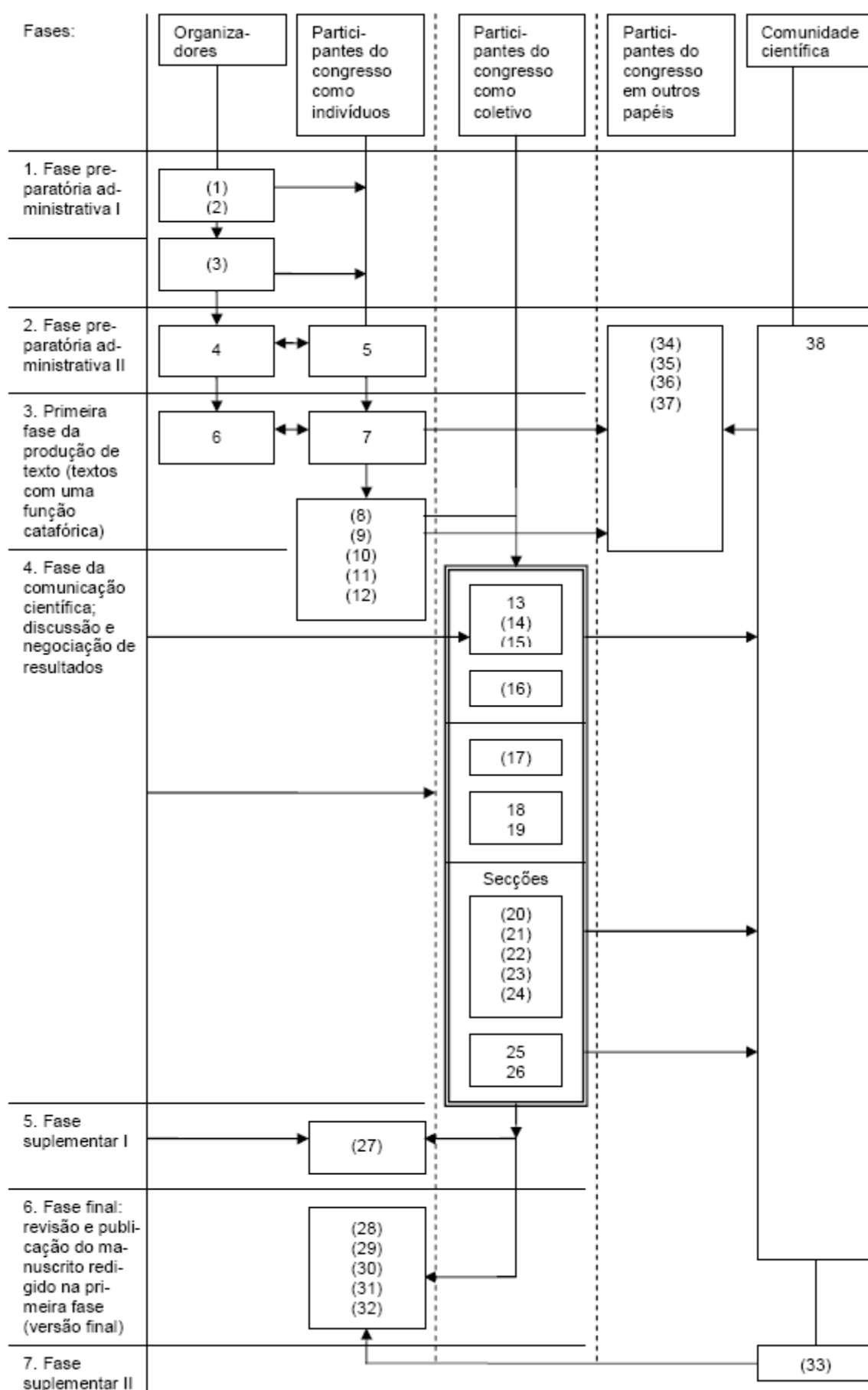
subsistemas centrais aparecem em formas retangulares, e os interferentes, em ovais. Simultaneamente, tentou-se relacionar as áreas com gêneros textuais característicos. Nessa tarefa, mostrou-se que isso é possível, inequivocamente, apenas no caso de certos gêneros textuais. Assim, pois, a redação escolar pertence claramente ao sistema discursivo da escola; um formulário de solicitação de empréstimo de livros, claramente ao sistema da biblioteconomia. Artigos científicos pertencem certamente ao subsistema da pesquisa, mas eles se relacionam simultaneamente com o mercado das publicações periódicas e com o mercado de livros (já que os artigos científicos são publicados também em coletâneas), duas áreas que, de uma maneira ou de outra, são ambas intimamente ligadas, visto que as revistas (na maioria das vezes, mas nem sempre) são produzidas por editoras.⁶²

⁶² Quanto a essa área, cf., por exemplo: Weingart *et al.*, 1991, especialmente a parte D.

Quadro 5: O sistema discursivo da ciência e sistemas discursivos interferentes



Quadro 6: Gêneros textuais no contexto de congressos científicos:



Legenda:

	Interação
	Gêneros textuais
	Facultativo
	Delimitação de diferentes papéis
	Enquadre interacional complexo

1. <i>Call for Papers</i> [chamada de trabalhos]	20. Comunicação (individual)
2. Convite para o congresso	21. Comunicação coordenada
3. Resumo do grupo de trabalho	22. <i>Statement</i> [mini-comunicação]
4. Programa do congresso	23. Pôster
5. Inscrição	24. Anotações
6. Lista de resumos	25. Discussão
7. Resumo do congresso	26. Intervenção
8. Manuscrito de apresentação	27. Relato do congresso
9. Palavras-chave	28. Anais de congresso
10. Transparências	29. Coletânea de artigos
11. <i>Handout</i> [folheto]	30. Artigo
12. Gravação em vídeo	31. Livro
13. Abertura	32. Não destinado para publicação
14. Boas-vindas	33. Resenha
15. Conferência (plenária)	34. Projeto de pesquisa
16. <i>Panel discussion</i> / Mesa redonda	35. Disciplina universitária
17. Assembléia (plenária) dos membros da associação	36. Aula acadêmica
18. Conversa no intervalo	37. Publicação
19. Conversa no almoço	38. Literatura especializada da área

A localização da introdução é tão pouco claramente determinável quanto a do artigo. Ela pode encontrar-se perto da área da tradição de conhecimento, eventualmente até perto da pesquisa, quando se tratar de uma introdução especial que foi escrita também para os cientistas; ela pode encontrar-se perto da educação universitária (pode até ser uma denominação alternativa para o *livro didático universitário*), mas pode, da mesma maneira, — quando for escrita também para um público mais amplo — ser relacionada com a área escolar e de popularização. Em última análise, o quadro esclarece, sobretudo, que não é possível de maneira nenhuma compreender satisfatoriamente as relações nos limites de um modelo

bidimensional. Logo, ele deve servir mais para transmitir uma impressão visual da complexidade das relações.

Especificidades culturais de um nível mais geral dizem respeito, essencialmente, à questão de como esses sistemas são ligados uns aos outros: de que maneira, por exemplo, a educação universitária se segue à escolar? Ou: será que uma se assemelha a outra? Em que medida a primeira está ligada ao sistema de pesquisa? Qual é o papel da ciência da documentação na educação universitária? Qual importância é dada, por exemplo, à (habilidade da) revisão bibliográfica de literatura especializada? (Quanto a essa questão, cf. Adamzik, 2001b). Quão intimamente se relacionam a educação científica, a tradição de conhecimento e a popularização?⁶³ Certos textos ou gêneros textuais, por exemplo, podem tipicamente assumir uma função em todos os três sistemas ou, ao contrário disso, ser especializados em um ou em outro deles. Certas culturas podem se distinguir pelo fato de dar grande importância à popularização, e seus agentes de pesquisa podem trabalhar também nessa área, enquanto, em outras culturas, a popularização está ligada a papéis interacionais especializados (por exemplo, jornalistas científicos). Naturalmente, uma pergunta extremamente importante nesse contexto é: quais línguas são usadas no sistema discursivo?⁶⁴ É óbvio que essas diferenças influenciam as características típicas dos textos ou dos gêneros textuais em questão. Portanto, o que interessou em nossa pesquisa empírica foi correlacionar o sistema discursivo, na forma abstrata em que foi aqui conceituado, com descrições macro e microlinguísticas, tendo por fim de evidenciar as concretizações do sistema específicas de uma cultura.

No quadro 5, trata-se da relação mútua entre os diferentes sistemas discursivos e um posicionamento dos gêneros textuais em regime experimental. Na pesquisa sobre a literatura científica, as relações entre exemplares de textos (a intertextualidade no sentido de citações, remissões, etc. — relação b) já foram, múltiplas vezes, levadas em consideração.⁶⁵ Abstraindo-se pesquisas sobre o título, há menos trabalhos que se dedicam às relações entre os hipotextos (relação c).⁶⁶ O quadro 6, então, deve ilustrar a idéia das redes de gêneros

⁶³ Para um estudo intralingual histórico-contrastivo, cf., por exemplo: Moirand (1988), que trata da relação entre a teoria linguística (especialmente do estruturalismo) e a didática de línguas. — Diferenças do tipo mencionado entre Finlândia e Alemanha são analisadas, por exemplo, em H. Schröder (1988).

⁶⁴ Quanto à substituição do latim, cf., por exemplo: Menzel (1996) e Schiewe (1996); quanto ao inglês e ao alemão, cf.: Kalverkämper & Weinrich (1986) e Ammon (1998a e 1998b).

⁶⁵ Quanto a esse ponto, cf.: Jakobs (1999); cf. também: Danneberg & Niederhauser (1998: cap. 4, que se ocupa das referências a outros textos).

⁶⁶ A relação entre os hipotextos é analisada mais pormenorizadamente por Danneberg & Niederhauser que levam também em consideração o desenvolvimento histórico das formas de representação (1998, cap. 3 que se ocupa do papel dos textos que acompanham o texto principal). Quanto a estudos sobre fenômenos específicos, cf., por

textuais.⁶⁷ Ele representa esquematicamente os gêneros textuais relevantes para o enquadre interacional de um congresso ou de uma jornada científica.⁶⁸ O esquema é delineado da maneira mais geral possível e tenta mostrar uma visão abrangente sobre os gêneros textuais relevantes. As especificidades culturais podem concernir aos mais diferentes níveis, por exemplo: qual é a importância de colóquios para a pesquisa? Qual tipo de colóquio é o preferido (grandes congressos interacionais, encontros de trabalho de pequenos grupos de pesquisa, etc.)? Como esses colóquios são preparados (chamada aberta através de uma chamada para trabalhos [*call for papers*], convites pessoais, etc.)? Como os resultados são divulgados (relatos de conferência, coletâneas, etc.)?⁶⁹ Essas questões demonstram que a comparação de gêneros textuais “idênticos” (por exemplo: artigos em anais de congressos) não leva necessariamente à identificação das diferenças relevantes. Por conseguinte, a análise de “textos estáticos” deveria ser completada obrigatoriamente pela análise do sistema interacional mais abrangente. Nessa tarefa, a complexidade dos sistemas discursivos exige múltiplas abordagens para o levantamento de material e seu processamento metodológico. Na prática, para uma análise pormenorizada, é necessário partir de áreas interacionais específicas e incluir os contextos mais amplos apenas como pontos de referência heurísticos. O projeto, cujos resultados serão apresentados nesse volume [Adamzik, 2001a], volta-se para a área interacional da formação no ensino básico.

Referencias bibliográficas

ADAMZIK, Kirsten. *Textsorten – Texttypologie. Eine kommentierte Bibliographie*. Munster: Nodus, 1995.

_____. “Le début du texte. Titres et premières phrases (dans une perspective contrastive)”. In: *Cahiers de Linguistique Française*, 20, 1998a, p. 31-64.

_____. “Methodische Probleme kontrastiver Textsortenanalysen”. In: DANNEBERG, Lutz & NIEDERHAUSER, Jurg (org.). *Darstellungsformen der Wissenschaft im Kontrast. Aspekte der Methodik, Theorie und Empirie*. Tübingen: Narr, 1998b, p. 103-130.

_____. “Wissenschaftliche Texte im Sprachvergleich (Deutsch-Französisch). Das Beispiel der (Fremdsprach-)Philologien”. In: *Deutsch als Fremdsprache*, 36, 1999, p. 141-146.

_____. “Was ist pragmatisch orientierte Textsortenforschung?” In: ADAMZIK, Kirsten (org.). *Textsorten. Analysen und Reflexionen*. Tübingen: Stauffenburg, 2000, p. 91-112.

exemplo: Pötschke (1992) sobre o prefácio, Gläser (1997) sobre o lema, Adamzik & Pieth (1999) sobre prefácios em histórias de literatura.

⁶⁷ Quanto a esse assunto, cf. também: Swales (1990, p. 117-178 e 1996, p. 46).

⁶⁸ O esquema foi desenvolvido por Christa Pieth, a qual quero agradecer muito por ter colocado-o à minha disposição.

⁶⁹ Quanto às diferenças entre França e Alemanha no que diz respeito à divulgação dos resultados, cf., por exemplo: Nies (1996); cf. também: Adamzik (1999, seção 3.1), que realça que, no francês, os relatos de congressos estão fora de costume.

_____. *Kontrastive Textologie. Untersuchungen zur deutschen und französischen Sprach- und Literaturwissenschaft. Mit Beiträgen von Roger Gaberell und Gottfried Kolde*. Tübingen: Stauffenburg, 2001a.

_____. "Studienbibliografien". In: ADAMZIK, Kirsten. *Kontrastive Textologie. Untersuchungen zur deutschen und französischen Sprach- und Literaturwissenschaft. Mit Beiträgen von Roger Gaberell und Gottfried Kolde*. Tübingen: Stauffenburg, 2001b, p. 87-113.

_____ & PIETH, Christa. "Rhetorik der wissenschaftlichen Kommunikation im Sprachvergleich (Deutsch – Französisch). Am Beispiel von Vorwörtern zu Literaturgeschichten". In: RIGOTTI, Eddo (org.). *Rhetoric and argumentation*. Proceedings of the International Conference, Lugano, April 22-23, 1997. Tübingen: Niemeyer, 1999, p. 73-86.

AMMON, Ulrich. *Ist Deutsch noch internationale Wissenschaftssprache? Englisch auch für die Lehre an den deutschsprachigen Hochschulen*. Berlin, New York: de Gruyter, 1998a.

_____. "Heutige Fachsprachen im interkulturellen Austausch I: die Stellung der deutschen Wissenschaftssprachen ausserhalb des deutschen Sprachgebiets". In: HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig & WIEGAND, Herbert Ernst (orgs.). *Fachsprachen. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft*. Berlin, New York: de Gruyter, v. 1, 1998b, p. 809-819.

ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997.

ARNTZ, Reiner. "Überlegungen zur Methodik einer 'Kontrastiven Textologie'". In: ARNTZ, Reiner & THOME, Gisela (orgs.). *Übersetzungswissenschaft. Ergebnisse und Perspektiven. Festschrift für Wolfram Wilss zum 65. Geburtstag*. Tübingen: Narr, 1990, p. 393-404.

AUTHIER, Jacqueline. "La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique". In: *Langue Française*, 53, 1982, p. 34-47.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Paris: Leroux, 1932.

BAR-LEV, Zev. "Discourse Theory and 'Contrastive Rhetoric'". In: *Discourse Processes*, 9, 1986, p. 235-246.

BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992.

BAUSINGER, Hermann. "Stereotypie und Wirklichkeit". In: *Jahrbuch DaF*, 14, 1988, p. 157-170.

BEAUGRANDE, Robert-Alain & DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BILMES, Jack & BOGGS, Stephen T. "Language and communication: The foundations of culture". In: MARSELLA, Anthony J.; TARP, Roland G. & CIBOROWSKI, Thomas J. (orgs.). *Perspectives on cross-cultural psychology*. New York: Academic Press, 1979, p. 47-76.

BLOOR, Meriel & BLOOR, Thomas. "Given and new information in the thematic organization of text: An application to the teaching of academic writing". In: *Occasional papers in systemic linguistics* (Nottingham), 6, 1992, p. 33-43.

BLUMENTHAL, Peter. *Sprachvergleich Deutsch – Französisch*. Tübingen: Niemeyer, 2^a ed., 1997.

BRAND, Kaspar. "Fußnoten und Anmerkungen als charakteristisches Element wissenschaftlicher Darstellungsformen, untersucht am Beispiel der Sprachwissenschaft". In: DANNEBERG, Lutz & NIEDERHAUSER, Jurg (orgs.). *Darstellungsformen der Wissenschaft im Kontrast. Aspekte der Methodik, Theorie und Empirie*. Tübingen: Narr, 1998, p. 213-240.

BRINKER, Klaus. *Linguistische Textanalyse. Eine Einführung in die Grundbegriffe und Methoden*, 4^a ed. revista e ampliada. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1997 [1985].

BUSCH, Albert. "Semantische Vertikalitätstypik und diskursive Grundkonzepte in der Gesundheitskommunikation". In: NIEDERHAUSER, Jurg & ADAMZIK, Kirsten (orgs.). *Wissenschaftssprache und Umgangssprache im Kontakt*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1999, p. 103-122.

BUSCH-LAUER, Ines-Andrea. "Zur Untersuchung der funktionalen Makrostruktur in englischen Fachtexten der Medizin und Psychologie". In: BUNGARTEN, Theo (org.). *Beiträge zur Fachsprachenforschung*. Tostedt: Attikon-Verlag, 1992, p. 14-28.

_____. "Reader response – Leserbrief in Fachzeitschriften der Medizin". In: BUSCH-LAUER, Ines-Andrea; FIEDLER, Sabine & RUGE, Marion (orgs.). *Texte als Gegenstand linguistischer Forschung und Vermittlung. Festschrift für Rosemarie Gläser*. Frankfurt a. M.: Lang, 1995, p. 91-108.

CLYNE, Michael. "Culture and Discourse Structure". In: *Journal of Pragmatics*, 5, 1981, p. 61-66.

_____. "Linguistics and written discourse in particular languages: Contrastive studies: English and German". In: *Annual Review of Applied Linguistics*, 3, 1983, p. 38-49.

_____. "Wissenschaftliche Texte Englisch- und Deutschsprachiger: Textstrukturelle Vergleiche". In: *Studium Linguistik*, 15, 1984, p. 92-97.

_____. "Cultural differences in the organization of academic texts. English and German". In: *Journal of Pragmatics*, 11, 1987a, p. 211-247.

_____. "Discourse structures and cultural stereotypes". In: VEIT, Walter. (org.) *Antipodische Aufklärungen/ Antipodean Enlightenments. Festschrift für Leslie Bodi*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1987b, p. 77-86.

_____. "Discourse structures and discourse expectations: implications for Anglo-German academic communication in English". In: SMITH, Larry E. (ed.). *Discourse across cultures*. New York: Prentice Hall, 1987c, p. 73-83.

_____. "Zu kulturellen Unterschieden in der Produktion und Wahrnehmung englischer und deutscher wissenschaftlicher Texte". In: *InfoDaF*, 18, 1991a, p. 376-383.

_____. "The sociocultural dimension: The dilemma of the German-speaking scholar". In: SCHRÖDER, Hartmut (ed.). *Subject-oriented texts. Languages for special purposes and text theory*. Berlin, New York: de Gruyter, 1991b, p. 49-66.

_____. "Pragmatik, Textstruktur und kulturelle Werte. Eine interkulturelle Perspektive". In: SCHRÖDER, Hartmut (org.). *Fachtextpragmatik*. Tübingen: Narr, 1993, p. 3-18.

_____. *Intercultural communication at work. Cultural values in discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____; HOEKS, Jimmy & KREUTZ, Heinz-Josef. "Cross-cultural responses to academic discourse patterns". In: *Folia Linguistica*, 22, 1988, p. 457-475.

COULTHARD, Malcolm (Hg.). *Advances in written text analysis*. London/ New York:

Routledge, 1994.

DANNEBERG, Lutz & NIEDERHAUSER, Jurg. "...Daß die Papierersparnis gänzlich zurucktrete gegenüber der schönen Form. Darstellungsformen der Wissenschaften im Wandel der Zeit und im Zugriff verschiedener Disziplinen". In: DANNEBERG, Lutz & NIEDERHAUSER, Jurg (orgs.) *Darstellungsformen der Wissenschaft im Kontrast. Aspekte der Methodik, Theorie und Empirie*. Tübingen: Narr, 1998, p. 23-102.

DIETZ, Gunther. *Titel wissenschaftlicher Texte*. Tübingen: Narr, 1995.

_____. "Titel in wissenschaftlichen Texten". In: HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig & WIEGAND, Herbert Ernst (orgs.). *Fachsprachen. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft*. Berlin, New York: de Gruyter, v. 1, 1998, p. 617-624.

DUDLEY-EVANS, Tony. "Genre analysis. An approach to text analysis for ESP". In: COULTHARD, Malcolm (ed.). *Advances in written text analysis*. London, New York: Routledge, 1994, p. 219-228.

DUSZAK, Anna. "Academic discourse and intellectual styles". In: *Journal of Pragmatics*, 21, 1994, p. 291-313.

ECKKRAMMER, Eva Martha; HÖDL, Nicola & PÖCKL, Wolfgang. *Kontrastive Textologie*. Wien: Verl. Ed. Praesens, 1999.

EHLICH, Konrad. "Die Lehre der deutschen Wissenschaftssprache: sprachliche Strukturen, didaktische Desiderate". In: KRETZENBACHER, Heinz Leonhard & WEINRICH, Harald (orgs.). *Linguistik der Wissenschaftssprache*. Berlin, New York: de Gruyter, 1995, p. 325-351.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. "Über die gutmutigen Deutschen". In: *Der Spiegel*, 51, 1998, p. 218-221.

FIEDLER, Sabine. "Die pädagogische Rezension im Englischen und Esperanto". In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992, p. 147-161.

FISIAK, Jacek (ed.). *Contrastive linguistics. Prospects and problems*. Berlin: Mouton, 1984.

FLUCK, Hans-Rudiger. "Vergleichende Analyse deutschsprachiger Abstracts in wissenschaftlichen Zeitschriften". In: LAUREN, Christer & NORDMAN, Marianne (eds.). *Special language. From humans thinking to thinking machines*. Clevedon, Phil.: Multilingual Matters, 1989, p. 291-307.

FREISLER, Stefan. "Hypertext – eine Begriffsbestimmung". In: *Deutsche Sprache*, 22, 1994, p. 19-50.

FRIES, Udo. "A textlinguistic analysis of German and English curricula vitae". In: KASTOVSKY, Dieter & SZWEDEK, Aleksander (orgs.). *Linguistics across historical and geographical boundaries. In honour of Jacek Fisiak on the occasion of his fiftieth birthday*, v. 2: *Descriptive, contrastive and applied linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986a, p. 1203-1217.

_____. "Bemerkungen zur Textsorte Lebenslauf". In: RAUCHBAUER, Otto (org.). *A yearbook of studies in English language and literature 1985/86. Festschrift für Siegfried Korninger*. Wien: Braunmüller, 1986b, p. 39-50.

_____. "The language of linguistics: Objective and subjective writing". In: *Proceedings of the 14th International Congress of Linguists, Berlin/GDR, August 10-August 15, 1987*. Berlin:

Akademie-Verlag, 1990, p. 2077-2079.

_____. "Linguistic writingv". In: UHLIG, Claus & ZIMMERMANN, Rudiger (orgs.). *Anglistentag 1990 Marburg. Proceedings*. Tübingen: Niemeyer, 1991, p. 232-253.

GALTUNG, Johan. "Struktur, Kultur und intellektueller Stil. Ein vergleichender Essay über sachsonische, teutonische, gallische und nipponische Wissenschaft. (original em inglês: 1981)". In: WIERLACHER, Alois (org.). *Das Fremde und das Eigene*. München: Iudicium-Verlag, 1985, p. 151-193.

GERBERT, Manfred. "Das Argumentieren im wissenschaftlichen Fachtext". In: KUSCH, Martin & SCHRÖDER, Hartmut (orgs.). *Text, Interpretation, Argumentation*. Hamburg: Buske, 1989, p. 93-99.

GERZYMISCH-ARBOGAST, Heidrun. *Zur Thema-Rhema-Gliederung in amerikanischen Wirtschaftsfachtexten. Eine exemplarische Analyse*. Tübingen: Narr, 1987.

GIRNTH, Heiko. "Texte im politischen Diskurs. Ein Vorschlag zur diskursorientierten Beschreibung von Textsorten". In: *Muttersprache*, 206, 1996, p. 66-80.

GLÄSER, Rosemarie. "Textlinguistische Untersuchungen zur englischen Fachsprache der Literaturwissenschaft". In: *Fachsprache*, 5, 1983a, p. 170-185.

_____. "Zur Spezifik des literaturwissenschaftlichen Wortschatzes". In: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung*, 37, 1983b, p. 700-710.

_____. "Stilistische Untersuchungen englischer Texte der Theaterwissenschaft". In: HOFFMANN, Lothar (org.). *Fachsprachen, Instrument und Objekt*. Leipzig: Verlag Enzyklopädie, 1987, p. 23-36.

_____. *Fachtextsorten im Englischen*. Tübingen: Narr, 1990.

_____. "Methodische Konzepte für das Tertium comparationis in der Fachsprachenforschung – dargestellt an anglistischen und nordistischen Arbeiten". In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKIIMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992, p. 78-92.

_____. "Textsortenvergleich im universitären Fremdsprachenunterricht". In: MORGENROTH, Klaus (org.). *Methoden der Fachsprachendidaktik und -analyse*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1993, p. 17-38.

_____. "Das Motto im Lichte der Intertextualität". In: KLEIN, Josef & FIX, Ulla (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997, p. 259-301.

GNUTZMANN, Claus. "Aufsatztitel in englischsprachigen Fachzeitschriften. Linguistische Strukturen und kommunikative Funktionen". In: GNUTZMANN, Claus (org.). *Fachbezogener Fremdsprachenunterricht*. Tübingen: Narr, 1988, p. 23-38.

_____. "Fremdsprachendidaktik, Textlinguistik und englische Passivkonstruktionen". In: HELLWIG, Karlheinz (org.). *Textdidaktik für den Fremdsprachenunterricht – isoliert oder integrativ?* Tübingen: Narr, 1990a, p. 60-85.

_____. "Titles and texts. A comparative analysis of titles in English learned journals". In: *Proceedings of the 14th International Congress of Linguists, Berlin, GDR, August 10-August 15, 1987*. Berlin: Akademie-Verlag, 1990b, p. 2085-2090.

_____. "'Abstracts' und 'Zusammenfassungen' im deutsch-englischen Vergleich: Das Passiv als interkulturelles und teiltextdifferenzierendes Signal". In: MÜLLER, Bernd-Dietrich (org.). *Interkulturelle Wirtschaftskommunikation*. München: Iudicium-Verlag, 1991, p. 363-

_____. "Kontrastive Fachtextlinguistik als Projektaufgabe. Theoretische Fragen und praktische Antworten". In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992, p. 266-275.

_____ & LANGE, Regina. "Kontrastive Textlinguistik und Fachsprachenanalyse". In: GNUTZMANN, Claus (org.). *Kontrastive Linguistik*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1990, p. 85-116.

_____ & OLDENBURG, Hermann. "Deutsche und englische Fachtexte im Vergleich. Textlinguistische Grundlagen für den fachbezogenen Fremdsprachenunterricht". In: *Fremdsprachen lehren und lernen*, 19, 1990a, p. 7-27.

_____ & OLDENBURG, Hermann. "Kontrastive Textlinguistik und Fachsprachenanalyse. Theoretische Überlegungen und erste Untersuchungsergebnisse". In: SPILLNER, Bernd (org.). *Sprache und Politik. Kongreßbeiträge zur 19. Jahrestagung der Gesellschaft für Angewandte Linguistik, GAL*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1990b, p. 211-215.

_____ & OLDENBURG, Hermann. "Contrastive text linguistics in LSP-research: Theoretical considerations and some preliminary findings". In: SCHRÖDER, Hartmut (org.). *Subject-oriented texts. Languages for special purposes and text theory*. Berlin, New York: de Gruyter, 1991, p. 103-136.

GÖHRING, Heinz. "Kontrastive Kulturanalyse und Deutsch als Fremdsprache". In: *Jahrbuch DaF*, 1, 1975, p. 80-92.

GÖPFERICH, Susanne. "Eine pragmatische Typologie von Fachtextsorten der Naturwissenschaften und der Technik". In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992, p. 190-210.

_____. *Textsorten in Naturwissenschaften und Technik. Pragmatische Typologie – Kontrastierung – Translation*. Tübingen: Narr, 1995.

_____. Paralleltexte. In: SNELL-HORNBY, Mary, HONIG, Hans G., KUSSMAUL, Paul & SCHMITT, Peter A. (orgs.). *Handbuch Translation*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 1998, p. 184-186.

GRABE, William. 1987: "Contrastive rhetoric and text-type research". In: CONNOR, Ulla & KAPLAN, Robert B. (eds.). *Writing across languages: Analysis of L2 text*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1987, p. 115-137.

GRECIANO, Gertrud. "Herzrhythmusphraseologie aus der Sicht der kontrastiven Textologie". In: *Lexicology*, 2, 1996, p. 155-175.

GROSSE, Ernst Ulrich & LUGER, Heinz Helmut. *Frankreich verstehen. Eine Einführung mit Vergleichen zur Bundesrepublik*. Darmstadt: Primus Verlag, 1987.

GRUNBECK, Bernhard. *Moderne deutsch-französische Stilistik auf der Basis des Übersetzungsvergleichs*. 2 v. Heidelberg: Winter Verlag, 1976/1983.

HARTMANN, Reinhard R.K. *Contrastive textology. Comparative discourse analysis in applied linguistics*. Heidelberg: Groos Verlag, 1980.

HARTUNG, Wolfdietrich. "Text und Perspektive. Elemente einer konstruktivistischen Textauffassung". In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. 13-25.

HENSCHELMANN, Käthe *Problem-bewußtes Übersetzen. Französisch-Deutsch. Ein*

Arbeitsbuch. Tübingen: Narr, 1999.

HESLOT, Jeanne. "Tense and other indexical markers in the typology of scientific texts in English". In: HOEDT, Joergen, LUNDQUIST, Lita, PICHT, Heribert & QVISTGAARD, Jaques (orgs.): *Proceedings of the 3rd European Symposium on LSP, Copenhagen, August 1981. Pragmatics and LSP*. Copenhagen, 1982, p. 83-104.

_____. "Récit et commentaire dans un article scientifique". In: *DRLAV (Documentation et Recherche en Linguistique Allemande Contemporaine)*, 29, 1983, p. 133-154.

HESS-LUTTICH, Ernest W.B. "Text, Intertext, Hypertext – Zur Texttheorie der Hypertextualität". In: KLEIN, Josef & FIX, Ulla (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997, p. 125-148.

HINDS, John. "Contrastive rhetoric: Japanese and English". In: *Text*, 3, 1983, p. 183-195.

HINNENKAMP, Volker. *Interkulturelle Kommunikation*. Heidelberg: Groos, 1994.

HOCH, Dietlind. "Konfrontative Analyse auf der Ebene von Texten – am Beispiel der Textsorte 'Wetterbericht'". In: *Wissenschaftliche Zeitschrift der pädagogischen Hochschule "Karl Liebknecht" Potsdam – Gesellschaftswissenschaftliche Reihe*, 32, 1988, p. 277-283.

HOFFMANN, Lothar. *Vom Fachwort zum Fachtext. Beiträge zur Angewandten Linguistik*. Tübingen: Narr, 1988.

_____. "Fachtextsorten in der Fremdsprachenausbildung". In: *Fachsprache*, 14, 1992, p. 141-149.

_____. "Fachtextsorten: eine Konzeption für die fachbezogene Fremdsprachenausbildung". In: HOFFMANN, Lothar, KALVERKÄMPER, Hartwig & WIEGAND, Herbert Ernst (orgs.). *Fachsprachen. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft*. Berlin, New York: de Gruyter, v. 1, 1998, p. 468-482.

HOUGHTON, Diana & HOEY, Michael. "Linguistics and Written Discourse: Contrastive rhetorics". In: KAPLAN, Robert B. *Annual Review of Applied Linguistics*. Rowley, Mass: Newbury House, 1983, p. 2-22.

JACOBI, Daniel. *Textes et images de la vulgarisation scientifique*. Bern: Peter Lang Verlag, 1986.

JÄGER, Siegfried. *Kritische Diskursanalyse. Eine Einführung*. 2^a edição revista e ampliada. Duisburg: Duisburger Institut für Sprach- und Sozialforschung, 1999.

JAKOBS, Eva-Marie. *Textvernetzung in den Wissenschaften. Zitat und Verweis als Ergebnis rezeptiven, reproduktiven und produktiven Handelns*. Tübingen: Niemeyer, 1999.

_____; KNORR, Dagmar & POGNER, Karl-Heinz (orgs.) *Textproduktion. HyperText, Text, KonText*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1999.

JUNG, Matthias. "Experten- und Laiensemantik in der Öffentlichen Arena. Ein besonderer Typ der Wissensdissemination?" In: NIEDERHAUSER, Jurg & ADAMZIK, Kirsten (orgs.). *Wissenschaftssprache und Umgangssprache im Kontakt*. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag, 1999, p. 193-214.

KALKA, Laís. *Saiba mais sobre Martin Walser*. Texto publicado no portal de internet da empresa internacional de comunicação da Alemanha *Deutsche Welle* no dia 31/05/2002, disponível na [www](http://www.deutsche-welle.de/dw/article/0,2144,565852,00.html) [citado em 10/03/2007]: <http://www.deutsche-welle.de/dw/article/0,2144,565852,00.html>

- KALVERKÄMPER, Hartwig & WEINRICH, Harald (orgs.). *Deutsch als Wissenschaftssprache*. Tübingen: Narr, 1986.
- KAMPRAD, Walter. "Über die Struktur von Absätzen gesellschaftswissenschaftlicher Texte und zu Modellen für die Textarbeit". In: *Deutsch als Fremdsprache*, 4, 1975, p. 223-234.
- KAPLAN, Robert B. "Cultural thought patterns in inter-cultural education". In: *Language Learning*, 16, 1966, p. 1-20; reimpresso [completada por sub-títulos] In: CROFT, Kenneth (ed.). *Readings on English as a second language: for teachers and teacher-trainees*. Cambridge, Mass.: Winthrop Publ., 1972, p. 245-262.
- _____. "Contrastive rhetoric: Some hypotheses". In: *ITL-Review of Applied Linguistics*, 39/40, 1977, p. 61-72.
- _____. "Contrastive rhetorics: some implications for the writing process". In: FREEDMAN, Aviva; PRINGLE, Ian & YALDEN, Janice (eds.). *Learning to write: first language/ second language. Selected papers from the 1979 CCTE conference, Ottawa, Canada*. London, New York: Longman, 1983, p. 139-161.
- _____. "Contrastive rhetoric and second language learning. Notes toward a theory of contrastive rhetoric". In: PURVES, Alan C. (ed.). *Writing across languages and cultures. Issues in contrastive rhetoric*. Newbury Park, Cal.: Sage, 1988, p. 275-304.
- KARASCH, Angela. *Passiv und passivische Diathese im Französischen und Deutschen*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1982.
- KLEIN, Josef. "Politische Textsorten". In: BRINKER, Klaus (org.). *Aspekte der Textlinguistik*. Hildesheim: Olms. (= Germanistische Linguistik 106-107), 1991, p. 245-278.
- _____. "Politische Rhetorik. Eine Theorieskizze in Rhetorik-kritischer Absicht mit Analysen zu Reden von Goebbels, Herzog und Kohl". In: *Sprache und Literatur in Wissenschaft und Unterricht*, 75/76, 1995, p. 62-99.
- _____. "Plebiszite in der Mediendemokratie". In: RUTHER, Gunter (org.). *Repräsentative oder plebiszitäre Demokratie – eine Alternative?* Baden-Baden: Nomos Verlags-Gesellschaft. 1996, p. 244-260.
- _____. "Intertextualität, Geltungsmodus, Texthandlungsmuster. Drei vernachlässigte Kategorien der Textsortenforschung – exemplifiziert an politischen und medialen Textsorten". In: ADAMZIK, Kirsten (org.). *Textsorten. Analysen und Reflexionen*. Tübingen: Stauffenburg, 2000a, p. 31-44.
- _____. "Textsorten in politischen Institutionen". In: ANTOS, Gerd; BRINKER, Klaus; HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven F. (orgs.). *Text- und Gesprächslinguistik*. Berlin, New York: de Gruyter, v. 1, 2000b, p. 732-755.
- _____ & FIX, Ulla (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997.
- KOCH, Peter. "Diskurstraditionen. Zu ihrem sprachtheoretischen Status und zu ihrer Dynamik". In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas & TOPHINKE, Doris (orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, p. 43-80.
- KOCOUREK, Rotislav. *La langue française de la technique et de la science: vers une linguistique de la langue savante*. 2ª edição. Wiesbaden: Brandstetter, 1991.
- KOLLER, Werner. *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. 4ª edição. Heidelberg, Wiesbaden: Quelle & Meyer, 1992.
- KRAUSE, Wolf-Dieter. "Strukturaspekt und Kulturkomponente beim zwischensprachlichen

Vergleich von Textsorten". In: *Linguistische Arbeitsberichte*, 49, 1985a, p. 2-12.

_____. "Probleme der Ermittlung und Darstellung propositionaler und aktionaler Strukturmuster als Grundlage einer prototypischen Beschreibung von Textsorten". In: *Wissenschaftliche Zeitschrift der Pädagogischen Hochschule "Karl Liebknecht" – Gesellschaftswissenschaftliche Reihe*, 29, 1985b, p. 780-790.

_____. "Textstrukturen als Realisierungsmittel von Handlungstypen". In: *Linguistische Studien*, Reihe A, 145, 1986a, p. 131-134.

_____. "Die Textsorte als Tertium comparationis beim zwischensprachlichen Vergleich von Texten". In: *Linguistische Arbeitsberichte*, 72, 1990, p. 43-47.

_____. "Zum interlingualen Vergleich von Texten unter dem Aspekt von Deutsch als Fremdsprache". In: FOLDES, Csaba (org.). *Germanistik und Deutschlehrerausbildung. Festschrift zum hundertsten Jahrestag der Grundung des Lehrstuhls für deutsche Sprache und Literatur an der Pädagogischen Hochschule Szeged*. Szeged, Wien: Päd. Hochschule "Gyula Juhász", 1993, p. 289-304.

_____. "Literarische, linguistische und didaktische Aspekte von Intertextualität". In: BÖRNER, Wolfgang & VOGEL, Klaus (orgs.). *Texte im Fremdsprachenerwerb. Verstehen und Produzieren*. Tübingen: Narr, 1996, p. 45-64.

_____. "Kommunikationslinguistische Aspekte der Textsortenbestimmung". In: KRAUSE, Wolf-Dieter (org.). *Textsorten. Kommunikationslinguistische und konfrontative Aspekte*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 2000a, p. 34-67.

_____. "Der interlinguale Textvergleich". In: KRAUSE, Wolf-Dieter (org.). *Textsorten. Kommunikationslinguistische und konfrontative Aspekte*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 2000b, p. 119-143.

_____. "Text, Textsorte, Textvergleich". In: ADAMZIK, Kirsten (org.). *Textsorten. Analysen und Reflexionen*. Tübingen: Stauffenburg, 2000c, p. 45-76.

KRENN, Monika. "Leserbezug und dialogische Techniken in Softwarehandbüchern". In: WEIGAND, Edda & HUNDSNURSCHER, Franz (orgs.). *Dialoganalyse II. Referate der 2. Arbeitstagung, Bochum 1988*. Tübingen: Niemeyer, v. 1, 1989, p. 347-360.

KRESTA, Ronald. *Realisierungsformen der Interpersonalität in vier linguistischen Fachtextsorten des Englischen und des Deutschen*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1995.

KUSSMAUL, Paul. "Kommunikationskonventionen in Textsorten am Beispiel deutscher und englischer geisteswissenschaftlicher Abhandlungen. Ein Beitrag zur deutsch-englischen Übersetzungstechnik". In: *Lebende Sprachen*, 23, 1978, p. 54-58.

KUSSMAUL, Paul. "Instruktionen in deutschen und englischen Bedienungsanleitungen". In: ARNTZ, Reiner & THOME, Gisela (orgs.). *Übersetzungswissenschaft. Ergebnisse und Perspektiven. Festschrift für Wolfram Wilss zum 65. Geburtstag*. Tübingen: Narr, 1990, p. 369-379.

LECLÈRE, Pierre. "Zu einigen Grundbegriffen einer vergleichenden Textologie des Deutschen und des Französischen". In: KÜHLWEIN, Wolfgang; THOME, Gisela & WILLS, Wolfram (orgs.). *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft. Akten des Internationalen Kolloquiums Trier, Saarbrücken*. 25.-30. 9. 1978. München: Fink, 1981, p. 219-229.

LÉRAT, Pierre. *Les langues spécialisées*. Paris: PUFF, 1995.

LIANG, Yong. "Vergleichende Darstellung von Fachtexten mit instruktiver Funktion im

- Deutschen und Chinesischen". In: *Die Neueren Sprachen*, 87, 1988, p. 91-111.
- LIEBER, Maria & POSSET, Jurgen (org.). *Texte schreiben im Germanistik-Studium*. Munchen: Iudicium Verlag, 1988.
- LIEFLANDER-KOISTINEN, Luise. "Zur Textsorte 'Kochrezept' im Deutschen und Finnischen. Eine übersetzungstheoretisch relevante Textanalyse". In: SCHRÖDER, Hartmut (org.). *Fachtextpragmatik*. Tübingen: Narr, 1993, p. 129-139.
- LIST, Pia & WAGNER, Johannes. "Nationale Stereotype im internationalen beruflichen Alltag: Überlegungen anhand eines Fallbeispiels". In: GRINDSTEDT, Annette & WAGNER, Johannes (orgs.). *Communication for specific purposes. Fachsprachliche Kommunikation*. Tübingen: Narr, 1992, p. 210-226.
- LODGE, Ken. "Transitivity, transformation and text in art-historical German". *Journal of Pragmatics*, 6, 1982, p. 159-184.
- LÖFFLER-LAURIAN, Anne-Marie. "L'expression du locuteur dans les discours scientifiques. 'Je', 'Nous', et 'On' dans quelques textes de chimie et de physique". *Revue de linguistique romane*, 44, 1980, p. 135-157.
- LOOS, Eugène F. *Auswahlbibliographie zur Interkulturellen Kommunikation*. Duisburg: L.A.D.D. Series B. Paper n. 220, 1991.
- LUCKMANN, Thomas. "Kommunikative Gattungen im kommunikativen Haushalt einer Gesellschaft". In: SMOLKA-KOERDT, Gisela, SPANGENBERG, Peter Michael & TILLMANN-BARTYLLA, Dagmar (orgs.): *Der Ursprung von Literatur*. Munchen: Fink, 1988, p. 279-288.
- _____. "Allgemeine Überlegungen zu kommunikativen Gattungen". In: FRANK, Barbara, HAYE, Thomas & TOPHINKE, Doris (orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, p. 11-17.
- MALBLANC, Alfred. *Stylistique comparée du français et de l'allemand. Essai de représentation linguistique comparée et étude de traduction*, 5^a ed. Paris: Didier, 1968.
- MAURANEN, Anna. *Cultural differences in academic rhetoric. A textlinguistic study*. Frankfurt a. M.: Peter Lang Verlag, 1993.
- MENZEL, Wolfgang Walter. *Vernakuläre Wissenschaft. Christian Wolffs Bedeutung für die Herausbildung und Durchsetzung des Deutschen als Wissenschaftssprache*. Tübingen: Niemeyer, 1996.
- MOIRAND, Sophie. *Une histoire de discours... Une analyse des discours de la revue LE FRANÇAIS DANS LE MONDE 1961-1981*. Paris: Hachette, 1988.
- MYERS, Greg. "In this paper we report..." Speech acts and scientific facts. In: *Journal of Pragmatics*, 17, 1992, p. 295-313.
- NEUENDORFF, Dagmar. "Überlegungen zu einigen Unterschieden in finnischen und deutschen medizinischen Fachtexten". In: *Erikoiskielet ja käännösteoria. Vakki-seminaari VII. Vöyri 31.1.-1.2.1987 (Langue de spécialité et théorie de traduction)*. Vaasa, 1987, p. 58-69.
- NEUNER, Gerhard (Hg.). *Kulturkontraste im DaF-Unterricht*. Munchen: Iudicium-Verlag, 1986.
- NIEDERHAUSER, Jurg. "Metaphern in der Wissenschaftssprache". In: DANNEBERG, Lutz, GRAESER, Andreas & PETRUS, Klaus (orgs.). *Metapher und Innovation. Die Rolle der Metapher im Wandel von Sprache und Wissenschaft*. Bern: Haupt, 1995, p. 290-298.

_____. “Darstellungsformen von Wissenschaften als Thema der Fachsprachenforschung”. In: KALVERKÄMPER, Hartwig, BAUMANN, Klaus-Dieter (orgs.). *Fachliche Textsorten. Komponenten – Relationen – Strategien*. Tübingen: Narr, 1996, p. 37-64.

_____. “Sprachliche Streifzüge. Populärwissenschaftliches Schreiben über sprachliche Fragen und linguistische Themen”. In: ADAMZIK, Kirsten, ANTOS, Gerd & JAKOBS, Eva-Maria (orgs.). *Domänen- und kulturspezifisches Schreiben*. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag, 1997, p. 203-221.

_____. “Darstellungsformen der Wissenschaften und populärwissenschaftliche Darstellungsformen”. In: DANNEBERG, Lutz & NIEDERHAUSER, Jurg (orgs.). *Darstellungsformen der Wissenschaft im Kontrast. Aspekte der Methodik, Theorie und Empirie*. Tübingen: Narr, 1998, p. 157-185.

_____. “Kaum präsente Linguistik – Zur Behandlung von Sprachfragen und sprachbezogenen Themen in der Öffentlichkeit”. In: BECKER-MROTZEK, Michael & DOPPLER, Christine (orgs.). *Medium Sprache im Beruf*. Tübingen: Narr, 1999a, p. 37-52.

_____. *Wissenschaftssprache und populärwissenschaftliche Vermittlung*. Tübingen: Narr, 1999b.

_____ & ADAMZIK, Kirsten (org.). *Wissenschaftssprache und Umgangssprache im Kontakt*. Frankfurt a. M: Peter Lang Verlag, 1999.

NIES, Fritz. “Unmerklich versickerndes Rinnsal? Deutsch-französische Austauschprozesse in Literatur und Literaturwissenschaft”. In: *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte*, 20, 1996, p. 18-28.

NORD, Christiane. “Der Buchtitel in der interkulturellen Kommunikation: Ein Paradigma funktionaler Translation”. In: TIRKKONEN-CONDIT, Sonja (ed.). *Empirical research in translation and intercultural studies. Selected papers of the TRANSIF Seminar, Savonlinna 1988*. Tübingen: Narr, 1991, p. 121-130.

NORD, Christiane. *Einführung in das funktionale Übersetzen. Am Beispiel von Titeln und Überschriften*. Tübingen, Basel: UTB Francke, 1993a.

_____. “Apfel und Birnen? Überlegungen zur Methode eines funktionalen Textsortenvergleichs am Beispiel spanischer, französischer und deutscher Buchtitel”. In: ROVERE, Giovanni & WOTJAK, Gerd (orgs.). *Studien zum romanisch-deutschen Sprachvergleich*. Tübingen: Niemeyer, 1993b, p. 141-148.

OESTERREICHER, Wulf. “Zur Fundierung von Diskurstraditionen”. In: FRANK, Barbara, HAYE, Thomas & TOPHINKE, Doris (orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, p. 19-41.

OLDENBURG, Hermann. *Angewandte Fachtextlinguistik. “Conclusions“ und Zusammenfassungen*. Tübingen: Narr, 1992a.

_____. “Zusammenfassungen und Conclusions im Vergleich: Empirische Ergebnisse und praktische Perspektiven”. In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992b, p. 123-134.

OOMEN, Ursula. “Oral and literate strategies in American and German television news. In: PIEPER, Ursula & STICKEL, Gerhard (orgs.). *Studia linguistica, diachronica et synchronica. Werner Winter sexagenario anno MCMLXXXIII gratis animis ab eius collegis, amicis discipulisque oblata*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1985, p. 539-610.

PIITULAINEN, Marja-Leena. “Die Textstruktur der finnischen und deutschsprachigen Todesanzeigen”. In: SCHRÖDER, Hartmut (org.). *Fachtextpragmatik*. Tübingen: Narr, 1993,

p. 141-186.

PÖCKL, Wolfgang. "Die französischen Fachsprachen im 20. Jahrhundert und ihre Erforschung: eine Übersicht". In: HOFFMANN, Lothar, KALVERKÄMPER, Hartwig & WIEGAND, Herbert Ernst (orgs.). *Fachsprachen. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft*, v. 2. Berlin, New York: de Gruyter, 1999a, p. 1491-1503.

_____. "Kontrastive Textologie". In: ECKKRAMMER, Eva Martha, HÖDL, Nicola & PÖCKL, Wolfgang (orgs.). *Kontrastive Textologie*. Wien: Verl. Ed. Praesens, 1999b, p. 13-46.

PÖTSCHKE, Hansjürgen. "Text und Thema. Einige theoretische Bemerkungen zur Erfassung der Thema-Text-Relation bei erörternden Texten". *Textlinguistik*, 3, 1973, p. 19-38.

_____. "Zum Problem der Texttypologie. Das Vorwort – eine metakommunikative Textsorte?" In: *Acta Universitatis Nicolai Copernici. Filologia germimska* (Torun), 16, 1992, p. 21-36.

_____. "Funktional-kommunikative Textlinguistik. Entwicklung, Themen, Probleme". In: SCHRÖDER, Hartmut (org.). *Fachtextpragmatik*. Tübingen: Narr, 1993, p. 31-57.

PUSCHEL, Ulrich. "'Puzzle-Texte' – Bemerkungen zum Textbegriff". In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. 27-41.

PURVES, Alan C. (ed.). *Writing across languages and cultures. Issues in contrastive rhetoric*. Newbury Park, Cal.: Sage, 1988.

QUASTHOFF, Uta. "Sprachliche Bedeutung, soziale Bedeutung und soziales Handeln: Stereotype aus interkultureller Sicht". In: MÜLLER, Bernd-Dietrich (org.). *Konfrontative Semantik. Zur Kritik am Fremdsprachenunterricht aus grundlagentheoretischer Sicht, kritischer Psychologie und sozialwissenschaftlicher Linguistik*. Tübingen: Narr, 1981, p. 75-93.

_____. "Linguistic prejudice/stereotypes". In: AMMON, Ulrich, DITTMAR, Norbert & MATTHEIER, Klaus J. (orgs.). *Sociolinguistics / Soziolinguistik*, v. 1, Berlin, New York: de Gruyter, 1987, p. 785-799.

RADDEN, Gunter. "National stereotypes: The English, the Americans, the French and the Germans". In: LÖRSCHER, Wolfgang & SCHULE, Rainer (eds.). *Perspectives on language in performance. Studies in linguistics, literary criticism and language teaching and learning*. To honour Werner Hüllen on the occasion of his 60th birthday, 17 october 1987. Tübingen: Narr, 1987, p. 1061-1069.

RAUCH, Elisabeth & ROTHKEGEL, Annely. *Texte im Sprachvergleich*. Saarbrücken: Universität des Saarlandes, SFB 100, 1985.

REISS, Katharina. "Die Bedeutung von Texttyp und Textfunktion für den Übersetzungsprozess". In: *Linguistica Antverpiensia*, 5, 1971, p. 137-147.

_____. "Texttyp und Übersetzungsmethode". In: NICKEL, Gerhard & RAASCH, Albert (orgs.). *Kongressbericht der 3. Jahrestagung der Gesellschaft für Angewandte Linguistik GAL*. Heidelberg: Groos, 1972, p. 98-106.

_____. "Der Texttyp als Ansatzpunkt für die Lösung von Übersetzungsproblemen". In: *Linguistica Antverpiensia*, 7, 1973, p. 111-127.

_____. "Das Problem der Textklassifikation in angewandt-linguistischer Sicht". In:

Linguistica Antverpiensia, 8, 1974, p. 43-60.

_____. *Texttyp und Übersetzungsmethode. Der operative Text*. Kronberg, Ts.: Scriptor-Verlag, 1976.

_____. "Textsortenkonventionen. Vergleichende Untersuchung zur Todesanzeige". In: *Le Langage et l'homme*, 35, 1977/1978, p. 46-54; 36, 1978, p. 60-68.

_____. "Anwendbarkeit der Texttypologie mit besonderer Berücksichtigung der Sachprosa". In: GOMARD, Kirsten & POULSEN, Sven-Olaf (orgs.). *Stand und Möglichkeiten der Übersetzungswissenschaft*. Aarhus: Acta Jutlandica. Humanities series, 1978, p. 27-35.

_____. "Types de textes et types de traductions". In : *Le Langage et l'homme*, 37, 1979, p. 48-54.

_____. "Textbestimmung und Übersetzungsmethode". In: WILSS, Wolfram (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wiss. Buchges, 1981, p. 76-91.

SACHTLEBER, Susanne. "Texthandlungen und thematische Entfaltung in der Wissenschaftssprache." In: GRINDSTEDT, Annette & WAGNER, Johannes (orgs.). *Communication for specific purposes. Fachsprachliche Kommunikation*. Tübingen: Narr, 1992, p. 112-124.

_____. *Die Organisation wissenschaftlicher Texte. Eine kontrastive Analyse*. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag, 1993.

SAGER, Sven F. "Intertextualität und die Interaktivität von Hypertexten". In: KLEIN, Josef & FIX, Ulla (orgs.). *Textbeziehungen. Linguistische und literaturwissenschaftliche Beiträge zur Intertextualität*. Tübingen: Stauffenburg, 1997, p. 109-123.

SCHEFE, Peter. *Statistische syntaktische Analyse von Fachsprachen mit Hilfe elektronischer Rechenanlagen am Beispiel der medizinischen, betriebswirtschaftlichen und literaturwissenschaftlichen Fachsprache im Deutschen*. Göppingen: Kummerle, 1975.

SCHIEWE, Jürgen. *Sprachenwechsel – Funktionswandel – Austausch der Denkstile. Die Universität Freiburg zwischen Latein und Deutsch*. Tübingen: Niemeyer, 1996.

SCHIRRMACHER, Frank (org.). *Die Walser-Bubis Debatte. Eine Dokumentation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.

SCHRÖDER, Hartmut. *Aspekte sozialwissenschaftlicher Fachtexte. Ein Beitrag zur Fachtextlinguistik*. Hamburg: Buske, 1987a.

_____. "Kontrastive Analysen – Ein Projekt zur Erforschung des Zusammenhangs von Diskurs, Kultur, Paradigma und Sprache in argumentativen Fachtexten der Gesellschaftswissenschaften". In: *Finlance*, 6, 1987b, p. 145-173.

_____. "Fachtext, interkulturelle Kommunikation und Aufgaben einer spezialisierten Didaktik/Methodik des fachbezogenen Fremdsprachenunterrichts". In: GNUTZMANN, Claus (org.). *Fachbezogener Fremdsprachenunterricht*. Tübingen: Narr, 1988, p. 107-124.

_____. "Kulturunterschiede in der schriftlichen Kommunikation und Wege ihrer Erforschung. Am Beispiel der deutsch-finnischen Wirtschaftskommunikation". In: *GAL-Bulletin*, 11, 1989, p. 22-33.

_____. (ed.). *Subject-oriented texts. Languages for special purposes and text theory*. Berlin, New York: de Gruyter, 1991a.

_____. "Kulturunterschiede in der schriftlichen Kommunikation und Wege ihrer

Erforschung. Am Beispiel der deutsch-finnischen Wirtschaftskommunikation". In: REUTER, Ewald (org.). *Wege der Erforschung deutsch-finnischer Kulturunterschiede in der Wirtschaftskommunikation*. Tampere: Tampereen Yliopisto, Kielikeskus, 1991b, p. 101-121.

_____. (org.). *Fachtextpragmatik*. Tübingen: Narr, 1993a.

_____. "Interkulturelle Fachkommunikationsforschung. Aspekte kulturkontrastiver Untersuchungen schriftlicher Wirtschaftskommunikation". In: BUNGARTEN, Theo (org.). *Fachsprachentheorie*, v. 1: *Fachsprachliche Terminologie. Begriffs- und Sachsysteme. Methodologie*. Tostedt: Attikon-Verlag, 1993b, p. 517-550.

_____. "Der Stil wissenschaftlichen Schreibens zwischen Disziplin, Kultur und Paradigma – Methodologische Anmerkungen zur interkulturellen Stilforschung". In: STICKEL, Gerhard (org.). *Stilfragen*. Berlin, New York: de Gruyter, 1995, p. 150-180.

SCHWITALLA, Johannes. "Zum Textsortenfeld narrativer mündlicher Texte". In: SIMMLER, Franz (org.). *Textsorten und Textsortentraditionen*. Bern: Peter Lang Verlag, 1997, p. 41-62.

SKUDLIK, Sabine. *Sprachen in den Wissenschaften: Deutsch und Englisch in der internationalen Kommunikation*. Tübingen: Narr, 1990.

SNELL-HORNBY, Mary. "The linguistic structure of public directives in German and English". In: *Multilingua*, 3, 1984, p. 202-211.

SPERBER, Wolfgang. "Universelles und Sprachspezifisches in der Textgestaltung". In: *Linguistische Arbeitsberichte*, 49, 1985, p. 2-12.

SPILLNER, Bernd. "Textsorten im Sprachvergleich. Ansätze zu einer Kontrastiven Textologie". In: KÜHLWEIN, Wolfgang, THOME, Gisela & WILLS, Wolfram (orgs.). *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft. Akten des Internationalen Kolloquiums Trier, Saarbrücken. 25.-30. 9. 1978*. München: Fink, 1981, p. 239-250.

_____. "Textes médicaux français et allemands. Contribution à une comparaison interlinguale et interculturelle". In: BEACCO, Jean-Claude (ed.). *Ethnolinguistique de l'écrit*. Paris: Larousse (= *Langages*, 105), 1992, p. 42-65.

STOLZE, Radegundis. *Übersetzungstheorien. Eine Einführung*. Tübingen: Narr, 1994.

SWALES, John. *Genre analysis. English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. "Occluded genres in the academy: The case of the submission letter". In: VENTOLA, Eija & MAURANEN, Anna (eds.). *Academic writing. Intercultural and textual issues*. Amsterdam: Benjamins, 1996, p. 45-58.

THOME, Gisela. "Die Aufforderung in der französisch-deutschen Übersetzung". In: POULSEN, Sven-Olaf & WILSS, Wolfram (orgs.). *Angewandte Übersetzungswissenschaft. Intern. Übersetzungswiss. Kolloquium an der Wirtschaftsuniversität Århus/Dänemark 19.-21. Juni 1980*. Århus, 1980, p. 58-81.

TRUFFAUT, Louis. *Problèmes linguistiques de traduction allemand-français. Guide de l'étudiant et du praticien*. München: Hueber, 1983.

VINAY, Jean-Paul & DARBELNET, Jean. *Stylistique comparée du français et de l'anglais. Méthode de traduction*. Paris: Didier, 1958.

WALSER, Martin. *Erfahrungen beim Verfassen einer Sonntagsrede*. Friedenspreis des Deutschen Buchhandels 1998. Frankfurt am Main, 1998.

WANDRUSZKA, Mario. *Der Geist der französischen Sprache*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1959.

_____. *Sprachen. Vergleichbar und unvergleichlich*. München: Piper, 1969.

WEINGART, Peter, PRINZ, Wolfgang, KASTNER, Maria, MAASEN, Sabine & WALTER, Wolfgang. *Die sogenannten Geisteswissenschaften: Aussenansichten. Die Entwicklung der Geisteswissenschaften in der BRD 1954-1987*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

WEISS, Bert. "Lernziel Explizität: Hauptschwierigkeiten frankophoner Studenten beim Übersetzen französischer Wirtschaftstexte ins Deutsche". In: MÜLLER, Bernd-Dietrich (org.). *Interkulturelle Wirtschaftskommunikation*. München: Iudicium-Verlag, 1991, p. 391-410.

WIDDOWSON, Henry G. *Explorations in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

WILSKE, Ludwig & KRAUSE, Wolf-Dieter. "Intertextualität als allgemeine und spezielle Texteigenschaft". In: *Wissenschaftliche Zeitschrift der Pädagogischen Hochschule "Karl Liebknecht" Potsdam – Gesellschaftswissenschaftliche Reihe*, 31, 1987, p. 890-895.

WILSON, David. "Some comments on Anna Mauranen's *Cultural differences in academic rhetoric: A textlinguistic study*." Jyväskylä: Jyväskylän yliopiston kielikeskus, *Working papers* 1. 1999.

WOLSKI, Werner. "Fachtextsorten und andere Textklassen: Probleme ihrer Bestimmung, Abgrenzung und Einteilung". In: HOFFMANN, Lothar, KALVERKÄMPER, Hartwig & WIEGAND, Herbert Ernst (orgs.). *Fachsprachen. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft*, v. 1. Berlin, New York: de Gruyter, 1998, p. 457-468.

WUEST, Jakob. "Textsorten kontrastiv betrachtet. Die Präsenz des Autors in linguistischen Publikationen". In: *Linguistische Studien*, Reihe A, 176, 1988, p. 125-138.

_____. "Die Sprache der Gesetze. Ein Beitrag zu einer vergleichenden Pragmatik". In: ROVERE, Giovanni & WOTJAK, Gerd (orgs.). *Studien zum romanisch-deutschen Sprachvergleich*. Tübingen: Niemeyer, 1993, p. 103-117.

YLÖNEN, Sabine. "Stilwandel in wissenschaftlichen Artikeln der Medizin. Zur Entwicklung der Textsorte 'Originalarbeiten' in der Deutschen Medizinischen Wochenschrift von 1884 bis 1989". In: SCHRÖDER, Hartmut (org.). *Fachtextpragmatik*. Tübingen: Narr, 1993, p. 81-98.

_____. "Textsortenorientierung im fachbezogenen Fremdsprachenunterricht. Beispiel: Deutsch als Fremdsprache". In: *Pinlance*, 15, 1995, p. 178-220.

Aspectos e perspectivas da comparação interlingual e intermediática de gêneros textuais¹

Eva Martha Eckkrammer
Universidade *Paris-Lodron* de Salzburg

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. Introdução

Quando nos ocupamos da comparação interlingual de gêneros textuais parece ser imprescindível lançar um olhar para trás para trazer à memória aqueles fatores e correntes que fundamentaram os estudos comparativistas no sentido de uma “Textologia contrastiva”. Além disso, para descobrir novas aspirações e direções, não se pode deixar de observar o desenvolvimento da área de pesquisa até a atualidade. Já que a presente contribuição não se propõe como exclusivamente programática, enriqueceremos nossas considerações com os resultados do projeto da Universidade de Salzburg sobre diferentes gêneros textuais e combinações de línguas². Por isso, depois de uma discussão pormenorizada das preliminares mencionadas (seção 2), a seção 3 dirigir-se-á aos resultados concretos do projeto que dizem respeito aos seguintes gêneros textuais: o anúncio de falecimento, a bula de medicamento, a receita culinária e o anúncio de correio sentimental. Não se trata, nesta exposição, de uma apresentação exaustiva dos resultados, mas da demonstração exemplar das possibilidades e dos limites da “Textologia contrastiva”, com a finalidade de chegar a uma perspectiva produtiva sobre os futuros paradigmas de pesquisa. Apresentaremos nossas conclusões na seção 4 sob a forma de uma apologia final.

2. Pontos centrais de partida e de abordagem

2.1. Sobre o surgimento da “Textologia contrastiva”

Há mais ou menos duas décadas, fundou-se um ramo de pesquisa que se chamou de “Textologia contrastiva”. O artigo de Bernd Spillner, publicado em 1981, com o título “Textsorten im Sprachvergleich. Ansätze zu einer kontrastiven Textologie” (Gêneros textuais na comparação interlingual: princípios de uma Textologia contrastiva), e a monografia *Contrastive Textology* (Textologia contrastiva), de Reinhard Hartmann, publicada no ano

¹ ECKKRAMMER, Eva Martha. “Textsorten im interlingualen und —medialen Vergleich. Ausschnitte und Ausblicke”. In: DRESCHER, Martina. *Textsorten im romanischen Sprachvergleich*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2002, p.15–39. (N.T.)

² O projeto fundado por Wolfgang Pöckl e dirigido por ele até 1997 foi financiado pelo FWF (*Österreichischer Fond zur Förderung der wissenschaftlichen Forschung* = “Fundo Austríaco para o Incentivo da Pesquisa Científica”).

precedente (1980), valem como textos norteadores que introduziram também o nome da subdisciplina. Ainda que as duas publicações, devido às suas diferentes finalidades, não possam ser lidas pela mesma cartilha (Spillner propaga abordagens concretas, empiricamente orientadas, enquanto Hartmann usa argumentos programáticos), o objetivo dos estudos comparativistas de texto é, em ambos os casos, a filtragem de convergências e divergências interlinguais nos dados de produção textual. Os culturemas ou estilos nacionais específicos a uma língua individual, perceptíveis em qualquer texto analisado, são convenções tácitas de constituição do texto que possibilitam aos indivíduos agir correta e pragmaticamente dentro de uma comunidade linguística. Os principiantes de um grupo, no entanto, necessitam aprender ainda essa habilidade. A pedagogia estadunidense de socialização conceitua suas pesquisas comparativistas de gêneros textuais nesse sentido (cf. Kaplan, 1988), porque uma comunicação pode apenas ter êxito se os modelos da cultura a adquirir forem compreendidos e internalizados. Os tradutores e também aqueles que formam os tradutores necessitam de um conhecimento textológico contrastivo para poder garantir a qualidade e a efetividade comunicativa das traduções na língua-alvo. Enquanto a abordagem estadunidense se divulga na Europa e leva, especialmente no contexto da retórica contrastiva e da produção de textos acadêmicos (*Academic Writing*), à edição de um grande número de publicações, as idéias programáticas de Hartmann, que, de acordo com Pöckl (1999, p. 13), podem ser interpretadas como uma continuação da *stylistique comparée* (“estilística comparativa”) no nível do texto, são elaboradas e realizadas apenas parcialmente.

2.2. O projeto da Universidade de Salzburg: premissas teóricas e gêneros textuais analisados

O projeto da Universidade de Salzburg tem um compromisso, sobretudo, com a “Textologia contrastiva” empiricamente orientada fundada por Bernd Spillner, e cujo interesse principal se dirige às diferenças interlinguais de diversos gêneros textuais. Mesmo que, nos anos seguintes, o nome *Kontrastive Textologie* (“Textologia contrastiva”) não tenha sido aceito amplamente para denominar a comparação de diferentes gêneros textuais, a nosso ver parece que ele representa até hoje aquele termo que não pode apenas ser traduzido sem dificuldades para outras línguas — especialmente para as românicas —, mas que também define sucinta, precisa e inequivocamente a direção desse ramo de pesquisa: o confronto comparativo de gêneros textuais (cf. Adamzik, 2001).

No início da primeira fase do projeto, no ano de 1994, observa-se, antes de tudo, em comparação com outras filologias, um grande atraso da Romanística no que diz respeito à comparação interlingual. Um inventário mostra um aumento de atividades no contexto da

comparação de gêneros textuais do inglês e do alemão, assim como na confrontação das línguas escandinavas, mas para o contexto românico bastam duas mãos para a enumeração dos estudos já realizados. Além do trabalho extemporâneo de Reiß (1977/78) sobre os anúncios de falecimento, são raras as possibilidades de encontrar publicações contrastivo-textológicas, por exemplo: Spillner (1983) sobre o boletim meteorológico; Heidt (1989) sobre anúncios de emprego; Arntz (1992) sobre as sentenças jurídicas; Klein (1992) sobre a resenha cinematográfica; Stolze (1992) sobre a sentença de divórcio, ou Weiss (1992) sobre os gêneros textuais na economia. Muitas vezes, vale dizer que esses estudos contêm, do ponto de vista metodológico, uma grande riqueza, mas trabalham com *corpora* delimitados cujos resultados permitem, na melhor das hipóteses, a indicação de tendências (por exemplo: Heidt, 1989). Além disso, um olhar para as análises já existentes aponta para o fato de que foram analisados, quase exclusivamente, gêneros textuais utilitários com formas fortemente convencionalizadas e gêneros textuais caracterizados pela linguagem técnica e relacionados com as áreas do direito, da economia e da ciência. Aos estudos mencionados pertence um papel importante, sobretudo, porque foram os pioneiros que, com base em *corpora* pequenos, sondaram quais fenômenos podem, na primeira abordagem de um gênero textual, ser avaliados quantitativa e qualitativamente da melhor maneira possível. Logo, a escolha de um ou outro gênero textual não é arbitrária, mas condicionada pelo método; evidentemente, nessa seleção, ainda não se considerou a possibilidade de fazer uma análise computadorizada (do texto inteiro ou de determinados fenômenos textuais). Ao questionar a vantagem ou a causa desse método, é preciso chamar a atenção para o fato de que os pesquisadores recorrem frequentemente a gêneros textuais tipográfica e topograficamente bastante determinados, como os anúncios de jornais, cuja análise eletrônica pode, de qualquer modo, apenas ser executada sob fortes restrições, pois uma redução ao nível meramente textual, sem qualquer análise da organização espacial dos componentes textuais, delimitaria claramente a força explicativa dos resultados. Consideramos esse fato também em nosso próprio trabalho, de tal modo que os textos com uma tipografia ou uma topografia característica não foram automatizados completamente. De fato, apenas fenômenos isolados foram registrados em tabelas digitais e associados com valores cujo cálculo automático foi consultado para a análise quantitativa. Assim, pois, foi possível que, de um lado, os textos originais ocupassem o centro da atenção, enquanto, de outro, uma parte dos dados fosse submetida a um processamento eletrônico.

No nível metodológico, mostrou-se com clareza que, entre as diferentes abordagens, uma é imprescindível: aquela que vai do texto, visto como um construto unitário, em direção

às microunidades textuais, isto é, do nível macroestrutural para o nível microestrutural, pois parece que uma análise das microunidades faz sentido apenas depois que se tenha formado uma idéia do que seja a estrutura básica com suas sequências temáticas e sua ordem prototípica. Nas pesquisas posteriores³, esse paradigma impôs-se cada vez mais, apesar de justamente a sucessão cronológica do macrotexto para o microtexto ter levado numerosos estudos a se delimitarem ou se concentrarem na área macroestrutural. O enorme trabalho a realizar nas análises não-eletrônicas dos dados, ou seja, a necessidade de os pesquisadores fazerem anotações manuais, quando lidam com os *corpora* românicos levantados por eles mesmos, faz que esse problema apareça, primeiramente, como um problema de tempo. Contanto que, nos próximos anos, haja um desenvolvimento constante da área de pesquisa, é de se pressupor que, após os estudos básicos orientados pela macroestrutura dos diferentes gêneros textuais, as unidades microestruturais também entrarão cada vez mais no centro de interesse. Assim, pois, será possível, ao lado da intenção do emissor, tratar cada vez mais da legibilidade e da compreensibilidade de textos, pois, com efeito, para a maioria dos gêneros textuais é muito relevante observar o que o texto não contém, ou seja, o que ele não menciona intencionalmente e perguntar por que ele não emprega uma terminologia específica ao destinatário ou por que é demasiadamente simplório.

Em seguida, mostra-se que, do ponto de vista metodológico, o primeiro passo lógico é sempre a criação de uma tipologia consistente para o gênero textual em questão. Apenas com base nessa tipologia, faz sentido escolher para o levantamento do *corpus* um subtipo concreto, ou seja, um subgênero textual (*subgenre*) do qual se possa esperar, no nível da comparação interlingual, um rendimento maior. No decorrer da elaboração preliminar de uma tipologia funcional, evidencia-se, muitas vezes, que diversos subgêneros textuais nem existem em certas comunidades linguísticas e, portanto, são pouco apropriados para uma comparação interlingual no nível do texto. A comparação de línguas, portanto, tem de se iniciar já no contexto da análise funcional porque é bem possível que aqui também sobressaiam divergências que precisam ser explicadas. Do ponto de vista intercultural, esse primeiro passo tem um grande valor. Assim, pois, acontece frequentemente que a apresentação de documentos num contexto de língua estrangeira envolve a solicitação de gêneros textuais que nem existem numa outra comunidade comunicativa. Essa afirmação vale, por exemplo, para os franceses que são notificados na Alemanha ou na Áustria a apresentar um

³ Com a exceção de trabalhos que, já de antemão, se ocupam apenas de um aspecto escolhido do gênero textual em questão e que não têm a pretensão de compreendê-lo na sua totalidade; por exemplo: a confrontação alemão-francesa de resenhas cinematográficas realizada por Beate Klein (1992) que se restringe às relações entre o texto e o título e às relações isotópicas.

Staatsburgerschafts-nachweis (comprovante de cidadania). Diante desses fatos, uma classificação tipológica com base em uma análise funcional parece ser imprescindível para os trabalhos contrastivo-textológicos e, de fato, a maioria dos pesquisadores dessa área de pesquisa vem envidando esforços nesse sentido.

Quando lançamos um olhar sobre os gêneros textuais dos quais o projeto da Universidade de Salzburg trata concretamente, é possível isolarmos alguns fatores que facilitam o processo analítico e, portanto, a decisão a favor ou contra um determinado gênero textual. Quanto à escolha daquele gênero textual com o qual é possível metodologicamente fazer bons experimentos, o resultado está claro: longe de qualquer tendência de necrofilia, foi escolhido o anúncio de falecimento por ser um gênero muito formalizado, passível de ser classificado tipologicamente sem dificuldades e por ser um gênero que não está sujeito a qualquer coação legal. Ademais, o espectro comunicativo relativamente restrito permitiu tirar conclusões, a partir dos *corpora* das diferentes comunidades românicas e germânicas, sobre a manifestação clara de características específicas a uma cultura. Depois da análise do anúncio de falecimento em seis comunidades linguísticas (Eckkrammer, 1996a), o círculo dos gêneros textuais começou a alargar-se concentricamente. Nesse processo, novos fatores de complexidade juntaram-se continuamente aos já estudados. Esses fatores dizem respeito, primeiramente, à funcionalidade dos textos que, até mesmo no anúncio de falecimento, se mostra polivalente (ao lado da função referencial, encontram-se também trechos emotivos e apelativos).

No caso da bula de medicamentos, é importante observar aspectos disfuncionais que resultam do círculo heterogêneo de destinatários do texto. A bula, como caso clássico de um “servo de muitos amos”, sofre frequentemente de uma sobrecarga funcional que provoca uma baixa compreensão do texto entre numerosos destinatários. Todavia, mesmo que, analiticamente, sua estrutura rígida possa ser compreendida muito bem (cf. Eckkrammer, 1996b, 1998a e 1998b), esse gênero textual é um caso problemático também na perspectiva da tradução intergenérica e interlingual e necessita, por isso, de uma observação muito diferenciada. Com as observações sobre a receita culinária, a dimensão diacrônica entra em jogo. De fato, a evolução ininterrupta do gênero desde a Antiguidade possibilita numerosos resultados diacrônicos e linguístico-comparativos. As pesquisas sobre esse gênero textual mostram claramente que uma compreensão abrangente da sincronia pode ser garantida apenas pelo estudo precedente da diacronia (por longa ou breve que seja essa história, como mostram os exemplos da receita culinária e da bula de medicamentos respectivamente; cf. Eckkrammer *et al.* 1999). O caso “ideal”, então, é uma análise holística sob a qual entendemos, de acordo

com a moderna semântica médica do termo, uma abordagem que se ocupe, de modo integrativo, das causas do fenômeno (do gênero textual), assim como do seu desenvolvimento até a sua formação atual. Da formação de um gênero textual ocupa-se também Pöckl (1997), que investiga as estruturas do “artigo biográfico” em enciclopédias. O único gênero textual juridicamente relevante analisado no âmbito desse projeto representa um desafio, mais uma vez, na perspectiva interlingual. Trata-se de decretos redigidos em alemão e ladino (rético ou reto-românico) no Tirol Meridional, cuja textualização se encontra num campo de tensão formado entre a prática franco-italiana e a prática austríaco-alemã (cf. Pöckl, 1995b). Também nesse estudo sobressai claramente a grande relevância da gênese de um gênero textual no contexto das circunstâncias extralinguísticas e intralinguísticas. Uma análise meramente sincrônica, sem qualquer atenção para as causas do surgimento e do desenvolvimento de um gênero textual, mostra-se pouco rendosa até mesmo na última fase do projeto, na qual ocorreu a inclusão da dimensão intermediática. A extensão do interesse da pesquisa sobre os produtos da escrita e da publicação eletrônicas deve sua origem ao fato de que a popularidade da internet aumentou enormemente na segunda metade dos anos 90. Esse processo foi acompanhado pela manifestação de numerosas vozes (inicialmente, antes de tudo, na imprensa) que falam de fenômenos da mudança linguística em ambientes virtuais. Contudo, no nível linguístico-empírico, sobressaem poucas iniciativas que tentam investigar esse fenômeno. No contexto de uma pesquisa piloto sobre o guia prático de Medicina, o eixo intermediático da análise mostra-se fértil no nível contrastivo-textológico. Por isso, partindo das abordagens explicitadas subsequentemente no âmbito de uma pequena digressão, tentou-se na última fase do projeto, com base em *corpora* multilíngues (concretamente: o anúncio no correio sentimental, a oferta de emprego e a receita culinária), examinar a fundo as mudanças intermediáticas de gêneros textuais (cf. Eckkrammer & Eder, 2000).

O computador, como mídia de comunicação, e a não-linearidade de construtos textuais digitais (o hipertexto) mudam fundamentalmente, ou melhor, multiplicam o universo textual em fins do século XX. Graças às alterações nas condições gerais que facultam a produção digital de texto e os canais globais de comunicação, a textualidade cotidiana recebe novos impulsos, que têm efeito sobre as convenções dos gêneros textuais já estabelecidos e os fazem mudar e evoluir. Além disso, as ciências de texto devem ter em conta que a textualidade digital realimentará em alguns anos os gêneros textuais em contextos tradicionais e provocará também uma modificação das normas nessas áreas. Por enquanto, a troca de mídias influencia, sobretudo, os gêneros textuais escritos e parece criar, também, novos registros da escrituralidade. Por exemplo, no que diz respeito à comunicação via e-mail, que já representa

a forma eletrônica de comunicação mais bem estabelecida, pressupõe-se que ela funcione com novos registros linguísticos da oralidade conceitual porque a redução do intervalo de interação produz uma proximidade maior entre o emissor e o destinatário; e porque a comunicação digital por mensagens eletrônicas, de maneira geral, é considerada mais passageira do que a comunicação mediante cartas tradicionais. Vivemos numa época em que está ocorrendo uma troca intensiva de mídias, mas essa troca — como comprova convincentemente a teoria das mídias (cf. Schramm, 1988) — não levará ao desaparecimento dos mecanismos tradicionais de comunicação. As mudanças também não caem sobre nós repentinamente, mas resultam de considerações em torno da questão de como o conhecimento cada vez maior da humanidade pode ser administrado convenientemente e como é possível torná-lo mundialmente acessível. Vannevar Bush declara, já em 1945, a necessidade de um sistema que cumpra essa tarefa quando explica a idéia de uma máquina chamada de *Memex* (*Memory Expander*) (cf. Bush, 1945). Essa abordagem, que se baseia na substituição dos suportes de informação (livros, revistas, anotações, etc.) por microfilmes em rede, que permitem a ativação de múltiplas informações, permaneceu uma utopia. Contudo, o projeto de Bush apenas não se realizou por causa do rápido desenvolvimento tecnológico na época posterior, que fez do computador, a partir dos anos 60, uma verdadeira mídia para a memorização e a administração de diferentes dados. Esse desenvolvimento tecnológico abriu, finalmente, o caminho para a realização daquela idéia que deu origem à *Memex*: a representação, gravação e ativação não-lineares de conhecimento que, para nós, já se tornou uma banalidade. Bagdikian fala, já em 1971, de fundamentais mudanças sociais causadas por “máquinas que pensam”.

No passado, as sociedades tiveram necessidade de lidar com os efeitos radicais da telegrafia, da imprensa marrom, do telefone e do rádio, os quais redesenharam o sistema nervoso da política. A próxima geração de computadores e canais eletrônicos promoverá o mesmo tipo de mudança, mas com um salto maior em poder potencial de comunicação do que jamais antes aconteceu. [...] As novas comunicações permitirão o acúmulo de uma massa crítica de atenção e impulso humanos que até agora não se pôde conceber. [...] Como as armas nucleares, ele testará o humanismo da civilização até o limite máximo. (Bagdikian, 1971, p. 45)⁴

A “Textologia contrastiva” tem um papel importante também no contexto da troca de mídias, uma vez que analisa ou descreve empiricamente os fenômenos da textualidade digital que, atualmente, são muitas vezes rejeitados globalmente por motivos de pessimismo cultural ou, pelo contrário, são muitas vezes aprovados também com demasiada euforia como

⁴ “Societies in the past had to cope with the radical effects of the telegraph, penny press, telephone, and radio, all of which redesigned the nervous system of politics. The coming generation of computers and electronic channels represents that kind of change, but with a larger leap in potential communication power than has ever happened before. [...] The new communications will permit the accumulation of a critical mass of human attention and impulse that up to now has been inconceivable. [...] Like nuclear weapons, it will test the ultimate humanism of civilization.”

inovações que mudaram nossas vidas. No âmbito do nosso projeto, a análise do “discurso cibernético” [*Cyberdiskurs*] restringe-se a gêneros textuais com funções exatamente delimitáveis. Graças à abordagem funcional, é possível evitar, na comparação entre o texto e o hipertexto, as dificuldades metodológicas que, desde o início do trabalho, foram reduzidas e em parte superadas por numerosos outros (entre outros: Storrer, 1999 e 2000a). O gênero textual funcionalmente definido garante um sólido *tertium comparationis*, porque a função permanece quase inalterada no novo ambiente midiático. Todavia, não se pode omitir o fato de que os textos em questão estão encaixados em estruturas maiores de hipertextos, isto é, representam apenas um nó [*node*] (nódulo de informação) que está associado com outras unidades e que pode ser acessado através de atalhos eletrônicos (*links*). A rota de navegação que leva ao texto em questão influencia claramente a recepção. Os resultados interlinguais e intermediários sobre os três gêneros textuais escolhidos confirmam a força explicativa da “Textologia contrastiva” num ambiente analítico multidimensional. É importante, particularmente, trabalhar com a comparação de línguas porque, desse modo, é possível filtrar as eventuais tendências de aprimoramento ou de assimilação às convenções específicas de uma língua individual.

2.3. A situação atual da comparação interlingual

É um ponto incontroverso que as pesquisas que se ocupam de comparações interlinguais por meio de gêneros textuais representam um tema em voga da Linguística atual. Depois de um começo meio vacilante (cf. seção 2.2), a Linguística românica também explora cada vez mais essa área de estudo. A comparação de línguas desfruta atualmente uma popularidade crescente, particularmente quando ocorre no contexto de textos em linguagem técnica (no contexto do ensino de línguas para fins específicos), como pesquisa básica dos estudos de tradução e com a inclusão de abordagens pragmalinguísticas. A moda está pegando, apesar de a Linguística textual, como subdisciplina, precisar lutar, como dantes, pela sua canonização dentro da Filologia. Na Romanística, essa impressão se dá continuamente devido à marginalização de questões da Linguística textual em congressos internacionais, como, por exemplo, há pouco tempo, no Congresso Internacional dos Romanistas em Bruxelas, em 1998, quando à Linguística textual foi dedicada apenas uma mesa redonda para a justificação da existência dessa disciplina (cf. Lundquist, 2000).

Quando se fala de comparação de línguas, convém sempre incluir também o aspecto textual dos estilos nacionais, cuja análise se transformou — como se diz em Pöckl (1995a) — de um tema tabu para um tema da moda. Hoje em dia, depois de alguns começos muito

diferenciados e hesitantes (cf. Galtung, 1981; Hartmann, 1980; Clyne, 1987), a seriedade da temática é incontroversa, longe de qualquer traço idealista e sem fazer inferências sobre os estilos “nacionais” de pensamento. A concentração nos gêneros textuais como unidades linguísticas da análise e os métodos da Linguística de *corpus* certamente trouxeram consigo uma objetivação valiosa. À comparação de línguas, cabe um papel principal, especialmente na perspectiva aplicada, por exemplo: na didática de línguas estrangeiras ou na tradução. Apenas raramente encontramos, ainda hoje, objetivos decididamente “missionários” como aqueles das primeiras abordagens dos estudos interculturais [*cross-cultural studies*], que visaram, por exemplo, a uma integração ou assimilação melhor dos imigrantes ou a habilidades na produção de textos científicos em inglês que fossem independentes da língua materna.

No que diz respeito à combinação de línguas, mostra-se no início das análises contrastivo-textológicas uma clara predominância de confrontações entre o inglês e o alemão (cf. Pöckl, 1999, p. 16). Uma tradição particular de pesquisas comparativistas estabelece-se nos países escandinavos que recorrem preferencialmente (também para objetivos de tradução) ao alemão ou ao inglês como grandeza comparativa. As línguas românicas recuperam seu atraso apenas aos poucos, como mostram as atualizações [*upgrades*] da bibliografia de Adamzik (1995). O novo campo da hipertextualidade, que agora pode ser incluído na comparação de línguas, também se mostra atualmente muito produtivo, especialmente porque o material em língua estrangeira é muito mais acessível e pode ser usado numa análise automática sem digitação demorada. Atualmente, o crescimento contínuo de publicações que, desde a segunda metade dos anos 80, se detecta muito intensamente na área da “Textologia contrastiva” (cf. Pöckl, 1999) ainda não sofreu nenhuma interrupção visível. Por isso, parece-me que, na área da comparação de línguas, não se pode confirmar que houve uma desaceleração seguida de uma consolidação, como foram muitas vezes evocadas para a Linguística textual e afirmadas por Antos & Tietz (1997, p. VIII) para o “núcleo da Linguística textual” (a problemática dos gêneros textuais, ou seja, dos padrões textuais). Naturalmente, é legítimo perguntar aqui até que ponto um crescimento em pesquisas tem como consequência também um aumento dos conhecimentos e dos paradigmas. Contudo, um olhar para as publicações dos últimos três anos mostra que, nas questões de comparação interlingual, houve uma diversificação enorme que diz respeito a diferentes variáveis. Desse modo, tanto os gêneros textuais pesquisados e os períodos de investigação, quanto as abordagens metodológicas (especialmente por causa das possibilidades da moderna Linguística de *corpus* baseada no computador) e as facetas da análise linguística passaram por uma forte ramificação. Logo, quanto ao trabalho comparativista com gêneros textuais de

diferentes línguas, dificilmente se pode falar de uma falta de progresso (cf. Antos & Tietz, 1997, p. VIII). Diante da extensão atual do foco de pesquisa sobre produtos da comunicação virtual e sobre novas e/ou mais abrangentes combinações de línguas, custa a crer que, no futuro, haverá uma paralisação. Muito pelo contrário, é mais oportuno prognosticar outra multiplicação de abordagens e mais uma intensificação das atividades de pesquisa.

3. Resultados selecionados

No que se segue, focalizaremos, a título de exemplo, alguns resultados do projeto da Universidade de Salzburg. Na seção 3.1, examinaremos alguns pontos da pesquisa comparativa sobre o anúncio de falecimento que se estende sobre seis línguas. Na seção 3.2, a bula de medicamentos, cuja determinação legal influencia fortemente a textualidade, será esclarecida resumidamente no que diz respeito aos aspectos diacrônicos e à comparação entre línguas românicas e germânicas. Em seguida, discutiremos esquematicamente os resultados sobre o desenvolvimento da receita culinária (seção 3.3) e a textualização do anúncio no correio sentimental (seção 3.4). Nessas duas seções, entram também os resultados da pesquisa intermediática do discurso cibernético, que investiga, com base em gêneros textuais, como as convenções se alteram no espaço virtual.

3.1. Estudos comparativos sobre o anúncio de falecimento

Como subgênero textual, foi escolhido o tipo do anúncio privado posto por uma família por motivo do falecimento de uma pessoa íntima ou de um familiar. No levantamento dos *corpora* (50 textos por língua), tornou-se óbvio que a formação e a textualização dos anúncios não acontecem apenas numa clara dependência da política publicitária da mídia impressa em questão (formato grande, formato pequeno), mas são também determinadas fortemente pelo inventário de frases feitas (linguagem floreada) contido num catálogo profissional. Por meio de uma análise das sequências temáticas contidas num gênero textual e da sua frequência e sucessão (macrossintaxe), é possível identificar interessantes convergências e divergências para as seis comunidades linguísticas em observação (alemão, inglês, francês, espanhol, italiano, português). Enquanto, no espanhol e no português, pode-se observar uma ancoragem muito forte na religião (catolicismo), mostra-se no italiano uma influência confessional menor. No francês, a linguagem floreada, impregnada de elementos religiosos, cede lugar a variações mais livres de textualização. Existe uma relação recíproca entre a inflexibilidade da estrutura e o compromisso religioso dos anúncios, pois as línguas iberoromânicas agem estrutural e tematicamente de acordo com um padrão fixo e quase não

se encontram violações das normas (encontradas no corpus), como no italiano e, mais intensamente ainda, no francês. O comportamento das duas comunidades linguísticas germânicas analisadas distingue-se claramente das românicas e mostra algumas tendências que certamente têm sua origem também numa situação confessional divergente. Cabe mencionar aqui, por exemplo, a tendência de uma utilização humanitária dos óbitos, que se mostra no anúncio anglofônico de falecimento pela surpreendente frequência de pedidos explícitos de aplicar para finalidades de interesse público os recursos financeiros dedicados às doações de coroas. Do ponto de vista da macrossintaxe e da macroestrutura, o anúncio alemão reflete uma liberdade maior de formação, que se observa reciprocamente também no nível microestrutural, quando examinamos uma determinada área um pouco mais de perto: a verbalização do ato de morrer (cf. Eckkrammer, 1996a, p. 157s.).

A situação comunicativa exige para a publicação do falecimento de uma pessoa íntima uma linguagem elevada e floreada bem definida, com conteúdos obrigatórios e estruturas fixas. A morte, evidentemente, representa, em todas as comunidades linguísticas pesquisadas, um tabu comunicativo: ninguém gosta de falar sobre ela, mas, quando necessário, evita-se chamar as coisas explicitamente pelo nome. A inibição comunicativa, na maioria das vezes, é superada com a ajuda de profissionais treinados, que recorrem a um inventário fixo de expressões floreadas que deixa à família enlutada pouco espaço livre para a organização do texto. Raramente é possível fazer uma escolha entre lexemas individuais; muito pelo contrário, é mais comum recorrer a trechos prontos de texto. Contudo, o inventário de códigos eufêmicos bem definidos diverge entre uma e outra comunidade linguística. O verbo ou sintagma a escolher para dar expressão à morte não apresenta apenas claras diferenças para com a linguagem cotidiana, mas mostra também interessantes resultados na comparação interlingual: enquanto o inglês, em termos linguísticos, age economicamente e sem rodeios ou circunlóquios e, depois de dar o título *Deaths* [mortes], na maioria das vezes, desiste quase inteiramente de um verbo que se refira ao falecimento, em prol de uma sucessão de fatos⁵, prefere-se em todas as outras comunidades linguísticas o uso de verbos eufêmicos e mais sublimes ou de frases verbais. Os anúncios espanhóis e portugueses se contentam com uma única palavra (*fallecer* ou *falecer* respectivamente) para comunicar o ato do passamento. No alemão, no entanto, encontramos um conjunto surpreendente de perífrases eufêmicas, que encontra concorrência apenas nos textos italianos. O anúncio de falecimento, no francês, no que diz respeito a sua riqueza expressiva em torno do ato de morrer, encontra-se entre esses

⁵ Além disso, com uma frequência de 18%, o verbo *to die*, que não atenua, dissimula ou embeleza nada, é relativamente comum. Os eufemismos frequentemente usados na comunicação oral, como *to pass away*, são uma raridade (4%).

dois pólos. Todas as três línguas românicas tentam evitar o lexema que se usa na linguagem cotidiana para “morrer”. Entre os eufemismos, então, é possível reconhecer claras preferências, que são empregadas em expressões formulaicas na maior parte dos anúncios analisados. Na análise das frequências, é possível identificar uma convergência significativa no contexto ibero-românico. Na perspectiva germânico-românica, é interessante, porém, que todas as línguas românicas apresentam uma expressão dominante, usada em mais de cinquenta por cento dos anúncios. Manifesta-se uma estereotipia considerável, que não encontra paralelo no alemão. A extensão enorme de variações no alemão é confirmada por Piitulainen (1990), na sua análise comparativa de anúncios de falecimento em finlandês e em alemão.

Em resumo, podemos afirmar que as tendências que sobressaem nos níveis macrotemático e macroestrutural para as diferentes comunidades linguísticas deixam seus vestígios também na expressão do falecimento. Os anúncios de falecimento da Espanha, de Portugal e da América Latina, que certamente se caracterizam pelas regras mais rígidas de textualização, evidentemente prescrevem, também com respeito à expressão da morte, um padrão textual que deve ser cumprido rigorosamente. O italiano usa, na maior parte, eufemismos formulaicos e ainda deixa transparecer, localmente, seu embasamento no pensamento cristão — por exemplo: *spirare nel Signore* ou *tomare alla Casa del Padre*. A expressão francesa da morte é fortemente influenciada pelo tipo de ação linguística a efetuar porque a maioria dos anúncios é introduzida por uma extensa parte que apresenta os anunciantes (*X, Y, Z annoncent le décès de A*). Esse foco microestrutural poderia ser estendido a outros aspectos da linguagem floreada específica aos anúncios de falecimento, por exemplo, a expressão do luto ou as sequências emotivas do texto que apelam para a compaixão dos leitores. Aqui também, é de se esperar que existam claras divergências entre as línguas específicas.

No âmbito do projeto, a análise do anúncio de falecimento tem uma grande importância, particularmente na perspectiva metodológica, porque seu objetivo foi testar, por meio de um gênero textual fortemente formalizado e regionalmente determinado, a possibilidade de uma comparação de línguas que inclua várias comunidades linguísticas. Os resultados confirmam tanto a possível realização metodológica quanto a produtividade teórica desse tipo de análise.

3.2. A bula de medicamentos

A bula de medicamentos é um gênero textual com uma função informativo-instrutiva sujeita a rígidas delimitações legais. Para poder analisar a função do gênero textual e sua textualização no âmbito de uma comparação interlingual, é preciso ter em conta, antes de tudo, os fatores extralinguísticos: na perspectiva jurídica, os medicamentos pertencem à área da produção e do comércio com bens especiais [*Spezialitätenwesen*], para a qual, na Europa, foram promulgadas, há mais ou menos cem anos, os primeiros decretos legais [*gesetzlichen Verfügungen*]. Especialmente depois da segunda guerra mundial, a produção e o comércio de bens especiais começam a ser regulamentados legalmente para impedir o crescimento descontrolado da oferta de remédios no mercado e para aumentar a segurança dos medicamentos. Nos anos seguintes, um desenvolvimento rápido da farmacologia leva a uma oferta cada vez maior de medicamentos. Paralelamente a essa tendência, cresce também o interesse (crítico) dos consumidores nos produtos, o que provoca uma forte pressão para que se forneçam mais informações. Desde o ano de 1973, a indústria farmacêutica da Alemanha recomenda o anexo (primeiramente voluntário) de uma folha de informação sobre o uso do medicamento [*Gebrauchsinformationsblatt*] para o paciente e o médico. A lei alemã de vigilância sanitária, que regulamenta a produção e distribuição de remédios [*Arzneimittelgesetz*] prescreve, desde 1976, que a embalagem dos medicamentos deve trazer obrigatoriamente uma bula, mas não determina qual seja o destinatário principal do texto. O resultado dessa falta de orientação é a disfunção já muitas vezes criticada da bula de medicamentos. Nos anos 80, a legislação reagiu à discussão contínua nos países de língua alemã com uma portaria que trouxe uma nova regulamentação [*gesetzliche Neuregelung*], estabelecendo uma separação entre a informação técnica [*Fachinformation*] para o médico e informação de uso [*Gebrauchsinformation*] para o paciente. Nos anos 90, concretizam-se as normas sobre a compreensão do texto, a minuciosidade da informação, o tamanho da letra fonte e a proibição de propaganda [*Werbeverbot*] com a finalidade de garantir “uma aplicação sem receios e dificuldades do produto farmacêutico”. As novas medidas aspiram, além disso, a tornar o usuário hábil, apto e capaz de “ponderar, na área da automedicação, os resultados esperados do tratamento e os riscos de efeitos colaterais indesejáveis e em reconhecer os limites da automedicação” (cf. Heintl *et al.* 1952). Ademais, determinam-se a macroestrutura e os nomes das diversas seções, assim como sua exata sequenciação.

Na Romênia, mas também na Grã-Bretanha, até a intervenção da Comunidade Européia, as bulas dos medicamentos foram na maioria dos casos deixadas a critério da empresa produtora (isto é, não estavam sujeitas a determinações legais ou, então, sujeitas a normas muito vagas). Ainda assim, desenvolvem-se nesses países protótipos nacionais que

garantem uma recepção “econômica” dentro da comunidade comunicativa. No ano de 1991, a legislação da Comunidade Européia prescreve, para todos os países membros, a anexação de uma bula em todos os produtos farmacêuticos. Em consequência disso, alguns países, como a Dinamarca, estão obrigados, pela primeira vez, a ocupar-se da criação desse gênero textual. É interessante ver que, nesse trabalho, é comum servir-se da tradução intergenérica (isto é, a transformação de um gênero textual, por exemplo, da documentação farmacológica, em uma bula) e, poucas vezes, recorre-se às numerosas experiências favoráveis (publicadas) de outras comunidades linguísticas (cf. Askehave & Zethsen, 2001).

Ainda que, na dimensão diacrônica, não possamos relatar comparações interlinguais, é imprescindível fazer algumas observações preliminares sobre a evolução do gênero textual em questão. A bula, certamente, representa um dos gêneros mais novos que, no período relativamente curto da sua existência, já causou bastante sensação. Diante desse fato, exclui-se a possibilidade de realizar análises diacrônicas, no sentido de uma gênese e de uma evolução histórica do gênero textual durante vários séculos (como é importante, por exemplo, no contexto do guia de Medicina [medizinischer Ratgeber]). Contudo, por meio de um *corpus* diacrônico em alemão, é possível descobrir que justamente os anos da gênese de um gênero textual são de grande importância, porque é nesse período que se estabilizam, aos poucos, os padrões e que o estilo linguístico assume seus traços típicos. Com efeito, qualquer alteração, por exemplo, através de modificações das condições legais, é percebida como uma mudança de normas que precisa conquistar ainda a sua aceitação. À medida que as mudanças facilitam a compreensão textual, é de se esperar que elas sejam assimiladas rapidamente. Se observamos, por exemplo, as inovações linguísticas em decorrência da reorganização do grupo de destinatários aos quais se dirige a informação de uso, podemos isolar aqueles mecanismos que levam a uma adaptação da linguagem técnica do nível II (jargão de técnico) para o nível III (linguagem de distribuição) (cf. Ischreyt, 1965). Ainda que também seja preciso comprovar empiricamente os melhoramentos, parece que aqui é possível conceber uma aplicação consequente das mudanças linguísticas determinadas de maneira aproximada e sua fixação num catálogo de critérios que sejam considerados importantes para o aperfeiçoamento da compreensibilidade do gênero textual. De fato, é possível observar mudanças, como: a substituição e explicação de termos técnicos, a simplificação sintática (uma preferência para a parataxe), a reorganização macroestrutural, a organização temática em unidades menores com títulos em forma de questões antecipatórias, estruturas com articulação explícita de tema e rema, a criação de situações implícitas do tipo pergunta-resposta, etc.

Além disso, há duas pequenas análises contrastivas sobre a bula portuguesa e a italiana — cada uma tomando o alemão como língua comparada — mostrando que as comunidades linguísticas românicas, devido à sua proximidade com a língua latina e, portanto, com os termos técnicos latinos, podem — nos textos orientados para os leigos — aproximar-se mais da linguagem técnica, sem correr o risco de dificultar a compreensão textual. Contudo, quando se compara o texto alemão do medicamento *Aspirin* com o correspondente texto português, mostra-se que uma fixação demasiadamente forte na terminologia técnica leva, até no contexto românico, a um texto que não satisfaz às necessidades dos seus destinatários, pois é muito duvidoso que um falante médio do português compreenda imediatamente o que significam indicações como: *dores de intensidade ligeira e média por exemplo cefaléias, odontalgias e dimenorreia, processos inflamatórios e estados febris, mesmo na síndrome gripal*. Termos populares como *dores de cabeça, dos dentes, da menstruação* ou a recusa do uso de sintagmas (seria melhor usar *inflamações, febre* ou *gripe*) também teriam mais êxito aqui por serem menos desconcertantes para o leigo.

No italiano, observa-se, no período dos últimos dez anos, uma aproximação crescente à macroestrutura do alemão que, evidentemente, é considerada conforme com as normas da Comunidade Européia. O que nesse processo atrai a atenção é, principalmente, a omissão de um parágrafo que está presente na bula italiana desde o seu início. Esse parágrafo fornece uma introdução às características gerais do remédio, mas é textualizado de uma maneira extremamente complicada. Na Itália, essa sequência textual é avaliada quase sempre como uma medida publicitária que deve convencer o paciente da qualidade do produto. Essa situação deve ser vista como uma especificidade cultural, porque no contexto alemão, por exemplo, um procedimento semelhante provocaria, provavelmente, uma reação contrária do consumidor.

No que diz respeito à compreensibilidade e à adequação ao destinatário, a bula, em todas as línguas, mas especialmente nas línguas românicas, ainda tem muito terreno a recuperar. A bula, frequentemente, continua a ser “um servo de muitos senhores” (uma proteção contra ações legais para os produtores, uma fonte de informações e instruções para os pacientes, um suporte terapêutico para o médico) e, portanto, não corresponde plenamente às necessidades do principal e maior grupo de destinatários, isto é, dos pacientes. O paciente, por múltiplas razões, está sobrecarregado e, devido a uma tendência crescente para a automedicação e aos problemas na comunicação face a face com o médico responsável, recebe raras vezes explicações adicionais compreensíveis. De fato, o emissor do texto frequentemente não se esforça muito para atender igualmente bem a todos os grupos de

destinatários. Como exemplo, cite-se aqui o simples recurso linguístico da referência direta ao destinatário que pode aumentar a *compliance* (= a fidelidade terapêutica) e a motivação do paciente, mas, mesmo assim, em numerosas bulas quase não é empregado.

O desenvolvimento, desde o ano de 1989 (cf. Collatz, 1996), mostra com clareza que, especialmente no contexto das atividades da Comunidade Européia, é aconselhável tomar muito cuidado e que é imprescindível realizar mais estudos sobre a bula nas comunidades linguísticas européias, que visam a pesquisar as microestruturas desse gênero textual. Nesse trabalho, a “Textologia contrastiva” é convidada a ocupar-se cada vez mais, numa perspectiva comparativa, das perguntas sobre a psicologia do leitor. Por mais importante que seja reconhecer o aumento explosivo de textos nos últimos vinte anos, que pode ser comprovado no contexto da língua alemã junto com um aumento percentual de elementos fáticos, essas mudanças sozinhas não são suficientes para tornar a bula compreensível. As possibilidades de esses textos ajudarem o paciente são limitadas, porque o grande volume de texto, especialmente no contexto dos efeitos colaterais, satisfaz sem dúvida as medidas de segurança impostas às empresas farmacêuticas pela lei, mas não facilita a compreensão textual do leitor. Um melhoramento rápido do gênero textual num futuro próximo é necessário, em última instância, por causa do rápido aumento de produtos farmacêuticos que são liberados para a automedicação⁶. A “Textologia contrastiva” é aconselhada urgentemente a intrometer-se na discussão, apoiando-se em bem fundadas comparações nos níveis macroestrutural e microestrutural dos textos.

3.3. Da Antiguidade até a época digital: a receita culinária

Quanto à receita culinária [*Kochrezept*], convém chamar a atenção primeiramente para uma pesquisa diacrônica sobre as formas verbais diretivas (Hödl, 1999), que começa suas investigações no latim e, em seguida, analisa a formação das convenções de textualização no alemão, no inglês, no francês e no espanhol até hoje. Também vale mencionar a pesquisa sobre a troca de mídias na receita culinária (Eckkrammer & Eder, 2000, p. 225s.), que se ocupa também da diretividade, com o objetivo de procurar no contexto virtual uma confirmação dos resultados diacrônicos de Hödl (1999). Para o estudo intermediático, recorreu-se a um *corpus* de receitas inglesas, alemãs, francesas e italianas com uma ampla dispersão temática (pratos principais, sobremesas, etc.). O *corpus* diacrônico abrange 150 receitas para cada língua e cada período (receitas latinas de Apicius, literatura culinária

⁶ Ao contrário do Brasil, na Alemanha a grande maioria dos medicamentos só é fornecida mediante apresentação de uma receita médica. (N.T.)

medieval e receitas do ano de 1975 até 1996). Ambos os estudos são precedidos de uma análise funcional, capaz de dar uma base sólida à pergunta pela estabilidade das normas desses textos injuntivos, que são orientados pela função comunicativa e que devem ser associados com o tipo de texto instrutivo. Já que a intenção do gênero textual não se define primeiramente pela transmissão de conhecimentos, mas pela instrução usada para aplicar conhecimentos específicos na prática, podemos identificar o estilo diretivo como o estilo dominante. Do ponto de vista funcional, se recorrermos à terminologia de Jakobson, trata-se de um texto no qual predomina a função conativa, isto é, um texto que visa a encorajar o destinatário a agir. Aquelas sequências textuais que não contêm uma instrução explícita (por exemplo: a lista de ingredientes) são sequências informativas que dão apoio à função conativa, isto é, que são necessárias para poder executar uma ação de acordo com as instruções (os trechos meramente referenciais do texto da bula assumem a mesma função).

Numa perspectiva histórica, as instruções para o preparo de alimentos, a princípio, foram transmitidas apenas oralmente, de modo que os autores das primeiras receitas culinárias escritas, raras vezes, representam também os criadores das refeições em questão. Todavia, as razões para a redação manuscrita de uma receita culinária na Idade Média distinguem-se dos motivos atuais. De fato, as primeiras coleções de receitas culinárias pouco se importaram com a ampla divulgação do conhecimento prático, mas com a conservação de saberes diante da possibilidade do falecimento de uma pessoa, por exemplo, do cozinheiro particular de uma família nobre. Daí que as primeiras receitas culinárias escritas surgiram, na maioria das vezes, em mosteiros e casas de nobres. Os criadores e autores dessas receitas, geralmente, permanecem anônimos. Os destinatários dessas obras, evidentemente, são especialistas, o que explica também por que nas receitas primitivas falta a indicação das quantidades. O manual da arte culinária toma apenas paulatinamente a forma de um produto textual que foi textualizado ou até criado por um autor explicitamente indicado (por exemplo: por cozinheiros famosos) e que se dirige a um público específico ou geral. Como resultado da análise diacrônica de Hödl (1999), podemos registrar, antes de tudo, uma tendência a utilizar uma sequenciação rígida (hoje: título, parte dos ingredientes, parte do preparo) no nível macroestrutural, que ainda não se percebe (oticamente) nos textos latinos e nem nas receitas medievais. Numa perspectiva de comparação interlingual, a constituição ou a alteração da estrutura básica pode ser considerada como altamente convencionalizada. No contexto dos atos de fala diretivos, pode-se afirmar que todas as comunidades linguísticas e todas as épocas mostram claramente preferências para uma ou outra forma de diretividade, mas suas opções divergem tanto diacronicamente, dentro de uma comunidade linguística, quanto entre as

línguas. Assim, pois, o moderno livro de receitas em alemão ou em francês prefere o infinitivo (100% e 98% respectivamente)⁷, enquanto no inglês domina o imperativo e no espanhol recorre-se em 51% dos casos ao infinitivo e, em 48,5%, a uma formulação impessoal⁸. Essa situação atual distingue-se fundamentalmente das receitas antigas, pois Apicius, quando emprega uma forma diretiva do verbo, serve-se do futuro do indicativo na segunda pessoa singular. As receitas medievais, então, conservam apenas o apelo direto ao leitor, mas quase não se orientam pelo tipo de diretividade encontrado em Apicius. De fato, o que encontramos nos textos medievais é, principalmente, o imperativo (com exceção do espanhol, que dá preferência a injunções indiretas através do infinitivo modal).

As mudanças que ocorrem na passagem para o espaço virtual (cf. Eckkrammer & Eder, 200), de um lado, confirmam aquela tendência registrada por Hödl, por exemplo, para o verbo diretivo na diacronia da receita culinária francesa desde 1970 (uma preferência para a instrução impessoal que, possivelmente, ocorre por razões de economia discursiva). Do outro lado, sobressaem na comparação interlingual desenvolvimentos paralelos: a) uma ancoragem forte da ordem macroestrutural que, na internet, permanece intacta em todas as comunidades linguísticas; b) uma individualização e personalização do gênero textual, visto que os autores não são apenas citados com uma frequência cada vez maior, mas também aparecem como personagens de apoio (por exemplo: com conselhos confidenciais, com histórias sobre fatos históricos que envolvem as refeições, etc.); c) elementos da oralidade e padrões típicos para a comunicação por carta escrita, que têm sua origem na nova situação de produção textual e na oralidade conceitual. No francês, são cada vez mais frequentes as receitas híbridas nas quais se observa um vaivém entre o imperativo e o infinitivo, um fenômeno que Hödl (1999) já registra na sua análise de receitas culinárias tradicionais em francês.

Diante da sua gênese remota, a receita culinária representa, do ponto de vista da história de gêneros textuais, um objeto de pesquisa muito fértil, no qual se pode testar, exemplarmente, a relevância das abordagens diacrônicas. Os recortes pontuais e a análise no âmbito do projeto, certamente, confirmam a importância da perspectiva diacrônica. Com efeito, contemplando as mudanças que podem ser detectadas através de poucos recortes pode-

⁷ No que diz respeito ao francês, convém mencionar também que esse emprego uniforme do infinitivo representa um fenômeno relativamente recente porque nos anos 70 ainda predomina o imperativo (85%). Evidentemente, depois de uma volta às normas pessoais de textualização nos anos 70, houve uma reviravolta para as diretivas impessoais nos anos 90.

⁸ No espanhol também, manifesta-se — com valores um pouco mais decrescentes para a diretiva indireta — uma mudança do imperativo (nos anos 70: 37% em comparação com 1% para o infinitivo) para o infinitivo (nos anos 90: 51% em comparação com 0,5% para o imperativo), a qual tem sua origem, possivelmente, numa retomada das convenções de textualização do francês.

se chegar à conclusão de que houve um desenvolvimento instável das convenções do gênero textual que ainda precisa ser analisado pormenorizadamente.

3.4. Análises sobre o anúncio de correio sentimental

Os resultados preliminares da comparação interlingual entre os anúncios alemães e românicos de correio sentimental (do tipo: procura-se um parceiro sério, confiável e carinhoso) têm sua origem num projeto piloto com estudantes de Romanística na Universidade de Salzburg, que, trabalhando em equipes, isolaram protótipos dentro de um enquadre metodologicamente harmonizado, os quais foram comparados em seguida (cf. Eckkrammer, 1999). Enquanto os anúncios franceses e italianos de correio sentimental, em mídias tradicionais, foram ambos analisados em comparação com o alemão, acrescentou-se na comparação entre o espanhol e o alemão um *corpus* virtual cujas mudanças intermediáticas chamaram a atenção. Por isso, o anúncio de correio sentimental [*Kontaktanzeige*] foi escolhido, ao lado da oferta de emprego [*Stellenofferte*] (cujas discussões não pode ser feita aqui por razões de espaço) e da receita culinária [*Kochrezept*], para estudar o discurso cibernético (Eckkrammer & Eder, 2000). O gênero textual anúncio de correio sentimental, tradicionalmente, representa um construto textual caracterizado pela economia discursiva que, por meio de enumeração resumida, contém informações sobre o sujeito (a pessoa que procura um contato), o objeto (a pessoa procurada), a finalidade da parceria e a maneira como se pode entrar em contato. O anúncio de correio sentimental no jornal se faz presente na imprensa das diferentes comunidades linguísticas de uma maneira bastante diferente (no espanhol e no italiano, esse tipo de anúncios é bastante raro; no alemão e no francês, contudo, ele é muito frequente), de tal modo que, para a análise intermediática, foram selecionadas aquelas comunidades linguísticas nas quais se comprovou uma intensa tradição nesse contexto: o alemão e o francês, assim como o inglês como língua mais importante de comparação que predomina no espaço virtual (mais ou menos 50% dos usuários da www são anglófonos)⁹.

Em uma comparação interlingual e intermediática, há claras evidências de que as convenções existentes divergem fortemente e, até no ambiente virtual, não se extinguem repentinamente. O anúncio virtual alemão de correio sentimental segue os padrões do gênero

⁹ Esse fato, porém, não deve ser tomado como uma prova para a monocultura anglófila nas redes globais de dados, pois a participação percentual dos anglófilos na W3 diminuiu fortemente nos últimos três anos (de 61,8% para 49,6%), porque o grupo de usuários da internet que mais cresce desde 1997 não é o anglófono. Especialmente, para o espanhol, o japonês e o alemão que se revezam na segunda posição atrás do inglês, é possível comprovar aumentos rápidos (cf. *Global Internet Statistics* 1997-2000). Assim, pois, há atualmente 192,4 milhões de pessoas, usuários da www, que não são falantes nativos do inglês e que, portanto, usam intensamente sua própria língua materna na internet (no outro lado, encontram-se 189,4 milhões de usuários anglófonos).

textual correspondente tanto quanto o anúncio francês, ainda que o fim da pressão econômica proporcione uma nova liberdade na textualização e, desse modo, uma tendência de queda na elipse e de alta na hipotaxe. Deixando de lado o desaparecimento dos fatores que são motivados pela economia discursiva, cresce na www também a importância da hibridização entre as convenções da nova situação de produção textual e as convenções do anúncio tradicional de jornal. O conhecimento tradicional penetra nos processos de escrita: a maior parte dos adjetivos estereotípicos das comunidades linguísticas permanece conservada; as sequências temáticas convergem, mas são tratadas mais extensivamente; no contexto do ato de fala e da referência ao destinatário, observa-se uma clara influência da estilística do e-mail (oralidade conceitual) que se exprime também em esquematismos (por exemplo: fórmulas de saudação). Na perspectiva interlingual, convém afirmar que, especialmente em anúncios redigidos com a ajuda de máscaras para a geração automática de texto, torna-se visível a influência das convenções inglesas de textualização, porque são tecnologias anglófonas e, portanto, também estruturas textuais anglófonas, que servem como fundamento para as máscaras de geração automática. No caso extremo, observa-se, nesse processo, o surgimento de textos híbridos, porque os autores encaixam muitas vezes o texto de um anúncio completo na rubrica do formulário que pode ser preenchido livremente (no estilo que está de acordo, em cada caso, com a convenção correspondente). Nos outros dois gêneros textuais, analisados numa perspectiva intermediária, mostra-se, em paralelo com as tendências do anúncio de correio sentimental, uma aproximação cautelosa das estratégias de textualização que caracterizam a oralidade conceitual.

Para concluir, podemos observar que a abordagem contrastivo-textológica no nível textual concreto (com base em *corpora*), longe das discussões gerais sobre os efeitos positivos e negativos das novas tecnologias de comunicação, permite um olhar cauteloso sobre a realidade dos textos de uso na virada do milênio. Abrir a Linguística comparativa (de gêneros textuais) para esses fenômenos e também para fenômenos hipertextuais mais complexos não garante apenas a vitalidade da subdisciplina, mas também a atualidade das pesquisas da ciência de texto. Os gêneros textuais são excelentes unidades de comparação para a análise empírica de fenômenos da troca de mídias.

4. Resumo e previsão

Não por último, é preciso levantar a questão da futura orientação da “Textologia contrastiva” no que diz respeito aos aspectos metodológicos e científico-teóricos; pois, para a jovem corrente de pesquisa das ciências de texto, o importante é prestar atenção tanto à

mudança social tecnologicamente motivada e às suas manifestações, quanto à comparação de línguas e aos fenômenos diacrônicos, cuja análise é necessária, urgentemente, para uma explicação bem fundada da textualidade moderna. Finalmente — sem pretender ser completa —, gostaríamos de defender alguns pontos que poderiam formar partes essenciais dentro dessa dicotomia. Pensamos principalmente em:

A) Uma intensificação do nível da comparação de línguas. Esse ponto resulta principalmente do fato de que, na comparação de línguas, especialmente na comparação inter-românica e na românico-germânica, pode-se perceber que, em comparação com o contexto inglês e escandinavo, existe ainda uma necessidade enorme de recuperar terreno. Do ponto de vista epistemológico, a comparação de línguas não oferece apenas a possibilidade de determinar seguramente a própria posição num mundo globalizado, mas abre também uma série de possibilidades para aplicar o conhecimento linguístico obtido na prática. Os resultados de pesquisas comparativistas podem ser úteis, particularmente, na didática de línguas estrangeiras, especialmente no contexto das linguagens técnicas, mas também no ensino e na aquisição de habilidades aplicáveis à tradução. Até no contexto da tradução automática de línguas, cuja utilidade econômica atualmente ainda está muito delimitada, os dados contrastivo-textológicos podem abrir caminho para uma programação engenhosa. Desse modo, a tradução automática está mais perto de se tornar real, pelo menos no que diz respeito aos gêneros textuais altamente padronizados das linguagens técnicas.

B) Uma inclusão mais forte da análise contrastiva diacrônica de gêneros textuais como fundamento histórico que facilite a compreensão de desenvolvimentos sincrônicos. Com efeito, apenas a compreensão das condições de formação extralinguísticas e intralinguísticas do gênero textual e seu desenvolvimento concreto no nível textual permitem conhecimentos exatos com respeito ao universo atual de textos. Como se pode observar — com muita simpatia — na coletânea de Drescher (2002), atualmente sobressaem cada vez mais as atividades de pesquisas específicas voltadas para questões diacrônicas de gêneros textuais, de tal modo que já se pode falar de uma consciência crescente sobre a importância desse assunto. Doravante, porém, será importante estender a comparação de línguas também a esse nível.

C) Uma intensificação e aceitação cada vez maior do nível de pesquisa reservado à comparação intermediática, no qual são investigados os fenômenos da mudança de gêneros textuais¹⁰. Fazer desse nível um componente integral da pesquisa contrastivo-textológica teria vários efeitos positivos: primeiramente, é de se esperar que o estudo dos gêneros textuais, sob

¹⁰ Sobre a troca de mídias, há atualmente uma grande quantidade de literatura na área da ciência da comunicação, mas esses trabalhos não recorrem ao texto como fundamento empírico para descobrir quais modificações ocorreram nos processos de produção textual, de pensamento e de cognição.

consideração da influência de uma determinada mídia, explique numerosos fenômenos macroestruturais e microestruturais; em seguida, no contexto de uma troca de mídias, é possível, no nível contrastivo, reconstruir exatamente os passos evolucionários do gênero textual em questão, de tal modo que a influência midiática possa ser amplamente isolada. De uma maneira geral, o que interessa não são apenas os fatores da passagem atual da mídia tradicional analógica para a mídia eletrônica digital, mas também — e aqui a diacronia entra novamente em jogo — a comparação entre a troca histórica de mídias (por exemplo: da Idade Média para a Modernidade) e a troca atual; pois a evolução da textualidade está diretamente ligada à mídia, às suas possibilidades e às suas pressões. Enfim, o que é desejável presentemente — mesmo diante das explorações muito valiosas de Storrer (1999, 2000a, 2000b) e de outros estudiosos — é o desenvolvimento de uma hipertextologia contrastiva, metodologicamente consistente, que investigue a contrastividade em dois níveis (o interlingual e o intermediático). Desse modo, poderia ter êxito, também, a concentração em questões relevantes para a teoria da comunicação e em paradigmas de análise microestrutural.

D) Uma ligação com a psicologia do leitor e a pesquisa da produção textual. Como último ponto, parece-me desejável que sejam incluídos na comparação de gêneros textuais tanto a psicologia do leitor (pesquisa da compreensão e da compreensibilidade textuais; cf. Groeben, 1982) quanto um rastreamento e uma aproximação à pesquisa da produção textual. De fato, os fatores da psicologia do leitor ocupam atualmente um papel importante na Linguística dos textos técnicos ou textos especializados [*Fachtextlinguistik*], visto que as estruturas textuais não são apenas tratadas descritivamente, mas são cada vez mais submetidas também a um exame crítico (pesquisas sobre a bula de medicamentos; cf. por exemplo: Schuldt, 1992). Nessa área também, a “Textologia contrastiva” põe-se em contato com questões relacionadas com a prática, visto que a crítica da compreensibilidade de textos é realizada com métodos linguísticos e, por conseguinte, podem ser feitas propostas para a reorganização de gêneros textuais. Particularmente, no contexto de padronizações iminentes de gêneros textuais (por exemplo, no nível da Comunidade Européia), a pesquisa comparativa de gêneros textuais poderia formar um ponto de interseção a partir do qual poderiam ser desenvolvidas as estratégias discursivas que têm sua origem tanto nos resultados da comparação de línguas (a ruptura com convenções pode ser amenizada ou evitada) quanto nos resultados das análises de compreensibilidade. Nesse trabalho, uma cooperação com a psicologia e as ciências cognitivas não pode faltar. Pressupomos como evidente a frequente inclusão da Pragmática linguística. Uma Linguística de gêneros textuais orientada pela compreensibilidade poderia chegar a notáveis resultados, especialmente sob a inclusão da

perspectiva comparativista, diacrônica e intermediática, às quais não faltariam possibilidades de aplicação na prática.

Diante do forte desenvolvimento da “Textologia contrastiva” desde Hartmann (1980), a realização desses objetivos que, certamente, são pretensiosos, não parece ser improvável. Afinal de contas, essas orientações terão também como consequência que a análise comparativa de gêneros textuais continuará a ser uma agitada área de pesquisa que, em virtude da sua relevância para a Linguística aplicada, causará entusiasmo também entre as outras filologias modernas. Quanto à metodologia, só nos resta esperar que a pesquisa contrastivo-textológica, diante da atual revolução tecnológica, se aproveite cada vez mais das possibilidades da moderna tecnologia computacional, pois, embora seja verdade que os gigantescos *corpora* nucleares (*core corpora*) para as diferentes línguas não são diferenciados com relação aos gêneros textuais, é importante deixar claro que, longe desses grandes bancos de dados, a Linguística de *corpus* com base no computador oferece também possibilidades e caminhos para formar *corpora* especializados que sejam relevantes para a Linguística textual. Seguindo esse rumo, pode-se esperar um futuro produtivo para a Linguística. Os novos produtos de *software* permitem a anotação e a análise de dados em prazos que, há poucos anos, ainda pareciam inimagináveis. Parece ter chegado o momento de abrir as portas para um novo desenvolvimento e para comprovar que a “Textologia contrastiva” é fértil antes de tudo na área aplicada.

Referências bibliográficas

- ADAMZIK, Kirsten. *Textsorten – Texttypologie. Eine kommentierte Bibliographie*. Munster: Nodus Publ, 1995.
- _____. (orgs.). *Textsorte. Reflexionen und Analysen*. Tübingen: Stauffenburg. 2000.
- _____. *Kontrastive Textologie. Empirische Untersuchungen zur deutschen und französischen Sprach- und Literaturwissenschaft*. Tübingen: Stauffenburg, 2001.
- ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike. “Einleitung: Quo vadis, Textlinguistik? ” In: ANTOS, Gerd & TIETZ, Heike (orgs.). *Die Zukunft der Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1997, p. VI-X.
- ARNTZ, Reiner. “Interlinguale Vergleiche von Terminologien und Fachtexten”. In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992, p. 108-122.
- ASKEHAVE, Inger & ZETHSEN, Karen. “Inter-generic Translation of Medical Texts”. In: MAYER, Felix (ed.). *Language for Special Purposes: Perspectives for the New Millenium, v. 2: LSP in Academic Discourse and in the Field of Law, Business and Medicine*. Tübingen: Narr, 2001, p. 882-887.
- BAGDIKIAN, Ben Haig. *The Information Machines, Their Impact on Men and the Media*. New York: Harper & Row, 1971.

BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachenforschung*. Tübingen: Narr, 1992.

BUSH, Vannevar. "As We May Think". In: *Atlantic Monthly*, July, p. 101-108, 1945. Available [on-line] from World Wide Web [cited 24 august 1998]: <http://www.ps.uni-sb.de/cgi/uglify/~duchier/pub/vbush/vbush0.html>

CLYNE, Michael. "Cultural Differences in the Organization of Academic Texts, English and German". In: *Journal of Pragmatics*, 11, 1987, p. 211-247.

COLLATZ, Brigitte. *Die neuen europäischen Zulassungsverfahren für Arzneimittel. Insbesondere Verfahren und Rechtsschutz des Antragsstellers und Zulassungsinhabers bei Zulassungsentscheidungen*. Aulendorf: ECV, Editio-Cantor-Verlag, 1996.

DRESCHER, Martina. *Textsorten im romanischen Sprachvergleich*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2002.

ECKKRAMMER, Eva Martha. *Die Todesanzeige als Spiegel kultureller Konventionen. Eine kontrastive Analyse deutscher, englischer, französischer, spanischer, italienischer und portugiesischer Todesanzeigen*. Bonn: Romanistischer Verlag, 1996a.

_____. "Are Texts of Daily Use Really Useful? A Contrastive Analysis of Text-Creation-Strategies in German and Portuguese Patient Package Inserts". In: BUDIN, Gerhard (ed.). *Multilingualism in Specialist Communication*. Proceedings of the 10th European LSP Symposium, Vienna, 29 Aug. – 1. Sept. 1995, v. 1. Wien: Internat. Network for Terminology, 1996b, p. 183-204.

_____. "Das Dilemma mit dem Beipackzettel: Ein italienisch-deutscher Vergleich der (fach-)sprachlichen Verunsicherungsfaktoren". In: CORDIN, Peter; ILIESCU, Maria & SILLER-RUNGALDIER, Heidi (eds.). *Parallela 6: Italiano e Tedesco in contatto e a confronto / Italienisch und Deutsch im Kontakt und Vergleich*. Atti del 7^o Incontro italo-austriaco dei linguisti. Trento: Università degli Studi di Trento, 1998a, p. 345-370.

_____. "Diachronic Change and Intercultural Differences in the Medical Textforms". In: LUNDQUIST, Lita; PICHT, Heribert & QUISTGAARD, Jaques (eds.). *LSP Identity and Interface Research, Knowledge and Society*. Proceedings of the 11th European Symposium on Language for Special Purposes. Copenhagen, August 1997. Kopenhagen: Copenhagen Business School, LSP Centre, 1998b, p. 602-612.

_____. "Ich suche Dich: Ergebnisse eines Pilotprojektes zur Kontaktanzeige in Romania und Germania". In: ECKKRAMMER, Eva Martha.; HÖDL, Nicola & PÖCKL, Wolfgang (orgs.). *Kontrastive Textologie*. Wien: Praesens, 1999, p. 131-174.

_____; HÖDL, Nicola & PÖCKL, Wolfgang (orgs.). *Kontrastive Textologie*. Wien: Praesens, 1999.

_____ & EDER, Hildegund Maria. *[Cyber]Diskurs zwischen Konvention und Revolution. Eine multilinguale textlinguistische Analyse von Gebrauchstextsorten im realen und virtuellen Raum*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2000.

GALTUNG, Johan. "Structure, Culture and Intellectual Style. An Essay Comparing Saxon, Teutonic, Gallic, and Nipponic Approaches". In: *Social Science Information*, 20, 1981, p. 817-856.

Global Internet Statistics (1997-2000). Available [on-line] from World Wide Web: <http://www.euromktg.com/globstats> [data from 16.12.1997, 17.04.1998, 25.08.1998, 15.12.1998, 09.03.1999, 12.04.1999, 25.09.1999, 02.02.2000, 22.02.2000, 15.05.2000, 14.08.2000, 30.12.2000].

- GROEBEN, Norbert. *Leserpsychologie: Textverständnis – Textverständlichkeit*. Munster: Aschendorff, 1982.
- HARTMANN, Reinhard R.K. *Contrastive Textology. Comparative Discourse Analysis in Applied Linguistics*. Heidelberg: Groos, 1980.
- HEIDT, von der, Iris. *Methoden der Kontrastiven Fachtextlinguistik – Eine Analyse von deutschen und spanischen Stellenanzeigen*. Hildesheim (Diplomarbeit), 1989.
- HEINL, Alfred; LOEBENSTEIN, Edwin & VEROSTA, Stephan. *Das österreichische Recht. IX. Sozial und Arbeitsrecht, g) Gesundheitswesen*. Wien: Last & Co, 1952.
- HÖDL, Nicola. “Vertextungskonventionen des Kochrezepts vom Mittelalter bis in die Moderne (D-E-F-S)”. In: ECKKRAMMER, Eva Martha; HÖDL, Nicola & PÖCKL, Wolfgang (orgs.). *Kontrastive Textologie*. Wien: Praesens, 1999, p. 47-76.
- ISCHREYT, Heinz. *Studium zum Verhältnis von Sprache und Technik*. Institutionelle Sprachlenkung in der Terminologie der Technik (= Sprache und Gemeinschaft/Studien IV). Dusseldorf: Schwann, 1965.
- KAPLAN, Robert B. “Contrastive Rhetoric and Second Language Learning: Notes toward a Theory of Contrastive Rhetoric”. In: PURVES, Alan C. (ed.). *Writing across Languages and Cultures. Issues in Contrastive Rhetoric*. Newbury Park: Sage Publ., 1988, p. 275-304.
- KLEIN, Beate. “Linguistische Beschreibung von Filmrezensionen in französischen und deutschen Tageszeitungen”. In: GLÄSER, Rosemarie (org.). *Aktuelle Probleme der anglistischen Fachtextanalyse*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1992, p. 156-163.
- LUNDQUIST, Lita. “Synthèse des travaux”. In: ENGLEBERT, Annick; PIERRARD, Michel; ROSIER, Laurence & VAN RAEMDONCK, Dan (orgs.). *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Bruxelles, 1998, Vol. VIII: Les effets du sens. Travaux de la Section “Rhétorique, Sémiotique et Stylistique”. Table Ronde “La linguistique textuelle est-elle une linguistique?”*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 4, 2000, p. 179-18.
- PIITULAINEN, Marja-Leena. “Zum Ausdruck des Sterbens in finnisch- und deutschsprachigen Todesanzeigen”. In: SKY. *Largely Lexical. Suomen kielitieteellisen yhdistyksen vuosikirja 1990 / The 1990 Yearbook of the Linguistic Association of Finland*. Helsinki, 1990, p. 159-180.
- PÖCKL, Wolfgang. “Nationalstile in Fachtexten? Vom Tabu- zum Modethema”. *Fachsprache*, 17, 1995a, p. 98-107.
- _____. “Französische Form, italienisches Recht, deutsche Sprache. Über Verordnungen in Südtirol”. In: SORNIG, Karl; HALWACHS, Dieter W.; PENZINGER, Christine & AMBROSCH, Gerd (orgs.). *Linguistics with a Human Face*. Festschrift für Norman Denison zum 70. Geburtstag. (= Grazer Linguistische Monographien 10). Graz: Institut für Sprachwissenschaft der Universität Graz, 1995b, p. 307-313.
- _____. “Zur Textsorte ‘Biographischer Artikel’ in Nachschlagewerken. Ein französischer Strukturtyp in statu nascendi”. In: WOTJAK, Gerd (org.). *Studien zum romanisch-deutschen und innerromanischen Sprachvergleich*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1997, p. 191-200.
- _____. “Kontrastive Textologie”. In: ECKKRAMMER, Eva Martha; HÖDL, Nicola & PÖCKL, Wolfgang (orgs.). *Kontrastive Textologie*. Wien: Praesens, 1999, p. 13-46.
- REISS, Katharina. “Textsortenkonventionen. Vergleichende Untersuchung zur Todesanzeige”. In: *Le Langage et l’Homme*, 35, 1977, p. 46-54 e 36, 1978, p. 60-68.

SCHRAMM, Wilbur. *The Story of Human Communication: Cave Painting to Microchip*. New York: Harper & Row, 1988.

SCHULDT, Janina. *Den Patienten informieren: Beipack-Zettel von Medikamenten*. Tübingen: Narr, 1992.

SPILLNER, Bernd. "Textsorten im Sprachvergleich. Ansätze zu einer kontrastiven Textologie". In: KUHLEIN, Wolfgang; THOME, Gisela & WILSS, Wolfram (orgs.). *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft*. Akten des internationalen Kolloquiums, Trier/Saarbrücken, 25.-30.09.1978. München: Fink, 1981, p. 239-250.

_____. "Zur kontrastiven Analyse von Fachtexten – am Beispiel der Syntax von Wetterberichten". In: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 13, 1983, p. 110-123.

STOLZE, Radegundis. "Rechts- und Sprachvergleich beim Übersetzen juristischer Texte". In: BAUMANN, Klaus-Dieter & KALVERKÄMPER, Hartwig (orgs.). *Kontrastive Fachsprachforschung*. Tübingen: Narr, 1992, p. 223-230.

STORRER, Angelika. "Kohärenz in Text und Hypertext". In: LOBIN, Henning (org.). *Text im digitalen Medium*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1999, p. 33-65.

_____. "Was ist 'hyper' am Hypertext?" In: KALLMEYER, Werner (org.). *Sprache und Neue Medien*. Berlin, New York: de Gruyter, 2000a, p. 222-249.

_____. *Wie wird man ein guter Linker? Prinzipien und Strategien im Umgang mit Hyperlinks*. 4. Kolloquium "Textproduktion im Zeitalter des Computers", 27-29. April 2000 in Wien, Österreich, 2000b. Available [on-line] from World Wide Web [cited 13.10.2006]: <http://www.hypermedia-texte.de/hyper2/linking.html>

WEISS, Bert. "Lernziel Explizität. Hauptschwierigkeiten frankophoner Studenten beim Übersetzen französischer Wirtschaftstexte ins Deutsche". In: ALBRECHT, Jörn & BAUM, Richard (orgs.). *Fachsprache und Terminologie in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen: Narr, 1992, p. 302-318.

A função e a estrutura da comunicação escrita¹

Konrad Ehlich
Universidade *Ludwig-Maximilian* de Munique

Tradução: Hans Peter Wieser (UECE)

1. As ações linguísticas e a comunicação

A escrita é (histórica e sistematicamente) um meio de conservação do efêmero acontecimento linguístico básico, i.e., da ação linguística.

A ação linguística é um subtipo muito importante da ação comunicativa, que, por sua vez, é um subtipo da ação interativa. Como processo que decorre da natureza ou da vontade de um agente e de que resulta a criação ou a modificação da nossa realidade, a ação linguística é uma forma especificamente humana de exercer a força ou o poder de fazer alguma coisa.

A ação linguística tem dois actantes típicos, o falante e o ouvinte, e uma situação própria, a situação de fala. A fugacidade da ação linguística é condição prévia para sua eficácia primária. Através da ação linguística, o falante intervém na situação do ouvinte. As intervenções dizem respeito às ações subsequentes do ouvinte ou à omissão dessas ações, e/ou ao conhecimento do ouvinte.

2. A textualização oral

Em alguns casos, porém, a fugacidade frustra a eficácia da ação linguística. Assim, pois, o procedimento comunicativo transforma-se em seu contrário, ou melhor, torna-se ineficaz. Essa alteração atinge, sobretudo, o domínio da transmissão de conhecimentos.

Uma grande parte do saber é constituída e organizada, essencialmente, para garantir sua própria continuidade. As transformações das experiências particulares mentalmente elaboradas oferecem um fundamento elementar para esse processo de preservação e armazenamento. A aquisição do saber desliga o agente da imediatidade da situação concreta em que se encontra num dado momento. Essa afirmação vale para todos os sistemas capazes de se mover por forças próprias, mas, para a nossa espécie, vale, quantitativamente, muito mais, pois o ser humano representa um sistema semovente, que se transforma múltiplas vezes e constitui, com cada transformação qualitativa, uma série de novos graus de estruturação do conhecimento, com novas funções do conhecimento para o sistema. A língua é ligada,

¹ EHLICH, Konrad. "Funktion und Struktur schriftlicher Kommunikation". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit. Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung. An Interdisciplinary Handbook of International Research. 1. Halbband, v. 1.* Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 18-41.

intimamente, a esses processos; de um lado, porque seu desenvolvimento depende deles e, de outro, porque representa o médium e a condição prévia para essas transformações qualitativas. (No que diz respeito ao desenvolvimento ontogenético e às suas diferenças em comparação com os outros seres vivos altamente desenvolvidos, convém conferir Wygotski, 1934, e Leontjew, 1973; quanto à história dos conceitos e ao desenvolvimento do saber, recomenda-se a leitura de Hegel, 1807, e da sua enciclopédia das ciências filosóficas, 1830).

Do ponto de vista da história da espécie humana, a superação da efemeridade das ações linguísticas individuais ocorre através da formação da categoria linguística “texto”, que constitui o meio *par excellence* para criar a possibilidade de se realizar uma tradição comunicativo-linguística. (Numa perspectiva semiótica, convém dizer que os monumentos podem assumir função correspondente). O que é essencial para o texto, assim definido, é uma mudança estrutural dos recursos linguísticos que se manifesta, sobretudo, na constituição de novas *formas*. Essas formas têm a função de fundamentar tradições e levá-las a efeito através da ativação de faculdades especiais da memória. Além disso, elas garantem, através da memorização, que a fugacidade da ação linguística seja superada de tal maneira que sua conservação ultrapasse a re-instanciação simples da ação imediatamente encaixada numa situação comunicativa. Chamaremos a esse processo de “textualização”. Para sua realização, não é necessário abandonar a modalidade oral de uso da língua porque, em comparação com a totalidade das ações linguísticas de um grupo social, os casos da textualização devem ser qualificados como “raros”. Além disso, o êxito da textualização é facilitado por muitas outras medidas concomitantes e coadjuvantes, como o rito e a definição funcional da situação. Esses métodos de textualização, por si mesmos, ainda não representam uma desintegração definitiva da situação de fala. Pelo contrário, o afastamento da situação imediata é apenas tendencial: abre-se uma possibilidade cuja execução, ao mesmo tempo, é suspensa através de consideráveis medidas coadjuvantes que fortalecem, justamente, os elementos situacionais. A conservação se torna possível devido à produção de uma situação de fala artificialmente repetida, cujo caráter artificial se faz notar, imediatamente, pelo fato de ser encenada para os actantes. É precisamente nesse aspecto que essa situação artificial se distingue da instanciação simples de uma ação linguística que tem sua razão de ser nas necessidades da ação, e, portanto, no surgimento repetido do motivo de realizar uma ação linguística, ou seja, de atualizar o padrão acional estabelecido. O caráter ostensivo da textualização significa, ao mesmo tempo, que a conservação da ação na memória é realizada conscientemente.

3. A escrita: a conservação II

Os métodos para a conservação das ações linguísticas que transcendem os limites da textualização oral têm sua origem em diferentes linhas, as mais importantes das quais são a linha semiótico-religiosa e a efêmero-econômica². A primeira permanece ainda vastamente no escuro (ver Haarmann, 1994), e sua sistematização é revista de vez em quando. Comparativamente, contudo, os detalhes históricos da segunda são bem documentados, tanto que, do ponto de vista sistemático, essa linha ganhou a maior relevância (cf. os pormenores em Ehlich, 1980 e 1983; Nissen, Damerow & Englund, 1991). Ambas as linhas levam à formação da escrita, mas, nesse processo, a segunda mostra-se mais ativa na solução dos problemas, ainda que sua trajetória não possa ser conceituada como uma reta.

A conservação da ação linguística efêmera por meio da escrita representa um método que, em princípio, concorre com as formas orais dos textos e que, somente aos poucos, perdeu seu encaixe na situação concreta — embora seja verdade que tenha coexistido, durante muito tempo, como forma de conservação, considerando-se as formas orais dos textos, e que deixou essa condição de coexistência apenas recentemente, se a julgarmos de acordo com as dimensões históricas envolvidas. No decorrer desse processo de desligamento, o paralelismo entre as duas formas de conservação e sua mera coexistência transformou-se, cada vez mais, em uma concorrência concreta, que se expressava e se expressa até hoje, sobretudo, como uma concorrência entre os respectivos grupos de portadores. Somente os desenvolvimentos nos tempos modernos — especialmente através de inovações materiais (como a impressão tipográfica; cf. Giesecke, 1991) — proporcionaram à escrita a possibilidade de ocupar, amplamente, o espaço da tradição oral e de substituir as “tradições do discurso oral” (Schlieben-Lange, 1983) pela “tradição do discurso escrito”, apesar de todas as objeções sérias levantadas contra a tradição escrita.

A introdução da escrita para a conservação da ação linguística transitória leva, sistematicamente, a um resultado diferente da conservação oral. A conservação através do texto oral caracteriza-se, essencialmente, pela corroboração da situação. O emprego da escrita,

² “Há uma dupla caracterização visto que a palavra é composta. O primeiro elemento ‘ephemer’ deriva do grego antigo ‘epi’, aqui: ‘para’; e ‘hemera’, ‘dia’ (no grego moderno, o composto está presente na palavra para ‘diário’, ‘ephemerida’). A referência ao dia é usada no sentido ‘apenas para o dia’ e significa ‘que dura um só dia’, ‘de pouca duração’, ‘passageiro’, ‘transitório’. No alemão, a expressão é usada como termo técnico, por exemplo, na botânica (para a flor que fenece no próprio dia em que se abre; plantas que duram pouco, apenas um ano); na teoria da arquitetura (arquitetura efêmera, no sentido de arquitetura performativa) ou na geografia (águas efêmeras, que não trazem água o ano inteiro). Em nosso contexto, ela é usada no sentido de produtos de ações languageiras para os quais se pretende criar uma textualização, a qual, porém, distingue-se claramente das exigências e expectativas de tradição, como é o caso dos textos religiosos. Quanto à segunda caracterização: “econômico”, esse fenômeno tornou-se manifesto, primeiramente, no sistema econômico que tomou vulto nas cidades-Estados da Mesopotâmia. Mais concretamente: deveu-se à necessidade de desenvolvimento de um método de recibo de pagamento, que foi uma das condições principais do surgimento da escrita, visto que as formas orais de textualização não eram adequadas para esse tipo de perpetuação.” (N.A.)

pelo contrário, tem como consequência uma desintegração fundamental da situação. Desse modo, realiza-se plenamente o desenvolvimento iniciado pela conservação por meio da textualização oral. De fato, esse processo representa uma revolução da ação linguística que, passo por passo, alcança, sistemática e historicamente, todas as suas dimensões: ela atinge (a) a própria ação linguística; (b) os actantes que participam nela; (c) a situação de fala; (d) sua transposição para as diferentes áreas parciais das formas de ações linguísticas; mas também, (e) o processo de tradição, visto como processo de segundo grau; (f) a elaboração de novas formas textuais e (g) a relação entre a língua e o saber. Em resumo, esse processo mostra-se como um dos mecanismos essenciais produzidos pelo desenvolvimento dos sistemas humanos de conhecimento. Dentro de si, ele traz, simultaneamente, a semente para sua própria relativização e destituição, pois, uma vez que a possibilidade de transição se manifeste nele como processo de tradução de signos, torna-se evidente, também, que esse processo — quando for aplicado novamente — se transformará em transposição eletrônica, que, como tal, atingirá especialmente as funções da tradição escrita do saber e que, possivelmente, dará ocasião a um novo salto qualitativo.

A consequência da textualização escrita é a dissociação da situação homogênea de fala. A situação de fala, que, de uma maneira ou outra, é prolongada na textualização oral, divide-se em duas áreas, cada qual com um actante ocupando seu centro, até o momento em que essa relação também se perde. Enquanto, na textualização oral, esse processo é remediado através do fortalecimento da situação, vê-se na comunicação escrita que a unidade da situação de fala se desintegra definitivamente. Essa dissociação tem efeito, particularmente, sobre a percepção sensorial em comum — constituída pela co-presença dos participantes da situação de fala — que proporciona imediatismo à ação linguística e, até onde lhe diz respeito, também à transmissão do saber e que, desse modo, assenta ambas, necessariamente, no mundo-da-vida³.

Ao contrário da textualização oral, a dissociação da situação de fala pelo texto escrito tem como consequência que a percepção se reduz, de um lado, à materialidade da produção dos signos (tato) e, do outro, à mera concentração na visão. Esses efeitos já bastam para tornar o processo de comunicação escrita muito mais abstrato do que o oral; abstração significa, aqui, redução da percepção através da redução a uma única dimensão sensorial e através da

³ O conceito do “mundo-da-vida” como horizonte e *a priori* histórico de toda representação científica ou teórica tem sua origem na fenomenologia husserliana e foi desenvolvida por sociólogos como Schutz e Habermas que vêem na *Lebenswelt* a totalidade daquilo que é social, individual e culturalmente válido, aceito, subentendido e raro ou dificilmente questionado; em outras palavras, trata-se do espaço vicencial da cotidianidade no qual se emprega o saber comum e o qual inclui instituições como a família, a igreja, a escola e até mesmo a nação, bem como todo o universo simbólico de valores, normas e ideais que as sustentam.

saliência dessa dimensão em detrimento das outras e da sua combinação. Assmann (1993) fala, nesse contexto, de uma “excarnação” [*Exkarnation*] do texto.

Todavia, essa redução representa apenas um aspecto do processo de abstração. Outros efeitos mostram-se nas mudanças estruturais que a escrita provoca na língua em questão. Pressupondo-se que a escrita caminha para uma fundamentação no som, os sons linguísticos são submetidos a uma semiotização secundária. A facilidade, a ligeireza e a rapidez da aquisição desse método, assim como o fato de — nas regiões com estruturas desenvolvidas de alfabetização (sistema de escola fundamental) — ele ser adquirido numa fase primária do desenvolvimento, ocultam facilmente a importância que esse método de abstração tem como valor divisório. A língua, que já é uma estrutura abstrata por si mesma (porque desenvolve e mantém representações), é submetida a mais um processo de abstração. Por causa desse segundo processo de abstração, os processos de reconstrução que cada actante precisa realizar tornam-se (a) mais longos e (b) mais custosos. Nem mesmo a rotina adquirida pode superar essas características básicas que se fazem notar no esforço necessário para escrever e, sobretudo, para ler; um esforço, aliás, visivelmente duradouro.

4. As consequências estruturais que a conversão para a modalidade escrita de uso da língua traz para a ação linguística

4.1. Observações gerais

A comunicação na modalidade oral de uso da língua apresenta-se, no que diz respeito à ação linguística elementar, como um acontecimento no qual, em princípio, há sincronia. Já as formas sistemáticas de transição para uma tradição interativa — ainda oral — (isto é, uma tradição que não se realiza apenas intra-mente) são, claramente, formas mais complexas de comunicação. O ato de desligar-se da situação por meio da mera dissociação da situação de fala tem como consequência, simultaneamente, a combinação de elementos desiguais numa unidade nova e mais complexa. Na função de mensageiro (cf. Ehlich, 1983), por exemplo, essa combinação é transmitida através da atividade mnemotécnica do mensageiro. A contribuição essencial da conversão da comunicação para a modalidade escrita, no entanto, encontra-se no fato de que a ação linguística em questão, através da sua transposição midiática, é dissociada em momentos individuais e, essencialmente, o seu resultado é isolado tanto da sua produção quanto da sua recepção. Isso significa que, dentro da ação linguística convertida para a escrita, se desdobra, claramente, uma nova subestrutura que forma o fundamento, sobretudo, para uma nova conceituação da língua: o *logos* perde seu caráter complexo como unidade polissêmica que denota acontecimento, história e palavra; o *dabar*

(substantivo que em hebraico antigo significa “palavra” ou “coisa”) se desambigua, i.e., tem seu significado estreitado ou restringido à acepção associada aos seus traços linguísticos. Qualquer conceituação moderna da língua já pressupõe, de antemão, essa diferenciação e, portanto, é pós-escritural, num sentido sistemático. Esse fato manifesta-se, também, na incapacidade duradoura da ciência de conceituar teoricamente a oralidade de maneira adequada (cf. Ong, 1987; Linell, 1982).

O conceito de língua que pôde se formar — pré-científica e cientificamente — com base nessa dissociação comunicativamente desenvolvida da ação linguística e com base na reificação do produto dessa ação apresenta, devido à sua sistemática interna, a tendência ao isolamento tanto da compreensão quanto da produção desse produto. Esse isolamento, de um lado, é a condição prévia para poder reconhecer a língua como uma estrutura especificamente humana; mas o mesmo isolamento explica, do outro, por que esse conhecimento, justamente por razões sistemáticas, levou, desde o seu surgimento, a uma negligência de aspectos essenciais do objeto a conceituar. Assim, pois, a compreensão das funções e das estruturas da comunicação linguística, paradoxalmente, encontra nessas mesmas funções e estruturas, as *pressuposições* e condições do seu fracasso.

Esse dilema pode ser superado, apenas, através de uma reflexão que repense essa problemática e inclua essas razões estruturais, sistematicamente, na sua análise da língua e da ação linguística.

4.2. Mudanças motivadas pela passagem da comunicação para a modalidade escrita

A dissociação da ação linguística, a separação dos seus diferentes aspectos durante a sua realização e a autonomia dada ao produto dessa ação sobre a produção e o produtor, assim como sobre a recepção e o receptor, afetam e alteram os diferentes aspectos da ação linguística em questão. Essas mudanças ocorrem de maneiras específicas em cada uma das diferentes dimensões da ação linguística. Algumas dessas mudanças serão tematizadas a seguir. Primeiramente, examinaremos a própria ação linguística quanto aos seus procedimentos (cf. Ehlich, 1991), à ilocução (cf. Searle, 1969), à proposição e no que diz respeito ao desenvolvimento das formas. Nas seções 5 e 6, serão discutidos, então, os aspectos midiáticos e as suas consequências; nas seções 7 e 8, estudaremos algumas consequências das transformações que a comunicação escrita causa no falante e no ouvinte. Nesse percurso, particularmente, as consequências procedurais (4.3) serão discutidas pormenorizadamente porque até agora não têm merecido a devida atenção.

4.3. As consequências procedurais

Quando as ações linguísticas se concretizam, há, em muitos casos, uma coincidência de certos tipos de atos que podem ser distinguidos apenas analiticamente. Trata-se, nomeadamente, do ato locucional, do ato ilocucional e do ato proposicional. Nesses atos, são acolhidas unidades adicionais menores, os chamados procedimentos, que, certamente, podem, em parte, representar formas ou procedimentos de ação linguística auto-suficientes. Convém distinguir cinco tipos de procedimentos (cf. Ehlich, 1993), cada qual associado a recursos linguísticos específicos, à medida que a estrutura de uma língua foi desenvolvendo formas no campo em questão: os procedimentos incitativos [*expeditive Prozeduren*]/ o campo de incitação [*Lenkfeld*], os procedimentos dêiticos [*zeigende Prozeduren*]/ o campo dêítico [*Zeigefeld*], os procedimentos referenciadores [*nennende Prozeduren*]/ o campo simbólico [*Symbolfeld*], os procedimentos operacionais [*operative Prozeduren*]/ o campo operativo [*operatives Feld*], os procedimentos expressivos [*malende/expressive Prozeduren*]/ o campo de tingimento [*Malfeld*]. A conversão da comunicação para a modalidade escrita atinge, sistematicamente, cada um desses tipos de procedimentos e os seus campos correlacionados. Contudo, isso ocorre em cada procedimento e em cada campo de maneiras bastante diferentes.

4.3.1. A eliminação de partes do campo de incitação

O campo de incitação inclui, especialmente, três áreas da estrutura formal: a interjeição, o imperativo e o vocativo. Os imperativos e os vocativos ocorrem em combinação com outros procedimentos, especialmente os do campo simbólico. As interjeições pertencem, genuinamente, apenas ao campo de incitação [*Lenkfeld*]. As ações linguísticas que se caracterizam pelo uso das expressões do campo de incitação, os chamados procedimentos incitativos [*expeditive Prozeduren*], são métodos pelos quais um interactante, no interior da situação comunicativa, influencia, imediatamente, as atividades acionais, verbais e/ou mentais de um outro. Justamente o caráter imediato dessa influência torna os procedimentos incentivos extraordinariamente sensíveis à dissociação da situação de fala e à ação linguística decorrente da conversão da comunicação para a modalidade escrita. Já que, na modalidade escrita, a condição de imediatismo está suspensa *ea ipsa*, é natural, também, que desapareça a condição prévia para poder aplicar os procedimentos incitativos. Para uma parte dos recursos verbais do campo de incitação, especialmente para as interjeições, essa alteração tem como consequência terem perdido, na comunicação escrita, sua razão de ser. (No âmbito de uma linguística centrada na escrita, esse fato tem como consequência o questionamento do próprio valor linguístico desses recursos).

Todavia, a estratégia de eliminar o campo de incitação não pode ser estendida às áreas de expressão desse campo, porque um importante grupo parcial dos recursos verbais pertencentes a ele⁴ serve para a realização de procedimentos incentivos cuja função se encontra na organização interativa da ação linguística em curso (*hum, né, ué, taí*, etc.).

Devido à dissociação da situação imediata de fala e à nova forma de acesso ao produto da enunciação, os problemas da organização interativa da ação linguística colocam-se de uma maneira fundamentalmente nova. No que diz respeito às partes do campo de incitação que se referem à compreensão, há, inevitavelmente, uma necessidade de encontrar procedimentos compensatórios que assumam as funções comunicativas dos procedimentos incitativos ineficazes na modalidade escrita. É nesse domínio que a formação da escrita causou a necessidade mais urgente de inovar a estrutura linguística; uma necessidade de inovação que se torna mais palpável ainda, à medida que é desfeito o encaixamento do texto escrito na situação concreta. Em virtude da dissociação do falante e do ouvinte e da sua transformação em autor e leitor, o processo comunicativo entre ambos efetiva-se de maneira completamente nova; ele não se realiza mais *on line*. Por conseguinte, exige-se do autor uma antecipação maior do processo de compreensão do leitor e, do leitor, uma disposição para testar e repetir diversas estratégias no processo de compreensão. O autor projeta para si o modelo de um leitor “implícito” (Iser, 1976), que regula o grau de explicitude da verbalização. Na comunicação oral imediata, a compreensão pode ser produzida, sem nada de permeio, ao elaborar diretamente os trechos interativos que correm o risco de ser incompreensíveis; mas, durante o processo de textualização, essas possibilidades desaparecem cada vez mais. No caso do texto oral, um remédio suficiente consiste no encaixamento secundário em situações práticas — por exemplo: no culto — e na exteriorização, ou seja, na transposição de partes da ação linguística em recursos semióticos; mas, no caso do texto escrito, no qual não ocorre mais um encaixamento em contextos práticos, é indispensável procurar uma solução dessa problemática dentro do próprio texto. A modelação errônea de um leitor tem um efeito fatal para a compreensão. Essa problemática agrava-se ainda mais pela facilidade com a qual novos usuários podem acessar o texto e pela multiplicação do leitor em grupos de leitores. O texto, por si mesmo, então, atendendo às necessidades do leitor desejado, deve aspirar a um nível médio da estrutura de compreensibilidade. As soluções que foram desenvolvidas para esse problema levam em consideração, de maneira característica, a especificidade da escrita. O texto, na forma escrita, encerra um potencial de compreensão e o processo de leitura é, potencialmente, recursivo. É possível facilitar o processamento *on line* incrementando-se esse

⁴ Os chamados marcadores conversacionais. (N.T.)

potencial relevante da maneira mais rica possível. Particularmente as características semióticas do texto são aproveitadas para auxiliar a compreensão. As medidas coadjuvantes começam com a separação das palavras no texto escrito (a inserção de um *spatium*, ou, por exemplo, de cunhas pequenas na escrita cuneiforme ugarítica), e se estendem à complexa formatação gráfica do texto impresso. A estrutura gráfico-semiótica dos textos escritos, então, pode ser vista como resultado de uma transposição sistemática para a modalidade escrita de funções das expressões do campo de incitação concernentes à organização da interação comunicativa.

As interjeições representam, talvez, as estruturas linguísticas mais atingidas pela transposição da ação linguística para o modo escrito da produção textual-discursiva, mas o vocativo e o imperativo, também, não permanecem intactos, embora não sejam atingidos da mesma maneira. Em ambos os campos, vigora, como consequência estranha da conversão para a modalidade escrita, o paradoxo funcional-comunicativo de um “imediatismo indireto”. No que diz respeito ao vocativo, esse fato exprime-se na história das formas escritas de tratamento, usadas para dirigir-se ao destinatário, especialmente em cartas, e no emprego de formas vocativas em formulações de saudação específicas da escrita. Cabe a esses vocativos e a essas formas de saudação a função de evocar, artificialmente, aquela imediatidade da situação de fala que se perdeu, *ea ipsa*, pela conversão para a modalidade escrita de uso da língua. Essa função do vocativo de vencer a distância inerente ao texto é uma propriedade, particularmente, do texto motivado, antes de tudo, por razões diatópicas, com um alcance curto e com uma difusão pouco diferenciada de destinatários. Uma história do desenvolvimento e do desaparecimento paulatino dessa construção auxiliar daria origem a uma representação microscópica das consequências procedurais da conversão da comunicação para a forma escrita da produção textual-discursiva.

No que diz respeito ao imperativo, vale dizer que as fórmulas fixas da terminologia para a referência em textos científicos (*vide*, cf., *leia*, etc.) fornecem outro exemplo para ilustrar os problemas que surgem quando esse procedimento do campo de incitação é transposto para a modalidade escrita.

4.3.2. Mudanças no campo dêitico

Em comparação com o campo de incitação [*Lenkfeld*], as consequências da conversão da comunicação para a modalidade escrita de uso da língua apresentam-se, de modo bastante diferente, no campo dêitico [*Zeigefeld*], embora não se possa negar que, nesse domínio, também, é possível observar consequências graves.

O procedimento dêitico [*zeigende Prozedur*] tem como propósito principal: a orientação da atenção do ouvinte no campo de percepção ao qual o falante e o ouvinte têm um acesso comum. Logo, o procedimento dêitico também depende, substancialmente, da oralidade da situação imediata de fala. Já na funcionalização comunicativa do discurso [*Rede*], essa ligação desaparece, porque o espaço discursivo [*Rederaum*], ao lado do espaço da fala [*Sprechraum*], vem a ser o espaço dêitico. No caso do texto e, especialmente, no caso do texto escrito, esse processo de afastamento da situação imediata intensifica-se ainda mais. O texto, da mesma forma que o discurso oral, constitui, também, seu próprio espaço dêitico. Contudo, no caso do espaço textual, diferentemente do espaço da oralidade, a transposição procedural torna-se mais fácil, já que, na sua forma escrita, o texto é um produto da ação linguística transferido para as dimensões tátil e visual da percepção sensitiva. A ligação do procedimento dêitico com a nítida certeza da focalização da atenção do destinatário ganha uma nova área de pesquisa. Todavia, surge também um problema na localização da *origo*: afinal, a qual parte da situação dissociada de fala convém associar a *origo*? À parte do falante/autor, à parte do ouvinte/ leitor ou à parte do próprio texto que pode ganhar autonomia e ser desvinculado dos dois? Na história dos procedimentos dêíticos, múltiplas respostas surgiram, para essa questão, respostas que, de maneira alguma, são homogêneas. Uma reconstrução dessas respostas, por exemplo, numa história intercultural da carta, ainda não existe.

A nova qualidade do texto escrito como objeto potencial da dêixis tem como consequência, entre outras coisas, que um novo grupo de expressões paradêiticas venham a fazer do texto um objeto da dêixis. Essas expressões referem-se ao texto como objeto visual, numa dimensão espacial idealizada (por exemplo: *acima, abaixo, no capítulo precedente, etc.*). Além disso, podem referir-se à produção escrita ou ao processo da leitura do objeto textual (por exemplo: *como já foi mencionado, no que se segue*). Nesses procedimentos paradêíticos, o lugar da *origo* encontra-se na referida (parte da) linha/ coluna/ página escrita ou na seção ou capítulo referidos.

No caso do texto escrito, existe ainda um outro aspecto em que os procedimentos dêíticos recebem nova funcionalidade. Os textos escritos contêm em si a possibilidade de um novo grau qualitativo de complexidade (comparar seção 4.4). Essa alta complexidade exige um novo tipo de método de processamento mental. Numa sequência densa de processamentos, os resultados do processamento mental, já alcançados em dado momento, necessitam ser mantidos presentes e acessíveis para novas ativações. É preciso que essas ativações se tornem possíveis de maneira que não se exija uma repetição simples dos

processos já realizados; pois uma recursão simples exigiria o mesmo esforço mental que já foi gasto. É natural, portanto, recorrer ao procedimento dêitico para facilitar uma focalização nos resultados dos processamentos mentais. Contudo, há uma transformação do objeto do procedimento dêitico: não é o texto escrito como objeto perceptível pelos sentidos, mas, sobretudo, (uma parte do) seu conteúdo proposicional que se torna o objeto da dêixis. Juntamente com as alterações no campo operativo (comparar seção 4.3.3), aparecem novas áreas nas quais as expressões dêiticas podem ser usadas. Assim, pois, surge, também, uma área inteira de empregos pára-operacionais da dêixis (cf. Redder, 1990 e Rehbein, 1995). As expressões dêiticas são funcionalmente adaptadas para a organização de textos escritos complexos.

4.3.3. As transformações e a expansão do campo operativo

O crescimento enorme da complexidade da ação linguística através da comunicação escrita exige uma re-estruturação e uma ampliação daqueles procedimentos linguísticos que são aproveitados, imediatamente, no processamento da ação linguística, nomeadamente, os procedimentos operacionais [*operative Prozeduren*]. A comunicação escrita favorece uma concentração naqueles aspectos ontológicos que, na verbalização dos fatos, por exemplo, dentro da forma oracional das línguas indo-européias, são concebidos germinamente, mas, apesar disso, são verbalizados, concretamente, em proporções relativamente pequenas. Especialmente as relações estruturais mais complexas, como a temporalidade e a causalidade, são incluídas, normalmente, nos processos de verbalização. De fato, para esse objetivo específico, o sistema de recursos linguísticos reorganiza-se sob a influência da comunicação escrita. Esse processo — embora não seja unilinear, como mostra a re-estruturação do sistema do grego antigo para o sistema do grego moderno — pode ser observado em diferentes línguas (que podem, até, pertencer a diferentes famílias tipológicas). A antiga interpretação evolucionista, com sua percepção simplicista das coisas, não encontrou uma conceituação adequada desse fenômeno (ver Betten, 1987); mesmo assim, a tendência geral do desenvolvimento requer uma representação teórica bem assentada que seja capaz de reconstruir, sistematicamente, como a língua foi transformada pela escrita. É possível ilustrar essas mudanças por meio de dois exemplos do campo operativo:

(a) O desenvolvimento da hipotaxe como recurso expressivo para a construção do período. A hipotaxe representa um método para apagar a existência independente das orações: uma oração torna-se constituinte de outra. Para facilitar o processamento do receptor, esse método linguístico — por si mesmo cheio de “truques” — é marcado, mas não necessariamente, por

procedimentos operacionais especiais. O fato de haver uma marcação complexa da hipotaxe facilita a aplicação múltipla do método dentro de uma única oração. Dessa maneira, formam-se períodos complexos. Devido à recursividade do método, a complexidade de processamento que pode ser exigido do receptor alcança, com o texto escrito, um novo grau qualitativo.

(b) Intimamente ligada ao desenvolvimento da hipotaxe, existe um desenvolvimento maior de uma parte do campo operativo, nomeadamente: a “conjunção subordinada”. Nas fases primordiais de uma parte das línguas, bastava um número relativamente pequeno e funcionalmente não diferenciado de conjunções subordinadas para realizar as finalidades comunicativas (no hebraico antigo, por exemplo, o uso de uma *nota relationis* como a conjunção polifuncional *ki* pode exprimir diversos matizes semânticos: *assim, então, do mesmo modo, não obstante, mas, apesar disso, por causa disso, pois, que, quando, como, se, ainda que, embora, veja!, aí está!*) (Fohrer, 1989, p. 122); uma segunda conjunção dubitativa *im* pode significar *quer* ou *se*). Todavia, essa parte do campo operativo cresceu, paralelamente, com o desenvolvimento da escrita, em direção a uma determinação cada vez mais pormenorizada das diversas relações. Nesse processo, nota-se que certas expressões de outros campos podem ser funcionalizadas operativamente, o que vale, especialmente, para certos recursos do campo simbólico (ver, por exemplo, Redder, 1990, que analisa as conjunções alemãs *denn* [porque, visto que, pois que, pois, com efeito, porquanto] e *da* [como, visto que, já que, porque, pois que]) e, também, para certas combinações entre expressões de diferentes campos (ver, por exemplo, Rehbein, 1995, que analisa a conjunção alemã *trotzdem* [apesar disso, a despeito disso]).

Com efeito, é possível observar esses processos em várias línguas, mas algumas, evidentemente, desenvolvem estratégias mais específicas. Um exemplo disso encontra-se no desenvolvimento do parêntese verbal [*Verbal-klammer*] do alemão, um recurso operativo de estruturação (ver Weinrich, 1993, e Betten, 1987), cuja fixação gramático-estrutural se relaciona, de uma maneira particular, com as condições e possibilidades da comunicação escrita.

4.3.4. As possibilidades de expansão do campo simbólico

A comunicação escrita não apaga, apenas, a relação com a situação de fala; ela também materializa a língua e a torna objetiva em comparação com as possibilidades de memorização dos seus usuários. Esse aspecto diz respeito, especialmente, à área do campo simbólico [*Symbolfeld*]. Na comunicação oral, as possibilidades individuais de acessar as expressões do campo simbólico encontram seu limite nas possibilidades mnemotécnicas dos

interactantes. Não é possível haver expressões linguísticas que ultrapassem essa capacidade, mas, através da conversão para a modalidade escrita de uso da língua, é possível, sim, estocar expressões além das capacidades mnemotécnicas. Essa possibilidade é aproveitada, antes de tudo, quando se trata da multiplicação do conjunto das expressões do campo simbólico. Uma estrutura comunicativa que ainda se caracteriza largamente pela oralidade, como a do hebraico antigo, alcança, num período de mais de mil anos de comunicação, uma extensão de cerca de 5.500 unidades que formam o campo simbólico. Um dicionário moderno, não especializado, como o *Duden* alemão, contém mais de 110.000 verbetes cuja parte maior pertence ao campo simbólico. Incluem-se, ainda, todas as expressões do vocabulário técnico, o vocabulário total que, até agora, não foi listado exaustivamente em nenhuma língua moderna, alcançar-se-ia, provavelmente, um múltiplo desse tamanho. Evidentemente, o campo simbólico está sujeito a uma expansão permanente que tem seu motivo na comunicação escrita e nas suas necessidades. Isso significa, simultaneamente, que o léxico de uma língua, para grande parte dos falantes, torna-se uma mera estrutura virtual. Na prática, nenhum falante individual dispõe do campo simbólico total da língua de que é usuário. A língua, na sua totalidade, existe apenas na forma de mídias externas de gravação que recorrem às ferramentas da escrita ou da pós-escrita. Aqui, mostra-se mais um processo de abstração que, por meio da comunicação escrita, tem efeito sobre os falantes. Através da comunicação escrita, a língua torna-se, para os interactantes, uma grandeza virtual separada deles.

4.3.5. As consequências da comunicação escrita para o campo de tingimento

Os procedimentos linguísticos do campo de tingimento [*Malfeld*] mostraram-se, durante muito tempo, quase resistentes a qualquer tentativa de transferi-los para a mídia escrita. Essa dificuldade tem sua razão de ser nas particularidades desse campo de expressões linguísticas que, dentro da situação comunicativa, engloba aqueles procedimentos que dizem respeito à transmissão de aspectos afetivos e interpessoais. Nas línguas européias, as formas que realizam os procedimentos expressivos aproveitam, sobretudo, os fatores paralinguísticos. Como se verifica, esses fatores, dificilmente, podem ser transpostos para a forma escrita dos textos. Para resolver esse problema, é preciso realizar a tarefa de desenvolver, dentro das dimensões táteis e/ou visuais dos textos escritos, estruturas paralelas às possibilidades acústicas e tonais. Todavia, antes de uma transposição desse tipo, desenvolveu-se, histórica e sistematicamente, uma dimensão genuinamente estética da escrita, que teve seu ponto de partida na propriedade formal do sinal gráfico. Assim, pois, certos fatores contextuais da escrita devem ser vistos como equivalências primordiais que, no texto escrito, correspondem

aos procedimentos tingidores. Convém mencionar, aqui, por exemplo, os suportes dos textos monumentais (colunas majestáticas, colunas religiosas, etc.). Recursos genuínos do campo de tingimento tornam-se disponíveis para o uso em textos escritos, apenas com o desenvolvimento caligráfico e tipográfico do sistema da escrita. Na maioria dos casos, esses recursos têm como consequência uma semiotização do campo de tingimento.

4.4. As consequências ilocucionárias

4.4.1. Considerações gerais

Com a categoria da ilocução, tenta-se compreender, sistematicamente, a intencionalidade da ação linguística, ou seja, a relação que a ação linguística mantém com sua causa final. À primeira vista, a conservação da ilocução no texto, em geral, e no texto escrito, em particular, parece ter, apenas, uma importância midiática e, portanto, não parece afetar o caráter intencional da ação linguística. Desse modo, não é de se admirar que, também na linguística, a escrita foi tratada, durante muito tempo, como mero epifenômeno (cf. Coulmas, 1981). Todavia, essa impressão é, na verdade, uma redução condicionada pela concentração da linguística no texto escrito. A própria formação da escrita, como forma de conservação da ação linguística, deve-se ao tratamento de um déficit na realização das suas finalidades. Essa conservação vem a ser necessária em todos os lugares onde a ação linguística excede o imediatismo do seu encaixamento situacional. Dentro da sistemática dos atos ilocucionários, isso vale, antes de tudo, para o passado, ou seja, para as circunstâncias nas quais uma ação linguística já foi realizada. Nessa situação, a comunicação escrita tem a função de manter presente a realização de uma dada ilocução, num novo instante de tempo. (Esse caso tem de ser diferenciado da re-instanciação do mesmo tipo ilocucionário num novo *token*.). Numa perspectiva histórica, é essa área funcional, particularmente, que caracteriza o início dos sistemas de escrita ainda hoje existentes.

O segundo grupo de ilocuições que necessitam, de uma maneira especial, de transposição para além da situação imediata de fala, tem a ver com a dimensão do futuro. Trata-se de ilocuições em cujas condições proposicionais estão em jogo certos acontecimentos futuros, especialmente, as ações futuras do ouvinte e/ou do falante. A comunicação escrita leva, nessas circunstâncias, a uma ampliação das possibilidades dessa ação. Esse fenômeno pode ser ilustrado, exemplarmente, pela maneira como o tipo ilocucional “prometer” (cf. Wonneberger & Hecht, 1986) é transformado em um “contrato”. Na forma escrita, a promessa afasta-se da situação imediata de fala. A escrita objetiva a promessa e, desse modo, facilita a garantia por meio da instituição de uma instância externalizada de apelação. A realização da

ação linguística é documentada na forma escrita, de tal modo que a ação linguística permanece acessível, a qualquer hora, até a realização da ação não-linguística. Com base nessa exteriorização funcional da ilocução, desenvolveu-se um sistema especializado de agentes de segundo grau, uma área parcial da jurisprudência que, até hoje, continua a expandir-se, com uma necessidade cada vez maior de pessoal especializado para essas finalidades da comunicação escrita.

4.4.2. A efemeridade

Diferentemente do que sugere a atual onipresença da comunicação escrita, certas causas essenciais da sua formação podem ser encontradas em ocasiões cotidianas ou, por assim dizer, ocasiões banais de tradição. A comunicação escrita baseia-se, primeiramente, em objetivos efêmeros de tradição. Apenas no decorrer de um longo processo de concorrência, que, durante séculos, esteve empatado, viu-se que as áreas de tradição com objetivos oralmente realizados foram subsumidas, aos poucos, pelo novo meio de tradição (veja, também, a seção 2 acima). Nessas ocasiões passageiras, então, a funcionalidade da comunicação escrita não ultrapassa a constatação de que um ato ilocucional se realizou (isso vale, particularmente, para a área de finalidade documentativa). Na área de finalidade que se refere à superação da diatopia, esse caráter efêmero intensifica-se ainda mais, já que o objetivo da tradição se restringe, aqui, à dimensão midiática. Essas funções da comunicação escrita lhe são inerentes até hoje. De fato, elas têm um valor sistemático permanente. Essa área de funcionalidade caracteriza-se por um mínimo de forma que ocuparia um lugar além da formalidade da escrita como meio de tradição.

4.4.3. Tipologias

Uma tipologia sistemática das funções da comunicação escrita baseada no critério do aspecto ilocucional é um projeto desejável que, até agora, pôde ser abordado apenas em pequena escala, uma vez que falta uma tipologia convincente das ilocuições. É relativamente fácil reunir, aditivamente, as áreas funcionais para que, em seguida, sejam transformadas em uma lista de “gêneros textuais”; mas — ainda que existam numerosos objetivos linguísticos e aplicados para os quais uma tipologia seja urgentemente necessária — não se pode negar que essas listas, de maneira geral, são, sistemática e empiricamente, tão aleatórias que, dificilmente, podem satisfazer as exigências que deveriam cumprir.

4.5. Consequências proposicionais

Numerosas ações linguísticas que se efetivam na situação de fala caracterizam-se por um equilíbrio entre as dimensões ilocucional e proposicional; outrossim, no caso de ações linguísticas encaixadas na situação comunicativa, a verbalização de elementos proposicionais pode, até mesmo, ser limitada a um mínimo. Em contrapartida, as exigências da tradição, mesmo no caso do seu tratamento oral, envolvem, geralmente, grandes quantidades de proposições que devem ser conservadas, para além da situação de fala em questão. Vista por esse aspecto, a formação dos métodos de tradição relaciona-se, substancialmente, com a aspiração de dar à dimensão proposicional da ação linguística uma certa predominância.

O desenvolvimento da forma, como método essencial de tradição na modalidade oral de uso da língua, corresponde a esse desejo apenas parcialmente. A forma transmite a finalidade ilocucionária, o objetivo da tradição e o conteúdo proposicional, cada um deles, de maneira específica. A forma para a qual essa afirmação menos vale, nomeadamente, a *lista* é, ao mesmo tempo, o meio formal menos elaborado e mais ineficaz para o objetivo de tradição.

Apenas a forma escrita resultante dos objetivos efêmeros de tradição desfaz essa relação e possibilita, desse modo, qualquer representação exteriorizada de qualquer conteúdo proposicional. Em comparação com a forma de comunicação sistemática e historicamente precedente, a comunicação escrita ganha uma propriedade potencialmente nova. Aliás, essa propriedade desenvolveu-se por fim de tal modo que, no interior da formação da teoria linguística relativa à fala, a ilocução chegou a ser esquecida totalmente.

Apenas a escrita permite a tradição de qualquer conteúdo proposicional de qualquer quantidade. Com essa capacidade, ela fornece a condição prévia para poder separar a dimensão proposicional da ação linguística e, portanto, produz uma mentalidade artificial transindividual de segundo grau. Na comunicação escrita, os conteúdos proposicionais ganham visibilidade e, em consequência disso, podem ser generalizados. Sob esse ponto de vista, a comunicação escrita é uma condição necessária para um grupo inteiro de ciências, ou melhor, para a ciência em geral (ver Geier, 1994).

4.6. O desenvolvimento da tradição escrita em comparação com a tradição oral

Em comparação com as tradições orais altamente desenvolvidas como mídia de tradição, a formação da escrita como uma mídia independente de tradição significa, antes de tudo, uma grande descomplexificação. Devido à exteriorização do objeto da tradição diante do processo de tradição em si, a forma perde a sua propriedade substancial para o processo da tradição. A estrutura da comunicação escrita, então, exige menos forma do processo de

comunicação do que a textualização oral. (Esse aspecto combina bem com o caráter efêmero dos textos para os quais e nos quais a escrita se desenvolveu inicialmente).

Em comparação com a complexidade estrutural já alcançada pela textualização, a comunicação escrita caracteriza-se, inicialmente, pela pobreza estrutural. Essa simplicidade forma a base e o ponto de partida para um processo pelo qual uma multiplicidade formal pôde se desenvolver para e na mídia escrita e é a condição prévia, finalmente, para que as formas e estruturas textuais já alcançadas possam ser traduzidas para a mídia escrita. O resultado é uma multiplicidade de formas textuais, aparentemente independentes, da comunicação e que pode ser diferenciada, especializada ou fragmentada à vontade.

A transposição do processo de tradição para a dimensão da visibilidade tem como consequência, a par da medialização, também uma semiotização que contém, dentro de si, a possibilidade de uma estetização capaz de atingir todas as dimensões da comunicação escrita. Particularmente, os sistemas de escrita desenvolvem-se, não em última consequência, de acordo com aspectos estéticos que nos diferentes sistemas da escrita podem se tornar diferentemente relevantes. O processo da comunicação escrita, desse modo, ganhou uma possibilidade de conectar-se com outros sistemas semióticos. De fato, uma linha de desenvolvimento — que, no entanto, não se tornou dominante — surgiu a partir da estética (vinculada à religião).

4.7. As finalidades da tradição e a multiplicidade dos gêneros textuais

4.7.1. A escrita efêmera

Uma vez desenvolvido, o meio escrito de tradição proporciona à ação linguística novos recursos de tradição os quais ultrapassam, de longe, as possibilidades que determinaram seu surgimento. Grandes partes da comunicação linguística revelam certa predisposição para a tradição. Sobressai, nesse processo, que a efemeridade representa, continuamente, uma importante área parcial. O segmento dos gêneros textuais representado pela carta conserva essa propriedade como uma possibilidade permanente. A transitoriedade intensifica-se extremamente no mero lembrete, que tem a finalidade de exteriorizar o trabalho de memorização. Além disso, no lembrete, o escritor torna-se, simultaneamente, o destinatário e o futuro leitor. Nesse caso, a escrita é usada, sobretudo, na dimensão da diacronia. No lembrete, a renúncia à forma, cuja possibilidade é um traço constitutivo da escrita efêmera, é atualizada de uma maneira especial. Como demonstram as análises de Häcki-Buhofer (1985), essas formas de escrituralidade têm um papel importante na prática escrita, por exemplo, de uma empresa de grande porte. É uma característica dessas formas efêmeras da comunicação

escrita que as estruturas formais externas encontram-se fortemente comprometidas com a rapidez da anotação. A forma da escrita pode ser afetada fortemente pela celeridade do processo da escrita. Já que o autor pode representar, simultaneamente, o leitor desejado, a forma externa pode tornar-se idiossincrática, não apenas pelo fato de que a individualidade de uma caligrafia particular se faz conhecer muito claramente, mas também, pelo fato de que essa caligrafia pode ser modificada — na forma de abreviaturas individuais, entre outras — a tal ponto que se torna um sistema de grafia secundário.

A rapidez necessária quando a língua falada, ou meramente pensada, é transposta para a escrita levou, nas diferentes épocas do desenvolvimento da escrita, a escritas especializadas que foram generalizadas, desde a taquigrafia antiga (Boge, 1973) (especialmente as *notae Tironianae* inventadas por M. Tullius Tiro, o secretário de Cícero) até a estenografia moderna (cf. Jochems, 1994). De uma maneira geral, essas formas da escrita — sempre que não se trate de meios meramente individuais para a memorização — desempenham a função de uma armazenagem intermediária da ação linguística oral, cuja enunciação ocorre com uma velocidade que não pode ser influenciada, como é o caso na realização de sermões ou palestras (cf. Hunger, 1989, p. 120).

4.7.2. As assinaturas

Na pós-antiguidade, essas abreviaturas entram, também, nas escritas gerais, especialmente, no contexto dos monocôndilos (as subscrições entrelaçadas de “formas de nomes”, “funções” e “títulos” (Hunger, 1989, p. 120)) e das supraposições e contrações dos nomes da teologia cristã, especialmente na tradição escrita bizantina e na iconografia (Hunger, 1989, p. 122). Essas abreviaturas — restritas a quinze nomes teologicamente importantes (*Isoys* = IC) e a certas qualificações (por exemplo: *theotokos* = parturiente de Deus) e às suas derivações — levaram a formas escritas que, precisamente em virtude de sua identidade atemporal, se distinguiram dos sistemas habituais de escrita e ganharam uma nova forma semiótica, que, como forma total [*Gesamtgestalt*], pôde ser reconhecida e lida facilmente e que, do ponto de vista sistemático, pertence ao contexto de usos secundários da escrita individualmente desenvolvidos, como as assinaturas, as assinaturas ou os logogramas.

4.7.3. Os textos sagrados

A subsunção das ações linguísticas já pertencentes à tradição oral sob a mídia escrita e, desse modo, a integração da formalidade já alcançada marcam o pólo oposto. Especialmente a escrita das três religiões que se baseiam em livros, a saber, o judaísmo, o

cristianismo e o islamismo representam exemplos proeminentes. O “texto sagrado” está sujeito a uma transposição verdadeiramente hiper-exata para a modalidade escrita de uso da língua. O resultado é declarado como sacrossanto e, desse modo, é duplamente posto a salvo para a tradição. A fidelidade e a precisão na tradição têm seu motivo, especialmente, nas finalidades de re-oralização do texto sagrado (cf. Stirne, 1994). Para a reprodução oral dos textos na liturgia, é preciso que a fidelidade e exatidão da tradição fixem até o vocalismo que, em princípio, não é indicado nas escritas hebréia ou árabe; além disso, há uma preocupação constante em estabelecer fixações escritas da entonação ou do movimento linear da melodia (veja o sistema dos *accentus distinctivi* e *servi* no texto masorético⁵ e os neumas⁶ na tradição greco-latina).

É uma propriedade das três religiões mencionadas que a alteração ou transposição da oralidade para a escrituralidade permanece presente nas próprias tradições. Mais precisamente: é possível constatar nessas tradições uma transição múltipla da oralidade para a

⁵ Os masoretas eram um grupo de judeus que sucederam aos escrivães do período antes de Cristo até aos dias de Cristo. Eles eram encarregados de fazer cópias fidedignas dos textos dos hebreus e dos seus escritos sagrados. Eram rabinos e escrivães acadêmicos que compilaram o chamado texto masorético, que é o texto mais usado para fazer traduções e que é visto por muitos estudiosos como o texto mais confiável do Antigo Testamento. Os masoretas começaram seu trabalho nos primeiros séculos depois de Cristo e o continuaram até o século XI, com algumas adições feitas, ainda, no século XVI.

Os masoretas adicionaram ao texto padrão vogais, acentos e marcadores para o canto e, além disso, notas marginais. Nas épocas remotas nas quais foram escritos os textos originais da Bíblia, não existiam signos gráficos para a maioria das vogais da língua hebraica e eles, também, não foram acrescentados até muito mais tarde. De fato, as vogais e os acentos foram incluídos no sistema escrito, provavelmente, apenas entre o século IX e XII.

A palavra masoreta tem sua raiz na palavra *mesorah* (הורסמ) que quer dizer “tradição” e como essa atravessa os tempos, mas ela chega a ser usada, também, para se referir às notas que os masoretas puseram nos textos. Essas notas, geralmente, contêm informações sobre a soletração das palavras, sobre a pronúncia, sobre palavras com letras perdidas e sobre certas palavras que eram consideradas ofensivas e que deviam ser lidas de outra forma (por exemplo: quando Deus faz maldições, usa-se seu nome sagrado ou faz-se uma misturara com seu nome e o nome de Baal).

Os masoretas eram muito cuidadosos em seu jeito de copiar os Escritos. Até replicaram, exatamente, as letras que foram escritas num tamanho maior ou menor ou que foram sobrepostas. Também incluíram outras coisas irregulares como alguns pontinhos que foram colocados sobre cerca de quinze palavras muito importantes e algumas letras que foram escritas fora do seu lugar. Graças ao seu esforço, temos hoje cópias do Antigo Testamento que são [RETIRAR] muito semelhantes com [RETIRAR] às versões primordiais. Esse fato se comprovou quando os rolos do Mar Morto foram descobertos, que são quase idênticos com as cópias mais novas as quais, no decorrer dos tempos, nos foram transmitidas a nós [RETIRAR] por outras fontes. Desse modo, os masoretas asseguram que cada cópia do TaNaKh (o Antigo Testamento em hebreu) fosse igual às outras e pudesse ser lida da mesma maneira.

Os masoretas não eram todos da mesma família e mesmo entre eles existiam diferentes escolas, como essas de Aarón ben Moisés ben Ashur e de Ben Neftalí que viveram no século X e compilaram duas versões diferentes do texto masorético.

Concluí-se, então, que o trabalho dos masoretas começou com a criatividade de pôr vogais e acentos nos textos originais; depois houve um período no qual os textos foram copiados e conservados, e, finalmente, seguiu-se uma terceira fase — que se estende até o presente — na qual os textos foram criticados e as regras da gramática aprendidas. (Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Los_Masoretas (13/05/2006); tradução livre por HPW).

⁶ A palavra neuma refere-se à anotação usada antigamente (nos séculos IX-XIII) para a escrita da música. Os neumas representam antes uma ajuda mnemônica do que um sistema musical propriamente dito, já que os textos dos neumas não podem ser decifrados se a melodia não foi conhecida anteriormente.

escrituralidade e vice-versa, que, com efeito, desenvolve, a cada passo, outras formas, e que contém em si os processos transitórios precedentes, os quais são elaborados de maneira específica. Nesse contexto, a formação de um cânone representa um ponto especial de cristalização. O processo da canonização e da sua transposição para a forma escrita ocorreu apenas no islamismo dentro de duas gerações (cf. Graham, 1977). Dentro da Igreja Cristã, a canonização ocorreu num processo que demorou mais de 150 anos (veja Campenhausen, 1968 e Karpp, 1992). Além disso, os principais textos escritos canonizados permaneceram vinculados à cadeia da tradição oral, transmitida e garantida, pessoalmente, pelos bispos. Essa conexão se dissociou somente com o movimento da Reforma. A partir daí, a escrita como *norma normans* foi confrontada bruscamente com todas as tradições orais. No judaísmo, houve uma tradição escrita que se estendeu por séculos e que antecedeu o processo de canonização (Sínodo de *Jamnia*, cerca de 90 d.C.).

Uma vez atingido, o estado canônico vinculado à escrita destaca certos textos sagrados individuais e transforma a futura ocupação com o texto em um assunto de interpretação. Essa, por sua vez, pode alcançar um valor quase-canônico, como se pode verificar, particularmente, no desenvolvimento judaico (Mischna – Gemara), mas também, na literatura patrística no cristianismo ortodoxo e romano.

A canonização, fixada por escrito, do texto sagrado é reatualizada em duas direções: de um lado, pela re-oralização cada vez nova durante o culto, na leitura de determinadas seções (pericopos) em voz alta; nessas práticas, a palavra escrita ganha um valor especial também na sua materialidade (os rolos da Tora na sinagoga, a “grande entrada” (*megale eisodos*) da palavra divina na liturgia ortodoxa); de outro lado, no processo de interpretação, pelo qual uma problemática específica da palavra escrita deve ser trabalhada e superada, isto é, o perigo de que o texto se deteriorasse e se transformasse em um mero produto sógnico, vazio de sentido e, portanto, absurdo. (cf. seção 8). Na oposição entre letra e espírito (*littera et spiritus*), essa problemática torna-se atual, justamente no contexto religioso no qual ela assume a forma de um permanente discurso secundário que corre em paralelo à transposição para a modalidade escrita de uso da língua.

4.7.4. A multiplicidade dos gêneros textuais

Entre os textos escritos meramente efêmeros e, muitas vezes, relativamente amorfos e os textos “sagrados” elaborados e formatados, seguramente, até o último detalhe aumenta a multiplicidade dos gêneros textuais presentes no estoque histórico e atual de textos escritos, que, dificilmente, podem ser classificados. As modificações imanentes às diversas dimensões

e aos diversos aspectos da comunicação escrita realizam-se, cada uma, em novos e diferentes gêneros textuais. Ao mesmo tempo, pode-se observar que as formas tradicionais são renovadas, alteradas e colocadas à disposição de novas finalidades comunicativas — como ocorre também com os gêneros textuais orais que são subsumidos à escrita e adaptados às suas exigências e possibilidades. Em alguns momentos decisivos, esse processo teve consequências muito graves. Convém mencionar, aqui, especialmente, a revolução causada pela impressão tipográfica (cf. Giesecke, 1991 e Bremer, 1994). Um processo influenciado por essa invenção, mas cujo desenvolvimento se estende por um período muito mais longo, encontra-se na transposição da retórica para a modalidade escrita de uso da língua, pois a retórica transformou-se, de uma instrução para falar corretamente e com eficácia comunicativa, numa arte de escrever bem e, como tal, assumiu, especialmente na época do absolutismo tardio, a forma de uma teoria linguística que se correlaciona meramente com a literatura (cf. Lausberg, 1973 [1960]).

4.8. A língua grafada, a língua escrita e a língua padrão baseada na escrita

A dissociação da situação comunicativa que caracteriza a comunicação escrita não proporciona apenas ao produto da ação linguística uma materialidade própria, mas contribui, também, essencialmente para a formação do conceito da língua. A escrita — seja qual for a sua forma tipológica — representa uma classificação objetivada e visualmente perceptível da língua, uma “articulação” no sentido literal da expressão. No produto escrito, i.e., no texto conservado na modalidade escrita, a língua pode ser abordada, visivelmente, como uma estrutura segmentada (Gunther, 1988, cap.1).

Certamente, essas contribuições para a formação de um conceito da língua elaborado com base em textos escritos representam apenas o início de um desenvolvimento cujas consequências atingem até as marcas estruturais da língua. Através das mudanças sistemáticas descritas acima, a língua ganha, no médium da escrita e para ele, uma formalidade específica. O fato de que a aquisição das habilidades de escrever e ler se baseia no ensino escolar já mostra que a comunicação escrita, desde o início, é regulamentada institucionalmente. Para a sua prática, é preciso renunciar à naturalidade da ação linguística. Nas suas formas escritas, a ação linguística está sujeita a um programa didático e, deste modo, contém todas as condições prévias para passar por processos de padronização e normalização. Esses processos correspondem, ao mesmo tempo, às exigências em áreas essenciais de finalidades da comunicação escrita, especialmente, no plano da diatopia da ação linguística escrita. O texto escrito deve ser compreensível, também, para o destinatário distante, que terá a possibilidade

da leitura quando ligado ao mesmo contexto de normalização do autor. Apenas estruturas administrativas bem desenvolvidas podem dar andamento à escrita em proporções dignas de menção; pois essas estruturas administrativas são a manifestação de uma complexidade social, que é uma condição indispensável para a variação linguística relacionada, especificamente, com a escrita.

A língua grafada, então, torna-se uma variação específica: “a língua escrita” (Gunther, 1983 e 1988; Ludwig, 1983; Klein, 1985). Pressupondo-se que os processos de normalização e as agências necessárias para sua efetuação adquiram forças em grande escala, é natural que essa língua escrita ganhasse a propriedade de uma “língua padrão baseada na escrita”.

Esse último conceito, por sua vez, tem efeitos normativos retroativos sobre o modo de ver a língua. A variação linguística marcada como padrão escrito, devido às suas propriedades normativas, toma para si o direito de representar, sozinha, essa língua, ou melhor, de ser essa língua. Tal conceito de língua formou-se, particularmente, para ser aplicado às modernas línguas européias, que se baseiam na tipografia, e generalizou-se no contexto da nacionalização da questão da língua durante os séculos XVIII e XIX. Nessa época, tornou-se comum falar de “o alemão”, “o francês” ou “o italiano”, e o que era um modo de falar, a partir daí, aparece como o caso normal de como se deve falar da língua. Sendo o resultado de um processo social de abstração, esse construto, então, foi produzido, primeiramente, a partir do desenvolvimento acima indicado, com base na abstração do texto escrito. Desde então, o conceito vem sendo aplicado normativamente em todos os casos em que a uniformização da língua escrita ainda não foi realizada plenamente (“o provençal”, “o basco”).

Esses processos de abstração culminam na forma cientificamente organizada da conceituação da língua, i.e., na linguística. Seu desdobramento no século passado e neste século, na maioria das vezes, já pressupôs, incondicionalmente, a equação língua = língua escrita = língua padrão baseada na escrita — o que levou, dentro da linguística, a uma “polarização da língua escrita” [*written language bias*] (Linell, 1982; Klein, 1985), e que torna a linguística até hoje uma pressuposição tacitamente aceita. Contra essa corrente dominante, mal se concedeu um lugar teórico à língua falada (especialmente nas declarações programáticas dos neogramáticos, mas não na sua prática). No conceito da *written language* tal como elaborado por Vachek (1939, 1973 e 1989), a língua escrita representa uma língua especial, que é elevada a um objeto linguístico especial. Nos desenvolvimentos mais recentes (Feldbusch, 1985 e 1988), a língua escrita ganha, enfim, a mais perfeita independência teórica diante da língua falada (quanto a uma crítica desse modelo, ver Knoop, 1989).

Em contraposição, a realidade do conceito de língua socialmente elaborado e praticado caracteriza-se por uma reciprocidade multifacetada entre a oralidade e a escrituralidade. A máxima “escreva como você fala” (Muller, 1990), com a multiplicidade dos seus efeitos, serve como um exemplo ilustrativo da complexidade dessa relação.

Uma das dimensões para a classificação da oralidade e da escrituralidade encontra-se no eixo “proximidade comunicativa vs. distância comunicativa” (Koch & Osterreicher, 1985 e 1994; Raible, 1994). Essa dimensão resulta, diretamente, das tentativas de determinar, sistematicamente, a relação entre comunicação oral e escrita.

Uma sistemática abrangente da língua grafada, da língua escrita e da língua padrão baseada na escrita, provavelmente, seria de grande utilidade tanto do ponto de vista linguístico quanto do social.

5. A reificação do texto e as suas consequências comunicativas

5.1. Reificação e mudança de materialidade

A textualização escrita, vista como transposição da língua para as dimensões visual e tátil, necessita de um substrato físico que é perceptível nessas dimensões. A comunicação escrita, então, *depende de um substrato*. Assim sendo, é preciso distinguir entre dois aspectos: a base material e os meios para a manipulação dessa base. Dependendo da natureza desses dois elementos, convém distinguir, nos textos escritos, entre formas bidimensionais (por exemplo: o papel impresso) e formas tridimensionais (por exemplo: as inscrições cinzeladas em pedras ou as marcas cuneiformes em placas de argila). (Em comparação, outras formas de conservação, por exemplo, os cordões dos Quipu (cf. Haarmann, 1990, p. 56) não tiveram o mesmo êxito.) Para a visualização da língua, usa-se geralmente uma superfície que tem de ser contínua, lisa e de uma certa extensão bidimensional. Apenas em casos muito raros, tais superfícies existem naturalmente. Logo, sua produção depende do trabalho e esse, por sua vez, tem como condição prévia um certo desenvolvimento de ferramentas. A mesma coisa vale para os meios de manipulação com os quais a superfície é modificada diretamente (a impressão na argila por meio de um lápis) ou com os quais se aplica outro recurso de manipulação à superfície em questão (tinta/ pincel; fita de impressão/ máquina de escrever).

Dependendo das exigências específicas de conservação, o próprio suporte da escrita é fixo ou (na maioria dos casos) portátil. Os tipos fixos ganham sua aparência específica na forma de colunas sepulcrais, monumentos funerários, marcos de quilometragem, partes de obras, etc. É uma propriedade de todos eles que a dimensão parcial da recepção da ação linguística se inicia quando potenciais leitores locomóveis entram no horizonte visual do texto

escrito e atualizam a possibilidade da leitura. (Um tipo elementar e transitório dessa classe é formado por lajes de pedra, pouco ou nada trabalhados, que foram usados como suporte da escrita e, nessa função, tiveram, como condição prévia, outros métodos semióticos, especialmente, a pintura rupestre (cf. Haarmann, 1990, cap. 1).

Chamamos esse tipo de textos de *loco-estático*. Ele não se delimita ao domínio midiático, mas ganha, simultaneamente, uma propriedade sistemática particular. J. Assmann (1993) fala de uma “inscricionalidade” [*Inscriptlichkeit*] que submete o leitor a um “poder de inscrição” [*inschriftliche Gewalt*] (1993, p. 225) garantido por maldições.

Do tipo loco-estático, é preciso distinguir o tipo locomóvel, que permite a permanente locomoção do texto para novas ações linguísticas receptivas parciais. É esse tipo de texto escrito que deu origem às expansões e mudanças essenciais da comunicação escrita. A possibilidade de transportar o produto da ação linguística possibilitou e continua a possibilitar a multiplicação das ações receptivas, uma vez que ela torna o texto amplamente acessível na dimensão diatópica.

Precisamente, os substratos locomóveis sofreram mudanças permanentes na história da comunicação escrita. Um dos parâmetros centrais desse desenvolvimento é consequência direta da finalidade da locomobilidade. Os substratos tornaram-se mais leves no decorrer da sua história. Os limites dessa exigência são fixados por outro parâmetro central, nomeadamente, a durabilidade do material em relação com a pretendida duração da tradição. No início desse processo, encontram-se as pedras e a argila; a última aparece numa forma usada especialmente para a textualização (placas com escrita cuneiforme) ou numa forma já endurecida ou cozida (fragmentos de cerâmica, ostraca). Essas peças são de grande durabilidade, mas pesam. A madeira, ao contrário, é mais leve, mas também menos resistente. As peles dos animais (pergaminhos) e, especialmente, os papiros e o papel são muito mais leves e duráveis o suficiente para muitas finalidades comunicativas. Outros fatores que determinam a história da mudança do material são: o trabalho necessário para produzir os diferentes substratos e as condições naturais que delimitam a sua utilidade (comparem-se as possibilidades de usar argila no Oriente Médio com uma boa durabilidade, devido à secagem da superfície ao ar livre em contraste com a impossibilidade de usar esse material no Norte da Europa). Os substratos loco-estáticos, em virtude da relativa estabilidade dos meios adequados para sua produção, são caracterizados simultaneamente pela transposição crescente da sua importância comunicativa para as margens da relevância social. A história dos substratos locomóveis, ao contrário disso, pode ser classificada de acordo com o tipo principal que domina em dada época: à fase da argila (especialmente a escrita cuneiforme no Oriente

Próximo) segue-se a fase dos papiros; e essa, por sua vez, é substituída pela fase do papel (cf. Mazal, 1994). O trabalho crítico-textual da filologia, em muitas ocasiões, recorre a essa divisão de épocas.

Além disso, é possível que, dentro das diferentes épocas, os meios de manipulação com os quais as superfícies são trabalhadas possam marcar outros cortes importantes, como mostra, especialmente, o desenvolvimento dos meios de aplicação na base material (pigmentos naturais com pouca durabilidade, cinzas, tintas, tinta de aquarela, etc.)

5.2. As consequências sociológicas: a formação de trabalhadores da escrita

O fato de que até mesmo os substratos do texto mediatizado necessitam de um trabalho social leva, já nas antigas civilizações altamente desenvolvidas, à formação de diversos especialistas para a produção desses substratos. Contudo, durante muito tempo, esses profissionais permaneceram ligados à própria habilidade profissional de escrever (cf. seção 7). Apenas com o desenvolvimento da impressão tipográfica, esse desenvolvimento avança, por assim dizer, de uma maneira explosiva e encontra sua adequada forma econômica na subsunção à produção e à distribuição capitalistas com os subsequentes processos de concentração do mercado.

6. A manipulação das mídias

6.1. A possibilidade de falsificar o texto escrito como consequência do seu estranhamento comunicativo e as medidas apotropaicas para seu impedimento

O fato de o texto escrito ser dissociado e emancipado da situação de fala pode ser caracterizado como um estranhamento comunicativo que faz dele uma mídia extremamente ameaçada no que diz respeito às finalidades da tradição da ação linguística. Uma vez que o texto escrito — também do ponto de vista material — experimentou, em consequência da sua transposição para a dimensão visual-tátil, sua emancipação reificada, a própria tradição da ação linguística está exposta a uma série de problemas — em parte fatais. Basta mencionar que o descolamento do falante representa um processo irreversível que, portanto, expõe o texto escrito a influências imponderáveis. Ao lado dos riscos meramente naturais para o suporte material da escrita, estão, antes de tudo, as possibilidades de o texto escrito ser influenciado por outros que podem levar o importante meio escrito de tradição a transformar-se em seu contrário. A falta da possibilidade de perceber o ambiente com os próprios sentidos e de certificar-se do percebido, pessoalmente, dentro da situação imediata de fala, que se caracteriza pela co-presença do falante e do ouvinte, chamou, desde cedo, a atenção dos

participantes da comunicação para essa problemática. A disputa concorrencial entre as textualizações oral e escrita, que marca a coexistência real dos dois métodos de tradição durante pelo menos dois mil anos, caracteriza-se pelo ceticismo em relação à confiabilidade da tradição fundada no texto escrito. A rejeição platônica da escrita, por exemplo, é expressão do medo de que, por razões de princípio, o método escrito de textualização seja de pouca confiança (Phaidros, 274c-278b; cf. por exemplo: Assmann, A.; Assmann, J. & Hardmeier, 1983, p. 7-9; Geier, 1994; Schlieben-Lange, 1994). Apenas o processo de reavaliação iniciado no contexto da revolução das mídias da imprensa no primeiro período dos tempos modernos (Reforma) eliminou, aos poucos, essa suspeita de o texto escrito ser duvidoso ou, até, contraprodutivo com relação à finalidade da tradição e fez da escrituralidade o fundamento principal dos processos sociais de tradição. Com a confiança estabelecida, a comunicação escrita tornou-se a primeira forma de comunicação capaz de satisfazer, especialmente, às necessidades comunicativas translocais da formação capitalista-burguesa da sociedade, necessidades, aliás, que se desdobraram até atingir o mercado mundial.

Ao lado do ceticismo, que desacreditou principalmente o processo da tradição escrita, e como uma reação contra ele, a produção e transmissão dos textos escritos são acompanhadas de medidas apotropaicas que devem remediar e eliminar os riscos do processo de tradição na mídia escrita.

A seguir, serão discutidos alguns aspectos da manipulação midiática e do seu tratamento.

6.2. Maldições que protegem a tradição

Já nos primeiros períodos da sua história, o próprio texto escrito é incluído numa área de proteção blindada por maldições que abrangem, também, outros fenômenos acionais não acessíveis ao poder imediato do falante. Da mesma forma que os contratos (cf. Hillers, 1964) e o estabelecimento da lei (cf. entre outros: Mercer, 1915 e Assmann, 1993), o próprio texto escrito é protegido por uma maldição. Numa estatua de Gudeas de Lagasch (do terceiro milênio a.C.), já se encontra a fórmula: “Seja quem for que afaste esta estátua do E-ninnu ou apague a sua inscrição [...], que Anu e Enli mudem o seu destino; que eles arruinem os seus dias como os de um boi e esmaguem a sua força com a de um touro selvagem; que eles derrubem o trono que ele ergueu.” (citado conforme Assmann, 1993, p. 244). O hábito de proteger o texto com uma praga, para garantir a qualidade da tradição tornou-se comum, também, no poder legal-constitutivo postulado no código de Hamurabi (Epílogo, Rs. XXVI, 18 seg.), nos colofones dos escribas feitos para garantir a autenticidade do texto e nos

primeiros documentos cristãos (fortemente influenciados pela sabedoria dos antigos) (por exemplo, Ap. 22,18: “Declaro a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro: Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará as pragas escritas neste livro. Se alguém tirar qualquer uma das palavras deste livro de profecia, Deus tirará sua parte na árvore da vida e da cidade santa, que estão escritas neste livro.”).

O uso de uma praga para proteger o texto escrito exteriorizado contra a sua falsificação baseia-se num tipo ilocucionário da ação linguística genuinamente oral. Esse tipo de proteção pressupõe que a palavra realizada com determinada força ilocucionária tenha poderes extraordinários. Essa palavra é “invocada” na parte apotropaica do texto. De fato, há, simplesmente, uma reivindicação para que a sua força ilocucionária se imponha. Todavia, do ponto de vista estrutural, justamente, a condição prévia para a necessidade dessa evocação não é levada a sério. Mais concretamente, não se leva em consideração que, no produto exteriorizado da ação linguística, a situação de fala é dissociada e não transmitida pessoalmente. Assim, pois, o próprio meio de proteção contra a falsificação é encaixado no contexto de risco que ele, supostamente, deve superar. Em outras palavras: trata-se de um método inadequado que, conseqüentemente, desaparece no decorrer do processo histórico e é substituído por outros métodos de proteção do produto.

6.3. O roubo da comunicação e a apropriação parasitária do texto

No caso locomóvel, a exteriorização, do produto da ação linguística pelo texto escrito, naturalmente, tem como consequência a possibilidade de apropriação deliberada desse texto. Enquanto o mensageiro como portador de um recado a transmitir pode ser forçado a revelar a mensagem apenas por meio de uma falcatura ou da tortura, é muito mais fácil desviar o texto escrito para outros destinatários que os previstos. A exteriorização do texto escrito perante a situação comunicativa, então, pode comprometer o processo comunicativo substancialmente. Por consequência, a história da comunicação escrita é acompanhada de uma série de medidas de proteção que devem remediar esse problema estrutural. De um lado, essas medidas dizem respeito à própria forma da escrita, por exemplo, quando o produto da comunicação é transposto pela segunda vez e é codificado numa escrita cifrada (cf. Costamagna, 1994). Todavia, esse método relativamente custoso está em desacordo com a eficiência econômica do domínio da escrita e, portanto, se delimita a formas especiais de comunicação, por exemplo, aos comunicados que tratam de assuntos militares.

Em comparação com esse método, é mais importante garantir a segurança do transporte do texto que deveria ser assegurada, sobretudo, pela profissionalização dessa

atividade. A formação de um sistema mundial de correio encontra aqui seu lugar sistemático (cf. Glaser & Werner, 1990). Contudo, a história desse sistema demonstra — por exemplo, através da casa dos Thurn e Taxis, à qual coube o monopólio do correio para a Europa Central (cf. Dallmeier, 1977), que, especialmente, o uso parasitário dos textos não foi eliminado por essa medida, mas, muito pelo contrário, foi estimulado ainda mais. Para poder garantir o êxito, particularmente, da comunicação escrita burguesa, esses perigos foram enfrentados com uma nova forma de medidas apotropaicas, nomeadamente, a garantia jurídica do “sigilo de correspondência” ou “sigilo postal”. Nos séculos XIX e XX, esse sigilo foi conquistado como um direito essencial da liberdade burguesa e, em seguida, foi generalizado nas constituições burguesas. Com essa conquista, a comunicação escrita passa a ser interpretada como uma parte imediata da integridade pessoal dos interactantes. A ação linguística, na sua forma escrita — como as outras formas de ação linguística também (a profissão de fé, a expressão livre de opinião) —, é protegida como um direito fundamental cuja restrição depende de condições legais especiais.

6.4. A queima de livros e a censura

Depois que a multiplicação do texto escrito, devida ao desenvolvimento da impressão tipográfica, tornou-se possível em quaisquer proporções quantitativas, a comunicação escrita entrou em conflito com as estruturas sociais em todos os lugares onde a generalização do conhecimento deveria ou teria de ser delimitada sistematicamente. A dissociação da ação linguística em suas dimensões e seus aspectos autônomos favorece o surgimento de múltiplas possibilidades para impedir a comunicação escrita. A coibição pode começar em todas essas dimensões: encarcerando ou eliminando os interactantes, é possível impedi-los de produzir ou receber textos escritos. Além disso, particularmente a estrutura multiplicada de reprodução e distribuição mostra-se extremamente sensível a tais intervenções. A instituição do censor bloqueia a entrada do texto no processo de reprodução. O confisco do produto impresso interrompe a distribuição. A queima de livros elimina, junto com o produto exteriorizado de comunicação, a possibilidade da sua recepção (cf. Ahlzweig, 1994; Karolak, 1994). A destruição dos livros, muitas vezes, representa apenas o primeiro passo para a ameaça física ao autor e aos receptores potenciais.

6.5. A deterioração dos suportes do texto

A materialidade do texto escrito necessita de um substrato material, que corre o perigo de deteriorar-se. A exteriorização da comunicação escrita, desse modo, pode ser a condição

prévia para sua impossibilidade, para a incapacidade de alcançar a sua finalidade. Justamente o trabalho com a diacronia levanta exigências altas no que diz respeito à durabilidade material do substrato. No desenvolvimento de novos suportes de comunicação, essa durabilidade nem sempre pode ser avaliada. A deterioração de livros em razão da acidez do papel, destruições climáticas, degradações por ação atmosférica, etc. ameaça a finalidade comunicativa. A gravação escrita do conhecimento exige consideráveis investimentos sociais e financeiros para impedir essa deterioração do substrato.

6.6. Os textos de origem secundária

A fundamentação do texto na finalidade da tradição e a exteriorização na forma do documento escrito possibilitam a conservação da comunicação em situações nas quais nem o falante e nem o ouvinte têm essa intenção. Isso ocorre, por exemplo, quando se lavra, secretamente, um protocolo escrito sobre a palavra falada e, especialmente, quando são produzidas formas pós-escriturais de textualização, por exemplo, por meio de gravações em fita magnética. Nesses casos, a comunicação é “desviada” para produzir uma textualização não intencionada pelos participantes principais de uma interação, ou seja, para dar origem a outra forma de tradição. Em outras palavras, a exteriorização da comunicação é induzida de fora. O resultado são textos de origem secundária.

6.7. A perda comunicativa do texto

A exteriorização do texto escrito perante a situação de fala pode, também, ter como consequência o fato de que os textos sobrevivam materialmente, mas deixam de ser recebidos. Nesse caso, também, realiza-se, objetivamente, uma possibilidade genuína que surge quando o texto é dissociado do seu contexto comunicativo. Quase todo o nosso conhecimento das épocas primitivas da comunicação escrita deve-se a essa conservação de documentos que não foram destinados à nossa leitura. Quando o substrato do texto que contém o texto escrito no interior de si ou na sua superfície é conservado como um objeto meramente físico — uma placa de argila, uma pedra, um pergaminho, etc., é necessário tornar o conteúdo compreensível para uma leitura secundária. No caso dos textos pouco ou ainda não decifrados, a qualidade comunicativa se reduz apenas a uma potencialidade. É somente o ato da decifração que insere, novamente, esses objetos re-fisicalizados [*re-physikalisierte Objekte*], novamente, no contexto comunicativo (cf. Segert, 1994).

6.8. A utilização mágica do texto

O fato de o texto escrito, na sua materialidade, ser dissociável da situação de fala possibilita, enfim, a sua utilização em práticas mágicas. De acordo com a interpretação mágica, a ação linguística exteriorizada, representada na sua forma física objetiva, permite que o objeto e, junto com esse objeto e, através dele, a ação linguística correspondente possam ser manipulados. Uma linha de origem da escrita deve-se a essa crença. Uma vez objetivada, a ação linguística concretizada na escrita torna-se o objeto de múltiplas outras manipulações. Nesse processo, pressupõe-se sempre que essas manipulações têm efeito sobre o processo comunicativo em questão. A utilização mágica da comunicação escrita desdobra-se nas diferentes dimensões comunicativas. Seu propósito é transformar a manipulação física em força ilocucionária.

Também a própria escrita, sua estrutura interna, sua ordem alfabética (cf. Bremer, 1994) são funcionalizadas de múltiplas maneiras para tais práticas (Dornseiff, 1922; Gluck, 1987); especialmente, quando o benefício da escrita com relação à produção, estruturação e conservação de conhecimentos é utilizado para a obtenção de um metaconhecimento e para a produção de um conhecimento baseada apenas na materialidade da própria mídia. Quando a escrita é usada para conservar conteúdos proposicionais contingentes, pode-se concluir que o objetivo desses métodos é gerar conteúdos proposicionais oriundo da própria mídia. O uso desse conceito tornou-se comum até em certas linhas tradicionais de uma lógica que não se preocupa com a ontologia.

7. A transformação do falante em autor e suas consequências sociológicas

7.1. O escritor

A escrita surge em sociedades que alcançaram um certo grau de complexidade na divisão do trabalho. Sobretudo, a formação de atividades administrativas centrais que, naturalmente, podem ser organizadas, também, de acordo com uma religião, acontece na escrita efêmera — assim, pois, na complexa atividade cultural das primeiras hierarquias com divisão de trabalho já se faz uso da escrita (como mostra, através do exemplo de Egito, especialmente, Schenkel, 1983). Dito isso, é claro que a escrita é relacionada, desde o início, com um pessoal especializado que, de fato, dispõe dela, primeiramente, apenas como mais uma característica específica da sua qualificação. Somente pela diferenciação seguinte, separa-se desse grupo o “escrivão”, cuja importância oscila entre uma posição relativamente subordinada, que é essencialmente definida pela função midiática, e uma posição na qual a competência para administrar o conhecimento é conferida principalmente ao escrevão. Essa ambivalência caracteriza a posição dos “escrivães” até hoje. No primeiro caso, eles

representam, em relação ao ato de enunciação, apenas forças subsidiárias num contexto de ação linguística não dependente deles. Como o mensageiro que, ao decorar a mensagem, textualiza a ação linguística através da sua memorização, mas não pode e nem precisa se preocupar com o seu conteúdo proposicional e sua propriedade ilocucionária, o escrivão também realiza apenas a transposição midiática da ação linguística para uma forma que pode ser conservada e transportada (cf. seção 5.2). Contudo, sua posição ganha outra forma quando ele mesmo — por exemplo, no contexto clerical ou diplomático — cria a ação linguística primeiro no sentido do falante autorizado, quer em termos de poder, quer em termos de religião. A importância hierárquica obtida pelos funcionários no Egito antigo, pelos mandarins chineses, pelos clérigos carolíngios, pelos políticos guilherminos? (“Comunicação de Ems”) e pelos *ghost writers* nas democracias modernas demonstra a multiplicidade, o poder e a impotência desses especialistas da escrita que surgiram no contexto midiático.

À medida que o próprio sistema da escrita produz as condições para uma utilização generalizada por grandes populações (em resposta a alterações nos requisitos da textualização escrita impostas por mudanças estruturais no sistema — escrita consonântica vs. escrita alfabética — e/ou por meio do ensino generalizado na arte da escrita), vê-se que a condição de especialista obtida pelos escrevões torna-se supérflua socialmente — para renovar-se, naturalmente, a cada vez que ocorrerem inovações técnicas.

7.2. A autoria

A necessidade de escrever aumentou tanto, nos últimos três mil anos, que, até o século XX, áreas cada vez maiores foram subsumidas pela escrituralidade ou, pelo menos, começaram a utilizar a escrita de maneira subsidiária. Desse modo, também o conjunto dos escreventes aumenta potencialmente. Até mesmo no caso dos sistemas de escrita “democraticamente” estruturados, isto é, acessíveis, potencialmente, a um grande número de escreventes, a quantidade de ocasiões para escrever não exige, de maneira alguma, a generalização real da habilidade de escrever no grupo inteiro de falantes (cf. Maas, 1985) ou em grandes partes dele, como demonstra a situação do etíope durante séculos (cf. Hammerschmidt, 1994; Wedekind, 1994).

Apenas uma matriz completa tornaria possível uma sociografia dos escreventes, da escrita e da escrituralidade (quanto a essa problemática, cf., por exemplo: Haug, 1983).

No fundo, a posição midiático-funcional do escrivão ainda deixa a questão da autoria inteiramente no contexto da comunicação oral, que é regulamentado vastamente por instituições e pela religião. Assim como o griot (cf. Camara, 1976) é o intermediário

linguístico entre o soberano e o povo nas práticas sociais, no plano da oralidade, o escrivão o é no contexto escrito. É verdade que, já nos colofones em placas acadianas com escrita cuneiforme, são comunicados, também, os nomes de escrivões, mas uma autonomização e uma individualização do autor, como parecem ser naturais para os dias de hoje, surgem apenas com a plena emancipação social dos funcionários egípcios (cf. J. Assmann, 1992). No Helenismo, esse processo muda qualitativamente e é acelerado. O mundo antigo conhece uma multiplicidade de autores — mas conhece também a simples subsunção dos produtos linguísticos sob uma autoria autorizada, que foi rotulada pelas épocas posteriores mais orientadas pela autenticidade histórica, com o mote negativo da “pseudo-epigrafia”. As autorias da pós-antiguidade têm a ver com a reprodução comentada do estoque de tradição. Nesse tempo, a autoria atualiza-se, quase sempre, dentro de espaços textuais já pré-existentes bem como no processamento e no rearranjo do já conhecido. Sob as condições da filologia dos séculos XIX e XX, que deu, primeiramente, acesso a muitas fontes, uma crítica adequada dessas formas de autoria quase não foi possível porque, nessa época, passou-se a pressupor um conceito de autor, que se estabeleceu objetivamente em decorrência de vários surtos de inovações tecnológicas, desde a divulgação da impressão tipográfica. O conceito do autor, conseqüentemente, foi definido de uma maneira completamente diferente.

Para o autor medieval, a referência a um conhecimento universal latente ainda facilitou a produção da escrituralidade. Desse modo, ele pôde, por princípio, projetar o leitor modelo, por assim dizer, conforme sua própria imagem; isso significa que a projeção do leitor como atividade explícita foi amplamente supérflua, visto que o pano de fundo de conhecimento comum livrou o autor da preocupação de não coincidir com o leitor concreto. A educação elementar canonizada e a língua universal do saber social (o latim, o grego ou o árabe) asseguraram aquela compreensão mútua que ultrapassa todas as situações de fala e que foi a condição prévia para tornar possível o êxito da comunicação escrita.

7.3. A autoria sob as condições da modernidade

Essas condições gerais que não oferecem dúvidas, mas se compreendem prontamente desapareceram com o restabelecimento de um sistema de conhecimentos parciais — nomeadamente, o restabelecimento do sistema clássico durante o Renascimento — mas, especialmente, com a desvalorização da tradição durante a Reforma e com a multiplicação da autoria que se tornou possível graças à impressão tipográfica.

Em razão disso, a noção de autoria começa a assumir a forma do seu conceito moderno, no qual são realizadas plenamente as possibilidades de dissociação e, portanto, de

desenvolvimento da situação comunicativa. O êxito da comunicação escrita — entendido como uma superação da situação comunicativa dissociada paradoxalmente — torna-se uma área essencial da atividade autoral. Ela transforma-se em ofício do autor; o autor, portanto, profissionaliza-se cada vez mais. Isso vale para todas as áreas da produção textual escrita, mas a tendência pode ser observada massivamente na formação de uma “literatura” que revela sua relação com a escrituralidade já no próprio nome. Essa literatura desenvolve-se através da profissionalização dos autores que, com os métodos capitalistas de produção e distribuição de textos escritos em forma de “livros” impressos, encontram também as condições econômicas para a profissionalização da sua atividade.

A projeção dos leitores modelos, a projeção das suas possibilidades de compreensão e das suas expectativas tornam-se tarefas centrais do autor — um trabalho que chega ao ponto de esses fatos serem experimentados especificamente como dignos de serem escondidos da consciência dos leitores e, em parte também, dos próprios autores; com a finalidade de manter intacta, da melhor maneira possível — no modo da mediatização do dizer por uma forma de expressão escrita — a ficção da autenticidade e da imediatidade.

8. A transformação do ouvinte em leitor e suas consequências sociológicas

Para ouvir, não é preciso fazer esforços — para ler, sim. De fato, na situação imediata de fala, as condições para o êxito da comunicação, também, são dadas imediatamente, ainda que isso, naturalmente, não garanta a compreensão.

À medida que a dissociação da situação de fala leva ao distanciamento do ouvinte, perde-se, também, a perceptibilidade auditiva e a transmissão pessoal do acontecimento inteiro. No caso da escrituralidade, o ouvinte transforma-se num leitor. A comunicação escrita exige do leitor o domínio receptivo dos métodos escritos, mas, antes de tudo, requer dele a convivência com o texto removido da situação comunicativa e com todas as consequências que esse processo de distanciamento tem para a ação linguística (cf. seção 4).

A forma atual da leitura tácita, da interpretação silenciosa do texto pressupõe um leque plenamente desenvolvido de competências. O fato de que as habilidades necessárias tornaram-se um elemento básico da didática dá uma falsa idéia da extensão e da dificuldade dos métodos envolvidos. Apesar da alfabetização ou da literariedade generalizadas, é evidente que, nem no caso dos sistemas de escrita fonográficos, que facilitam a leitura, pode se esperar que as pessoas sejam capazes de usar, na prática, todo o potencial de habilidades (analfabetismo funcional; cf. Giese, 1994).

Durante muito tempo, fazia parte das tarefas do “escrevente” ser, simultaneamente, um recitador (cf. por exemplo: Jeremias, Jr. 36⁷). O produto escrito era lido em voz alta e, desse modo, reoralizado. Para esse processo, a Antiguidade fornece numerosos documentos. Nesse sentido, o recitador pode fazer de si o seu próprio auditório. Até a Antiguidade tardia, era este o caso normal (cf. Scheerer, 1993). A redução do processo de recepção a uma atividade essencialmente mental, não perceptível, é prevista, de antemão, na dissociação da situação de fala, mas, ao contrário do que se espera, demorou bastante até se tornar uma realidade histórica e, também, generalizada. No decorrer desse processo, o leitor tornou-se cada vez mais solitário. A forma de leitura em grupo, como ainda era de costume até o fim do século XVIII, sofreu nessa época uma ruptura qualitativa que Schön (1987) caracteriza, oportunamente, como uma “perda de sensualidade”. Com essa mudança, a ação linguística passa por mais uma dissociação comunicativa, que envolve outra característica da leitura: sua repetitividade potencial. Assim, pois, a compreensão torna-se um processo demorado que, talvez, dependa também da sorte e, além disso, é multidimensional, mas também interrompido múltiplas vezes. O texto escrito pode ser posto de lado, mas pode também ser retomado. O processo de compreensão é segmentado — com o risco de ser fragmentado e com uma nova forma de mau êxito.

A reação que esse desenvolvimento provoca é o surgimento dos leitores profissionais, ou seja, a profissionalização de certas partes do processo receptivo de compreensão. Do mesmo modo como houve uma diferenciação na dimensão produtiva, assim também se desenvolve uma diferenciação na dimensão receptiva (Raible, 1972 e 1983). De acordo com a área funcional da escrita, é possível fazer distinções entre os membros do grupo da compreensão: começando com os antigos hermeneutas, filólogos e comentaristas do texto (Bruns, 1992), passando pelos intérpretes, pregadores e teólogos cristãos (cf. Brinkmann, 1980), chega-se aos leitores profissionais do mercado de literatura, os críticos, e aos filólogos do século XIX — o verdadeiro século filológico — que, dotados secundariamente de autoridade para fazer interpretações, trabalharam, antes de tudo, com o cânone clássico de textos; estes, enfim, foram sucedidos pelos letrados acadêmicos do século XX. (A expressão inglesa *literary criticism* para denominar o ofício desse último grupo ainda mantém presente, no próprio termo, a relação entre a crítica literária e o trabalho filológico com o texto).

⁷ “No quarto ano de Jeoiaquim, filho de Josias, rei de Judá, veio esta palavra do Senhor a Jeremias, dizendo: Toma para ti um rolo, um livro, e escreve sobre ele todas as palavras que eu te disser [...]. Então Jeremias chamou a Baruque [...] e Baruque escreveu todas as palavras do Senhor, que ele havia dito, ditadas por Jeremias, sobre um rolo, um livro. E Jeremias ordenou a Baruque, dizendo: Eu estou preso, não poderei vir à casa do Senhor. Vá tu e lê o rolo que escreveu, ditado por mim, as palavras do Senhor nos ouvidos do povo, na casa do Senhor, no dia de jejum, e lerás também nos ouvidos de todo o povo de Judá que vem de suas cidades.” (N.T.)

Precisamente, a forte posição institucional da filologia com seus campos de atividades universitários e escolares oferece um fundamento para que essa atividade profissional de leitura se separe do seu contexto de transmissão e se torne independente não apenas do destinatário final, o verdadeiro leitor, mas também, do autor. O texto, uma vez dissociado, torna-se um objeto manipulável, um material do qual a atividade filológica forma uma nova realidade significativa. Justamente, os desenvolvimentos das disciplinas literário-filológicas na segunda metade do século XX trouxeram uma série de conceitos metodologicamente derivados, como o desconstrutivismo, nos quais o leitor profissional se esforça para convencer a si mesmo e ao seu público da sua autonomia e da sua independência do autor (No que diz respeito à atividade filológica, van Peer (1992) fala, numa metáfora feliz, da “domesticação do texto” (*the taming of the text*)).

9. A comunicação escrita e o desenvolvimento do saber científico

9.1. A escrita e a formação da ciência

A ciência e especialmente a sua forma européia e do Oriente-próximo, é ligada intimamente à escrituralidade, pelo menos do ponto de vista fenomenológico. Esse fato deu origem à idéia de que a escrituralidade seja uma condição necessária para o surgimento da ciência (cf., especialmente: Goody & Watt, 1963, mas também: Havelock, 1976 e 1982; Ong, 1987; Logan, 1986 e Olsen, 1994). Essa hipótese, que já foi muito rejeitada também, indica, pelo menos na sua essência, uma concomitância evidente entre a escrita e a ciência, no curso de seu desenvolvimento até a formação da ciência moderna. Todavia, essa hipótese corre o risco de modelar a relação de modo demasiadamente simples, o que vale tanto para os estados primitivos quanto para os sistemas desenvolvidos das ciências, que, na sua forma atual, representam conjuntos de institutos e instituições sociais caracterizados por uma relação complexa entre oralidade e escrituralidade.

Na modalidade oral do uso da língua, há diversas formas de textualização que possibilitam uma notável complexidade de produção, organização e tradição de conhecimentos, que ultrapassa, de longe, o imediatismo da ação linguística situacionalmente encaixada. Merecem uma nota de destaque: as análises abstratas das relações entre os fatos na antiga sabedoria oriental, que, na forma de um *provérbio*, foram tecidas primorosamente para o uso na tradição oral; a *lista*, como uma forma textual feita para a tradição oral de conhecimentos, o que inclui, também, a compreensão e tradição de complexos conhecimentos geográficos, cosmológicos e genealógicos; e o *mito*, como uma forma narrativa de tradição de conhecimento. Particularmente, as estruturas de conhecimento encontradas nas sapiências,

com seu alto grau de abstração, devem ser associadas antes ao conhecimento científico do que ao cotidiano.

A ambivalência entre a oralidade e a escrituralidade que persiste até o presente e que caracteriza a ciência como uma forma de organização social ou, mais concretamente, a coexistência de ambas e a sua mediação mútua, especialmente, na transmissão institucional de conhecimentos didaticamente organizados e nas formas organizadas coletiva e discursivamente da produção e distribuição de conhecimentos — do grupo de pesquisa até os congressos científicos, que são orientados para a comunicação face a face — demonstra, até hoje, que a comunicação oral é muito importante também para o processo da ciência. As formas da filosofia antiga, que são comprometidas vastamente com a oralidade, a oralidade das atividades universitárias medievais (cf. Miethke, 1991), a prática, na tradição judaica, de adquirir o conhecimento compilado no Talmud pela memorização demonstram a continuidade da oralidade essencial no cotidiano da ciência. Em comparação, a omissão sistemática desses fatores na conceituação da ciência deve-se, antes de tudo, à centralização da escrita, que surgiu com o desenvolvimento pleno da impressão tipográfica. Essa centralidade, então, não tem efeito apenas sobre o desenvolvimento do conceito de língua (seção 4.8), mas também sobre a conceituação da ciência.

Contudo, especialmente a forma de escrita obtida com a escrita alfabética grega — que pode, facilmente, ser compreendida, ensinada e utilizada — em conjunto com uma prática de escrita plenamente desenvolvida — forneceram os meios não apenas para que o produto da ação linguística objetivado materialmente fosse dissociado da situação, mas também para que o conhecimento fosse apresentado na forma de uma percepção abstrata — para usar um paradoxo. No que diz respeito à língua e ao seu desenvolvimento, essas novas possibilidades manifestam-se na elaboração e no emprego de numerosas formações de palavras abstratas (Logan, 1986: 104); mas, antes de tudo, elas se manifestam na possibilidade de fazer reflexões que, desde sempre, têm como condição prévia o isolamento do saber e a sua observação. Numa sequência rápida de desenvolvimentos, esse pensamento refletido desdobrou-se em uma meditação sobre o *arché*, os “princípios”, as “origens” que tudo regem no pensamento filosófico pré-socrático dos jônicos. É provável que outra categoria abstrata surgida de forma perceptível, nomeadamente, o dinheiro, tenha tido, ao mesmo tempo, um efeito favorável sobre essa tendência. (No que diz respeito à história dessa idéia, ver Coulmas, 1992, §1.)

9.2. O desdobramento do potencial da escrita para a conservação do conhecimento científico

Desde o início, um objetivo central da comunicação escrita encontra-se no desenvolvimento de possibilidades para conservar quaisquer conteúdos proposicionais, particularmente, os também efêmeros também (cf. seção 4.2 e Assmann, 1994). Para esse objetivo, a escrita fornece, em todas as suas dimensões — desde a materialidade do substrato até as suas estruturas internas — uma série de soluções, nenhuma das quais é ideal, mas que, no conjunto, possibilitam uma eficácia extrema dessa forma de conservação. O saber científico ultrapassa o imediatismo de tudo que seja acessível pelos sentidos (mesmo no protesto empírico-sensualista, uma vez que esse protesto, também é um protesto pensado e, como tal, precisa ser comunicado). Para poder abstrair da multiplicidade e da arbitrariedade da acessibilidade sensitiva, para poder tornar presente, novamente, o acontecimento único e passado e, também, para poder antecipar o que ainda não está acessível, mas provavelmente se tornará acessível, é preciso afastar o conhecimento daquele imediatismo ao qual pertence também a ação encaixada na situação de fala. Nesse sentido, a comunicação escrita, vista como comunicação diacrônica que é capaz de fazer uma ponte entre as épocas, é fundamental para o saber científico. A conservação do que já se tornou conhecimento e a possibilidade da sua observação e elaboração a distância representam uma condição necessária para a produção de novos conhecimentos e, portanto, ocupam um papel importante na sua geração. Os estoques de conhecimentos, que, apenas na forma escrita, alcançam sua capacidade plena de poder assimilar quaisquer conteúdos proposicionais, têm um valor fundacional para o saber científico, que encontra, na noção do *arquivo* em Maingueneau (1991), sua formulação conceitual.

9.3. Os arquivamentos do saber

O conhecimento livre e autônomo, representado na forma escrita, mantém apenas uma relação indireta com a prática social. Em virtude da sua dissociação, ele se oferece para a formação de um thesaurus. Essa coleção de conhecimentos não se realiza mais nos contextos práticos que são característicos, ou melhor, necessários para o conhecimento situacionalmente encaixado. Surgem instituições para a armazenagem de conhecimentos. Convém mencionar, aqui, em primeiro lugar as bibliotecas (cf. Kittler, 1985 e 1986), que representam, também, os lugares onde a ordem do conhecimento é produzida sistematicamente.

As finalidades desses institutos são diferentes. No período da escrita cuneiforme, já houve esforços para colecionar saberes que serviram, explicitamente, também para a formação de um cânone. Especialmente numa situação em que um universo de conhecimentos se tornou tão frágil que não se compreende mais prontamente e, portanto, não é mais

reproduzido por meio da certeza manifesta da sua própria pressuposição, a coleção, classificação e sistematização dos saberes tornou-se uma tarefa central. A época do Helenismo serve como exemplo para esse tipo de crise, e a biblioteca de Alexandria é o verdadeiro caso paradigmático para o seu resultado.

De acordo com o valor que a oralidade e a escrita obtêm na organização do trabalho científico e que determina sua relação mútua, os lugares do arquivamento mudam. Para a estrutura medieval, por exemplo, o mosteiro europeu-ocidental torna-se o lugar em que se colecionam os códices e os livros e se fazem as cópias; lá também acontece a aquisição oral, responsável pela transformação e reprodução dos conteúdos. A estrutura moderna da organização do saber, determinada pela impressão tipográfica, exigiu logo soluções com qualidades originais que, novamente, foram desenvolvidas em projetos que podem servir de exemplo (Biblioteca do Conde Augusto em Wolfenbuttel). Esses espaços de armazenamento desenvolveram-se de acordo com as possibilidades econômicas. O pessoal necessário profissionalizou-se, do *hommes de lettre*, que ofereceu como qualificação suficiente a sua habilidade de mostrar-se familiarizado com o livro, para o bibliotecário com formação técnico-científica. A biblioteconomia, que teve a função subordinada e coadjuvante de administrar (também no sentido econômico) um thesaurus, transformou-se nas ciências de informação dos nossos dias, que têm dificuldades em transmitir à sociedade, de uma maneira ainda convincente, a necessidade das atividades colecionadoras e provedoras dedicadas aos conhecimentos científicos já disponíveis e recentemente produzidos.

9.4. A escrituralidade e as ciências

O papel da escrituralidade nas ciências diferencia-se de acordo com a tipologia de conhecimentos, que é característica para as diferentes ciências e em conformidade com a relação com a ação linguística como área — possivelmente central — do objeto da ciência em questão. Outros fatores importantes são: as necessidades didáticas, o grau de generalização do conhecimento alcançado e o deslocamento de certas áreas de conhecimento para a propedêutica, ou seja, a didática da ciência; em outras palavras: a importância da escrita para uma ciência depende, também, das necessidades de mentalização que se impõem aos participantes do trabalho científico. Detalhadas histórias das ciências que investiguem, pormenorizadamente, o papel da comunicação escrita e das suas consequências para a formação e o desenvolvimento das disciplinas são desejáveis, porém não estão ainda disponíveis.

10. A escrituralidade e o conhecimento total acumulado pela sociedade

Contudo, o desenvolvimento do saber científico, sob as condições da escrituralidade e através delas, representa apenas um caso — ainda que um caso bastante saliente — das mudanças qualitativas que a escrituralidade trouxe como consequência para o conhecimento social. Na sua monografia sobre “a memória cultural”, Assmann (1992) reconstruiu, com base em uma série de áreas centrais para o contexto oriental-próximo e europeu, as mudanças sociais que resultaram da escrituralidade. Por meio da escrita, surgem possibilidades para a formação de uma nova continuidade dentro das sociedades — que, certamente, está exposta, ao mesmo tempo, a mais riscos. Com uma escrita plenamente desenvolvida, a formação social da identidade ocorre de uma maneira diferente da que ocorreria sem ela. Assim, pois, a escrituralidade, como um resultado essencial da comunicação escrita, tem consequências que influenciam profundamente os membros de um grupo que sabem fazer uso dela.

11. A comunicação escrita e suas derivações recentes

11.1. A situação de fala sincrônico-diatópicamente dissociada

Apesar de toda a geração de complexidade que a comunicação escrita torna possível e, de fato, realiza, sempre ficará inscrito nela o caráter subsidiário que lhe deu origem. A escrita representa uma solução para um problema — mas não a única. A procura por outras soluções, talvez menos custosas, prosseguiu sempre. Nesse contexto, a inclusão de transmissões e armazenamentos elétricos e eletrônicos provocou as mudanças mais substanciais. O desenvolvimento do telefone e do telégrafo no século XIX levou à superação da diferença diatópica de forma tal que se pode estabelecer — sob o ponto de vista do mundo-da-vida⁸ — uma sincronia apesar de grandes distâncias. Contudo, no caso do telefone, é evidente que esse encurtamento da transmissão suspende, inicialmente, a possibilidade do armazenamento e, portanto, provoca o desaparecimento de um efeito colateral que, no caso da comunicação escrita, está sempre presente. Em comparação com a comunicação escrita, a comunicação por telefone é uma restituição da oralidade sob as condições de uma co-presença meramente acústica dos interactantes. Cada uma das diferentes dimensões linguísticas (cf. seção 4) é atingida por essa tecnologia de maneira diferente do que acontece no caso da comunicação escrita. Do ponto de vista sistemático, surge um caso limítrofe entre texto e discurso — um caso ao qual é associada, antes de tudo, a comunicação efêmera.

⁸ Cf. nota de fim 3. (N.T.)

(Em comparação ao telefone, a telegrafia mostra-se como muito menos revolucionária porque a transposição da codificação secundária para a forma escrita limita-se a um problema midiático da tecnologia de codificação.)

11.2. A transposição eletrônica

Ao contrário disso, a transposição eletrônica do texto tem consequências muito maiores. Ela se realiza, primeiramente, na linha da função de armazenamento que caracteriza a comunicação escrita, mas, nesse contexto, atinge fatores essencialmente diferentes — em primeiro lugar, midiáticos e, a partir daí, fatores, também, que pertencem a muitas outras áreas de textualização. A geração presente participa das ampliações desse desenvolvimento. Quanto à questão de saber se a transposição eletrônica terá consequências semelhantes às da impressão tipográfica, convém dizer que ninguém sabe ainda o que virá a acontecer (cf. Giesecke, 1992; Kittler, 1993; Weingarten, 1989; e Bremer, 1994; Hundt & Maderlechner, 1994).

Referências bibliográficas

AHLZWEIG, Claus. “Geschichte des Buches (*The History of the Book*)”. In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit/ Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbucker zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 85-102.

ASSMANN, Aleida. “Exkarnation. Gedanken zur Grenze zwischen Körper und Schrift”. In: MULLER, Alois Martin & HUBER, Jörg (orgs.). *Raum und Verfahren*. Basel: Stroemfeld/ Roter Stern, 1993, p. 133-155.

_____. & ASSMANN, Jan. “Schrift und Gedächtnis”. In: ASSMANN, Aleida; ASSMANN, Jan & HARDMEIER, Christof. (ed.). *Schrift und Gedächtnis*. Munchen: Fink, 1983, p. 265-284.

_____. & ASSMANN, Jan. “Schrift, Tradition, Kultur”. In: RAIBLE, Wolfgang (ed.). *Zwischen Festtag und Alltag: 10 Beiträge zum Thema “Mundlichkeit und Schriftlichkeit”*. Tübingen: Narr, 1988, p. 25-49.

_____.; ASSMANN, Jan & HARDMEIER, Christof (orgs.). *Schrift und Gedächtnis*. Munchen: Fink, 1983.

ASSMANN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift. Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. Munchen: Beck, 1992

_____. “Altorientalische Fluchschriften und das Problem performativer Schriftlichkeit. Vertrag und Monument als Allegorien des Lebens”. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich & PFEIFFER, K. Ludwig (orgs.). *Schrift*. Munchen: Fink, 1993, p. 233–255.

_____. “Lesende und nichtlesende Gesellschaften”. In: *Forschung und Lehre*, v. 1, n. 2, 1994, p. 28-31.

- BETTEN, Anne. *Grundzuge der Prosasyntax*. Tübingen: Niemeyer, 1987.
- BOGE, Herbert. *Griechische Tachygraphie und Tironische Noten*. Berlin: Akademie-Verlag, 1973.
- BREMER, Ernst. "Der Buchdruck und seine Folgen (The Impact of the Printing Press) ". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994.
- BRINKMANN, Henning. *Mittelalterliche Hermeneutik*. Tübingen: Niemeyer, 1980.
- BRUNS, Gerald L. *Hermeneutics. Ancient and Modern*. New Haven, London: Yale University Press, 1992.
- CAMARA, Sory. *Gens de la parole. Essai sur la condition et le role des griots dans la société Malinké*. Paris, Le Haye: Mouton, 1976.
- CAMPENHAUSEN, Hans von. *Die Entstehung der christlichen Bibel*. Tübingen: Mohr, 1968.
- COSTAMAGNA, Giorgio. "Geheimschriften (Secret Codes)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.2). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 1609-1616.
- COULMAS, Florian. *Über Schrift*. Frankfurt: Suhrkamp, 1981.
- _____. *The Writing Systems of the World*. Oxford: Blackwell, 1989.
- _____. *Die Wirtschaft mit der Sprache. Eine sprachsoziologische Studie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.
- DALLMEIER, Martin. *Quellen zur Geschichte des Europäischen Postwesens*. Kallmunz: Lassleben, 1977.
- DORNSEIFF, Franz. *Das Alphabet in Mystik und Magie*. Leipzig, Berlin: Teubner, 1922.
- EHLICH, Konrad. "Schriftentwicklung als gesellschaftliches Problemlösen". *Zeitschrift für Semiotik*, 2, 1980, p. 335–359.
- _____. "Text und sprachliches Handeln. Die Entstehung von Texten aus dem Bedürfnis nach Überlieferung". In: ASSMANN, Aleida, ASSMANN, Jan & HARDMEIER, Christof. (orgs.). *Schrift und Gedächtnis*. München: Fink, 1983, p. 24-43.
- _____. "Funktional-pragmatische Kommunikationsanalyse – Ziele und Verfahren". In: FLADER, Dieter (orgs.). *Verbale Interaktion. Studien zur Empirie und Methodologie der Pragmatik*. Stuttgart: Metzler, 1991, p. 127-143.
- _____. "Prozedur". In: GLUCK, Helmut (org.). *Metzler-Lexikon Sprache*. Stuttgart: Metzler, 1993, p. 491.
- FELDBUSCH, Elisabeth. *Geschriebene Sprache – Untersuchungen zu ihrer Herausbildung und Grundlegung ihrer Theorie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1985.
- _____. "Geschriebene Sprache – autonom oder abgeleitet?" In: NERIUS, Dieter & AUGST, Gerhard (orgs.). *Probleme der geschriebenen Sprache. Beiträge der Schriftlinguistik auf dem XIV. Internationalen Linguistenkongreß 1987 in Berlin*. Linguistische Studien Reihe A, 173. Berlin: Akad. d. Wiss. d. DDR, Zentralinst. für Sprachwiss., 1988, p. 4-12.

FOHRER, Georg (org.) *Hebräisches und aramäisches Wörterbuch zum Alten Testament*. 2. Auflage. Berlin: Walter de Gruyter, 1989.

GEIER, Manfred. "Schriftlichkeit und Philosophie (Writing and Philosophy)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 646-654.

GIESE, Heinz W. "Literalität und Analphabetismus in modernen Industrieländern (Literacy and Illiteracy in Modern Industrial Nations)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 883-893.

GIESECKE, Michael. *Der Buchdruck in der frühen Neuzeit. Eine historische Fallstudie über die Durchsetzung neuer Informations- und Kommunikationstechnologien*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

_____. *Sinnenwandel – Sprachwandel – Kulturwandel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

GLASER, Hermann & WERNER, Thomas. *Die Post in ihrer Zeit. Eine Kulturgeschichte menschlicher Kommunikation*. Heidelberg: v. Decker, 1990.

GLUCK, Helmut. *Schrift und Schriftlichkeit*. Stuttgart: Metzler, 1987.

GOODY, Jack. *The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. (ed.). *Literalität in traditionellen Gesellschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

_____. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. *The Interface between the Written and the Oral*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GOODY, Jack & WATT, Ian. "The Consequences of Literacy". In: *Comparative-Studies in Society and History*, 5, 1963, p. 304-345.

GRAHAM, William. *Divine Word and Prophetic Word in Early Islam. A Reconsideration of the Sources with Special Reference to the Divine Saying or "Hadith Qudsi"*. The Hague, Paris: Mouton, 1977.

GUMBRECHT, Hans Ulrich & PFEIFFER, K. Ludwig (ed.). *Schrift*. München: Fink, 1993.

GUNTHER, Klaus & GUNTHER, Hartmut (ed.). *Schrift – Schreiben – Schriftlichkeit. Arbeiten zur Struktur, Funktion und Entwicklung schriftlicher Sprache*. Tübingen: Niemeyer, 1983.

GUNTHER, Hartmut. "Charakteristika von schriftlicher Sprache und Kommunikation". In: GUNTHER, Klaus & GUNTHER, Hartmut (orgs.). *Schrift – Schreiben – Schriftlichkeit. Arbeiten zur Struktur, Funktion und Entwicklung schriftlicher Sprache*. Tübingen: Niemeyer, 1983, p. 17-39.

_____. *Schriftliche Sprache. Strukturen geschriebener Wörter und ihre Verarbeitung beim Lesen*. Tübingen: Niemeyer, 1988.

_____ & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit/ Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung/ An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1/10.2). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994.

HAARMANN, Harald. "Der alteuropäisch-altmediterrane Schriftenkreis (Old European-Old Mediterranean Scripts)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 268-274.

_____. *Universalgeschichte der Schrift*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1990.

HÄCKI-BUHOFFER, Annelies. *Schriftlichkeit im Alltag. Theoretische und empirische Aspekte – an dem Beispiel eines Schweizer Industriebetriebes*. Bern: Lang, 1985.

HAMMERSCHMIDT, Ernst. "Die äthiopische Schrift (The Ethiopian Script)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 317-321.

HAUG, Walter. "Schriftlichkeit und Reflexion. Zur Entstehung und Entwicklung eines deutsch-sprachigen Schrifttums im Mittelalter". In: ASSMANN, Aleida, ASSMANN, Jan & HARDMEIER, Christof. (orgs.). *Schrift und Gedächtnis*. München: Fink, 1983, p. 141-157.

HAVELOCK, Eric. *Origins of Western Literacy*. Four lectures delivered at the Ontario Institute for Studies in Education, Toronto, March 25, 26, 27, 28, 1974. Toronto: Ontario Inst. for Studies in Education, 1976.

_____. *The Literate Revolution in Greece and Its Cultural Consequences*. Princeton, NJ: University Press, 1982.

HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Phänomenologie des Geistes*. Herausgegeben von WESSELS, Hans-Friedrich & CLAIRMONT, Heinrich. Hamburg: Meiner, 1988 [1807].

_____. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften, 1830*. Herausgegeben von NICOLIN, Friedrich & PÖGGELER, Otto. Hamburg: Meiner, 1959 [1807].

HILLERS, Delbert R. *Treaty-Curses and the Old Testament Prophets*. Rome: Pontifical Biblical Institute, 1964.

HUNDT, Eckhard & MADERLECHNER, Gerd. "Elektronische Lese- und Schreibtechnologien (*Electronic Reading and Writing Technology*)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 130-146.

HUNGER, Herbert. *Schreiben und Lesen in Byzanz. Die byzantinische Buchkultur*. München: Beck, 1989.

ILLICH, Ivan & SANDERS, Barry. *Das Denken lernt schreiben. Lesekultur und Identität*. Hamburg: Hoffmann & Kampe, 1988.

ISER, Wolfgang. *Der Akt des Lesens. Theorie ästhetischer Wirkung*. München: Fink, 1976.

JOCHEMS, Helmut. "Stenographie (Stenography)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbucker zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.2). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 1604-1608.

KAROLAK, Czesław. "Das System der Zensur und seine Auswirkungen auf die Literalität (Censorship)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbucker zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 893-898.

KARPP, Heinrich. *Schrift, Geist und Wort Gottes. Geltung und Wirkung der Bibel in der Geschichte der Kirche; von der alten Kirche bis zum Ausgang der Reformationszeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1992.

KITTLER, Friedrich A. *Aufschreibesysteme 1800/1900*. Munchen: Fink, 1985.

_____. "Über Aufschreibesysteme". In: *Mitteilungen des Deutschen Germanistenverbandes*, 33/3, 1986 p. 3-8.

_____. "Es gibt keine Software". In: GUMBRECHT, Hans Ulrich & PFEIFFER, K. Ludwig (orgs.). *Schrift*. Munchen: Fink, 1993, p. 367-378.

KLEIN, Wolfgang. "Gesprochene Sprache – geschriebene Sprache". In: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 59, 1985, p. 9-35.

KNOOP, Ulrich. "Rezension zu Feldbusch 1985". In: *Zeitschrift für deutsches Altertum und deutsche Literatur*, v. 100, n. 1, 1989, p. 31-42.

KOCH, Peter & OESTERREICHER, Wulf. "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mundlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte". In: *Romanisches Jahrbuch*, 36, 1985, p. 15-43.

_____. & OESTERREICHER, Wulf. "Schriftlichkeit und Sprache (Writing and Language)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbucker zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 587-604.

LAUSBERG, Heinrich. *Handbuch der literarischen Rhetorik*, 1960. Zitiert nach der 2. Auflage. Munchen: Hueber, 1973 [1960].

LEONTJEW, Alexejew Nikolajew. *Probleme der Entwicklung des Psychischen*. Frankfurt am Main: Athenäum Fischer TB Verlag, 1973.

LINELL, Per. *The Written Language Bias in Linguistics*. Linköping: University of Linköping, Studies in Communication, 1982.

LOGAN, Robert K. *The Alphabet Effect. The Impact of the Phonetic Alphabet on the Development of Western Civilization*. New York: Morrow, 1986.

LUDWIG, Otto. "Einige Vorschläge zur Begrifflichkeit und Terminologie von Untersuchungen im Bereich der Schriftlichkeit". In: GUNTHER, Klaus & GUNTHER, Hartmut (orgs.). *Schrift – Schreiben – Schriftlichkeit. Arbeiten zur Struktur, Funktion und Entwicklung schriftlicher Sprache*. Tübingen: Niemeyer, 1983, p. 1-15.

_____. "Zur Frage von Autonomie und Abhängigkeit geschriebener Sprache, erörtert am Beispiel schriftlicher Textformen". In: NERIUS, Dieter & AUGST, Gerhard (ed.). *Probleme*

der geschriebenen Sprache. Beiträge der Schriftlinguistik auf dem XIV. Internationalen Linguistenkongreß 1987 in Berlin. Linguistische Studien Reihe A, 173. Berlin: Akad. d. Wiss. d. DDR, Zentralinst. für Sprachwiss, 1988, p. 36-51.

MAAS, Utz. "Lesen – Schreiben – Schrift. Die Demotisierung eines professionellen Arkanums im Spätmittelalter und in der frühen Neuzeit". In: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 59, 1985, p. 55-81.

MAZAL, Otto. "Traditionelle Schreibmaterialien und –techniken (Traditional Writing Materials and Techniques)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 122-130.

MAINGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette, 1991.

MERCER, A. A. B. "The Malediction in Cuneiform Inscriptions". In: *Journal of the Ancient Oriental Society*, 34, 1915, p. 282-309.

MIETHKE, Jürgen. "Die mittelalterlichen Universitäten und das gesprochene Wort". In: *Historische Zeitschrift*, v. 251, n. 1, 1991, p. 1-44.

MULLER, Karin. *Schreibe wie du sprichst*. Frankfurt am Main: Lang, 1990.

NERIUS, Dieter & AUGST, Gerhard (ed.). *Probleme der geschriebenen Sprache. Beiträge der Schriftlinguistik auf dem XIV. Internationalen Linguistenkongreß 1987 in Berlin*. Linguistische Studien Reihe A, 173. Berlin Akad. d. Wiss. d. DDR, Zentralinst. für Sprachwiss, 1988.

NISSEN, Hans J., DAMEROW, Peter & ENGLUND, Robert (orgs.). *Fruhe Schrift und Techniken der Wirtschaftsverwaltung im alten Vorderen Orient*. Informations-speicherung und -verarbeitung vor 5000 Jahren. Bad Salzdetfurth: Franzbecker, 1991.

OLSEN, David R. "Writing and Science (Schriftlichkeit und Wissenschaft)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 654-657.

ONG, Walter J. *Oralität und Literalität. Die Technologisierung des Wortes*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987.

RAIBLE, Wolfgang. "Vom Autor als Kopist zum Leser als Autor. Literaturtheorie in der literarischen Praxis". In: *Poetica*, 5, 1972, p. 133-151.

_____. "Vom Text und seinen vielen Vätern". In: ASSMANN, Aleida, ASSMANN, Jan & HARDMEIER, Christof. (orgs.). *Schrift und Gedächtnis*. München: Fink, 1983, p. 20-23.

_____. "Orality and Literacy (Mundlichkeit und Schriftlichkeit)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p.1-17.

REDDER, Angelika. *Grammatiktheorie und sprachliches Handeln: "denn" und "da"*. Tübingen: Niemeyer, 1990.

REHBEIN, Jochen. "Über zusammengesetzte Verweiswörter und ihre Rolle in argumentierender Rede". In: WOHLRAPP, Harald (org.) *Wege der Argumentationsforschung*. Stuttgart, Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1995, p. 166-197.

SCHEERER, Eckart. "Mundlichkeit und Schriftlichkeit – Implikationen für die Modellierung kognitiver Prozesse". In: BAURMANN, Jürgen, GUNTHER, Hartmut & KNOOP, Ulrich. (orgs.). *Homo Scribens – Perspektiven der Schriftlichkeitsforschung*. Tübingen: Niemeyer, 1993, p. 141-176.

SCHENKEL, Wolfgang. "Wozu die Ägypter eine Schrift brauchten". In: ASSMANN, Aleida, ASSMANN, Jan & HARDMEIER, Christof. (orgs.). *Schrift und Gedächtnis*. München: Fink, 1983, p. 45-63.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. "Für eine Geschichte von Schriftlichkeit und Mundlichkeit". In: SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte & GESSINGER, Joachim (orgs.). *Sprachgeschichte und Sozialgeschichte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1982, p. 104-117.

_____. *Traditionen des Sprechens. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer, 1983.

_____. "Geschichte der Reflexion über Schrift und Schriftlichkeit (History of the Reflection on Writing and Its Use)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 102-121.

SCHÖN, Erich. *Der Verlust der Sinnlichkeit oder die Verwandlungen des Lesers. Mentalitätswandel um 1800*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1987.

SEARLE, John. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEGERT, Stanislav. "Decipherment (Entzifferung)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 416-423.

STIRNE, Philip C. "Writing and Religion (Schriftlichkeit und Religion)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research*. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 604-610.

VACHEK, Josef. "Zum Problem der geschriebenen Sprache". In: *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, 8, p. 94-104, 1939. Wieder abgedruckt in: SCHARNHORST, Jürgen & ISING, Érika. (orgs.). *Grundlagen der Sprachkultur. Beiträge der Prager Linguistik zur Sprachtheorie und Sprachpflege. Teil 1*. Berlin: Akademie-Verlag, 1976, p. 229-239.

_____. *Written Language. General Problems and Problems of English*. The Hague: Mouton, 1973.

_____. *Written Language Revisited*. Amsterdam: Benjamins, 1989.

VAN PEER, Willie. *The Taming of the Text*. London: Routledge, 1992.

WEDEKIND, Klaus. "Alphabetisierung und Literalität in Äthiopien (Literacy Movements and Literacy in Ethiopia)". In: GUNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (orgs.). *Schrift und*

Schriftlichkeit / Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung / An Interdisciplinary Handbook of International Research. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft 10.1). Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 814-824.

WEINGARTEN, Rudiger. *Die Verkabelung der Sprache. Grenzen der Technisierung von Kommunikation.* Frankfurt: Fischer TB Verlag, 1989.

WEINRICH, Harald. *Textgrammatik der deutschen Sprache.* Mannheim: Dudenverlag, 1993.

WONNEBERGER, Reinhard & HECHT, Hans P. *Verheissung und Versprechen. Eine theologische und sprachanalytische Klärung.* Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.

WYGOTSKI, Lew Semjonowitsch. *Denken und Sprechen.* (Original 1934). Berlin: Akad.-Verlag, 1964.

Sobre os organizadores e os autores

Hans Peter Wieser

Especialista em Alemão para Estrangeiros pela UFBA e pela Universidade de Kassel na Alemanha, Mestre em Lingüística Aplicada pela UECE e Doutorando em Lingüística Teórica pela UFC. Desde o ano de 2000, trabalha como professor de Latim, Sociolingüística e Análise do Discurso na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Ingedore G. Villaça Koch

Ingedore G. Villaça Koch é mestre e doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP e livre docente na área de Análise do Discurso pela UNICAMP. Na PUC-SP, atuou como docente nos cursos de Letras e Jornalismo, na pós-graduação e na especialização. É professora titular do Departamento de Linguística do IEL/Unicamp. Entre suas obras, contam-se: *As tramas do texto*, *Linguística aplicada ao Português (Morfologia e Sintaxe)*, *Argumentação e linguagem*, *Texto e coerência*, *Desvendando os segredos do texto*, *A coesão textual*, *A coerência textual*, *A inter-ação pela linguagem*, *O texto e a contrução dos sentidos*, *Ler e compreender e Introdução à Linguístia Textual*. É coautora de uma Gramática da Língua Portuguesa e tem inúmeros trabalhos publicados em revistas e coletâneas, no país e no exterior. Lecionou no ensino fundamental e médio e ministra cursos de extensão e especialização em todo o país para professores de português. Em seus projetos, tem enfatizado questões de constituição, leitura e produção de textos.

Angelika Storrer

Estudou espanhol e francês no Instituto de Tradução [*Institut für Übersetzen und Dolmetschen*] da Universidade de Heidelberg (1978-1980) e Germanística e Romanística na mesma Universidade (1980-1991), onde, também, fez doutorado com um trabalho sobre a “Valência dos verbos” [*Verbvalenz*]. De 1984 até 1991, trabalhou como colaboradora e bolsista no Centro Científico no *Instituto para Sistemas Baseados no Conhecimento* da IBM em Heidelberg. Nos anos 90, foi pesquisadora no Seminário de Lingüística [*Seminar für Sprachwissenschaft — SfS*] da Universidade de Tübingen e no Departamento da Gramática no Instituto de Língua Alemã [*Institut für deutsche Sprache — IDS*] em Mannheim. Desde 2002, é professora para Lingüística e Didática da Língua Alemã na Universidade de Dortmund. O foco da sua produção científica e em Lingüística textual e Tecnologia de texto, Lingüística de *corpus*, língua e comunicação na internet, o papel das novas mídias na didática das línguas, Lexicologia e Lexicografia e Gramática do texto e do discurso.

Barbara Sandig

Trabalha como Professora titular de lingüística germânica na Faculdade Filosófica da Universidade do Sarre (*Universität des Saarlandes*) em Saarbrücken. O foco do seu ensino e da sua produção científica está na análise holística dos textos e dos seus elementos em contextos diversos. Suas numerosas publicações pertencem à área da Análise da Conversação, da Lingüística dos Gêneros Textuais, da

Fraseologia e da Didática da Redação Científica, entre outros campos de estudo. Em trinta anos de pesquisa, sempre abordou também assuntos inovadores, mas é, particularmente, na área da Estilística que a lingüista sarrense conseguiu seu prestígio internacional com a edição de cinco coletâneas, duas monografias e muitos artigos científicos e apresentações acadêmicas.

Eva Martha Eckkrammer

Estudou Filologia românica na Universidade “Paris-London” de Salzburg na Áustria e doutorou-se nessa entidade acadêmica em 1994 com um trabalho sobre “A tradução literária como instrumento de amplificação de língua: no exemplo da língua papiamentu” [*Literarische Übersetzung als Werkzeug des Sprachausbaus: Am Beispiel Papiamentu*]. Já na graduação fez estágios e pesquisas sobre línguas crioulas na Venezuela, na Argentina, nas Antilhas Holandesas, em Curaçao e em Aruba. No âmbito do programa ERASMUS da Comunidade Européia, foi convidada a realizar um período de estudos na Universidade de Coimbra em Portugal. Desde 1994, colaborou no projeto científico da Universidade de Salzburg sobre a “Textologia contrastiva” cuja gerência ela assumiu em 1998. Publicou numerosos artigos na área da Textologia contrastiva e sobre as línguas crioulas e conseguiu sua habilitação *Venia Legendi* para a Filologia Românica em 2005 com um trabalho sobre “A medicina para leigos do tratado da peste ao guia digital: apartação, pragmática e mudança estrutural, lingüística e figurativa de gêneros textuais não científicos sob consideração da troca de mídias” [*Medizin für den Laien vom Pesttraktat zum digitalen Ratgebertext: Ausgliederung, Pragmatik, Struktur-, Sprach- und Bildwandel fachexterner Textsorten unter Berücksichtigung des Medienwechsels*].

Gert Rickheit

Trabalha, desde 1978, como professor catedrático de Lingüística e Psicolingüística na Faculdade de Lingüística e Estudos literários da Universidade de Bielefeld. Foi fundador e porta-voz do grupo de pesquisa sobre “Processos de Coerência” [*Kohärenzprozesse*], patrocinado pela Associação Alemã de Pesquisadores [*Deutsche Forschungsgesellschaft — DFG*] (1985 até 1990); cofundador do programa de pesquisa sobre a “Lingüística cognitiva” [*Kognitive Linguistik*] da mesma entidade (1988 até 1995); cofundador da linha de pesquisa “Lingüística clínica” [*Klinische Linguistik*] (desde 1985), porta-voz do grupo de pesquisa sobre a “Comunicação artificial situada [*Situierte Künstliche Kommunikation*]; cofundador da Associação das Ciências Cognitivas (1994); fundador do curso universitário “Lingüística clínica” (desde 1996) e reitor da Universidade de Bielefeld (1996 até 2001). Suas principais atividades de pesquisa e docência são focalizam a aquisição de linguagem, a compreensão e compreensibilidade de linguagem, a Lingüística clínica e as interações entre homem e máquina.

Hans Strohner

Estudou Psicologia e Filosofia nas Universidades de Tübingen, de Munique e de Stanford (USA). Doutou-se, em 1976, em Tübingen com um trabalho sobre a aquisição de linguagem. De 1975 até 1989, trabalhou, sucessivamente, como pesquisador na Universidade de Konstanz, no Instituto para Pedagogia Infantil em Munique e na Universidade de Bielefeld, onde conseguiu, em 1987, sua

habilitação com um estudo sobre a compreensão de texto e, em 1991, sua nomeação com professor titular para a Lingüística cognitiva. Com importantes projetos de pesquisa, inúmeras publicações e conceitos inovadores, influenciou, decisivamente, a pesquisa psicolingüística e cognitivista em nível nacional e internacional. Assumiu, também, com grande sucesso vários cargos acadêmicos na Faculdade de Lingüística e Estudos literários de Bielefeld, defendendo, sempre, os interesses dos seus colegas e a autonomia da universidade. Para seus estudantes, era um professor e orientador competente, aberto e motivador cujas idéias inspiraram e continuarão a inspirar muitas pessoas. Hans Strohner faleceu no dia 19 de junho de 2006 depois de uma longa doença na idade de 61 anos.

Hardarik Blühdorn

Doutor em Lingüística Germânica pela Universidade de Erlangen-Nuremberg (Alemanha), Livre-Docente em Língua Alemã pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Mannheim (Alemanha). Atualmente, trabalha como pesquisador no Departamento de Gramática do *Institut für Deutsche Sprache* (Instituto de Língua Alemã) em Mannheim e como professor Livre-Docente de Lingüística Germânica junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de Mannheim. O foco da sua produção científica é em Semântica, Sintaxe e Lingüística do texto, Aquisição e ensino de línguas estrangeiras e Lingüística comparativa alemão-português. Em vinte anos de pesquisa, sempre abordou assuntos inovadores. É particularmente na área da Lingüística textual que o lingüista alemão conseguiu seu prestígio internacional.

Kirsten Adamzik

Trabalha, desde 1983, no Departamento de Lingüística Alemã da Faculdade de Letras da Universidade de Genebra (*Département de langue et de littérature allemandes, Université de Genève*). Nessa entidade, assumiu, em 1989, o cargo de Mestra de Ensino e de Pesquisa (*Maître d'Enseignement et de Recherche*). O foco da sua produção científica é nas áreas da Lingüística textual e da Pragmática. Doutou-se em 1982, com uma pesquisa sobre a ação lingüística e o contato social, que teve como objetivo integrar a categoria do “Aspecto da relação interpessoal” numa Teoria dos Atos de Fala no alemão. Desde então, contribuiu com numerosas publicações no desenvolvimento da Lingüística textual em geral e da Lingüística dos gêneros textuais em particular. Hoje, é uma das lingüistas mais respeitadas de língua alemã.

Konrad Ehlich

Trabalha desde 1992 no Instituto para Alemão como Língua Estrangeira e Germanística Transnacional da Universidade Ludovico Maximiliano de Munique (*Institut für Deutsch als Fremdsprache/ Transnationale Germanistik der Ludwig-Maximilians-Universität München*), entidade acadêmica que preside atualmente. Suas áreas principais de estudo pertencem às disciplinas seguintes: Alemão como língua estrangeira ou como segunda língua, Pragmática lingüística, Lingüística textual, Sociologia lingüística e hebraística. Contribuiu decisivamente no desenvolvimento da pragmática funcional. Doutou-se em 1976 com um estudo sobre o sistema dêitico do hebraico; para conseguir sua

habilitação em Lingüística geral (1980), analisou as interjeições. Antes de ser chamado para a Universidade Ludovico Maximiliano, trabalhou na Universidade Livre de Berlim (*Freie Universität Berlin*) e nas Universidades de Düsseldorf, Tilburg (Países Baixos) e Dortmund. Desde outubro de 2001, é o presidente da Associação Alemã de Germanistas.

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

É professora da área de Filologia e Língua Portuguesa na FFLCH-USP. Defendeu seu mestrado na PUC/SP e doutorou-se em Semiótica e Lingüística Geral pela USP, com a tese *Digressão: uma estratégia na condução do jogo textual-interativo*. Trabalhou como pesquisadora auxiliar no *Projeto da Gramática do Português Falado no Brasil*. Escreveu, em coautoria com Leonor Lopes Fávero e Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, *Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*, que já está em sua 5ª. edição. É autora do livro *Relevância e Contexto: o uso de digressões na língua falada* (Humanitas/FAPESP, 2001), além de capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Trabalhou como pesquisadora auxiliar no *Projeto da Gramática do Português Falado no Brasil*. Desde 1998 é pesquisadora do *Projeto NURC/SP*, tendo publicado artigos na coleção *Projetos Paralelos*—Associação Editorial Humanitas, organizada pelo professor Dino Preti. É pesquisadora, desde 2002, do *Projeto Para a História do Português Brasileiro*, coordenado pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho. Atualmente, é coordenadora do subprojeto *Tradições Discursivas na Imprensa Paulista: constituição e mudança dos gêneros discursivos numa perspectiva diacrônica* que integra o Projeto Temático da FAPESP *Para a História do Português Paulista (Projeto Caipira)*, também coordenado pelo professor Ataliba T. de Castilho.

Sylvie Molitor-Lübbert

Cresceu multilíngüe francês/alemão/*letzebuergesch* [luxemburgiano] no Congo, em Luxemburgo e na Bélgica. Em 1972, fez bacharelado em Língua e Literatura Inglesa na Universidade de Reading (GB) com um trabalho sobre “O significado da arte na obra de William Morris no contexto das utopias do século XIX” [*On the meaning of art in William Morris’ work in the context of the 19th century utopias*]. Conseguiu seu título de *Magister Artium* em Filologia Alemã (Lingüística), Moderna Literatura Alemã e Pedagogia, na Universidade de Tübingen em 1978, com uma dissertação sobre “As características formais e funcionais do uso manipulador de língua (sob o aspecto da sua influência sobre processos de formação de conceitos)” [*Formale und funktionale Merkmale manipulativen Sprachgebrauchs (unter dem Aspekt seines Einflusses auf Begriffsbildungsprozesse)*] e diplomou-se, em 1983, na mesma entidade acadêmica, com um trabalho sobre “Os processos cognitivos na escrita” [*Kognitive Prozesse beim Schreiben. Selbstberichte von Autoren über Prozesse und Bedingungen der wissenschaftlichen Textproduktion*]. No ano de 2000, concluiu seu doutorado em Pedagogia com um estudo interdisciplinar sobre “O efeito de aprendizagem durante a escrita” que focalizou, especialmente, as mídias eletrônicas [*Der Lerneffekt beim Schreiben. Eine interdisziplinäre Betrachtung unter besonderer Berücksichtigung der elektronischen Medien*]. Nos anos 70, participou em vários projetos científicos na área do aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. De 1978 até 1993, trabalhou como pesquisadora no

Instituto Alemão para Estudos à Distância na Universidade de Tübingen [*Deutsches Institut für Fernstudien — DIFF*]. Nas suas atividades docentes, ocupou-se, especialmente, da aquisição de línguas estrangeiras, da avaliação de métodos de ensino de línguas estrangeiras e dos efeitos cognitivos da educação bilíngüe e multilíngüe. Além disso, ensinou Fundamentos da Psicologia, da Psicolinguística, da Neurolinguística, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia social e Psicologia diagnóstica. Seu bom renome na pesquisa da escrita deve-se, antes de tudo, à sua participação efetiva — desde 1994 — no grupo de pesquisa interdisciplinar sobre a produção de textos científicos com e sem computadores (*ProWiTeC*). Por motivo da educação dos seus filhos, restringiu suas atividades acadêmicas, a partir dos anos 90, à realização de atividades como professora convidada, nomeadamente: lecionou, de 1990 até 1997, na Universidade Técnica de Karlsruhe sobre a Documentação Técnica para estudantes de Engenharia (subáreas: as relações entre texto e imagem, a organização de informações e a comunicação visual) e de 2001 até 2003, na Universidade de Greifswald, sobre a aquisição de linguagem, a aprendizagem com textos, imagens e multimídia, a aprendizagem na sociedade de informação e as dificuldades de aprendizagem na aquisição das técnicas culturais fundamentais. Atualmente, dedica-se com grande zelo a trabalhos voluntários sob o lema “A escola como oficina do futuro”.

Werner Holly

Estudou Germanística, Ciências Políticas e Sociologia nas Universidades de Heidelberg, Munique e Freiburg; doutorou-se em 1977 em Heidelberg e conseguiu sua habilitação em 1988 em Trier. Entre 1976 e 1993 trabalhou como assistente científico e docente na Universidade de Trier; na mesma época, recebeu os primeiros convites para administrar cursos em Heidelberg, São Paulo, Saarbrücken e Rostock. Desde 1993, é professor titular de Linguística germanística na Universidade Técnica de Chemnitz. Em 2006, foi convidado como professor visitante para ensinar na Universidade de São Paulo (USP). No biênio 1997/1998 assumiu a diretoria da Faculdade Filosófica em Chemnitz. Desde 1997, pertence à presidência da Associação Alemã de Germanistas e, desde 1998, é membro do Conselho Científico Internacional do Instituto de Língua Alemã (IdS) em Mannheim. O foco do seu ensino e da sua produção científica está na Pragmática, na Linguística Textual/Estilística e na Análise de Conversação. Recentemente, ocupou-se, especialmente, de assuntos das áreas de pesquisa “língua na política” e “língua e novas mídias”.

Wolfgang Schnotz

Estudou Psicologia, Pedagogia e Sociologia em Vienna, Mannheim e Berlim. Trabalhou como Assistente Científico para Empirismo e Estatística no Instituto de Pedagogia Geral e Pedagogia Escolar na Universidade Livre de Berlim (1973-1974). Até o seu doutorado em 1978, exerceu a função de Assistente Científico para Diagnóstico Pedagógico no Instituto de Ciências Educacionais e Sociais da Universidade Técnica de Berlim (1975-1978). Em seguida, foi chamado para trabalhar na Universidade de Tübingen na área da Pesquisa de Aprendizagem no Instituto Alemão para Estudos à Distância, entidade acadêmica que gerenciou entre 1990 e 1993. Lecionou, também, no Instituto Psicológico da Universidade de Vienna (1983-1990). Em 1991, conseguiu sua habilitação em Psicologia Geral e

Psicologia Pedagógica na Faculdade de Ciências Sociais e Ciências de Comportamento na Universidade de Tübingen. De 1993 até 1995, lecionou como professor de Psicologia Pedagógica na Universidade “Friedrich-Schiller” de Jena. Desde 1995, é professor de Psicologia Geral e Psicologia Pedagógica na Universidade de Koblenz-Landau. Professor Schnotz exerce várias funções científicas em diversas associações internacionais de pesquisadores do ensino e da aprendizagem e no corpo editorial de relevantes revistas científicas. Atualmente, seus temas principais de estudo são: os fundamentos cognitivo-psicológicos da aquisição de conhecimento por multimídia, as estratégias de visualização e de aprendizagem visual, a compreensão de textos e gráficos e as mudanças de conhecimento (*conceptual change*).

CONSELHO EDITORIAL LUCERNA

Angela Paiva Dionisio
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Dino Fioravante Preti
Evanildo Cavalcante Bechara
Ingedore Grunfeld Villaça Koch
José Luiz Fiorin
Leonor Lopes Fávero
Luiz Carlos Travaglia
Neusa Maria de Oliveira Barbosa Bastos
Ricardo Stavola Cavaliere
Sueli Cristina Marquesi
Valter Kehdi

PRODUÇÃO EDITORIAL

Daniele Cajueiro
Shahira Mahmud

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Sonia Hey

REVISÃO

Glória Braga Onelley
Zaira Mahmud

DIAGRAMAÇÃO

Selênia Serviços

Este livro foi impresso no Rio de Janeiro, em julho de 2009,
pela Singular Gráfica, para a Editora Nova Fronteira.

A fonte usada no miolo é Adobe Garamond 11,5/14,5.

O papel do miolo é off set 75g/m², e o da capa é cartão 250g/m².

Visite nosso site: www.novafronteira.com.br

Autores:

ANGELIKA STORRER

BARBARA SANDIG

EVA MARTHA ECKKRAMMER

GERT RICKHEIT

HANS STROHNER

HARDARIK BLÜHDORN

KIRSTEN ADAMZIK

KONRAD EHlich

MARIA LÚCIA DA C. VICTÓRIO
DE OLIVEIRA ANDRADE

SYLVIE MOLITOR-LÜBBERT

WERNER HOLLY

WOLFGANG SCHNOTZ

Com a publicação desta coletânea de textos que se distinguem na imensa produção científica da Linguística textual em língua alemã, o público brasileiro tem, pela primeira vez, a oportunidade de conhecer, diretamente e de uma maneira não trivial, os conceitos teóricos, os métodos e os resultados das principais linhas de pesquisa seguidas pela comunidade acadêmica à qual pertencem alguns dos fundadores da Linguística do texto.



ISBN 978.85.209.2342-9



9 788520 923429

O que atrai o leitor nesta compilação de artigos traduzidos do alemão é, principalmente, o ineditismo. Textos fundamentais para o traçado da Linguística textual na Alemanha e no Brasil foram, finalmente, vertidos para o português e podem, agora, ser recomendados como leitura obrigatória para os novos pesquisadores desta área. A seleção dos trabalhos, planejada por um dos organizadores da obra, e também tradutor, Hans Peter Wieser, nada teve de aleatória, pois toca em questões importantes da intrínseca relação entre texto/ coerência, discurso, cultura, cognição e multisssemiose. Se, já há algum tempo, se constata que se esgarçaram os limites do que tradicionalmente se concebia como texto, este livro atesta a inevitável e imprescindível convocação de outros aspectos interdisciplinares para a consideração de uma análise textual integrada.

Hoje, a Linguística de texto praticada no Brasil cada vez mais se abre a um salutar diálogo com outras correntes teóricas, mas sem perder o referencial de suas próprias categorias de análise, de suas raízes, de sua história, que esta coletânea ajuda a reafirmar.

Mônica Magalhães Cavalcante
Coordenadora do Grupo
de Pesquisa PROTEXTO,
Universidade Federal do Ceará